



.....

NOS ESTADOS UNIDOS

•

IMPRESSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

Oliveira Lima

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 121

Foi Oliveira Lima quem deu início aos exercícios comparativos da longa série de reflexões críticas que os intelectuais brasileiros do século XX efetuariam sobre as causas do baixo desenvolvimento nacional, no confronto com a pujança dos EUA. Corrente, esta, que seria continuada por figuras como Monteiro Lobato e que encontraria em *Bandeirantes e Pioneiros*, de Viana Moog, sua mais perfeita expressão weberiana. Ele o fez a partir de sua atenta observação das realidades americanas, colocando-as inclusive em comparação com o que já conhecia do velho continente: “Na América do Norte apoderou-se de mim, e a breve trecho converteu-se numa quase obsessão, uma forte impressão do nosso atraso, que na Europa eu nunca havia experimentado, acostumados como justamente andamos a considerá-la um antiqüíssimo campo de experiência e de progressos. Do outro lado do Atlântico, porém, num país de civilização tão moderna quanto o Brasil, a comparação impõe-se irresistivelmente, em nosso grave desabono...”

Oliveira Lima oferece, portanto, sua interpretação dos Estados Unidos. Mas a sua visão é a do intelectual preocupado primariamente com o Brasil: “eu apenas olhei para os Estados Unidos com olhos de brasileiro, a saber, constantemente buscando o que de aproveitável para nós poderia a meu ver resultar do exame e da confrontação”.

Ele registra sua “impressão de melancolia pelo muito que os Estados Unidos têm alcançado, e pelo pouco que nós temos relativamente feito”.

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

No desenho da política externa, o diplomata Oliveira Lima distingue dois traços principais: continuidade e energia. “Desde Washington”, afirma, “os estadistas americanos sabem o que querem e querem-no a valer”. Ao que se opõe D. Pedro II, cujo papel na política externa foi sem dúvida mais infeliz do que na interna. “Da guerra contra López”, afirma o autor, “as conseqüências foram nulas se abstrairmos da manutenção da dignidade brasileira”. Ademais, julga que em fins do século XIX “nenhuma nação mais do que os Estados Unidos tem contribuído para modelar as tendências contemporâneas do direito internacional”.

As relações do Brasil com o gigante do Norte, fregueses por excelência do nosso café, não poderiam deixar de ser examinadas. Nesse capítulo, Oliveira Lima relata que, por ocasião da declaração de guerra à Espanha, o *Washington Post*, órgão officioso da Casa Branca, comentava que somente três nações latino-americanas podiam ser contadas seguramente como afeiçoadas aos Estados Unidos, e eram “o México, por interesse; Venezuela, por gratidão; o Brasil por desinteressada amizade”.

Na análise da política colonial americana, tema que fecha o livro, cabe notar (com a ironia dos tempos de Fidel Castro) a curiosa e, no período, sólida previsão de que Cuba acabaria anexada aos Estados Unidos, bem como a certa avaliação de que o protecionismo em território ianque já entrou demasiado na estrutura nacional para ser eliminada sem dificuldades nos tempos mais próximos.

MARGARIDA PATRIOTA



Manuel de Oliveira Lima, ilustração a lápis (*baseada em pintura original*).

◆ 1867 (Recife / PE) – † 1928 (Washington / EUA)

.....

NOS ESTADOS UNIDOS
IMPRESSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS



Mesa Diretora

Biênio 2009/2010

Senador José Sarney
Presidente

Senador Marconi Perillo
1º Vice-Presidente

Senadora Serys Slhessarenko
2º Vice-Presidente

Senador Heráclito Fortes
1º Secretário

Senador João Vicente Claudino
2º Secretário

Senador Mão Santa
3º Secretário

Senadora Patrícia Saboya
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador César Borges
Senador Cícero Lucena

Senador Adelmir Santana
Senador Gerson Camata

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Carlyle Coutinho Madruga

Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 121

NOS ESTADOS UNIDOS

IMPRESSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

Não escapará à vossa observação que um rico e fértil domínio foi aqui rapidamente criado por aqueles que estavam certos de colher onde haviam semeado; que um governo forte e benéfico foi aqui estabelecido pelos que pregavam a liberdade, e que possuímos um povo patriótico e generoso, que ama o seu Governo porque é seu, dirigido por ele, protegido e defendido por ele.

(Resposta do Presidente Cleveland ao discurso de apresentação de Li Hung Chang.)

Oliveira Lima



Brasília – 2009

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 121

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto
© Senado Federal, 2009
Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
cedit@senado.gov.br
[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)
Todos os direitos reservados

.....
Lima, Oliveira.

Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais / Oliveira
Lima. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

424 p. – (Edições do Senado Federal ; v. 121)

1. Política e governo, Estados Unidos. 2. Condições sociais, Estados Unidos. 3. Política externa, Estados Unidos. 4. Relações exteriores, Brasil, Estados Unidos. I. Título. II. Série

CDD 320.973
.....

.....

Sumário

O império em ascensão (por um de seus espectadores)

por Paulo Roberto de Almeida

pág. 9

Nos Estados Unidos e a influência da mulher

por Margarida Patriota

pág. 41

Introdução

pág. 51

CAPÍTULO I

O problema negro

pág. 67

CAPÍTULO II

Efeitos da imigração

pág. 91

CAPÍTULO III

As qualidades do povo

pág. 115

CAPÍTULO IV

A influência da mulher

pág. 139

CAPÍTULO V

A sociedade

pág. 167

CAPÍTULO VI
O figurino político
pág. 201

CAPÍTULO VII
Catolicismo e educação
pág. 249

CAPÍTULO VIII
Escritores americanos
pág. 273

CAPÍTULO IX
A política externa
pág. 300

CAPÍTULO X
Relações do Brasil com os Estados Unidos
pág. 349

CAPÍTULO XI
Política colonial
pág. 366

Apêndice
pág. 403

.....

O império em ascensão
(por um de seus espectadores)

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA
Doutor em Ciências Sociais
Mestre em economia internacional
Diplomata

ATENÇÃO: este livro contém cenas explícitas de racismo, registra manifestações de apoio ao colonialismo europeu e demonstra simpatia, quando não conivência, com o imperialismo americano.

Mas não se assuste, caro leitor: não estou condenando o livro *ab initio*. Estou apenas registrando o que poderia escrever a respeito desta obra algum acadêmico progressista, adepto do estilo “politicamente correto” que passou a infestar as universidades do mundo inteiro a partir de sua matriz americana. A esse título, algumas das “impressões” de Oliveira Lima sobre o país que conheceu quando serviu como secretário da legação do Brasil em Washington, na última década do século XIX, são altamente incorretas, pelo menos nas passagens que têm a ver com a questão racial, com o colonialismo europeu e com a expansão da “nova Roma” imperial.

O livro apresenta conceitos “chocantes” a propósito dos negros americanos, ao mesmo tempo que o autor se mostra complacente em relação à crescente projeção imperial dos EUA. No entanto, seria propriamente anacrônico selecionar frases de Oliveira Lima

para um “juízo” contemporâneo, uma vez que toda obra desse gênero deve ser avaliada no contexto histórico e ideológico que a viu nascer. Desse ponto de vista, este livro de ensaios sobre a emergência econômica e geopolítica dos EUA representa um retrato fiel da potência em construção. Em outros termos: o livro é inteiramente compatível com o Zeitgeist de quando foram escritos os ensaios que o compõem, mais de um século atrás. Ele recolhe as “impressões político-sociais”, mas também o perfil histórico e o itinerário econômico do então nascente “império”, observações recolhidas ao longo dos anos nos quais serviu em Washington o historiador pernambucano – de formação portuguesa – e iniciante na diplomacia.

As afirmações de Oliveira Lima de apoio implícito à projeção imperial dos EUA, sua complacência com o colonialismo ocidental na Ásia, na África e em partes do próprio hemisfério americano e mesmo as frases de indisfarçável tolerância para com o racismo são o “imposto” a pagar pelo fato de terem sido feitas numa época em que tais manifestações do pensamento não apareciam como especialmente chocantes, e sim como expressões quase “normais” da mentalidade de seu tempo. A ideologia dominante na época se caracterizava pelo evolucionismo à la Herbert Spencer, pelo darwinismo social – que, obviamente, distorcia completamente o sentido original da teoria da seleção natural, convertida em “sobrevivência dos mais fortes” –, pela idéia de que as civilizações mais avançadas tinham de imprimir a marca do “progresso” naquelas que ainda não tinham conseguido chegar à era industrial. Doutrinas, enfim, que afirmavam a superioridade natural da raça branca sobre os povos primitivos e as sociedades atrasadas. Os povos anglo-saxões tinham o dever moral de contribuir para a elevação espiritual dos países periféricos, trazendo-os para o coração da civilização industrial.

Este livro, que aproveita escritos de 1896 a 1899, publicados originalmente na Revista Brasileira e no Jornal do Comércio (e que vem datado de Washington, em 11 de maio de 1899, embora impresso originalmente nesse mesmo ano, em Leipzig), constitui um apanhado de comentários sociológicos (alguns deles impressionistas) sobre as razões do progresso americano, no confronto com o atraso brasileiro. De fato, ao escrever sobre os Estados Unidos, Oliveira Lima estava, na verdade, pensando no Brasil, como ele mesmo revela já na introdução: “No Brasil fala-se ou muito bem ou muito mal dos Estados Unidos. Apontam-nos os seus admiradores como o único modelo a seguir..., o melhor figurino a copiar nos mais ligeiros pormenores, sem cogitarem da diferença dos meios, das respectivas tradições nacionais e dos costumes de cada povo. Os seus detratores culpam-nos de todos os crimes, desde a ambição devoradora de terras e de nacionalidades, até a corrupção política e social mais desbragada.” O próprio Oliveira Lima não escondia sua opinião: “À parte os exageros do fanatismo, a verdade está incomparavelmente mais com os primeiros.” Ele confessava, talvez com pouco senso crítico, que pretendia ver o Brasil seguir o exemplo do “grande país americano... no ingente progresso material, [...] no seu discernimento dos males da demagogia, na tolerância, na paixão pelo estudo, na energia individual, na vontade perseverante de atingir a perfeição”.

Foi Oliveira Lima quem deu início aos exercícios comparativos da longa série de reflexões críticas que os intelectuais brasileiros do século XX efetuariam sobre as causas do baixo desenvolvimento nacional, no confronto com a pujança dos EUA. Corrente, esta, que seria continuada por figuras como Monteiro Lobato e que encontraria em Bandeirantes e Pioneiros, de Viana Moog, sua mais perfeita expressão weberiana. Ele o fez a partir de sua atenta observação das realidades americanas, colocando-as inclusive em comparação

com o que já conhecia do velho continente: “Na América do Norte apoderou-se de mim, e a breve trecho converteu-se numa quase obsessão, uma forte impressão do nosso atraso, que na Europa eu nunca havia experimentado, acostumados como justamente andamos a considerá-la um antiqüíssimo campo de experiências e de progressos. Do outro lado do Atlântico, porém, num país de civilização tão moderna quanto o Brasil, a comparação impõe-se irresistivelmente, em nosso grave desabono...”

Oliveira Lima oferece, portanto, sua interpretação dos Estados Unidos. Mas a sua visão é a do intelectual preocupado primariamente com o Brasil: “eu apenas olhei para os Estados Unidos com olhos de brasileiro, a saber, constantemente buscando o que de aproveitável para nós poderia a meu ver resultar do exame e da confrontação”. Ele registra sua “impressão de melancolia pelo muito que os Estados Unidos têm alcançado, e pelo pouco que nós temos relativamente feito”. O rotundo diplomata – que mais tarde seria chamado de Dom Quixote Gordo por Gilberto Freire – poderia, legitimamente, ser considerado como o primeiro, ou mesmo como “o” founding father dos americanistas brasileiros, não fosse pela precedência histórica do chamado “pai da imprensa brasileira”.

Com efeito, um século à frente de Oliveira Lima, Hipólito José da Costa (antes de se estabelecer na Inglaterra, fugindo da Inquisição portuguesa, e de ali editar seu Correio Brasiliense) viajou pela costa leste dos Estados Unidos a serviço do futuro Conde de Linhares, tendo produzido um relatório sobre suas observações agrícolas, industriais e botânicas naquele país. O jovem (24 anos) nascido na Colônia do Sacramento e criado em Rio Grande, escreveu também um Diário de Minha Viagem para Filadélfia, 1798-1799, que não pode ser propriamente considerado um estudo de especialista, mas que é certamente a primeira obra sobre os Estados

Unidos escrita do ponto de vista de um observador do Brasil, preocupado em trazer para a colônia lusitana as espécies vegetais e animais e os melhoramentos técnicos que julgava poderem contribuir para o engrandecimento de sua pátria de fato.

*Exatamente um século depois de Hipólito da Costa, como resultado de mais de três anos de suas próprias observações e andanças, Oliveira Lima fixava nos ensaios recolhidos neste livro suas impressões políticas e sociais a respeito da extraordinária expansão então experimentada pela já poderosa nação do Norte. Ao elaborar uma visão própria sobre a pujança da potência norte-americana, ainda nos tempos de Cleveland e McKinley, o historiador consolidou mais tarde sua análise das razões do “sucesso” americano, comparativamente ao “fracasso” das ex-colônias ibéricas, em outros escritos sociológicos, a partir de visitas aos EUA, numa era de triunfalismo rooseveltiano e wilsoniano. Assim foi que, uma década e meia após seu primeiro exercício americanista, Oliveira Lima coletou a série de lectures que ele proferiu em universidades dos Estados Unidos no volume *The Evolution of Brazil Compared with that of Spain and Anglo-Saxon America (1914)*, publicado no Brasil como *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a anglo-americana*. Tratou-se, neste caso, de uma abordagem essencialmente histórica, na qual ele não deixou de consignar comentários de caráter sociológico sobre as diferentes vias de desenvolvimento político, social e econômico seguidas nas diversas partes do hemisfério, com a inevitável deferência às teorias racialistas então em voga.*

Em suas memórias, Oliveira Lima lembraria que aprendeu bem mais sobre os EUA durante os meses como lecturer em doze universidades americanas, em 1912, e nos seis meses nos quais ele foi professor em Harvard, em 1915 e 1916, do que nos três anos

anteriores em Washington como Secretário de Legação. Na então rarefeita bibliografia americana sobre o Brasil e também brasileira sobre os Estados Unidos, Oliveira Lima aparece como uma ponte intelectual entre os dois países, exemplo, aliás, pouco replicado no decorrer do século XX. Ele continuaria, mais tarde, suas reflexões histórico-sociológicas, ao colaborar, desde a sua fundação, em 1918, com a Hispanic American Historical Review, criada por historiadores da American Historical Association dedicados ao estudo da América Latina.

Nas suas primeiras “impressões” dos EUA, Oliveira Lima oferece análises pessoais sobre diferentes aspectos da vida americana e da política externa daquele país; mas os ensaios vêm sempre sustentados na bibliografia disponível em sua época e em materiais oficiais do país. Os problemas selecionados são os que ele acredita possam apresentar relevância para o Brasil, como ele próprio explica na introdução: “busco nos diferentes capítulos em que se divide o volume – o problema negro, a imigração, a política externa, as virtudes nacionais, a influência feminina, o catolicismo americano, o figurino político – senão tratar, pelo menos apresentar as questões que mais diretamente nos interessam ou nos dizem respeito, e cuja solução ou aspecto nos Estados Unidos é capaz de oferecer-nos ensinamento.”

O que Oliveira Lima diz, exatamente, sobre o negro americano, no capítulo inaugural? Suas observações e comentários, por mais desagradáveis que possam hoje parecer a pessoas engajadas no “resgate” das abominações de um passado não muito remoto, devem sempre ser vistas na perspectiva comparativa com o Brasil, que nesse particular ele julga favorável ao Brasil, edulcorando, e muito, o tratamento aqui concedido aos escravos: “Nos Estados Unidos também a prosperidade agrícola baseou-se durante dois séculos sobre

o trabalho escravo, com a diferença que a sorte dos trabalhadores era infinitamente pior do que no Brasil, mercê da superior predisposição ao afeto da raça latina e do seu menor desprezo pelas raças inferiores.”

Como em outras análises típicas dessa época – como a de Euclides da Cunha sobre os “fanáticos” do sertão baiano, por exemplo –, a culpa da miséria dos negros americanos recai quase sempre sobre os próprios miseráveis: “Além de entregar-se exclusivamente à cultura do algodão pelos processos mais rotineiros e atrasados, o negro salienta-se pela indolência e negligência com que executa o serviço. [...] Vive sempre na miséria, gastando quanto apura nos anos fartos, e passando fome, pedindo fiado sob hipoteca da colheita futura nos anos magros. [...] Com tal espetáculo diante dos olhos é bem explicável o desprezo do americano pela raça africana. Pouco mais adiante, ele racionaliza o atraso do Sul pela sua constituição étnica: “O negro é de natureza preguiçosa e também imitativa... [...] Naqueles condados do Sul onde, predominando pelo número, o negro vive para assim dizer entregue a si, o retrocesso é visível.”

Oliveira Lima não esconde, ao contrário, relata com pormenores as fraudes eleitorais que permitiam, no Sul racista, a vitória dos democratas, apoiados pelos brancos, contra o voto maciço dos negros nos republicanos, que os tinham libertado na Guerra Civil. Confrontando o “problema negro” ao das duas outras “raças” que constituíam minorias nos EUA, o historiador do período joanino acreditava que esse problema só existia por causa da fecundidade da população afro-americana e devido ao “erro cometido pelos vencedores de 1865 atribuindo-lhe os direitos políticos”. Ele confrontava, então, o “perigo do negro” às duas outras questões raciais supostamente consideradas problemáticas no contexto americano fin-de-siècle:

“Não existe uma questão índia porque os selvagens, acantonados em suas reservas, somam 250 ou 300 mil, se tanto, e das contendas públicas só conhecem o whiskey e os cobertores que lhes fornecem os contrabandistas e os comissionados do governo. [...] Não existe mais uma questão chinesa, porque aos mongóis foi defesa a entrada, e os que já estavam, pouco excedem de 100 mil e não votam. [...] Ao contrário, os negros são, em alguns estados, numericamente iguais, senão superiores aos brancos e gozam da adulação de certos politicians nas repetidas épocas de eleições. A sua natureza prolífica é conhecida, e se a mortalidade entre eles era considerável ao tempo do tráfico por causa das péssimas condições em que fazia-se a transportação, hoje o seu estado sanitário não oferece sensível diferença do que prevalece entre os brancos.”

Admitindo tranquilamente a superioridade natural da raça branca sobre a negra, Oliveira Lima acreditava que a “regeneração do Sul dos Estados Unidos só se faria, contudo, completamente, bem como a do nosso Norte [na verdade, ele se referia ao Nordeste], substituindo em grande parte o branco ao negro, isto é, diluindo a raça de cor, não real, mas figuradamente, na população de origem européia”. Ele comenta, então, o projeto de um senador sulista que pretendia enviar os negros americanos de volta para a África: “Esta emigração, longe de dura e compulsória, seria promovida, ajudada e subvencionada pelo Governo Federal, e dela resultaria um benefício para a humanidade, pois que os negros americanos civilizariam os seus pares africanos sem precisarem, como os brancos, de recorrer à escravidão.” Oliveira Lima manifestava, porém, a desconfiança de o inverso ocorrer: “Resta saber se, longe de lograrem constituir

uma poderosa nação comercial, de extenso tráfico marítimo, os oito milhões de negros americanos não recairiam antes na primitiva selvageria, da qual os salvam aqui os esforços dos brancos apostolizadores...”

Concluindo esse capítulo sobre o problema do negro nos EUA, as reflexões de Oliveira Lima o levam a preconizar o desenvolvimento do Brasil através do “auxílio e fomento” de outros povos, ou seja, a imigração européia. “Esta corrigirá a extrema mestiçagem estabelecida pelo português e firmará a real supremacia dos brancos, que, se justamente por motivo dessa mestiçagem, não ocorrem no Brasil os perigos temidos pelos do Sul dos Estados Unidos, ameaçavam em todo caso afundar-se num alastramento de raças inferiores”. Uma pesquisa em torno dos escritos de muitos dos outros “sociólogos” brasileiros dessa época – tal como refletida, por exemplo, em obras como Black into White: race and nationality in Brazilian thought, de Thomas E. Skidmore – revelaria comentários e reflexões muito próximos aos aqui evidenciados de Oliveira Lima.

No capítulo seguinte, sobre a imigração, Oliveira faz observações que parecem resumir todo o sentido do “progresso” americano: o amor ao trabalho e a obsessão pela educação.

A instrução chegou a converter-se numa febre na Nova Inglaterra. Mercê da relativa pobreza do solo, da penhora da indústria e, sobretudo, das facilidades do ensino, quase toda a gente deseja aprender, a maior parte dos rapazes pretendem ser formados. Nos colégios abundam os estudantes pobres que, durante o verão, trabalham em profissões manuais para no inverno pagarem suas pensões e cursarem as aulas. No hotel de Block Island em que passei em 1897 as semanas de maior calor, o serviço de mesa era todo feito por college boys: o criado que me servia era

um terceiro-anista de engenharia, o chefe dos criados acabará o seu curso de direito, e o gerente era um inteligente bacharel em filosofia que continuava a aprofundar seus conhecimentos, a estudar para doutorar-se e obter alguma cadeira em alguma das outras universidades, sempre dispostas a receber nas suas congregações os doutores de Harvard.

De fato, as grandes diferenças entre os processos de desenvolvimento dos EUA e do Brasil não estão tanto nas correntes migratórias européias – embora estas também comportem peculiaridades significativas – mas no modo de encarar o trabalho e a educação em cada um dos países. Como confirmado pelo próprio Oliveira Lima: “Para o americano não existe trabalho desonroso: desonrosa é apenas a preguiça.” Nesse capítulo, Oliveira Lima revela ainda a mesma atitude e os mesmos preconceitos exibidos pelos americanos em face do chamado “perigo amarelo”, que naquele país resultou na proibição da imigração chinesa:

“Já basta ao Brasil a extraordinária emigração para Portugal durante todo este século dos capitais ali acumulados pelos comerciantes vindos do reino. Demais, sobre a moralidade, ou melhor, sobre a imoralidade do Chinês não existem duas opiniões. É palpável que, eivado de vícios e fisiologicamente inferior, ele abastardaria ainda mais uma raça que a enervação tropical e o cruzamento com raças inferiores já têm suficientemente estigmatizado.”

Ele também demonstrava preocupação com a qualidade “técnica”, quando não com a pureza eugênica da imigração controlada:

“Não devemos calcular que o emigrante europeu nos trará somente o esforço muscular do seu braço para o que, em rigor, bastariam as raças inferiores. Devemos esperar que ele nos trará o concurso da sua inteligência, a saber, uma porção infinitesimal da experiência do seu continente em matéria de organização financeira e econômica, de perícia industrial, de adiantamento moral.”

O capítulo sobre a “qualidade do povo” permite a Oliveira Lima fazer uma apologia da “raça” de inventores, que ele cita nominalmente: “Morse, inventor do telégrafo elétrico; Bell, do telefone; Colt, do revólver; Ericson, do monitor; Edison, do fonógrafo e outras muitas maravilhas; Howe, da máquina de costura; Mac Corwick, da máquina de ceifar.” Sem indicar suas fontes, ele estimava a riqueza (isto é, o PIB) dos EUA, em 1896, em 76 bilhões de dólares, ou, aproximadamente, um quinto do produto mundial, para uma população que representava, se tanto, 5% do total mundial. O fenômeno das doações milionárias dos ricos americanos para as universidades, instituições humanitárias ou congregações religiosas, filantrópicas e assistenciais, já era bem comum nessa época. Oliveira Lima acreditava que na “alma anglo-saxônica” encontravam-se perfeitamente combinados, “numa maravilhosa união”, as duas características que ele reputava essenciais para fazer um povo grande: o misticismo e o mercantilismo. Ele não deixa, porém, de mencionar os bárbaros tratamentos infligidos aos prisioneiros, os linchamentos de negros, o extermínio dos índios.

O quarto capítulo, sobre a “influência da mulher”, não deixa de reproduzir os preconceitos da época, embora Oliveira Lima registre a saudável orientação existente no sentido de se estender às mulheres americanas as mesmas facilidades educacionais que aos homens. Harvard e Columbia ainda eram, naquela época, univer-

sidades exclusivamente masculinas. Mas existiam colégios particulares de ensino superior ou de “alta ciência” nos quais às mulheres “é ministrado absolutamente o mesmo grão de cultura que nos outros colégios”. Foram mulheres, ele lembra, que escreveram livros famosos em defesa dos índios e dos escravos.

O quinto capítulo, sobre a sociedade, confirma que o dinheiro está “impresso” em quase todas as dimensões da vida americana e a fortuna preside a quase todos os destinos na vida pública, inclusive ao hábito tão comum, desde sempre, de se nomear embaixadores os colaboradores financeiros dos dois grandes partidos. Naquele mesmo momento, o debate mais relevante nos EUA estava voltado para a questão do padrão monetário, se monometálico, com base no ouro, se bimetalista, como queriam os populistas, incorporando a prata, também. Tinha acabado de ser construído, ao preço de 8 milhões de dólares, um magnífico edifício para abrigar os 4 milhões de livros previstos para a Biblioteca do Congresso, onde era obrigatório o depósito de cada nova obra editada no país. Oliveira Lima já se refere à “obra clássica de Tocqueville” (1835) sobre a democracia americana, não sem deixar de mencionar a “infalível corrupção dos regimes populares”. Naquela época, “o serviço doméstico [era] difícil, além de muito caro; os serviços americanos distinguem-se pela insolência”, o que provavelmente continua válido ainda hoje.

O capítulo VI, “O figurino político”, oferece a Oliveira Lima a oportunidade de colocar o sistema político americano como modelo para o brasileiro, assim como o da Inglaterra o foi durante o período do constitucionalismo monárquico. Por certo o padrão constitucional republicano adotado no Brasil esposou basicamente os mesmos princípios. Mas ele se apressa em lembrar que “copiar uma constituição é uma coisa, aplicá-la, porém, é outra”. Ele não deixou

de notar a crescente predominância do Executivo, sobretudo a partir da política de expansão territorial, com a incorporação do Havaí, das Filipinas, de Cuba e de Porto Rico, transformando o presidente numa espécie de “ditador constitucional” desses novos territórios. No campo das relações exteriores, Oliveira Lima salientou que “o Senado não se limita a aprovar ou rejeitar as convenções [estrangeiras] celebradas pelo Executivo, como assumiu a faculdade de emendá-las”, o que levanta problemas de diversas ordens para o Executivo.

Em paralelo com o Brasil, Oliveira Lima registra que os políticos americanos “têm de lisonjear humildemente e prestar conta do seus atos à massa que os elege e de vontade própria os conserva no poder, ao passo que os nossos têm apenas que conchavar-se uns com outros e ninguém a quem dar contas fora das suas agremiações” (hoje, talvez nem isso). Nem por isso deixa de existir forte corrupção legislativa e administrativa, ainda que medidas já tivessem sido adotadas para coibi-las:

O Presidente Cleveland pôs mais da metade dos lugares que antigamente o chefe eleito da nação tinha ao seu dispor, na competitive list ou lista dos lugares dados por concurso e cujas nomeações não são dependentes de serviços partidários: foram assim subtraídos à ganância dos politiqueros quase todos os empregos nos departamentos federais abaixo do chief clerk, e muitos nas alfândegas, recebedorias da receita interna, etc.

Ainda assim, exemplos abundam de velhas práticas – até Cleveland, o presidente “contava para a distribuição com nada menos do que 125.000 cargos somando anualmente 60 milhões de dólares de vencimentos” –, que talvez se tenham tornado permanentes:

Alguns funcionários há que por terem revelado aptidão mais que a ordinária para o lugar ou por outras razões mais discretas são nele mantidos. No serviço diplomático, por exemplo, vemos o Sr. Denby, nomeado pelo Sr. Cleveland, atravessar incólume a administração Harrison e ficar ministro na China durante treze anos.

Oliveira Lima termina esse capítulo lembrando as dramáticas diferenças educacionais entre o Brasil e os EUA: o recenseamento de 1891 havia identificado uma população total de 14,3 milhões de pessoas, das quais 12,2 eram rigorosamente analfabetas. Nos EUA havia, segundo ele, 15,5 milhões de alunos de escolas públicas, servidas por quase meio milhão de mestres, “sendo até em alguns estados fornecidos grátis os livros de texto para as aulas”. Os dados não estão no livro de Oliveira Lima, mas, à época em que ele escrevia, a taxa de matrículas no ensino primário dos EUA correspondia a quase 2 mil por 10.000 habitantes, ao passo que no Brasil esta cifra alcançava, se tanto, 258 pessoas, tendo atingido a proporção dos EUA apenas nos anos 1980, ou seja, quase um século depois (Richard Easterlin, “Why isn’t the whole world developed?”, Journal of Economic History, 41(1), March 1981).

O catolicismo e a educação, justamente, ocupam o capítulo VII, que começa reconhecendo a imensa liberdade religiosa reinante nos EUA. Oliveira Lima reconhece, na verdade, o preconceito anticatólico das elites políticas protestantes, constatando a inexistência de algum presidente daquela corrente cristã (o que só ocorreria com John Kennedy, em 1961). Ele atribui essa situação ao “velho ódio dos reformistas britânicos contra os papistas [que] subsiste numa herança instintiva dos sentimentos da antiga metrópole”. Ele também não deixa de registrar a influência do ambiente de negócios sobre a Igreja católica: “Os prelados americanos têm forçosamente

de ser todos homens de negócio. Nos sermões costuma aqui ferir com insistência o nosso ouvido latino, mais habituado à explanação da doutrina, a questão do dinheiro.”

Oliveira Lima reproduz, com claros sinais de aprovação, declarações do principal prelado da Igreja católica americana, Cardinal Gibbons, sobre o problema racial que dividia aquele país:

Tem-se observado na história da humanidade que quando duas raças distintas coabitam o mesmo território, uma delas exerce sempre certa supremacia sobre a outra. (...) Os conflitos e antagonismos de raça e o derramamento de sangue recentemente ocorrido em vários estados da União [ele se referia aos linchamentos de negros no Sul dos EUA] podem ser em grande parte atribuídos a duas causas capitais: o parcial e mal dirigido sistema de educação dos negros e o indiscriminado exercício e conseqüente abuso da urna eleitoral. (...) A educação que estão recebendo é destinada a aguçar suas faculdades mentais às custas do seu senso religioso e moral. Estimula-lhes a ambição sem fornecer os meios de satisfazê-la. (...) O abuso da urna eleitoral é mais culpa dos demagogos brancos que mesmo dos negros. Os políticos servem-se do voto dos negros para seus próprios fins egoístas. Estou persuadido de que uma restrição do sufrágio, requerendo-se um título de propriedade como base da qualificação eleitoral, seria uma medida avisada.

Esse capítulo inclui, ainda, uma detalhada descrição da Catholic University of America, em Washington, então em constituição e à qual Oliveira Lima legaria sua imensa biblioteca pessoal – com manuscritos valiosos – e na qual ele exerceria seus talentos de professor, já na fase final de sua vida, nos anos 1920.

O capítulo VIII, dedicado aos escritores americanos, oferece um panorama atualizado, para as décadas finais do século XIX, do que de mais importante vinha sendo publicado nos EUA. Curiosamente, Oliveira Lima começa por escritores que serviam ao Estado, como altos funcionários ou diplomatas, a começar pelo Secretário de Estado do presidente McKinley, John Hay, autor de uma história em dez volumes do presidente Lincoln: ele é apresentado como um “escritor sem jaça que fez sua brilhante carreira muito mais como literato do que como político ou diplomata”. O Secretário da Marinha era um tradutor de Virgílio, assim como eram escritores vários embaixadores da ativa. Ele registra como as enciclopédias e coletâneas atendiam muito o gosto do público americano, assim como as séries biográficas.

Destaque especial é dado ao “representante mais reputado, mais genuíno e mais brilhante do humour americano”, Samuel L. Clemens, mais conhecido como Mark Twain, que era a personificação do americanismo, pela self-education. Outro escritor que merece atenção é Marion Crawford, evolucionista e divulgador da obra de Darwin, filósofo social, um verdadeiro menino prodígio que, aos 11 anos, já tinha escrito um quadro cronológico desde o ano 1000 a. C., até 1820.

Oliveira Lima registra o fato de que os “historiadores e publicistas americanos costumam geralmente considerar os assuntos que escolhem de um ponto de vista exclusivamente nacional”, o que ele considerava um “defeito comum à mentalidade americana”, mas que poderia ser superada pela inserção da história americana no fluxo universal. Ele ilustra este ponto pela obra de John Fiske (American Political Ideas viewed from the standpoint of universal history), que considerava que o sistema de representação política típica dos EUA, a democracia de aldeia, na verdade mergulhava

suas raízes nas formações medievais da Europa, ou até mesmo nas florestas germânicas onde os bárbaros desafiavam o poder de Roma imperial.

No capítulo IX, finalmente, chega-se à política externa da nova Roma em ascensão, cujas características essenciais seriam, segundo Oliveira Lima, “dois traços que sempre escassearam à nossa – continuidade e energia”. Os paralelos derogatórios com a diplomacia brasileira – surpreendentes quando se pensa que ele já era um diplomata da ativa – continuam:

Desde Washington os estadistas americanos sabem o que querem e querem-no a valer. A nossa diplomacia, ao inverso, tem apenas recebido impulso e orientação de esforços isolados, avisados e poderosos por vezes, porém sem persistência, não raro contrariando-se e infalivelmente cessando com a retirada do teatro político ou do teatro da vida do representante que os encarnou. O papel de D. Pedro II na política externa foi sem dúvida mais infeliz do que na interna. Da guerra contra Rosas o proveito para o Brasil ainda foi palpável, mas da guerra contra Lopez as conseqüências foram nulas, se abstrairmos da manutenção da dignidade brasileira.

Ele observa que a política externa americana tem sido caracterizada por dois princípios complementares: neutralidade nos assuntos europeus – legado de Washington – e preponderância nos assuntos americanos, proposto por Monroe. Ele lembra as recomendações de Jefferson, em seu discurso inaugural, preconizando “honest friendship with all nations, entangling alliances with none”, mas também constata a grande desproporção de meios e recursos existentes nas Américas entre os EUA e as outras nações indepen-

dentés: “Não existe na América o que na Europa é tradicional sob o nome de equilíbrio, e que traduz a correlação de forças existente entre três ou quatro das suas principais divisões, como resultado dos conflitos pelo predomínio.” Seu julgamento da situação geopolítica do hemisfério é certamente constrangedor, embora, realista:

Na América, depois de apagado o rastilho emancipador, tivemos o espetáculo de uma única nação organizada, os Estados Unidos; um grande corpo amorfo, a vast, feeble and torpid body [ele cita, aqui, E. J. Payne, European Colonies], o Brasil; uma dúzia de estilhaços dos vice-reinados espanhóis, cuja história é monotonamente agitada, e nos quais generais, padres, aventureiros e mestiços dançavam uma sarabanda doida e sangrenta em redor do altar do bezerro de ouro coberto com o barrete frígido da Liberdade. A situação tem-se certamente modificado. Neste fim de século encontramos um Chile cheio de vitalidade e uma Nação Argentina rica de futuro: nenhuma República latino-americana pode, contudo, mesmo imperfeitamente ombrear com os Estados Unidos na colonização integrada, desenvolvimento industrial, adiantamento intelectual, não meramente literário, vigor, opulência esplendor. A preponderância, pois da nação norte-americana no continente é mais do que uma intenção manifesta, é uma condição necessária, um resultado fatal, a que não há de fugir.

Oliveira Lima segue a trajetória de expansão territorial e de projeção imperial dos EUA no século XIX. Mas seu julgamento, mesmo numa era de novas aquisições, tende a ser complacente:

Engana-se muito quem o lobrigar sempre à espreita das ocasiões de aumentar o seu já tão considerável terri-

tório. As conquistas ultimamente realizadas, exceção feita de Porto Rico que representa uma necessidade da defesa e uma condição da supremacia no mar das Antilhas, foram mais impostas pelas circunstâncias do que intencionais. A política de extensão territorial, hoje que as fronteiras se acham consolidadas, está longe de encontrar unânimes defensores, principalmente entre as classes cultivadas e diretivas – se assim as podemos qualificar nesta vigorosa e ciosa democracia. O entusiasmo pela causa cubana não escondia nem esconde gerais desejos de incorporação: foi em grande parte uma característica expansão de americanismo, a florescência das sementes de amor da liberdade humana que a guerra gloriosa da Independência e o desenvolvimento muito mais glorioso da União numa atmosfera de paz depositaram na alma nacional.

Ele reconhece, em todo caso, que todas essas demonstrações de força tinham motivações basicamente econômicas e comerciais: “Além da aplicação de certas conquistas da civilização, como o arbitramento, o tratamento generoso do inimigo vencido e outras, a obra da diplomacia americana tem tendido toda para a liberdade da navegação e o fomento do comércio, envidando seus esforços para a proteção das patentes de invenção e marcas de fábrica, dos cabos submarinos, até da propriedade literária...” Ele responde, em particular, às acusações que nessa mesma época fazia Eduardo Prado – chamado de “panfletário de grande talento” – ao novo gigante americano, recorrendo a um jurista inglês para dizer que “Nenhuma nação mais do que os Estados Unidos tem contribuído para modelar as tendências contemporâneas do direito internacional.”

No que se refere à doutrina Monroe, cabe em primeiro lugar registrar que Oliveira Lima escrevia no auge do expansio-

nismo territorial e imperial americano, logo em seguida à guerra hispano-americana. A guerra transferiu, digamos assim, a soberania de Cuba e das Filipinas da Espanha para os EUA – mas antes do chamado “corolário Roosevelt” a essa doutrina, este implicando um papel de “polícia” que os EUA se auto-atribuíam no hemisfério, em face de possíveis ou reais intervenções européias. Cabe também recordar que a primeira formulação da doutrina, mediante mensagem enviada por Monroe ao Congresso, em 1823, estipulava basicamente dois princípios: (a) que o continente americano não deveria mais ser objeto de tentativas de recolonização por parte de potências européias; (b) que qualquer tentativa nesse sentido seria considerada pelos EUA como perigosa para sua própria paz e segurança.

Oliveira Lima considera que os EUA foram moderados na aplicação dessa doutrina – embora apoiando o México, por exemplo, na questão da invasão francesa –, não sem terem, eles mesmos, deixado de exercer pressão sobre outros países da região sempre quando seus interesses políticos (e, mais freqüentemente, econômicos) estivessem em causa. A prova seria dada logo mais adiante pelo desmembramento da Colômbia, no affair do canal do Panamá, bem como em diferentes episódios de intervenção direta no Caribe e na América Central, em total desprezo pela soberania dessas nações, casos justamente consolidados no follow-up rooseveltiano à doutrina Monroe. Em todo caso, os EUA não gostavam que as potências européias fizessem no seu “quintal” aquilo que elas, e eles próprios, estavam fazendo na China e em outras paragens da imensa periferia subdesenvolvida e aberta à recolonização.

O que mais interessava aos EUA, como registra com razão Oliveira Lima, era a constituição de um espaço econômico integrado no hemisfério, ou pelo menos uma vasta zona de livre comércio

aberta aos seus interesses mercantis. Daí a proposta, feita na primeira conferência internacional americana de 1889 (na qual o Brasil começou sob a monarquia e terminou já no regime republicano), de uma customs union, contando inclusive com padrão monetário bimetalista – os EUA só adeririam ao padrão ouro mais para o final do século – e acordos abrangentes em outras áreas que não apenas a liberalização comercial, entendimentos que não chegaram a termo, como, aliás, o da Alca mais de um século depois, por oposição da Argentina e do Brasil. Ele, de certa forma, lamenta pelo menos uma das frustrações dessa malograda conferência:

Ficou sem resolução a questão de um padrão monetário uniforme e de uma moeda comum. Os Estados Unidos possuem de fato uma circulação metálica de base ouro (não falando da fiduciária por ser resgatável em ouro) com a prata como auxiliar, que foi definida e defendida no último pleito presidencial, no qual a maioria da população pronunciou-se contra a livre cunhagem da prata, metal dito essencialmente nacional. No México, pelo contrário, a prata constitui o padrão legal. Em quase todos os outros países americanos o excesso das emissões fiduciárias expulsou todo o metal da circulação e produziu o desequilíbrio do câmbio. Em tais condições tornava-se difícil a harmonia financeira, embora teórica, entre as potências do continente.

Oliveira Lima tinha plena consciência da natureza complexa desses arranjos e nunca propugnou por uma aliança estreita com os EUA, em matéria econômica ou em outras esferas. De resto, ele nunca foi um americanófilo, como talvez possa ter sido Joaquim Nabuco, o que fica bem patente em suas duas outras obras de “política externa” que ele escreveu naquela conjuntura de ascensão impe-

rial americana: Pan-americanismo: Monroe, Bolivar, Roosevelt (1907) e Cousas Diplomáticas (1908). Diferente de Nabuco, que tendia a uma visão idealizada do pan-americanismo, ele o considerava, efetivamente, como uma “conquista pacífica do hemisfério em proveito da produção americana”. A “reciprocidade comercial” prometida era ilusória.

Mas Oliveira Lima não escondia suas simpatias pela grande potência em construção, de que é testemunho este julgamento “acolhedor” sobre as conseqüências imediatas da guerra contra a Espanha, da qual emergem engrandecidos os EUA, reproduzindo, de certa forma, a trajetória conquistadora européia:

Os seus resultados foram a inteira destruição de duas esquadras espanholas, a cessão aos Estados Unidos de quase todo o domínio colonial espanhol e a inauguração do imperialismo norte-americano, que é a última conseqüência da constante expansão territorial do país, da sua magnífica civilização industrial e da necessidade em que se encontra de dar razão ao excesso da sua produção agrícola e fabril, para a qual já não vai sendo bastante o mercado nacional e que nos mercados europeus tem que lutar com a concorrência doméstica das respectivas nações, defendida pelo protecionismo de que os Estados Unidos foram os primeiros a exagerar os rigores. Não procedem noutra intenção as grandes nações da Europa disseminando seus agentes comerciais pelo mundo inteiro e manifestando pela aquisição de colônias uma tão cínica cobiça.

De certa forma, ele antecipa a mudança, ou evolução gradual, do monroísmo para uma vertente mais afirmativa ou agressiva: os EUA “de há tempos que davam mostras de sufocar dentro da couraça, agora apertada, forjada pelo Presidente Monroe”. Sua an-

tevisão – ele estava escrevendo em 1898 ou início de 1899 – é bastante clara: “Que o primitivo, ou melhor, o verdadeiro monroísmo deixaria de vigorar na sua acepção limitada antes de surgir o século XX, tornara-se palpável.” Não era ainda questão, nessa época, de construir um canal transoceânico no Panamá, e sim na Nicarágua, projeto abandonado em vista das imensas dificuldades materiais (mas já substituído por “estudos” na região do atual Panamá). Ele também menciona o início dos conflitos político-diplomáticos com o Japão, quando da anexação do Havaí pelos EUA, ilhas nas quais viviam alguns milhares de japoneses. O Congresso, sempre hesitante quanto a aumentar o número de soldados a serem despachados para Cuba, Porto Rico, Havaí e Filipinas, aprovou, em qualquer hipótese, a expansão da Marinha, considerada “indispensável à expansão colonial dos Estados Unidos, proteção do seu comércio, necessidades da sua defesa e exigências da sua situação de potência de primeira ordem ou mais propriamente, na expressão inglesa, de *wold power*”. Ele também comenta, com detalhes, as obras do então capitão Alfred Taher Mahan, o grande estrategista do poder naval americano.

Comentando o sucesso americano do romance histórico do polonês Henryk Sienkiewicz, *Quo Vadis?*, Oliveira Lima afirma que a “América do Norte [ou seja, os EUA] será assim maior do que Roma, porque, ao senso prático e ao instinto de mando que as distingue a ambas, juntará o idealismo cristão com o exercício da sua disciplina moral”. Oliveira Lima conclui esse capítulo evocando os valores que fundamentariam a grandeza dos EUA: “No eclipse da aristocracia colonial herdou a democracia americana muitas das qualidades que a ornavam: a bravura serena, a *self possession*, a generosidade, altaneria, o espírito de mando.”

O capítulo X está todo ele voltado para as relações do Brasil com os EUA, que ele chama de “duas maiores potências do conti-

nente americano”. Ele demonstra certa ironia em relação às nações hispano-americanas, dizendo que “as nossas revoluções [isto é, do Brasil] são em média decenais, as deles anuais”. Para as relações cordiais e amistosas entretidas pelos dois gigantes hemisféricos contribuíram a “visita de D. Pedro II à Exposição de Filadélfia em 1876, o seu giro pela União, as suas maneiras despretensiosas e afáveis, a sua inteligência viva e curiosa, [que] produziram maior efeito do que cem volumes de propaganda”. Durante a guerra contra a Espanha, pela “independência” de Cuba, o Brasil teria sido, segundo a imprensa americana, um país “neutral but a firm friend”, da mesma forma como já o tinha sido durante a guerra de Secessão. Como registra sinceramente Oliveira Lima:

A liberdade do tráfico comercial foi sempre, eles o confessam, o ponto sensível dos homens de Estado americanos, e por causa dessa liberdade insistiram longamente os Estados Unidos pela abertura do Amazonas e tributários à navegação mercante estrangeira.

Oliveira Lima não esconde os numerosos incidentes diplomáticos bilaterais que permearam as relações no decorrer do século XIX, mas expressamente se contrapõe ao antiamericanismo de Eduardo Prado, que ele considera como dominado pela “cegueira partidária”: ele “faz da sua má vontade aos Estados Unidos um dos artigos da profissão de fé monárquica no Brasil”. Respondendo diretamente ao título do mais famoso panfleto do publicista antiamericano, dizia Oliveira Lima que “à ilusão americana é conveniente contrapor a realidade americana”.

Para Oliveira Lima, “Não há coisa alguma que hoje divida o Brasil e os Estados Unidos. Os seus interesses podem não ser todos os mesmos, mas não os há que sejam opostos ou hostis.” Sua

visão das relações é ao mesmo tempo realista e condescendente com as diferenças estruturais:

É infinitamente menos provável que entre o Brasil e os Estados Unidos surjam jamais verdadeiros conflitos. Na própria diferença das respectivas condições econômicas encontra-se uma das razões de tal situação. O Brasil é um país que procura consumidores para a sua produção natural e agrícola; os Estados Unidos um país que procura sobretudo colocar o excesso da sua produção industrial. A maior parte do nosso café e da nossa borracha, um pouco do nosso açúcar, um nada do nosso tabaco para aqui vêm: para lá buscam eles mandar em maior escala o que nos fornecem os países manufatureiros europeus, a Inglaterra, a França, a Alemanha, e com que não podem competir nossas poucas indústrias.

Mais adiante, ele diz que a relação é boa devido aos interesses dos próprios EUA: “Aos Estados Unidos convém a nossa simpatia, que já lhes tem sido útil e sem a qual eles correriam muito o risco de isolamento no continente meridional.” Como modo de alcançar o Brasil o nível de desenvolvimento dos EUA Oliveira Lima preconiza, no mesmo espírito de culto ao “homem branco” da época, uma “sã emigração européia”, capaz de inculcar, nos países latino-americanos e mestiços como o Brasil, a “prática das virtudes que explicam o poderio da raça saxônica”. O exemplo do desenvolvimento americano deveria, segundo ele, oferecer motivos de otimismo quanto ao futuro:

O exame, o estudo dos Estados Unidos como comunidade laboriosa, ordeira e progressiva, ser-nos-á mais proveitoso ainda do que sua amizade para habilitar-nos a realizar por nós mesmos aquela evolução, para a qual nos

negam competência, e cumprir nosso destino, que é árduo pela imensidade da perspectiva, mas poderá ser por isso tanto mais glorioso.

O último capítulo, bastante longo, está voltado para a política colonial, de modo genérico, mas americana em particular, partindo Oliveira Lima do pressuposto de que o “mundo inteiro já está convencido de que os Estados Unidos vão tornar-se uma grande potência colonial”. A exemplo de Porto Rico e do Havai, ele acreditava que “Cuba acabará igualmente por ser anexada, quando a maioria dos cubanos tiver amplamente revelado sua incapacidade para a manutenção de um governo autônomo e digno”. Ele trata ironicamente do caso das Filipinas:

A administração McKinley com quase unânime aplauso do país intentara uma guerra para dar a independência ao povo cubano e, por uma suprema ironia, iniciava na mesma ocasião outra guerra para escravizar o povo filipino, igualmente apto ou inapto para a autonomia e igualmente rebelado contra o jugo espanhol, sem disposição alguma de trocá-lo por outro.

Ele registra o inevitável afastamento de uma política comercial mais liberal, em troca do protecionismo alfandegário, sob a influência de lobbies poderosos como o sugar trust:

O protecionismo nos Estados Unidos já entrou demasiado na estrutura nacional para poder ser de todo eliminado sem a maior dificuldade, pelo menos nos tempos mais próximos. Os exageros atuais hão de porventura ser breve sanados, especialmente se os aumentos de despesa causados pela política colonial obrigarem os Poderes Públicos a recorrer a uma tarifa mais baixa e portanto mais

produtiva; os próprios democratas porém já abandonaram o ideal do livre câmbio.

Tampouco importava como e onde seria construído o canal transoceânico, à condição que se ficasse sob a “proteção” do nascente império: “De qualquer forma que se realize, o canal ligando o Atlântico ao Pacífico será dominado pelos Estados Unidos, posto que dando a República penhor, senão de sua neutralização, pelo menos da proteção devida aos interesses dos neutros.” Independentemente dos custos das aventuras imperiais e das hesitações do Congresso em sustentar certas operações, os “partidários do imperialismo [...] proclamam que as colônias retribuirão perfeitamente a metrópole pelos gastos realizados”. Ele também constata uma realidade econômica fin-de-siècle: “De há tempos começou-se a dar um fato novo nos anais econômicos do mundo, a saber, a Europa está ficando devedora da América.”

Nem tudo se passou bem com as primeiras aventuras coloniais, ocorrendo algumas improvisações, fruto da inexperiência prática, como a detinham os europeus. Oliveira Lima transcreve a opinião de um periódico americano:

Iniciamos nossa carreira colonial, absolutamente sem experiência, sem sistema, sem o mecanismo necessário para o governo colonial, e com um Congresso e condições políticas que sugerem graves dúvidas sobre nossa competência para administrar sabiamente.

Mais adiante ele se corrige: “Não se pode contudo afirmar que os Estados Unidos não contam experiência alguma de governo colonial. Este há praticamente sido ensaiado nas porções do continente sucessivamente anexadas, abrangendo aplicação e ausência de self government.” A própria Inglaterra, inimiga ainda até a

segunda década do século XIX, poderia servir de exemplo: “A crescente amizade entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha poderia aliás contribuir melhor do que qualquer doutrina para experimentalmente ensinar àqueles o melhor modo de governar colônias com mútua prosperidade, delas e da metrópole.”

Oliveira Lima era realista, ou circunspecto, quanto às vantagens da liberalização comercial, que ele achava relativamente prematura para dar certo:

O free trade, para o qual as colônias terão de influir e cuja introdução no sistema econômico americano deveria ser gradual e paulatina para não destruir bruscamente as condições existentes, só faria afinal soçobrar as indústrias exóticas, sem base ou probabilidade de vida independente. As indústrias com elementos próprios inquestionavelmente vingariam. [...] O free trade, se por um lado envolve a diminuição dos salários pela concorrência feita a certas indústrias, auxilia por outro a extensão do comércio e anima portanto as manufaturas, barateando aliás a vida nos Estados Unidos com o aumento das permutas. [...] O momento, devemos reconhecê-lo, não é favorável para livre câmbio.

Cem anos antes do historiador britânico Niall Ferguson — que, em seus livros Empire e Colossus, recomenda aos EUA adotar a mesma postura imperial do Reino Unido —, Oliveira Lima acolhe com simpatia essa emulação:

O Império britânico é um modelo deveras para recomendar-se porquanto abrange formas variadas de governo colonial. Não podendo razoavelmente ficar aquém da autonomia, terão os Estados Unidos, se converterem em anexação o seu protetorado, de conceder a Cuba as franquias

políticas quase soberanas de uma Victoria [província canadense] ou de uma Nova Gales do Sul [na Austrália]; ao passo que manterão justamente Porto Rico e Havaí na situação de algumas dessas Crown collonies...

Completam o livro sobre os EUA três apêndices documentais, em forma de notas. A primeira retoma a questão da imigração e das relações entre as “raças” naquele país. A segunda consiste na nota do Departamento de Estado encaminhada ao primeiro representante diplomático do Brasil em Washington, José Silvestre Rebelo, e que tratava das formas e meios de se incrementar as relações entre os dois países. A terceira aborda a terrível questão dos linchamentos públicos perpetrados contra os negros do Sul dos EUA, nota na qual Oliveira Lima demonstra os mesmos preconceitos já detectados no capítulo inaugural desta obra. Apenas um extrato confirma essa impressão, e com ele se conclui o livro:

As atuais condições político-sociais do Sul prolongar-se-ão enquanto os brancos não sentirem absoluta sua supremacia e completa sua segurança, e os negros, como disse no Capítulo I, não dispuserem de mais educação moral e profissional, e sobretudo se não capacitarem de que não há lugar conspícuo para eles no Governo nacional e é mister resignarem-se à inferioridade social que na opinião americana lhes acarreta o estigma da raça. Os dois elementos não podem coexistir aqui com atribuições e destinos iguais: um há de manter o outro em dependência e o vencedor tem de inquestionavelmente ser o elemento branco, dispondo de mais inteligência, mais experiência, mais decisão e mais recursos. Nesse dia desaparecerão por desnecessárias as atrocidades dos linchamentos, produzidos pela incerteza no futuro e, em última análise, pelo

temor do sacrifício dos interesses da civilização de origem européia.

Não por isso a presente obra de Oliveira Lima deve ser desconsiderada como anacrônica, posto que anacrônico seria um julgamento contemporâneo quanto a fatos e argumentos que expressam fielmente o Zeitgeist. De fato, o livro revela com perfeita verossimilhança como eram os EUA de um século atrás e como eram construídas as explicações e rationales que fundamentavam o “darwinismo” social e geopolítico, ou seja, a supremacia do homem branco e natural dominação das sociedades industriais, economicamente mais avançadas, sobre todas as demais. Desse ponto de vista, o livro oferece um retrato perfeito do imperialismo e do colonialismo em seu ponto mais alto de afirmação e justificação.

No plano mais específico das comparações que poderiam ser feitas com o caso do Brasil, a recomendação a ser feita é que este livro seja lido em paralelo com as lectures feitas por Oliveira Lima em universidades americanas mais de uma década depois: The Evolution of Brazil Compared with that of Spain and Anglo-Saxon America (Stanford, California University Press, 1914, edited with introduction and notes by Percy Alvin Martin; com uma edição brasileira inclusive antecipando sobre a americana: América Latina e América inglesa: a evolução Brasileira comparada com a Hispano-Americana e com a Anglo-Americana; Rio de Janeiro: Garnier, s.d.[1913]; o livro foi objeto de nova edição americana: New York: Russell and Russell, 1966.) As razões do avanço americano e as do nosso atraso relativo já estavam inseridas, por assim dizer, nas estruturas da colonização desde vários séculos antes. Elas ainda não foram de todo superadas, embora os quase dois séculos de independência política já nos tenham permitido assumir plena responsabilidade por nossa trajetória e modelo de desenvolvimento.

Oliveira Lima nos ajuda a ver, embora com argumentos que hoje tendem a ser desconsiderados como “politicamente incorretos”, os fatores responsáveis por nosso lento desenvolvimento material e sobretudo educacional. Vale a pena percorrer estas páginas e constatar o que mudou e, em especial, o que não mudou, tanto nos EUA, como no Brasil desde um século aproximadamente. As lições podem não ser todas agradáveis, mas elas são certamente instrutivas...

Brasília, 18 de abril de 2008

.....

Nos Estados Unidos *e a influência da mulher*

MARGARIDA PATRIOTA

Doutora em literatura pela
Universidade da Colúmbia Britânica (CAN)
Escritora

LIVROS há que, meritórios em si quanto a fundo e forma, o são também pelo momento histórico em que surgiram. É o caso de Nos Estados Unidos – impressões políticas e sociais, do historiador e diplomata brasileiro, pernambucano, membro fundador da Academia Brasileira de Letras, Manuel de Oliveira Lima.

Publicado pela Brockhaus de Leipzig, Nos Estados Unidos – impressões políticas e sociais surge em 1899 com o propósito de apresentar aos brasileiros um quadro geral da nacionalidade que o autor vê “fadada a subjugar o mundo numa proporção que desconheceu quer o Império Romano, quer a monarquia universal de Carlos V”.

O país retratado é colhido no momento em que desponta na liderança mundial, munido de 70 milhões de habitantes, indústria e comércio vigorosos, território de dimensões continentais, reforçadas pela anexação do Alasca, do Havaí, de Porto Rico, da vizinha Cuba, pérola das Antilhas, e outras possessões ultramarinas do então recém-derruído império colonial espanhol.

Oliveira Lima, por sua vez, trazendo na bagagem a publicação de livros de peso, como Pernambuco, seu desenvolvimento histórico, de 1895, e Aspectos da literatura colonial brasileira, de 1896, propõe-se olhar os Estados Unidos “com olhos de brasileiro, a saber, constantemente buscando o que de aproveitável para nós poderia resultar do exame e da confrontação”.

A questão do negro é a primeira a merecer sua atenção, haja vista que “tudo concorre para tornar interessante para nós o problema do futuro social dos africanos e seus descendentes nos dois grandes países do continente americano, que, além das Antilhas, foram justamente os que maior quinhão receberam dessa imigração forçada”.

Considerando o negro na América um mal: “atesta-o o Sul dos Estados Unidos, cuja decadência ainda dura desde a guerra da Separação”; “atesta-o o Norte do Brasil, onde a falta de imigração branca tem produzido a estagnação, para não dizer com mais verdade a decadência e a miséria”, o autor analisa os efeitos positivos da considerável imigração européia que veio robustecer, na terra de George Washington, o gênio ativo e inventivo dos colonizadores ingleses.

Oliveira Lima destaca as qualidades do povo que, além de primar pela energia, sabe como ninguém transformar a filantropia interna em agente de progresso, bem como realça a benéfica influência da mulher, numa sociedade onde sua inteligência é julgada igual à do homem, onde as carreiras se lhe abrem fartas e fáceis, onde não precisa imolar a personalidade no altar da tirania doméstica. Para os que consideram, com Norberto Bobbio, a emancipação da mulher a revolução mais importante do século XX, a ênfase dada à influência feminina no andar da futura potência não deixa de ser premonitória.

Ao exame detido da sociedade estadunidense e de seu figurino político republicano-democrático, segue um estudo do lugar que nela ocupam catolicismo e educação, e uma sinopse da representação que dela fazem os escritores americanos.

No desenho da política externa, o diplomata Oliveira Lima distingue dois traços principais: continuidade e energia. “Desde Washington”, afirma, “os estadistas americanos sabem o que querem e querem-no a valer.” Ao que se opõe D. Pedro II, cujo papel na política externa foi sem dúvida mais infeliz do que na interna. “Da guerra contra López”, afirma o autor, “as conseqüências foram nulas se abstrairmos da manutenção da dignidade brasileira.” Ademais, julga que em fins do século XIX “nenhuma nação mais do que os Estados Unidos tem contribuído para modelar as tendências contemporâneas do direito internacional”.

As relações do Brasil com o gigante do Norte, fregueses por excelência do nosso café, não poderiam deixar de ser examinadas. Nesse capítulo, Oliveira Lima relata que, por ocasião da declaração de guerra à Espanha, o Washington Post, órgão oficioso da Casa Branca, comentava que somente três nações latino-americanas podiam ser contadas seguramente como afeiçoadas aos Estados Unidos, e eram “o México, por interesse; Venezuela, por gratidão; o Brasil por desinteressada amizade.”

Na análise da política colonial americana, tema que fecha o livro, cabe notar (com a ironia dos tempos de Fidel Castro) a curiosa e, no período, sólida previsão de que Cuba acabaria anexada aos Estados Unidos, bem como a certa avaliação de que o protecionismo em território ianque já entrou demasiado na estrutura nacional para ser eliminado sem dificuldades nos tempos mais próximos.

Em seus erros e acertos, virtudes e defeitos, as previsões que Oliveira Lima faz em 1899, e que o século XX trata de comprovar ou desmentir, oferecem ao leitor útil referência histórica para confronto com a atualidade, quando não lhe dão ponderosa matéria a reflexão.

Assim, na primeira década do século XXI, quando afro-descendentes como Collin Powell e Condoleza Rice (sem falar em Barack Obama) atingem escalão de generais-em-chefe nos ditames da ordem internacional, causam espécie os vaticínios racistas do autor pernambucano, ora a profetizar: “cairão quase todos os nossos países latino-americanos se os não salvarem a sã imigração européia”; ora a sustentar não possuir o negro, nos Estados Unidos, “probabilidade alguma de vir a governar, como a não possui de vir sequer a colaborar no governo. Será sempre um pária, um réprobo, um servo, vegetando em situações subalternas, pouco mais do que era antes da Abolição.”

Cabe lembrar que o livro em pauta é a resposta que um entusiasta da amizade americana oferece ao antiamericanismo professado por Eduardo Prado, em A Ilusão americana, de 1894 (Edições do Senado, 2003). Esse teor é claro na seção dedicada à política externa, quando o autor diz: “Um panfletário de grande talento, o senhor Eduardo Prado, escreveu um volume em que condena in limine toda a história, instituições, política e costumes dos Estados Unidos, atirando-o no nosso mercado literário num momento em que alguns dos admiradores brasileiros da América do Norte estavam, com efeito, levando demasiado longe as suas demonstrações de fraternidade e ameaçavam marear os brios da nação.” Embora saliente não ter recebido procuração para defender a república anglo-saxônica das agressões do incisivo escritor, Oliveira Lima acrescenta: “Percorrendo a curta história internacional dos Estados Unidos não

são certamente as manchas de lodo e de sangue que o Sr. Eduardo Prado lá quis enxergar as que sobressaem.” Acredita, portanto, que “à Ilusão americana é conveniente contrapor a realidade americana.”

Em balanço geral, Nos Estados Unidos – impressões políticas e sociais, de Oliveira Lima, é uma obra dotada de rara riqueza informativa que tanto fala da nação em estudo, quanto da nação de quem escreve. Ao se debruçar como se debruça sobre o Estados Unidos prestes a disparar na largada expansionista do século XX, contribui para a compreensão da evolução política, econômica e social do Brasil, vindo a constituir ensaio de natureza comparativa do calibre de Bandeirantes e pioneiros de Viana Moog.

Atual e oportuno é o capítulo “A influência da mulher”, hoje que nos Estados Unidos o sexo frágil disputa com o forte, desde corrida presidencial, à de Fórmula I, e os leitores americanos garantem o sucesso de livros em cujas páginas transitam heroínas submetidas ao uso compulsório da burca (indumentária que resume para eles, e, por extensão, para o Ocidente, o atraso dos países que a impõem).

Não menos digno de nota é Oliveira Lima distinguir a mulher como agente de progresso e de cultura no final do século XIX, quando os chamados “estudos de gênero” não estavam em voga, e o século XX não escrevera ainda o capítulo histórico da emancipação feminina.

A influência benéfica que as mulheres exercem na formação dos Estados Unidos, nasce ao ver de Oliveira Lima com a deferência que o americano lhes vota desde o período colonial. Ao passo que a maneira como o brasileiro encara a mulher, postula o autor, em 1899, antes emperra do que alavanca o desenvolvimento da sociedade brasileira. Assim, diz ele:

...O americano considera a mulher, no geral, como um ser de inteligência igual à sua, senão superior sob o ponto-de-vista do refinamento, capaz de discernir suas conveniências, ganhar seus meios de subsistência e julgar com idêntico acerto as coisas e os homens, ao passo que nós vivemos debaixo da impressão toda latina de que a mulher é um objeto de prazer e um móvel de luxo, sem direitos, posto que com obrigações.

Graças a uma “sagaz aquiescência masculina”, bem como à “tradicional independência feminina da raça saxônica”, os Estados Unidos entram no século XX, na opinião do historiador pernambucano, fazendo jus ao apelido de “paraíso das mulheres”. Por “paraíso”, não se entenda aqui um lugar reservado ao gozo de delícias e, sim, um território que permite à mulher desenvolver plenamente seu intelecto e personalidade.

Por acreditar “no princípio da identidade da aptidão mental nos dois sexos”, os Estados Unidos, em seus primórdios, proporcionam a homens e mulheres as mesmas facilidades de educação e, se é verdade que nos mil e oitocentos os homens, lá, têm suas universidades exclusivas, tais como Harvard e Colúmbia, as mulheres também têm suas faculdades particulares de ensino superior, tais como Wellesly, Vassar e Bryn-Mawr.

Baseado na premissa de que a mulher instruída levanta o nível dos que a rodeiam, Oliveira Lima passa a arrolar alguns exemplos da contribuição feminina na obra da cultura americana. Foram duas mulheres, lembra ele (não isento de um aparato conceitual racista) que “arrastaram a atenção dos seus compatriotas sobre a injustiça do tratamento dispensado às raças inferiores dentro dos limites da república”. Com o livro Um século de desonra, Helen Hunt Jackson sensibilizou o público americano em favor da causa

do índio, e Harriet Beecher-Stowe como que aboliu a escravidão do negro, em 1851, por intermédio do seu famoso romance *A cabana do pai Tomás*, traduzido para nada menos do que 32 línguas.

“Nas letras contemporâneas”, segue Oliveira Lima, “continua a distinguir-se o elemento feminino, como desde o período revolucionário, contando-se os seus representantes entre os autores mais atrativos, senão mais profundos.” Segundo nos informa o autor, muitas são as americanas que à época vivem exclusivamente da pena.

No campo da ação prática o historiador destaca figuras como Clara Barton, propagandista da Cruz Vermelha, ou como Helen Gould, por suas iniciativas filantrópicas, bem como as senhoras criadoras das sociedades de cunho altruísta *Kings daughters and sons* e *Daughters of the american revolution* de significativa importância na vida americana. Salienta também que, de 1880 a 1896, o Patent Office estadunidense concedeu mais de 2.500 patentes de invenção a mulheres.

Na virada do século XIX para o XX as americanas invadiram todas as profissões (com exceção das de soldado e marinheiro), cabendo ressaltar o papel notável que exercem no jornalismo nacional. Nessa oportunidade, Oliveira Lima adverte:

E não se pense que avocam apenas as seções de modas e crônica elegante... Empregam-nas os diários em larga proporção como repórteres no país e correspondentes fora do país... Para a Europa, para a América Central, até para as ilhas mais remotas do Pacífico têm os principais jornais destacado correspondentes dentre seu corpo de redatoras.

É fato, ademais, que o *Post de Boston* só começou a dar lucros depois que a viúva do dono tomou conta de sua gerência.

Oliveira Lima conta ainda que, no dizer de um humorista americano, os Estados Unidos, no limiar do século XX produziram um novo tipo de homem: o do esposo modelo. Na esteira deste, produziu uma new woman que não desaparece à sombra do marido e, na maioria dos casos, governa o lar. No quadro caricato dessa gestão (que o espirituoso Max O'Rell chamou de Petticoat Government), cabe ao varão que desposou sua consorte, quase sempre, sem dote, satisfazer-lhe os caprichos sem muito esperar em troca.

No cerne do vitorianismo, do filistinismo e do patriarcalismo da Belle Époque, há quem pense que uma exagerada emancipação feminina ameace avassalar em futuro próximo o homem ianque. Oliveira Lima discorda de quem teme e ridiculariza o “domínio da saia” na terra de George Washington. Vê a americana evoluída, segura de si e confiante de suas perspectivas, não só “amacian-do as asperezas do caráter nacional”, como “promovendo o progresso da sua pátria e representando um dos mais poderosos fatores da sua cultura.” No tocante ao tema, chega a concluir:

É neste sentido, e pondo de lado o que possa sugerir de burlesco para apascentar o riso alvar o predomínio social da mulher, que o Brasil, a meu ver, tem mais que tudo a aprender dos Estados Unidos.

À MINHA QUERIDA COMPANHEIRA DE VIDA E DE TRABALHO

FLORA CAVALCANTI DE OLIVEIRA LIMA

COM TODO O CORAÇÃO DEDICO ESTE VOLUME DE

IMPRESSÕES DE QUE ELA PARTICIPOU

.....

Introdução

NO BRASIL *fala-se ou muito bem ou muito mal dos Estados Unidos. Apontam-nos os seus admiradores como o único modelo a seguir sem discrepâncias, o melhor figurino a copiar nos mais ligeiros pormenores, sem cogitarem da diferença dos meios, das respectivas tradições nacionais e dos costumes de cada povo. Os seus detratores culpam-nos de todos os crimes, desde a ambição devoradora de terras e de nacionalidades, até a corrupção política e social mais desbragada. À parte os exageros do fanatismo, a verdade está incomparavelmente mais com os primeiros. E pelo menos o que ensinou-me uma estada de três anos no grande país americano, que eu tanto desejava ver imitado pelo meu no ingente progresso material, sem o qual a verdadeira cultura é hoje um sonho, e ao mesmo tempo no seu discernimento dos males da demagogia, na tolerância, na paixão pelo estudo, na energia individual, na vontade perseverante de atingir a perfeição.*

Segundo Paul Bourget são os Estados Unidos uma sociedade que está sendo modelada pela Democracia e pela ciência. Outro tanto infelizmente não pode dizer-se do Brasil. Democracia – é injusto assim denominar o falso sentimento de igualdade que prevalece entre nós, que é mais o desrespeito proposital por todas as superioridades na virtude, no talento ou no caráter, encarnando-se umas vezes na chacota, outras vezes no jacobinismo. Ciência onde a buscaremos além dos pequenos núcleos profissionais espalhados pela superfície do enorme território, em inteira desproporção numérica e intelectual com o resto da população? Seis sétimos do nosso povo são ainda analfabetos, e são de pasmar a ignorância e o atraso de idéias freqüentes nas classes consideradas educadas. O grosso do Brasil está num período de Panorama e de Arquivo Pitoresco – comentava-me com graça um agudo observador prematuramente falecido e que havia pouco estivera no Rio de Janeiro –: requer por enquanto uma literatura de anedotas históricas e de receitas caseiras. Quem poderá contestá-lo?*

Acrescenta Bourget que os Estados Unidos constituem uma lição para a Europa, pois que dão uma impressão de tranqüilidade sobre o futuro social do mundo, sobre a solução dos problemas misteriosos que agitam o velho continente, como sejam o militarismo e o proletariado. O otimismo parece neste ponto demasiado. As facilidades de ganhar o pão afastam geralmente neste momento as idéias de lutas do trabalho. A rebelião da fome vem ainda longe, mas contra os trusts ou sindicatos, esmagadores da livre concorrência industrial e tiranos desapiadados da independência individual, prometem para breve um estrondoso levantamento de broquéis. Será, porém, a manifestação sangrenta ou pacífica? Teremos Revolução

* Outre-Mer.

ou Evolução? A exemplar igualdade de hoje converter-se-á amanhã numa temível anarquia? E antes que tudo vencerá a concepção materialista que é agora a predominante nos Estados Unidos, a auri sacra fames que estimularia a contenda, ou terá já tido tempo de formar-se a concepção moral e levantada que à nação está preparando a elite da sua inteligência?

Comecei justamente a coordenar este livro ouvindo os ecos das últimas aclamações ao triunfo de McKinley, à vitória incruenta, legal, ordeira, do espírito conservador sobre as veleidades radicais, luta política e econômica disfarçada numa controvérsia financeira. Naqueles dias o futuro aparentava dever ser o presente, o que, porém, se não dará com certeza. A vitória eleitoral dos conservadores no pleito presidencial de 1896, em que estavam em jogo mais do que a fortuna pública, o crédito e a honra da nação, indica apenas que nos Estados Unidos o progresso, talvez brusco para o observador estrangeiro, não mostra inclinação a ser demolidor.

Longe de mim o desfazer no radicalismo. O desenvolvimento humano se não operará sem que ao sentimento da ordem corresponda sempre o do progresso. A observação não perca pela novidade, mas encerra tão profunda verdade que é sempre útil repeti-la. O povo americano, entretanto, felizmente para ele, não só herdou a feição inglesa de apego às suas instituições e aos seus usos, como habituou-se a encontrar nos meios pacíficos e regulares o melhor modo de reivindicar suas aspirações e satisfazer seus anelos.

A cisão não significa forçosamente ódio; a divergência não implica fatalmente a destruição da opinião, e, o que é pior, dos opinantes contrários. A própria Guerra da Separação, que na verdade foi medonha, estalou depois de uma série semi-secular de acordos, de tentames legislativos e outras formas conciliadoras, quando, es-

gotados os compromissos, acharam-se face a face dois ideais e dois interesses. Nada mais restava senão o apelo às armas.

Entre nós não acontece outro tanto. Falamos muito da legalidade, mas pouco a respeitamos. Do passado não cuidamos, nem o estimamos. O período colonial é verberado como uma degradação coletiva e sistemática, afora os ditirambos, na maioria ignorantes, inspirados pela expulsão dos holandeses e pelas conspirações e revoltas contra a metrópole, consideradas apenas como prenúncios republicanos. Desdenhando destas próprias exceções, não se estão ocupando em Alagoas de glorificar um mestiço infiel à pátria, o qual serviu de guia as forças batavas nos primeiros tempos da ocupação, e muito justamente expiou no patíbulo os seus prévios furtos e a sua felonía vergonhosa? Calabar chegou mesmo a encontrar um panegirista no Senado Federal. Quando lembrou-se alguém nos Estados Unidos de reabilitar jamais a memória de Benedict Arnold? Entretanto o general Arnold tem para contrabalançar a sua infâmia, inscritos na sua fé de ofício, dezenas de feitos heróicos, atos de uma coragem louca: Washington, até o dia da traição, considerava-o e estimava-o altamente. Todavia os americanos fizeram dele o tipo da perversidade. Assim como nos agiológios se contam dos santos milagres e coisas admiráveis acontecidas desde os seus tenros anos, do mesmo modo os historiadores nacionais acumulam as anedotas, tendentes a provar que desde a infância Benedict Arnold personificava o mal.

É verdade que os recentes apologistas de Calabar, dando-lhe foros de pensador contemporâneo, asseveram que ele revelou a verdadeira compreensão dos melhores elementos colonizadores do Brasil (textual). E quando pudesse isto ser exato, seria motivo bastante para exaltar-se o seu crime? Eu bem sei que a história da colonização portuguesa, posto que muito menos vergonhosa que a espanhola, é tomada no conjunto, uma história de estupidez e de

prepotência. Acham-se porém nela algumas páginas admiráveis e muitas interessantes. Sobretudo encontra-se debaixo daquela crosta – do que parecemos não suspeitar – o lento germinar da nossa nacionalidade, a progressiva formação de um povo com suas heroicidades, suas ambições, suas fúrias, seus prazeres sensuais e suas dores, recebendo muito mais do que a opressão intencional, o cunho natural da metrópole.

O período constitucional já foi entre nós sublimado. Hoje é excomungado in totum e ainda menos conhecido que o colonial. Não é exagero dizer que as páginas excelentes em que o Sr. Joaquim Nabuco, acompanhando a vida pública do ilustre estadista de quem é filho, tem desenhado na Revista Brasileira a época imperial, foram para grande parte dos leitores uma revelação histórica. No entanto trata-se aí de fatos de ontem, que são honrosos testemunhos da integridade política, de elevação moral e de dedicação patriótica.

Nos Estados Unidos, se pecado isto encerra, peca-se pelo extremo oposto. Em vez da história da Revolução Francesa, é a da Independência Americana a que se estuda nos mais insignificantes detalhes, a que faz vibrar as almas juvenis, a que se apregoa como representando os fastos mais gloriosos da história da humanidade. Qual é o nosso herói nacional? José Bonifácio, o Patriarca da Independência? O Império tanto usou do chavão que o gastou, porque entre nós as grandes reputações não só pulem-se, como consomem-se pelo uso, tal é a ardência do meio. O pobre eminente ministro paulista também foi deposto da consideração pública: jaz agora no meio do guarda-roupa das peças retiradas da cena por estafadas, tanto mais quanto era um sábio, e a espécie não é a que goza de maiores simpatias. Gregório de Matos para os literatos, e Tiradentes para os declamadores políticos, parecem estar especialmente na moda. O poeta licenciado e maligno passou da primeira figura original das

nossas letras a ser o avô de toda a literatura pátria; o sargento parlapatão e estouvado é o predecessor de toda a geração dos históricos. Percorrendo o nosso Pantheon poderíamos, entretanto, escolher melhor os nossos ídolos, posto que se nos não depare ali uma figura que possa medir-se e imponha veneração igual à que suscita o Father of his country.

O culto tributado pelos americanos a Washington é um sentimento comum a todo o país, uma feição coletiva que abraça todas as dissensões políticas e reúne todas as divergências religiosas. Constitui uma religião nacional, toda feita de amor e de gratidão, para a qual não encontro termo de comparação em outro qualquer país. Os franceses simbolizam em Napoleão Bonaparte o gênio belicoso da sua raça, o seu fanatismo militar, o seu entusiasmo do mando, mas dentro da própria França quantos detratores não encontra a memória do grande Imperador? Nas classes dirigentes podem dizer-se em maior número os que o condenam do que os que o exaltam. Não assim nos Estados Unidos. Washington lutou durante a sua vida gloriosa, no terreno da defesa militar da colônia com os amigos da metrópole, no terreno da organização política da nova nação com os paladinos dos direitos estaduais, pois que, tendo ele sido o principal unificador dos esforços isolados em prol da independência, não podiam deixar de interessá-lo, sobretudo, os direitos e as atribuições federais. No ardor das lutas faccionárias, porquanto os patriarcas ainda não haviam sido canonizados e exibiam todas as cóleras humanas dos políticos, foi ele até o alvo de sórdidas calúnias. Hoje porém, e logo depois da sua nobre retirada da vida pública, a veneração popular que cerca o seu nome não conhece discrepâncias.

Desde que cheguei aos Estados Unidos e a cada passo deparou-se-me uma piedosa recordação dessa figura legendada de distinção e de virtude, tão facilmente evocada e tão dificilmente

imitada, insensivelmente fiz de mim para mim uma reflexão: se a personalidade de Washington teria possuído as condições exigidas para ser igualmente reverenciada num país latino, por exemplo o nosso. Contra o rifão, o plantador da Virgínia foi realmente profeta na sua terra. Resta saber si o teria sido no Brasil. Francamente penso que não.

Primeiro, por nascimento, por natureza e por educação, Washington era um aristocrata, descendente de uma família de sangue e tratamento fidalgos da mãe pátria, do que hoje chama-se old stock e goza nos Estados Unidos de particular consideração. Ora nós todos sabemos que a fidalguia não encontra muitos apreciadores num país onde o próprio soberano teve de democratizar-se ao extremo para lograr conservar-se tantos anos no trono.

Depois, esse gentil homem cortês e amável era um metódico, um arranjado, um poupado, qualidades que a prodigalidade e o desleixo nacionais não perdoam entre nós, tachando-as de ridículas. Toda a sua vida Washington olhou muito pelos seus interesses, posto que zelando-os pelos meios mais legítimos e honestos: pelo trabalho e pela economia. Inglês em tudo, antes de ser empolgado pela tormenta militar e sacudido para a administração, tivera o seu ofício, fora agrimensor. Quando elevado ao fastígio do poder, que numa democracia é a presidência da República, não abandonou sua antiga atividade, correspondendo-se regularmente com os seus feitores em Mount Vernon, interessando-se simultaneamente, ainda que cada causa à sua hora, pelo que discutiam no gabinete Hamilton e Jefferson, e pela probabilidade das colheitas nos campos herdados dos seus maiores.

Da visita à conhecida propriedade de família do grande homem, a qual fica a pequena distancia da capital, foi adquirida e é zelada por uma sociedade de senhoras americanas que abrange

todo o país, ali celebrando reuniões mensais, colhe-se exatamente a impressão de ordem e de asseio de que Washington se me afigura o protótipo. A casa é do chamado estilo colonial, com um largo alpendre na parte posterior sustentado por colunas e dominando uma ladeira relvosa que desce até o rio, cujos meandros se desenham graciosos na vasta e tranqüila perspectiva. Do outro lado, defronte da entrada e cercado pelas dependências da habitação, que à direita e à esquerda ligam-se com o corpo principal, vê-se um pequeno jardim ornado no meio de um tanque redondo. Em volta levanta-se a vegetação em toda a exuberância que lhe é comum na América e peculiar neste vale do Potomac. A sociedade que cuida de Mount Vernon tem reunido no interior a maior soma de objetos do uso ou referentes a Washington e sua família, congregando retratos, bustos, medalhas, móveis e alfaias que lhe pertenceram, de um gosto severo, mas com um ar inequívoco de abundância e de nobreza que cabiam à tradição da casa, sempre mantida pelo seu último e notável representante direto à custa de regra no viver e perseverança na administração. A morte de Washington foi mesmo provocada pela sua incessante diligência. Já velho, aos 68 anos, num dia de rigoroso inverno, a 12 de dezembro de 1799, teimou em sair a cavalo para inspecionar as terras e dar instruções sobre o seu melhoramento. Regressou horas depois coberto de neve e tiritando de frio. Não obstante, repetiu no dia imediato a façanha que lhe produziu uma curta e fatal doença.

Em terceiro lugar, Washington, valente oficial como sempre mostrou ser apaixonado desde moço por todos os exercícios físicos, não se deixou nunca arrebatado na guerra ao ponto de perder a noção do mundo alheio ao seu objetivo de momento. Guardava nas ocasiões de maior perigo o sangue-frio, a prudência e a reserva habituais, abstendo-se de heroicidades inúteis. Não era nada um sabreur gênero Murat ou Canrobert. Sabia muito bem demonstrar

a sua capacidade de estrategista e preparar a vitória nos encontros com ilustres generais do Reino Unido, sem para isto mostrar-se temerário nem ter convulsões de demente. Numa palavra que mais nos aproxime do assunto, era muito mais Caxias do que Herval, e a nossa queda é manifestamente pelo segundo.

Aquele pacato comandante de milícias que primeiro sacudiu a tutela européia na América sem jamais haver ganho uma grande batalha, antes evitando-as com uma astúcia que lhe valeu entre os ingleses o cognome de Raposa, nem sequer ostentava um distintivo externo que hipnotizasse os soldados, que lhes comunicasse uma vibração forte e constante, como a camisola vermelha de Garibaldi ou a túnica branca de Skobelev. Com a sua cara cuidadosamente rapada, a sua correta cabeleira empoada, a fisionomia de traços acentuados que respirava a simplicidade e a lhanura, o seu ar bondosamente senhoril, tão longe de ser empertigado, Washington se não fosse a farda modesta, de pano grosso e quase sem galões, lembraria infinitamente mais um gentilhomem dado, como muitos do seu século, as investigações intelectuais, ou um ministro do rei constitucional da Grã-Bretanha do que um militar afeito à vida dos acampamentos e às duras privações da guerra.

Finalmente, nas reuniões legislativas Washington nos não aparece como um tribuno inflamado: exhibia pelo contrário uma eloquência grave e serena, que desaponta o nosso público e passa logo por monótona e carranca. Como administrador mesmo, se razão havia para motivar energia, esta nunca se manifestava espetaculosa nem visava a intimidar: feria resignada e certamente, sempre convicta, tenaz e levantada.

Como estamos vendo, Washington era destituído de todo o brilho, de toda a petulância, de todo o charlatanismo, que nós tão levianamente convertemos em talento, força e superioridade.

Meticulosamente respeitador das opiniões contrárias – e nós fomos durante séculos habituados a intolerância política e religiosa, irritando-nos hoje qualquer diferença mais obstinada de credo que não o religioso, porque este o pusemos de lado; muito moderado, muito positivo – e nós temos, talvez como reação a estrita regra latina, um fraco visível pelo desregrado, pelo desequilibrado.

O mérito de Washington consistia mais que tudo no comum extraordinário, se assim me posso exprimir, isto é, num conjunto de todas as virtudes de que é capaz a alma humana levadas ao seu extremo natural e perfeitamente ponderadas – e o nosso fanatismo presta somente culto ao indivíduo que apresenta uma ponta de sobre-humano, um traço espiritual exagerado, uma qualidade tornada desproporcionada e absorvente.

De resto Washington, se lhe fosse dado reviver, sentir-se-ia atualmente estranho à maioria dos seus compatriotas: não por certo pelo que valia, senão pelo que representava. O tempo da aristocracia territorial nos Estados Unidos passou. A abolição da escravatura deu-lhe o último golpe, após os que lhe haviam vibrado a extensão cada vez maior da imigração e o conseqüente desenvolvimento industrial. A base do sufrágio alargou-se, passando de apanágio dos proprietários do solo a ser direito das grandes massas operárias, deslocando-se, portanto, nominalmente o eixo do poder, do capital para o trabalho. Na realidade o capital continua a desfrutar a antiga e essencial importância, posto porém em giro, não constituindo mais o alicerce, o fundamento legal. Está calculado que a passada eleição presidencial custou aos republicanos dez milhões de dólares e aos democratas um milhão e meio, ou seja, a bagatela de um total de cerca de setenta mil contos da nossa moeda, nem todos empregados na compra de votos. Há formas menos diretas e mais honestas de guiar o sufrágio, carry the country como dizem os americanos.

Há a propaganda pela palavra, reclamando a dispersão por todos os estados de um bando de oradores populares; somente Bryan, o candidato democrata, pronunciou perto de seiscentos discursos, percorrendo em caminho de ferro ou em carro quase todo o país. Há a propaganda pela pena, que, transformando o comitê de cada partido em poderosa casa editora, exige não só a farta distribuição de brochuras políticas na língua original, como a sua tradução em alemão, norueguês, francês, etc., para uso das populações naturalizadas; na última campanha o comitê republicano espalhou mais de 25 milhões de exemplares de uma brochura, e só em Nova York publicaram-se no intuito de influenciar os eleitores desenhos, caricaturas e gravuras em número de 1.300. Há a propaganda pela vista, isto é, as demonstrações entusiásticas, as procissões, os retratos, botões de lapela e outros artigos comerciais, que podem fazer a fortuna de alguns lojistas, mas não trazem lucros aos comitês, impondo-se, entretanto, ao gosto dos americanos pelo vistoso e pelo desmedido. Nas cidades mais populosas organizaram-se por este motivo paradas colossais: uma, em Nova York, comandada pelo general Porter, excedeu todas as conhecidas, levando mais de oito horas a desfilar e compondo-se de mais de cem mil pessoas. Há finalmente a manipulação do corpo eleitoral pelas promessas feitas a indivíduos ou feitas ao Estado, de que se encarregam astutos agentes, e que não forma a parte menos valiosa dessa agitação febril, alucinada e todavia pacata, sem distúrbios, desse apelo delirante e admirável ao voto do cidadão soberano.

É claro que todo o exposto significa despesa. Só na sede de cada comitê nacional trabalham mais de 500 empregados. Recordando-nos de que os Estados Unidos possuem conta redonda 70 milhões de habitantes, dos quais perto de 15 milhões votaram na última eleição, é fácil perceber que uma campanha presidencial de

quatro meses de duração consome uma enorme soma de dinheiro, o qual é fornecido já pelos partidários, chegando alguns a subscrever cem mil dólares; já pelas companhias e sindicatos que esperam favores e nesta intenção contribuem igualmente para as receitas de ambos os comitês; já pelas subscrições dentro do partido, acumulação de pequenas quantias; já pelos indivíduos à cata de consideração política e de posições, procurando deste modo servir os seus interesses pessoais.

Evidentemente em semelhante atmosfera Washington não respiraria à vontade. A geração da Independência tinha idéias diversas sobre o regime representativo. Não direi que este esteja hoje falseado, nem que os patriarcas fossem demasiado exigentes e demasiado ingênuos. O país caminhou; as condições sociais mudaram; eis tudo. Era possível então, agitando apenas móveis de ordem moral, determinar o voto de uma classe uniforme num censo restrito; é impossível presentemente guiar o sufrágio universal, nivelando todas as classes, a opulência e a necessidade, a instrução e a ignorância, sem recorrer também aos meios materiais, o que se para alguns significa corrupção democrática, para outros, menos rigorosos, traduzirá apenas o trabalho de adaptação e funcionamento de um processo político muito delicado de manejar na sua complexidade aparentemente singela.

O período de transição da sociedade americana, encontramos-lo caracterizado noutro ídolo nacional, este porém, se de quase todos respeitado pela sua probidade imaculada, tendo conseguido separar a sua virtude bíblica das paixões da facção política que o sustentava, sujeito a discussão como estadista e fiel interpretador dos textos constitucionais. Refiro-me a Lincoln, tipo de uma sociedade democrática, representante de novos costumes públicos, dia a dia distanciando-se mais da prístina tradição, primeiro pela influência

de Jefferson e depois pelos efeitos da política de conquista e da sede de riqueza; tradição que é hoje subjetiva e mesmo objetivamente procurada com o fim de preservar a unidade histórica, moralmente ameaçada de rompimento no caso de não estabelecer-se a ligação.

Em Lincoln já não temos um plantador criado na abundância; temos um self made man, o filho de um dos pioneiros do Oeste, o rachador de lenha e barqueiro do Mississípi, o cidadão que antes de ser legista foi operário, antes de governar o povo trabalhou com ele, enfim o ideal obrigado de uma república. Sem atrativos físicos, antes dotado de singular fealdade, desajeitado, fúnebre até de aspecto, mas de um bom senso rude como a sua força hercúlea, com a gravidade tão natural quanto o sarcasmo, era a personificação do plebeu emancipado, educado, porém sempre canhestro, cujo valor moral está entretanto ao alcance de todos porque descansa na franqueza e na honradez, virtudes singelas que se aprendem facilmente e que nele constituíam a florescência natural de um espírito profundamente cristão.

Este espírito cristão e uma tenacidade inquebrantável eram os traços comuns a Washington e a Lincoln; feições de raça todavia, não simplesmente traços individuais traduzindo-se em ambos numa bondosa piedade e numa discricção perseverante. A piedade de Lincoln formava boa parte, a parte propriamente pessoal, das suas convicções abolicionistas, que por outro lado correspondiam à sobreposição do Norte manufatureiro e radical ao Sul agrícola e conservador. O Sul representava o elemento tradicional dos free-men, de censo limitado, firmado na liberdade civil e na propriedade rural, dirigido por uma aristocracia patriarcal, generosa, valente, ilustrada, liberal em tudo quanto não envolvesse a "instituição particular", da qual Washington é um modelo primoroso. O Norte encarnou-se no elemento igualmente de sangue inglês, mas sangue

mais plebeu, enriquecido pela imigração, isto é, na massa industrial dotada da arma do sufrágio, fácil terreno de cultura para quaisquer inovações políticas, da qual Jefferson foi sem querer um precursor teórico, um namorado platônico, e Lincoln o representante autêntico, com as prevenções democráticas dos pioneers e o fervor religioso dos Peregrinos da Nova Inglaterra.

A história, contudo, repete-se como todos sabem, sob aspectos na aparência diversos. O elemento escravo foi a base da fidalguia territorial, a princípio dominante. O elemento operário é a base da Aristocracia do dinheiro, hoje a dominante, e que por intermédio dos políticos de profissão dita leis à administração, faz eleições e de certo modo governa o país, balançando pela sua poderosa influência sobre ele o prestígio enorme de que a opinião publica goza numa terra secularmente afeita à livre manifestação do pensamento.

Não devem as repetidas comparações que vou fazendo entre os dois países americanos, o estrangeiro e o meu, ser levadas à conta de divagações ociosas ou malévolas. Pelas páginas seguintes não de elas continuarem, porquanto eu apenas olhei para os Estados Unidos com olhos de brasileiro, a saber constantemente buscando o que de aproveitável para nós poderia, a meu ver, resultar do exame e da confrontação. Achei que poderia resultar imenso e declaro-o sem reboços, confessando minha impressão de melancolia pelo muito que os Estados Unidos têm alcançado, e pelo pouco que nós temos relativamente feito. Na América do Norte apoderou-se de mim e a breve trecho converteu-se quase numa obsessão, uma forte impressão do nosso atraso que na Europa eu nunca havia experimentado, acostumados como justamente andamos a considerá-la um antiqüíssimo campo de experiências e de progressos. Do outro lado do Atlântico porém, num país de civilização tão moderna quanto o Brasil, a com-

paração impõe-se irresistivelmente, em nosso grave desabono, com o seu cortejo de considerações psicológicas e sociológicas.

Consequentemente não posso furtar-me a cotejar, consignando neste livro o que se me antolha digno de imitação. Se por vezes deploro o presente, nunca perco, no entanto, a esperança no futuro. É tão-somente nesta orientação que busco nos diferentes capítulos em que se divide o volume – o problema negro, a imigração, a política externa, as virtudes nacionais, a influência feminina, o catolicismo americano, o figurino político – senão tratar, pelo menos apresentar as questões que mais diretamente nos interessam ou nos dizem respeito, e cuja solução ou aspecto nos Estados Unidos é capaz de oferecer-nos ensinamento.

Espero que ressalte, sobretudo de semelhante exposição, a influência que aí vai diária e progressivamente exercendo a inteligência sobre os sentimentos menos nobres, a ganância e o desrespeito dos direitos de outrem, houve um tempo em que os esforços de todos convergiam para fins materiais, a exploração do país e a edificação da sua prosperidade. As conseqüências desta convergência de esforços foram, além do apetite de terras e de riquezas, a natural mediocridade das idéias pela ascendência das idéias comuns na sociedade nivelada, onde o pensamento não tinha audácias e a uniformidade reinava nas inteligências como na aparência dos seres e das coisas, irrompendo apenas a originalidade na inventiva industrial quando mesmo científica. Essa uniformidade, que exceções ilustres somente demonstravam, ainda é um traço interessante da pátria de tantas maravilhas, mas a corrente mental tem-se tornado tão volumosa sem, aliás, alterar-se a sua limpidez, que constituiu-se um fator não decerto preponderante, porém considerável da vida nacional. E ela que detêm o jingoísmo destemperado que só sonha guerras e anexações. E ela que detêm o radicalismo financeiro e político,

observando que não convém conduzir o país do extremo da tirania dos trustes para o extremo da confusão industrial que seria uma ruína. E ela finalmente que, seguindo na esteira de Emerson, faz ver que a civilização representada pelo direito e pela religião tem forças para proteger os oprimidos e os humildes e que o tem revelado na constante evolução humana; substituindo à desordem e à vexação a justiça e a caridade.

.....

Capítulo I

O PROBLEMA NEGRO

A SITUAÇÃO, da raça negra representa não só uma questão que há suscitado as mais acerbadas paixões na historia política dos Estados Unidos e de outros países do Novo Mundo, como uma das que mais particularmente nos devem interessar. Fomos até bem poucos anos uma nação onde a escravidão era reconhecida. Mediante ela exerceu os portugueses da obra de colonização e os filhos dos portugueses sua obra de exploração agrícola. Somos nas classes inferiores pelo menos, um povo de mestiços. Tudo concorre, pois, para tornar especialmente interessante para nós o problema do futuro social dos africanos e seus descendentes nos dois grandes países do continente americano, que, além das Antilhas, foram justamente os que maior quinhão receberam desta imigração forçada.

Na atualidade, ao expirar o século XIX, deve dizer-se que o negro na América é incontestavelmente muito mal, da mesma forma que foi a escravidão uma peste social. Ninguém, penso, cogitará de negá-lo. Atesta-o aqui o Sul dos Estados Unidos, cuja decadência ainda dura desde a Guerra da Separação, malgrado a capacidade de trabalho da raça branca e especialmente dos nortistas que afluíram após o triunfo federal, e malgrado também a opulência natural do solo, produtor extraordinário de açúcar, algodão e fumo, rico em carvão de pedra, ferro e outros

minerais. Ao lado dele vemos o Oeste, o Noroeste peculiarmente, conquistado e desbravado sobretudo após a terrível discórdia de 1861–65 com o concurso de elementos europeus, e que forma hoje uma liga de Estados tão poderosos que para serem melhor atendidos até ousam formular ameaças de cisão. Comparem-se Kansas, Arkansas e Missouri, por exemplo, Estados de além Mississípi criados pela emigração paralela das populações escravistas do Kentucky e Tennessee, com Ohio, Illinois, Indiana, Iowa, Michigan, os Estados do Centro-oeste filhos da livre energia dos Estados de Leste – Pensilvânia, Nova York e Nova Inglaterra – afora o enorme afluxo de alemães e escandinavos, Apesar da natureza haver talvez favorecido aqueles mais do que estes, é lícito nivelá-los, uns e outros, em adiantamento intelectual, moral e industrial?

Atesta-o além o Norte do Brasil, onde a falta de imigração branca tem produzido a estagnação, para não dizer com mais verdade a decadência e a miséria. A Amazônia, isto é, o extremo Norte, prospera graças a uma circunstância excepcional e porventura transitória, que é o elevado preço da borracha, gênero para cujo fornecimento não existem por enquanto fortes concorrentes. A parte do litoral compreendida porém entre o Maranhão e o Espírito Santo, a saber, entre 3 e 19 graus de latitude, vegeta tristemente desde antes e particularmente depois da abolição, mercê da baixa do seu principal produto de exportação – o açúcar –, dos hábitos de indolência e exclusivismo agrícola que a escravidão desenvolveu, da superabundância da população de cor constituindo a única gente de trabalho. O Norte, o nosso Norte tradicional, berço do Brasil, somente despertará algum dia pela forte infiltração de novas atividades, pela conseqüente substituição das matérias de cultura e aperfeiçoamento dos processos de fabrico, finalmente pela consciência viril e justificada de novos horizontes.

Não desejo ser injusto com a raça africana. Em algum tempo foi decerto proveitosa e talvez indispensável a sua introdução. Oliveira Mar-

* Bryce nota que Kansas, pelo simples fato de ter recebido certa dose de puritanos dos Estados livres da Nova Inglaterra, fornece impressão superior de prosperidade. (*The American Commonwealth*, vol. II)

tins pergunta com razão* se, monopolizando os jesuítas os serviços dos índios sob a capa da catequese, não foram os negros que permitiram o desenvolvimento das plantações e evitaram a emigração dos colonos livres, escassos em número e robustez, por falta de braços que os ajudassem? A colonização branca apoiada na escravaria negra bateu certamente a teocracia jesuítica firmada nos servos indígenas. Nos Estados Unidos também a prosperidade agrícola baseou-se durante dois séculos sobre o trabalho escravo, com a diferença que a sorte dos trabalhadores era infinitamente pior do que no Brasil, mercê da superior predisposição ao afeto da raça latina e do seu menor desprezo pelas raças inferiores.

O tratamento dado aos negros na América do Norte chegava simplesmente à barbaridade. Os laços do casamento não se respeitavam, nada significavam**; donde a impossibilidade de constituir família e portanto a impossibilidade de levantar-se o nível moral da raça. Defeso o ensinar ao escravo a ler e escrever; defeso ao pobre pária alforriado o ganhar sua vida comerciando, que não pelo grosseiro trabalho braçal. Em juízo nenhum valor possuía o testemunho do negro contra o branco. As torturas eram tão freqüentes nas plantações como as hipotecas. Um feroz código negro imperava, proibindo a gente de cor de reunir-se em *meetings*, privando os escravos até da liberdade dos seus passos, dando faculdade de açoutar os que fossem encontrados vagueando sós, sem acompanharem seus senhores como esses cachorros de sangue – *bloodhounds* – que os caçavam nas florestas, quando fugidos, rasgando-lhes as carnes magras sob as vestes esfarrapadas. Os plantadores viviam em um constante pavor de insurreição negra***, que nunca inquietou muito os senhores de engenho e fazendeiros do Brasil. A vida folgada e desanuviada das plantações foi mesmo o que permitiu entre nós a aparição e expansão das idéias liberais, logo que elas entraram a ter curso no mundo civilizado. A conspiração mineira de 1789 foi um mero sonho de poetas, sem conseqüências práticas. A verdadeira revolução republicana, a verdadeira tentativa de autonomia brasileira durante o período colonial, foi a revolução pernambucana de 1817, iniciada

* *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, 1888, 3ª ed., pág. 30.

** Vide na *Cabana do Pai Tomás* os escravos Jorge e Clara.

*** Goldwin Smith, *The United States*.

por padres, militares e negociantes, sustentada e defendida com o sangue dos agricultores.

A sociedade que se funda na escravidão supõe, entretanto, uma cultura intelectual escassa e nenhuma invenção e atividade, que requerem como atmosfera a liberdade. Nos Estados Unidos os sulistas, uma geração antes da guerra, tinham consciência e envergonhavam-se do seu atraso e muitos dos que, como o general Lee, pegaram em armas pela escravidão, estavam intimamente convencidos da sua pernicioso influência e foram apenas levados pelos sentimentos de honra e patriotismo local.* Semelhante sociedade compõe-se naturalmente de alguns espécimes notáveis no topo da escala social, e muito abaixo uma multidão sem instrução nem indústria, rédua de escravos e dependentes, *mean whites* (vis brancos) como a estes apelidavam os de cor. Os espécimes do topo eram, contudo, freqüentes vezes formosos, representando o esforço de gestação de toda aquela multidão, o raro fruto produzido por toda a evolução de uma sociedade em que alguns descansavam sobre o mourejar de muitos. Por isso é evidente nos Estados Unidos até 1861 a supremacia do Sul, a influência decisiva na política da sua gente, governando – coisa pouco comum e inestimável em uma democracia – com continuidade de vistas, contando poucos, porém excelentes princípios de conduta.** Foi então o tempo de Monroe, o definidor da autonomia política do continente, de Jackson, o nativista, de Polk, o anexador das regiões mexicanas, de uma serie de presidentes audazes, intrépidos, perfeitamente senhores da sua vontade, perseguidores de uma política ambiciosa mas precisa. A instituição servil que promovera a incorporação do Texas, impelia para a conquista das Antilhas e do istmo central da América. Eram domínios novos que se ajuntariam para sua florescência.

Ainda hoje, observa Bryce que entre a antiga aristocracia dos plantadores encontra-se a maior soma de habilidade para os negócios públicos, acham-se as mais francas aptidões para a carreira de estadista: o sentimento do valor próprio e a tradição da prístina supremacia dotam os sulistas com uma superior largueza de vistas e uma verdadeira inteligência

* Edward Ingle, *Southern Sidelights*, New York, 1886.

** Bryce, *American Commonwealth*, vol. II.

política. Esta consideração é, todavia exagerada, porquanto os dois estadistas mais notáveis dos últimos tempos nos Estados Unidos foram Seward, de Nova York, o secretário de Estado do tempo da guerra, e Blaine, do Maine, o advogado do pan-americanismo.

É sabido que para a terrível guerra civil contribuíram, além do ideal humanitário que certamente estrelava no céu da consciência cristã da América, os ciúmes do Norte, da região cuja importância numérica, econômica e intelectual crescia todos os dias, sem crescer em correspondência a sua ascendência na administração. A aristocracia sulista era no fundo uma demagogia: repousava sobre massas incultas. Por contra os *whigs* de Clay e os republicanos de Lincoln comandavam um exército de operários com independência e consciência muito mais clara dos seus direitos políticos. O avassalamento do Sul e a sua exploração pelos *carpetbaggers* (portadores de sacos de tapete) são fatos de ontem que é inútil relembra, tanto mais quanto já se dissiparam as mais amargas recordações da luta fratricida.

Na última eleição presidencial os democratas monometalistas, que separaram-se do grosso do partido na convenção de Chicago, nomearam em Indianápolis uma nova chapa composta de um antigo general federal, Palmer, e de um general confederado, Buckner, e nos comícios políticos dava-se o singular espetáculo das bandas de música alternarem, à aparição dos candidatos, as árias populares das duas seções do país no tempo da guerra. Essa mesma eleição revelou não a dissolução, como pressagiavam os republicanos, mas a desmoralização do Solid South, dos Estados que depois de vencidos votaram sempre sem discrepância pelos candidatos democratas. Os nortistas que, após a vitória, se abateram como milhafres sobre os despojos dos plantadores, tinham julgado com a concessão do direito do sufrágio ao negro alforriado criar feudos tão resistentes como os da Europa medieval. A reação despertada por tal ato foi, porém, suficiente para agremiar os esforços dos brancos, logo que se lhes restituem o voto, do qual estiveram alguns anos privados. Usaram da intimidação, da fraude, da rixa, e a maior coesão reinou sempre nas fileiras democratas para contrabalançar os republicanos, senhores do voto negro, ficando estes em minoria.

As fraudes eleitorais são moeda corrente no Sul, contava um dia o ex-Secretário da Marinha democrata H., que encontrando um dos seus antigos escravos, cujo voto ele sabia ter sido lançado em favor do seu

concorrente republicano numa eleição no Alabama, lhe perguntara entre paternal e ressentido: Pois, John, tu que me pedes dinheiro e conselho, vais votar no meu rival? Ao que o negro respondeu com espírito – É verdade, meu senhor, mas eu bem sabia que o voto seria contado para vós mercê. Um outro sulista relatou-me vários pormenores daquelas fraudes. Como é sabido, as eleições nos estados são muito freqüentes, isto é, realizam-se para preenchimento de um grande número de funções: assim no mesmo dia podem ser os eleitores convocados para escolherem seus representante no Congresso Federal, o governador do Estado, juizes, eleitores presidenciais, funcionários municipais, etc. As respectivas urnas acham-se colocadas em fileira e os agentes eleitorais entregam aos negros analfabetos as chapas pela ordem exata por que as devem depositar: entretanto ao porem dentro trocam as urnas e as chapas, assim erradamente depositadas, são contadas como votos nulos. Nos Estados de Alabama e Mississípi, onde exige-se como qualificação eleitoral a interpretação de um artigo da Constituição, os fiscais escolhem para os negros artigos mais difíceis, acabando por desqualificá-los, e para os brancos as disposições constitucionais mais simples. Na Virginia, onde domina o sistema australiano, os fiscais recusam auxiliar os negros analfabetos na confecção das chapas, marcando-as com cruces, ao passo que ajudam os votantes brancos. Ora sendo os brancos quase todos democratas e votando nove décimos dos negros pelos candidates republicanos, explica-se facilmente a realidade do *Solid South*.

Da parte dos republicanos tentou-se repetidas vezes reforçar a fiscalização do sufrágio, alargando a interferência federal nas eleições, mas a ameaça nunca chegou a converter-se em realidade, ora por efeito de uma maioria divergente na Casa dos Representantes, ora por conchavos políticos de momento, ora pelo fato de repugnar sinceramente a idéia de, já meio apagados os rancores da luta, atentar em favor da raça negra contra a liberdade e independência dos brancos, fazendo intervir o Executivo na manifestação dos seus direitos políticos. O *Force bill* nunca tornou-se portanto lei, e as eleições no Sul continuaram a ser imponentemente falseadas. Bem ao contrário, as disposições de intervenção existentes foram revogadas durante a segunda administração Cleveland, com o apoio dos representantes republicanos dos estados do Sul, porque previam com razão que nada contribuiria mais do que semelhante revogação para dissolver a

coesão do partido democrata, já roída pelos populistas. A braço com estes e sem temer o negro, o democrata perdia a antiga intransigência e sentia-se disposto a votar de acordo com suas preferências pessoais ou econômicas, sem questões de raça ou preocupações puramente partidárias. Foi o que aconteceu no último pleito entre monometalistas e argentistas.

A discórdia entre brancos pode apagar-se: o que não pode desaparecer é a aversão das raças. Contra o negro na América, escreve Goldwin Smith após historiar a guerra civil, a porta do futuro ficava irremediavelmente fechada. E isto no Norte como no Sul. O desprezo exterior pelo homem de cor pode ser menor nos estados que pelejaram pela abolição e que, depois da guerra, beberam nas reservas do seu altruísmo cristão energia e confiança bastantes para a bela tarefa da regeneração do negro, fundando, no Sul escolas no geral *denominational*, isto é, regidas pelo espírito desta ou daquela seita religiosa, ordinariamente metodista ou batista. Num hotel de verão assisti a um concerto dado por quatro estudantes pretos da Universidade de Atlanta (Geórgia) em benefício deste instituto de ensino, criado por senhoras do Massachusetts com o fim de educarem professores e missionários da raça africana para se espalharem nos Estados em que aglomera-se a população de cor e tratarem de levantar-se a condição social. Nesses Estados do Norte os prejuízos são de certa forma combatidos pelos sentimentos de filantropia, ou melhor, de equidade. Assim, ao passo que em St. Louis (Missuri), os delegados de cor à convenção nacional que aclamou McKinley candidato do partido republicano à Presidência andaram de porta em porta dos grandes hotéis reclamando agasalho, ou pelo menos o direito de pagar uma refeição, tendo até ocorrido ao empresário da candidatura McKinley fazê-los em último caso dormir e comer nos *wagons* leitos; em Nova York é permitido aos negros o acesso nos bondes e a entrada nos melhores restaurantes, bem como a admissão dos seus filhos nas escolas dos brancos.

À civilização não significa porém igualdade, a educação não traduz posição social, nem a imoralidade traz como conseqüência forçada a amálgama doméstica. Os negros são conservados à distância das famílias brancas, como afastados dos altos cargos da administração e outros lugares salientes, e se isto dá-se em Estados em que, pela sua diminuta importância numérica, a raça negra não oferece ameaça alguma, compreende-se que

nos Estados em que vivem quase todos os oito milhões de africanos e seus descendentes, o prejuízo se conserve inquebrantável. Na população geral do país a porcentagem dos negros é de 12%; de 25.93 na população urbana do Sul e apenas de 2.18 na do Norte.

As estatísticas rezam, entretanto, que a acumulação da raça africana em muitos condados do Sul está em via de corrigir-se pela imigração branca, posto que limitada, e pela sua emigração lenta mas progressiva, dos campos, onde dias dantes se concentrava, para as cidades do Norte onde a vida é mais divertida que nos algodoais, os salários mais elevados pela maior procura de braços, e o preconceito contra os antigos escravos mais desvanecido, e que torna mais suportável a sua condição. Os que uma vez se fixaram no Norte não voltam para o primitivo lar. Também emigram em igual escala, seduzidos pelos *labour-agents*, para os Estados do oeste que reclamam mineiros, operários capazes de moverem-se na temperatura infernal das forjas e de executarem, expostos ao sol implacável, os duros trabalhos de construção de vias férreas. O negro como trabalhador e dirigido pelo branco oferece, na opinião dos entendidos, qualidades preciosas pela sua obediência e na musculatura. Ele mesmo prefere a vida aos magotes, a promiscuidade das obras públicas, o que um escritor chama *the gaiety of crowds*, a alegria das multidões. Para a vida agrícola, sobretudo independente, não possui pelo contrário requisitos bastantes.

Conta van de Graaff* que quando, após a guerra separatista, desapareceu pela mina dos senhores o tipo da grande plantação, os proprietários, na falta dos trabalhadores, pois que os libertos haviam desertado em massa das senzalas, inauguraram o *sharesystem* ou sistema de meação. No nosso Norte praticam-no com vantagem os senhores de engenho, fornecendo aos lavradores, na maioria brancos, a terra e os instrumentos de fabrico e dividindo com eles o açúcar produzido. Nos Estados Unidos não obteve porém sucesso semelhante sistema, que foi finalmente substituído pelo dos arrendamentos, cultivando o rendeiro o terreno independente do dono, o qual algumas vezes fornece, sob hipoteca da colheita, sementes, utensílios e animais de trabalho. Apesar dos aluguéis serem pagos em espécie com o

* “The unaided solution of the Southern race problem”, no *Forum* de maio de 1898.

produto da colheita, os resultados aparecem igualmente deploráveis. Além de entregar-se exclusivamente à cultura do algodão pelos processos mais rotineiros e atrasados, o negro salienta-se pela indolência e negligência com que executa o serviço. Não só se não torna, por via de regra, proprietário, nem mesmo dos lotes de terra pública oferecidos a baixo preço pela administração, como deixa estragarem-se as obras que ocupa, arruinarem-se as casas, desmancharem-se as hortas e jardins, enfraquecer-se a liberdade do solo pela falta de amanhã. Vive sempre na miséria, gastando quanto apura nos anos fartos, e passando fome, pedindo fiado sob hipoteca da colheita futura nos anos magros. Ao passo que o *farmer* branco cultiva frutos e cereais, o preto cria porcos, indústria que lhe não dá trabalho e serve para alimentá-lo no inverno com os presuntos de fumeiro.

Por estes motivos os chamados *low land states* – Mississípi, Geórgia, Alabama, Flórida – dão uma impressão de tristeza ao patriota que em alguns Estados vizinhos, onde é superior o número da população branca, vê idêntica cultura, praticada todavia com maior constância e por processos mais inteligentes, mais adequados ao progresso industrial do nosso tempo, produzir bem-estar e até riqueza. Com tal espetáculo diante dos olhos é bem explicável o desprezo do americano pela raça africana.

A divisão da propriedade subsequente à guerra aumentou evidentemente a zona algodoeira, aumentou o número de pequenos cultivadores de 1 a 100 balas de algodão, produzindo ao mesmo tempo a baixa do valor do gênero pela impossibilidade material de restringir-lhe o cultivo, como seria outrora fácil entre um limitado número de proprietários. Os brancos preferem sempre ao sistema do arrendamento o da posse, posto que hipotecando a propriedade de começo, assim que, adquiridas algumas geiras de pinheiral, fizeram a derrubada e logo a sementeira, aproveitando a madeira para a construção da casinhola e para combustível.

O perigo do negro, se por um lado está na sua multiplicação, por outro lado reside no erro cometido pelos vencedores de 1865 atribuindo-lhe os direitos políticos. Não existe uma questão índia porque os selvagens, acantonados em suas reservas, somam 250 ou 300 mil, se tanto, e das contendas públicas só conhecem o *whiskey* e os cobertores que lhes fornecem os contrabandistas e os comissionados do governo. A Leste lamentam-nos e defendem-nos literária e mesmo praticamente os representantes ameri-

canos de uma cultura superior, mas lá no Oeste os *settlers* rudes que lutam pela vida material têm sido obrigados a ir enxotando aos poucos essas criaturas fatalistas e taciturnas, que tão mal dizem com a atividade ruidosa e a vivacidade exuberante dos colonos. Não existe mais uma questão chinesa, porque aos mongóis foi defesa a entrada, e os que já estavam, pouco excedem de 100 mil e não votam. Alguns orçam agora este contingente da população em 700.000, pela maior parte introduzidos furtivamente, o que em nada, porém, modifica a situação, não lhes angariando o número direitos. Ao contrário, os negros são, como referi, em alguns estados numericamente iguais, senão superiores aos brancos e gozam da adulação de certos *politicians* nas repetidas épocas de eleições. A sua natureza prolífica é conhecida, e se a mortalidade entre eles era considerável ao tempo do tráfico por causa das péssimas condições em que fazia-se a transportação, hoje o seu estado sanitário não oferece sensível diferença do que prevalece entre os brancos.

A guerra legou, portanto, ao país este problema insistente: que papel atribuir ao cidadão negro numa sociedade livre e democrática? Para desculparem-se do seu tratamento desdenhoso, quando não cruel, dos libertos, os sulistas costumam apontar para a ferocidade da raça negra, para a sua manifesta rebeldia à civilização. De um jornal importante do Norte mesmo recordo-me que, falando dos maus instintos do cabecilha cubano José Maceo, filiava-os nas *ferocious proclivities of the race*. A acusação geral de ferocidade é, porém, injusta: o negro é antes dócil. É bem conhecido o fato de não se terem dado durante a guerra excessos nem destruições nas plantações americanas por parte dos escravos, apesar dos brancos válidos haverem quase todos pegado em armas e desamparado seus lares. Depois de elevados a cidadãos, não poucos ex-escravos mostraram-se dispostos a acompanhar seus antigos senhores no terreno eleitoral, contribuindo também para que o Sul se tornasse até agora o baluarte do Partido Democrata e do seu rebento, o populismo, e até certo ponto tornando dispensáveis as fraudes proverbiais.

Entre nós, depois das cenas do Quilombo dos Palmares e da Sabinada se não registraram revoltas negras, além das grotescas ameaças da guarda imperial de libertos, explorados pelos políticos da Monarquia e da República, e do sangrento episódio de Canudos, que foi mais uma reve-

lação da estupidez e violência comuns ao nosso povo do que uma questão de raça: basta dizer que o Conselheiro ou Bom Jesus, chefe dos fanáticos, era um branco. De resto, no Brasil não existe nem nunca existiu propriamente ódio de raça. Por isso, ao passo que na América do Norte a abolição fazia-se pela força, trazida por uma guerra civil que custou 300.000 vidas e \$8.000.000.000, na terra brasileira a libertação era decretada por uma lei votada e sancionada em menos de uma semana, pela forma mais galharda e sem funestas conseqüências de discórdia, posto que arruinando bom número de plantadores e afoitamente transformando de repente a posição social de tantos milhares de criaturas boçais, sem predicado algum para a sua nova condição de cidadãos.

Para esta solução pacífica do problema contribuiu sem dúvida o fato da maior fusão de raças no Brasil, o que igualmente diminui os perigos do predomínio de uma raça sobre outra. Nos Estados Unidos, o número dos negros aparece logo ao estrangeiro muito superior ao dos mulatos. Brancos e negros têm-se na verdade conservado incomparavelmente mais afastados no terreno psicológico, ainda que aproximando-se relativamente no intelectual, isto é, armando-se os negros com os recursos da ciência e da indústria.

Não admite dúvida que o negro americano tenha progredido bastante nos últimos tempos, demonstrando o adiantamento, o grau de civilização compatível com a sua mentalidade, que lucram nas mãos do inglês as próprias raças inferiores. Na Índia, onde, aliás, o indígena encontra nas antiqüíssimas tradições nacionais energia bastante para defender as suas superstições, é sabido que o domínio britânico tem conseguido introduzir muita conquista útil, inocular muita idéia ocidental. Nos Estados Unidos, o descendente do inglês converteu o africano, senão num produto novo, pelo menos uma criação melhorada. Não lhe sendo dado exercer uma ação dirigente sobre a evolução nacional, tendo de optar entre ser operário ou politiqueiro, e vendo que no último campo, em que, aliás, nada poderá fazer em benefício das práticas sãs de governo, apenas recolhe as migalhas do patronato, o negro está percebendo, ou pelo menos os exemplares mais inteligentes da raça, que a primeira profissão é mais lucrativa e mais progressiva. Recentemente, por ocasião do aniversário da emancipação, o ex-representante da Carolina do Norte, Cheatham, discursando

aos seus irmãos, dizia as seguintes palavras: “Desejamos cultivar a amizade dos nossos compatriotas brancos e viver em paz. Não procuramos invadir os sagrados limites da sua sociedade... Não procuramos dominar o governo do Estado... Temos consciência dos nossos meios limitados e das nossas fraquezas. *Reconhecemos a faculdade superior de governo de que é dotada a raça branca*. Apenas pedimos que nos não proscavam e que não neguem nossos direitos por causa da diferença de raça. Apenas pedimos que desde que suportamos sem queixa a nossa parte dos encargos do governo, possamos partilhar sem protesto das suas vantagens”.

Como comentário a estas palavras, que são um formal reconhecimento da superioridade dos brancos e bem explicam a grandeza dos Estados Unidos, e como prova do progresso dos negros americanos, lembrarei que numa fábrica de obra de meia de Charleston (Carolina do Sul), o proprietário deu-se perfeitamente substituindo as raparigas brancas por operárias de cor, que revelaram-se muito mais habilidosas.* Noutra fábrica de fição da mesma cidade, os 750 operários brancos acabam de ser todos despedidos e chamados negros e mulatos, lucrando os proprietários com os salários menores que estes reclamam e também com a qualidade do trabalho. No Distrito de Columbia ou Distrito Federal, as crianças negras testemunham até maior aproveitamento nas escolas públicas do que as brancas. Antes da guerra, a população de cor era inteiramente analfabeta. Pouco depois da guerra, em 1870, a proporção dos analfabetos era ainda de mais de 85 por cento: dez anos mais tarde, em 1880, havia baixado a 75 por cento, e em 1890 a 60 por cento, mesmo 50 em alguns estados, e 35 no Distrito de Colúmbia.

Existem presentemente nos Estados Unidos 162 institutos de ensino secundário e superior para a raça negra, frequentados por 37.102 alunos, regidos por 1.549 professores, e dos quais 156 são situados nos Estados da Confederação escravagista e 35 inteira ou parcialmente sustentados por estes próprios Estados.** O comissário federal da Educação acaba a parte do seu citado relatório dedicada à raça negra, dizendo que um terço dos estudantes existentes de instrução secundária e superior estavam

* *The News and Courier* de Charleston.

** *Annual Report of the Commissioner of Education*, 1896.

recebendo instrução industrial, pela qual a gente de cor parece estar manifestando predileção. Assim, o Instituto Normal e Industrial de Tuskegee (Alabama) tinha em 1895 69 professores e 800 alunos dos dois sexos, os quais aprendem a teoria científica, mas sobretudo aplicada à industria, trabalhando como aprendizagem e para pagarem sua pensão de 8 por mês e outras despesas na escola. Os rapazes ocupam-se na agricultura, no fabrico de tijolos, na pintura de casas, em obras de carpinteiro e marceneiro: as raparigas em lavar, costurar, cerzir, etc. A propriedade deste instituto, que data de 1881 e foi fundado por Booker Washington, vale presentemente \$ 225.000, abrangendo 37 construções e 1.400 geiras de terra. O seu custeio anual é de \$70.000. Para a atual prosperidade do estabelecimento contribuiu, talvez mais do que os donativos do Norte, o trabalho manual dos alunos, que daí saem animados do espírito do seu diretor, isto é, prontos a disseminar instrução teórica e profissional entre as massas ignorantes da sua raça, realizando-o com resultados por vezes prodigiosos.

Birmingham, no Alabama, é uma excelente amostra do quanto é capaz o esforço americano em qualquer meio. Fundada em 1870, poucos anos depois da guerra, numa região atrasada e assolada por gente do Norte que percebeu a riqueza a auferir das suas riquíssimas minas de ferro e inexauríveis depósitos de carvão, Birmingham tem presentemente perto de 70.000 habitantes e é, se não a primeira, uma das primeiras cidades industriais do Sul, com muitos altos-fornos e uma produção em 1896 de mais de 922.000 toneladas de ferro em barras, isto é, 35 a 40 por cento do ferro empregado pelas industrias no país, e de perto de 6 milhões de toneladas de carvão.

Para o desenvolvimento de Birmingham combinaram-se a proximidade a que ficam dos fornos tanto o metal como o combustível e a relativa barateza do trabalho, sobretudo negro, com o qual se dão perfeitamente os diretores das fábricas. Dos negros, afirmaram-me todos, fazem-se excelentes operários, dóceis e resistentes, sendo apenas preciso importar do Norte o chamados *skilled labour* ou trabalho perito.

Quer o exposto dizer que tendem a diminuir a celebrada indolência e real imprevidência da gente de cor, somente igualadas anteriormente pelas das camadas inferiores da população branca do Sul, elemento supérfluo e desgraçado ao tempo da escravidão, subsistindo de caça e de

alguns miseráveis cereais e legumes que cresciam em volta de suas cabanas, e que a regeneração industrial dessa região está agora lentamente levantando e convertendo em verdadeiro fator do progresso local. Porque no todo o Sul tem-se desenvolvido. O espetáculo dos campos depois da guerra era naturalmente desolador. Hoje, o porto de Nova Orleans está diariamente ganhando importância em detrimento do porto de Nova York, servindo de porto de exportação não só para produtos do Sul como do Oeste. Entre Liverpool e Savannah (Geórgia), o caminho percorrido em 1819 pelo primeiro barco a vapor, acaba de estabelecer-se uma carreira de vapores. Os processos do fabrico do açúcar têm-se aperfeiçoado extraordinariamente, e se esta indústria está neste momento estacionária, é porque a tarifa protege muito mais a refinação do que o produto bruto, os prêmios do governo foram abolidos, e, apesar dos salários baixos (na Luisiana os trabalhadores de engenhos ganham entre 60 centavos e \$1) e do fato dos pequenos plantadores venderem a cana aos grandes proprietários das fábricas, o custo da produção é elevado por motivo do preço dos aparelhos e complicação do trabalho, além de andar envilecido o gênero pelo aumento da sua fabricação em todo o mundo industrial.* No próprio país o açúcar de beterraba, cuja produção na Europa tem mais do que duplicado nos últimos dez ou quinze anos,** ocupando até a Suécia e a Bulgária, faz concorrência ao açúcar de cana, operando suas fábricas na Califórnia, Nebraska e Utah, e construindo-se outras no Novo México, Wisconsin, Nova York, Kentucky, Indiana e Iowa, depois que as estações experimentais do governo evidenciaram a adequabilidade do terreno.

Claus Spreckels, o *sugar King* de Hawai, é de opinião que daqui a dez anos será a beterraba a maior indústria do fertilíssimo Estado da Califórnia, e mesmo se o arquipélago de Sandwich lograr finalmente entrar para a União como Estado ou Território, com igualdade portanto de tarifas independente de concessão especial, o seu açúcar de cana não prejudicará

* Frank G. Carpenter, "The land of sugar", no *Evening Star* de Washington, de 28 de novembro de 1896.

** Em 1880 dois terços do açúcar consumido no mundo deram de cana e um terço de beterraba: em 1890 a proporção estava quase invertida, provindo quatro sétimos da beterraba.

a nova e próspera indústria americana, porque os Estados Unidos são um campo vasto e ainda assim pequeno para toda uma produção nacional do açúcar que está sendo comprado no estrangeiro. Atualmente o consumo de açúcar nos Estados Unidos é de 2 milhões de toneladas e a produção do açúcar de beterraba a penas de 50.000 toneladas. O cultivo da beterraba tem sido muito animado pelo Departamento da Agricultura e pelas legislaturas de muitos Estados, e se o seu desenvolvimento desde 1830, época dos primeiros ensaios, não correspondeu às esperanças formadas e esforços empregados, significa isto tão-somente que nem sempre há presidido um bom discernimento à escolha dos terrenos; que as máquinas empregadas não foram próprias para extrair toda a porção sacarina que a beterraba comporta; que os agricultores andavam antigamente pouco afeitos à cultura intensiva; por último que as atividades procuraram exercer-se sobre culturas mais fáceis ou mais remuneradoras ou mais necessárias.

O algodão não só é cultivado no Sul como estão aí sendo fabricados os seus tecidos. Só num condado da Carolina do Sul existem neste momento 17 fábricas, estando muitas outras em construção. O seu número total é de cerca de 500, com maquinismos excelentes. Uma só companhia de fiação tem uma folha de pagamentos de \$30.000 mensais. Nos últimos cinco anos, não obstante a depressão industrial, mais de 60 milhões de dólares foram empregados no Sul em manufaturas de algodão, as quais chegam a exportar-se para a China. O capital empregado nesse ramo eleva-se já a 120 milhões de dólares. A produção industrial do Sul orça hoje toda ela por mais de 100 milhões de dólares mensais, grande parte proveniente do algodão. Poucos negócios estão dando remuneração igual à destas fábricas: o lucro varia dentre 6 e 35 por cento e o dividendo médio é de 10%.* Nem é devida a outra causa senão à terrível concorrência do Sul a recente baixa de salários nas fábricas de artigos de algodão da Nova Inglaterra.

Uma das razões do moderno desenvolvimento do Sul e remuneração dos capitais empregados na indústria de fiação e tecidos reside porventura mais do que na maior proximidade, com relação à Nova Inglaterra,

* Frank G. Carpenter, "Money in Cotton", no *Evening Star* de Washington de 21 de novembro de 1896.

do grande mercado de Centro-Oeste e na abundância local das minas de carvão, os atributos do trabalhador branco daquela região, o qual se é de ambições moderadas, é também condescendente, trabalhando sem protesto onze e doze horas por dia, pouco disposto a paredes, desconhecendo quase as *trade unions* e outras organizações do trabalho contra o capital, que pressupõem uma independência diversa de caráter e maiores sofrimentos prévios do que os suportados por operários tão pouco exigentes e sóbrios como esses, cujos salários menores acodem a menores necessidades e fazem face a uma vida mais barata. Os negros são empregados em maior escala nas plantações, trabalho ao ar livre que eles também preferem; mas, como vimos, também estão sendo empregados nos *cotton mills*, contribuindo destarte para conservar a proporção entre a qualidade e o custo do trabalho muito mais razoável do que na seção norte do país. A baixa constante da matéria-prima e o menor preço da mão-de-obra no Sul ajudarão a expansão do comércio externo americano, a qual parece dever ser o grande objetivo econômico da nova geração.

A regeneração do Sul dos Estados Unidos só se faria contudo completamente bem como a do nosso Norte, substituindo em grande parte o branco ao negro, isto é, diluindo a raça de cor, não real mas figuradamente, na população de origem européia. O negro é de natureza preguiçosa e também imitativa, como nota com razão o Comissário de Educação no seu mencionado relatório de 1896. “Ele procura fazer o que o branco faz. Pensa em educar seus filhos porque vê que o aumento de conhecimentos os habilitará a melhorar a sua condição. Segregai, porém a gente de cor e fareis desaparecer seu incitamento e estímulo.” Naqueles condados do Sul onde, predominando pelo número, o negro vive para assim dizer entregue a si, o retrocesso é visível. Já vimos, porém, que a população africana vai deixando, posto que paulatinamente, de aglomerar-se nos Estados do Sul, mesmo porque o trabalho por máquinas nos algodoais e canaviais tem dispensado em boa escala o puro trabalho braçal. A sua presente aglomeração só não há traduzido uma maior ameaça pela índole passiva da raça e também pela continuada resistência oferecida pelo branco a qualquer sombra de nivelamento. Mississípi e Carolina do Sul já inscreveram na sua legislação a exclusão dos analfabetos como eleitores, e prepara-se Luisiana para fazê-lo, ainda que semelhante qualificação viole o espírito da emenda

constitucional que tornou todos os negros cidadãos da República. Pelo contrário nos Estados sulistas como Tennessee, onde a proporção das raças caucásica e africana é de 3 para 1, sente-se a necessidade de encorajar os negros a exercerem inteligentemente o sufrágio, em vez de expeli-los das urnas.

É sabido que os americanos não recuam diante das idéias na aparência menos possíveis de realizarem-se. O êxodo da população negra tem sido freqüentemente debatido e até tentado nos Estados Unidos desde o estabelecimento da República da Libéria. Ainda em 1889-90 discutiu-se no Senado Federal um *bill* apresentado pelo Senador Butler, da Carolina do Sul, para providenciar acerca da emigração do Sul da população de cor, derramando-a entre a população dos outros Estados, impelindo-a para as terras devolutas do Oeste ou, sonho delicioso, despejando-a nas costas africanas, na Libéria ou no Estado Livre do Congo. O conhecido Senador Morgan, do Alabama, um dos vultos proeminentes do partido democrata, foi o advogado mais caloroso dessa repatriação que, segundo ele, o perpétuo conflito das raças aconselha e o que os progressos da navegação tornam possível efetuar malgrado a dificuldade da distância.* Esta emigração, longe de dura e compulsória, seria promovida, ajudada e subvencionada pelo Governo Federal, e dela resultaria um benefício para a humanidade, pois que os negros americanos civilizariam os seus pares africanos sem precisarem, como os brancos, de recorrer à escravidão: “eles lá possuirão a fortaleza de um leão novo, brilharão como uma cidade sobre uma colina”. Seria, além disso, tal emigração uma vantagem nacional, visto que os Estados Unidos, sem possuírem uma polegada de terreno no grande continente negro, abririam *ipso facto* para as suas indústrias um opulento mercado. O Senador Butler acha finalmente que seria também uma obra de caridade, porquanto o negro deve sentir-se perenemente humilhado no teatro da sua prístina degradação.

Resta saber se, longe de lograrem constituir uma poderosa nação comercial, de extenso tráfico marítimo, os oito milhões de negros americanos não recairiam antes na primitiva selvajaria, da qual os salvam aqui os esforços dos brancos apostolizadores e sobretudo daqueles dentre eles

* *Congressional Record*, 51st Congress, 1st Session, vol. 31, 1889.

próprios que, como Booker Washington, conseguiram tornar-se eminentes, dando prova da aptidão da raça ou, segundo pretendem alguns, de variedades da raça para melhorar de condição intelectual. Além de que o êxodo não é praticável sem a mais violenta perturbação dos atuais lineamentos sociais e econômicos do país, e desde que o não é, o recurso melhor é o indicado pelo eloqüente ex-Senador Ingalls, de Kansas, ao afirmar no correr da discussão de 1889-90 que os progressos da raça negra nos Estados Unidos no que diz respeito à moralidade, ao sentimento de propriedade e ao desejo de saber, são tão incontestáveis como a sua paciência e cordura perante as injustiças dos brancos: “Sr Presidente, acham-se propostas quatro soluções para o problema das raças: 1º amalgamação; 2º extermínio; 3º separação; 4º privação dos direitos de cidadão. Existe contudo uma quinta, a eterna, a universal solução de todas as dificuldades humanas, que nunca foi proposta e nunca foi experimentada: a solução da justiça, da justiça que deveria encontrar em cada lugar um templo e para a qual não deveria haver outra estação senão o estio.” *

Para esta solução nós estamos muito melhor preparados do que os americanos. No Brasil, como fica dito, as raças andam muito mais misturadas, o preconceito ou repugnância de cor é muito menos forte, e na alma dos latinos, mais suavemente evangélica, as rajadas utilitárias fazem mais dificilmente soçobrar o sentimentalismo que nos anglo-saxões afirma-se por vezes violentamente e desabrocha então em flores magníficas de generosidade e de justiça, mas sempre com a serenidade do satisfeito, com o desprendimento do saciado, com a robustez do forte, nunca com o ascetismo amoroso, abnegado e martir de um São Francisco d’Assis ou de um São Francisco Xavier. Nós estamos, por conseguinte mais perto de pôr em prática a equidade social educando a raça negra, evitando que ela, fora do carinho interesseiro das plantações, recaia na barbárie que ainda lhe não tinha sido dado despir inteiramente. É suficiente ler na *Revista Brasileira*

* Em 1888, no Estado de Mississípi somente, foram linchados 155 negros. Em Paducah (Kentucky), no mês de novembro de 1897, 50 brancos armados atacaram um bando de trabalhadores pretos indefesos pela simples razão de os não quererem como concorrentes, obrigando-os a abandonar a localidade após ferirem 9, dos quais 4 gravemente. Poderia citar uma infinidade de casos análogos.

de 1896 os interessantes artigos do Dr. Nina Rodrigues, da idólatras entre os negros brasileiros para bem compreender a facilidade com que esta raça regressa ao estado selvagem.

Não há muito contavam os jornais americanos que desenvolvera-se em Kansas entre a população de cor uma epidemia de fervor religioso que arrastou muitos negros à loucura, sendo uma das manias predominantes, porventura oriunda da leitura na Bíblia do episódio de Abraão e Isaque, a exigência pelo Altíssimo do sacrifício de crianças. Um negro por nome Hamilton levou a sugestão ao ponto de pretender queimar viva uma filhinha de quatro anos, para este fim levantando uma fogueira, sendo a criança salva com grande dificuldade quando as chamas já começavam a lambê-la. Foi preciso intervir força para que o improvisado sacrificador não tivesse imitadores.

Nós Estados Unidos ter-se-á talvez caminhado mais no terreno dos fatos, mesmo porque o problema, cuja solução participa no Brasil da incúria que infelizmente forma o fundo da nossa vida nacional, apresentou-se ali com maior urgência, inadiável até. Desde 1862 o Norte tem dado para a educação dos ex-escravos mais de 17 milhões de dólares. “O Norte contava que, dispondo de recursos de educação iguais aos do branco, o negro o igualaria em desenvolvimento mental. Do outro lado o Sul via os libertos entrarem na escola com a dúvida mal disfarçada no valor da experiência, não acreditando que o negro pudesse aprender. Os resultados revelaram que ambos pensavam erradamente. O negro mostrou que o seu espírito é susceptível de educação, mas quando lançado na sociedade depois de alcançar este desenvolvimento de estufa, os seus frutos intelectuais cedo secaram e alguns dos negros melhor educados desceram até o ínfimo nível social. Foi somente depois que se deu fé de que a instrução industrial e a iniciação nos hábitos de atividade e economia produziam os melhores efeitos, que a educação prosseguiu sobre princípios corretos, isto é, fornecendo aos negros uma profissão manual e uma boa instrução elementar. O braço e não a cabeça é que precisa ser ensinado.”*

Educação mais alta de pouco lhes aproveitará nos Estados Unidos. Infelizmente ela apenas serve, como exclamava na tribuna o Sena-

* “The Negro in Tennessee”, no *Evening Post* de Nova York, janeiro de 1898.

dor Morgan, para tornar mais perceptíveis ao negro as barreiras que lhe impedem alcançar posição e poder. Não só não possui ele probabilidade alguma de vir a governar, como a não possui de vir sequer a colaborar no governo. Será sempre um pária, um réprobo, um servo, vegetando em situações subalternas, pouco mais do que era antes da abolição. Mesmo nos Estados em que goza da plenitude dos seus direitos políticos e civis, não existem para ele fora do serviço doméstico, dos ofícios e de alguns raros cargos públicos que lhe são disputados até a tiro, senão o magistério e o ministério sagrado entre os da sua raça. Em setembro de 1897 o *postmaster* de Hogansville (Geórgia), homem de cor nomeado por McKinley contra os protestos dos brancos da localidade, foi quase morto depois de sofrer mil vexames. O proprietário da casa onde estava funcionando a repartição do correio recusou alugá-la, vendo-se ele obrigado a procurar cômodos no bairro negro. Em vez de franquearem suas cartas ali, muitos brancos passaram a franqueá-las no lugar mais próximo, em que era branco o *postmaster*. Por fim, mantendo-se o preto firme no seu posto, os brancos congregaram-se e dispararam-lhe vários tiros numa esquina. A maioria dos negros ficou possuída de medo e mostrou-se logo disposta a abandonar as ambições políticas, tanto mais quanto os principais personagens do Estado, posto que censurando *pro forma* o crime, deram razão à população branca. O governador Atkinson declarou que o crime seria provavelmente punido (nunca o foi), mas que o Presidente era cúmplice dele por ter insistido na nomeação, a despeito dos protestos dos brancos, representando 99 por cento da fortuna e da cultura do lugar e que não queriam ver suas mulheres e filhas expostas a um contato diário e aviltante com um funcionário de cor. O Senador Bacon, do mesmo Estado da Geórgia, aproveitou a ocasião para condenar em absoluto a escolha de negros para cargos da administração, porque de pouco lhes serviria a nomeação, que provoca veemente cólera entre os brancos, os quais querem conservar intacta sua supremacia de raça. “Os negros serão sempre bem tratados, contanto que reconheçam sua posição subalterna e não pretendam equiparar-se aos brancos, isto é, contanto que resignem-se a ser um rebanho dirigido por estes, cuja superioridade mental é indiscutível e cuja efetividade de mando há de ser mantida a todo o custo.”

O Senador Bacon, que é democrata, ajuntou com ironia que o partido republicano poderia perfeitamente saldar sua dívida de gratidão com os polítriqueiros negros, nomeando-os, para Estados onde o espírito sulista de resistência é censurado e onde a comunidade não mostra-se contrariada com a subordinação do homem de raça caucásica ao homem de raça africana.

O negro não merece, todavia um tão fundo desprezo. Representa certamente uma raça inferior e não é para pôr-se em dúvida que, conforme escreve Bryce, o seu real adiantamento *post-bellum* não esteja, exceções à parte, em relação com os meios que lhe hão sido facultados. Devemos, porém observar quanto o negro tem que pelejar contra o meio e contra traços hereditários e convir que ele não constitui uma população inteiramente inútil, a qual é preferível deixar na ignorância e na rusticidade para mais facilmente contê-la e suprimi-la, o que para alguns americanos afigura-se uma questão de conservação própria. Porque, na frase de Booker Washington em uma conferência em Brookyn, se o negro deixar de ser desprezível, trabalhar e produzir, o branco do Sul terá de acabar respeitando-o. E o orador concluía com uma sincera ilusão: “O homem que possuir a propriedade, a inteligência e o caráter é o que terá maior parte na direção do governo, quer seja branco quer preto, quer isto se dê no Norte quer no Sul.”

Na minha reflexão e leituras procurei justamente discernir desde que cheguei aos Estados Unidos o que resultara dos meios postos em ação para a civilização da raça africana neste continente. Que o negro é isoladamente capaz de cultivo e de superioridade, bem o sabia; inútil citar os exemplos. O temperamento afetivo é até característico dele, e daí provém a tendência lírica que o ilustre romancista americano Howells encarecia em uma de suas crônicas no poeta de cor Dunbar, autor de poesias em inglês literário e outras em dialeto áfrico-americano. O senhor R, impenitente sulista que a seu modo muito se interessa por tudo quanto diz respeito à raça negra, contou-me que tendo tido a curiosidade de indagar nas livrarias de Washington quais os livros preferidos pela gente de cor, coligira que eram os livros de religião e filosofia e os discursos dos grandes estadistas americanos. Isto revela por um lado que, postos de banda para o governo, eles lançam-se nas especulações abstratas e metafísicas, desdenhando

a história, a economia e tudo quanto se relaciona com a política prática, e por outro lado que o seu temperamento lírico encontra pasto na oratória parlamentar.

Coletivamente também me parece que o negro é merecedor de atenção e susceptível de adiantamento, se dirigido pelo branco.

“Todas as vezes que o negro tem tido ocasião de trabalhar nas minas e nas fábricas com o branco, há melhorado em todos os sentidos. Os industriais relatam que eles tornam-se bons trabalhadores e que as greves lhes são quase estranhas. Mas ao passo que o negro tem marchado com segurança para diante nestes centros manufatureiros, e mesmo nos distintos agrícolas em que não constituem maioria, nas regiões lá do Sul, onde os brancos formam uma pequena proporção, as condições são desgraçadas e a raça não se acha nem tão adiantada como ao tempo da escravidão... É em lugares como esses que um demagogo pode converter o elemento negro num perigo para o bom governo da comunidade, e que, com o fim de protegerem-se, os brancos põem em prática meios que condenaram em circunstâncias diversas.”

O Sul dos Estados Unidos é, convém repeti-lo; o nosso Norte. Ali penetra ainda dificilmente a integração estrangeira, receosa do clima, que não é absolutamente doentio, sendo os excessos da temperatura possíveis no verão iguálados nos Estados Unidos do Norte, e não menos receosa da concorrência do negro, a qual não é contudo tanto para rechar. Nem os negros são em tão crescida percentagem no conjunto dos Estados sulistas que a sua acumulação represente uma ameaça industrial sob o duplo ponto de vista da qualidade do trabalho e da paga, nem os brancos empregados nas fábricas sofrem na mínima escala as conseqüências da repugnância com que era olhado o labor escravo. Entre nós em nada difere a perspectiva. Os negros, agora exclusivamente aproveitados nos serviços rurais quando as secas do sertão não provocam a emigração temporária dos brancos e mestiços do interior, não percebem salários tão magros que a sua concorrência se anuncie para temer, e a hospitalidade, o carinho de que todos os trabalhadores são alvos deviam atuar como um estímulo para a introdução e colocação de emigrantes europeus.

Só a imigração branca, asseguram os americanos, poderá restituir ao Sul, região dotada de pasmosa fertilidade, a antiga prosperidade,

a fartura edênica de antes da guerra civil, do tempo daquela vida encantadora de que se recordam com tão vivas saudades os grandes plantadores que, desgostosos do atual vegetar, terem ido trocando a existência campesina pela residência urbana. Por outro lado ela deverá redundar num aumento da emigração negra, uma distribuição mais razoável da população de cor. Evitar-se-á também, com esta diluição dos negros, que eles algum dia pensem em agregar-se num elemento social e mesmo político, isolada, raivosa e perigosa. O escritor a cujo interessante estudo já fiz alusão, van de Graaff, não hesita em terminá-lo com as seguintes palavras, tão cruas quanto verdadeiras: “Se o Sul tivesse de ficar diferenciado pela presença do negro em uma proporção relativamente excessiva, retrogradaria infalivelmente e converter-se-ia numa carga para o resto da União.”

A indulgência das nossas opiniões e desmazelo dos nossos costumes impedem-nos de hostilizar o negro em qualquer terreno, mesmo no da mistura das raças. Não seria no Brasil que poderia decretar-se e executar-se uma lei como a que prevalece em vários dos Estados do Sul da América do Norte, proibindo os casamentos entre pessoas de diferente cor. Por outro lado não temos por enquanto que queixar-nos do argumento entre a nossa população de certos crimes que nos Estados Unidos determinam quase todos os linchamentos: o excesso da nossa criminalidade provém mais de paixões que a brandura e a educação corrigirão. O que se deduz, portanto, de todas as premissas postas, o que deve afigurar-se preferível por mais racional, por mais prático – visto que no nosso Norte o africano e o mestiço hão de ser por bastante tempo os únicos trabalhadores e sempre os trabalhadores por excelência – é instruir num certo grau os negros o mais que tudo moralizá-los, erguer o nível de cultura da sua raça, disseminando entre ela os progressos realizados pela raça branca. Resignemo-nos ao mal que já foi um bem e evitemos especialmente que, colocados de uma banda os brancos educados e da outra a massa de negros e mestiços incultos, a separação degenera no que nunca pareceu dever ser no Brasil, muito pelo prolongamento da instituição servil, a saber, uma guerra de raças. Não fiemos decerto exclusivamente dos negros o desenvolvimento nacional. Eles, porém, melhoram num ambiente de brancos: por isso e por causa da escassez, do relativo atraso mental e do enervamento da raça coloni-

zadora, aquele desenvolvimento tem de procurar auxílio e fomento nos outros povos, na expansão européia. Esta corrigirá a extrema mestiçagem estabelecida pelo português e firmará a real supremacia dos brancos, que, se justamente por motivo dessa mestiçagem, não correm no Brasil os perigos temidos pelos do Sul dos Estados Unidos, ameaçavam em todo caso afundar-se num alastramento de raças inferiores.

.....

Capítulo II

EFEITOS DA IMIGRAÇÃO

A GRANDEZA dos Estados Unidos tem sido, como corrente, constituída pela considerável imigração européia, além do gênio ativo e inventivo da própria raça colonizadora. Este fator primordial é também essencial. A diferença de resultado na colonização dos dois continentes, ou melhor, da América Inglesa e da América Latina, deve mesmo filiar-se mais que tudo nas qualidades das respectivas raças conquistadoras, pois que a emigração de povos diversos para um mesmo território é um fator relativamente moderno, uma novidade do nosso século, não tão cosmopolita quanto à primeira vista parece, mas sufocado pelo fomento industrial e dispondo das facilidades do transporte marítimo. Ingleses ocupando o que se chama hoje Estados Unidos e portugueses ocupando o que desde então chamou-se Brasil, tiveram que lutar contra idênticos obstáculos – índios senhores da terra, concorrência estrangeira armada, elementos naturais. Os índios eram igualmente belicosos. Aqui e além foram eles exterminados em guerras ou levados de roldão pela corrente civilizadora. Os seus restos encontram-se dispersos no interior do Brasil, especialmente nas margens dos grandes rios, ou acantonados em determinadas áreas ou reservas alguns Estados e Territórios da América do Norte, de que os imigrantes ainda não careceram.

Os portugueses tiveram que pelear nos séculos XVI e XVII com franceses e holandeses particularmente. Os mesmos inimigos tiveram os ingleses na América do Norte nos séculos XVII e XVIII. A França poderia ter criado um império americano, como a Holanda poderia ter criado um império brasileiro. O fanatismo religioso, a corrupção oficial, o despotismo, num caso do monarca e no outro da junta de mercadores, ajudaram a natural incapacidade de ambos os povos para converter em nações os seus extensos domínios ultramarinos. Senhora a França da Acádia, da Terra Nova e do Canadá, ao norte, apesar da sua proverbial bravura militar perdeu aquelas pela paz de Utrecht, e este pelo tratado de Paris de 1763, quando também transferiu a Louisiana, com a foz do Mississípi, artéria fluvial que deveria ligar suas possessões do sul com as do norte, dando-lhe a posse do território adjacente e cortando aos ingleses toda expansão para o Oeste até as margens do Pacífico. Ainda hoje a França carece de apoiar no elemento militar as suas modernas conquistas da Algéria, Tonkim e Madagascar, onde a paz nunca é estável, e o desenvolvimento trai o estigma esterilizador da influência administrativa e não a marca da livre expansão individual, como acontece ao das colônias inglesas, quer se chamem Índia, Austrália ou Egito. A Holanda, se conseguiu até agora conservar uns restos brilhantes do seu império colonial, permanecendo em Java e Sumatra, é porque, a exemplo dos ingleses no Hindustão, mantém numa subordinação inteligente a população nativa, à qual concedeu uma autonomia aparente. A possessão nunca se poderá despojar da tutela em que vive senão em detrimento da gente conquistadora, porque a base orgânica é nela constituída pelos naturais disciplinados e feitorizados, e não pelos europeus transplantados e organizados em colônia. Sempre que encontraram inimigos da mesma taça os holandeses tiveram que recuar, como no Brasil, como no Cabo, como na Nova Holanda. Nunca lograram, lutando, fundar novos países.

Passando ao terceiro fator – a natureza –, essa era manifestamente mais clemente no continente sul que no norte, cujo clima é conhecido pelas suas bruscas transições, freqüentes excessos de calor e frio e terríveis fenômenos meteorológicos. Se alguma diferença de condições existia, pois, era em favor da colonização portuguesa. O Brasil forma, entretanto, um corpo anêmico e fraco, porque gerado por uma raça açodada, com uma

vontade mais ardente do que tenaz, de fé proselitica e ganância tumultuosa, que desembarcava sôfrega por alcançar num momento a conversão em massa do gentio e as riquezas fabulosas dos sonhos medievais. Os Estados Unidos formam pelo contrário o produto forte, próspero, admirável, de uma raça mais nova, mais cheia de seiva, menos pejada de antiguidade e de tradições, e que consigo levava o senso positivo da vida.

Escreve com espírito e razão o distinto escritor francês Melchior de Vogüé* que a síntese do povo inglês acha-se estampada em *Robinson Crusóé*, romance que é o triunfo do bom senso, do ideal prático da existência, como o *Dom Quixote* encerra a derrota de um ideal desmarcado e alucinado qual foi o espanhol. O inglês ensaiou primeiro suas forças e foi executando aos poucos, mas à risca o seu programa. O peninsular pretendeu sempre demasiado, fora de toda proporção com o que podia realizar. As descobertas então entonteceram-no e arrastaram-no no caminho da perdição. Num soberbo livro, que foi uma das últimas produções do seu grande talento de historiador**, Oliveira Martins estabeleceu com sagacidade a distinção entre o velho Portugal, ingênuo, robusto, pé-de-boi, agrícola, monástico e povoador, que os reis da primeira dinastia borgonhesa amoldaram e de que o infante Dom Pedro, morto em Alfarrobeira, foi o ultimo representante, e o Portugal aventureiro, nascido da afirmação da independência nacional em Aljubarrota pelo último rei cavaleiro, do qual D. Afonso V e D. Sebastião seriam rebentos atávicos, e que se simboliza sobretudo na figura a um tempo mística e heróica, visionária e voluntária do infante Henrique, o fundador da escola de Sagres.

A emigração causada pelos descobrimentos de novos mundos teve por motivos gerais o espírito comercial, que em tempo de Cromwell ergueu-se à altura de principal característico do povo britânico, e a religião, que foi a mais importante razão de agitação na Europa nos séculos XVI e XVII. A religião foi, porém, um pretexto para o êxodo do português, ao passo que para o do inglês foi um dos motivos determinantes. A colonização dos Estados Unidos fez-se em boa parte com puritanos e católicos fugidos às vexações dos cristãos de seitas inimigas. Seria o intuito mais egoísta

* “Le livre anglais”, na *Revue des Deux Mondes*, de 1º de outubro de 1895.

** *Os filhos de D. João I.*

que o dos missionários peninsulares: não era todavia menos nobre. Muitos dos ocupadores da América inglesa possuíam, portanto, tão profunda fé religiosa, que tinham transposto os mares unicamente em defesa das suas consciências. Aos restantes não lhes devia faltar aptidão para o trabalho, pois que, à parte alguns sentenciados, embarcavam por conta de companhias particulares como a de Londres, que começou a colonizar a Virgínia, como a de Plymouth, interessadas na cultura do solo e as quais mais tarde se substituiriam os Estados; ou espontaneamente procuravam um campo onde exercer suas atividades com maiores esperanças de remuneração. Gentes de tão fortes crenças e tão fortes vontades não podiam deixar de fundar uma forte terra. Foi o que sucedeu.

Escreveu alguém que o sentimento coletivo da raça saxônia é o otimismo religioso, isto é, a prática do bem aliada ao espírito de lucro. Reparemos nos seus missionários combinando a cultura moral das raças inferiores com os interesses mercantis das suas pátrias. O êxito da tentativa, não raro embaraçada por mil trabalhos, conduz o inglês a um tempo à abundância e à virtude. No latino, o vício provém ordinariamente da abundância. Sem mostrar talvez aquela audácia temerária tão própria para temas de poemas épicos, o saxão possui a audácia fria, voluntária, a tenacidade após as desilusões, o amor das aventuras com resultados palpáveis, a consciência da individualidade própria. A vida e a experiência o ensinam, observa Vogüé, e não o raciocínio e a severidade dos homens.

A capital da Nova Inglaterra* é, nos Estados Unidos, juntamente com a mais viva recordação da época colonial pelo que encerra e pelo que lembra um exemplo excelente do que vale a colonização inglesa. Boston foi e pode dizer-se sem receio que ainda é a terra da inteligência americana, a sua Atenas. New York, na sua qualidade de metrópole do Leste, como centro comercial mais importante e em relações mais freqüentes, fáceis e rápidas com o Velho Mundo, pode possuir as casas editoras mais conhecidas e mais poderosas. Chicago, a metrópole do Oeste, com o seu prodigioso desenvolvimento, pode achar que lhe não bastam as glórias do trigo e do toucinho e querer rivalizar com New York no aprimorado das publicações.

* Por este nome entendem-se os seis Estados de Maine, Vermont, Massachusetts, New Hampshire, Connecticut e Rhode Island.

Boston não deixa por isso de ser em sua maior placidez, em sua feição quase única nos Estados Unidos de cidade velha, com ruas acanhadas e casas antiquadas, a metrópole do pensamento nacional. A sua livraria é a mais opulenta do país como valor de coleções e escolha das edições, achando-se demais alojada no mais belo edifício de Boston. As suas escolas são proverbiais pelo conforto e eficiência. O seu colégio de Harvard, com o seu vetusto de universidade inglesa, suas construções disseminadas por toda a vila de Cambridge, seu misto de tradicionalismo e modernismo, é a primeira entre as muitas academias que florescem em todo o território da confederação.

A instrução chegou a converter-se numa febre na Nova Inglaterra. Mercê da relativa pobreza do solo, da penhora da indústria e, sobretudo, das facilidades do ensino, quase toda a gente deseja aprender, a maior parte dos rapazes pretendem ser *formados*. Nos colégios abundam os estudantes pobres que, durante o verão, trabalham em profissões manuais para no inverno pagarem suas pensões e cursarem as aulas. No hotel de Block Island em que passei em 1897 as semanas de maior calor, o serviço de mesa era todo feito por *college boys*: o criado que me servia era um terceiranista de engenharia, o chefe dos criados acabara o seu curso de direito, e o gerente era um inteligente bacharel em filosofia que continuava a aprofundar seus conhecimentos, a estudar para doutorar-se e obter alguma cadeira em alguma das outras universidades, sempre dispostas a receber nas suas congregações os doutores de Harvard.

Para o americano não existe trabalho desonroso: desonrosa é apenas a preguiça. Servindo nos hotéis de verão não só esses valentes rapazes apuram algum dinheiro, já das gorjetas dadas pelos hóspedes, já das coletas feitas no jogo de *base ball* e nos concertos vocais e instrumentais com que enchem os longos serões do campo, como têm o que eles chamam o seu *good time*, divertindo-se, respirando bom ar, tomando seus banhos de mar, refazendo as forças para o inverno. Suas dificuldades de vida não cessarão contudo com a terminação dos cursos. A vida entra nos Estados Unidos a ter suas asperezas para quaisquer profissões liberais. Encontram-se já médicos sem clínica, engenheiros sem obras, advogados sem causas, padres sem pé d'altar, na Nova Inglaterra especialmente, a clássica terra americana, a pátria dos *yankees*. E não que a estes falte energia ou iniciativa.

O *yankee*, produto de um meio de luta pela existência, passa justamente por ser o americano de mais pronta percepção comercial, descobrindo mais depressa num negócio as suas vantagens possíveis e manipulando-o com mais destreza, sangue-frio e felicidade. Desembarcado da mãe pátria com pouquíssimos recursos e muita vontade de ganhar a vida, o colono britânico deparava na Nova Inglaterra com uma terra parecida com a que deixara, não só no clima e na paisagem variada, como na escassez dos recursos. Não oferecendo o subsolo minas a explorar, as atividades concentraram-se na agricultura e na indústria, vindo esta a predominar porque as numerosas correntes de água, facilmente aproveitáveis como motoras dos moinhos, avantajavam-se aos terrenos arenosos e especialmente aos campos pedregosos, posto que férteis debaixo da rija couraça granítica, que o período glaciário deixou como recordação da sua passagem.*

Os proveitos da agricultura, particularmente nestas condições, são lentos e custosos e o colono, adestrado e fortalecido pela contenda, lançou-se portanto com maior coragem ao elemento movediço que se lhe estendia em frente da costa, povoada de enseadas. As condições desfavoráveis à agricultura eram pelo contrário essenciais às pescarias. Os abundantes abrolhos e seixos desse mar formam um ambiente adequado à vida animal, ao bacalhau por exemplo, cuja exportação tornou-se um dos melhores negócios da Nova Inglaterra e que ainda hoje figura dependurado em efígie na sala das sessões da Casa dos Representantes do Estado de Massachusetts. As florestas além de tudo ofereciam madeiras apropriadas à construção de navios, fundamento da marinha mercante dos Estados Unidos, tão florescente até 1860 e que a Guerra da Separação e a exploração do Oeste fizeram decair enormemente. À ação dos corsários confederados há também que acrescentar a substituição da madeira pelo ferro na construção naval, num tempo em que as indústrias inglesas eram todas superiores, quando ainda o ferro e o aço americanos não eram exportados para a própria Inglaterra, suas colônias e toda a Europa. Os altos direitos embarçavam por seu lado a importação daquele material, e ao mesmo tempo dava-se a obrigação da

* N. S. Shaler, "Environment and Man in New England", da *North American Review* de junho de 1896.

construção dos navios nos Estados Unidos para lhes ser permitido o registro como nacionais e facultado o comércio de cabotagem*.

Nestas condições a marinha mercante tinha de sofrer um eclipse. Verdade é que em compensação o pasmoso desenvolvimento interno e um feroz protecionismo aduaneiro promoveram o progresso das indústrias nacionais, convertendo os Estados Unidos na mais poderosa nação manufatureira do globo, empregando em 1890 mais de 6 bilhões de dólares de capital e um exército de perto de 5 milhões de operários, com um lucro líquido anual de 4 bilhões de dólares. As manufaturas dos Estados Unidos que no ano anterior ao rompimento da guerra civil subiam apenas a 392 milhões de libras esterlinas, isto é, 185 milhões menos que as do Reino Unido, subiram em 1888, segundo as estatísticas de Sir Michael G. Mulhall, a 1.443 milhões, isto é, a 623 milhões mais que as do Reino Unido e a 860 milhões mais que as da França.

A seção leste do país é a sua seção eminentemente fabril, e mais que tudo a Nova Inglaterra. Também em parte alguma dos Estados Unidos o meio físico e o homem estavam mais de acordo para estimularem o adiantamento industrial. Pela ação do período glaciário, nota o escritor já citado da *North American Review*, a superfície da terra cobriu-se aí de um depósito profundo de matéria muito porosa, dando uma corrente firme e contínua aos rios, cuja velocidade, necessária para pôr em movimento os engenhos, aumenta pela elevação do terreno. A irregularidade do curso desses rios dá por outro lado origem a depressões, que foram lagos e são hoje alagados, retardando o caminhar das águas para o mar, distribuindo o produto das chuvas de um modo gradual e constante e oferecendo a vantagem de poderem ser facilmente convertidos em açudes ou reservatórios. O homem vinha da Inglaterra, pátria da energia e da perseverança, e não encontrava para amolecer estas qualidades terras de fácil cultura como a Virgínia ou Maryland, onde a grande propriedade exigia logo a introdução dos negros, transformando o colono rude no apático senhor de escravos. O inglês ficou ali mais inglês, a saber, conservou mais a primitiva feição nacional, aguçando-a pela especialização do trabalho, feito de cada um

* Benjamin Andrews, *The History of the last quarter century in the United States*, 1897.

explorar livremente o seu campo de atividade, tratando de libertá-lo da rotina. O que mais fere o viajante americano no estrangeiro é o predomínio da rotina. Lembro-me que no *Innocents Abroad*, Mark Twain despeja parte do seu humor sobre os portugueses da ilha do Fayal que lavram hoje a terra do mesmo modo que os seus tataravôs. Nos Estados Unidos, país de expedientes na frase de um autor, cada dia inventa-se um novo processo de trabalho, uma nova máquina de produção, e por este traço distingue-se principalmente o *yankee*. As descobertas mecânicas da América do Norte são por metades devidas aos filhos da Nova Inglaterra, e é tal a dose do seu engenho e inventiva que a extrema diferenciação do trabalho lhe não rouba a elasticidade, a aptidão para qualquer ramo de atividade, feição adquirida no tempo em que acumulavam as indústrias na luta pela vida. Diz com razão o Sr. Shaler que se a manufatura do algodão no Sul ajuntar-se, como está parecendo, à sua produção, isto é, se o Sul tornar-se por inteiro agrícola e fabril a um tempo, a vida industrial da Nova Inglaterra não periclitará: transformar-se-á.

Ao americano como indivíduo não repugna absolutamente mudar de profissão, assim como não repugna às comunidades mudar de característico. Se, por exemplo, esgotar-se uma mina que provocou a agremiação de milhares de trabalhadores, esta vila deixara prontamente de ser mineira para tornar-se fabril, para ensaiar qualquer espécie de manufatura: não se dispersarão miseráveis os seus habitantes incapazes de nova orientação e de novos esforços. Não sendo o local apropriado para outro fim senão o mineiro, irá acampar além num lugar conveniente, fazendo surgir dentre as florestas ou sobre a planície uma dessas cidades americanas edificadas num abrir e fechar de olhos, que fazem o pasmo dos outros países e que um incêndio ou um furacão destrói com igual facilidade. Não se imagina como entre nós que tal zona há de fornecer fatalmente açúcar e tal outra café. Produzirá este ou aquele gênero se as condições continuarem a ser-lhe favoráveis e vantajosos os resultados: quando não passa-se logo a outra cultura mais remuneradora.

É claro que o americano herdou do inglês preciosos predicados de raça: logrou porém desenvolveu-os e aperfeiçoou-os num meio favorável como o da Nova Inglaterra. Refiro-me não tanto ao meio físico, que

mais impeliria o colono para a preservação do tipo ancestral, como ao meio social, resultado da orientação coletiva e da adaptação a ela dos indivíduos mais aptos, numa contínua renovação e num aperfeiçoamento qual o dos distritos manufatureiros e da beira-mar. Na própria Nova Inglaterra existe naturalmente funda separação mental entre a população movediça e progressiva desses distritos e as comunidades agrícolas mais afastadas, sedentárias, de necessidades facilmente satisfeitas, de inteligência menos pronta e espírito menos vivo.

Boston não se orgulha porém somente de ser o centro espiritual de semelhante região, em que as capacidades agrupam-se livremente para determinadas direções de trabalho, fazendo brotar o adiantamento da harmonia dos motivos. Orgulha-se também das suas tradições históricas que inflamam o patriotismo americano, emprestando a alta temperatura necessária a esse cadinho formidável em que se fundem tantas variedades da raça branca.

Em Boston deu-se o primeiro encontro entre o povo e os soldados do rei Jorge; aí passou-se o conhecido episódio do lançamento ao mar de um carregamento de chá, tributado sem consenso dos contribuintes; aí, à sombra de um olmo que ainda estende verdes os seus galhos rugosos, passou o general Washington revista às tropas de que tomara o comando para defender os direitos e depois a independência da colônia; nos seus arredores finalmente, em Bunker Hill, onde hoje ergue-se um monumento cuja primeira pedra foi colocada por Lafaiete ao som da palavra eloqüente de Daniel Webster, feriu-se a primeira e mais sangrenta batalha dessa longa campanha em que a constância obrou ainda mais prodígios do que o valor.

De outra coisa ainda Boston se desvanecer com razão, e é do seu admirável sistema de parques que envolve a cidade numa graciosa faixa de verdura, com a qual casam-se as águas glaucas do Charles River. São quatorze mil geiras cobertas de árvores, relva e lagos onde os estudiosos, os artífices e os politiquieiros vêm sorver o bom ar oxigenado num ambiente risonho e festivo, ganhando forças para as suas investigações, suas fadigas e suas velhacadas. Porque Boston também tem politiquieiros e portanto *jobs*. Verdade é que para salvaguarda do seu crédito, os americanos costumam pôr quase todas as ladroeiras públicas, assim como põem todas as calina-

das, à conta dos pobres irlandeses. Num livro recente,* que é a compilação de cartas interessantíssimas escritas para o *Daily Mail* por ocasião da última campanha presidencial, conta G. W. Steevens que no curso de uma palestra sobre a inferioridade do negro e as inconveniências da sua qualificação eleitoral, exclamava um sulista dirigindo-se a um bostoniano – Porventura gostariam vocês que em Boston uma ralé sem bens nem educação, à qual por força mesmo da história da sua raça, faltam honestidade, honra, sobriedade e castidade, estivesse em posição de taxar vossa propriedade, desperdiçar vosso dinheiro, arruinar vossa administração? – Mas pelo amor de Deus, meu amigo, respondeu o outro, é exatamente o que nos acontece em Boston com os irlandeses.

Os irlandeses formam um contingente importante no afluxo moderno da emigração para os Estados Unidos, a par dos alemães e escandinavos. O número dos imigrantes do Reino Unido é ainda assim excedido pelo dos alemães, que de 1820 a 1890 forneceram perto de três décimos da imigração. A imigração alemã avolumou-se depois de 1848 pelo descontentamento político que seguiu-se ao esmagamento das idéias liberais, e conservou sua pujança a despeito da renovação industrial posterior à guerra de 1870. Ultimamente tem havido grande aumento no número dos italianos, eslavos e judeus polacos e russos, sendo especialmente contra esta imigração menos desejável que foi redigida, apresentada pelo Senador Cabot Lodge e aprovada a lei, finalmente vetada pelo ex-Presidente Cleveland, excluindo os analfabetos da entrada nos Estados Unidos, a qual já é defesa aos miseráveis, idiotas e atacados de doenças incuráveis, sendo recambiados em média cada ano 1.300 indivíduos classificados nessas categorias. No ano financeiro findo a 30 de junho de 1897 foram recambiados 2.799 num total de pouco menos de 350.000 imigrantes, que trouxeram consigo mais de 5 milhões de dólares. Quanto maior for tornando a imigração e quanto maior concorrência for ela fazendo ao trabalho nacional, maior seleção se irá estabelecendo nas entradas, posto que toda a influência na baixa dos salários seja simpática aos *trusts*, cujo poder é tão grande sobre a política americana. Verdade é que a concorrência dos europeus aos ameri-

* *The Land of the Dollar.*

canos em questão de salários é relativa, pois que os emigrantes abandonam suas pátrias para perceberem maiores ganhos e se não sujeitariam a salários infimos, em completa desproporção com os auferidos pelos nacionais.

Os irlandeses são para os americanos alguma coisa de parecido com o que os portugueses são para nós: uns e outros falando a mesma língua, ainda que não da mesma família, do mesmo tronco político, porém e com os mesmos costumes quase. Os portugueses têm mais a seu favor a completa identidade de raça e religião. Os irlandeses também se aglomeraram nas cidades, desprezando a agricultura que na pátria lhes parecera em demasia exigente e ingrata. Os alemães e escandinavos é que têm ajudado poderosamente a cultura do solo no Oeste, aquém e além do Mississípi.

O perigo nacional, todavia, que entre nós existe com relação a uma excessiva imigração européia, o de diluir-se a nossa idiosincrasia nos característicos dos outros povos, mais pronunciados, vigorosos e progressivos, se não dá nos Estados Unidos, onde o nacional, mercê da sua rara faculdade de assimilação, acaba por absorver os elementos estranhos. A mesma população que no Sul tem resistido pelo afastamento a oito milhões de negros, tem podido resistir no Norte e Oeste englobando mais de 16 milhões de europeus.*

O estrangeiro que, vindo da Europa, desembarca pela primeira vez em Nova York não é iludido: Sente imediatamente que pisa em terra inglesa. O mesmo sistema de *cottages* disseminados pelas encostas que descem até a baía do Hudson, como pelas campinas de Surrey e de Kent; o mesmo plano de residências separadas, afirmando a independência dos habitantes, com a sua escadinha elegante lançada sobre o asfalto do passeio e, ao lado, a *bow window* de vidros discretamente velados por cortinas de renda ou de fina cassa; os mesmos parques de vastos tapetes de relva e moitas de árvores frondosas cortando de quando em vez com os seus diferentes cambiantes de verde a monotonia de cor das fofas extensões da grama úmida e incomparável. O conjunto da cidade oferece porventura um arrojo de construções particulares que se não encontra mesmo em Londres: hotéis de onze andares, quase tão espaçosos como Mafra ou o Escorial; escritórios

* No ano de 1882 a imigração atingiu o algarismo máximo de 730.349 estrangeiros.

comerciais esguios e altos como campanários góticos. É a ponta de malícia do gênio *yankee* desanuviando a fleumática seriedade da mãe pátria. Os pormenores não alteram, porém a impressão geral, que é puramente britânica, e obriga-nos a refletir um momento na imensa resistência do inglês a perder qualquer parcela do caráter nacional que constitui a sua força.

Eis uma terra que durante um século tem constantemente recebido emigrantes de todas as nacionalidades e a todos tem absorvido, fundido sem descanso elementos tão diversos, conservando sempre o seu primitivo aspecto, defendendo o seu já agora indelével cunho originário. É certamente um grande povo o que assim consegue manter as qualidades de raça que o distinguem, sem perder sequer a aparência externa dos seus maiores. Era uma nacionalidade fadada para subjugar o mundo numa proporção que desconheceu, quer o Império Romano, quer a monarquia universal de Carlos V. E dizer-se que os ingleses esgrimiram durante séculos pela posse da vizinha França, sem conseguirem aí firmar o seu domínio mau grado toda a perícia de seus besteiros e todo o valor de seus príncipes, e que foi preciso que a Península Ibérica desvendasse as regiões desconhecidas, abrisse o Novo Mundo e rompesse o Velho, perdido nas sombras da fábula, para que a Inglaterra atinasse com a sua vocação e em tempo de Isabel assentasse sobre os destroços da Invencível Armada os alicerces do seu futuro e majestoso poderio colonial!

Tal foi a impressão que de chofre recebi e traduzi ao chegar aos Estados Unidos, e que posteriores estadas em Nova York confirmaram na generalidade, salientando o caráter britânico da grande metrópole americana. Como porém nos quadros de Rembrandt, pelos prodigiosos efeitos de luz a que o mestre holandês era afeiçoado, a nossa atenção concentra-se inevitavelmente sobre o personagem ou grupo principal da composição, e só mais tarde podemos enxergar as fisionomias e os pormenores colocados na penumbra que envolve o resto da tela; assim a demora tornou mais tarde visíveis as diferenças que naturalmente hão de extremar Nova York das cidades inglesas do outro lado do Atlântico, e que no primeiro momento são absorvidas pela tonalidade do conjunto.

Em primeiro lugar, nota-se a aparência muito mais cosmopolita da população, abrangendo variados tipos de loiros e morenos, representantes de diversas emigrações que o tempo não pôde ainda fundir conve-

nientemente num tipo a que, posto que impropriamente, se dê o nome de comum ou nacional, como existem os tipos francês, alemão ou italiano. À parte mesmo da população que do inglês recebeu por via de herança o seu feitio particular, escasseiam algumas das propriedades ancestrais. A robustez sangüínea do inglês é substituída, por exemplo, por uma energia toda nervosa. Max O'Rell e outros viajantes referem-se repetidamente à palidez das americanas, efeito que não atribuem a causa alguma definida, que pode ser considerado como resultado das violentas transições climatéricas e grande pressão elétrica que caracterizam a America Setentrional, ou da voluntária abstenção de vinhos, licores e outras bebidas fortes que emprestam à francesa e à inglesa as suas cores de saúde. De ordinário o americano é também pálido e magro, conquanto um real vigor e uma pasmosa resistência se ocultem sob esse aspecto, devido à extrema tensão nervosa em que vive, já pela agitação febril com que persegue a riqueza, já pela busca do maior número de comodidades de vida que a riqueza possa fornecer e a inventiva humana conceber ou realizar.

Psicologicamente, o americano possui emoção superior à do inglês, uma faculdade mais disseminada de colher impressões, um poder de ternura e afeto mais expansivo. Lendo há algum tempo um artigo de Hugues Le Roux sobre a organização da família na Inglaterra, especialmente sobre o desapego que desde eles crianças as mães testemunham aos filhos, o que permite a estes, quando adultos, procurarem um ramo de vida trocando com facilidade o solo da ilha pátria por qualquer dos longínquos domínios britânicos – eu pensava simultaneamente que o escritor francês tem razão em apontar aos seus compatriotas a superioridade da raça colonizadora de além-Mancha, mas que não é indispensável aquele desapego maternal para dar origem a um sentimento de independência e confiança tão precioso para o desenvolvimento do caráter o qual, segundo Gustavo Le Bon, vale mais do que a inteligência – a História o prova – para a fundação das grandes e duradouras nacionalidades. As mães americanas revelam imenso carinho pelos seus filhos, o carinho indulgente e cego dos latinos; entre os homens a indulgência para com as crianças corresponde à deferência para com as mulheres e não me parece, no entanto, que a falta da fortificante sequidão britânica haja embaraçado nos Estados Unidos o progresso, quer moral, quer material.

Justamente em parte alguma melhor do que em New York se consegue receber do segundo uma sensação mais aguda. Do alto do Tower Building, da torre em que se faz o serviço meteorológico e que domina todo o porto de New York, a ilha de Manhattan na qual a cidade se apinha e as cidades fronteiras de Brooklyn, à esquerda, e de Jersey, à direita, o panorama descortinado é inolvidável, não decerto pelo aspecto gracioso ou selvático da paisagem, porquanto esta é quase toda comercial, substituindo as chaminés as árvores, as fábricas, os bosques, cedendo a natureza por completo o passo à indústria, mais precisamente pelo ingente esforço humano que ela nos revela. A meus pés estendia-se um quieto oceano de telhados do qual emergiam, como rochedos gigantes, os edifícios de dezesseis e vinte andares, viveiros de escritórios, bancos e companhias, que dão às monótonas cidades americanas uma tão inconfundível originalidade. Sobre eles fumegavam não placidamente como os tetos das cabanas perdidas nas matas ou os canos dos vapores lóbrizados no horizonte, mas nervosamente, bruscamente, aos arrancos, centenárias de chaminés das máquinas que guindam os ascensores, das que geram a eletricidade necessária para a luz que corrige a deficiência do sol do Norte, das que fornecem o calor preciso para combater os rigores do clima. Diante de mim a ponta esguia da Battery, descobrindo-se ao longe as ilhas do porto, em uma das quais se ergue a estatua simbólica da Liberdade, e dos dois lados da ilha de Manhattan um braço de mar e o rio Hudson, cruzados por um formigueiro de embarcações, particularmente *ferryboats* transportando no amplo bojo inúmeros passageiros, carros, carroças, toda a casta de veículos lançados à pressa na outra margem, como uma reedição do famoso cavalo de Tróia. Pelas ruas da cidade um mundo de transeuntes, trens de ferro silvando doidamente e deslizando velozmente sobre os leitos colocados à altura dos primeiros andares, carros elétricos perpassando com rapidez vertiginosa.

Poderão outras cidades sem dúvida fornecer uma impressão superior de elegância e da beleza. Paris na parte que medeia entre o Louvre e o Arco do Triunfo, Berlim no trecho do Linden que vai da Ópera e da Universidade ao *Schloss* imperial, a Registrasse de Viena constituem espetáculos de arquitetura e magnificência com que não podem competir mesmo as soberbas habitações da Quinta Avenida e a dezena de esplêndidos edifícios que New York encerra. Nesta falta, sobretudo, o encanto do passado,

a vida retrospectiva e a tradição histórica que palpitam em todas aquelas capitais. Não conheço porém cidade alguma, nem mesmo Londres com a animação da sua *City* e do *Strand*, que dê tanto como a metrópole americana a sensação de um aglomerado humano em que o trabalho se traduz freqüentemente em riqueza, a atividade não raro em opulência.

É mister reparar que New York é realmente o coração de uma poderosa nação de 70 milhões de habitantes, que é o seu porto mais importante, o seu centro mercantil mais considerável, e isto numa proporção muito mais elevada do que qualquer outra cidade do mundo; numa palavra, que o movimento comercial dos Estados Unidos concentra-se aí numa escala quase única. A França possui além do porto de Marselha, os do Havre e Bordéus, quase rivais; a Inglaterra distribui por Londres, Liverpool, Southampton e outros o seu imenso tráfico marítimo; Hamburgo, na Alemanha, tem por concorrente Bremen. Nova York é, entretanto, apesar do notado e característico desenvolvimento no país das grandes e populosas cidades, o porto por onde transitam sessenta por cento das mercadorias importadas e exportadas da América do Norte e onde desembarcam três quartas partes dos muitos emigrantes que procuram esta região feliz.

Região feliz é o termo. Na noite do próprio dia em que subi ao alto do Tower Building, tive ocasião de assistir a um dos mais concorridos e interessantes comícios da campanha presidencial então aberta, e a admirável tolerância política que eu aí vi demonstrada confirmou-me, dando-me ao mesmo tempo uma das razões dessa felicidade, dessa satisfação que incontestavelmente os Estados Unidos transudam. Era uma reunião de democratas dissidentes ou fiéis ao *sound money*, e no auditório deviam sem dúvida encontrar-se numerosos democratas amigos da livre cunhagem da prata, atraídos pela curiosidade ou pelo cândido desejo de instruir-se que o eleitor americano sobejamente manifesta. Falaram seis ou sete oradores, entre eles os candidatos à presidência e vice-presidência: pois, malgrado as luzes, o calor do enorme anfiteatro fechado, a banda de música atacando os compassos das canções nacionais, e os clamores entusiásticos do público, os discursos mantiveram-se todos dentro dos limites da moderação e da cortesia, assim como do lado do povo não partiu um só grito injurioso, uma só interjeição discordante.

Alguns estudantes de Yale que, caso bem raro! interromperam no Connecticut um dos discursos pronunciados por Bryan, o candidato de Chicago, foram asperamente censurados, até pelos adversários políticos do orador. A *Tribune* de Nova York, principal órgão das candidaturas McKinley-Hobart, assim se exprimiu, relatando o incidente: “A conduta dos estudantes que, segundo parece, haviam combinado incomodar o orador, não tem desculpa ou defesa e merece severa reprovação. Esta terra é uma terra de liberdade de palavra e à polícia competia tomar as providências necessárias para que o *boy orator* (Mr. Bryan) pudesse dirigir-se sem interrupções ao seu auditório.” Num giro eleitoral pelo seu Estado natal, Kentucky, o Secretário do Tesouro Carlisle foi por esse mesmo tempo alvo de um desacato. Os partidários da livre cunhagem vaiaram-no na primeira conferência, atiraram-lhe ovos, e um cidadão mais grosseiro chegou ao ponto de lançar-lhe ao rosto um charuto aceso. O atentado apenas serviu para fazer redobrar o sucesso das conferências, e proporcionados à gravidade do acontecimento, insólito neste país fora de alguns estados mais atrasados do Sul e Oeste, foram a estupefação que acolheu a notícia e o coro de imprecações que se lhe seguiu e no qual juntaram-se republicanos e democratas de todos os matizes. Tal sentimento de respeito pelas opiniões alheias é, todos convêm, um traço britânico, tornado entretanto mais pronunciado pela desafogada expansão nacional americana, sem ranços quase de lutas religiosas ou contendidas de castas. Os Estados Unidos, dizia-me um dia com justo desvanecimento o Senador D., da Virgínia, um dos mais conceituados oradores do Congresso, são um país que nunca sentenciou à morte um criminoso político.

Região feliz porque sabe ainda reunir à tolerância política, à deferência para com as convicções contrárias, tantas outras virtudes, encontrando demais ensejo e tempo – pelo menos na parte dela onde à brusca energia física já se sobrepujaram os refinamentos da cultura – para buscar na realização das aspirações artísticas aquilo que empresta elevação e encanto à existência. O museu de Nova York é uma completa surpresa numa cidade do Novo Mundo. Como quadros possui não só telas dos antigos mestres, alguns Velásquez, Rembrandts, Reynolds, excelentes Franz Hals, como especialmente magníficos exemplares da moderna pintura francesa, de Troyon, Meissonnier, Rosa Bonheur, Benjamin Constant, Cabanel, etc.

Os vidros de Veneza, classificados cronologicamente, são simplesmente admiráveis. As tapeçarias de Gobelins, as porcelanas chinesas, honrariam qualquer museu europeu. As antiguidades de Chipre, coligidas e transportadas pelo general Cesnola, têm reputação universal pelo seu alto valor arqueológico e etnológico, evidenciando na opinião dos entendidos a influência que, por intermédio dos fenícios, os egípcios e assírios exerceram sobre as artistas gregos. No *hall* deparam-se-nos numerosos e escolhidos exemplares da escultura americana. E note-se que para a reunião de tantas preciosidades, o estado e a municipalidade não foram onerados com gastos importantes. Na sua grande maioria os objetos expostos foram legados ou doados, ou ainda emprestados em vida dos donos para ornato e importância do Museu. Entre outras pessoas, Ms. Wolf deixou por testamento uma soberba coleção de quadros e tapeçarias, ajuntando-lhe a soma de \$200.000 para sua conservação e aumento.

Tais estima e respeito pelas coisas de arte são gerais e com facilidade as achamos na grande cidade, até no teatro onde abundam todos os gêneros, mas cujas peças favoritas são aquelas que congregam o gosto pueril das mágicas, comum a todos os públicos, a ponta de discreta ternura tão querida das populações inglesas dos dois lados do Atlântico, e a paixão toda local da invenção, da descoberta, do inédito, do aventureiro. Nos verdadeiros melodramas americanos descortinam-se, sob as usuais vestimentas cênicas, a ingenuidade e o sentimentalismo reunidos à audácia deste povo otimista, cuja ambição de fortuna e de saber não conhece limites e cujo único secreto pesar é ter existido, em fins do século XV, um certo místico italiano por nome Cristóvão Colombo, que com duas ou três frágeis caravelas, descobriu o Novo Mundo, não deixando reservada para os colonos britânicos a glória de toparem com o continente que ocupam e que tanto honram como americanos.

O sadio orgulho nacional, que não a mórbida suscetibilidade patriótica, é uma condição essencial de vitalidade para um país. Para esse orgulho é porém mister haver, como aqui há, base ou razão, e é por isto que na segunda geração de emigrantes nos Estados Unidos o perigo da não-absorção desapareceu. O estrangeiro chega no geral com o intento de não mais voltar, e o filho de estrangeiro, sobretudo nascido na América, tem vontade e faz empenho em ser americano. O meio em que viu a luz

é superior àquele em que seus pais vegetaram. Deu à família liberdade, recursos e felicidade. Entre nós o filho de estrangeiro, exceção feita do português, sente que a pátria européia vale mais do que a nova, política, intelectual ou materialmente, é mesmo educado nesta presunção, avalia-a pelas conversações com os recém-vindos e pela própria experiência quando pode viajar na pátria dos seus maiores. Uma imigração em tais condições pode ser de momento vantajosa para o desenvolvimento industrial, mas representa inquestionavelmente de futuro uma ameaça para a integridade nacional e portanto para a independência da pátria.

O remédio para este estado de coisas é fácil de apontar, ainda que não de executar. Reside pura e simplesmente no adiantamento do país, fito para o qual devem convergir todas as energias, em vez de convergirem para as estéreis lutas partidárias e as vãs miragens políticas. A emigração procura instintivamente as terras onde pode prosperar, sem que se torne preciso aliciá-la ou estipendiá-la. Uma vez posto o pé na terra americana, o imigrante deixa de depender ou de contar com o Estado, que aliás só intervém no assunto para efeitos de seleção. O imigrante tem que abrir sozinho seu caminho. A filantropia particular, a qual é uma das muitas formas da energia individual, supre todavia o que possa haver de involuntariamente egoísta nesta atitude das autoridades e acode em auxílio dos expatriados, recolhendo as raparigas sem parentes, irlandesas especialmente, que a prostituição espreita; encaminhando para seus destinos os que desconhecem a língua inglesa e à roda de quem enxameiam os gatunos; cuidando dos que adoecem ao chegar ou vêm doentes da travessia; estabelecendo os que desembarcam sem conhecimentos nem promessas de emprego; até agasalhando por uma noite ou duas os que são recambiados para suas pátrias.

Em semelhantes albergues pagam logo os que podem e os outros quando podem, não faltando também os que são recolhidos de graça. Li há tempos que existiam em Nova York treze ou quatorze desses estabelecimentos para imigrantes das várias nacionalidades, situados defronte do desembarque, na velha State Street, uma das poucas em que ainda subsistem algumas interessantes residências coloniais da época holandesa, com o seu tipo familiar e folgado. São sustentados os mais deles por seitas religiosas e instituídos para fins proseliticos, posto que sem envolver obrigações ou

tentar discriminação. Nas duas casas subvencionadas pela Igreja Metodista Episcopal os imigrantes não têm despesa alguma.

Nos Estados Unidos a imigração superabunda. A nossa pelo contrário, apesar de avultada, não é ainda assim proporcionada às nossas exigências: carecemos de muitos mais braços. Por isso depois que se aboliu a escravidão, e antes mesmo deste fato, na previsão da proximidade do acontecimento, falou-se muito no Brasil em substituir o africano pelo chinês. Estão na memória de todos os esforços do ministério Sinimbu, a missão Calado–Jaceguai e recentemente a missão Lapidária, gorada por motivo da guerra sino-japonesa. É muito discutido o valor do asiático como fator econômico. Nos Estados Unidos, na Califórnia particularmente, a sua concorrência ao trabalhador nacional despertou tamanha resistência, que teve de terminar pela proibição da entrada de chins nos portos americanos. O operário anda aqui acostumado e precisa para viver de salários incomparavelmente mais elevados do que os requeridos pela parcimônia e sobriedade mongólicas.

Em quase todos os estados brasileiros seria ao negro que o chinês iria fazer concorrência, primando-o pela atividade, conquanto não apresentando maiores necessidades. O vício de um – o ópio – balança o do outro – a cachaça. Os salários não baixariam mais, mercê da depreciação da moeda nacional; valer-se-iam provavelmente, havendo do lado do chinês as vantagens da maior inteligência e da superior destreza. É sabido porém que o chinês não se fixa no país; regressa com o pecúlio feito, e esta disposição acarretaria detestáveis conseqüências econômicas. Já basta ao Brasil a extraordinária emigração para Portugal durante todo este século dos capitais ali acumulados pelos comerciantes vindos do reino. Demais, sobre a moralidade, ou melhor, sobre a imoralidade do chinês não existem duas opiniões. É palpável que, privado de vícios e fisiologicamente inferior, ele abastardaria ainda mais uma raça que a enervação tropical e o cruzamento com raças inferiores já têm suficientemente estigmatizado. Além disso, a sua introdução prolongaria a situação social legada pela escravidão, mantendo uma classe de ricos fazendeiros explorando uma casta servil sobre a base do exclusivismo da cultura, isto é, impediria a formação da nossa nacionalidade, a exemplo dos Estados Unidos, economicamente independente como já o é politicamente.

Ativar portanto, a emigração branca, européia, por uma forma indireta, a saber, não assalariando intermediários que enricam arrebanhando a escória das populações do Velho Mundo, mas promovendo o bem-estar do país, cuidando de melhor suas condições sanitárias,* fazendo vingar idéias de liberdade e tolerância numa palavra, induzindo o europeu a ir estabelecer-se numa terra que lhe ofereça meios fáceis de fortuna e essa já referida impressão de felicidade, que é tão típica nos Estados Unidos, que todos os viajantes concordam em notar e que age sozinha pelo desenvolvimento da imigração. Nada de precipitações contudo. Nem as faculdades de assimilação do nosso povo equiparam-se às do americano, nem a nossa estrutura política compara-se em rijeza com a dos Estados Unidos. Quinhentos mil imigrantes anuais de variedades diversas da raça ariana dissolveriam a nossa pouco consistente nacionalidade, levariam diante de si até os destroços do edifício que nossos avós construíram, com menos inteligência prática e menos sucesso do que os germanos saxônios o seu, mas com igual amor e iguais esperanças.

Num livro quase oficial, pois que foi escrito em satisfação de um compromisso com o governo imperial, o Sr. Barão de Paranapiacaba indicava há bons vinte anos como algumas das razões por que no seu entender se explicava a maior corrente da emigração para os Estados Unidos e para a República Argentina, a questão religiosa com a sua face de intransigência católica, a insuficiência do ensino, a ausência de instrução agrícola e profissional, a falta de boas instituições de crédito podendo auxiliar a lavoura, finalmente a escassez de meios de comunicação entre o interior e a costa. Todas estas razões são pouco sólidas. Questão religiosa nunca houve entre nós, porque o ceticismo imperou sempre de um lado e do outro a licença era muito maior do que o fanatismo. A república, separando a Igreja do Estado e dando satisfação completa às exigências liberais, arredou esse suposto obstáculo à vinda de emigrantes protestantes, ao passo que a preservação

* Em Nova Orleans, onde a febre amarela era endêmica e tradicional, o saneamento empreendido pelo Dr. Holt, constante da reforma do sistema de esgotos, limpeza municipal e precauções quarentenárias, foi de tal ordem eficaz que desde 1885 apenas ali havido ligeiras epidemias, importadas do México pelo caminho de ferro e não por via marítima.

do velho credo nacional veio a andar mais garantida com a indubitável melhoria na educação e moralidade do baixo clero. O atraso que implicam as outras faltas apontadas pelo autor resulta justamente, como muito bem notou o Sr. Sívio Romero, da imigração diminuta e localizada em certos pontos de certos estados, que recebemos.

Não devemos calcular que o emigrante europeu nos trará somente o esforço muscular do seu braço para o que, em rigor, bastariam as raças inferiores. Devemos esperar que ele nos trará o concurso da sua inteligência, a saber, uma porção infinitesimal da experiência do seu continente em matéria de organização financeira e econômica, de perícia industrial, de adiantamento moral. O imigrante não vem buscar instrução na América: vem buscar fortuna, e se a terra também lhe agrada como meio social, queda-se nela e adota-a para pátria de seus filhos. Os estabelecimentos de ensino agrícola e profissional, as fábricas, os bancos, os caminhos de ferro serão resultado dessa fixação noutro solo de uma raça laboriosa, esclarecida e progressiva, estimulando atividade e alargando os horizontes da mentalidade indígena. Se as nossas estatísticas mostram inferioridade no número e porventura mais na qualidade da imigração com relação aos vizinhos platinos e aos americanos-do-norte, é porque o nosso clima é reputado péssimo e que fazemos tudo para zelar-lhe a reputação; é porque o aborrido das nossas cidades é desagradável, quando não repugnante e que nada fazemos para melhorá-lo; é porque o estrangeiro – não falo do que vem aliciado, mas do que vem *sponte sua*, o verdadeiro imigrante, o bom – não exige minas de ouro nem jazidas de diamantes, mas pretende com toda a razão tranqüilidade, limpeza, boa polícia, umas migalhas de civilização que em geral lhe recusamos.

Nós temos a mania de fazer depender tudo da ação oficial, e quando alguma vez pretendemos fugir a este sistema de proteção do Estado caímos logo no extremo oposto, no abandono de toda e qualquer interferência. O Ministério da Agricultura foi por longo tempo uma agência de imigração, trabalhando em benefício de quatro províncias do Sul do Brasil à custa de todos os contribuintes. O Congresso da República reconheceu com muito acerto que a Federação se não havia estabelecido para manter semelhante injustiça e descentralizou o serviço de imigração, atribuindo-o aos estados que o promoverão de acordo com seus recursos. São Paulo está

em condições de continuar a introduzir por conta própria os milhares de italianos que eram dantes introduzidos por conta da União: Pernambuco, Alagoas ou Sergipe terão de contentar-se com a negraria que o Império alforriou para castigo dos seus pecados. Aquele tenderá a europeizar-se, estes a africanizar-se. A desigualdade de fortunas existe naturalmente entre os estados como entre os indivíduos, e produzirá a diferenciação.

O sentimento de nativismo que a República sem dúvida acordou e robusteceu pela necessidade da defesa das novas instituições operará, contudo – o futuro dirá em que grau –, como um corretivo ao cosmopolitismo que poderá derivar-se de semelhante situação. Demais, para verificarem até que ponto se justificam tais receios e tomarem de acordo com esta justificação suas medidas de precaução ou restrição, aplicando aquela dose de interferência oficial que nunca é bom desprezar, sobretudo num país afeito ao paternalismo, acham-se os governos locais em ótimas condições de autonomia administrativa e melhores condições de recursos que a União. Nos Estados Unidos, país de inteira expansão individual – a terra sonhada por Herbert Spencer –, as autoridades, deixando, aliás, plena liberdade de ação ao imigrante, não põem de banda a fiscalização e suprema direção destas questões que, convém repetir a miúdo, afetam mais do que a prosperidade, a integridade nacional. Conforme recordei, o chim foi em tempo excluído, apesar da pressão do capitalismo, amigo do trabalho barato. Agora procuram-se excluir os analfabetos, cuja cooperação é por muitos julgada dispensável no grau de desenvolvimento atingido pelo país e para o qual todavia contribuiu, tanto mais a indiscriminada imigração europeia quanto, além da sua atividade, os estrangeiros trouxeram a facilidade da povoação do enorme território. As estatísticas mostram, com efeito, que entre os americanos diminui o número de nascimentos, na Nova Inglaterra particularmente, onde já são raras as grandes famílias, e aumenta sempre o número dos celibatários, apesar de nestes estados e na Carolina do Norte as mulheres serem em maior número, ao passo que no Oeste os homens superabundam. Se não fosse, portanto, a onda constante dos imigrantes, o aumento natural da população pelo excedente dos nascimentos sobre os óbitos baixaria muito e o decréscimo se acentuaria na medida em que as famílias estrangeiras se fossem nacionalizando.

A imigração há sido, portanto, o nervo do processo americano, não só pelo que diz respeito ao aumento da população e à possibilidade para esta de conservar-se afastada de misturas degradantes, como pelo que toca à disseminação civilizadora e à adoção entusiástica pelos forasteiros da nova pátria. Para tais resultados tem, no entanto, mais que tudo influído a qualidade dessa imigração. O fato da emigração já por si denuncia, como tem sido observado, ousadia e espírito de aventura nos que a empreendem. Demais, sabemos que para os Estados Unidos consta ela especialmente de alemães, irlandeses e escandinavos, gentes do Norte ou profundamente modificadas pelo cruzamento e pela ação do meio climatérico e social do Norte, cuja raça é considerada justamente como robusta, enérgica, inclinada e afeita ao trabalho, pacífica e mais morigerada. Entre nós o grosso da imigração presentemente compõe-se de uma raça sóbria por certo e industriosa, à qual é devedor o Sul de muito da sua prosperidade, mas rica e de duvidosa moralidade. Sua introdução no organismo nacional tem-se já manifestado por violentas perturbações locais, que não estão longe de pressagiar conflitos mais importantes e que até agora têm sido sopitadas à custa de gordas indenizações.*

Semelhante estado de coisas resulta essencialmente do fenômeno atrás notado – o incompleto da assimilação, não tanto física como moral, pela nossa população dos elementos estrangeiros que afluem às nossas praias. É vulgaríssimo falar-se na italianização de São Paulo, na germanização do Rio Grande do Sul, efeitos necessários do contato de raças mais fortes e mais preparadas para as contendas da vida do que o nosso povo mestiçado com raças inferiores. De futuro pode ter-se por muito provável que embalde se procurará na América do Sul o velho Brasil português, com o desenvolvimento dos seus atuais característicos, e mui triste será crer que só o seu eclipse permitirá ao país cumprir os altos destinos que almeja e que não logrará atingir sem o auxílio, que frisarà fatalmente pela absolvição – posto que não política nem por isso menos completa – por outros povos.

Nos Estados Unidos inversamente vemos a mais perfeita assimilação pelo seu povo dos estranhos. Chicago é a cidade de fato mais cosmopolita do mundo, e com a peculiaridade que a população estrangeira excede absoluta e até proporcionalmente a nacional. Cálculos não remotos acusa-

* Vide a nota A no apêndice.

vam 300.000 americanos para 400.000 alemães, 200.000 irlandeses, 90.000 escandinavos, 50.000 polacos e 50.000 boêmios. Entretanto é uma cidade puramente americana, na qual os característicos propriamente nacionais, que em New York costumam a romper a tenaz crosta britânica, libertam-se e aparecem em plena luz. A metrópole do Oeste excede qualquer outra cidade em bulício comercial; em movimento de transeuntes; no arrojo dos edifícios; no gigantesco das obras empreendidas e executadas como o levantamento do solo e o abastecimento de água não contaminada; na agitação da vida que encontra seu remanso nos grandes e formosos parques que a encerram mirando as águas azuis do lago Michigan, da mesma forma que os Estados Unidos excedem os outros países como unidades e quase que poderíamos dizer somados. O desmarcado das construções combinado com o emprego capital do ferro obriga os arquitetos a concepções originais, que tem sua beleza porque traduzem a audácia do gênio humano. E Chicago tem-se tornado o grande exemplo moderno desta audácia, colaborando nela todas as raças curvadas pela americana à uniformidade nacional, resultado da própria intensidade da fusão que nivela todas as desigualdades.

Os bairros estrangeiros, a saber, as típicas ruas em que de começo se aglomeraram separadamente as diferentes colônias vindas da Europa, estão gradual e irresistivelmente ali se dissolvendo no todo americano. Em New York e Brooklyn ainda podem eles manter-se graças ao constante suprimento que recebem por meio dos recém-desembarcados, e assim conservar mais tempo sua língua, seus hábitos, seus preconceitos e até seus vícios. Em Chicago, porém, o amador do pitoresco terá mui breve de lamentar no seio do enorme empório, como na das outras cidades interiores dos Estados Unidos a ausência de uma Nápoles indolente e sensual ou de um *gueto* ativo e imundo, ficando reduzido à clássica Chinatown de um cheiro doce e de uma arquitetura de confeitaria em que, à luz mortiça dos balões multicolores, sombras de longas tranças esgueiram-se com igual cautela nas lavanderias ou nos botequins onde se joga e fuma ópio. Não está longe o tempo em que ficarão apenas, espalhados os *biergarten* e *bierhallen* onde jorra o fulvo líquido espumoso e vozes afinadas entoam cantigas da antiga pátria, e as lojinhas de frutas onde de inverno se assam castanhas, para lembrar quantos alemães, escandinavos e italianos foram entre outros forasteiros colhidos e lançados no cadinho monstruoso em que se prepara a contínua mocidade do povo americano.

.....

Capítulo III

AS QUALIDADES DO POVO

O

QUE semelhante povo tem feito dos Estados Unidos sabe-o toda a gente ainda que imperfeitamente. Quem visitar alguma das numerosas exposições nacionais que se realizam no país, à razão quase de uma por ano, poderá à primeira vista imaginar que se trata de uma exposição internacional, e em seguida se capacitará de que uma tal nação achar-se-ia perfeitamente no caso de imitar a China rodeando-se de uma muralha inviolável, tanto e por forma tão completa correspondente às suas necessidades a sua variadíssima produção agrícola e industrial.

Tive ensejo de visitar a exposição de Omaha, com a qual quiseram os habitantes de além-Mississípi celebrar os maravilhosos resultados da expansão da gente americana nas feracíssimas planícies outrora oceano de erva, hoje celeiro grandioso, que se estendem para outro lado do grande rio até a base das Montanhas Rochosas, expansão que, galgando a poderosa cordilheira e derramando a civilização em planaltos salinos e morros nevados, encontrou a recompensa do seu esforço no paraíso da Califórnia. A exposição em si era digna de admiração, abrangendo edifícios de verdadeira elegância de decoração, uma disposição geral a um tempo prática e de gosto, e um bando de atrações e divertimentos, porém valia sobretudo pelo que indicava e pelo que sugeria. Aquela grandiosa exibição revelava bem o desenvolvimento de um país que é a um tempo agricultor, mineiro,

manufatureiro, navegador, que utiliza todos os instrumentos de trabalho e opera em todos os campos de atividade.

Na produção dos cereais não conhece rival, trasbordando pelo mundo seu trigo, sua aveia e seu milho, e bastando um ano de más colheitas em outros continentes para contrabalançar na bolsa dos seus *farmers* os embarços gerados pela baixa dos gêneros em face do excesso da produção e pela carestia dos transportes, oriunda da tirania exercida pelas companhias de caminhos de ferro, embarços que se manifestam pela imensidade de hipotecas que pesam sobre as terras cultivadas. Nas Carolinas e na Louisiana o arroz, na Louisiana e Mississípi o açúcar de cana, em outros estados o de beterraba, o de sorgo, o de bordo, em toda a união os tubérculos e os frutos de qualquer qualidade e da melhor qualidade provêm o consumo público. O Palácio da Horticultura na exposição de Omaha era um perfeito encanto. Os clássicos vergéis de Delaware e os conhecidos laranjais da Flórida ali haviam levado sua contribuição, mas principalmente apresentava a Califórnia as espécies mais formosas das suas frutas e legumes deliciosos, e do Oregon, do Missouri, de toda a região transmississípiana tinham, tido amostras excelentes do quanto pode a cultura metódica e inteligente. As novas terras anexadas e protegidas abastecerão por seu turno o país de todo o açúcar de que ele carece e de todo o tabaco que ele é suscetível de queimar e mascar, ajuntando ao fumo adocicado da Virgínia os tabacos perfumados de Cuba e das Filipinas – sem falar nos outros produtos das zonas quentes, por exemplo o café, que Porto Rico produz excelente e com o qual Havaí poderá brevemente competir. Vinhos, cerveja, cidra, todas as bebidas espirituosas ou fermentadas estão sendo fabricadas nos Estados Unidos. O azeite é extraído pelos processos mais asseados das sementes do algodão, cuja felpa é fiada e tecida em numerosíssimas fábricas. De manufaturas por enquanto menos numerosas saem os tecidos da lã fornecida pelas ovelhas do Ohio, do Texas e do Pacífico, e o cânhamo e o linho contam-se entre os produtos nacionais. Gado *vacum*, cavalar, muar, suíno, é criado e exportado em vastíssima escala, e para o seu alimento fora dos pastos viçosos abundam o feno, a alfafa, a cevada, a beterraba, o milho. Ao lado de *percherons* sólidos como os europeus e dos elegantes animais de sela do Kentucky enfileiravam-se em Omaha nédios bois *shorthorns* e Durham e algumas das soberbas vacas Jersey, cujo leite transforma-se em

milhares de toneladas de queijo e de manteiga. O americano encontra nos seus campos carnes, nas suas herdades aves e nas suas matas caça com que suprir todas as exigências da alimentação, assim como nos seus mares, rios e lagos, cautelosamente repovoados, peixes, crustáceos e moluscos com que munir todas as mesas do continente. O domínio distante do Alasca está em caminho de converter-se no fornecedor por excelência de peixe salgado e fumado, como já o é das peles de abrigo e do ouro que vem a cunhar-se nas casas de moeda dos Estados Unidos.

Não só sob o ponto de vista agrícola e alimentar constituem os Estados Unidos a nação produtora por excelência, dando três quartos da colheita de milho do mundo e dois terços do algodão tecido na Europa, primando entre os países criadores e explorando bancos de ostras de maior rendimento que os de todos os outros países juntos. Do seu subsolo, afanosamente encavado, extraem-se todos os metais, desde os mais preciosos até os mais comuns. A Califórnia realizou nos meados do século o mito *do eldorado* e as montanhas do extremo Oeste regurgitam de prata, acusando suas terras revoltas que o homem não desdenha tal tesouro. As minas de um e outro destes metais não acham rivais que as possam defrontar: os Estados Unidos fornecem quase metade do ouro e da prata. Mercúrio, cobre, ferro, chumbo, níquel, zinco, todos os outros minerais numa palavra encontram-se em quantidades inesgotáveis e nos estados mais afastados uns dos outros; o cobre, por exemplo, encontra-se principalmente no Estado de Montana, no extremo Norte, e no de Arizona, no extremo Sul. De madeiras viam-se na exposição exemplares que diziam quanto vale ainda a riqueza florestal norte-americana, cujo desbarato está sendo corrigido pelas reservas e outros meios administrativos, inclusive festas que falam à imaginação popular. Os jazigos de carvão, esses são os mais importantes do globo e apenas começam a ser ativamente explorados, já tendo, contudo dado em 1897 uma produção de 198 milhões de toneladas, quase metade da de todos os outros países.

Ninguém ignora a igual importância das minas de petróleo dos Estados Unidos, cujas concorrentes únicas são as da Transcaucásia, e a que se juntam no próprio país os depósitos ou fontes de gás natural, próprio para combustível e para iluminação. Sal, fosfatos, granitos, mármore, pór-

firo, enxofre, águas minerais – seria um nunca acabar mencionar as riquezas naturais dos Estados Unidos.

A sua riqueza artificial ou industrial não é menos gigantesca. Não há para assim dizer ramo de manufatura em que os artífices americanos se não ajam ensaiado e logo colocado em primeiro plano, dando pasto ao consumo doméstico e abrindo vazão no estrangeiro. No ano financeiro encerrado a 30 de junho de 1898, quando todas as grandes nações européias acusavam um déficit mais ou menos considerável na sua balança do comércio (a Alemanha de cerca de 700 milhões de marcos ou mais de 166 milhões de dólares e a Inglaterra de mais de 571 milhões de dólares), os Estados Unidos ufanavam-se de um excedente das exportações sobre as importações de 595 milhões de dólares. Os artigos de ferro e aço principalmente combatem com vantagem os da Europa nos próprios mercados.

A economia de braços é relativamente enorme: o vapor é posto ao serviço do trabalho humano em maior escala do que em parte alguma do mundo abrangendo mais de um quarto dos maquinismos existentes, e por sua vez as máquinas são todas fabricadas no país. As matérias-primas estão sendo cada dia tratadas com maior rigor científico e, portanto com superior aproveitamento, ao passo que a combinação dos esforços em sindicatos permite manter os lucros, conservando a alta dos preços embora à custa da liberdade de concorrência. Uma lista de *trusts* publicada em fins de 1897 enumerava nada menos de 130, desde o do petróleo, o da carne e o da borracha até os dos instrumentos dentários, vassouras e sacos de papel. À centralizações dos capitais correspondem, porém, a descentralização dos trabalhos, que vão tendo lugar nos próprios sítios da produção das matérias-primas, confundindo num só e formidável todos os Estados Unidos agrícolas e os Estados Unidos industriais.

Por tudo isto é que, se não pretende ser o único, o povo americano orgulha-se, entretanto, de ser o primeiro no seu continente, mais ainda, o primeiro no mundo, e não pode negar-se que semelhante pretensão firma-se em argumentos producentes. Os Estados Unidos constituem o mais acabado organismo político de que temos conhecimento, nação dotada de recursos imensos, de admirável estrutura administrativa,

de vigorosas qualidades privadas, raça inventiva, possante, apta para a dominação.

O bem conhecido *Scientific American* publicava há dois anos o número comemorativo do quinquagésimo aniversário da sua fundação, número em que compendia as conquistas do gênio americano no campo das descobertas mecânicas que tanto especializam o século XIX. É uma leitura altamente sugestiva daquelas 72 páginas em que se condensa a história da capacidade inventiva deste povo, em que se descreve o seu pugnar diário, armado o indivíduo de todas as armas da ciência, contra os obstáculos naturais e as trevas da ignorância. Para avaliar-se seu esforço coletivo, bastará lembrar que se até o fim de 1845 o Patent Office havia concedido 3.873 patentes de invenção, 50 anos depois, no fim de 1895, o número delas tinha subido a 531.619, pertencendo poucas a estrangeiros.

Além da capacidade inventiva, o espírito prático. Os caminhos de ferro foram, ninguém o desconhece, o grande instrumento de civilização nos Estados Unidos, com o qual os estados de Leste organizaram essa admirável conquista do Oeste que o historiador e *rough-rider* Roosevelt tem descrito em interessantíssimos volumes.* A população porém seguiu a via férrea em vez da via férrea procurar a população, como acontece na Europa. Urgia portanto fazer muito, depressa e barato, pois que de começo mal poderia o tráfego compensar as avultadas despesas. Foi este estímulo, esta necessidade que obrigou os engenheiros americanos a tentativas e ensaios que deram em resultado achados excelentes e valiosos. O material renovou-se depois na maior parte dos casos, aperfeiçoaram-se os leitos e os trilhos, empreenderam-se as obras custosas, a princípio habilmente evitadas, à medida que a população foi aumentando de densidade e desenvolvendo-se e que o tráfego se foi tornando remunerador, o que aliás aconteceu tão rapidamente que a rede ferroviária, que em 1846 abrangia apenas 4.930 milhas, compreende atualmente 182.000, isto é, metade em extensão das linhas do mundo. Em 1892 as linhas americanas transportaram 845 milhões de toneladas por cada 100 milhas, quando em igual dis-

* *The Winnig of the West.*

tância todos os outros países juntos transportaram somente 503 milhões. O seu rendimento anual é de cerca de 1 milhar de milhões de dólares, quase metade das receitas de todos os caminhos de ferro do globo.*

No mar, isto é, nos problemas da navegação oceânica, os melhoramentos devidos ao gênio americano não têm sido tão sensíveis quanto em terra pela razão bem conhecida de que o comércio do país se há desenvolvido sobretudo dentro do continente, chegando aí os caminhos de ferro com a extensão das suas linhas a reduzir a navegação fluvial, do Mississípi por exemplo, tão natural e dantes típica e florescente. Em todo o caso a marinha a vapor dos Estados Unidos, que vai agora certamente receber uma extraordinária expansão, já acusa um terço da tonelagem registrada de todos os países do mundo.

Em tantíssimos outros domínios são todavia decisivos os triunfos americanos. Testemunham-no os nomes de Morse, inventor do telégrafo elétrico; Bell, do telefone; Colt, do revólver; Ericson, do monitor; Edison, do fonógrafo e outras muitas maravilhas; Howe, da máquina de costura; Mac Corwick, da máquina de ceifar. As linhas telegráficas do mundo acham-se por mais de metade nos Estados Unidos (2.506.000 milhas num total de 4.908.000 milhas de fios) e no serviço postal figuram eles com 5 milhares de milhões de cartas num total anual de 17 milhares de milhões. Compreende-se perante todos estes algarismos apresentados que a propriedade dos Estados Unidos se elevasse em 1890 a 62 milhares de milhões de dólares, a saber, mais de um quinto da riqueza total do mundo naquela data – 290 milhares de milhões –, quando o povo americano não somava mais do que um vigésimo da população universal; e que em 1896 andasse avaliada em 76 milhares de milhões de dólares, dos quais os 4.000 milionários existentes possuiriam 40 milhares de milhões, portanto mais de metade da fortuna total do país. Escreve um defensor da plutocracia que uma prova de que os milionários, longe de sugarem a substância nacional, ajudam eficazmente a sua prosperidade, é que o restante dos 76 milhares de milhões, distribuído pelos habitantes dos Estados Unidos, dá uma capitação de £100 (cerca de \$500), significando 66% ou dois terços mais do que há 45 anos. Assim, os ricaços não arruínam seus compatriotas menos

* *Consular Reports*, setembro de 1898.

afortunados: apenas asseguram-se ou apropriam-se uma porção maior da riqueza por eles em grande parte criada. Ambas as partes vão lucrando com esse auxílio mútuo.

Uma nação que além de todos os predicados que a distinguem conta uma plêiada tão ilustre de inventores, tantos e sobretudo tão opulentos Cresos, e uma prosperidade geral tão descomunal, tem como nenhuma o direito de mostrar-se orgulhosa. E é tão poderoso e característico este orgulho nacional que nele se vai até filiar o movimento em favor da livre cunhagem da prata, que formou a questão máxima da última eleição presidencial. O povo americano julga-se em condições de tentar todas as experiências, de arriscar todos os ensaios, mormente os que podem comprovar a sua completa autonomia para com a Europa. A tremenda guerra civil de 1861–1865 sem as previstas conseqüências de desorganização nacional ou pelo menos de pretorianismo hispano-americano, antes seguida da dissolução do exército vencedor e de um período de excepcional atividade e prosperidade, mais robusteceu a convicção do próprio valor. A prata é um produto doméstico: convém protegê-lo e forçar a sua entrada na circulação numa dada e fixa relação com o valor do ouro, independente de todo e qualquer conchavo com outros países. Os Estados Unidos produzem todos os frutos da terra, todos os resultados da indústria: podem, portanto, como a China, isolar-se financeira e economicamente do resto do mundo, segregar-se dentro de um casulo feito de prejuízos e vaidades.

Por isso veja-se que é a oeste mais veemente este movimento, enquanto que a leste, na costa voltada para a Europa, nos estados onde predominam mais as inteligências esclarecidas e fortificadas pelo intercursamento mental com os países de além do Atlântico, prevalecem as idéias de moderação e de harmonia internacional. A corrente imperialista é igualmente muito mais volumosa no Oeste e tanto que foi depois da sua excursão a essa seção do país que o Presidente McKinley anunciou sua conversão ao projeto de assumir a República a soberania de todo o grupo das Filipinas. O orgulho do Oeste é mais do que o de outra qualquer porção o orgulho da *self made community*, que de nada carece. Este sentimento, que é uma convicção, é contudo geral e reflete-se mesmo na insistência com que a nova escola crítica aponta para o fato de ser a literatura norte-americana

essencialmente, indubitavelmente nacional. Não se escreve hoje história da literatura que não seja com esta intenção, por exemplo, os recentes trabalhos de Brander Matthews e Katharine Lee Bates.

O que é incontestável é que os Estados Unidos falam amplamente por si. Sente-se ao percorrê-los rapidamente ou com lazer que eles são o produto da vontade forte de uma raça forte, e que do primitivo sedimento e das combinações ulteriores, efeito da imigração, formou-se um grande povo, com defeitos decerto, mas com qualidades que mais do que os resgatam. Depois de concluída a guerra hispano-americana escreveu um dos mais conceituados jornais alemães, o *Frankfurter Zeitung*: “Por enquanto não existe a mínima razão para lamentar o desenvolvimento do poder dos Estados Unidos; pelo contrário, pensamos ser um motivo de regozijo para toda a humanidade. Não há dúvida que enxergamos os numerosos pontos negros que oferece a condição do povo americano, mas quando se os compara com os muitos pontos brilhantes, reconhece-se que há muito mais luz do que sombras. O caráter nacional americano ganha quando cotejado com o de outras nações, e devemos recordar que na franqueza e inteligência deste caráter nacional, sua infatigável energia e ardor pelo progresso, residem as condições e força que modificam mesmo os defeitos do povo e o protegem dos perigos da degeneração. Trabalho, liberdade, tolerância, eis os fundamentos sobre que repousa a nacionalidade americana, e sobre os quais pode seguramente descansar no futuro. Os americanos não possuem uma casta aristocrática, nascida com a pretensão de ser melhor do que o resto da humanidade e para cujo benefício labutam as massas; não possuem um clero que busca dominar e lobriga em todo progresso um inimigo que deve ser combatido a todo o custo; não possuem finalmente tradições burocráticas que ludibriam todo movimento para a liberdade e tornam o cidadão escravo do maquinismo do Estado.”

Há exagero nos males apontados pelo periódico alemão querendo referir-se á própria pátria, e demais os Estados Unidos padecem de outros males. Padecem particularmente da concentração dos cofres de um punhado de milionários da riqueza que é acumulada justamente pelo trabalho das massas, mais independentes, mais felizes do que em outra qualquer parte, mas distantes, muito distantes de uma quimérica repartição

igual dos lucros. A velha aristocracia do sangue foi substituída pela nova aristocracia do dinheiro, muito pouco ruidosa, talvez pelo sentimento da própria defesa – refiro-me à defesa da bolsa contra os exploradores –, muito simples *unassuming* como aqui chamam aos que mostram ausência de pretensão, não sendo, aliás, esta um defeito americano – e também muito caritativa, muito prestativa, mas nem por isso menos consciente da sua importância e da sua força. Se fazem perdoar seus milhões pelo nobre uso que deles muitos exercem não deixam de aspirar a constituir uma classe preponderante no estado, e tanto que vários, como Vanderbilt e Astor, legaram verdadeiros morgadio nas mãos de um ou dois filhos, e outros, como Jay Gould, proibiram no testamento a seus filhos deixarem seus bens a outros que não à própria prole.

É verdade que essa classe recruta-se em todas as camadas, que qualquer um pode chegar a fazer parte dela, se as boas fadas tiverem colocado no seu berço inteligência, vigor e sorte. Vigor, muito. É incalculável a soma de energia que reclama a formação de uma dessas fortunas monstruosas; a energia é, porém uma das feições fundamentais do caráter americano. Um jornal americano publicou há algum tempo uma galeria deveras interessante, a dos arquimilionários que da pobreza franciscana subiram à opulência de Monte Cristo. Lendo suas biografias, nelas encontramos um traço comum e saliente, a força de vontade, característico de há longa data apontado com razão como mais do que nenhum outro nacional, e sobre o qual Bourget insistiu particularmente nas páginas do seu *Outre-Mer*.

O principal ricaço dos Estados Unidos diz ser hoje, após a divisão das fortunas legendárias de Vanderbilt e Jay Gould, Sr. John Rockefeller, que há 30 anos passados era um guarda-livros sem vintém e agora possui 200 milhões de dólares ou 1 milhar de milhões de francos, a saber, é senhor de um rendimento de 20.000 dólares diários. Ninguém ignora que se todos quase sem exceção são exuberantemente enérgicos, os missionários americanos são também no geral inteligentemente generosos, repartindo suas dádivas pelos estabelecimentos de caridade e de instrução já existentes e fundando novos. Rockefeller, por exemplo, gasta anualmente 500.000 a um milhão de dólares, ou 2.500.000 francos a 5 milhões, em obras de caridade. Tem um empregado vencendo 10.000

dólares, cuja ocupação exclusiva, e não deve ser uma sinecura, é fiscalizar aquela distribuição de graças para que dela se não aproveitem pessoas ou fundações pouco merecedoras. Em assuntos de educação é igualmente liberal. Somente à Universidade de Chicago, instituição batista, religião de que Rockefeller é ardente sectário tem ele dado perto de 8 milhões de dólares.

Outros os tinham, aliás, precedido neste caminho. Leland Stanford, o grande milionário da Califórnia cuja fortuna foi devida à construção de uma das linhas férreas transcontinentais, doou em vida e legou por testamento um total de 22 milhões e meio a uma universidade erigida em memória do seu único filho prematuramente falecido, e os 10 milhões da viúva vão ter igual destino. O negociante de Baltimore John Hopkins deixou os 6 milhões que possuía para uma universidade e um hospital, que ambos tornaram-se instituições afamadas. O Girard College de Filadélfia teve idêntica origem. Já não falando das aplicações filantrópicas *post mortem* e de ações generosas com que são contemplados simples indivíduos e que ficam na maior parte ignoradas, os milionários americanos demonstram ainda sua utilidade pela proteção dispensada a outros objetos de interesse social afora a caridade e a instrução. Flaggler, para citar um, empregou 12 milhões, que nada lhe rendem, nos primeiros suntuosos hotéis cuja instalação principalmente converteu a península baixa e alagada da Flórida, terra então lutando com a pobreza e apenas favorecida pelo clima, no mais afamado *winter resort* dos Estados Unidos, especialmente procurado com vantagem pelas pessoas de pulmões delicados.

Voltando porém a Rockefeller, a sua vida é instrutiva. Filho de emigrantes escoceses, nasceu e criou-se na herdade paterna, recebendo instrução na cidade de Cleveland. Com pouco mais de vinte anos e depois de uma rápida aprendizagem comercial como guarda-livros, em que apurou 500 dólares, estabeleceu com um sócio uma casa de comissões a qual rendia-lhe ao cabo de oito anos 5.000 dólares de economia. Julgando escasso e moroso o ganho proveniente das comissões, pretendeu, com a audácia mercantil peculiar aos anglo-saxões, arriscar um negócio mais rendoso e, formando nova sociedade, montou uma refinação de petróleo. Data daí o começo da sua crescente e finalmente vertiginosa prosperidade, não porém sem que a casa tivesse atravessado, mercê do arrojo dos interessados, uma

fase melindrosa que pôs à prova a perseverança, a *self confidence* – termo britânico que é a base do caráter individual na raça – de Rockefeller. Acabou por descobrir um outro sócio com algum capital que liberou a firma e, dizem, emprestou à empresa o egoísmo, a falta de compaixão, a dureza na luta pelo dólar que escasseava aos antigos associados, e sem o qual a tenacidade e a vivacidade que eles possuíam em tão larga escala não logriam edificar uma riqueza monstruosa. A Companhia do Petróleo absorveu aos poucos as companhias ou empresas rivais, estendeu os seus tentáculos de polvo, monopolizou a produção do petróleo americano, tentando até abarcar a produção do russo. Distribui hoje um dividendo de 12%. De par com o petróleo, Rockefeller, congenitamente temerário, abalanchava-se entretanto a outros negócios e tornou-se proprietário de todas as minas de ferro do Lago Superior e das principais de Cuba, além de importantíssimas partes nas companhias mineiras do Sul e Oeste. Converteu-se no rei do petróleo e do ferro, título com que o gratificou a admiração dos seus concidadãos: não contudo rei constitucional, peado pelos ministros e pelo Parlamento, antes monarca absoluto, soberano ditador do preço daqueles dois produtos em um continente.

São aos centos os exemplos de constância, labor e audácia entre os homens de negócio americanos. Citemos Jay Cooke, que vive atualmente retirado nos arredores de Filadélfia, o financeiro da União durante a tremenda guerra civil, o promotor dos grandes, dos indispensáveis empréstimos de então, perdendo a fortuna depois dos 50 anos na construção da linha férrea Northern Pacific e outras especulações derivadas do período da reconstrução, e reconquistando-a intrépida e nobremente em explorações agrícolas, em minas e novas vias férreas, pagando o último centavo aos seus 3.200 credores. “Este nosso mundo americano”, disse ele um dia, “é cheio de riqueza: a questão é somente trabalhar para encontrá-la.” Vejamos Phil Armour, o poderoso milionário de Chicago que há pouco derrubou a insolente fortuna do jovem Leiter, e que todos os dias, verão e inverno, está no seu escritório às seis horas da manhã, dando balanço às múltiplas operações da véspera nos vários campos em que manobra – trigo, caminhos de ferro, matança e preparo de carne de porco, etc. Recordemo-nos desse extraordinário Cyrus Field, o lançador do primeiro cabo submarino entre o Novo e o Velho Mundo, falecido há poucos anos e a quem sua filha

dedicou um curioso volume de memórias.* À custa de mil esforços, malgrado pungentes desilusões e perdas colossais, com uma ousadia de meios que não excluía, antes comportava a mais meticulosa honradez na gerência dos capitais que lhe andavam confiados, o Colombo do século XIX, como publicamente o sagrou John Bright, levou a cabo a sua tentativa e morreu numa das ruínas alternativas da fortuna, que ele tantas vezes conhecera próspera e adversa.

Não há quase ricos inúteis, assim como não há quase elegantes ociosos. A fortuna dos Astors provém de empregos avisados de capital, tendo crescido prodigiosamente o valor dos terrenos na ilha de Manhattan comprados pelo fundador da dinastia, o traficante de peles de abrigo permutadas com os índios. Os Astors limitam-se hoje a desfrutar seus rendimentos colossais, mas ainda assim dotaram ultimamente Nova Yorque com as magníficas construções do Waldorf-Astoria. São os grandes proprietários urbanos, como os Vanderbilts, grandes proprietários de vias férreas. Estes, que juntos representam 400 milhões de dólares, descendem de um trabalhador indefeso, o qual começou sua vida transportando verduras para o mercado de Nova York num botezinho, sua única riqueza, e têm-se distinguido pela habilidade – a *executive ability* – com que hão feito frutificar os milhões do velho *commodore*. Para mostrar como o meio é pouco propício à florescência dos ociosos elegantes que formam na Europa uma classe numerosa, citarei um exemplo, o do Sr. Hearst, filho de um falacido senador da Califórnia, cuja viúva dedica a sua vida à prática da caridade e à proteção inteligente das belas-artes. Herdando 20 milhões de dólares, em vez de ir desperdiçá-los a Paris ou Londres comprou o *New York Journal*, tornando-o o órgão por excelência do jingoísmo, o tipo da chamada *yellow press*: foi este jornal que levou a êxito a fuga da Senhorita Cisneros de uma prisão cubana, e os seus correspondentes foram vistos no mais aceso dos combates durante a guerra. A concepção política e jornalística do Sr. Hearst é discutível: o seu exemplo de atividade não é por isso menos frisante.

A honestidade não é tampouco vulgar entre os financeiros americanos como muitos imaginam. Não sei quanto para alimentá-la contri-

* *Cyrus W. Field, His life and words* (1819–92). Edited by Isabella Judon, 1896.

buem o velho fundo puritano e o sincero sentimento religioso da raça, mas certamente colaboram em boa proporção. Há sem dúvida na organização das fortunas prodigiosas algumas manhas inevitáveis; existem especulações ruinosas para os concorrentes; enxerga-se, em proveito de uma só, o esmagar de muitas outras atividades. Estes senões são inseparáveis, constituem a trama da eterna contenda sobre que Darwin edificou o seu sistema de filosofia natural. O fervor no trabalho e a honradez na concepção e execução são porém em geral suficientes para corroborar a impressão de saúde moral que este país incontestavelmente produz, fortificada por numerosos fatos. Ao lado de um Jay Gould, cujo temperamento de lutador sem escrúpulos nem piedade o levava a destruir sem descanso os argentários e companhias rivais e que, erguido da maior pobreza e tendo sempre contra si uma fraca saúde, morreu aos 57 anos dizendo-se exausto, exausto de ganhar milhões, encontram-se dez como Charles T. Yerkes, o *tramway king*, o qual tendo perdido toda a fortuna no pânico que se seguiu ao grande fogo de Chicago, quando mais tarde recuperou-a, pagou aos credores o capital e juros compostos de 6% sob a forma de cheques distribuídos num jantar para que os convidara.*

A preocupação da riqueza, que é certamente um dos males tanto quanto um dos bens da democracia é, entretanto combatida nos seus efeitos perniciosos sobre o caráter coletivo pela vasta dose de idealismo que a alma nacional encerra ao lado do seu aspecto eminentemente prático.

Só conheço dois traços que façam um povo grande: o misticismo e o mercantilismo, a feição idealista extrema e a feição positiva extrema, e para bem vincularem-se as conquistas de um povo, é mister que as duas feições se unam e confundam. Cartago foi um grande empório comercial, e cedo se eclipsou. Roma foi, como nenhuma nação, prática, mas a onda mística do cristianismo submergiu-a. A Península Ibérica gozou de uma soberba vitalidade enquanto durou o esplendor da sua fé e, em Pernambuco, esta bateu mesmo com galhardia o espírito comercial da Holanda:** a ausência da faculdade mercantil inutilizou-lhe porém os esforços hercú-

* “American Millionaires”, no *Cornhill Magazine*.

** Oliveira Lima, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, Leipzig, 1895.

leos. Na alma eslava vê-se, todavia contemporaneamente combinados o misticismo e o imperialismo – que não é outra cousa senão o instinto do domínio guiado pela ambição do ganho – com superioridade por enquanto do primeiro, e na anglo-saxônica encontram-se ambos os característicos numa maravilhosa união, em que se coadjuvam sem se confundirem.

A história da evolução artística da Grã-Bretanha, desde os admiráveis artífices que ergueram a catedral de York até a deliciosa escola de retratistas do começo deste século e os modernos pintores do talento de execução de Leighton e de Millais e da pureza de concepção de Burne-Jones e de Dante-Rossetti é uma história de continuados esforços ainda mais do que de disposições naturais, de uma aspiração, coroada de êxito, do espírito positivo pelo descanso, pelo bálsamo de uma criação espiritual, levantada, idealista. Os americanos herdaram este traço, no qual se filia o caráter da sua expansão literária que logra aliar, no campo restritamente histórico, por exemplo, à orientação realista, à paixão do documento exato de um Bancroft ou de um Prescott, o sentimento poético de um Washington Irving, o entusiasmo comunicativo de um Motley e a percepção do pitoresco de um Parkman, e no domínio das letras em geral, à inconfundível originalidade de um Edgar Poe ou de um Mark Twain, o respeito pelos clássicos, a ternura pelos velhos escritores ingleses que não abrange somente Burke, cujos discursos fogosos em favor das colônias americanas o fizeram nelas eternamente querido, merecendo-lhe o título do mais filosófico dos pensadores políticos da metrópole, mas Milton, Shakespeare, Bacon, os grandes poetas e prosadores da língua. Dizem que a melhor edição de Shakespeare, a mais completa, a mais rica de comentários críticos, é a de Furness, de Filadélfia.

A feição luterana do indianismo norte-americano bem traduz a combinação dos dois mencionados predicados – idealismo e naturalismo. Bryant, por exemplo, se bem que na expressão de um crítico tenha sido um poeta filosófico mais do que pitoresco, compôs poesias indianistas. O indianismo entretanto nem é idêntico nem generalizou-se como no Brasil, onde tornou-se absorvente, distinguindo essencialmente o penedo romântico, graças a uma maior dose de sentimentalismo ou de afeição do sentimentalismo superficial, externo, de que é dotada nossa raça. O indianismo norte-americano, de Bryant, Cooper e alguns outros, foi a exceção, e era aliás menos inspirado pelo homem selvagem em si, menos objetivo

portanto, do que subjetivo, inspirado pela natureza, cujo sentimento Taine tanto procurou demonstrar que os latinos não revelam e os saxões possuem em larga escala. A relação do indígena com a natureza, exclama Bryant em uma de suas poesias, foi mais íntima, sua simpatia com a terra, o céu e as águas mais profunda e mais ingênua que a nossa. Os ramos das velhas árvores forneciam-lhe alimento, o céu estrelado indicava-lhe o caminho, o solo mudo mesmo avisava-o da aproximação do inimigo.

Outra famosa composição indianista de Bryant, que foi o poeta da natureza como o doce Longfellow o foi da vida humana – *As Idades* – é antes um cântico à civilização, um confronto em benefício do presente: tributo de sucessor e não saudade de descendentes que desejassem ver restabelecido o passado longínquo. Vemos, pois, quão misturado de modernismo e do senso positivo das cousas se apresenta aqui o misticismo, e quão razoável se torna, sem destruir-lhe o perfume e a beleza, esse apelo a outras eras.

O idealismo do norte-americano é que o faz estimar as letras e as artes sem curar exclusivamente das aplicações industriais da ciência; demais a educação – não tanto a instrução – vai agindo como causa de amortecimento das ruins paixões e, portanto, como fonte da harmonia nacional. Por outro lado o sentimento da igualdade não só política como social, o qual na sua segunda parte já não é um atributo germano-saxônico, mas sim um característico puramente americano, corrige o que possa haver, e há, de revoltante ou de odioso em tamanha desigualdade das fortunas; diminui a importância das veleidades de tirania do capital às quais correspondem as ameaças do trabalho solidamente organizado;* fornece a este um tom geral

* A influência das associações operárias é tão considerável que no momento em que redijo este capítulo (outubro de 1898) dá-se o curioso espetáculo do Governador Tanner, do Illinois, pátria do grande abolicionista Abraham Lincoln, recusar a entrada no Estado aos trabalhadores negros do Sul sob a razão de que iriam fazer concorrência aos brancos e determinar a baixa dos salários. Afirma aquele funcionário que um Estado deve possuir o mesmo direito de defesa de que a União se serve para com a imigração estrangeira pouco desejável, o que leva a crer na futura gravidade que assumirá nos Estados Unidos a questão da imigração interestadual. O problema negro vai por esta forma estendendo sua feição irritante. Neste mesmo momento acabam os habitantes brancos de Wilmington (Carolina do Norte) de intimar aos de cor, os quais há dois anos ali preenchem quase todos os cargos municipais, que o seu governo estava findo e que seriam massacrados se concorressem à eleição iminente.

de serenidade e dignidade, e empresta às maneiras um tom de franqueza, de bonomia, talvez por vezes de rudez que é bem diferente da urbanidade das cortes, mas que não torna menos cordiais nem mesmo menos agradáveis as relações sociais.

A igualdade americana é tão consistente que em tudo se reflete. Tudo se parece dentro da mesma categoria, desde os jornais feitos a vapor, com muitas notícias de sensação, e as casas de madeira com o seu pórtico, identificando a paisagem, até o modo de ver as coisas. Não se pode dizer, como da Espanha dizia o *Barberillo de Lavapiés*, que cada cidadão possui uma opinião diferente da dos outros. Pelo contrario nada há de mais parecido com a opinião de um americano que a de outro americano. E mesmo o que torna possível a exemplar disciplina política nesta enorme comunidade: as discrepâncias, também coletivas, numa dada questão e num dado momento permitem a divisão do eleitorado em dois grupos colossais, subordinando-se a minoria à maioria sem sombra de protesto ou de desagrado. Porque, convém repeti-lo, nos Estados Unidos a oligarquia plutocrática influi não pouco no governo, mas não governa sozinha. A opinião é o tribunal de última instância perante o qual os pleitos nacionais se decidem sem apelação.

O geral sentimento religioso, uno na essência posto que variado na classificação, aliado ao espírito de associação, para o qual justamente predis põe o espírito religioso, coopera com as inclinações benévolas para diminuir o egoísmo individual, fácil numa terra onde todos têm suas preocupações e ocupações; para zelar a moralidade dos costumes privados, que a organização civil mais frouxa da família tende a relaxar; para criticar o realismo extremo das soluções públicas, que o predomínio político dos argentários e das corporações do capital e do trabalho arredaria se deixado a si, das considerações puramente morais; por fim para alimentar o que poderemos chamar a caridade social e que não passa de uma variante da conhecida tolerância política.

O povo americano é, e isto diz muito, um povo sadio. Diziam os antigos: *mens sana in corpore sano*, e é conhecido a que ponto absorvente o desenvolvimento físico ocupa a atenção neste país. Os Estados Unidos são a pátria de todos os esportes, desde a velocipédia até

a aeronáutica, desde o pugilato até o *baseball*. A saúde do povo não se revela, porém apenas na sólida musculatura e na agilidade dos movimentos; denota-se na alegria do temperamento, na paixão da natureza, na inocência dos divertimentos. Veraneei em diferentes *summer resorts*, nas montanhas e à beira-mar, e os hóspedes dos hotéis em que residi distraíam-se quotidianamente em longos passeios a pé, excursões a carro, ascensões às montanhas, digressões nos lagos, pescarias, partidas de dança. Não exagero escrevendo que, apesar do ódio mental que implica para um americano a estada no campo ou na praia, não vi sombra da nossa tão conhecida má língua, que nem mesmo ouvi jamais uma crítica mais carregada de maldade, que nunca dei fé de uma intriga nem presenciei, sobretudo uma conversação entre homens na qual a senhora mais recatada não pudesse tomar parte. Nota-se nas ações uma comum candura que realça a extrema afabilidade do trato e excelente educação que presidem às relações sociais. O próprio *flirt* não passa quase sempre da mais ingênua, da menos maliciosa posto que não a menos encantadora das distrações.

Devemos atribuir a todos estes predicados de raça – a energia, o amor ao trabalho, o espírito de solidariedade, a elevação da alma, a abstenção de pequenezas – o fato de terem os americanos logrado esquivar-se a muitos dos perigos da Democracia, como foram indicados e explicados por Tocqueville com superior lucidez? A outros não puderam os Estados Unidos furtar-se porque são essenciais aos governos populares ou dependem de circunstâncias nacionais. É fato, por exemplo, que a politicagem e o seu irmão gêmeo, o patronato, têm afastado gradualmente da cena pública os intelectuais, os homens de maior valor que se refugiam no remanso dos seus gabinetes de trabalho, donde, porém, não conseguem influenciar decisivamente a opinião, mais pronta a escutar e a seguir os oradores de comícios e os aliciadores de botequins. O ciúme dos correligionários, a desconfiança dos medíocres, a indiferença de boa parte dos eleitores tem impedido de alçarem-se à cadeira presidencial os estadistas de vistas mais largas e pulso mais rijo que os Estados Unidos têm gerado – Henry Clay, Daniel Webster, Seward, Blaine.

A democracia opera necessariamente em todos os países no sentido do nivelamento e, portanto, da mediania, além de que o negócio, a saber, o interesse, o amor do lucro é por demais dominante nos Estados Unidos para que a pura paixão política seja muito viva. Quase sem exceção toda a gente pertence a este ou àquele partido, mas estão em minoria os que não pensam nos seus ganhos de preferência aos ganhos da sua facção. A política é aqui, como todos sabem, uma profissão para muitos, mas está longe de representar uma preocupação para todos. E este, incomparavelmente mais do que o sistema de prazos fixos do presidencialismo, o motivo da esquivança à causa pública, do que se pode chamar o otimismo da indiferença. Acresce que, como todo, a nação americana ignora ou não se interessa pelas lutas propriamente políticas e só conhece e se apaixona pelos conflitos econômicos – que outra coisa não foi no fundo a guerra pela abolição da escravatura e não é agora o movimento de expansão colonial, ainda que o ideal humanitário haja também servido numa e noutra questão de êmbolo propulsor.

As medalhas têm, todas, o seu reverso. Generoso e bom, o povo americano mostra, contudo, em alguns casos a dureza dos povos saxônicos e neles pode reviver atavicamente a fria crueldade dos bárbaros de quem descendem. A guerra com a Espanha pareceu surpreender a Europa não tanto pelas estupendas vitórias alcançadas pelas forças navais dos Estados Unidos, como pela magnanimidade do vencedor no mais acesso da luta, a que de resto correspondem sempre o tradicional cavalheirismo castelhano. Minutos depois de incendiados os navios espanhóis, era o Almirante Cervera recebido a bordo do *Gloucester*, iate de recreio transformado em caça-torpedeiras e que obrou prodígios, com a maior deferência e durante a sua residência em Anápolis, como prisioneiro, rodeou-o mais do que o respeito, que seria apenas justo esperar, o carinho da população. O comandante do *Iowa*, o valente marinheiro conhecido por *Fighting Bob*, ameaçou indignado bombardear o acampamento cubano se os soldados insurgentes persistissem no seu cru passatempo de atirar sobre os marinheiros espanhóis que tentavam salvar-se a nado. Poucos dias depois o comandante do cruzador em que Cervera foi transportado para os Estados Unidos repreendia severamente um rapazola que pensou dar demonstração do seu júbilo

patriótico desfraldando com grandes gritos à chegada do navio o pavilhão nacional.

Com tal cortesia para com os adversários fez, porém, contraste a falta de compadecimento, não a incúria, com que a defeituosa organização militar ou para outros a corrupção administrativa permitiu aos soldados americanos, imunes das balas espanholas, morrerem aos centos de doenças contraídas nos acampamentos pela carência de tratamento apropriado nos hospitais. Este penoso traço da recente campanha prova que ao lado de muita inteireza moral e no meio da lida secular pela felicidade material pode bem abrigar-se a dureza do coração. E outros fatos dão-se que mais acentuadamente o estabelecem. De quando em vez surgem na imprensa acusações, que não podem ser contestadas, de tratamento desumano dos doentes e loucos em certos hospitais e dos presos em certas penitenciárias. Tenho agora diante de mim duas dessas acusações. Uma refere-se ao conhecido sistema predominante nos Estados do Sul e que já foi objeto de um livro de G. W. Cable, de alugarem-se os presos a empreiteiros de obras que sem piedade os ajuam e até os matam de trabalho, certos de receber outros para as vagas.* O grande jornal de Nova Iork, o *Herald*, tornou publicas as atrocidades cometidas nesses *convict camps* da Geórgia, compelindo o governador do Estado a nomear uma comissão especial para sindicarem os fatos alegados.

Esta comissão apresentou um ano depois o seu relatório confirmando absolutamente os dizeres do *Herald* e até agravando aquelas revelações. Os fatos testemunhados pela comissão fazem lembrar os piores dias da escravidão. Os presos são açoitados, alguns até morrerem, e muitos ficam estropiados e incapazes de qualquer trabalho, aumentando, quando expiada a sentença, o número dos vagabundos e dos mendigos. As casas dos infelizes são perfeitos covis, a alimentação é insuficiente e estragada, as roupas caem-lhes aos pedaços, numa palavra, os desgraçados que o Estado toma a seu cargo afastar da convivência social como castigo de algum crime, sofrem uma pena mais dura que a morte. O comissário

* *The convict lease system.*

Byrd assim resume textualmente os fatos: - “Os presos são compelidos a trabalhar 14 às 20 horas por dia: não se lhes conta o bom comportamento previsto pela lei para minorar as penas. Dormem acorrentados ao chão, sem ventilação no verão, nem fogo no inverno; quando sadios, têm de comer alimentos podres, e quando doentes, morrem à mingua de tratamento. As mulheres são violentadas, e os velhos açoitados por não poderem satisfazer a soma do trabalho exigida.” Nestas condições, e há outros tópicos do relatório que não podem ser publicados tão vergonhosos são, não admira que a mortalidade nos *private Camps* ou campos particulares seja dupla da dos *country camps*, funcionando sob a direção das autoridades.

A comissão lutou com grandes dificuldades para verificar os fatos e poder formular suas conclusões. Os presos tinham receio de falar, com medo das torturas que se seguiriam aos seus depoimentos verdadeiros. Uma pretinha de 18 anos é que forneceu à comissão as melhores indicações e apontamentos mais completos, que foram achados reais. O relatório termina pelas seguintes palavras:

“Com certeza não pode existir genuína civilização onde a desumanidade é tão pronunciada e evidente.”

E não se pense que só os pretos, por serem pretos, isto é, animais de trabalho que podem ser espancados à vontade, são vítimas de tais torturas. *White Slavery in Florida* é o título de uma carta publicada no *Eveniny Post*, de Nova York, em fevereiro de 1898 e assinada por um antigo guarda de um dos *convict camps* daquele Estado, mais tarde empregado nas minas de fosfato, as quais também se servem de tal gênero de trabalho, por ele classificado de escravidão sem apelo. Um dos feitores dos mencionados campos costumava dizer com feroz espírito que a única diferença que ele via entre presos brancos e negros era que a correia fazia negra a pele do homem branco e branca a do negro. Os fatos narrados pelo signatário da carta são ponto por ponto análogos aos desvendados pelo *Herald*, inclusive os açoites precedendo por vezes o falecimento de menos de 12 horas e aplicados indistintamente a criminosos de ambos os sexos, com requintes de barbaridade e na mais completa impunidade.

Foi também o *Herald* quem formulou a outra acusação a que me referi – a de crueldade no modo de tratar os criminosos loucos no asilo de Matteawan, no Estado de Nova Iork. Imundície, doses de morfina exageradas para provocar a insensibilidade, pancadas, de tudo dava conta o inquérito, o qual não pôde ser desmentido. Quase escusado seria, depois destes horrores e dos conhecidos e diários linchamentos, apontar para a forma por que se realizam muitas das eleições nos Estados pouco cultos do Sul e Oeste, cujos habitantes são menos complicados, estão mais perto da natureza que os de Leste. A pistola ali representa um papel tão importante quanto a urna, com a diferença, todavia de que esta às vezes some-se e a pistola raramente deixa de aparecer, nem mais nem menos do que numa boa eleição pernambucana. O assassinato prima sem que sejam jamais castigados os seus autores, e as paixões costumam levar até os encontros de bandos de partidários armados. Li a descrição de uma eleição no Arkansas que lembrava inteiramente o nosso trágico episódio da Vitória, em 1880, e revela por certo um estado de civilização tão rudimentar como o das nossas cidades do interior.

Por já tratar-se de história mais antiga que moderna deixo de recordar o modo pérfido e cruel por que foram administrados desde o começo os índios da América do Norte, tanto mais quanto os peninsulares foram réus de crimes iguais, e nem de outra forma se explicaria a necessidade de um Las Casas, um Anchieta e um Vieira. Tudo quanto referi indica que a religião, a influência poderosíssima da mulher e a disseminação da cultura ainda têm muito a fazer nos Estados Unidos. Tais fatos se valem muito mais do que fatos isolados, indicadores de perversões individuais – e se assim devessem ser classificados, os não traria decerto à discussão –, acusando um resíduo coletivo de selvageria e desumanidade, não alteram contudo a afirmação de que a natureza do povo americano é no geral absolutamente digna de recomendação e de louvor. Hospitaleiro, sincero, bondoso, o que não possui é muito tempo para efusões, e a impassibilidade por ele não raro manifestada perante as calamidades da vida, se é algumas vezes filha de natural carência de piedade, traduz na maior parte dos casos a tensão do espírito aplicado ao negócio, a sobreexcitação dos nervos hipnotizados pelo milhão, que são

os inconvenientes da demasiada atividade, contra os quais um reverendo ministro protestante, avesso à agitação, premunia do púlpito a maioria dos seus compatriotas.

Não creio, porém, que haja outro país no mundo onde a filantropia tenha agido mais extensamente e melhor. Hospitais, escolas, casas de correção, asilos para inválidos, para operários, tudo isso abunda proclamando o adiantamento do país em todos os ramos, ao mesmo tempo dotados de um conforto que só pode realizar a iniciativa particular. Alguns daqueles estabelecimentos têm reputação universal. O reformatório ou casa de correção de Elmira, Nova Iorque, é um modelo e os seus resultados são surpreendentes, se bem que acabem de ser acusados de desumanos alguns dos seus processos. As estatísticas referentes a este estabelecimento provam que das pessoas ali recolhidas perto de 40% eram inteiramente desprovidas de senso moral e 31% quase desprovidas; 12% tinham antepassados loucos ou epiléticos, 38% tinham com toda certeza antepassados alcoólicos e 13% tinham-nos provavelmente; 44% descendiam de pessoas analfabetas ou mal podendo ler e escrever. Além dessas ruins predisposições hereditárias, muitas tinham sido criadas num meio favorável ao desenvolvimento delas; 54% haviam vivido em meios perniciosos; 38% contudo em meios sadios: 55% porém tinham sido corrompidas por más companhias, e as companhias habituais de 42% não podiam ser classificadas como boas. Dos recolhidos 19% eram absolutamente analfabetos; 48% liam e escreviam com dificuldade. Somente 1,4% era mentalmente incapaz; 71% eram de capacidade ordinária ou boa, perto de 9% de excelente. A transformação operada neste reformatório tem fornecido senso moral a 2.500 indivíduos nos últimos 70 anos; 80% saíram com autorização e considerados curados, e tornaram-se cidadãos honrados e úteis.*

Venho de folhear o relatório da Comissão do Congresso sobre as instituições de caridade e morigeração do Distrito de Colúmbia, e é

* Dr. H. S. Williams, "Can the Criminal be reclaimed?", na *North American Review*, 1896.

um consolo verificar que ponto atingiu na capital da República a solução do importantíssimo problema social da sustentação dos desvalidos e tratamento dos enfermos. Limitar-me-ei a citar a magnífica instituição para surdos-mudos dirigida pelo Dr. Gallaudet, a qual opera verdadeiros milagres. Dos graduados deste colégio, 57 tornaram-se professores, 4 pastores, 6 jornalistas e 15 funcionários públicos. Em Filadélfia especialmente, a velha capital dos Estados Unidos, grande centro manufatureiro, são características as ruas de habitações possuídas por operários e que, com todos os requisitos higiênicos, lhes são oferecidas por preços razoáveis e em fáceis condições de pagamento. A construção destas casas ainda poderá passar por sintoma de um inteligente egoísmo, mas as inconfundíveis fundações do altruísmo são aos centos e governadas com a máxima liberalidade.

Se a preocupação do bem-estar dos desamparados e dos incapazes de lutar pela vida nasce aqui mais de um preceito ético, do que um filósofo francês denomina a consideração humana do interesse bem entendido; se a caridade é, na frase do mesmo escritor, olhada pelo anglo-saxão como uma utilidade superior, e a religião toma a forma moral e prática de preferência à metafísica, o resultado é de modo igual vantajoso para o alívio dos males que afligem a humanidade, e para a maior brandura pelo exercício aturado do bem de um caráter nacional tão resistente, que já encerra tanta fibra e tanto nervo e ao qual só falta um pouco mais da linfa da comiseração objetiva, isto é, provocada pelo objeto em si mais do que ordenada pela razão e pela consciência, a fim de tornar de uma anatomia perfeita esse composto admirável do senso prático e do idealismo cristão.

Tudo está de resto conspirando para este alvo. Começa por que o americano constitui um povo mais impressionável que o inglês, portanto por natureza mais propenso à ternura como também à excentricidade. Como esse, porém, é visto ser igualmente mais fundamentalmente virtuoso que os latinos, procuram antes o prazer no excitação e no perigo, abusos da energia, do que na moleza e na volúpia, efeitos da apatia. Demais tem que passar pelas verduras da mocidade, *sow his wild oats* na expressão britânica. Os defeitos do americano são de fato em grande parte os defeitos

da idade. Como coletividade está a americana na adolescência e, como tal, dá mostras de prezar, em vez das soluções abstratas, o concreto, o tangível, de estimar que as coisas revistam um aspecto que fale aos sentidos mais do que diretamente à alma. Do adolescente tem aquela coletividade ainda, segundo muitos hão observados, o amor da novidade, a que faz contrapeso a disposição hereditária de complacência para com as idéias admitidas; a ausência do acabado, que é o distintivo das velhas raças; a ingenuidade da ação; a ousadia do cometimento, que é perdoada pela sinceridade da explicação.

.....

Capítulo IV

A INFLUÊNCIA DA MULHER

AO LADO dos primeiros grosseiros imigrantes, tornados ainda mais rudes pela luta toda primitiva com a natureza e em cuja onda plebéia desapareciam os poucos exemplares da aristocracia britânica que vinham tentar fortuna nas terras da Virgínia onde o capitão John Smith fora requestado pela princesa Pocahontas, a mulher representou desde o começo da colonização, para essa gente de um idealismo ingênito, a doçura, o perfume, o sorriso da alegria, o único encanto da existência. Formou-se deste modo aos poucos o sentimento de extrema deferência, de quase veneração que desfruta a mulher na América do Norte e que, talvez mais aprimorado a leste, é ainda mais característico no Oeste, onde o elemento masculino excede em número o feminino. No Alasca então, onde as mulheres escasseiam, a estima transforma-se em culto, e culto rendoso. Uma rapariga havia, provavelmente de boa cara, que dizem costumava ganhar centenas de dólares por noite dançando (a dança é a maior distração daquele ermo gelado) com os mineiros do Klondike a tanto por valsa.

Aqui ou acolá o que é porém certo, é que não seria em ponto algum aos Estados Unidos que um membro do Congresso ousaria, sem incorrer no risco de vida, servir-se de expressões insultuosas para com senhoras, publicamente apelidando no decorrer do seu discurso as signatárias de uma representação contra o divórcio, entre as quais esposas de governadores, de concubinas de padres. À parte a questão de polidez individual, nasce a diferença sobretudo

de que o americano considera a mulher no geral como um ente de inteligência igual à sua, senão superior sob o ponto de vista do refinamento, capaz de discernir suas conveniências, ganhar seus meios de subsistência e julgar com idêntico acerto as coisas e os homens, ao passo que nós vivemos debaixo da impressão toda latina de que a mulher é um objeto do prazer e um móvel de luxo, sem direitos posto que com obrigações. Não há muito que afirmava-me convencido um dos mais reputados publicistas da República que a mulher fora exclusivamente feita para o amor e a maternidade, e que nela apenas se deviam requerer candura e dedicação moral: e para provar que o saber e a elevação são no sexo feminino meras fantasias e confirmar sua inferioridade, ajuntava que sendo o piano e a costura artes essencialmente femininas (?), são homens os maiores pianistas e os maiores costureiros.

Predominando, como é fato, tal opinião no Brasil, não é de surpreender a péssima orientação dada à nossa educação doméstica, como com traços mui verdadeiros a esboçou o Sr. José Veríssimo no seu belo livro – *A Educação Nacional*. Não sendo nos colégios e sim principalmente no lar que se forma o caráter da criança e se corrigem suas más inclinações, como pode essa receber lições de firmeza, de independência, de perseverança, de uma mãe que é moralmente escrava e que apenas pode ensinar ao filho – para ver poluído apenas ele lhe sai do regaço – o que constitui o seu tesouro da alma, a candidez, a meiguice e a fé?*

* Na sessão inaugural do terceiro Congresso Nacional das mães acaba de assim exprimir-se sobre este assunto Mrs. Theodore W. Birney, sua presidente: “Com a convicção inalterável de que no lar reside a única solução aos problemas com que atualmente defronta o mundo, temos lutado para chegar até às mães da nossa terra, e por intermédio delas até aos pais, porque uns e outros são que possuem o inestimável material com o qual se levantará a futura civilização. Estão eles edificando com pedra ou com areia? Esta deveria ser a questão de mais importância perante o mundo, e contudo será assim que a consideram? Os males nacionais requerem remédios nacionais. Reputo sem hesitação o maior dos males hodiernos a incompetência, a ignorância dos pais, e por causa desse existem outros males. O pecado é quase todo resultado de ignorância de uma forma ou outra. “Quando a formação do caráter começar no berço, for-lhe dada preeminência na obra de educação, os princípios mais do que a política dominarão as vidas humanas, e a verdade e a justiça, predicados gêmeos do caráter, se entronizarão na consciência humana. Então cessará o bárbaro, louco culto de Mammon, pois a pura riqueza não será aceita em lugar do que está acima de todo o preço – um nobre caráter humano.” (*Washington Post* de 17 de fevereiro de 1899.)

Partindo do princípio da identidade da aptidão mental nos dois sexos é que os americanos entenderam dever proporcionar no seu país às mulheres as mesmas facilidades de educação que aos homens. A instrução primária, muita da secundária e mesmo em parte a superior é fornecida em comum a rapazes e a raparigas, sendo que o sistema de coeducação, se não serve designadamente para fortificar o respeito para com o sexo feminino – como aliás pensam muitos e a meu ver com razão – é justamente aqui possível porque preexiste tal respeito. Assim como os homens têm porém suas Universidades exclusivas como Harvard e Colúmbia, as mulheres têm, além de numerosas escolas profissionais em que lhes é dado o ensinamento industrial, os seus colégios particulares de ensino superior ou alta ciência – Wellesley, Vassar, Bryn-Mawr por exemplo – nos quais lhes é ministrado absolutamente o mesmo grau de cultura que nos outros colégios é facultado aos indivíduos de diferente sexo.

Matthew Vassar assim claramente deu a razão da sua fundação: “Ocorreu-me que a mulher, tendo recebido do Criador organização intelectual igual à do homem, possui o mesmo direito que este à cultura e ao desenvolvimento intelectual. Espero ser o instrumento de que serviu-se a Providência para fundar uma instituição que fará em prol das raparigas o que nossos colégios estão fazendo em prol dos rapazes.” Os votos do honrado fundador de Vassar College acham-se cumpridos na íntegra. Neste, como nos seus congêneres, as raparigas americanas encontram os cursos mais adiantados e os laboratórios mais preparados, e a sua existência escolar, sabiamente regulada posto que deixando inteiro campo ao desenvolvimento da personalidade, assume em toda sua plenitude esse aspecto típico da educação americana, preparatória da vida prática, em que se entrelaçam os estudos seriíssimos, os prazeres da vida social e as obrigações mais penosas do serviço doméstico; em que a florescência do individualismo consagrada na escolha por cada aluno das cadeiras a seguir, na liberdade dos estudos, é, não pode dizer-se corrigida, mas antes completada pelo socialismo, na aceção genuína, refletido nas associações de todo o gênero, desde as cooperativas até as esportivas, em que se agremiam os estudantes, trabalhando, debatendo e divertindo-se em comum. Deriva semelhante aspecto de que, na frase de um observador inteligente, as universidades nos Estados Unidos são menos estabelecimentos de instrução no sentido latino

do que meios intelectuais e morais onde o rapaz ou a rapariga vem, aos 18 ou 20 anos, passar alguns anos para fazer a aprendizagem da independência, do pensamento e da vida.

Qualquer passo de resto dado no caminho do desenvolvimento mental da mulher não é senão uma demonstração de bem merecida gratidão. Mercê das circunstâncias de raça e de momento e graças também à sagaz aquiescência masculina, debaixo da alçada da mulher americana, além da natural educação da prole, caiu outrora uma nobre tarefa derivada e facilitada por aquele próprio tributo de admiração e carinho a que me referi e de que a tornaram alvo: a de melhorar as maneiras e levantar o nível intelectual e social dos que a rodeavam, dos seus pais, irmãos e maridos. Dispondo de tempo, que a esses faltava, ela pôde mais cedo ilustrar seu espírito e afinar sua educação, logo que os complexos e pesados trabalhos domésticos da primitiva fase colonial, quando cada casa encerrava uma miniatura de cada indústria, desde a padaria e a lavanderia até a serralheria e a fiação de lã e algodão, deram lugar a uma expansão mais confortável da vida por uma divisão mais racional do trabalho. Conservando dos velhos tempos a decisão, de que dá repetidas mostras, a mulher americana passou a cultivar a graça natural e, encontrando somente aprovação e estímulo, foi tão longe nesse caminho que hoje goza sem grande injustiça o seu país do apelido de “paraíso das mulheres”. O sexo forte é deveras forte no trabalho, cujos frutos deposita aos pés do sexo frágil que, abusando da sua fragilidade, deixou na maior parte de lado as ocupações fadigas pelas únicas ocupações amáveis e colocou-se sobre um pedestal tanto no lar como na sociedade. A companheira converteu-se geralmente em ídolo, e não raro em ídolo como o de Jagenauth que transforma em vítimas os seus adoradores.

A transição não se realizou, todavia, sem que lucrasse o aspecto geral da sociedade e sem que passasse a exercer-se em determinados campos com tanto vigor quanto felicidade a influência feminina. O que a mulher americana há realizado em prol da civilização nos Estados Unidos é tão exatamente apreciado, que é o reconhecimento que atualmente mais que tudo nutre o sentimento extremo de cavalheirismo que existe para com ela e que é uma verdadeira revivescência do sentimento que animava os trovadores medievais. Um romancista francês, o qual, destoando da vul-

garidade e ignorância dos seus colegas a tratar-se de assuntos estrangeiros, escreveu um romance* nada original como enredo, mas assaz verdadeiro como observação, diz que os homens americanos respeitam as mulheres porventura mais do que elas se respeitam, e atribui à má influência européia a demasiada liberdade de maneiras que se nota entre as raparigas da alta sociedade – a mais rica – e que se vai estendendo às outras camadas com ruins resultados morais. A liberdade de maneiras, que aliás não é da natureza que muitos julgam, não poderia contudo ter nos Estados Unidos o correspondente deplorável efeito que traz na Europa, porque baseia-se na tradicional independência feminina da raça saxônica, é por conseguinte natural, está por assim dizer na massa do sangue.

Justamente, porém, por haverem as americanas aprendido a refinar seu espírito, a Europa exerce sobre elas toda a sedução do seu passado, toda a fascinação da sua história, e o fato das mulheres desta democracia, as quais com seus dotes estão conquistando a aristocracia do Velho Mundo, serem muito exigentes com os patrícios e pouco com os estrangeiros, resulta de que os últimos as dominam por aquela espécie de superioridade que elas tentam imitar e encontram realizada nesses produtos de uma civilização mais antiga e de uma cultura mais acabada. Semelhante prestígio satisfaz-lhe a sede de requinte, como os cálculos matrimoniais alheios a todo romantismo traduzem a ambição de riqueza e posição. Condiz o primeiro com a feição idealista e respondem os segundos ao senso positivo da raça. É uma dualidade que se nota nos vários campos de atividade da mulher americana, alguns deles excelentes.

Foram duas mulheres que arrastaram a atenção dos seus compatriotas sobre a injustiça do tratamento dispensado às raças inferiores dentro dos limites da República. Com o seu conhecido livro – *A Century of Dishonor* – excitou Mrs. Helen Hunt Jackson à compaixão pública em favor dos índios que a literatura, sobretudo desde Fenimore Cooper, considerava interessantes, mas que desde muito antes a luta feroz pelo progresso votara ao extermínio. Por meio do célebre romance – *A Cabana do Pai Tomás* – traduzido em todas as línguas, até em armênio e finlandês, fez Mrs. Beecher

* P. de Coulevain, *Noblesse Américaine*, 1898.

Stowe nada menos do que a abolição, sendo tão fora de exagero afirmá-lo quanto à própria autora julgava ter sido, ao escrevê-lo, a mera transmissora do pensamento de Deus, uma Joana D'Arc da escravatura negra. No seu entusiasmo moral, como no dos outros defensores políticos e literários da abolição – Garrison, Wendel Philipps, Charles Sumner –, filhos quase todos da Nova Inglaterra, o que especialmente revivia era o idealismo puritano, o prístino misticismo do berço da democracia americana que, ajudado pela libertação da teologia e pelo influxo da filosofia germânica, atingiria seu ponto culminante no transcendentalismo de Emerson e Hawthorne.*

Nas letras contemporâneas continua a distinguir-se o elemento feminino, como desde o período revolucionário, contando-se os seus representantes entre os autores mais atrativos senão entre os mais profundos. O livro que acabo de citar é, por exemplo, o melhor trabalho condensado que conheço sobre a literatura americana, escrito com um seguimento de idéias, uma segurança de juízos e um pitoresco de narração que na sua concisão o tornam altamente interessante. Mrs. Frances Hodgson é sem dúvida uma romancista de grande talento, e são inúmeras as pessoas de seu sexo que vivem exclusivamente da pena. Abro ao acaso um jornal na seção que em todos eles é dedicada especialmente às mulheres e encontro que, Mrs. Ole Bull partiu para a Índia a fim de estudar a vida social e a condição das mulheres ali; que Mrs. Annie Jurd Dyer está traduzindo para o japonês novelas de James Lane Allen; que Mrs. M. L. Storer, esposa do atual ministro americano na Espanha e fundadora da fábrica de cerâmica de Rookwood (Cincinnati), que manufatura os mais belos objetos deste gênero nos Estados Unidos, depois de largas experiências inventou – a arte como as letras recebe a sua contribuição dos esforços femininos – um novo e lindo vidrado para louça, de um tom escuro com efeitos de outras cores.

Bastam estas simples notícias, acidentalmente agrupadas para, por elas se avaliar quão poderosa deve ser a parte da mulher na obra da cultura nos Estados Unidos. É mister também lembrar que a influência feminina possui várias formas de exercer-se que, por menos diretas, não são menos eficazes. Assim é evidente que quanto mais restrito for o público literário feminino, menos cautelosa se tornará a linguagem dos escritores,

* Katharine L. Bates, *American Literature*, 1898.

mais liberdade nela se dará aos termos impróprios e, sobretudo, às idéias imorais, entre os povos especialmente de uma sensualidade orgânica. O tom delicado e elevado da literatura de imaginação anglo-saxônica explica-se muito pelo fato de constituírem às mulheres grande porção da sua clientela.

Pelo contrário entre nós, onde são poucas as mulheres que lêem e estas mesmo lêem pouco, a natural voluptuosidade da literatura de ficção acentua-se não raro por uma impudência do estilo e do assunto que perverte numerosos incontestáveis talentos, e da qual infelizmente a escola realista generalizou o gosto que, aliás, adaptava-se à inclinação de muitos dos romancistas, contistas e poetas, nascidos de uma raça lasciva e num clima cálido que estimula a ardência da paixão sexual. E é tal a força do hábito e o poder do meio que até na literatura política, na jurídica e em outras que por sua natureza pareciam dever escapar ao contágio, às idéias imorais acodem mais facilmente do que quaisquer outras. Há mensagens de governadores no Poder, manifestos de governadores depostos, opiniões escritas de juristas encerrando períodos que eu não tomaria a liberdade de aqui transcrever e cuja obscenidade é absolutamente desnecessária.

Não foi um dos menores benefícios do período romântico, com a sua tendência para exagerar o sentimento e guindar a expressão, o ter conservado alto o nível de limpeza da nossa produção literária. Do que foi sob este ponto de vista aquela época da literatura brasileira falam as obras dos escritores mortos e a justa fama que usufrui o seu último representante, o Sr. Machado de Assis, cuja delicadeza de pensamento e de forma é tão celebrada por tantos que não o imitam. Sem ser preciso citar nomes, comparem-se os *Novos Contos* com certos romances escaldantes apregoados nos anúncios dos jornais e que fazem as delícias do público masculino – o único –, ao ponto de perguntar-me com espanto um editor português que terra era a minha donde quase só lhe pediam as obscenas; ao que tive de responder que ainda era bom que fosse em Portugal que tais encomendas achassem quem as pudesse satisfazer.

A mulher americana não permanece, porém, na teoria do belo e do bom, como qualquer discípulo anacrônico de Victor Cousin: entra resolutamente na prática do bem. O seu antigo papel de consoladora não jaz ainda esquecido. Na recente guerra que, como disse, pôs em relevo a

falta de compadecimento de muitos oficiais e funcionários, tirados de um povo muito perto da natureza, coube em boa parte às mulheres denunciar os sofrimentos dos soldados pela imprensa, escrevendo as cartas mais precisas e sentidas que apareceram sobre o assunto, e suavizá-los os acampamentos, visitando os doentes, distribuindo comida pelos sãos e guloseimas pelos convalescentes, vestindo os maltrapilhos e consolando os estropeados como faziam Miss Hellen Gould e outras, de que por disporem de menos recursos filantrópicos não fala tanto a crônica.

A campanha contra a Espanha produziu glórias iguais às dos generais vitoriosos para duas senhoras que colheram ampla e merecida messe de bênçãos – Miss Clara Barton e Miss Helen Gould. A primeira é a corajosa, a incansável propagandista da Cruz Vermelha, uma septuagenária de corpo franzino mas espírito fortíssimo, que está identificada com todos os movimentos recentes em benefício da humanidade; que tem sido vista desde os campos de batalha da guerra da Separação americana, um dia estabelecendo uma agência que traçou a sorte de 30.000 soldados que faltavam às chamadas; exercendo depois sua missão de caridade durante a campanha franco-prussiana e a Comuna; correndo com o pessoal da sua Sociedade a mitigar todas as calamidades ocorridas na União tais como incêndios, ciclones, inundações, etc.; auxiliando durante a última grande fome os camponeses russos na indigência; passando em seguida a socorrer os armênios vítimas das atrocidades turcas, e finalmente acudindo a distribuir alimentos e remédios pelos *reconcentrados* cubanos vítimas das prepotências espanholas, chegando por vezes às portas da morte mercê da acumulação de trabalhos e fadigas, mas sempre alegre, sempre resoluta, sempre sublime. O agiologista romano não reza de santa que haja feito mais pelo bem dos seus semelhantes.

A segunda senhora a que me referi, é a filha mais velha do argenteiro Jay Gould, a qual preferiu aos gozos da Europa o esplêndido conforto das suas residências do Estado de Nova York – o palácio da Quinta Avenida e o castelo de Lyndhurst, nas margens do Hudson; a vaidade de uma coroa de condessa ou de princesa nada menos do que a prática da caridade e os prazeres da inteligência. Miss Helen Gould, cuja filantropia se exerce desde anos em uma vasta escala, tornou-se agora saliente neste campo, não tanto por sua vontade, porque dizem-na ser a discricção e modéstia em pessoa,

quanto pela força das circunstâncias. Depois de haver contribuído com 100.000 dólares para as despesas da guerra, ligou seu nome, sua riqueza e sua atividade à Women's War Relief Association, alcançando o apelido de *Providência* dos soldados que, feridos pelas balas espanholas ou pela traiçoeira malária dos alagados de Santiago de Cuba, chegavam às centenas mutilados, débeis, enfermos, e sem encontrarem na má organização do comissariado e das ambulâncias americanas o tratamento e os carinhos a que tinham jus.

Visitando os hospitais improvisados, Miss Gould sentiu encher-se de compaixão o seu coração e ela mesma entrou a superintender a aplicação dos socorros particulares, fiscalizando até a boa qualidade da alimentação e os rigores da dieta, e vigiando a instalação dos doentes e dos convalescentes. O seu castelo de Lyndhurst foi convertido em sede do eficiente comissariado da associação a que ela deu novo alento, daí partindo a distribuição pelos soldados restabelecidos, antes de dispersarem-se licenciados ou de voltarem para os seus regimentos, de uma infinidade de lembranças úteis ou agradáveis. Durante todo o dia, num apartamento do hotel Windsor, presidia Miss Gould com mais indústria e competência do que o Secretário da Guerra às numerosas obras de alívio empreendidas pela sua associação. Para avaliar-se da popularidade da distinta senhora, bastará dizer que numa só semana recebeu ela 607 cartas com pedidos de todo o gênero, somando os de dinheiro US\$1.041.092.00. Se fossem todos atendidos, os milhões do finado Gould derreter-se-iam mais depressa em caridades do que com as festas à Trianon do Conde de Catelani.

Para alcançar os enormes fins a que se propõe em qualquer campo, a mulher americana tem ao seu dispor, além de abundantes recursos materiais, a grande arma dos esforços coletivos. O poderoso espírito de associação dos americanos é outra das impressões que, logo de começo, atuam no espírito do estrangeiro. Mercê de tal espírito, não só conseguiram eles realizar a mais perfeita organização política que uma democracia pode desejar, a saber, a que assegura a mais eficaz ação à opinião e reserva o menor campo de domínio para o indivíduo, cuja expansão física e moral se apresenta, entretanto, completa, sem o que seria daninho aquele resultado; como alcançam minorar numa importantíssima escala os sofrimentos dos

seus semelhantes, pondo em comum e assim multiplicando os esforços singulares da caridade privada.

Sobre uma das inúmeras sociedades filantrópicas dos Estados Unidos forneceu-me interessantes dados Mrs. B., esposa de um médico de Chicago e devotada propagadora dessa obra salutar. Esta senhora é ela mesma um exemplo vivo de altruísmo, tendo desposado na flor dos anos e possuindo amplos meios de fortuna um jovem facultativo pobre e cego que, havendo perdido a vista aos doze anos, conseguia à força de vontade estudar e concluir seu curso. O casal é felicíssimo, dois filhos enchem-lhe o lar de luz e o doutor, cuja especialidade são as doenças de coração e pulmões, é reputado entre os clínicos de Chicago pela exatidão dos seus diagnósticos. Mrs. B. ajuda-o em todos os seus trabalhos, escrevendo os artigos científicos que ele dita, acompanhando-o aos congressos médicos, etc.

A associação com cuja organização ela familiarizou-me chama-se dos King's Daughters and Sons. Fundada em 1886 por dez senhoras, sem distinções dentro do credo cristão, contava dez anos depois de criada meio milhão de sócios, inclusive na Austrália, Nova Zelândia e Índia. O distintivo da sociedade é uma pequena cruz-de-malta de prata, e o seu lema as palavras "Em nome Dele" isto é, de Jesus. *Silver Cross* se intitula o seu órgão mensal, de 36 páginas, publicado em Nova York.

A sociedade não visa como fim algum particular de altruísmo, senão abrange toda e qualquer forma de benefício que possa ser prestado, entulhando o abismo que separa do rico o miserável, toda e qualquer ação coletiva que melhore a natureza humana, eliminando suas imperfeições: inclua, entre outras coisas, visitas aos doentes, auxílios pecuniários às missões no estrangeiro, costuras para os pobres, distrações e refrigerios de toda casta para os desvalidos, até o abandono da vulgar maledicência. Para facilidade da sua piedosa tarefa, e de acordo com o princípio econômico e social da divisão do trabalho, a sociedade dos King's Daughters and Sons não anda organizada num conjunto governado por estatutos rigorosos, não constitui um parlamento-mirim, espécie em que tão comumente degeneram nossas associações de comércio ou de beneficência. Os seus membros são antes os francos atiradores do Bem; formam um aglomerado de pequenos clubes ou círculos, compostos no mínimo de dez pessoas, sem modelo definido, uma federação de pequenas sociedades muito indepen-

dentos, auxiliando-se reciprocamente e gravitando em torno de um comitê ou conselho central, com sede em Nova York. Cada um dos círculos – e os registros da sociedade dão nota de trezentos e sessenta somente no Estado de Illinois – escolhe, pois, o seu campo de atividade. Assim uma reunião de crianças cultiva amores-perfeitos para a decoração dos hospitais; esforça-se outra por mostrar comportamento exemplar nas aulas; uma terceira, de adultos, jura entre si proceder com a máxima lisura nos negócios comerciais; fiscaliza uma quarta os estabelecimentos de surdos-mudos, cujos resultados de educação sabe-se serem surpreendentes; até, e por esta nota tocante pode-se calcular a prodigiosa força moral da associação, doentes incuráveis num hospital concertaram-se para, em nome dele, não darem demasiado trabalho às enfermeiras, poupando-lhes algumas fadigas!

Além da natureza complexa da sociedade ou Ordem, como ela se denomina a si própria, o seu extraordinário desenvolvimento era bastante para determinar o conselho central a conceder a máxima autonomia às organizações estaduais. É realmente de pasmar o quanto estas têm alcançado em seus variados círculos no terreno prático, estimulando a compaixão mais pronta do sexo feminino, o qual representa a grande maioria dos associados, exercendo senhoras os cargos de presidente, secretária-geral, tesoureira, etc. Citarei alguns exemplos. A Silver Cross Day Nursery de Nova York toma conta durante o dia de crianças pobres, cujas mães trabalham em fábricas, alimentando-as bem e facultando-lhes um Kindergarten: apenas exige que as crianças venham de casa limpas, o que é um incentivo ao asseio, e que as mães paguem cinco centavos, a fim de não favorecer a ociosidade. Navios chamados hospitais flutuantes, em oposição aos hospitais permanentes e casas de saúde à beira-mar igualmente sustentados por alguns círculos, fornecem durante o verão ensejo de um passeio pelo mar e de um tônico banho de água salgada a centenas de crianças. O de Boston passeou no ano findo perto de 1.500 doentinhos.

O Silver Cross Lunch Club de Chicago faculta durante o dia excelentes refeições, por preços módicos, às mulheres empregadas no comércio. Uma trincha de carne assada custa cinco centavos: o mesmo um gelado de ananás ou de morango. Uma chávena de café, chá ou leite, pão e manteiga custa seis centavos; um pedaço de queijo três centavos. Anexos ao *lunchroom* existe um *restroom* ou sala de repouso, com cadeiras e divãs

confortáveis, piano e livraria, onde as caixeiras podem durante alguns minutos do dia gozar das vantagens da convivência, e um *toilet room*, com banheiras, refrigério incomparável durante o verão, que nos Estados Unidos é proverbialmente violento. A mesma sociedade prepara-se para organizar passeios higiênicos e excursões no lago, a preços reduzidos, durante a estação calmosa.

Não escasseiam outros exemplos mais, de sociedades análogas à da Silver Cross. Que associação haverá mais simpática do que a que tomou a seu cargo as *mamãezinhas* pobres, a saber, as rapariguinhas a quem por invalidez ou alcoolismo dos pais coube por quinhão cuidar dos irmãos mais novos, vesti-los, dar-lhes de comer, zelá-los? Esta associação, presidida por Mrs. J. H. Johnston, tem em vista ensinar àquelas precoces mães de família a cumprirem mais vantajosamente sua tarefa, sustentá-las nessa elevação moral e alegrar-lhes um pouco a triste existência de sacrifício. Há uma classe de costura cuja freqüência e aplicação dão direito à obtenção de roupas novas. A classe de cozinha é teórica e prática, dando às alunas idéia do valor nutritivo de cada espécie de alimento e do modo mais sabroso de prepará-lo com economia, jantando em seguida as cozinheiras em miniatura o que elas próprias cozinham. E é tão característico o desejo de progredir que anima todo este país que escreve a autora do artigo do *Evening Post* donde extraio estes pormenores, que nenhuma lição é recebida com mais gosto do que as que dizem respeito ao modo de sentar-se à mesa e comer sem grosseria. No dispensário ensina-as a médica assistente a cuidarem de contusões, arranhaduras e outros pequenos incômodos e dá-lhes lições de asseio e higiene. Para permitir sua presença nas classes e no dispensário, a associação provê pessoas que substituem temporariamente em casa as *mamãezinhas*, as quais, acompanhadas pela médica, são levadas uma vez no verão à casinha de campo da associação para gozarem de descanso, tomarem um banho de mar e respirarem ar puro. Quando crescidas, a associação as não perde de vista e proporciona-lhes num *club* à parte distrações e conferências semanais, devendo breve abrir várias aulas, de bordado, costura de vestidos, etc.

Outras sociedades há que levam ao domicílio dos adultos essas lições comezinhas de costura e preparo de comida, que tanto podem contribuir para tornar menos dura a vida dos pobres, e em tais obras, segundo

diz o relatório de uma das referidas sociedades, primam incontestavelmente as mulheres. Elas vêem o desconforto onde escaparia à vista dum homem e também descobrem prontamente de quão pequena alteração depende muitas vezes o conforto; além de que a natural simpatia e o tato das mulheres as fazem inestimáveis para ganhar a confiança e provocar a efusão das pessoas a quem desejam socorrer. Aprendi, ajunta o relator, a confiar no seu ativo interesse e discernimento de condições sugestivas.

Se numerosas outras associações filantrópicas florescem, tampouco escasseiam exemplos individuais de caridade tanto mais heróica quanto parte de onde ela em rigor haveria que ser aplicada. Entre outros casos citaria o de uma entrevada da cidade de Nova York, Mrs. Belle Cook, que jaz há 25 anos numa cama e, sendo ela própria pobre, somente pensa em dar alegria a outros pobres, achando meio de distribuir esmolas, arranjar empregos para desempregados e até fornecer um peru no *Thanksgiving day* para o jantar de cada uma de 200 famílias.

Não só porém associações caritativas conta em grande número nos Estados Unidos o elemento feminino. Encontramo-las de todo o gênero – intelectuais, literárias, políticas, para a obtenção do sufrágio, para o estudo das ciências sociais e melhoramento da administração pública, mundanas, até genealógicas. Entre estas é muito conhecida a sociedade das *Daughters of the American Revolution*, na qual só são admitidas descendentes dos combatentes da guerra da Independência e que, posto pareça à primeira vista um arremedo de aristocracia militar, não passa de uma inofensiva agremiação patriótica que tem feito muito para a conservação dos monumentos históricos do país e o estudo do passado nacional, pretendendo assim haver contribuído em larga escala para o respeito tributado à Bandeira pátria. Tocamos contudo aí num dos defeitos que a final supremacia social, o abuso da mundanidade e a sub-reptícia influência européia têm desenvolvido entre o belo sexo americano: o esnobismo, que veremos destingir sobre o aspecto da sociedade.

O espetáculo daquelas associações altruístas e de tantos esforços pessoais e coletivos para a elevação da mulher como classe reconduz naturalmente nossa atenção para a preciosa influência feminina na sociedade norte-americana, influência que se traduz por muitos benéficos efeitos. Entre nós não logrou infelizmente até agora a mulher subir a idêntico

pedestal nem chegar a análogo estado de influência. Se não goza sequer da mesma liberdade, é claro que nunca poderá chegar a gozar das mesmas regalias da outra. Entretanto a mulher brasileira vale geralmente mais de que o homem. A sua energia, se não pôde passar até aqui além da espera caseira, nem por isso contrasta menos com a apatia e indolência assaz freqüentes no sexo que deveria ser o mais ardente no trabalho. É proverbial a atividade das nossas senhoras-de-engenho, de fazenda ou de estância, gerindo com competência e economia a casa erguida a meio de uma propriedade cujo amanho recente-se às vezes da inatividade do dono. Exemplos citam-se em meu estado de senhoras que, tendo herdado propriedades oberadas, por seu próprio esforço as desembaraçaram e restabeleceram boa ordem nas finanças da família. Desperdiça-se contudo de ordinário sem maior proveito aquela energia, como fica sem aplicação condigna a sua inteligência mais viva, o seu mais crescido interesse pelos detalhes da vida, que tanto serviram à mulher americana para melhorar e por fim transformar a aparência social do seu país, porquanto, dirigindo o espírito naturalmente sociável do americano, ela aqui realizou uma obra maravilhosa, cujos efeitos sobre a cultura nacional são incalculáveis.

E não se diga que semelhante influência é corrosiva da vida de família. A americana é tão excelente mãe de família como a francesa ou a brasileira: estremece tanto quanto estas os seus filhos e dispensa-lhes iguais carinhos; com a diferença porém de que ao chegarem à idade própria, rapazes e raparigas tratam de ganhar a sua vida, se os recursos da família os não isentam do trabalho, sem que apareça como embargo um mal-entendido recato ou um absurdo apego ao lar. Essa independência não significa desamor, como poderia qualificá-la a sentimentalidade latina: significa amor-próprio, vigor da alma, atividade e caráter. Tocqueville, já se vê, descortina em tal predicado um efeito mais da democracia baseada ou melhor impelida pela igualdade. O pai, diz ele, representa nas aristocracias o órgão da tradição; é próprio das democracias pelo contrário afrouxarem os laços sociais, se bem que estreitem os laços naturais. A estes junta o pensador francês como determinantes a religião protestante, pois que favorece a liberdade espiritual, e a sólida educação política da raça.

O fato é que, se no Brasil a mulher é ensinada a tudo esperar do casamento e nada espera que não seja por meio dele, vivendo enquanto

solteira na mais estreita e indigna dependência de pais e irmãos, em parte alguma como nas terras de língua inglesa, nos Estados Unidos particularmente, possui ela tamanha independência e põe em prática tanta iniciativa, usufruindo uma posição tão definida. Pretendem alguns que esta independência há produzido resultados desmoralizadores, o que não creio e o que não é.

A imoralidade é infelizmente comum a todas as épocas e a todos os povos, mas julgo que na América do Norte é exatamente, guardadas as proporções, onde ela menos se tem espreado, mercê do respeito professado pelos homens para com as mulheres e do amplo conhecimento da vida que a estas é inculcado. A mulher, escreveu Tocqueville, é quem faz os costumes e estes são puros nos Estados Unidos, mesmo se o espírito não é casto. Quer isto dizer que o mal, quando venha a fazer-se, o será com plena ciência e consciência, o que, se não diminui a gravidade dele, reduz consideravelmente o sentimento de revolta que suscita. O tipo da *demi-vierge*, criado com tamanho êxito por Marcel Prévost porque era o fruto de uma observação acurada, não é americano, mas europeu. É no Velho Mundo que a educação inteiramente americana e as mais das vezes erradamente americana, sem o fundamento da raça e da tradição e sobretudo sem os predicados correspondentes entre o sexo masculino, há produzido conseqüências desastrosas que se pretende falsamente atribuir à influência corruptora dos Estados Unidos. O que esta nação ensina sem a mínima dúvida é que dentro dos seus confins pode a mulher sair a trabalhar, ganhar o pão, desenvolver sua personalidade, sair da crisálida da família para borboletar no mundo, sem grandes perigos de tentações ou de perseguições, cõscia do seu papel e impondo a deferência. Como pensa uma romancista alemã, a renúncia encontra sua recompensa nela própria quando é voluntária ou necessária, mas é estúpida e odiosa quando se reduz à mera imolação da personalidade no altar da tirania doméstica.

Também à mulher abrem-se nos Estados Unidos fartas e fáceis carreiras. Na convenção dos Christian Endeavourers que em 1896 congregou em Washington 40.000 membros, lembrou uma oradora no seu discurso que existiam naquela data no país 2.500 médicas, 275 pregadoras ou missionárias, mais de 600 administradoras de correios, numa palavra mais de três milhões de pessoas do sexo feminino que auferem lucros das suas

ocupações. Estes algarismos estão todavia abaixo da verdade. O censo de 1890 acusa 1.143 mulheres nas fileiras do clero, algumas exercendo o cargo de capelãs de câmaras legislativas dos estados, 4.557 formadas em medicina e cirurgia, 337 dentistas, 208 advogadas e 10.000 administradoras de correios num total de perto de 4 milhões, número que abrange mais de vinte por cento das mulheres e raparigas americanas acima de dez anos, que assim constituem uma parte importante da população no sentido moral.

Elas têm invadido todas as profissões, absolutamente todas, com exceção de duas, as de soldado e marinheiro, que lhes parecem vedadas por motivo da sua inferior robustez. As outras profissões masculinas tornaram-se-lhes mais acessíveis, desde que o trabalho braçal ficou muito menos pesado com a abundância e perfeição das máquinas, mas creio que em quaisquer condições as não fariam desanimar. O último recenseamento inseria quatro mulheres entre os foguistas e maquinistas de trens de ferro e 47 entre os foguistas e maquinistas de fábricas. Contam-se mulheres entre os pedreiros, carpinteiros, artífices de carruagens, ferreiros, picheleiros, cocheiros, e até uma mulher piloto. Trinta e duas rachadoras de lenha, 28 empregadas em conduzir madeiros, 682 criadoras de gado e pastoras, um grande número de plantadoras atestam a aptidão feminina para os trabalhos mais árduos.

É claro que o serviço doméstico é porém aquele em que se ocupa quase metade das mulheres americanas. Seguem-se as operárias e depois as que se devotam às profissões liberais, principalmente o ensino (entre as quais professoras de direito, de medicina, de filosofia nas universidades do Oeste); pintoras, escultoras, músicas, empregadas no comércio, mesmo caixas e diretoras de bancos, até juízas de paz e escritãs de tribunais. Nas repartições públicas, o número das mulheres cresce diariamente, estando em Washington na proporção de 1 para 3 em relação ao dos homens, e a experiência tem provado que trabalham mais e melhor do que estes. Não só aí ocupam posições relativamente subalternas, de taquígrafas, copistas à mão e por máquina, como de diretoras. A repartição de comércio estrangeiro do Departamento de Estado esteve nos últimos tempos, praticamente se não nominalmente, em mãos de uma senhora pelo fato de andar o seu diretor absorvido em outras funções. De 1880 a 1896 o Patent Office concedeu mais de 2.500 patentes de invenção a mulheres, e para mostrar

que as pesquisas industriais não são antagônicas num país dos deveres domésticos, basta lembrar que somente na cidade de Nova York 27.000 mulheres sustentam seus maridos na impossibilidade destes darem de comer às famílias.

Nem os gelos do Klondike fazem esfriar o ardor feminino na conquista do pão. O vapor *City of Columbia* partido de Nova York para o Alasca, via cabo Horn, a 1º de dezembro de 1897, levava entre os seus 400 passageiros 60 viúvas e raparigas solteiras comandadas por uma respeitável matrona, Mrs. Gould, e que todas iam a procurar trabalho, que ali não falta com bons e fáceis lucros para quem puder atravessar as primeiras asperezas do clima e suportar as privações necessariamente abundantes. Algumas destas senhoras emigrantes eram médicas, outras enfermeiras, e levavam um hospital portátil; outras iam abrir casas de hóspedes, outras ainda lojas; uma carregava uma biblioteca para fundar uma *circulating library*. Graças à energia norte-americana e também a essa influência feminina, Dawson City, posto que sepultada mais de metade do ano debaixo de um lençol de neve, estará dentro em breve uma cidade mais confortável e agradável do que muitas cidades latino-americanas de dois e três séculos de existência. Para bem medir a resolução de que aquelas senhoras deram mostra, basta lembrar que somente a viagem inicial era de 19.500 milhas. O vapor deveria chegar ao Alasca nos começos da primavera, e na foz do Yukon dois navios pequenos tomariam os passageiros e bagagens para transportá-los rio acima, assim que o degelo começasse.

Os estrangeiros, sobretudo os que só conhecem os Estados Unidos por tradição, escarnecem facilmente de uma tão larga independência feminina. Sem ir mais longe, não há muito tempo que Max O'Rell, prossequindo os seus espirituosamente fúteis escritos, publicava um artigo intitulado *Domínio da Saia (Petticoat Government)** em que ridiculariza sem piedade e mesmo sem cortesia o que ele chama as exageradas pretensões da americana. Convenho em que o tipo da *bas bleu* é na verdade insuportável, como também é insuportável o do *poseur*: o sexo nada tem que ver com isso. Em qualquer parte do mundo a espécie pode produzir no moral

* *North American Review*, de julho de 1896.

exemplares desagradáveis ou grotescos, como os pode produzir no físico disformes ou incompletos. Os esforços das sociedades de temperança, por exemplo – cito-as porque Max O'Rell com elas gasta o melhor das suas ironias –, frisaram por vezes a aplicação de regras tirânicas, atingiram um exclusivismo feroz em favor do chá e da água gelada. São exageros comuns aos fanáticos de qualquer causa. Mas por que não há de merecer nossa consideração e deferência a mulher banqueira, a mulher jornalista, a mulher legisladora? Porventura não possui o seu sexo inteligência e atividade suficientes para distinguir-se nestas e noutras profissões?

Em Nova York têm dado ótimo resultado as inspetoras escolares, que exercem gratuitamente os seus cargos e entregam os seus relatórios ao Board of Education. Revelam zelo muito superior ao dos antigos inspetores, cuidando não só da parte relativa ao conforto e agasalho das crianças, seu campo tradicional de atividade, como das gerais condições higiênicas, tão freqüentemente descuidadas, e que, quando escassas, tão funestas conseqüências trazem para a saúde pública. No Estado do Colorado foi há algum tempo eleita pelos democratas, partido em que milita – porquanto as mulheres votam nesse estado nas eleições para quaisquer cargos –, para superintendente da instrução pública e *ex officio* bibliotecária estadual Miss Grace Espy Patton. Sua jurisdição estende-se sobre 56 condados, 1.500 escolas distritais, das quais um terço dirigidas por mulheres, e mais de 3.000 professores, e sua eficiência tem provado ser completa como aliás tem provado ser a eficiência feminina nos *school boards*, a que lhes foi facultado o ingresso desde alguns anos e cujos trabalhos acompanham com mais atenção, mais circunspecção e mais habilitação do que os homens. As necessidades da concorrência e os temores da crítica não são por certo alheios à exibição desses predicados.

A superintendência escolar do Estado de Wyoming acha-se também confiada a uma senhora e as mulheres gozam do direito de sufrágio em assuntos escolares na metade dos estados americanos. Em Kansas, gozam do sufrágio municipal e nos quatro Estados de Wyoming, Colorado, Utah e Idaho do sufrágio pleno, sem restrições. Mrs. Martha Cannon é senadora em Utah e Mrs. Martha B. Conine faz parte da casa dos representantes do Colorado. Não tardará talvez muito que Iowa siga o exemplo daqueles estados e tempo virá sem dúvida em que os Estados Unidos oferecerão o

espetáculo da Nova Zelândia e da Austrália do Sul, tão inteligente tem sido a propaganda feminina, tão ativas suas associações e tão contínua a ação do americano em ir abrindo às mulheres todas as carreiras para as quais elas se forem mostrando aptas. No Estado de Montana, o cargo de *assistant attorney general* (subprocurador geral) já é preenchido por uma senhora, Mrs. Ella Knowles Haskell, populista que desposou o seu rival vencedor da chapa republicana nas eleições para o Congresso, a que Miss Knowles concorrera como candidata. O marido deu-lhe, além do seu nome, o prêmio político de consolação do lugar que ela agora ocupa, fato que oferece uma graciosa solução de novo gênero para os conflitos partidários.

Neste campo, entretanto, é que por ora os esforços femininos encontram maior oposição e carecem de dar mostras de maior tenacidade. O americano, que não regateia à mulher a igualdade doméstica e civil e concede-lhe mesmo a superioridade social, pretende em bom número monopolizar a igualdade política. Contudo, do que a experiência tem até agora revelado, a ação da mulher na política há sido toda benéfica, exercendo-se no sentido da moralidade administrativa, da extirpação do alcoolismo, do melhoramento das prisões e dos hospitais, da limpeza e conservação das ruas e dos jardins públicos, do bem funcionar, dos vários outros ramos de serviços municipais. Os seus ideais provaram até aqui ser coletivamente mais levantados que os do outro sexo, como provam ser mais escrupulosos os seus métodos. Também no ensino, particularmente no que requer carinho e pertinácia como o dos cegos e surdos-mudos, tem-se tornado extremamente recomendável o papel por ela desempenhado. Cita-se o fato espantoso de Miss Helen Keller, cega, surda e muda desde os 19 meses de idade e que, ensinada por Miss Sullivan à custa de esforços incalculáveis, aprendeu a falar, e escrever em várias línguas e entrou para o colégio de Harvard – onde funciona um anexo para o sexo feminino –, seguindo um dos cursos acompanhada pela sua professora, a qual repetiu-lhe (telegrafa-lhe, como diz a narração do jornal) sobre a palma da mão as palavras do lente ou conferente. Os próprios dedos servem-lhe de olhos e ouvidos, portanto de veículos de impressões que o seu cérebro transforma em idéias expressas numa voz cheia de entoação e suavidade, aprendida por ela a modular colocando as mãos sobre os lábios e garganta da mestra

e imitando depois os movimentos que lhe ensinava o seu tacto exageradamente afinado.

Na imprensa tem igualmente achado amplos meios de manifestar-se real e proveitosamente a ação feminina. As mulheres hão efetivamente provado de um modo admirável no jornalismo americano; e não se pense que avocam apenas as seções de modas e crônica elegante, sendo que cooperam ativamente nas seções política e, sobretudo, literária e estrangeira. Empregam-nas os diários em larga proporção como repórteres no país e correspondentes fora do país, e os magazines a elas recorrem para colaboração tanto quase como aos homens. Nenhum repórter em Washington excede, diz-se, em diligência a Miss McCarthy, do *Star*. Miss Kate Masterson, do *Jornal de Nova York*, esteve em Cuba durante a revolução e dali escreveu curiosas correspondências. Para a Europa, para a América Central, até para as ilhas mais remotas do Pacífico têm os principiaes jornais destacado correspondentes dentre o seu corpo de redatoras, preparadas para exercerem estas funções literárias pela sólida educação intelectual recebida nos seminários, colégios e Universidades. De Mrs. Marion Howard conta-se que durante algum tempo forneceu uma carta semanal a 60 e 80 jornais. Faz ela hoje parte do *Post* de Boston. O semanário fundado por Frank Leslie só começou a dar lucros depois que a viúva tomou conta da sua gerência.

O amor ao trabalho é de resto uma feição tão saliente, um traço tão indelével do caráter nacional, que nos Estados Unidos o fato extraordinário da cena não exercer sobre ele um geral influxo nocivo: quero dizer que entre as atrizes americanas algumas se encontram que não fazem do teatro e da vida alegre acessória o seu ganha-pão exclusivo. São atrizes como poderiam ser caixeiras, se sentem vocação para o palco e necessitam ganhar dinheiro. Chegue porém a estação calmosa; feche-se a meio do inverno o teatro por diminuta freqüência de espectadores, ou quebre o empresário por especulações arrojadas; falhe nestas condições a escritura noutro teatro ou mesmo, de princípio, não apareça a qualquer artista apetevida escritura; não constitui isso na vida um embaraço insuperável, nem um motivo para a ociosidade e suas legítimas conseqüências. O artista põe sem hesitar mãos à obra noutro gênero de trabalho, por vezes inteiramente diverso do seu habitual.

Não quer isto dizer que a castidade das véstias se haja refugiado entre as modernas atrizes americanas, e é de ver que os artistas de nomeada contam se não bens, lucros suficientes para poderem dedicar-se unicamente a sua profissão.

Não escasseiam, todavia, casos de atores e atrizes lutarem valentemente pela vida quando o palco lhes nega remuneração, pondo em jogo a maravilhosa faculdade de adaptação ao labor que caracteriza o americano, e que é idêntica a sua facilidade de adaptação a qualquer esfera social para que seja transportado. No casal de artistas Steele o marido emprega-se como agente de uma companhia de seguros. Miss Hill, que diziam ia desposar um juiz, faz lindos bordados que vende com vantagem. Clara Hunter e Fiske escrevem para as gazetas. O casal Franck Davis possui uma hospedaria de verso em Long Island; o casal Thompson um atelier fotográfico em Harlem. Mrs. Lestimia é costureira e assim logra sustentar o marido paraplégico, a mãe e o filhinho. Hunk finalmente entrega-se à bucólica e rendosa ocupação de criar galinhas.

E mister acrescentar que a atividade e independência da americana em nada tem prejudicado a natural garridice do sexo, o louvável desejo de parecer bem que é uma das seduções da mulher. A moda, a de Paris, governa aqui todo o sexo amável com império igual àquele de que dispõe na Rua do Ouvidor. Se por algum lado peca, é pelo do excesso de apuro, que frisa algumas vezes pelo espantoso. A elegância do trajar torna até mais sugestivo o exemplo cativante de hombridade que nos é fornecido pela criatura respeitável que, sentindo-se dotada de entendimento e energia, vimos preferir a consciência de depender nobremente de si mesma a ter de procurar no casamento, pelo preço tradicional da sujeição, o único, o exclusivo modo decente de, sem faltar às convenções, escapar à necessidade ou conseguir fortuna.

Se o movimento feminista nos Estados Unidos tem obtido tanto sucesso, é também muito porque, graças à raça e à educação da mulher, ele há sempre sido prático. Além disso não julgaram as americanas, como suas colegas francesas que têm trabalhado pela emancipação do sexo a que pertencem, que para obter semelhante resultado fosse indispensável tornar a mulher revolucionária e especialmente livre-pensadora. A política e ainda mais a religião têm sido aqui conservadas arredadas de um movimento que deve ser puramente social. Em França os ataques obrigados ao catolicismo mantêm muitas mulheres afastadas da luta travada pelos direitos que devem ser delas e fazem-nas mesmo considerar hostilmente uma ação que, em suma, só lhes poderia ser vantajosa. Pois não deu-se ali o fato de Mme. Deraises, senhora que tem, aliás, trabalhado ardentemente pela causa feminista, discordar da idéia de um congresso oficial internacional sobre a matéria,

pela simples razão de dizer-se pedreira-livre e livre-pensadora e haver a presidência do congresso sido dada ao metafísico e deísta Jules Simon, o homem de Deus na escola? O resultado da discordância foi a reunião simultânea de dois congressos hostis no meio da indiferença geral*.

Apenas em janeiro de 1893 formou-se sob a presidência da autora do citado artigo a *Avant Courrière*, de que fazem parte damas católicas e aristocráticas como a Duquesa d'Uzés e que, auxiliada por homens públicos de diferentes matizes, já obteve do Parlamento francês o direito para a mulher casada de dispor do seu salário, verdadeira conquista econômica interessando a seis milhões de mulheres, casadas e por casar, que ali trabalham em profissões manuais e liberais. O grande emprego das mulheres francesas nos correios, telégrafos, telefones, escolas, etc. obedece muito mais a motivos de economia, porquanto elas sujeitam-se a receber salários menores de metade dos exigidos pelos homens, do que ao prurido filantrópico de fornecer-lhes meios de ganhar a vida. O número muito mais avultado de francesas empregadas comparado com o de americanas – quase o dobro uma população inferior de quase metade – converge, outrossim, nossos reparos para a cavaleirosa, outros dirão a ridícula obstinação dos americanos em pouparem à mulher, sempre que podem, os rigores do trabalho estipendiado.

A América, diz um humorista nacional, produziu uma nova espécie do gênero homem: o esposo modelo. Na maioria dos casos a mulher governa discricionariamente o seu lar e nele são lei todos os seus caprichos, cabendo ao marido, que quase sempre a desposou sem dote, fornecer os meios materiais de satisfazê-los, o que ele sói executar da melhor vontade, sem um murmúrio, educado como foi a tudo dar e pouco esperar em troca. A submissão do marido americano, por mais que ultrapasse os limites do razoável, não pode, porém, quase nunca ser tachada de ridícula, visto não importar a abdicação da sua vontade fora da esfera doméstica ou quando muito mundana, e traduzir em vez de servilismo e cobardia moral, devoção e a extremada deferência que o pendor hereditário e o meio lhe incutiram para com o sexo feminino.

* Jeanne E. Schmah, "Progrees of the Women's Rights Movements in France", *The Forum* de setembro de 1896.

A mulher não desaparece, pois, na sombra do marido. Trata-se, por exemplo, de um candidato a importante cargo público: os jornais esmiúçam logo de quantos membros compõe-se sua família, quem é sua senhora, se é honesta, inteligente e amável, se está nos casos de ajudar o marido nos seus deveres oficiais e especialmente de sociedade, etc. Um candidato presidencial cuja esposa não gozasse de uma reputação imaculada não lograria, estou certo, alcançar sequer a nomeação do partido. Os americanos recuariam ante a idéia de instalar na Casa Branca, onde brilharam o espírito de Dolly Madison, o perfeito tato de miss Cleveland, a bondade ou o talento de tantas outras damas, uma pessoa menos digna de ali figurar. Assim que em St. Louis e Chicago foram aclamados os nomes de McKinley e Bryant, toda a imprensa dos Estados Unidos referiu-se às suas consortes e publicou-lhes os retratos. Ninguém ficou ignorando no país que miss McKinley é uma senhora de rara suavidade, e de uma dedicação cega ao marido que lhe corresponde com igual afeto, mas infelizmente de uma saúde tão delicada que não poderia eventualmente acompanhar o Presidente em todos os encargos da sua posição oficial e que veio contrário Mrs. Bryant, igualmente virtuosíssima e devotada, é para mais tão ativa que formara-se há anos em direito para ajudar o marido nos seus trabalhos de advocacia.*

* De uma entrevista com miss Bryan então realizada por um jornalista transcrevo os seguintes tópicos, exprimindo sua opinião sobre a educação feminina e a religião, os quais darão idéia bastante da sua viva inteligência:

“Penso que às crianças deve-se proporcionar o desenvolverem o caráter e mostrarem para que são mais aptas. Creio porém firmemente na necessidade de dar a minhas filhas uma educação inteiramente prática no pleno sentido da palavra, de forma a, no caso de precisarem depender do seu trabalho, estarem em situação de pelear pela vida exatamente como os irmãos Não faço grande questão de credos, mas entendo que a religião exerce uma influência salutar e age como um freio, e que as crianças, especialmente rapazes, nos quais incutiu-se a devida reverência para com a religião, vivem vidas melhores e mais limpas ... Não gosto de extremos, nem de moda nem outros quaisquer, mas entendo que a mulher não deve entrar com o casamento num período de estagnação mental. Pelo contrário, deve conservar-se quanto possível em dia com tudo, o que só lhe pode ser útil e, bem assim, a seus filhos e marido. Contudo o primeiro dever da mulher está no lar e com este dever não deve permitir que coisa alguma interfira.”

Em todas as viagens efetuadas pelo candidato democrata foi ela vista a seu lado, aliviando-o nas estações do percurso da pressão vigorosa de algumas dezenas de mãos; ajudando nas recepções com o seu sorriso encantador e suas frases amáveis a consolidar a popularidade do marido; aparecendo nos comícios ao lado dele, discreta mas visível, amparando-o com a sua presença, animando-o com a sua dedicação. Até por seu conselho decidiu-se a instalação em Chicago, durante a campanha, do escritório central do partido, contra o parecer de vários processos que o queriam a Leste. Esta intervenção de miss Bryant, filha de um motivo sentimental — o sentimentalismo sabem todos quanto é poderoso no espírito feminino, chegando às vezes a contrariar a lucidez das suas apreciações — foi considerada demasiada por alguns que desejam confinar a mulher à esfera social e negam-lhe toda entrada na política.

Dizia-me então uma senhora americana que a ingerência de Mrs. Bryant acabaria talvez por ser prejudicial ao marido, não por torná-lo merecedor de escárnio, pois nunca o pode ser o acordo entre esposos, que se deve dar-se nas pequenas coisas domésticas com maioria de razão deveria primar nos passos importantes da vida, mas porque Mrs. Bryant, embebida na sua admiração pelo talento do ilustre orador de Nebraska, deixaria de pesar convenientemente os obstáculos e contratempos que a propaganda radical suscitaria contra a sua candidatura entre a população conservadora. A minha interlocutora, pois, longe de desaprovar o fato de Mrs. Bryant tomar parte na campanha presidencial, mostrava apenas receio que fossem errados os seus cálculos políticos embaciados pelo sentimento. A freqüente supremacia do sentimentalismo no caráter feminino poderá entretanto contribuir para impedir o progresso de um mal que está sendo muito comum na nossa época de emoções gastas: o egotismo intelectual, ou por outra a imolação da sensibilidade à inteligência pela indulgência no refinamento da primeira até ao ponto de encontrar as sensações necessárias à obra intelectual.

Por este lado afetivo e pela avidez de homenagens que evidencia, permanece a mulher americana mais feminina, isto é, não masculiniza muito o tipo superior que encarna: o da criatura tão ambiciosa de saber quanto de mando, tendo perdido parte do que faz o seu encanto em outros lugares — a modéstia que não o recato, mas ganhando em troca mais

confiança em si própria e nos possíveis benefícios da sua ação, estendendo esta ação do campo doméstico ao campo social, amaciando as asperezas do caráter nacional, melhorando os costumes, derramando a caridade e a instrução, o pão do corpo e o do espírito, numa palavra promovendo o progresso da sua pátria e representando um dos mais poderosos fatores da sua cultura. É neste sentido, e pondo de lado o que possa sugerir de burlesco para apascentar o riso alvar o predomínio social da mulher, que o Brasil, a meu ver, tem mais que tudo que aprender dos Estados Unidos.

Com a emancipação – o termo elevação será neste caso mais verdadeiro talvez – da mulher lucrará em primeiro lugar a impressiva educação familiar, tornada mais inteligente e mais proveitosa para a formação do caráter, sem que para isso seja necessário converter a mãe de família numa enciclopédia viva. Às que não têm deveres maternais ou conjugais a cumprir, permitir-lhes-á recusarem nobremente a esmola dos parentes, colocarem-se na dependência que for de sua única e livre escolha, serem senhoras de seus destinos. Demais, uma vez mais culta e mais independente, a mulher, por natureza amiga de sociedade, reagirá sobre o nosso isolamento mundano, a nossa falta de convivência, e esta é mais do que uma distração, é uma necessidade da civilização, cuja ausência já se está traduzindo entre nós pela selvageria de costumes de que deram prova as últimas revoluções, numa terra de tendências essencialmente brandas, de uma ingênita simpatia e tolerância.

Nos Estados Unidos mesmo há entretanto quem pense que a emancipação feminina está sendo exagerada, ameaçando em um futuro não muito longínquo a vassalagem do homem, de tal modo se esforçam as mulheres por obter todas as garantias e realizar todas as pretensões sem descartar nenhum dos seus privilégios, que eram o contrapeso da sua sujeição. É possível que alguma verdade encerre tal asserção, ainda que o receio expresso revele pelo menos pouca confiança na própria valia daqueles que se não pejam de formulá-lo. Quanto a nós, no Brasil, estamos tão longe por enquanto, nesse como em muitos outros pontos, da atual condição americana, que pouco nos deve neste momento intimidar a perspectiva. A mulher brasileira tem primeiramente de alcançar as qualidades que distinguem coletivamente a mulher americana e que a habilitaram para a feliz emulação, o que se não obtém numa geração por ser somente

fruto de uma longa adaptação: tem de tornar-se de impulsiva, refletida, de brilhante, profunda, de exclusiva, dotada de iniciativa, de fraca, enérgica, de sentimental, prática, de acanhada, cheia de confiança, de medrosa, resolvida, de dependente da vontade masculina na família, cônica da sua liberdade e da sua força.

Afortunadamente possui ela reservas de decisão armazenadas nas lides caseiras e de que acaba de dar provas animando a reação, extraordinária numa nação apática como a nossa, contra o projeto de divórcio apresentado e defendido com entusiasmo no Congresso por alguns deputados. Choveram as representações adversas à idéia, cobertas de milhares de assinaturas, sendo até mais numerosas as de homens que as de senhoras, as quais no entanto pesaram certamente sobre a deliberação dos seus maridos e parentes, e contribuíram principalmente para emprestar à discussão pública daquele problema social um ardor e um interesse que não ofereceu entre nós nem a mudança do regime político. É verdade que tratava-se do seu bem-estar, mais do que isto, do seu único futuro enquanto persistirem as condições atuais da sociedade brasileira: mas não indica tal concerto de esforços que não é para desdenhar o impulso demonstrado por aquele pronunciamento?

Ao cabo do processo de transformação que presentemente está sofrendo a condição feminina, os contras do resultado serão decerto vencidos pelos prós. A educação idêntica para os dois sexos dizem alguns ser inútil porque os destinos do homem e da mulher são diferentes. Esquecem porém esses que pretendem conservar a mulher adstrita à educação fútil, às *prendas* que lhe são ensinadas com vista de prepararem-na para mais tarde agradar e deleitar o seu senhor, que muitas vezes não vem o marido e falta também o pão, outro que o da esmola. Esquecem os que mostram receios pelo sacrifício das graças da mulher no altar da afetação masculina que a vaidade faz parte essencial da natureza feminina, que o cultivo da beleza será a última coisa que ela deixará de praticar, como o desejo de agradar o último sentimento que nela se apagará. Esquecem os que a apontam descurando marido e filhos que, quando mesmo o amor conjugal não for de tão boa liga que resista às seduções da ciência, da política, do prazer ou da filantropia, o instinto da maternidade é absorvente na mulher e que não há tratado filosófico, eleição, baile ou missão que resista a um sorriso

ou a uma lágrima de criança. Esquecem ainda os que alegam que os laços de família ir-se-ão desatando cada vez mais nos Estados Unidos que esta aparência deriva não tanto da posição de igualdade alcançada pela mulher como de um característico de raça que torna os filhos não insubmissos mas avessos a dependerem exclusivamente dos pais e inclinados a dirigirem seus destinos. E se a família vai sendo uma unidade menos comum, depende tal fato também das circunstâncias da vida moderna que produzem o temor das responsabilidades e acarretam o egoísmo.

Os Estados Unidos oferecem inúmeras variedades da *new woman*, mas nenhum tipo comum no qual possa fixar-se atenta e minuciosamente o observador, porquanto aquela diversidade provém e provirá sempre da expansão individual de cada índole sobre a base dos predicados e defeitos de raça. Numa notaremos a reserva, na outra a ousadia, porque a independência deu a ambas a oportunidade de desenvolverem seus respectivos caracteres, além de robustecerem-nos com as qualidades que só dela podem ser derivadas. Não se pode pois absolutamente atentar que a *nova mulher* será uniformemente orgulhosa, dominadora, reclamando a primazia, desabrida de modos, nula senão insuportável como companheira. Haverá, como sempre houve, algumas desta espécie, mas também de outras espécies mais amáveis e atraentes; no todo é porém inquestionável que o sexo feminino ganhará com a evolução. A mulher grave, instruída, econômica porque tem experiência da vida, será sem dúvida mais proveitosa no lar, dar-lhe-á mais calma, nobreza e ventura do que a mulher frívola, sem cultura séria, pródiga e leviana, mesmo porque não tem um conhecimento seguro do mundo, que querem muitos consagrar como o tipo ideal da espécie. A educação e a liberdade nem sempre gerarão todas aquelas boas qualidades, mas elas terão certamente muito maior dificuldade em brotar da ignorância e da sujeição. O que valem os senões da fatuidade e do pedantismo da mulher *formada* junto da inutilidade e da corrupção moral da mulher mundana? Da educação e da liberdade é que poderão germinar a comunhão das inteligências, portanto um afeto muito mais levantado, e uma organização mais sadia porque mais racional da família.

Se um dos efeitos do movimento feminista for, como é de supor, a diminuição dos casamentos e dos nascimentos, porquanto a mulher encontrando facilmente ocupação e conseguindo às vezes glória, não abdicará

tão prontamente sua existência solitária, mas honrosa e satisfatória por um matrimônio pouco simpático, que mal haverá nisso? Em primeiro lugar a dificuldade estimulará o homem a apresentar-se melhor na liça, e os efeitos da seleção são bem conhecidos e visíveis na perfeição dos exemplares machos do reino animal, exceção feita da espécie humana. Depois o excesso de população é um mal econômico tão denunciado que só deverá ser útil corrigi-lo, e que melhor correção a que provém, não da restrição voluntária, mas da resultante natural das condições sociais, as quais por outro lado só traduzirão harmonia e felicidade?

.....

Capítulo V

A SOCIEDADE

É VULGAR dizer-se que nos Estados Unidos o dinheiro a tudo prima e em tudo aparece, e de fato assim é, mesmo pela razão muito simples de que o dinheiro aqui existe em maior quantidade e sobretudo em maior proporção do que em qualquer outra parte do mundo. Apesar dos esforços, da *vontade* de fugir ao contato materializador da fortuna, que alguns espíritos podem revelar, a fortuna surge a cada momento como a base da vida mundana, a razão de ser da elevação política, o principal motivo, tema e objeto de todo o desenvolvimento nacional. O espírito refugia-se, é verdade, nas lucubrações meramente intelectuais de que são teatro as livrarias e as universidades: porque até nos gabinetes dos inventores ele põe-se ao serviço da riqueza, cujo naturalismo se descobre constantemente, chegando a ofuscar o idealismo das doces e desinteressadas paixões literárias.

Por que toda a agitação da passada e memorável campanha presidencial? Pela dissidência entre o mono e o bimetalismo, os partidários do dinheiro caro e os do dinheiro barato, os defensores às claras ou às escondidas dos monopólios ou sindicatos e os que são ou dizem-se representantes das ambições senão cobiças das massas operárias. Por que a antiga e quase obsoleta divisão entre republicanos e democratas? Por causa da tarifa, que os primeiros queriam de exagerada proteção às indústrias nacionais e

os segundos antes como meio de obviar às despesas do governo. Por que é Fulano senador ou Sicrano diplomata? Porque Fulano ganhou alguns milhões nas minas ou em uma empresa de caminhos de ferro, ou como advogado de *trusts* e *corporations*, e teve a vaidade de querer figurar na política; porque Sicrano embolsou outros tantos milhões editando um jornal de notícias de sensação e declamações partidárias, que pôs habilmente e com felicidade ao serviço de um dado candidato à Presidência. Beltrano dá um baile esplêndido na sua galeria forrada de gobelinos trazidos de algum altaneiro castelo francês, no meio de maciços de orquídeas e de rosas que valem dois dólares cada uma. Quem é Beltrano? Um inventor de gênio, ou um audaz *pioneer* do Oeste, ou um lançador de cabos submarinos, sempre um *self-made man* enricado pelo seu trabalho e, não esqueçamos, pela sua inteligência.

Bourget insistiu, a meu ver com grande acerto, na soma enorme de talento de que precisa dispor o criador de uma dessas fortunas colossais que são a fábula do mundo e o orgulho dos Estados Unidos. Custa tanto labor mental edificar a fortuna de Jay Gould como escrever a *Comédia Humana* ou a *História Romana*, trabalhar como Balzac ou como Mommsen. A nós contudo, gente de outra raça posto que do mesmo continente, e bem assim aos europeus sobretudo latinos, sorri e enleva certamente mais o espetáculo da florescência literária que o da expansão industrial e comercial. Pecamos nisto contra o bom senso, mas não há dúvida que mostramos mais gosto e mais refinamento. Na luta pela vida nos valerá de pouco o requinte; todavia é origem de gozos incomparáveis, de uma beatitude espiritual que nada pode pagar e a que nada é superior.

De resto, a existência de uma classe de indivíduos cujas modestas fortunas acham-se empregadas com segurança, posto que dando pequenos juros, e aos quais é dado aplicarem seus ócios à literatura e à arte, é espetáculo que a Europa oferece também por causa da dificuldade que aí existe de fazer negócios muito lucrativos. As indústrias têm todas seus representantes afreguesados; o campo da iniciativa está deveras limitado. Na América do Norte, pelo contrário, são freqüentes os bons negócios, abundam os empregos remuneradores de capital. Tanto porém não desdenha a Europa este gênero de atividade que de quando em vez

surtem e medram especulações como a do cobre, a do Panamá, a dos diamantes do Cabo, que em troca de alguns ricos produzem centenas de infelizes.

Há outra causa mais a considerar e que no *Outre-Mer* se acha exarada com precisão. Tudo nos Estados Unidos é muito ordenado, muito predisposto, muito certo: falta a parte do desigual, do imprevisto, do pitoresco, noutras palavras da fermentação e do sofrimento que constituem o alimento e a base para a arte. Por isso há grandes artistas como há grandes escritores, sem haver uma grande arte ou uma grande literatura. A certeza da remuneração e do bem-estar numa atmosfera de calma pode assim representar uma desvantagem, ao mesmo tempo que é uma das vantagens desta democracia.

A sociedade americana, com ser realista, não é rude. Tomada no sentido geral, exala um perfume de honestidade, de singeleza e de capacidade digno de inveja. Tomada no sentido restrito, de boa roda, de círculo mundano, apresenta espécimens variados e interessantes, sempre dignos de nota. Afirma-se que a sociedade mais distinta, de mais nobres maneiras dos Estados Unidos era a do Sul, *ante-bellum*, como costumam aqui referir-se ao período que precedeu a guerra de Separação. Mrs. Beecher-Stowe, George W. Cable, Thomas Nelson Page e outros autores familiarizaram-nos com aqueles plantadores desperdiçados e aquelas senhoras dengosas em quem a energia da raça parecia ter diminuído, afundando-se num desdobramento de sociabilidade. Em Nova Orleans, especialmente, a cidade de mais cor local nos Estados Unidos, o prístino domínio francês, ainda hoje perceptível na língua e nos costumes como na edificação, parece que emprestava a essa sociedade igualmente fundada na escravidão e revelando as mesmas repugnâncias de cor, um tom de meiguice e familiaridade que debalde se procuraria no mesmo grau no Kentucky ou na Geórgia. Semelhante sociedade empobreceu e dispersou-se, sendo substituída por outra, de gente que para alcançar fortuna e posição fiava-se mais no próprio braço do que no braço do escravo. A nova sociedade podia ser menos cultivada, menos requintada, mas também era mais forte e mais criadora. Ela forneceu aos Estados Unidos a feição geral que hoje o domina, de uma plutocracia fundada muito mais na recompensa do esforço individual do que no mero acaso,

em que o trabalhador tem autonomia e consciência e espera melhorar de condição tendo diante de si o exemplo do seu patrão ou antes do seu camarada de ontem; de uma coletividade com robustez porque tem fé, fé em Deus e fé em si própria.

A convivência social é um traço generalizado em todos os Estados Unidos, porém em parte alguma exerce-se ela mais sistematicamente e com mais preocupação de bom gosto do que em Washington, cidade que atrai muitas das elegâncias e das fortunas dos estados para fazê-las brilhar perante o mundo oficial e o mundo diplomático. *Washington elegamment assoupie dans ses verdures et son fonctionnarisme* – diz-se da capital americana num livro francês sobre os Estados Unidos, publicado não há muito e inteligentemente observado.* Com efeito, é o que mais se vê em Washington: verdura e funcionários, além dos pretos que formigam, que inundam as praças e avenidas, que ocupam eles sós quarteirões inteiros, enchendo-os de jovialidade e de catinga. Quando aqui cheguei da Europa, em maio, a vegetação oferecia real esplendor ao mesmo tempo que uma aparência singular, a de uma flora de país temperado com todo o viço, toda a pujança tropical. As ruas sem exceção tão sombreadas como as clássicas alamedas – túneis de buxo, frequentíssimas nos jardins do século passado. Do terraço do Capitólio não se descortinava uma habitação ou um edifício. Sumiam-se todos na folhagem cujo lençol verde se estendia sobre a cidade, como que a resguardá-la do contágio da febre de outras cidades americanas.

De fato, Washington deveria ser considerada nos Estados Unidos como um lugar de repouso para os nervosos, uma estação de cura para os agitados, se eles aqui coubessem. No país inteiro não creio que possa existir outro aglomerado humano com igual calma, com tamanho ar de festa pacata, com um aspecto menos americano. A Casa Branca, cópia de uma vila italiana do século findo, a discreta elegância da qual sorriu tanto ao espírito singelo de Jefferson numa de suas viagens que ele a desenhou no intuito de dá-la por modelo da residência presidencial, harmoniza-se mesmo muito mais com a tranqüilidade bucólica do lugar do que os suntuosos edifícios que servem de abrigo às repartições federais

* M. Dugard, *La Société Américaine*, Paris, 1896.

e que, se não fosse alguma coisa de elétrico que está no ar e estimula o movimento, emprestariam a Washington um quê da grandeza melancólica de Munique.

Justamente defronte do Capitólio terminou-se há pouco a construção do mais soberbo edifício dos Estados Unidos, a Livraria do Congresso. A lei de propriedade literária determina neste país que, para garantia dos seus direitos, os autores ou editores depositem na biblioteca do Capitólio um exemplar de cada nova produção. Dado o enorme movimento das letras nos Estados Unidos, é fácil de compreender quão rapidamente e em que proporções tende essa biblioteca a aumentar. O número dos volumes já sobe a perto de um milhão. No palácio porém que a munificência do Congresso levantou pelo custo de 8 milhões de dólares, ou 40 milhões de francos, aos frutos da inteligência humana, haverá lugar para 4 milhões de volumes. Observava-me a este propósito o Sr. García Mérou, o ministro argentino que tão vivas saudades deixou no Rio de Janeiro e que agora representa com muita distinção o seu país em Washington, o quanto encerra de nobre e levantado tal estima pelos livros, quanto adiantamento moral revela semelhante veneração.

A impressão ainda cresce quando, entrando no edifício, cuja prodigiosa massa de granito se destaca quase leve no centro de um tapete de relva, deparamos com a admirável dupla escadaria de mármore, decorada com graciosos baixos-relevos e elegantes estátuas de bronze, e logo com a admirável sala central, *sous la coupole* onde a riqueza dos mármore só é comparável à da capela dos Médicis em Florença. Mármore azulado da Itália, mármore escuro do Tennessee, mármore fulvo da Normandia, todos os tons casam-se num conjunto harmonioso nesta sala octógona em que com as alterosas colunas, descanso da cúpula, alternam espaçosas *loggie* amparadas por balaustradas airosas.

Toda a decoração da livraria foi confiada a artistas americanos e se aqui ou além aparece certa falta de moderação nos dourados, que o tempo ainda não pôde de resto amortecer, ou transparecem certas demasias de luxo, o geral é, no entanto, de uma correção e de um gosto que não oferecem dúvida. Há umas pinturas murais de gênero pompeiano de excelente execução, e trabalho do Sr. Van Ingen, com quem primeiro tive o prazer de visitar o edifício, denota verdadeiro talento.

O edifício que, mercê da disposição de largos pátios interiores, recebe toda luz abundante, possui algumas alas exclusivamente destinadas à colocação dos livros em umas estantes de ferro que sobem da base ao topo da casa, divididas em nove andares. Nas alas restantes, existem doze amplas salas ou galerias, ricamente decoradas, duas para servirem de retiro aos senadores e representantes estudiosos, as demais sem aplicação imediata afora a exibição de livros raros e estampas. Em uma destas salas incumbiram o Sr. Van Ingen de simbolizar a fresco ou os oito departamentos federais – estado, interior, guerra, marinha, tesouro, agricultura, justiça e correios. Tomando como modelos senhoras da sociedade de Washington, algumas delas tipos de formosura, o pintor concebeu uma composição imaginosa conquanto sóbria, à qual emprestou o colorido mais pastoso e ao mesmo tempo mais suave sobre que os meus olhos têm descansado desde que me encontro em terras americanas. As vestimentas particularmente são tratadas com uma largueza de fatura combinada com uma doçura de tons quentes que indicam uma palheta tão opulenta quanto discreta.

Van Ingen é um discípulo de Bonnat, isto é, completou no *atelier* do eminente pintor parisiense a sua educação artística iniciada em Nova York sob a direção de Lafarge, o mestre a quem ele declara dever o que sabe e o que vale. É um exemplo, entre mil que este país nos proporciona, do muito que pode realizar uma inclinação servida por uma vontade. Há poucos anos regressou ele do Japão, onde por conta de um ricoço da Fifth Avenue fora estudar motivos de decoração, vivendo perto de um ano no meio dos naturais, da vida deles, habitando uma das suas frágeis e encantadoras vivendas, alimentando-se das suas comidas, dormindo sobre esteiras, sem manter sequer relações com europeus, todo entregue à penetração daquela arte feita de gracilidade e de paciência, de delicadeza e de fantasia. O exotismo não pesou, todavia, sobre a obra recente de Van Ingen. Os seus frescos, que não procuram absolutamente imitar a já espalhada maneira transparente e sutil de Puvis de Chavannes, se lembram alguma escola é a dos Reynolds e dos Gainsborough, o colorido rico, brilhante, mas ao mesmo tempo como que diluído pela umidade dos nevoeiros, destes grandes

representantes da pintura inglesa, tornado, todavia, mais vigoroso sob o céu americano.

Washington não consta, entretanto, só de edifícios majestáticos. Consta, e não é este o seu menor atrativo, de ruas inteiras das mais simpáticas, das mais conchegadas, das mais pitorescas residências, isoladas todas, de tijolo vermelho umas, outras de pedra branca ou escura, com a sua alfombra de relva diante da porta, os seus torreões presumidos, os seus pórticos garridos, os seus frescos alpendres e terraços. Calçadas de asfalto, largas e planas, as ruas e avenidas de Washington passam pelo ideal dos ciclistas. A velocipédia constitui aliás o divertimento capital de uma cidade onde os teatros, os concertos, as exposições de arte não primam pelo número e menos ainda pela qualidade.

Em todos os Estados Unidos é mesmo comum esta supremacia das distrações físicas sobre as intelectuais. A vida americana oferece boa dose de conforto e não menor dose de unidade, mas, muito mais ativa e muito menos cerebral, não dispõe daquele encanto, daquele refinamento da vida européia, que são os atributos de uma civilização velha e requintada. Ao cabo de alguns meses de estada no país, tal observação vai-se precisando em um grande número de campos. No literário por exemplo. Lê-se muito, muitíssimo nos Estados Unidos; a qualidade do que se lê é contudo em grande parte inferior. Não falando de um círculo restrito de profissionais e de diletantes de ciências e de artes, o que o público vulgarmente devora são novelas, não raro sem merecimento, e os excelentes *magazines*. Estes, muito numerosos, muito espalhados e muito interessantes, têm a vantagem de numa centena de páginas tratar de dez assuntos os mais diversos e dar de cada um idéia suficientemente clara e completa a quem não dispõe de tempo para aprofundá-lo, imerso em outros cuidados, absorto em outras preocupações. As controvérsias meramente literárias é evidente que não podem apaixonar semelhantes leitores.

Não significa, no entanto, este fato que seja pobre a literatura americana. Antes da Revolução, ela a bem dizer não existe, constando na Nova Inglaterra, mesmo a profana, de sermões e farisaísmo puritano. Com a Revolução é que tornou-se de teológica política, e por fim literária. Não passando do campo do romance, modernamente o mais

cultivado de qualquer seara literária, e nele englobando toda a produção de natureza imaginativa, não é pobre a literatura que logo no seu período bucólico conta um Washington Irving, cantando as montanhas do Hudson e a *prairie* com uma ternura inexcelável no seu estilo discreto e sossegado como o *knickerbocker* por ele ideado; um Fenimore Cooper, o desenhista do habitante selvagem daquela *prairie*, já meio depurado, ou antes, penetrado pela civilização ariana; um Aldubon, que com tanta suavidade e tão original verdade estudou e descreveu os pássaros que ali cantavam ou arrufavam suas penas. Hoje, se não merecem admiração quantos romancistas aqui pululam, notam-se vários de talento entre aqueles que, seguindo a tradição dos da minha pátria, não deixam de amar o romanesco com o patético, preferindo, porém, substituir o intuito teoricamente moralizador dos romancistas britânicos por um fim prático, cuja ausência e tão sensível no brilhante romance francês, que todo ele versa sobre o amor. O próprio Marion Crawford, o qual salienta-se por seu cosmopolitismo, tendo nascido, sido em grande parte educado e vivendo na Itália, e toma a Bourget por modelo em suas novelas um tanto rebuscadas de observação e de estilo, extrai do seu famoso *Mr. Isaacs* o conflito das educações no amor bem correspondido do hindu muçulmano pela inglesa protestante; assim como Cable na *Madame Delphine* encontra um desfecho para a sua aventura no casamento, apenas possível graças a uma mentira sublime, da heroína, em cujas veias corriam algumas gotas de sangue negro, com um branco puro.

O ligeiro pessimismo de Marion Crawford, que se encontra igualmente em Bourget e que provém antes de uma tendência geral européia originada na falta de realização da felicidade humana pelas aspirações liberais e pelo progresso industrial do que de uma preocupação de novidade, é que não é americano. O traço americano e o otimismo de Th. Bailey Aldrich, por exemplo, com a sua ponta de *humour* simples e ingênuo e, contudo sarcástico e divertido, que é comum nos ingleses, mesmo nos que, como Dickens, deixam-se tão intimamente comover pelo sofrimento humano. Do sarcasmo de Dickens *touriste* ainda hoje se doem os americanos, não tendo sido demais toda a benevolência de Bryce para fazê-lo esquecer. Todavia em seu zelo esclarecido pelas tradições da raça admiram e respeitam Dickens romancista, e de resto não podia a ação dos grandes

escritores ingleses deixar de ser poderosíssima nos Estados Unidos já que na falta de um passado próprio, a literatura americana não julgou, como a nossa, dever ir pedi-lo a outra raça.

Outros traços comuns aos dois povos são a sobriedade e o relevo das descrições, a um tempo concisas, exatas, sugestivas, nada traindo do esforço ou da convenção das de outras literaturas, de povos menos dotados de imaginação física, e a delicadeza do assunto no qual figura o amor mais como acessório do que como tema, sendo tratado numa atmosfera calma e virtuosa, nem por isso menos realista e que contrasta vantajosamente com a atmosfera degradante da maioria dos romances franceses, cujas raras flores de virtude desabrocham num tremedal e mais parecem produtos exóticos do que o fruto natural do meio.

Se em literatura o público americano prefere as qualidades julgadas menos literárias do sentimento e da imaginação às da observação e da análise, tampouco se deixa prender, como acontece *da outra banda*, pelo lado puramente artístico das coisas. Trata-se, por exemplo, de uma estátua erguida numa praça pública a qualquer vulto notável da história nacional.

Contenta-se o americano com que a estátua lá esteja, com ver mais uma vez honrado o nome de Lincoln, Garfield ou Grant. O francês ou o alemão considerará a estátua também sob o ponto de vista do gosto. Requer que, além da intenção, haja merecimento na execução, que a fisionomia seja semelhante, a postura nobre, os acessórios apropriados, o conjunto gracioso, que a obra seja de arte, não somente de patriotismo. Já estamos, contudo, longe do tempo em que a estátua equestre de Washington no *Union Square* de Nova York se ostentava pintada de cores, sendo necessário de quando em vez, por causa das chuvas, dar uma mão de azul à farda e redourar as dragonas do herói. Quando se lhe fala nesse espantalho, o americano tem um sorriso envergonhado, análogo ao que Ramalho Ortigão descobriu no holandês quando algum estrangeiro se refere à loucura das tulipas no século passado.

No teatro o que principalmente cativa o americano é o melodrama de paixões fortes, de cenas ruidosas. Que o autor possua fraco ou real talento de escritor, no sentido que lhe dão os profissionais, que a

interpretação seja correta ou apenas procure sê-lo, pouco se lhe dá porque tudo lhe parece bem. Pelo contrário o europeu, educado numa longa tradição de teatro, o italiano que no século passado ria com Goldoni ou chorava com Alfieri, o inglês que há três séculos ria e chorava com Shakespeare, exige muito mais da produção dramática e do desempenho. As primeiras representações são verdadeiras batalhas em que a platéia e o paraíso confirmam ou rejeitam a sentença dos críticos, decidindo do pleito. Um livro como a *Cabana do Pai Tomás* consagrou nos Estados Unidos um escritor porque arrastava para o debate um assunto, o mais palpitante da vida econômica americana. Um livro de psicologia, todavia, a observação mais penetrante da alma humana, digamos um romance de Balzac ou de Bourget, não estabeleceria pelos dotes unicamente literários a superioridade da personalidade do escritor, não o colocaria *ipso facto* entre as glórias nacionais: Grant tem dezenas de monumentos, Lincoln centenas; Cooper, Edgar Poe, Longfellow, creio que esperam ainda os seus.

Dois predicados literários contudo há que para o americano possuem peculiar sedução porque correspondem à sua natureza – a sinceridade e simplicidade das emoções. E como tais qualidades se encontram em maior grau à medida que caminhamos para onde pelo maior isolamento os distintivos de povo se vão conservando mais arraigados em frente à igualação das raças, também é nos escritos do Oeste e referentes ao Oeste que elas nos aparecem com maior clareza. Dá disto testemunho a coleção de contos por título *The Real Issue*, de William Allen White, jovem novelista de Chicago dotado de extraordinário talento, o qual sem pretensões de estilo nem de análise consegue efeitos admiráveis de sentimento, uma vibração de alma tão singela, mas tão tocante que involuntariamente as lágrimas acodem aos olhos.

Nas diferenças que acima expus e que são quase nuanças e não num contraste forte, imediato, brutal, na ausência também mais comum aqui de todo artifício moral, é que devemos procurar a confirmação do refinamento europeu a que aludi, e que falta nos Estados Unidos. Talvez haja para isto contribuído a carência de uma capital no sentido moral da palavra, sendo como Paris, como Viena no antigo império germânico ou Berlim no atual, o crisol das aptidões locais. Washington não é um centro

propulsor. Vive da vida artificial que lhe empresta a burocracia federal. Os políticos que a ela afluem não recebem influência direta de classe alguma importante do país; não estão em contato com os industriais, como estariam em Filadélfia, nem com os banqueiros, como em Nova York, nem com os professores, como em Boston, nem com os negociantes, como em Chicago. Não sofre decerto com a distância a influência poderosíssima do dinheiro. Têm sempre meios de fazer-se sentir. Sofre, porém com o isolamento o influxo diário, imperceptível e salutar da convivência e da educação. Repotreados nos *halls* ou encostados aos *bars* dos hotéis, rodeados por um cortejo e admiradores e de clientes, os políticos, mormente os do Sul e os do Oeste, conservam todos os prejuízos e todas as vaidades que transportaram e cujo peso nas discussões da causa pública é frequentemente apreciável.

Sem ser tampouco o centro social dos Estados Unidos, o qual não existe nesta federação, pode, contudo dizer-se de Washington que é o mais importante centro social, visto encerrar a sociedade mais eclética do país: ainda que não sociedade no sentido europeu, limitada, exclusiva, posto que mais em teoria, *triée sur le volet* ou que se supõe tal, porque a *sociedade* da capital americana, não obstante a sua *smart set*, compõe-se sem exagero de toda a sua população branca. Nas noites de recepção na Casa Branca (dividem-se em recepções por convites e públicas, mas parece que a afluência ainda é maior nas primeiras) sete ou oito mil pessoas, de ambos os sexos e de todas as idades, desfilam diante do Presidente da República e esposa, da esposa do Vice-Presidente e das *ladies of the Cabinet* ou esposas dos Secretários do presidente. É o aperto de mão elevado à máxima potência. Nas recepções semanais em casa dos membros do gabinete, dos senadores federais, dos juízes da Corte Suprema e dos ministros estrangeiros, comparecem os conhecidos e os não conhecidos, acotovelando-se, imprensando-se sem piedade. Para escaparem ao suplício, por si e por seus amigos, é preciso que geralmente as senhoras menos acostumadas a este burburinho escondam dos repórteres mundanos o dia em que costumam receber suas visitas, revelando-o apenas aos íntimos.

Decerto que nem todas as festas assumem tal aspecto. Os jantares, os saraus, todas aquelas para as quais se torna preciso convite especial,

fogem por sua natureza a semelhante ampliação democrática. Nem creio que em lugar algum dos Estados Unidos, nem mesmo em Nova York, seja tão evidente como em Washington a influência dos costumes europeus. Em verdade a França oficial já está um tanto à mercê das multidões festeiras; porém é inquestionável que na Europa deste século, antes que as modas americanas ali tivessem ultimamente penetrado com os casamentos transatlânticos, a feição social na alta sociedade era composta antes de discrição e modéstia no próprio luxo do que, como nos Estados Unidos, de exibição e fausto. E quanto mais aqui se caminha para o Oeste, mas se acentua este traço. Em Washington um *lunch* reúne comumente em volta de uma mesa 18 a 24 senhoras: em Chicago há muitos *lunchs* em casas particulares de 70 a 80 senhoras, sentadas como num hotel em pequenas mesas, e inventou-se agora um sistema de *lunch* progressivo que deve ter feito estremecer na cova os gastrônomos da têmpera de Alexandre Dumas pai ou do barão Brisse.

Por este sistema, que já se está estendendo aos jantares, mudam os convivas de mesa depois de cada serviço, sob o pretexto de verem-se e conversarem todos os convivas e de poder cada um sentar-se alguns minutos junto da dona da casa. Imaginem-se a que fica reduzido o doce prazer de uma hora de conversação com duas espirituosas vizinhas, tocando pela rama em todos os assuntos, discutindo de leve e com vivacidade pontos de literatura e de arte, dando mesmo curso à má língua, sem a qual não há conversação mundana possível e que é o espírito dos que o não têm. É verdade que nos Estados Unidos não se conversa nas reuniões; aperta-se a mão e abre-se o caminho de retirada pelos salões com mais dificuldade em proporção do que fura-se com um túnel o bojo de uma montanha. Num jantar *progressivo* a conversação, limitada à duração de um prato, fica forçosamente reduzida à troca de impressões sobre o estado do tempo e à apreciação das flores que decoram as mesas numa abundância posta em realce pelo fato de custar um dólar cada raminho de violetas. Ninguém tenta sequer a maledicência para não expor-se a repetir numa noite a duas ou três dúzias de pessoas o que era ou podia passar por observação de momento, sinal de espírito espontâneo, numa conversa de duas ou três pessoas.

A falta de hábito que ainda há na Europa das recepções monstros, que são moeda corrente na vida social americana, tem dado lugar a episódios engraçados. Por ocasião do jubileu da Rainha Vitória em 1897, Mrs. C., esposa de um dos membros do gabinete Salisbury, que é americana e filha de um antigo secretário da Guerra, entendeu dever inaugurar aquela moda em Londres, onde, aliás, as festas oficiais costumam ser extraordinariamente concorridas. O resultado foi uma confusão deplorável em que houve de tudo, desde trocas de casacos até atropelos de carruagens. O príncipe de Gales esteve quase uma hora no vestíbulo à espera que a sua carruagem pudesse avançar no tumulto, mas nem esta contrariedade causada ao augusto personagem logrará impedir a moda de propagar-se, porque o influxo dos dois continentes um sobre o outro torna-se cada dia mais palpável, posto a imitação americana da Europa, conquanto maior do que antigamente, seja agora mais surda do que antes da guerra civil, mais disfarçada, menos franca.

É uma história curiosa essa do fluxo e refluxo da ascendência moral, européia sobre a América do Norte, americana sobre a Europa ocidental. Nos fins do século XVIII e nos princípios do atual a influência dos Estados Unidos foi inquestionável, sobretudo durante a revolta das colônias contra a metrópole. Os toscos sapatões e as meias de lã de Franklin contrastando com as sedas e veludos de Versalhes fizeram quase tanto para a Revolução como as apóstrofes de Mirabeau. Sobreveio à independência americana a agitação européia determinada pelos acontecimentos de 1789. Foi o tempo do entusiasmo jacobino de Monroe, enviado em Paris, a que Washington aplicou uma ducha fria negociando o tratado Jay com a mesma Inglaterra com que Monroe, presidente, se entenderia para repelir da América as tentativas de intervenção absolutista e recolonizadora.

O jacobinismo de Monroe, não o esqueçamos, era só de doutrina, não de prática. As maneiras aristocráticas eram ainda as de aceitação. Com toda a sua simples bonomia Franklin, quando em Paris, viveu muito confortavelmente em Passy, sustentando carruagem e fazendo muita diplomacia nos contínuos jantares que dava às pessoas da corte. A ida de Jefferson para o Capitólio, no dia da posse, montado num magro cavallinho que ele próprio amarrou a um poste, é uma lenda. Certamente

Jefferson, em contraposição ao que para ele eram sestros antidemocráticos de Washington, do seu sucessor, o abastado advogado do Massachusetts John Adams, e em geral dos federalistas, banuiu da Casa Branca certas praxes de etiqueta, as quais segundo ele tresandavam a corte; o cerimonial porém perdurou e as praxes foram parcialmente restabelecidas pela influência de Dolly Madison, esposa do quarto presidente. Em 1814 os plenipotenciários americanos que assinaram o tratado de Gand usavam um uniforme diplomático, sucessivamente modificado e cujos últimos vestígios foram somente abolidos em 1867 para darem lugar à democrática casaca, quando, depois da subjugação do Sul e em harmonia com o decréscimo da hierarquia social, exageraram-se no campo político os princípios de singeleza e desafetação que sempre fizeram parte do espírito nacional.

Após o período absorvente de Napoleão, quando ao ruído das batalhas sucedeu o florescer das instituições parlamentares no ocidente europeu, encontramos de novo a influência americana em forte ação durante certo espaço de tempo, inspirando no seu apogeu a obra clássica de Tocqueville (1835) e em seu declínio o conhecido trabalho de Laboulaye (1855-66). Era o tempo em que Philarète Chasles escrevia as seguintes palavras:* “O que é ainda mais estranho [do que a queda das antigas instituições européias] e o que prova sem réplica a futura e inevitável dominação desta América para a qual seremos um dia o que foi o desmaiado Egito para a Grécia radiante, é que as idéias americanas nos invadem, nos apertam e usurpam cada dia mais espaço e mais poder. Não nos convêm elas absolutamente. Não têm analogia com nossas tradições, com nossa vida, com a acumulação de nossas populações e de nossas cobiças rivais. Pouco importa: cedemos à lógica das cousas e dos antecedentes, ao terrível *anankê* cujo jugo é impossível de quebrar. E por meio das idéias americanas que esperamos reanimarmo-nos, como os romanos esperaram um momento reviver por meio da infusão oriental que acabou de abatê-los.”

* *Études sur la littérature et les moeurs des Anglo-Américanis au XIXe siècle.*

Como acontece com a sombra dos que caminham do Equador para os pólos, as sombras da democracia entraram a alongar-se à medida que dos rubros entusiasmos os espíritos foram passando para as frias decepções. A infalível corrupção dos regimes populares, os próprios progressos industriais e científicos da Europa, os ciúmes da ascendência crescente da república anglo-saxônica no Novo Mundo reduziram a muito menores proporções a prévia admiração fanática pelos Estados Unidos, os quais por seu turno, tendo visto em casa aumentar prodigiosamente a influência da riqueza e substituir-se em parte o radicalismo econômico à igualdade social, seu antigo fito, entraram a beber no velho continente o amor da antiguidade, a paixão pela tradição, traços muito finamente observados por Bourget entre as classes cultas da América. Não poderei fixar em que grau, mas estou convencido de que esse respeito pelo passado, além de contrariar com a divulgação das noções artísticas a uniformidade caracteristicamente americana, contribuiu em boa escala para o desenvolvimento da filantropia, não por certo a das doações magníficas – que para estimulá-la basta à notícia dos sofrimentos físicos –, mas a das dedicações heróicas por motivos conscientes e razoáveis, que não são como os de outrora, superiores às idéias humanas e cabem dentro das exigências da natureza.

Este gênero de filantropia, que é a verdadeira caridade cristã sem misticismos pouco em harmonia com a época, é hoje geralmente muito menos comum: contudo já vimos como aqui pode desabrochar e Th. Bentzon fornece-nos admiráveis exemplos dela nos seus estudos de mulheres americanas, mais uma vez demonstrando que os Estados Unidos não são exclusivamente o país do dinheiro, em que todos falam, mas o país de um esperançoso germinar da espécie, fortalecido por uma aliança – a qual o rejuvenescimento católico americano procura incessantemente firmar e já se esboça – entre a riqueza e a virtude, entre a ciência e a energia, entre o capital e o trabalho; o terreno fertilizado pela atividade, que se

* *Revista Brasileira.*

traduz em ouro, mas donde também brotam algumas flores inapreciáveis de civilização.

Sabemos que a mulher tem sido um grande fator, o mais importante talvez, desta transição, desta educação moral. Sobra-lhes para isto o tempo, que aos homens escasseia na caça árdua da fortuna. Em qualquer reunião americana, sobretudo de dia, predominam em número as senhoras, que os maridos e pais estimam ver brilhar e distraírem-se, mesmo quando eles estão presos pelas suas tarefas, longe de acorrentá-las, como o comum dos maridos e pais brasileiros, aos seus prejuízos e aborrecimentos. No seu romance *Agareno** o Sr. Coelho Neto estuda, com a justeza de observação e delicadeza de execução que lhe são peculiares, esta nossa pecha nacional que tanto dificulta o intercurso social. Verdade é também que não possuímos vida de sociedade. A abolição da escravatura dificultando extremamente o serviço doméstico e acarretando o empobrecimento de numerosas famílias de tratamento, a par da crescente carestia da vida, e a mudança da forma de governo trazendo o desassossego e pondo em choque a intolerância das opiniões, acabaram de todo com a convivência mundana que os costumes pátrios já não animavam muito, e que as reuniões nas confeitarias da Rua do Ouvidor de há longo tempo andavam minando.

Nos Estados Unidos igualmente o serviço doméstico é difícil, além de muito caro; os serviços americanos distinguem-se pela insolência, os estrangeiros pela exigência. Daí o enorme aumento dos hotéis e casas de pensão. Quer em casas próprias, porém, quer em hotéis, os americanos visitam-se, convivem, trocam impressões e idéias, habituem-se a considerar as questões com mais clareza e as opiniões com mais tolerância. Tolerância, amenidade de trato, cordialidade de relações, inteligência de visão espiritual, cultura, eis o que em última análise produz a sociabilidade, segundo o provam os Estados Unidos. As festas oficiais podem ser modestas, a *vida de corte* não existir, a sociedade ser demasiado aberta pela ausência de classes ou as preocupações de riqueza nela eclipsarem o puro intelectualismo – aquele efeito salutar denuncia-se claramente, faz o seu caminho, eleva o nível de civilização do povo, dá-lhe foros afinal de nação não só forte como pensante.

Uma das atrações da vida de sociedade americana é, além da franqueza da sua hospitalidade, a franqueza do seu intercurso. A balda de hipócritas é com freqüência lançada aos ingleses, e não se pode dizer que sem razão. Na América, porém é indiscutível que, a não ser talvez na Nova Inglaterra,* cujo estreito puritanismo inicial tem-se, aliás, modificado extraordinariamente, essa hipocrisia deixou de ser característica. Os jornais são, ninguém o contesta, os espelhos em que se reflete a vida nacional: espelhos às vezes convexos ou côncavos, que deturpam a imagem, mas sempre espelhos. Tomarei, portanto como exemplo a discussão que há tempos lavrou na imprensa – quero dizer, em alguns jornais – sobre a suposta impropriedade de indivíduos dos dois sexos banharem-se em comum nas *salsas ondas*, ao invés do que acontece na Inglaterra. As opiniões recolhidas testemunharam eloqüentemente a carência de *pruderie* entre os americanos.

Num só hotel de Edgmere (Long Island) 225 hóspedes pronunciaram-se unânime e intrepidamente pelo sistema de banho nacional. Mui poucos, no total, partilharam do preconceito britânico. Conteí apenas um senador (sem ser o famoso Béranger francês), um antigo comissário de polícia, o *mayor* de Newport e um pastor metodista, tudo gente de juízo que deve andar um quase-nada calejado pelas agruras das respectivas profissões. Ao contrário o Dr. Price decano de uma *summer school* de teologia, aponta para o exemplo que ele quotidianamente fornece aos seus discípulos e mais espectadores, atirando-se bravamente ao mar na companhia de sua respeitável esposa. E não se julgue que é ele o único *minister* que assim pensa e procede. À porfia defende os *clergymen* a promiscuidade banear.

* Eis um fato recente que confirma esta asserção. Sr. Mackin, que levantou a Biblioteca Pública de Boston, tencionava oferecer um belo bronze de MacMonnies, representando uma bacante, nua já se sabe, para ser colocado no pátio daquele soberbo edifício, cuja escada principal é decorada de frescos magníficos de Puvis de Chavannes. Tal oferta se não realizou, todavia, porque o doador foi avisado a tempo de que os *trustees* ou administradores a recusariam por imoral, só querendo saber de bacantes vestidas. A estátua acha-se agora no Museu Metropolitano de Nova York, que aceitou a oferta.

Outras pessoas interrogadas justificam com anedotas verdadeiras a utilidade e segurança que a presença de bons nadadores oferece às nadadoras inexperientes ou temerárias.

Exclama com bom senso uma senhora que não vê absolutamente como prática um ato desonesto apresentando-se na praia em trajes de banho quando todas as tardes envergam trajes de velocipedista e quase todas as noites enfia um corpo de vestido decotado: e de resto por que motivo seria desonesto aquele traje diante dos *gentlemen* da sua amizade e o não seria diante do banhista ou dos homens do salva-vidas? Invocam outros o prazer proporcionado pela distração tomada em comum, às lições proveitosas de natação dadas pelo sexo forte ao fraco, os desafios que tanto dizem ao temperamento americano. A quase todos pareceu ridículo e até indecente insinuar-se sombra de malícia onde até agora só se tem visto inocente divertimento e benéfico esporte.

Escritores, homens de negócio, políticos, lêem todos pela mesma cartilha. A separação dos sexos na praia equivaleria à sua separação nos salões de baile, comenta Frank Tyles, o autor dramático. É o costume imemorial, é a nossa tradição, que nunca foi levada a mal, que nunca despertou a imoralidade, bradam em coro os demais. Os homens que combatem tal hábito, observa com espírito uma *miss*, devem por certo ter feios pecados na consciência. A mulher que os ajuda nesse prejuízo, ajunta outra *miss*, é sem dúvida malfeita ou tem o juízo pouco assente. E é curioso de notar que, então entre o belo sexo, não há discrepâncias a respeito. Velhas e novas pensam de igual modo, segundo as opiniões recolhidas às centenas em todas as praias, as mais elegantes e as mais burguesas, de Nova Jersey, Nova York e Rhode Island. Os casos em detrimento do atual sistema balnear hão sido raros, no dizer geral, e recebem sua maior punição na acre censura dos que deles recebem conhecimento. O joio acompanha sempre o trigo, desde o tempo das parábolas da Escritura. Além de que compete à mulher fazer-se respeitar. É força aqui lembrar quão poderosamente tem agido a maior liberdade do intercurso social dos dois sexos para aumentar entre o sexo apelidado fraco o sentimento de confiança, de segurança, que o torna, como se diz em inglês, *self respectful*.

Para mais, o sistema de promiscuidade é chamado o sistema americano, em oposição ao sistema de separação ou isolamento, chamado o sistema inglês. Ora o americano, como todos os povos coloniais tornados independentes, apegar-se com vigor a tudo quanto for de natureza a extremá-lo da antiga metrópole. Com o seu inestimável bom senso ele sabe, porém, conservar do inglês as grandes qualidades, alterando-lhe as ruins e tratando de suprimir os seus defeitos. Às vezes diferenças que não são radicais são contudo elevadas à altura de característicos nacionais: O inglês, respondeu uma das nossas entrevistadas, *faz lots of foolish things* (uma porção de tolices) que os *yankees* evitam. O proposto seria uma medida revolucionária, pondera por seu lado o Dr. Riggs, outro professor de teologia. Indecente seria certamente o sistema nacional, observa uma *old lady*, se os americanos usassem os trajes de banho grotescos e indecentes que estão em moda na Inglaterra e que exigem uma divisão absoluta das zonas balneárias, uma muralha bem alta entre eles. Com os trajes em uso, porém, é estúpido levantar essa lebre no país.

Convém, finalmente não esquecer quanto, como já ficou dito, é o americano respeitador do sexo feminino, sendo a livre, mas honesta, convivência um dos maiores encantos da vida social neste país. Rapazes e raparigas divertem-se sem maldade, passam o que eles denominam o seu *good time*. Para a mocidade as melhores festas, as distrações mais animadas: a rapariga solteira é sabido como reina despoticamente na sociedade. Em Washington, pouco depois de chegar, tive a honra de ser convidado para assistir ao casamento de uma filha do *congressman* A. Após a cerimônia religiosa antes dos noivos partirem para Nova York, onde iam embarcar para a Europa na intenção de percorrerem a Holanda em velocípede, serviu-se um lauto jantar. À mesa de honra, colocada no canto da sala e ornada das mais lindas flores que o mês de maio produz nesta região de galas vegetais, tomou lugar um bando de moços: os noivos, os seus amigos e amigas da mesma idade, isto é, os *ushers*, *brides maids* e *best man*. Nem padrinhos nem madrinhas. Nada de conselheiros encanecidos no serviço público, fazendo brindes compassados e lacrimosos. Nada de rechonchudas e pesadas matronas. Gente nova, gente alegre, para quem a vida é toda ilusão, para a qual o jovem casal podia olhar com satisfação e com esperança.

A promiscuidade balnear não em última análise mais do que uma das muitas distrações aqui proporcionadas à mocidade. Longe de estimular para o mal, dá motivo a refinar-se a cortesia, como vimos que sucede com o sistema de educação mista, e como acontece com a convivência nas lojas e escritórios. Bryce e outros escritores que se têm ocupado com seriedade dos Estados Unidos hão observado a influência que esse constante intercurso exerce sobre as boas maneiras, e mesmo sobre a moralidade nacional.

A vida de sociedade não pode, contudo, furtar-se a muito artifício, e tanto assim é que a própria linguagem usual americana, ao referir-se a ela, involuntariamente a compara com o teatro. Debutante chama-se a apresentação no palco mundano de uma menina; debutante esta, ingênua a que ainda não comparece oficialmente, mas não aparece menos endiabrada. Varia a idade do debutante consoante o desenvolvimento da apresentada e a vaidade das mães, cujo bem conservado frescor dificilmente se resigna às vezes confessar filhas de 18 a 20 anos. A cerimônia reveste particular solenidade, tendo lugar por ocasião de um chá (*afternoon tea*) adrede oferecido às relações da família da debutante, a qual inaugura nesse dia um rico vestido e assiste ao desfilar no meio das cestas e ramos de flores que durante todo o dia choveram, enviados pelos amigos adoradores. O fato da vida social nos Estados Unidos achar-se especialmente organizada para recreio e glória da gente solteira explica a freqüência dos matrimônios tardios entre as camadas ricas da população. A rapariga solteira até impera nos bailes e reuniões com exclusão das senhoras casadas, que têm de desforrar-se nos jantares. Para aquele segmento as melhores homenagens e os mais calorosos aplausos até o seu consórcio, que conta como uma retirada da cena ou pelo menos conta um abandono dos primeiros papéis pelas *dugazons*.

No campo, que aliás todos adoram desforram-se os americanos das convenções. Se a beira-mar o divertimento consiste nos prolongados banhos tomados em comum, e nas demoradas estações sobre a fina areia das praias, banhos de sol, nas montanhas (*White Mountains, Green Mountains, Catskills, Adirondacks*, outras muitas) as distrações inclinam-se naturalmente para as ascensões pedestres e o *camping*. As primeiras são amplamente conhecidas: constituem o pão nosso de cada dia na Suíça, no Tirol, nas outras regiões acidentadas da Europa. O *camping* parece-

me, porém, ser genuinamente americana, combinando as feições nacionais de sociabilidade e individualismo. Consiste simplesmente no fato de irem grupos acampar durante dias e semanas em tendas de lona ou mais freqüentemente em cabanas de toros ou pranchas num lugar retirado e solitário, no recesso de floresta à beira de uma lagoa ou no píncaro de um morro, bem em contacto, na mais suave intimidade com a natureza; virgem, ou não maculada pelas aglomerações humanas. Os guias cozinham para o rancho; entretanto durante a noite a fogueira que não só livra dos mosquitos como afugenta os morcegos e mesmo os ursos, que os encontram às vezes, indicam os atalhos silvestres que conduzem aos pontos de vista soberbos e aos riachos sussurrantes, onde estes se despenham sobre as rochas em cascatas ruidosas.

Tão espalhado e favorito é este costume que a filha do argentiniano Cornelius Vanderbilt, quando se casou em Newport com o filho do antigo secretário da Marinha Whitney, foi passar num campo a sua lua-de-mel. O *camping* é, contudo, uma feição típica da vida dos adirondacks, no Estado de Nova York, região de montanhas, lagos e bosques que serviu de cenário para romances de Fenimore Cooper que, balizada a leste pelos lagos George e Champlain, vai entestar pelo norte com o Canadá. Mais de mil lagos espelham nos vales que as montanhas procuram estreitar, lançando sobre a grama sempre virente inúmeros pelotões de árvores frondosas, precipitando-se pelas encostas, as quais dão uma vigorosa tonalidade verde de diferentes nuances, substituídas no outono, não pelo desconsolado amarelo, mas por um vermelho festivo, que converte em um hino alegre a geral melancolia dessa estação.

Entre as variadas belezas naturais da região dos Adirondacks avulta, entretanto, o Ausable Chasm, citam alguns como um espetáculo muito mais rico de impressões que o das famosas cataratas do Niagara. O rio Ausable*, depois de ter-se durante muitas milhas ora espreguiçado

* A antiga soberania francesa no Canadá, bem como as ocupações de territórios mal limitados, ao sabor das lutas com a Inglaterra, explicam a existência de muitos nomes franceses na região dos Adirondacks, onde aliás encontram-se hoje numerosos franco-canadenses, falando inglês mas conservando religiosamente em família o seu primitivo *patois* francês.

através dos milharais viçosos, ora arremessado num curso rápido de encontro às balsas e às pedras, precipita-se subitamente da altura de vinte e um metros, e o grande lençol d'água começa a correr numa garganta cuja largura máxima não excede doze metros e tem no mínimo seis, fazendo-a parecer ainda mais apertada às enormes formações perpendiculares de grés, que dos dois lados a esmagam com os seus trinta a cinqüenta metros de altura. Estas rochas afetam as formas mais imprevisas. Na extensão de duas milhas, que tantas tem o *chasm*, encontramos-las achegadas numa massa escura e inquietadora que quase obstrui o rio, *a porta do inferno*; desenhando com extraordinária parecença a cabeça de um elefante; representando um armário de centenaes de escaninhos, *o correio*; avançando angulosa e atrevida, *a sentinela*; aglomerando-se em uma construção elegante e arrojada, *a catedral*. Para aumentar o ar sombrio, misterioso, quase assustador do *cañón*, saudosos cedros crescem nas fendas das rochas e cobrem de uma vegetação espessa o topo das elevadas paredes, e as cavernas escavadas e pedregosas alternam com as grutas forradas de musgo e fetos e decoradas de flores estranhas, enigmáticas.

Lá bem no fundo corre impetuosa a água do Ausable, escura, triste, como que lembrando-se do sol que além a dourava e aqui nunca beija, atirando-se agora com a velocidade da flecha despedida pelo selvagem do seu arco, revolvendo-se logo em remoinhos de entontecer, furiosa, num desespero louco e inútil de prisioneira. Em certo ponto os visitantes que têm acompanhado o *chasm* a pé por uma estreita vereda paralela ao abismo, subido e descido escadas de acordo com a disposição das rochas e atravessado a garganta em pontes sob as quais a corrente ruge impotente, tomam um batel que ora a remo, ora movido pelo único impulso da água os conduz à saída do *chasm*, ao lugar em que o rio, desembaraçado das algemas, acordado do pesadelo, torna a deslizar desafogado, refletindo os milharais formosos e as balsas ramosas.

Os Estados Unidos, ricos em tudo, são também opulentos de paisagens deliciosas e vistas grandiosas, que dizem umas e outras com o temperamento dos seus filhos, no qual casa-se o amor do maravilhoso com o gosto das emoções discretas. Justamente um dos seus lugares de campo mais afamados constitui, neste país cuja capital política, para bem da des-

centralização dos divertimentos e do nivelamento dos costumes mundanos nacionais, não é propriamente ou em rigor a sua capital social, o mais brilhante dos centros sociais. Refiro-me a Newport.

– Como assim? Nunca estive em Newport? Não pode então avaliar o que seja: uma terra encantada, a realização daqueles contos de fadas que fizeram as delícias da nossa meninice. Chego de lá, bem que me arrependa do passeio. A exibição da riqueza é monstruosa ali, e quanto a mim, não posso levar à paciência que uns possuam todos os gozos e outros apenas tenham todas as privações. Semelhante impressão tortura-me os nervos e põe-me doente.

Quem assim falava-me não era, como à primeira vista parecerá, um anarquista raivoso nem mesmo um socialista doutrinário de fria exaltação, mas um digno funcionário da República, como tal interessado na ordem e cabendo-lhe zelar os interesses conservadores. Palestrávamos na *piazza* de um hotel de Block Island, batida pelo ar salino do oceano que a nossos pés se desenrolava numa imensa massa azul-ferrete, sobre a qual a lua refletia-se suave e discreta, menos brilhante do que os olhos incisivos e ardentes do meu interlocutor. Este tipo de americano não é contudo vulgar. No geral eles não sentem inveja nem rancor, antes mostram um determinado orgulho nacional dos seus *multimillionaires*. Preferem-nos talvez, em todo o caso dispensam-lhes uma consideração que, por ser menos ruidosa, não deixa de ser ainda mais convencida do que a tributada aos seus grandes estadistas e aos seus gênios militares. Aqueles são também os seus heróis, os seus conquistadores, visto serem os representantes mais acabados e genuínos da sua extraordinária civilização industrial. As jóias de Mrs. Vanderbilt ou de Mrs. Bradley Martin são comumente citadas com um desvanecimento igual ao do espanhol descrevendo as coleções históricas da Armeria. As vivendas suntuosas de Mr. Astor ou de Mr. Goelet são mencionadas com a prosápia de um francês referindo-se a Versalhes ou Fontainebleau. Tudo isso constitui na verdade uma afirmação de riqueza e de poder que pressupõe esforços hercúleos, e por que não juntaremos que nada existe de mais belo nem de mais moral do que a recompensa do trabalho, a qual deve ser-lhe proporcionada?

Acontece todavia que as fortunas acumuladas e transmitidas a descendentes já não correspondem a tal intuito e até geram a imoralidade por meio da ociosidade e do luxo, estimulando os rancores dos desprotegidos da fortuna. Os ricos nem sempre se persuadem de que, já lhes não cabendo hoje em dia pela justa suspeição dos pobres o governo da comunidade – ao que devem resignar-se, porque na falta dos reis absolutos a sua tirania seria a da pior espécie –, compete-lhes, para justificação da sua existência como classe e mesmo da sua riqueza, esforçarem-se pelo progresso humano nos vários campos de atividade, física e intelectual. Se porém em alguma parte eles para semelhante fim contribuem, é nos Estados Unidos, graças à atmosfera de trabalho na qual respiram e em quase todos foram criados.

Que melhor exemplo que o do filho do milionário Rockefeller, há pouco saído de um *college*, onde graduou-se, e empregado nos escritórios da Standard Oil Company, aí trabalhando tanto quanto qualquer escrevente ou guarda-livros? O herdeiro da maior fortuna do mundo, junto à qual decoram as opulências das Mil e Uma Noites, tem por únicas distrações, ao que referem os cronistas, um passeio a cavalo pela manhãzinha, antes do almoço, e o seu violino, que costuma tocar à noite acompanhado ao piano por uma de suas irmãs, nas pacatas reuniões de família da modesta vivenda do grande argentário.

Representando os grandes argentários o elemento de certa forma dominante da vida nacional e sendo aqui prestado verdadeiro culto ao sucesso, não admira que os jornais americanos acompanhem tão miudamente as ações daqueles personagens. Não há dia para assim dizer em que a imprensa não registre um gesto de Mr. Rockefeller ou um piscar de olhos de Mr. Vanderbilt. Do primeiro já tratei, como me cumpria. Quanto ao segundo – refiro-me a Cornelius, o chefe da casa – ninguém que haja passado dois meses nos Estados Unidos e leia as gazetas pode ignorar que, apesar dos milhões paternos, ele começou a vida trabalhando como caixeirinho de banco; que acostumou-se pois desde novo ao trabalho e à economia; que, antes que a paralisia o prostrasse, vivia encerrado no seu escritório, às voltas com os papéis e negócios referentes ao seu gigantesco sistema de vias férreas, que abrange a mais rica porção do país, labutando

desde pela manhã até a hora de jantar, para assistir ao qual nem tempo tinha de enfiar uma casaca; que o tempo que lhe sobra da fiscalização da sua riqueza o dedica na maior parte a numerosas obras espirituais, filantrópicas e de educação, e na menor a colecionar objetos de arte e livros raros. Fica-se até sabendo o que almoça e que costuma fazer suas abluções matinais numa banheira de ônix.

Os pimpolhos destas casas ricas (falecem os adjetivos para qualificá-las, e por isso temos de voltar ao mais simples) são tratados pelos seus compatriotas com o mimo dos antigos morgadinhos no meio dos dependentes da casa senhorial que encarnavam. Parecem filhos da nação em vez de filhos de seus pais, e tanta e tão simples ternura coletiva chega a evocar as tocantes melodias da *Filha do Regimento*, que as complicadas instrumentações wagnerianas pareciam ter enxotado.

Uma vez deparei no *Herald* com esta epígrafe – Consuelo em Windsor. Pensei que se tratasse de alguma cantora ou dançarina espanhola, qualquer rival da *bella Otero*, que a rainha Vitória tivesse tido a curiosidade de ouvir ou ver. Lendo porem o texto do telegrama que se seguia à epígrafe, vi que tratava-se de uma visita feita à soberana da Grã-Bretanha pela muito ilustre duquesa de Marlborough (Consuelo Vanderbilt). O leitor americano não se enganaria como eu. Já sabe que não há, para o país, outra *Consuelo* senão aquela filha do novo Crespo cujos milhões projetam-se em uma luz cintilante sobre o brasão do vencedor de Malplaquet.

Acerca desta mesma dama, quando estava no seu estado interessante, comunicou o *World* aos seus leitores, no tipo maior dos seus caixotins, que achava-se *attended like a queen*, isto é, que a rodeavam os primeiros médicos da real câmara. O país respirou. Quando chegou a dar à luz, o telégrafo deu conta diária do estado da mãe e do filho, descreveu o berço e o enxoval do novo descendente do cupido favorito da rainha Ana, não omitiu pormenor algum. O país sorriu de ternura. Pouco depois o jovem Cornelius Vanderbilt, III do nome, que casara-se contra a vontade paterna, reconciliava-se com a família por ocasião do nascimento do seu primeiro filho, e tal reconciliação fazia mais barulho na imprensa americana do que a do Kaiser com Bismarck. O país sentiu todo uma impressão de alívio.

A elevação de Lord Curzon, casado com a filha do antigo comerciante de Chicago Levi Z. Leiter, a vice-rei da Índia, foi motivo de regozijo nacional. Os jornais insistiram até à impertinência em que a gentil americana ficava *ipso facto* na posição imediata à da soberana, acima mesmo dos príncipes de sangue, e, deslumbrado, o sogro do feliz mancebo fez-lhe presente, para lustre do cargo, de três casacas de seda de cores vistosas com condecorações em brilhantes, que são usadas pelos vice-reis em Calcutá e ficariam a matar numa mágia do Chatelet.

Newport é, como todos sabem, o viveiro principal destes magníficos rebentos de exportação. Encontrando-me quase defronte, em Block Island, nada me era mais fácil do que atravessar para o continente, e a forte sensação experimentada pelo digno funcionário da República e tão amargamente traduzida acabou de decidir-me ao passeio. Tomei um dos vapores que fazem o serviço diário entre as duas praias, um desses típicos vapores americanos de imensas rodas e duas ou três ordens de camarotes acima do convés, pesados e espaçosos como uma nau portuguesa da carreira da Índia, posto que não possuindo a suprema elegância das suas amplas velas e da sua emaranhada cordagem. Menos de duas horas depois saltava em terra, depois de ter atravessado uma verdadeira esquadra de iates de recreio ancorados no porto, brancos e airosos como um bando de gaivotas, com os seus tombadilhos cuidadosamente esfregados, os seus metais polidos e reluzentes como espelhos, as suas acomodações luxuosas veladas por cortinas de cassa e de seda. Dentro em pouco verificava que o digno funcionário da República descrevera tão-somente a realidade.

Newport é com efeito uma terra de encantos. Creio que em parte alguma do mundo concentra-se em tão pequeno espaço uma tão prodigiosa florescência de luxo. Sucedem-se sem interrupção as residências nos mais variados estilos, admiráveis todas, imitando esta um palácio florentino, daquela arquitetura robusta e arisca que Thiers tão bem chamou a arquitetura das guerras civis; copiando outra um gracioso castelo francês da época de Luís XIII, com as suas torrinhas esguias, os seus cogumelos delicados, as suas frontarias esculpidas; assemelhando-se uma terceira a um mosteiro espanhol com a sua disposição quadrangular, as

suas janelas singelamente rasgadas nas paredes lisas, os seus alpendres cortando o azul do horizonte com a linha rústica dos seus pilares. Aqui levanta-se um *chalet* suíço revestido de hera; acolá uma *farm* inglesa rodeada de campos de fresca relva onde pastam nédias vacas; mais além um grandioso palácio da Renascença surgindo entre maciços de flores lindíssimas, entre as quais as hortênsias mais formosas que tenho contemplado. À esquerda, uma vila romana quase banhando a base das suas brancas colunas nas águas calmas da Bahia. À direita, uma construção rústica elevando-se entre urzes e outros matos em que predomina o *golden rod*, essa flor nacional que dizem encontrar-se nos Estados Unidos *from lands of snow to lands of sun*.

Há um passeio chamado o *Cliffs walk* que se estende por três milhas ao longo do mar, dominando-o do alto, e onde vêm terminar, sem muros nem grades que os interceptem, os soberbos jardins e úmidas alfombras de relva daquelas casas. Não existe aí uma só nota que desmanche ou atenuie a impressão incomparável de opulência e de fascinação fornecida por esse espetáculo no qual o oceano – é dizer tudo – mais parece entrar como um comparsa do que como protagonista, contribuindo para o triunfo da plutocracia americana.

Muitos outros lugares nos Estados Unidos devem seu embelezamento à munificência dos argentários. Na costa da Geórgia existe, oito milhas distante de Brunswick, a chamada ilha dos milionários (Jekyl Island), de 11 milhas de comprimento e 2 de largura, pertencente a um *club* de Nova York que a comprou por 125.000 dólares quando apenas era um areal entremado de matas e alagados, e à força de dinheiro a transformou numa aprazível estação de inverno ciosamente guardada contra os intrusos. Ninguém ali desembarca sem convite e os vapores passam ao largo. Apenas os membros do *club* têm direito de residência e vão durante a quadra fria refugiar-se, nas bouças sempre verdes e aromáticas, dos *blizzards* do norte e distender os músculos em vários exercícios, entre os quais prima o da caça. Patos e perus-bravos, faisões, veados, javalis, codornizes, rolas, tarambolas, galinholas, nada falta para a distração desses opulentos Robinsons Crusóés.

O *multi-millionaires* constituem em certo sentido a aristocracia desta democracia, cabendo-lhes tal nome pela situação culminante que legitimamente ocupam na hierarquia, e também pelo influxo que naturalmente deles recebe toda a vida pública. Não são nem podem todavia ser uma perfeita classe aristocrática porque, como Godkin* finamente observa, os homens ricos na América não possuem aristocracia anterior a eles para imitar, nem tradições, obrigações ou costumes de classe ou família a respeitar, cumprir e seguir. Podem gastar o dinheiro como lhes apraz, vivendo da forma que querem, sem um quadro fixo, o que não é positivamente em benefício das boas maneiras, as quais requerem ser adquiridas pela observação e estabelecidas pela continuidade. Não basta a qualquer ser rico, é mister ainda alcançar o ponto de vista e as qualidades da aristocracia, no sentido de gente que tem estudado e praticado longamente a arte social. Há entretanto que contar com um fator, ao qual já me referi, e que é a ação que sobre a sociedade americana exerce a Europa, inspirando-lhe não só a cultura e o refinamento que a sua civilização muito nova não poderia sozinha produzir, como inoculando-lhe o que de alguma forma pode chamar-se os defeitos ou senões das velhas civilizações.

Nenhum mais palpável do que essa à primeira vista estranha preocupação do nascimento, numa terra habitada por descendentes em grande maioria de pobres emigrantes, e cujos *representative men*, se não são homens que edificaram eles mesmos a sua fortuna, são filhos ou netos, nunca mais, de indivíduos que subiram da indigência à opulência. Não é porém para os pensadores um dos característicos das democracias o furor da concorrência originado na ambição febril de elevarem-se alguns acima da igualdade a que a lei compele a comunidade? Demais as relações criadas na boa sociedade do Velho Mundo, os laços de família contraídos com esta, levam muitos americanos a pretenderem filiar sua ascendência num tronco fidalgo ou pelo menos de burguesia reputada.

* *Problems of Modern Democracy.*

Sujeitos há em Nova York e outras cidades cujo meio de vida, aliás rendoso, consiste em fabricar genealogias (*pedigress*) para ricos que desejam aplicar um pouco do seu tesouro a dourar e pratear o fundo de um escudo de armas. É tão geral, tão admitida esta preocupação, que no próprio Capitólio de Albany, onde funciona o Congresso do Estado de Nova York, acabam de ser talhados na pedra da frontaria os brasões de vários governadores que a eles têm ou imaginam ter direito. Entre semelhantes favorecidos do nascimento acham-se o ex-presidente Cleveland e um Mr. Flower, falecido há dias, que ouvi num comício e cuja figura de vendelhão abastado era inteiramente o contrário do que se pode conceber por distinção nativa. Suponha-se que durante o Império, no Brasil, algum presidente mais dado a assuntos heráldicos do que a generalidade dos nossos compatriotas tivesse se lembrado de mandar esculpir na fachada do palácio do governo de Pernambuco os brasões de muitos e verdadeiros aristocratas, de nascimento e de maneiras, que aí residiram oficialmente, do marquês do Recife, do conde da Boavista, do visconde de Camaragibe, por exemplo; como não se levantaria a opinião, como não flagelaria a imprensa esse presidente que assim pretendia enxertar numa terra democrática a planta parasita da fidalguia hereditária?

Pois em Nova York chegou o sestro genealógico a tal loucura que fundou-se uma sociedade – *The Order of the Crown* – para fazer parte da qual é necessário demonstrar descendência direta de um rei. Poderia imaginar-se que poucos descendentes de rei se encontram nesta República. Puro engano. Abundam como mosquitos à beira d'água. Mrs. Astor, Mrs. Vanderbilt, Mrs. Earle, centenas de outras damas ricas, contam entre os seus antepassados nada menos do que Alfredo o Grande, Guilherme o Conquistador e Carlos Magno. Não há dificuldades que os fabricantes de *pedigress* não vençam para satisfazer clientes milionários, e uma das menores é realmente atribuir àqueles famosos monarcas da Idade Média foros de pachás prolíficos. Em Boston existe um *club* cuja admissão só é facultada aos que podem dar prova de não sei quantos *quartiers de noblesse*, exatamente o que se requereria para a

apresentação na corte ou entrada nas escolas militares da antiga França realenga.

Não se pode levar mais longe a admiração do passado, cujo fogo sagrado é entretido pelas Damas Coloniais, dama da 1812 War Society, netas da Revolução, ordem do *Mayflower* (escuna que transportou os primeiros puritanos para Plymouth) e outras associações, cujos capítulos, de uma dama por Estado, reúnem-se regularmente e tomam perfeitamente a sério sua missão, no seu amor tão humano pelas distinções e na sua absoluta ignorância do ridículo, que é, na justa fase de um moderno cronista francês, uma força imensa para a cultura da iniciativa. Provém por certo essas exagerações, que chegam a resultados burlescos como a aclamação de Miss Lavinia Dempsey como Rainha pelo círculo das damas holandesas da Nova Zelândia, as quais dizem-se descendentes exclusivamente de soberanos dos Países-Baixos*, da curiosa condição social de uma democracia em constante fermentação, assistindo a vertiginosas ascensões e quedas de fortuna, bebendo na educação o carinho pelas coisas idas e desejosa de conservar um laço moral entre os que por vaivéns da sorte não pertencem mais à mesma sociedade. Como porém é impossível em uma democracia como a americana, e malgrado todos os propósitos de rigor, limitar um movimento coletivo, o círculo a começo restrito tende a alargar-se tanto que deixa de produzir seu efeito desejado e perde o melhor da sua significação. A fim de obter um círculo deveras exclusivo seria recomendável, no dizer de um espirituoso cronista americano, a não querer reclamar descendência dos sete sábios do Egito, organizar a associação dos netos da guerra de Trípoli, demonstração armada feita no Mediterrâneo no

* Lavinia I foi aclamada pelas súditas no grande salão de baile do Waldorf-Astoria, custando-lhe a cerimônia 10.000 dólares afora o cetro e a coroa orçados em nada menos do que 30.000 dólares. Nada faltou para abrilhantar a festa, por alguns irreverentemente qualificada de mascarada: nem os arautos, pagens, mestres-de-cerimônia de cabeleiras empoadas, hino e manto real, diadema e ceia para 600 convidados, aos quais se agregaram furtivamente 300 curiosos, que ajudaram nas ovações, e na ceia principalmente.

princípio do século por alguns navios da jovem República americana e da qual poucos hoje se lembram.

A nova Ordem da Coroa tem naturalmente por insígnia, para ser usada nas ocasiões solenes, uma coroa segura ao ombro direito por uma larga fita a tiracolo, que faz o efeito de uma grã-cruz. Para justificar a régia descendência e poder portanto usar do aludido distintivo, um jornal americano fornece aos seus leitores a receita, sem aumento de preço. Procura-se ou na pior hipótese inventa-se uma árvore de família; será extraordinário caiporismo ou boa fé se entre os centenares ou milhares de ascendentes emigrados para a América algum se não encontrar menos obscuro, possuindo genealogia própria na Old England. Uma vez descoberto este sujeito, que não precisa ser nenhum Cecil ou Seymour, mas basta estar alistado entre os fidalgotes rurais ou comuneiros (*landed gentry or commoners*) dos séculos XVI e XVII, torna-se muito mais fácil subir os degraus do trono. A genealogia da família com certeza deve ter sido estabelecida e arquivada pelos arautos, funcionários para este fim comissionados no século XVI, e é bem provável que algum antepassado houvesse desposado a filha de um barão (*of the realm*) que por seu turno tivesse obtido em matrimônio a filha legítima ou bastarda de um dos velhos reis da Inglaterra. O fato das princesas inglesas, legítimas ou ilegítimas, consorciarem-se com nobres da corte era costumeiro antes da República, e ainda hoje encontram-se exemplos dele nos casamentos do marquês de Lorne com a princesa Luísa e do duque de Fife com a filha mais velha do príncipe de Gales.

Outra sociedade porém existe que a esta leva a palma no exclusivismo – a Baronial Order of Runnymede, da qual só podem ser membros os descendentes na linha masculina de algum dos quarenta fidalgos que coagiram o rei João a assinar a Magna Carta. Esquecem-se apenas os que se pavoneiam de tão ilustres avoengos que oito dos quarenta famosos barões morreram sem descendência, que nove décimos da progênie dos outros desapareceram nas guerras temíveis das Duas Rosas, e que um único inglês, lord de Ros, pode hoje provar sua ascendência masculina além do século XI.*

* “The Genealogical Craze”, no *Evening Post* de Nova Iorque.

De resto, se não possui muita nobreza própria, a plutocracia americana está adquirindo-a ... pelas alianças. As americanas ricas sabem de cor o *Almanaque de Gotha* e conhecem todos os partidos vantajosos da Europa: vantajosos, no seu dizer, são os que aliam um velho nome a uma figura decente. É incalculável o número de nobres francesas, de príncipes italianos, de simples baronetes britânicos (com respeito aos ingleses é que elas são menos exigentes de títulos) casados com americanas. De ordinário, como já tive ocasião de dizer, superior aos pais e irmãos, isto é, aos homens da sua nacionalidade, pois que dispôs de mais ócio e meios de cultivar sua inteligência, ambiciosa, audaz e dominadora, a mulher americana está exercendo sobre a sociedade européia uma ação considerável que a literatura de imaginação já anda estudando há tempo e que reflete-se com bastante nitidez em sua atual produção.

Por outro lado é muito comum entre os romancistas americanos transplantarem a cena dos Estados Unidos para a Europa, o que apenas corresponde à facilidade de deslocação dos seus personagens. E não se nota isto somente nos que pela residência tornaram-se cosmopolitas – um Marion Crawford, o desenhador de Sarasinesca, ou um Henry James, o criador de Daisy Miller, de maneiras mais desembaraçadas do que as admite a educação européia – mas naqueles mesmos que mais possuem o sabor do *terroir*. Parece que lhes não bastam as paisagens pátrias e que à sua inteligência tornou-se indispensável o acabado das paisagens européias para preencher o vazio de cultura, e corrigir o aspecto primitivo do que ali ainda não sofreu o contato civilizador do homem.

É mister entretanto observar que a preocupação do nascimento não confina-se ao círculo mundano dos americanos, nem representa um puro esnobismo derivado da convivência européia. Possui em sua generalidade uma significação mais elevada, formando uma das muitas faces dessa tendência para o melhor, desse anelo de progresso que pulsa nas veias da população norte-americana e que desde princípio a conservou a distância do abastardamento resultante dos cruzamentos com raças inferiores. Procurou-se sempre conservar pura a raça branca, e mesmo entre esta exerce-se uma certa seleção consciente na qual entram como fatores o vigor físico e a limpeza de origem. Por isso a raça americana vinga e prospera num

meio cujas condições eram indubitavelmente inferiores às nossas, em vez de definhar fisicamente e atrofiar-se moralmente. Por isso todo o país exala esse perfume de adiantamento que o torna tão simpático à emigração dos outros continentes, e desperta nele o apetite de expansão civilizadora que os povos menos aptos ou preparados para a luta invejam e denigrem como meras fantasias de conquista e ambições de mando.

Aqui olha-se muito para trás para procurar tradições e incitamento, e olha-se mais que tudo para o futuro como encerrando com toda a certeza a plena maturação dos destinos nacionais. Não se busca porém no achincalhamento de tudo quanto representa o passado a ilusão do modernismo e a aparência do progresso. Um povo pode existir sem nobreza de sangue, pode ser grande sem brasões de família, é verdade, mas o prurido por um lado quase ridículo de procurar estes e aquela denuncia por outro lado a vontade de contar gente com ascendência ilustre, a saber, com exemplos próprios de fortaleza e de glória, com estímulos para o grande e para o bom. Encarado nesta luz, o sestro das genealogias assume um feitio simpático e revelador do caráter americano.

A ternura pelo passado, que a freqüência dos monumentos europeus apenas serve para aumentar, tampouco indica simples vanglória de *parvenus*, que podem acumular tesouros de arte e roubar aos seus primitivos possuidores as jóias do antigo engenho: indica pelo contrário o amor em si de tais produtos e a necessidade espiritual de ir procurá-los nas fontes de onde corre a sua cultura. No outono de 1897 abriu-se em Boston um hotel intitulado Touraine, que é em algumas escadarias e salões e em muitos detalhes da ornamentação a reprodução do castelo de Blois, famoso tanto na história política como na história artística da França. A flor-de-lis da antiga realeza predomina como motivo de decoração desde os lustres até o serviço de mesa. Hospedei-me aí por acaso no dia da abertura e vi magotes de gente desfilar pelos corredores e apartamentos. Pois não era absolutamente com a impertinência com que alguns republicanos imaginam que deve ser tratado tudo quanto data de antes da Revolução, mas sim com respeito e emoção, que os visitantes mais ilustrados olhavam para aquele conhecido símbolo de uma monarquia decaída. Os ignorantes mostravam apenas o desejo sincero de conhecer-lhe a significação e importância.

Uma senhora de idade, sentada a meu lado na biblioteca do hotel, folheava com impaciência a obra de Guizot e mostrava viva curiosidade de bem conhecer certas particularidades históricas relativas ao castelo de Blois ao tempo dos Valois, que pude explicar-lhe pela rama, com tão grande contentamento seu que declarou-me ingenuamente que não dormiria descansada aquela noite se não tivesse podido verificar a exatidão das suas idéias. A flor-de-lis não assustava aquela filha do Massachusetts, da comunidade que foi o berço da democracia americana. Ela sabia perfeitamente que o profundo liberalismo das instituições da sua pátria e o sentimento de verdadeira igualdade que prevalece nos costumes nacionais não são de modo algum incompatíveis com a veneração do que foi outrora grande, do que já correspondeu precisamente às necessidades do desenvolvimento humano, do que contém tanto ou mais glória do que o presente, bem que este já careça de novas condições de existência e de novos moldes de adaptação. Uma nação só pode aspirar ao poder quando chega a possuir e revelar uma tamanha confiança na estabilidade dos seus fundamentos e na perfeita continuidade do caminhar da sociedade humana.

.....

Capítulo VI

O FIGURINO POLÍTICO

O

ESTADOS UNIDOS são o nosso atual figurino político, como o foi a Inglaterra durante o período do constitucionalismo monárquico. Os nossos legisladores recorrem hoje a Hamilton e Marshall, Story e Cooley, como os de então invocavam Blackstone e Bagehot, Freeman e Macaulay. A nossa Constituição, salvo ligeiras diferenças, foi moldada na americana, e até há quem queira imitar os burlescos e as desonestidades da grande república, onde a percepção do ridículo não medra, tão vasta é a sombra projetada pelo orgulho nacional, e onde a imoralidade política, posto que corrosiva, deixou de ser uma enfermidade fatal para o organismo social, desde que a gestão dos negócios públicos não é genuinamente representativa, e anda de ordinário atribuída a bandos que sistematizam a seu jeito e talante a votação popular. A imitação política dos Estados Unidos, que impôs-se no Brasil depois da Proclamação da República por efeito das novas instituições dali transplantadas para o nosso solo, era de resto o resultado de uma orientação latente, por certo então mais instintiva que consciente, mas em todo o caso mais espalhada do que muitos acreditavam, e agora avolumando-se cada dia e ao mesmo tempo ganhando em transparência pela ação natural das circunstâncias.

Copiar uma constituição é uma coisa, aplicá-la porém é outra. Não só um povo não pode imitar na perfeição o que é da essência de outro

povo, como vai grande distância da “teoria literária” do pacto fundamental de uma nação à sua prática ou aos usos políticos que àquela se sobrepõe. A Constituição americana por exemplo reconhece e define os três conhecidos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que aparentemente existem e funcionam segundo as disposições da lei orgânica e com o perfeito equilíbrio aí previsto e preparado; mas podemos dizer com um escritor americano que nos tempos normais o governo dos Estados Unidos não passa de fato de um despotismo quase irresponsável partilhado por cinco ou seis homens, a saber, o Presidente e seus secretários de Estado e do Tesouro, o *speaker* ou presidente da Casa dos representantes e os presidentes das duas comissões, de Orçamento e de Vias e Meios, da mesma Casa do Congresso. Destes o presidente representa na verdade o triunfo das intrigas políticas e da corrupção, e o *Speaker* o domínio intransigente de um partido ou facção.*

Tal é no dizer do escritor cujo livro serve de manual à mocidade estudiosa a situação em que degeneraram pela imperfeição da natureza humana os admiráveis preceitos constitucionais; a que criaram as circunstâncias, favorecem os precedentes e fortalece o espírito conservador que é na essência o do país; a que afinal traduz a adaptação da fórmula escrita aos hábitos e idéias do povo. Porventura a chegamos nós também a qualquer coisa de definido ainda que errôneo? Parece-me que, pelo contrário, só vemos como dantes lavar a incerteza.

O sr. Assis Brasil escreveu em 1894 um volume de vulgarização para entoar os louvores do presidencialismo e ao mesmo tempo demonstrar que a nossa concepção de tal sistema não foi tão perfeita quanto podia ter sido, ou por outra, que desprezamos pormenores valiosos ainda que não feições essenciais; sobretudo que o não adaptamos suficientemente à nossa idiosincrasia, pois condições diversas não podem haver-se com máquinas inteiramente idênticas. A espécie será a mesma, mas cabem dentro dela as variedades. É a mesma a tese que num artigo da *Revista Brasileira* expôs o sr. Medeiros e Albuquerque, um do republicanos de mais talento e mais convicção: o presidencialismo carece de ser convertido, de uma transplantação

* Schuyler, *American Diplomacy*.

estrangeira, numa produção nacional, própria; precisa “chegar ao período em que uma Constituição é realmente constitucional: quando faz corpo com o espírito popular, passou aos costumes, funciona sem atritos”.

Esta questão de interpretação ou de adaptação só o tempo a há de solver, porque só com a experiência pode ela claramente formular-se. O Sr. Rui Barbosa que nos últimos meses da monarquia decidiu da perfilhação da República pela opinião que no país contava mais, mostrando como eram irreconciliáveis o Trono e a Federação, e que na República assumiu o papel glorioso de defensor das liberdades conspurcadas e dos textos constitucionais violados, abriu ultimamente na Imprensa uma campanha de revisão, explicando que a Constituição de 1891 não pode deixar de ser alterada porque, entre outras coisas, foi edificada pelas cobiças estaduais em detrimento da União e constitui, mercê do depauperamento financeiro e de autoridade desta, uma ameaça de dissolução nacional. O ilustre publicista tem perfeita razão, mas isto não obsta a que fosse proveitosa em seus traços fundamentais a aproximação constitucional dos Estados Unidos, substituindo-se à despótica tutela francesa – digo francesa, porque a iniciação nas práticas britânicas permanecia fechada aos profanos, e apenas abertas aos profissionais. Com a Constituição de 1891 tivemos pelo menos a descentralização em lugar da unidade, o terrível ideal da Convenção inaplicável no Brasil, e a liberdade dos cultos em vez da sua perseguição disfarçada em manutenção ou subsídio, revelação de intransigência de que ontem sofriam em França os católicos, e de que hoje só estão mais livres porque em oposição sofrem os judeus.

A necessidade da consolidação da União é tanto mais palpável quanto entre nós quase tudo concorre para enfraquecê-la e muito pouco para fortificá-la. A federação norte-americana baseia o seu vigor no consenso consciente e inteligente dos Estados, mesmo dos que lutaram quatro horríveis anos para desfazer o laço contraído ante a hostilidade da mãe pátria, e hoje apenas olham para trás no intuito de beberem ensinamento e estímulo da medonha experiência. No Brasil a tradição histórica da falta de ligação das capitâneas, fundada no sistema de administração da metrópole, tende a perpetuar-se pela dificuldade das comunicações internas e só não produziu com a independência resultados desastrosos, porque a corte

imperial serviu de ponto de atração e firmou uma verdadeira capital onde de outro modo existira tão-somente o melhor porto das duas Américas.

Em oposição ao nosso gênio caseiro, o temperamento dos americanos leva-os a moverem-se continuamente, ajudando tal disposição a extrema facilidade e comodidade dos meios de transportação. Entre nós é raro ver-se emigrar um pernambucano, um paulista ou um mineiro para outro ponto que não o Rio de Janeiro: a emigração periódica dos cearenses para os seringais da Amazônia é um fenômeno devido às secas daquela região. Nos Estados Unidos no entanto permutam-se imenso, por negócio e por prazer, os habitantes dos vários Estados e seções. Há assim uma constante troca de impressões, de idéias, de opiniões, que juntamente com a constante evocação dos esforços comuns e glórias passadas e a forte união dos interesses comerciais formam a sólida trama do sentimento patriótico. Por isso são aqui as questões verdadeiramente nacionais, no sentido de interessarem igualmente a todos os habitantes segundo os seus vários pontos de vista, e esta sã orientação é deveras favorecida pela operação das Universidades, com o seu plano moral uniforme no meio da sua aparente diversidade de origem, de organização, etc.

Não é contudo menos certa do que a insuficiência na efetividade da primazia atribuída à União, deturpação inicial que entre nós se tem dado de todo o regime transplantado, assaz diferente tal viciação das interpretações que foram ajeitando a Constituição americana ao caráter do povo que por ela se regia. As interpretações nunca podem extirpar porém vícios de origem, a menos que revistam o feitio de uma completa evolução, o que equivale a revisão, expressa ou tácita, e que aliás melhor se fará tacitamente se possível. No tempo do Império o poder moderador que se ideara muito platônico, pairando numa região superior aos demais, tornou-se o poder instigador, assumindo a feição pessoal. Com a República o regime parlamentar, que tivéramos anteriormente no nome, subsiste no espírito como uma alma condenada a vaguar por não haver podido cumprir seu destino na terra, e o Legislativo vai constantemente aspirando à supremacia sobre o Executivo. Este ou se insurge contra a tentativa e converte-se em ditadura, como aconteceu durante o governo dos dois marechais, ou abdica, como ia estabelecendo a praxe o primeiro governo civil, com aces-

sos entretanto de prepotência em que chegou a desconhecer as imunidades dos representantes, menos desprezadas pela própria ditadura.

Nos Estados Unidos, longe de ceder uma partícula da suas prerrogativas, a ação do Executivo e, seguramente mais do que esta, o concurso das circunstâncias e uma natural orientação constitucional, tudo foi no sentido de aumentar a influência do Presidente mesmo sobre a legislação. Assim, uma medida política ou financeira que não tenha o carimbo ou aquiescência da administração está praticamente muito fora de probabilidade de tornar-se lei do país e, correlativamente, o influxo da administração é freqüentemente decisivo e quase sempre necessário para levar o Congresso a interessar-se vivamente por qualquer plano legislativo. O Presidente e quem realmente modela o programa que a convenção do partido ditou-lhe antes da nomeação, quando não logra habilmente furtar-se a alguns dos ditames nele contidos; mas mesmo faltando às promessas das *platform* ou renegados pelos partidos, os Presidentes, na frase de um constitucionalista americano, fornecem as soluções sobre que incide a ação partidária. A singular e direta responsabilidade do cargo contrasta tão favoravelmente com a irresponsabilidade do Congresso, que nada se tem seriamente oposto e tudo há facilitado essa anormal assunção do poder presidencial com a qual, diz o citado escritor, a democracia americana ressuscitou a instituição política mais antiga da sua raça, a realeza eletiva. É verdade que, na opinião do mesmo escritor, o fato do povo ter podido realizar isso com um mecanismo tão deficiente como o oferecido pela Constituição e ter podido tornar bom um princípio que nenhum outro povo pôde jamais conciliar com a segurança do Estado, indica o mais alto grau de moralidade constitucional atingido por qualquer raça.

A política de expansão territorial, determinada ou imposta pela recente guerra, só poderá contribuir para favonear a mencionada tendência. Quando a república de Havaí foi absorvida por virtude de uma resolução conjunta do Congresso, este votou ao mesmo tempo que, enquanto se não assentasse no *regimen* mais adequado ao governo do arquipélago, todos os poderes, civis, judiciais e militares fossem exercidos do modo ordenado pelo presidente dos Estados Unidos. Em Cuba também terá ele de ficar ditador até ser a ilha entregue a um governo nacional ou incorporada na União americana; em Porto Rico até o Congresso acordar num plano de

administração colonial, e nas Filipinas até cessarem as hostilidades e estabelecer-se um *regimen* de protetorado ou de governo direto. Essa ditadura é julgada perfeitamente justa e até aplaudida pelos órgãos mais conservadores da imprensa como melhor do que qualquer ordem de coisas emanada do Congresso, porque a retêm o temor da opinião e a fiscalização do partido que o presidente representa, além da própria educação política do ditador e dos seus agentes, os governadores militares, cujos serviços administrativos são sem dúvida superiores na opinião do *Harper's Weekly* – e esta opinião é corrente – aos de qualquer político que o Congresso possa patrocinar. O governo militar é aqui tão disciplinado na forma e tão civil na essência que, pelo menos por ora, não inspira a esta democracia receios de supremacia. Isto é mui diverso do que entre nós se tem dado.

Nos negócios dos Estados, tendo tomado gosto à intervenção com a política das deposições de governadores simultânea com o restabelecimento da legalidade, o governo militar interferia sem hesitar, sustentando, de resto constitucional e avisadamente, às custas de uma guerra de três anos o presidente do Rio Grande do Sul, contra o qual a oposição levantara armas. Sob o primeiro governo paisano deram-se ao contrário fatos como os episódios não sei se mais tristes se mais grotescos do Amazonas, e o Presidente da União, implorando pelo governador ilegalmente expulso do seu cargo, declina de intervir perante um tão flagrante abuso de autoridade, para não dizer de confiança, e entrega a resolução do caso à competência do Legislativo que opina agora pela afirmativa, a saber, pela intervenção, mas que já afirmara sua incompetência em um caso análogo, o da dualidade de governadores e congressos em Sergipe.

Nos Estados Unidos vão longe os tempos da *nulificação*. O Governo Federal é verdade que teve de sustentar uma guerra de quatro anos para abater a excessiva autonomia estadual, mas o fato é que encontra, sempre que quer, fundamento e motivo para restabelecer a ordem perturbada em qualquer ponto do território nacional, ainda mesmo contra a vontade dos respectivos governadores. Na parede de Chicago de 1893, quando estavam sendo assaltados os trens e incendiados os *wagons* Pullman, o presidente democrata Cleveland, herdeiro dos princípios jeffersonianos, não trepidou em empregar a força regular, isto é, o exército federal, contra o manifesto desejo do governador do Illinois, o socialista Altgeld, a fim de suprimir a

insurreição do trabalhadores, dando como pretexto o proteger o serviço dos correios, que é federal. O candidato democrata radical Bryant censurou acrememente durante a última campanha presidencial esta intervenção, dizendo estarem as autoridades estaduais em melhor posição para julgar da necessidade do auxílio federal. Na justificação com que veio a público em resposta, o *attorney-general* Harmon declarava considerar mais grave a propagação dessa falsa doutrina popocrática do que mesmo a questão do ouro ou da prata, porque se a forma de governo pode resistir a falsas doutrinas econômicas, não pode resistir às falsas interpretações constitucionais. “Se um candidato à Presidência”, escreve textualmente o Secretário da Justiça americano, “pode obrigar-se de antemão, como fez o sr. Bryan, a não dar passo algum em favor da proteção da propriedade federal, ou para manter a autoridade e executar as leis dos Estados Unidos, senão em virtude do pedido ou consentimento dos representantes de um governo estadual, não temos governo federal que mereça este nome, pois não é governo o que não possui inteira liberdade de usar da força para proteger-se e manter-se no desempenho das suas próprias funções.”

O *attorney-general* da administração Cleveland continua seu arazoado dizendo que, segundo o texto da Constituição, o Estado pode reclamar o apoio federal para defender-se contra agitações ou distúrbios domésticos, que podem ser dirigidos contra autoridades estaduais e federais e exigir o concurso das autoridades respectivas para sua supressão. No que toca porém a serviços exclusivamente federais, como o dos correios, ao tráfico interestadual e à administração da Justiça Federal, a reclamação do Estado é dispensável e inútil. O Governo Federal pode agir *motu proprio* e até contra opinião do Estado. O princípio essencial da dupla forma do governo americano é a repartição de poderes, podendo ser independentemente exercidos sobre o mesmo território. Demais, por lei do Congresso, o Presidente acha-se autorizado não só a empregar as forças federais em defesa das autoridades estaduais, quando reclamadas por estas, mas a empregá-las por sua própria iniciativa “contra impedimentos, combinações ou ajuntamentos ilegais, em qualquer Estado ou Território em que se manifeste oposição contra as leis dos Estados Unidos”.

O Sr. Harmon conclui sua réplica – a qual não era destinada ao uso dos homens de estudo, que bem conhecem as disposições constitucio-

nais, porém ao uso do povo americano em geral – afirmando que a doutrina advogada por Bryant é no conjunto mais perigosa do que a da Confederação, porque esta ao menos deixava intactas as autoridades da União nos Estados que se não separaram, ao passo que a nova doutrina democrática reduziria o poder federal a um manequim sem atribuições nem poderes.* Se entre nós o famoso artigo 6º da Constituição, malgrado o insucesso da sua discussão interpretativa no Senado, se não presta a justificar a intervenção do poder central em ocasiões de manifestas ilegalidades, que são desrespeitos às leis orgânicas do país e encerram um perigoso gérmen de desordem, que *União* é essa que formamos, sem uma autoridade superior, independente e livre no exercício das suas funções? Estamos mais uma vez verificando a necessidade da campanha a que se abalçou ultimamente o Sr. Rui Barbosa.

Passando para o terreno das relações exteriores é certo que nos Estados Unidos o Senado colabora com razão constitucional na aprovação e neste sentido na confecção dos tratados, o que implica influir na orientação daquelas relações internacionais. Interpretando mesmo de uma forma muito lata o texto da lei orgânica, o Senado não se limita a aprovar ou rejeitar as convenções celebradas pelo Executivo, como assumiu a faculdade de emendá-las, privando-as assim por vezes de toda a sua primitiva significação. Haja visto o tratado de arbitramento com a Grã-Bretanha, assinado em fins de 1896 pelo embaixador da Rainha, *Sir* Julian Pauncefote, e o secretário de Estado da administração Cleveland, Sr. Richard Olney, e que apesar de patrocinado e recomendado pela nova administração quando em todo o seu frescor, isto é, antes de começar a distribuição do patronato, foi alterado, mutilado, reduzido na expressão de um periodista a uma *empty shell* (casca vazia) pela Comissão de Negócios Estrangeiros do Senado. E isto não só por ciúme partidário, sendo a maioria da Comissão republicana

* Confirmando opinião do *ex-attorney-general*, que é, aliás, a corrente no país, encontram-se no interessante manual de administração americana publicado pelo ex-Presidente Harrison sob o título de – *This Country of Ours* –, a pág. 115 e 120, duas opiniões respeitáveis, do Juiz Miller, da Corte Suprema, e do autor, que é um dos mais reputados advogados dos Estados Unidos. Como a citada obra está bastante divulgada no Brasil, abstenho-me de alongar esta nota com as transcrições.

e, portanto, desejosa de roubar à anterior administração democrata todo motivo de popularidade, mas sob pretexto de que o documento como estava redigido faria submeter ao arbitramento princípios fixos e inalteráveis da política externa americana, como a doutrina de Monroe, a qual o Secretário Olney visava justamente a fazer indiretamente reconhecer em toda a sua amplitude moderna pela Inglaterra, quando a excluiu dos casos possíveis de arbitramento mediante a redação em separado do ajuste relativo à Venezuela. A doutrina de Monroe fora da alçada das cortes arbitrais seria no entender do negociador norte-americano equivalente a sua aceitação pela Grã-Bretanha como princípio que não admitia sombra de contestação: o Senado entendeu diversamente e deformou por completo o produto da diplomacia do Sr. Olney.

Até a assinatura e apresentação do documento a ratificação senatorial, as negociações diplomáticas têm no entanto aqui a liberdade de prosseguir na mais completa tranqüilidade, envoltas num mistério que, na frase de Schuyler, não encontra rival nem mesmo na Alemanha nem na Rússia. Não se dá o constante exorbitar do Congresso fora do seu campo de ação, embaraçando e perturbando a ação do Presidente e do seu secretário do Exterior com pedidos de correspondência, antecipações de julgamento, críticas de patriotismo, conforme no Brasil vimos, não há muito ainda, durante a questão da Trindade, os negócios do Amapá, etc. O exame das diferentes fases e peripécias da questão cubana no Capitólio de Washington não contraria este confronto, porque se para o reconhecimento de beligerância ou independência o Executivo afirmava sua atribuição privativa, a declaração de guerra cabe indiscutivelmente ao Congresso segundo a Constituição; e no fundo nunca foi outra a questão desde o começo da última insurreição, se prevaleceria a política pacífica ou a belicosa para a obtenção do mesmo resultado – a cessação do domínio espanhol nas Antilhas.

A análise das novas condições criadas para os Estados Unidos pela aquisição de territórios extracontinentais no sentido mais amplo da palavra – fora da terra firme e fora da América – sugere a alguns a necessidade de reformar-se a Constituição no intuito de emprestar maior poder ao Presidente naqueles dois pontos, conferindo-se-lhe o direito tanto de firmar tratados e fazer nomeações militares independentemente da ação

do Senado como de declarar a guerra sem anuência do Congresso, o que implica correlativamente o destituir de valor internacional qualquer declaração de guerra feita pelo Congresso. Dizem especialmente os que assim pensam que a contigüidade dos territórios coloniais conquistados pelos Estados Unidos com os de outras nações produzirá inevitavelmente atritos, que melhor serão desmanchados pela ação direta do Presidente por meio do secretário de Estado do que por deliberações de uma corporação política, que tem provado não possuir sangue-frio nem tato suficiente para ocupar-se de questões internacionais. No Parlamento inglês, como é sabido, os tratados não são apresentados à ratificação de nenhuma das duas casas e os assuntos de política externa são por norma arredados da discussão como sendo de uma natureza irritante à força de delicada.

Será muito difícil chegar-se nos Estados Unidos a semelhantes alterações constitucionais. Cada um dos poderes defende zelosamente suas atribuições, muito embora hajam elas variado com a evolução constitucional, não se dando, porém, em compensação casos de interferência ou de rompimento como entre nós se têm dado no curto período de organização republicana que contamos. Não seria por certo neste país que se veria o Executivo em uma mensagem ao Legislativo, para maior pompa referendada pelo ministro do Interior e Justiça, atacar virulentamente o Judiciário porque este, no pleníssimo exercício das suas atribuições, concedeu *habeas corpus* a prisioneiros políticos, alguns cobertos pela imunidade parlamentar, detidos sem culpa formada antes de declarado o estado de sítio e deportados para um presídio de criminosos de crimes comuns. Por outro lado não assistiríamos tampouco nos Estados Unidos ao espetáculo da mais alta corporação judiciária da nação, a Suprema Corte Federal, hostilizando sistematicamente o Executivo ou isentando-o apaixonadamente, convertendo assim em debate político o que nunca deveria passar de estrita discussão técnico-legal.

O figurino político tem sido, portanto imperfeitamente imitado, e a razão disto reside muito mais do que no incompleto preparo das classes educadas para o sistema transplantado, na diferença da base sobre que assenta o edifício constitucional, da matéria-prima – a *anima vilis* – sobre que se fazem as experiências. Os Estados Unidos constituem o terreno da mais vasta e com todos os seus senões da mais genuína experiência de-

mocrática que o mundo tem presenciado. Primeira república dos tempos modernos, cronológica e sociologicamente, e república em que a noção greco-romana de Estado está substituída pela noção cristã e particularmente anglo-saxônica de individualismo na acepção dos direitos individuais, recebida com esperanças apenas comparáveis aos temores demagógicos que inspirou, ela firmou-se, segundo Tocqueville o percebeu luminosamente há quase três quartos de século, na crescente igualação das classes.

O grande escritor francês, talvez mais apreciado no seu justo valor pelos ingleses do que pelos seus próprios compatriotas, previu o quanto é dado à falível previsão humana os destinos da Democracia norte-americana: os erros e qualidades que então apontou pode dizer-se que são os que ainda hoje se observam. Ele compreendeu que aqui existia aquilo que em outras partes se não encontrava então e com certeza entre nós ainda não há: um povo capaz de apreciar os seus deveres como os seus direitos. Ora, sem este alicerce, a viciação de qualquer sistema representativo é necessária. Nos Estados Unidos, reconhecem-no Bryce e quantos com ele hão escrupulosamente investigado o mecanismo político da República, a opinião pública é de fato superior a todo. Não formam eles uma nação propriamente representativa em que o Poder Legislativo, quase supremo, pois que do seio dele sai o Executivo, o qual dura enquanto dura a confiança parlamentar, e defronte dele ergue-se apenas um simulacro de coroa, esteja confiado e seja plenamente exercido por uma corporação soberana e quase irresponsável. Na América do Norte o poder, teórica e praticamente, anda muito mais dividido e equilibrado, dominando-os, graças à sua própria diversidade, curteza dos períodos dos mandatos – dois anos para o Congresso e governadores de estados, quatro para o Presidente, seis apenas para o Senado – e outras circunstâncias, o povo soberano, do qual cada cidadão se sente uma parcela, ainda que infinitesimal.

No Brasil o regime dominante é virtualmente de classe, com a diferença mais que os *politicians* americanos têm de lisonjear humildemente e prestar conta do seus atos à massa que os elege e de vontade própria os conserva no poder, ao passo que os nossos *politicians* têm apenas que conchavar-se uns com outros e ninguém a quem dar contas fora das suas agremiações. O país assiste indiferente ao clássico jogo de empurra, porque os que contam na sociedade são na grande maioria parceiros do jogo e a ga-

leria, *o povo soberano*, acha-se nas ruínas das senzalas, nos cortiços das cidades, nos campos do Sul e nas matas de seringueiras. Em tempo da chamada aristocracia territorial a representação era mais verdadeira, pois os possuidores do solo e senhores do trabalho, que constituíam o país legal, quando eles próprios os não exerciam, com ciência e consciência delegavam seus interesses e suas responsabilidades nos seus clientes políticos, os bacharéis que povoavam a Câmara com os olhos fitos no retiro conchegado e oligárquico do Senado. A esta corporação escolhida e que efetivamente reunia, com poucas exceções, a flor dos nossos homens públicos, pertencia dirigir as organizações partidárias, que nas províncias repousavam sobre os proprietários agrícolas. Arruinou-se, porém, a construção desde que faltou-lhe a primeira base, a escravidão, e depois que a sacudiram as rajadas da propaganda revolucionária; sobre os seus escombros levanta-se por enquanto apenas uma instalação provisória que tem albergado indiferentemente ditaduras militares e governos civis, mas que tem de ser um dia substituída por outro edifício, porventura semelhante na fachada, sólido todavia na estrutura porque o construirão a educação popular e a cultura geral.

Convém notar que as queixas sobre o sensível abaixamento das assembléias deliberantes são gerais, e nos Estados Unidos dizem alguns, publicistas que deve-se tal fato mais que tudo ao efeito absorvente na moderna vida pública da questão da tarifa, fazendo primar o interesse e sacudindo para o segundo plano as questões de princípios. Agora, contudo, parece a tarifa haver alcançado o máximo possível da sua elevação na escala da proteção, tantas vezes indevida visto não corresponder nem à realidade da indústria nem à necessidade do consumo.

Também na transformação constitucional que se tem operado nos Estados Unidos o Presidente se há tornado cada dia o representante mais direto e mais legítimo do povo americano, o órgão para assim dizer da vontade nacional manifestando-se pela agência de um partido, cuja organização extraconstitucional mantém a unidade de ação sobre os órgãos distintos do Governo. Com esta expressão de progresso democrático que foi, no dizer de um tratadista americano, a conversão da Presidência uma instituição representativa, perdeu seguramente a assembléia legislativa na sua elevação, pois que originariamente lhe cabia a primazia no jogo de

equilíbrios políticos que haviam imaginado os inspiradores do pacto fundamental.

Dentro mesmo do Congresso uma câmara há ganho em consistência ou autoridade política em detrimento da outra, em parte pela fascinação que a maior duração do seu mandato, os privilégios com ele conexos, a importância sucessivamente capitalizada pelas condições do seu recrutamento, valor da sua composição e continuidade da sua ação, dispensando as resoluções tomadas de afogadilho, exercem sobre os membros mais numerosos, mais peados, menos conhecidos da Casa dos Representantes. O Senado tem com efeito ido em todos os sentidos além das suas proporções constitucionais. Por uma banda firmando sua autoridade na distribuição do patronato, pois a chamada *cortesia senatorial* manda o Presidente ouvir os senadores do seu partido no tocante às nomeações que cabem aos ou são feitas para os diferentes estados, e por outra banda especulando com a tendência da Casa dos Representantes a sacrificar suas prerrogativas, aquilo que em inglês se denomina a sua *corporate honour*, em holocausto aos interesses locais, dos respectivos descritos dos seus membros, os quais tanto fazem argumentar os créditos para obras públicas, o Senado, assembléia representativa dos estados da União, tem exorbitado das suas prerrogativas e freqüentemente oposto sua vontade à vontade dos ramos representativos do Governo nacional. Tem mesmo virtualmente invadido o que a Constituição expressamente reservou para a Casa dos Representantes, como a Inglaterra para a Câmara dos Comuns, a saber, a faculdade da iniciativa nos projetos de lei para criar a receita necessária às despesas do Governo, do que é o exemplo mais recente o caso da tarifa Wilson, completamente desnaturada por um *ring* ou corrilho de senadores.

O prestígio do Senado também cresceu com o fortalecimento do poder presidencial, depois da chamada dinastia da Virgínia, às custas da autoridade da Casa dos Representantes, e com o papel assumido pela doutrina da soberania dos estados. De 1830 a 1865, sobretudo, ele foi a grande assembléia política dos Estados Unidos, abrangendo as personalidades superiores dos partidos bem como oferecendo uma média de competência acima da outra câmara, em melhores condições, aliás de revelar-se graças à sua composição mais restrita. Aquele período marca o apogeu da oligarquia do Senado, hoje um tanto enfraquecida (posto que real com relação

à Casa dos Representantes) pela já mencionada hostilidade do sentimento público às oligarquias irresponsáveis, preferindo-lhes muito o exagero da autoridade dos funcionários responsáveis. Nos Estados Unidos os diretores ou *leaders* da opinião tiveram que abdicar em favor das imposições coletivas dos partidos, trabalhados, mas não governados pelos *bosses*, ao Senado restando procurar o melhor campo de ação e de popularidade na defesa intransigente, de que por vezes resultam pouco escrupulosos conchavos, dos interesses estaduais ou seccionais.

O que nos Estados Unidos desde muito não há, como até há pouco houve entre nós e hoje ainda há debaixo de um disfarce, é uma classe que governa e uma massa que é governada. A massa governa posto que sofrendo a inevitável influência da classe dos milionários, exercida por meio da corrupção e encontrando sua expressão por meio dos profissionais da política. Haveria luta sem a menor dúvida no dia em que a riqueza pretendesse passar de corruptora a dominadora; nas condições atuais porém o acordo parece estabelecido entre governantes e governados, ou por outra entre mandantes e mandatários, não havendo outrossim, conquistas propriamente democráticas a efetuar nem tradições aristocráticas ou jacobinas a suplantarem, e unicamente o bem-estar econômico a aumentar com igual interesse o mútuo benefício.

A organização partidária americana é a mais complicada, mas ao mesmo tempo a mais eficiente organização que imaginar-se pode. O complexo machismo trabalha com extraordinária suavidade, tão delicada é a sua engrenagem e tão perfeita a sua ligação. Fala-se muito, não só na imoralidade como na tirania dessas organizações, abafando em seu seio toda manifestação das opiniões individuais: é força, entretanto, recordar que sem a subordinação das minorias às maiorias e das unidades locais ao *boss*, sem esta hierarquia disciplinada que se traduz pela *machine*, seria completamente impossível dar adequada expressão às correntes políticas num país tão vasto de território e com uma tão considerável população. Raras vezes logrará dar-se o caso do nome do candidato à Presidência, verdadeiramente nacional, arrastar às urnas num tropel de admiração e de reconhecimento os eleitores da União: é preciso que tal candidato seja um Grant, depois de Appomatox e militarmente ocupados os Estados rebeldes, ou um Dewey no dia imediato ao ousado combate de Manila. O

mais razoável é reconhecer que o candidato proclamado na Convenção nacional é, nem pode deixar de ser, o fruto de cabalas políticas que se sobrepujaram a outras menos poderosas, as quais acabaram por desistir das suas pretensões de acordo com essa regra infalível das maiorias que governa a política americana; a menos que ele não seja um *dark horse* nascido da neutralização de duas cabalas fortes ou da inteligência de várias mais fracas contra a mais forte.

A manipulação dos delegados à Convenção é geralmente exercida por um *politician* de alta esfera, muito astuto, muito rico ou muito influente, que torna-se o *manager* ou empresário do *boom* ou sucesso presidencial do seu protegido: assim o Senador Gorman na eleição de Cleveland em 1884, o Senador Quay na eleição de Harrison em 1888, o ricoço e antigo secretário da Marinha Whitney na segunda eleição de Cleveland em 1892, o Sr. Hanna na eleição de McKinley em 1896.

Um fato durante a última campanha presidencial ilustrou bastante a perfeição a que chegou nos Estados Unidos a arregimentação dos partidos, e como este possante organismo se mostra tão vibrátil, tão pronto a recolher e propagar as impressões recebidas num ponto qualquer da sua extensa superfície. O pomo de discórdia entre os democratas foi especialmente a questão da livre cunhagem da prata, e os democratas monometalistas ou amigos do *sound money* resolveram depois de alguma hesitação nomear um outro *ticket* ou chapa, unicamente para distrair os votos daqueles democratas que fossem ainda mais afeiçoados à disciplina partidária do que ao metal caro. Deliberado o plano, reuniam-se em Indianápolis em menos de um mês delegados de todas as convenções estaduais e escolhiam a chapa Palmer-Buckner, que alcançou somente uns 100.000 votos, porque muitos dos democratas monometalistas votaram no candidato republicano por indicação dos próprios organizadores do terceiro *ticket*, cujo principal fito era assegurar a derrota da ilusão financeira que em Chicago predominara contra a sua opinião.

A superabundância dos homens de negócio – que aliás constituem nas suas variadas categorias a quase totalidade da nação – na política americana explicará decerto em boa parte essa atividade, esse ar de *business* que ela aqui geralmente assume, assim como a superabundância dos *formados* no nosso Parlamento explica o abuso das discussões acadêmicas

sem resultado prático. Outrossim, explicará como os homens denominados *available*, isto é, que sem se elevarem a notabilidades evidenciaram sua utilidade, são julgados mais aceitáveis do que os outros para os altos cargos, o que de modo algum é uma conseqüência apenas de indiferença do maior número pelos assuntos políticos uma vez satisfeito o dever partidário. Ainda mais, explicará a natureza mesmo da eloqüência pela qual se estimulam os sentimentos concernentes à causa pública. O caráter da eloqüência política americana, quando não reveste o feitio familiar, *bon enfant*, sempre certo de sucesso, denuncia a um tempo que se dirige a uma democracia orgulhosa de si própria mas de gosto literário forçosamente apoucado, e que parte geralmente da fração que não é a mais ilustrada do país.

Feita de lugares-comuns, de chavões em que prevalece a nota da vanglória nacional, a qual pela insistência chega a enervar o auditor estrangeiro, além disso expressa por uma declamação enfática, pouco agradável, em que os fins dos períodos são cantados num tom monótono composto de uma nota aguda seguida de uma nota grave, a eloqüência nos Estados Unidos não suporta a comparação com a da ex-metrópole. Tive disto um dia prova bem patente, por ocasião da abertura do curso de Jurisprudência comparada e Diplomacia na Universidade de Colúmbia, de Washington. Falaram professores da mesma, juizes da Corte Suprema dos Estados Unidos, um membro do Gabinete e um provector diplomata americano: a corda desferida sem originalidade foi contínua e prolixamente a mesma, a da excelência das instituições nacionais, apropriadas mesmo para a exportação colonial. Falou também *Sir Wilfried Laurier*, o primeiro ministro do Canadá e prestigioso chefe do partido liberal, no *Dominion*, e logo na fluência que sabe ser sóbria, na dicção que se esforça por ser elegante, na moderação da jactância patriótica traiu a superioridade da sua educação de orador e a superioridade do meio no qual se tem aperfeiçoado a sua palavra. Percebia-se imediatamente que ele vinha de um país onde os negócios públicos andam manejados pela melhor classe de cidadãos e onde a cultura literária acha-se muito mais vulgarizada.

Não que os americanos tenham negação para dar expressão oral às suas idéias, ou sejam refratários ao melhor gênero de eloqüência. Desde a escola estão eles acostumados à exposição verbal, a dar corpo aos seus pensamentos, a discuti-los com calor, e nenhum receio experimentam

diante de um auditório, por mais numeroso que seja. Na eloquência de sobremesa até primam, sendo uma das suas feições de raça o *humour* que é de praxe nessa ordem de discursos. Sobre eles sem exceção produz a oração, quando pronunciada com vigor e persuasão, o mesmo efeito de sedução que exerce sobre os latinos. É sabido que na última Convenção nacional democrática a nomeação para Presidente foi atribuída a Bryan, que era um perfeito *dark horse*, candidato quase sem probabilidades, após o felicíssimo discurso em que com ardor tribunicio ele fez a apologia de todos os radicalismos doutrinários que andavam desde tempos minando o velho partido, do *income tax* e da supressão dos lugares vitalícios até a livre cunhagem da prata e a inviolabilidade dos direitos estaduais. A grande votação alcançada por Bryan na eleição foi ainda devida principalmente à sua eloquência, que ele andou passeando pelos Estados Unidos com uma atividade para a qual o termo febril é pouco expressivo. Não faltou muito que a palavra do orador batesse quase desajudada os milhões dos capitalistas.

Quando fora das plataformas dos comícios e dos estrados das convenções, libertados da atmosfera inflamável das exortações partidárias e chamados para um terreno mais positivo que o da sugestão política, os mesmos oradores americanos culpados dos citados defeitos do mau gosto sabem trocar a ênfase pela simplicidade, o bombástico pela clareza. No dia imediato ao da abertura solene do curso de direito que veio completar o quadro de estudos da Universidade de Colúmbia, fui ouvir um dos oradores que na véspera tinham estado menos interessantes dar a sua primeira lição de história diplomática dos Estados Unidos, o que ele fez com uma singeleza tal de elocução e um aglomerado tão copioso de fatos e anedotas que esqueci as banalidades anteriores. Apenas a meio da conferência, como que para dar testemunho da comum ignorância americana pelo que toca ao estrangeiro, e que tanto contrasta com o perfeito conhecimento que possuem do seu país – que é na verdade um mundo – o distinto professor tratou Beaumarchais, o agente oficioso das Colônias inglesas revoltadas, de músico e autor do *Barbeiro de Sevilha*, confundindo a ópera de Rossini com a comédia de onde foi extraída.

Esta ignorância das coisas estrangeiras é muito freqüente e nasce da indiferença com que as consideram, fato que é por alguns atribuído a um defeito de raça, a falta de universalidade nos sentimentos e nas idéias.

Uma vez aconteceu-me mudar de trem em Filadélfia às 7 horas da manhã, à hora em que todos os passageiros sem exceção no meu *wagon* tinham comprado as folhas e principiado sua leitura quotidiana. Observei que percorreram atentamente todas as seções e leram religiosamente todas as colunas até à página reservada às notícias do estrangeiro; aí, também sem exceção, todos os leitores muito naturalmente viraram a folha e passaram adiante. A disseminação da instrução exerce-se todavia no sentido de corrigir semelhante falta de curiosidade, e de fato precisam os Estados Unidos de conviver mais intimamente com os outros povos cultos, de aprender a conhecê-los melhor, de viver intelectualmente menos sobre si, para assim reduzirem sua jactância, desfazerem certos prejuízos e alcançarem mais simpatia internacional. A política ultraprotecionista tem agido no sentido da segregação mental, a qual corresponde ao isolamento industrial e comercial, mas tal causa tenderá gradualmente a desaparecer com a eventual inauguração nas colônias agora obtidas da política de *open door* ou de igualdade aduaneira.

A deficiência da eloquência política americana, tomada no geral, é por Bryce atribuída à falta de interesse vital de que padecem as discussões do Congresso pelo motivo da independência do Executivo roubar-lhes a maior parte da importância e do alcance. Não me parece que a razão seja tanto esta, embora valiosa, como as outras expostas, e tanto que nós neste domínio nada temos a invejar aos Estados Unidos, sendo aliás a mesma a natureza do sistema político que rege ambas as nações. Verdade é que a nossa educação foi durante mais de meio século parlamentarista, isto é, baseada na preeminência teórica do Legislativo, mas o essencial neste caso é que a cultura propriamente literária da classe educada no Brasil é no todo muito mais apurada que a equivalente nos Estados Unidos, e que a composição mais restrita e portanto mais escolhida das assembléias parlamentares e particularmente extraparlamentares, colocando-as na altura de apreciarem os oradores, por seu lado obriga estes a mais cuidado e mais rigor, pelo menos na forma ou no estilo dos seus discursos. No professorado como na política se há abuso da retórica, o abuso é feito com a ciência das regras dessa arte da elocução. Por isso podemos desvanecer-nos de que, se nos deixamos fascinar pela eloquência, é por uma qualidade superior do gênero.

Um publicista americano observa e não se pode deixar de reconhecer que com razão, que a má qualidade da eloqüência política do seu país também provém muito de um propósito da parte dos oradores. Os eleitores gostam de aprender, mas sem que pareça que são ensinados a proceder no uso dos seus direitos. Os oradores portanto evitam todo ar de superioridade, e chegam a afetar ignorância, nascimento pobre, elevação pelo próprio esforço. Nesta inclinação das democracias para a presunção de conhecimento e de capacidade política, encontra-se também uma razão do afastamento dos teóricos, que pretendem sempre impor seus sistemas, assim como do favor dispensado aos homens práticos, de negócio como toda a comunidade, que sabem pôr em execução o que é a vontade das maiorias. Tal fato não implica porém falta de deferência ou de respeito pelos homens de ciência quando limitados ao seu campo, nem mesmo exclui o seu culto quando conseguem realizar um progresso palpável sob a forma de invenção ou outra que fale ao senso positivo da raça.

Se a eloqüência política nos Estados Unidos não é da melhor, tampouco o é a imprensa, que resente-se dos mesmos defeitos e pelas mesmas razões. Ao pouco alcance das discussões parlamentares, mercê da independência existente entre os ramos executivo e legislativo, que estabelece épocas fixas para as possíveis variações da política, corresponde a fraca importância dos debates jornalísticos perante os ditames das *machines* que assenhoreiam-se dos grandes partidos, cuja organização disciplinada é tanto mais de necessidade numa tão ampla democracia quanto eles são mais fáceis de ser dirigidos e chegar a resultados definitivos do que os pequenos agrupamentos, o que a prática entrou a demonstrar desde os primeiros tempos de vida constitucional e fica plenamente revelado por ocasião de uma eleição presidencial.

Também como resultado da autonomia dos estados e, dentro destes, de outras entidades, as questões denominadas nacionais desaparecem debaixo das chamadas *local issues* ou questões de campanário. Nas eleições para o Congresso que seguiram-se à guerra, estando pendentes as negociações do tratado de paz com a Espanha, pode dizer-se com verdade que as questões locais pesaram muito mais na balança e são muito mais responsáveis pela magra vitória dos republicanos do que todas as conquistas coloniais: muito mais do que a política de expansão territorial discutiram-

se em Nova York os famosos canais por onde se hão escoado milhões, e na Pensilvânia o Sr. Quay com o seu cultivo da árvore das patacas cujas raízes são traficâncias.

Depois os jornalistas, incomparáveis como repórteres tenazes na paz, intrépidos na guerra, deixam de ordinário a desejar como escritores, redigindo às pressas e mal, falhos de cultura literária e de leitura estrangeira. As condições mesmo entre os leitores favorecem semelhante lacuna dos jornais. O cidadão americano, que aliás recebe com agrado quanto tende a esclarecê-lo – não a intimá-lo – no desempenho do seu dever público, sabe todo ele porém o que deve fazer, a quem deve obedecer, em quem deve votar, independente de conselhos ou sugestões do periódico que compra para sua informação e recreio. O jornalismo vê-se assim privado do melhor da sua influência, como ela se exerce em outros países, e basta folhear qualquer gazeta americana para capacitar-se deste fato o observador. As notícias primam os artigos doutrinários. Os jornais são órgãos de informação, como as revistas órgãos de ilustração: nem uns nem outros órgãos de educação propriamente. Por um jornalista que alcança notoriedade nacional como Horacio Greeley, ou chega a altas funções políticas como Whitelaw Reid, são às dúzias os legistas, os banqueiros, ou os simples comerciantes que gozam de prestígio eleitoral ou ascendem na vida pública.

Também aos nossos não levam vantagem os jornalistas americanos, nem mesmo conheço nenhum que pela assimilação enciclopédica se possa comparar a Rui Barbosa, que pelo levantado das idéias vazadas num molde primoroso valha Quintino Bocaiúva, que pela transparência do estilo borrifado de ligeiras ironias se assemelhe a Ferreira de Araújo. Os círculos de leitores são aqui espantosamente largos, e as grandes massas significam sempre uma submersão, ou se não tanto, condições desfavoráveis para a elevação das capacidades dotadas de um preparo que aquelas não estão na altura de compreender. Nos Estados Unidos as massas têm por certo, graças à plena florescência democrática, ao relativo desafogo da vida, às facilidades de informação, uma educação superior às de outro qualquer país, mas estão e jamais poderão deixar de estar longe de uma instrução que só é atingível aos que começam por dispor de tempo para obtê-la.

Além do mais, o fator preponderante na atual política americana não é o Leste, tão cultivado que aí houve meio de congregar-se um

cenáculo literário que a Bryant e a Longfellow reunia o satírico Lowell, o jocosos Holmes, o apaixonado amante da liberdade e da natureza Whittier, e atraía as cóleras e as ironias do grande romântico americano Edgar Poe, o sulista desequilibrado e genial; nem é tampouco esse Sul, antiga terra de escravos e senhores, cuja literatura colonial não existe sequer, afora algumas pobres crônicas – é o Oeste, o campo por excelência da democracia rural. Os presidentes dos Estados Unidos saem hoje todos daí como saíam dantes da aristocrática Virgínia. Lincoln e Grant era do Illinois, Hayes, Garfield e MacKinley do Ohio, Harrison de Indiana; apenas Grover Cleveland é do Estado de Nova York, mas também o partido democrata entrou com Bryant a buscar seus candidatos no Oeste.

Sendo o Sul quase completamente democrata e o Leste sobretudo republicano, o Oeste, cuja população e riqueza têm-se desenvolvido prodigiosamente, não só passou a fator decisivo nos pleitos nacionais, fazendo pender a balança segundo suas conveniências e impressões de momento, como está visivelmente modificando o aspecto das outras seções do país; na frase de um escritor americano é ele que dá o tom ao pensamento nacional e imprime a direção à política nacional. Ora o *westerner* é o *yankee* acentuado, cujo espírito de iniciativa converteu-se numa extrema confiança nos próprios recursos, que nasce da cultura do individualismo e envolve o desprezo da experiência, e cujo sentimento democrático tornou-se quase demagógico. Empenhado em fazer dinheiro, não possui lazer para nada mais, porém possui a força dos que têm um só objetivo na vida. “Como era de esperar, com sua rude, selvagem energia, seu excesso de vida animal, sobrepujou completamente os pensadores dos estados mais antigos, e compeliu a maioria deles a retirarem-se à vida privada encarregando-se de representar perante o mundo a Democracia Americana.”* Não a representa contudo só nos seus defeitos, senão nas suas altas qualidades de fortaleza, de sagacidade, de espírito empreendedor e organizador, de tenacidade e de patriotismo, numa palavra, nos característicos que o mencionado autor apelida de uma *raça imperial*. O excesso de civilização material é de resto uma condição indispensável de grandeza permanente, e os próprios característicos que serviram para edificar aquela contribuirão para dar energia

* Godkin, *ob. cit.*

e alacridade à civilização moral em caminho de desenvolver-se, que há de corrigir a primeira nos Estados Unidos congraçados nos seus elementos aristocrático e democrático, sulista e nortista, pelo Oeste sociocrático.

A predominância nacional do Oeste tem por certo ajudado a florescência do radicalismo: a sua mocidade e o seu espírito irrequieto não podiam casar-se com o conservantismo, mas engana-se quem nele pretender apontar o elemento que favorece especialmente a imoralidade política. Começa porque a corrupção política americana não é tanta que chegue a invadir a alta esfera dos governantes sob forma diversa do empenho, ou pedido baseado em prévio favor eleitoral. Presidente algum foi até hoje acusado, pelo menos com razão, de deixar-se subornar ou aproveitar-se do cargo para enricar por meio de negócios ilícitos, e entre os seus secretários têm sido pouquíssimas as exceções à regra comum de honestidade. As acusações de desonestidade são mesmo as que mais prejudiciais podem ser a um candidato presidencial: Blaine perdeu em 1884 o diminuto número de votos que o teriam tornado presidente pela deserção dos *mugwumps*, provocada pela campanha de descrédito movida contra o ilustre *leader* republicano. Quanto às acusações de imoralidade privada, destas nem falemos: quando provadas ou até suspeitadas com bons fundamentos, são decisivas para a derrota do aspirante a cargo público.

A corrupção legislativa se aparece maior é porque assim a faz parecer a escala em que se passa tudo neste país: não é absoluta, sim relativamente. Encontram-se, não há dúvida, *bosses* como o Senador Quay, da Pensilvânia, vendendo, ao que se diz, cargos federais por dinheiro e servindo-se dos dinheiros do Estado para jogar na bolsa com proveito próprio, e ficaram de lembrança os senadores peitados pelo *sugar trust* e cujas algibeiras se encheram mediante uma simples emenda na tarifa. O clássico terreno da imoralidade política nos Estados Unidos é porém o da gestão dos municípios, e quanto mais importantes forem estes, mais larga se torna naturalmente a margem dos proventos ilícitos, por outra, o governo dos grandes municípios têm sido muito mais escandaloso que o dos pequenos.

Destes escândalos todavia não é tanto culpada a população nacional como certa ordem de imigração estrangeira – o sedimento dela –, vinda de países de inferior educação popular, de raças menos aptas ao

self government, submissa a chefes sem escrúpulos e desconhecadora das normas administrativas da República, da qual com demasiada facilidade chega a fazer parte componente. Os alemães provam excelentemente, possuindo ideais sóbrios, natureza séria e, quando não preparo político, pelo menos educação industrial e hábitos de trabalho. A grande força em Nova York da Tammany Society, o tipo das sociedades políticas corruptas, e constituída pelos irlandeses, que formam um bom contingente da população da imensa metrópole. Godkin assim os descreve com fidelidade: “vivos, apaixonados, impetuosos, impressionáveis, deixando-se facilmente influenciar, e com uma disposição hereditária para a lealdade pessoal para com um líder de qualquer espécie”. Diferentes dos norteamericanos em muitos respeitos, congregam-se entre si sujeitos à supremacia dos proprietários de botequins, os grandes galopins da Tammany Hall de quem ouvem conselho, recebem proteção e convertem o grande empório na arena de todas as desonestidades praticadas com vista no lucro ou vantagem pessoal, desde as empreitadas adjudicadas irregularmente até a tolerância pela polícia, a despeito de todos os regulamentos, das casas de jogo, de bebida e de prostituição.*

Para os ruins governos locais contribui ainda muito o fato de serem as grandes cidades o lugar favorito de reunião dos pobres, dos criminosos, dos imprevidentes; não só dos operários ativos e dos homens de negócio empreendedores. A afluência da população rural para as cidades é um fato muito comum, que até na Rússia se está dando, e do qual é prova nos Estados Unidos o número sempre crescente das cidades de mais de 100.000 almas.

A corrupção administrativa neste país já parece, contudo, haver passado o seu período heróico: este foi, ninguém o ignora, o tempo imediatamente posterior à guerra da Separação, a qual foi em última análise, como já ficou dito, a vitória das massas democráticas sobre os restos da aristocracia colonial.

* Franklin Matthews, “Wide-open Chicago e Wide-open New York”, no *Harper's Weekly*, de 1898.

Desde essa triste época da ceva e, sobretudo, depois que os republicanos entraram exatamente por este motivo a perder terreno, tendo Tilden, o homem que por algum tempo limpou o partido democrata de Nova York das ladroeirias do *boss Tweed*, sido apenas arredado da Presidência em 1876 pela fraude, e conseguindo Cleveland em 1884 triunfar do seu antagonista sobre a plataforma da probidade, a obra do saneamento político tem caminhado e ganho particular incremento com a extensão do serviço civil, diminuindo o número dos despojos atribuídos aos vencedores e cerceando, portanto o campo de ação dos *bosses* e dos *rings*. O Presidente Cleveland pôs mais da metade dos lugares que antigamente o chefe eleito da nação tinha ao seu dispor, na *competitive list* ou lista dos lugares dados por concurso e cujas nomeações não são dependentes de serviços partidários: foram assim subtraídos à ganância dos politiquieiros quase todos os empregos nos departamentos federais abaixo do *chief clerk*, e muitos nas alfândegas, recebedorias da receita interna, etc. No Estado de Nova York o governador republicano Levi Morton mandou colocar em igual lista a maior parte dos cargos estaduais, não obstante a oposição movida pela *party machine*, que se via privada do seu melhor apoio. Por seu lado, fortalecida com tais procederes, a comissão federal do serviço civil levava o seu zelo ao ponto de, aplicando a lei, fazer processar os indivíduos culpados de tributarem os empregados para fins eleitorais, dando assim um golpe na imoralidade dos *assessments* ou contribuições estabelecidas de antemão pelos distribuidores de empregos. O papel dessa comissão é por vezes um tanto inglório, ficando ao Presidente a faculdade de não se deixar guiar pela decisão dos examinadores e escolher na lista dos aprovados no fácil exame um dos julgados menos competentes: isto não obsta a que a reforma tenha ido em constante progressão e contínua efetividade, com exceção de um passo para traz dado pelo Presidente McKinley.

O chamado *spoils system*, inaugurado pelo Presidente Jackson em 1829, tem certamente sido o fator principal da corrupção pública, e correlativamente podemos dizer que a burocracia legada no Brasil pelo Império, se é um sintoma da apatia da raça perante as lutas mais árduas da indústria e da agricultura, é também um embaraço à imoralidade política, mesmo nem sempre sendo respeitados os direitos, porque entre nós se são exceções o suborno e a traficância, é regra geral o empenho, isto é, a condescen-

dência das vontades fracas para com as imposições da importunação. A distância da data e que faz muitos esquecerem que o serviço civil floresceu nos Estados Unidos debaixo dos seis primeiros presidentes, ou de 1789 a 1829. Quando em 1801 subiu com Jefferson o partido republicano, depois chamado democrata, o novo presidente, apesar do seu antecessor John Adams ter-se ausentado da cidade para não recebê-lo, com poucas exceções respeitou as nomeações que encontrou feitas. Neste número entravam as nomeações de juizes assinadas, não ilegalmente, mas poderíamos quase dizer indecorosamente, à ultima hora – até o soar da meia-noite – pelo secretário de Estado Marshall, o qual daí passou a ocupar o lugar de *Chief Justice*, onde celebrizou-se. Tais nomeações tinham, todavia, em vista povoar as repartições de federalistas e criar embarços à nova administração. John Quincy Adams levou seu escrúpulo até abster-se de destituir funcionários culpados de o atacarem virulentamente na imprensa. Aqueles chamados *juizes da meia-noite* do tempo de Jefferson só foram postos fora dos cargos quando estes foram, com razão, abolidos porque Adams não só preencheria as vagas como criara abundância de novos lugares desnecessários.

Hoje, mesmo a mudança de administração não implica fatalmente mudanças de titulares para todos os cargos. Alguns funcionários há que por terem revelado aptidão mais que a ordinária para o lugar ou por outras razões mais discretas são nele mantidos. No serviço diplomático, por exemplo, vemos o Sr. Denby, nomeado pelo Sr. Cleveland, atravessar incólume a administração Harrison e ficar ministro na China durante treze anos. Escolhendo-o recentemente o Presidente McKinley para membro da comissão encarregada de estudar as condições das Filipinas; o Sr. Schuyler estar durante dezessete anos na carreira, e durante vinte e dois o major Studer; o Sr. Rockhill, depois de servir como secretário de legação em Pequim com uma administração republicana, subir a primeiro subsecretário de Estado durante a administração Cleveland e passar com a atual a outros cargos; finalmente ser há mais de vinte anos secretário em Londres o Sr. White, e há dez ou doze em Berlim o Sr. Jackson.

Nos cargos não protegidos pela lei do serviço civil, da qual o Presidente Cleveland foi até agora o maior propugnador, o mais certo é, no entanto, a substituição dos funcionários consoante a cor política da administração. O facciosismo não pode mesmo levar à paciência que se haja

cortado tão fundo no seu bolo, e tem manifestado suas queixas nas votações sucessivas do crédito destinado à comissão de exames ou concursos, já chegando a reunir perto de 100 votos contrários à voz do general Grosvenor, amigo pessoal do Presidente McKinley. Este precisa, porém, respeitar no conjunto os fatos consumados. Compreender-se-á, aliás, que tivesse maiores saudades do tempo em que o presidente dos Estados Unidos contava para a distribuição com nada menos do que 125.000 cargos somando anualmente 60 milhões de dólares de vencimentos. Há pouco existiam garantidos pela lei no serviço civil dos Estados Unidos nada menos de 178.717 lugares, cujos ordenados somam quase 100 milhões de dólares. O número exato de lugares deixados ainda à disposição do Presidente era de 91.609, dos quais 2.061 subalternos no serviço dos índios e que devem ser preenchidos pelos próprios índios, e 8.117 lugares subalternos de lavradores e trabalhadores. Adicionando-se a esses 66.725 lugares de administradores de correios de quarta classe, vencendo menos de 1.000 dólares anuais, veremos que o que ficava ao presidente não era demasiado para galardoar serviços eleitorais.* O presidente, com efeito, ficava apenas dispondo, além dos do serviço diplomático e consular, de 26 cargos não dependentes de confirmação.

Do pretense saneamento fazem parte, além da extensão máxima do serviço civil, outras modificações no atual estado de cousas: a diminuição em frequência e duração das sessões legislativas, onde a responsabilidade das faltas cometidas não pode tornar-se efetiva pela demasiada dispersão; a correspondente redução no número de funcionários executivos responsáveis, isto é, a concentração cada vez maior de poderes nas mãos de poucos delegados do povo; os embaraços à extrema abundância e pernicioso açodamento da obra legislativa por motivo do velho preceito de Tácito – *Corruptissima Republica, plurimae leges*. O prurido de reformar é igualmente muito nosso, com a diferença todavia que nos Estados Unidos o lado econômico das questões é sempre superiormente estudado por haver mais experiência de negócios e mais bom senso, e que eles contam com

* É mister notar que o número dos lugares públicos tem aumentado consideravelmente nos últimos tempos, simultaneamente com a extensão do serviço civil. O presidente de hoje teria realmente ao seu dispor, em vez dos 125.000 cargos de outrora, mais do dobro. O que é preciso ter em vista é a proporção.

a vantagem de uma mais demorada aplicação da teoria política, na qual não somos geralmente menos versados. A ditadura gradualmente atribuída ao seu presidente pela Casa dos representantes não tem outra explicação, senão a reconhecida necessidade de regularizar a legislação e pôr uma barreira à multiplicidade de projetos de interesse local e individual com a poderosa fiscalização exercida pela pessoa que dirige os debates, e tem a faculdade de organizar a ordem do dia, afora as de nomear integralmente as comissões as quais praticamente executam todo o trabalho legislativo, e encerrar discricionariamente as discussões. O ex-Speaker, juntando às prerogativas de que gosava por virtude do regimento um natural temperamento autoritário, mereceu justamente o cognome de Czar Reed.

O homem do Oeste, fator preponderante da política nacional, se não é especialmente culpado da extensão da apontada corrupção tem, porém, como disse, que carregar com a responsabilidade do progressivo abandono do conservantismo, que foi a nota saliente nos primeiros tempos constitucionais e que o radicalismo tem ido continuamente minado. As heresias financeiras como as inovações ousadas em matéria de administração estão certas de encontrar mais defensores no Oeste do que a leste. A expansão territorial ali despertou entusiasmo unânime, ao passo que nas outras seções do país era acolhida com parciais reservas. Da mesma forma o bimetalismo além firmou seu arraial permanente, e a melhor prova de que ele é mais do que uma especulação dos proprietários de minas de prata ou do que uma ilusão momentânea como há mais de vinte anos a inflação, reside no fato que a *platform* de Chicago, a qual foi expressão da maioria do partido democrata e o cindiu em dois troços irreconciliáveis, deixou de lado a tradicional questão da tarifa e nas várias modificações com cuja recomendação engrinaldou a miragem do dinheiro barato, confundiu-se quase completamente com o programa do partido populista.

Os radicais, abrangendo neste nome os das duas facções, democrata e populista, afora o monometalismo, atacam os bancos nacionais de emissão, os empréstimos contraídos pelo Governo em tempo de paz, os monopólios, as grandes companhias de estradas de ferro; reclamando a livre cunhagem da prata, o papel-moeda do Governo, o imposto sobre a renda, as caixas econômicas do Governo, a encampação pelo Estado das vias férreas e telegráficas, a organização, de preferência à grande, da pe-

quena propriedade particular, às eleições presidenciais e senatoriais pelo sufrágio direto e até, entre os radicais populistas, a legislação direta pelo sistema suíço, a saber, pelo direito de iniciativa e de *referendum*. E como uma garrida flor a meio desse matagal de reformas surge o nativismo, que sempre foi caro ao coração americano como desabafo patriótico, mas que agora tornou-se mais agressivo, erguendo o colo contra o capitalismo europeu ou cosmopolita. Pois não chegou o Senador Daniel, da Virgínia, presidente provisório da Convenção democrática de Chicago, cuja *platform* pode ser considerada como o triunfo doutrinário do socialismo e do nativismo sobre o liberalismo e o cosmopolitismo, anteriormente mais dominantes, a dizer naquela assembléia que a adoção do bimetalismo seria a emancipação do povo americano levantando-se contra a conspiração dos monarcas europeus guiados pela Grã-Bretanha, que querem destruir metade do dinheiro do mundo e empobrecer os republicanos americanos?

Este rubro excesso de sentimento pátrio, enxertando-se na consciência do reconhecido erro da excitação venezuelana – loucura política que poderia ter acarretado gravíssimas conseqüências, no atual juízo público – redundou no enfraquecimento do monroísmo, tal como o encaram pelo menos muitos, patriotas das camadas mesmo as mais educadas, isto é, no seu caráter de máxima expansão comercial e simultaneamente de proteção às nações fracas dentro do continente americano, sem formais desígnios porém de anexação. A acepção primitiva da doutrina de Monroe fora, como é sabido, ditada pela necessidade da própria defesa e segurança dos Estados Unidos e livre desenvolvimento da sua forma de governo, implicando intervenção como conseqüência e não estabelecendo-a como princípio ou regra de proceder inalterável. A atitude do Sr. Cleveland na questão venezuelana tornara, entretanto, a intervenção para assim dizer obrigatória, com a agravante que, na frase do seu secretário de Estado Olney, a vontade americana convertia-se no *fiat* de todo o continente. As conquistas coloniais nas Antilhas e no Extremo Oriente vieram depois solapar tanto o velho como o novo monismo, palavra que já alguém propôs dever ser substituída no dicionário político americano pelo deweyísmo. Com efeito, o monismo – se quisermos respeitar-lhe o prístino nome alterando-lhe de todo a significação – está ameaçado de perder mesmo a sua segunda acepção para tomar uma terceira, mais larga ainda que menos generosa,

mais prática posto que menos definida, tão afastada da primitiva que seria até irrisório guardar-lhe a denominação. Mais acertado parecerá dizer que o monroísmo tem-se esforçado por não deixar-se absorver pelo deweyísmo (emprestando ao espírito de conquista o nome do glorioso marinheiro que não fez outra coisa senão com temerária audácia destruir a esquadra inimiga no porto onde estava abrigada), buscando antes adaptá-lo às condições criadas para a política americana pela tradição, pelo respeito aos textos constitucionais que só reconhecem cidadãos e não súditos, pela análise desapassionada das circunstâncias e sã apreciação dos interesses. Pode-se, aliás, ter por assentado que a famosa doutrina conseguirá seu intento, limitando a expansão territorial às conveniências da defesa e do comércio e abafando os instintos de rapace dominação que têm perdido outros impérios, quando mesmo neles não fermentassem as aspirações e reivindicações, tornadas legítimas, das classes trabalhadoras.

Diz um publicista alemão que o partido social-democrata em sua pátria convertera-se numa agremiação política poderosa com a qual precisam contar os governantes que defrontam com o Reichstag, quando virtualmente abandonou o ideal coletivista de Karl Marx e Lassalle por conquistas mais positivas e mais próximas, preparatórias porventura da outra, a principiar pela igualdade política das classes. Acrescenta ele que nos países onde esta existe o socialismo não medra tão vigorosamente, nem pode congregiar tão compactamente seus esforços. Nos Estados Unidos, onde à igualdade política se junta a social, não deveria pois medrar o socialismo se não fossem as desigualdades de fortuna que perpetuam, agravando-o, pela estabilidade, o regime econômico predominante que sagra tiranos da coletividade em nome da liberdade individual e do progresso industrial, sendo que uma brusca reação contra tal regime transformaria o país da igualdade no da anarquia.

O futuro é impossível de prever com exatidão, mas a anarquia nos Estados Unidos é coisa problemática ou que pelo menos deve vir muito longe pelas razões já indicadas, do bem-estar fácil para todos em contraposição à Europa freqüentemente madrasta mais do que mãe, e da canalização das fortes vontades individuais nas grandes correntes das maiorias, postas em vibração pelas máquinas partidárias que arrastam todas as rebeldias, fazendo vencer as idéias comuns, naturalmente rotineiras e pouco exclusivas, as quais dão à terra de maior individualismo a aparência da maior

uniformidade. Nem pode ser outro o resultado do predomínio das massas, cujo governo, na frase de um publicista francês, não desenvolve a liberdade de espírito: sufoca-a por uma razão matemática. Como ao mesmo tempo, porém, são os Estados Unidos a terra de todas as novidades, a pátria de todos os sonhos, o terreno de todas as experiências, e que sobre o fundo do conservantismo nacional o idealismo sobrepuja não raro o positivismo, é de reccar que muito do espírito conservador britânico tenda a desaparecer à medida que o produto americano se for caracterizando diversamente ou assumindo uma feição cada vez mais própria. A infiltração tão considerável de elemento germânico pode por um lado elevá-lo das preocupações socialistas que são preeminentes no povo alemão, mas por outro lado serve, no dizer mesmo de nacionais, como corretivo fleumático ao temperamento nervoso do americano, que a excitabilidade irlandesa não era própria para atenuar.

Seria uma falsidade aventar que o socialismo ainda não invadiu a sociedade americana depois de ter citado o atual programa democrata e em face de livros como *Progress and Poverty* de Henry George, falecido a meio de uma árdega campanha para a *mayoralty* de Nova York, na qual o sustentava uma fração do partido democrata do Estado, e *Equality* de Edward Bellamy, cujo herói, Julian West, adormece para acordar no ano 2000 quando já se achará funcionando a sociedade comunista do futuro, que o autor ideou imersa numa desanuviada felicidade que talvez não correspondesse na realidade à sua visão científica. Convém notar que se tal sociedade vier a instalar-se, os Estados Unidos achar-se-ão para ela melhor preparados, será menos árdua sua adaptação que a de qualquer outra nação, neste sentido que neles impera o coletivismo político, pois outra coisa não se deriva afinal da rigorosa aplicação do sufrágio universal.

O coletivismo econômico é decerto diferente no alcance e na importância que representa para cada membro da comunidade política, mas se consciente, pressupõe e não é possível sem o outro coletivismo. Para atingir esse grande alvo, muito longínquo, faz-se primeiro mister levar de vencida o sistema econômico sobre o qual fundou-se a prosperidade nacional, porém que abafa a livre concorrência comercial, encarecendo os gêneros para o consumidor por meios artificiais em vez de dá-los a preços justos e razoáveis.

O fundamento deste *regimen* burocrático é, contudo, idêntico àquele sobre que se baseia o coletivismo. Não prevalece por acaso no co-

munismo o sistema de restringir a quantidade da produção e fixar-lhe o preço? A diferença, na verdade capital, está em que em vez de limitar-se a concorrência em proveito da comunidade, que trabalharia toda ela igualmente apenas o bastante para fazer jus ao ganho, sobrando-lhe tempo para os desfastios intelectuais, hoje privativos do menor número, dos escolhidos, é ela limitada para benefício de alguns capitalistas interessados na produção, e cujas riquezas chegam ao ponto de completa desproporção com as exigências da prodigalidade mais desenfreada, não podendo também servir para sólido fundamento de poder porque este já de direito pertence, e aqui de fato também, às massas. O retraimento, a modéstia que hoje são na velha Europa o sinal de distinção aristocrática comprovam justamente esta verdade: tais predicados apareceram com a perda do poder político que pertencia outrora aos senhores opulentos e faustosos. Outrossim, o amor da exibição que é uma consequência legítima, quase necessária, da fortuna, não seria mais absolutamente popular e serviria somente para atiçar os rancores de classes, denunciando mui às claras a odiosa acumulação de riquezas.

Que o radicalismo americano não significa, no entanto, perfeita fusão com o socialismo, natural expressão de descontentamento avolumado pela imigração européia, colige-se do exame daquela mesma *platform* de Chicago que até aqui tem sido, afora os ideais revolucionários pouco seguidos de certas associações de trabalhadores, o que um americano chamaria o *test-proof* do progresso entre um partido de governo das idéias apelidadas adiantadas, que assim entram na rotação política. O que abrange afinal aquele programa de tão grave, de tão ameaçador? As reformas propriamente políticas, o sufrágio direto e o *referendum*, a ninguém assustam mais: o *referendum* é a base da mais antiga e mais prática das democracias. O *income tax* existe na Inglaterra e outros países; breve ter-se-á espalhado até ser um imposto uniforme e geral: o perigo dele vem tão-somente do confiar-se o poder de taxaço a assembléias ou juntas ignorantes e incapazes. A guerra aos monopólios e sindicatos é um bem: exerce a ação de um freio posto à absorção pela riqueza particular. Recordemos a benéfica adoção, há doze anos, da lei regulando o comércio interestadual, que pôs nas mãos de uma comissão de nomeação do Governo Federal o poder de limitar a excessiva concorrência e impedir as explorações, por vezes abusivas e escandalosas, das companhias de transporte por vias férreas.

A Corte Suprema há pouco confirmou o complemento dessa lei, proibindo os *pools* ou acordos entre as companhias que a eles tinham recorrido no intuito de proibir aquela concorrência, mediante, porém, a imposição a seu talante ao público de preços uniformes, os quais por vezes prejudicavam altamente a agricultura e perturbavam em proveito de um punhado de magnatas as relações mercantis entre as várias seções da União. Segundo a decisão da Corte Suprema, que interessa uma indústria representada nos Estados Unidos por um capital superior a 10 bilhões de dólares, com um rendimento anual líquido de quase 150 milhões e dando emprego a perto de um milhão de pessoas, tais conchavos são em detrimento e coação do comércio e violam a *Anti-trust Law*. Se por causa de semelhante decisão ressuscitassem as guerras de tarifas, seria em benefício dos pobres, barateando os gêneros de primeira necessidade e aliviando, portanto, o custo da vida doméstica; mas a obviar o inconveniente que delas adviria para o comércio em razão da instabilidade dos preços de transporte, pois os negociantes justamente se arreceiam de mandar buscar artigos quando sabem que estes podem descer mais no dia imediato por causa de um novo abaixamento de tarifa e serem assim vendidos com maior vantagem de outros negociantes, apresentou o Senador Foraker, de Ohio, em março de 1897, um projeto de lei autorizando as associações ou *pools* das estradas de ferro *debaixo da fiscalização* da comissão de comércio interestadual.*

* Pelo fato de já se acharem as companhias de vias férreas debaixo da fiscalização da referida comissão é que a minoria da Corte Suprema (quatro juizes em nove) discordou da decisão, julgando que a *Anti-trust Law* “apenas visa às combinações gerais, desarrazoadas e prejudiciais ao comércio e aos interesses públicos”. Na opinião dos juizes dissidentes a extensão desta interpretação seria destruidora da liberdade mercantil e de contrato, e contraria as reconhecidas autoridades judiciais. Em seu parecer, aprovado pela maioria do tribunal sustentou o juiz Peckam, referindo-se aos sindicatos, que os seus resultados podem ser diferentes, porém que a sua essência é idêntica, tendo todos por motivo o aumento da riqueza individual ou de uma corporação, sempre em detrimento do interesse público. Os preços das manufaturas podem baixar pela redução das despesas de produção, mas este ganho é feito com as perdas dos pequenos fabricantes e negociantes ocupados no mesmo ramo de indústria ou comércio. Depois, está sempre dependente do mero arbítrio do sindicato a elevação do preço da manufatura, e não é este o maior dos males que provêm de semelhante aglomeração de riqueza nas mãos de poucos.

Se o inquérito Lexow, ordenado pela legislatura de Nova York para conhecer o estudar os meios de coibir as demasias dos sindicatos, resultou num fiasco, a mesma legislatura adotou unanimemente na mesma sessão um imposto gradual de transmissão que sobe até 15%, baseado não sobre o grau de parentesco, mas sobre o valor da herança e recomendado pelo recebedor Roberts, que, aliás, possui um milhão de dólares. O inquérito Lexow não podia conduzir a resultados práticos, não só em razão dos fracos poderes de que para tornar efetiva sua ação dispõe uma comissão desse gênero, como porque para torná-la rigorosa seria necessário uma concordância de esforços estaduais, mais do que isso, a completa alteração das presentes condições políticas e econômicas americanas; além do difícil que é acusar um sindicato de haver compelido casas de negócio e fábricas que se não incorporaram nele a fecharem suas portas, sem com tal acusação atentar contra o princípio da livre concorrência, assim como provar que a despedida de operários provém de uma redução artificial, outros diriam de uma regulação criminosa da produção, e não do efeito natural das máquinas sobre o labor manual ou da depressão comercial que costuma suceder aos períodos de prosperidade. A verdade contudo é (e o inquérito Lexow deixou isto patente) que, depois da formação do *sugar-trust* pelos irmãos Havermeyer, oito refinações suspenderam suas transações, ficando sem trabalho 6 a 7 mil operários nelas empregados. Os lucros deste *trust*, que produz 80% do açúcar consumido nos Estados Unidos, foram nos três primeiros anos de 20 a 25 milhões de dólares, pagando dividendos de 10 a 15% sobre o capital nominal, afora a capitalização do grande fundo de reserva. Uma das firmas incorporadas noutro gigantesco sindicato, o do café, organizado pelo Sr. Arbuckle, de Nova York, teve em 1896 lucros de 100 por cento.

É preciso também não esquecer que as proibições legislativas não podem ir até o ponto de interferir com a liberdade de indústria. As democracias não logram fugir a muitos dos males do capitalismo, o qual baseia-se nas próprias condições da independência individual, dos direitos do cidadão garantidos pela Constituição. No relatório da maioria da comissão parlamentar do Estado de Nova York em que se acham denunciados com vigor os sindicatos e estigmatizados os enormes dividendos pagos de fato

sobre um capital elevado a muitos por cento acima do seu real valor, o Senador Lexow reconhece a incapacidade do Estado para impedir semelhante inflação fictícia de capital e também os conchavos de produtores e agentes ou vendedores impondo leis aos consumidores, sem uma emenda à Constituição Federal, porque atualmente estados há que facilitam aquilo que outros querem evitar e qualquer proibição portanto teria como resultado mais palpável a emigração do capital de um campo menos favorecido para outro mais propício: em Nova York bastar-lhe-ia atravessar para Nova Jersey.

Entrementes prossegue intemerata a Corte Suprema, exercendo o seu papel de reguladora ou de verdadeiro poder moderador, a um tempo decapitando o *income-tax* e os *pools*, cerceando o radicalismo e o capitalismo. Essa perspicácia diante dos perigos anunciados e correlativamente esse equilíbrio no manejo da coisa pública são infelizmente traços que se não imitam, que pertencem à raça. O autor de um excelente trabalho que acaba de aparecer e que na sua modesta apresentação pode ombrear em clareza de estilo, abundância de idéias e felicidade de crítica com estudos julgados exaustivos, escreveu a seguinte justa frase: “Na política da raça inglesa a teoria ética não domina a prática nos negócios públicos assim como a não domina nos negócios correntes. Suas instituições não foram feitas por pauta, mas cresceram tendo suas raízes em motivos de raça e recebendo sua forma característica de circunstâncias de desenvolvimento.”* Isto explica como a Constituição americana, elaborada sob uma grave impressão de pessimismo pelo seu futuro, expressa por homens como Washington, Hamilton e Madison, foi-se adaptando ao progresso das idéias ao ponto de ser hoje, tanto como outrora, correspondente às inclinações nacionais. Modelada para consagrar o governo de classe, pois de nada se arreceavam mais os próceres do *Federalista* que das tendências democráticas, é presentemente o *paladium* das liberdades populares, que estabeleceram o governo das massas. Feita como o proclamava aquele celebre órgão, para permitir ao governo dirigir os governados e em seguida obrigá-lo a fiscalizar-se a si próprio, é ela que autoriza

* Henry Jones Ford, *The Rise and Growth of American Politice*, 1898.

os governados a fiscalizarem e dirigirem o governo, sem que revolução alguma invertesse o plano, atuando tão-somente a aptidão da raça para o *self-government* e a evolução natural do pensamento.*

Se entrarmos contudo em alguns pormenores, veremos quanto divergem as atuais instituições dos propósitos dos seus fundadores. O Senado, destinado a ser um corpo consultivo para o Presidente, o *privy council* desse soberano sem título, cedeu essa função ao gabinete, o qual devia ser quase independente do chefe da nação, formando um grupo de funcionários à testa dos diferentes departamentos. O Senado passou a assembléia essencialmente deliberativa e preponderante; os departamentos federais viram seu papel de organizadores e relatores de planos ou projetos de lei absorvidos pelas comissões do Congresso, desmanchando-se por fim a conexão entre administração e legislação; o colégio eleitoral perdeu toda dignidade e autonomia, ficando reduzido a um manequim constitucional, com mandato imperativo, e cabendo na realidade ao sufrágio direto a escolha do Presidente; este por último, que fora ideado superior aos partidos, um rei eletivo, converteu-se no eleito do povo pela voz e ação de um dos partidos que formaram-se para emprestar um impulso comum ou uniforme aos ramos executivo e legislativo do governo, reunindo-os debaixo do mesmo programa.

O grau de bom senso atingido pelo povo americano pode ser induzido deste simples fato: durante a última campanha presidencial, operários tomaram a palavra em reuniões públicas e de clubes para, desprezando todo arreganho antiplutocrático, defenderem o monometalismo ouro e denunciarem a livre cunhagem da prata como podendo afetar seus interesses e determinar uma diminuição de seus salários pela diminuição de valor da moeda. Entretanto esta questão do ouro e da prata, na qual encontrei imersos os Estados Unidos em 1896, é realmente uma questão econômica disfarçada num conflito financeiro; é a luta pacífica entre o capital e o trabalho, e como tal subsiste sempre, tendo apenas sido embalada pelos bons negócios, adormecida pela excitação da cam-

* Henry Jones Ford, *ob. cit.*

panha estrangeira e sopitada pelo estrépito já distante das aclamações aos vencedores. Como já expliquei na introdução, esse duelo do dinheiro caro e do dinheiro barato envolve interesses particulares e adversos, proprietários das minas de prata do Oeste, os intitulados *silver barons*, um total de 22 indivíduos e companhias representando um capital de 547 milhões dólares e para os quais a livre cunhagem representaria um lucro de 41 milhões anuais, e dos capitalistas de leste, ligados à praça de Londres; envolve também teorias monetárias antagônicas, ferozmente irreconciliáveis como todas as doutrinas sectárias; ciúmes seccionais complicados com ciúmes de proventos entre fabricantes e agricultores; intrigas políticas locais e nacionais, mas sobretudo encobre o fermento socialista, engendrado pelo radicalismo.

Esse socialismo não dá-se, especificamente, no sentido do coletivismo contra o individualismo, pois até creio, quanto ao coletivismo, que o melhor do seu tempo já passou; no sentido porém da maior remuneração do trabalho contra os ganhos menos extraordinários do capital: uma distribuição mais equitativa da riqueza e não o quimérico nivelamento. Um dos argumentos dos que não contestam a grande soma de justificação que encerram as proposições e aspirações do socialismo, é que a distribuição rigorosamente igual da riqueza faria todos pobres, que é absolutamente preciso haver uma classe que poupe e outra que produza, que a aplicação estrita do socialismo de Estado acarretaria despesas fabulosas para as quais não haveria receita correspondente. É a isto que melhor dizem responder os partidários da livre cunhagem da prata quando aventam que ela importaria no barateamento do dinheiro, cujo grande valor atual provém da sua escassez ou não equivalência às necessidades do público mercê da acumulação nas mãos do menor número, que mantém altos em proveito próprio os preços dos gêneros e artigos manufaturados, fazendo pagar por uma colossal retribuição o emprego dos seus capitais. Uma vez aumentada a circulação monetária, o preço de todos os gêneros e artigos diminuiria, porque o dinheiro deixaria de ser zero. Replicam, contudo, os contrários que os salários também se tornariam baratos, existindo uma correlação que só pode ser destruída pela destruição de todo o edifício social a fim de erguer na planície rasa a torre do comunismo.

Nas circunstâncias atuais é fato que a extrema diminuição do poder de aquisição do dinheiro causaria antes uma maior carestia dos alimentos e manufaturas do que previamente se dava, em virtude da maior distância que se estabeleceria entre o instrumento de compra e o preço ou valor da produção. Nem foi outra cousa o que aconteceu o Brasil com a plethora da circulação fiduciária, imaginada pelo ministro da Fazenda do governo provisório para aumentar os meios de desenvolver os recursos nacionais.

A demonetização da prata era, segundo os bimetralistas, a causa da depressão comercial que assinalou a segunda administração Cleveland e que os republicanos atribuíam ao abandono da política protecionista pela qual se salientara a administração Harrison. Um memorando publicado durante a campanha presidencial de 1896 pelo secretário do Tesouro Carlisle mostrava, contudo, que os saldos orçamentários foram baixando progressivamente desde 1888, apesar de haver sobrevivido em 1890 a tarifa McKinley, sendo afinal substituídos em 1894, justamente no ano da tarifa moderada Wilson Gorman, por um grande déficit malgrado as economias realizadas pelo governo. Com a nova tarifa democrática os déficits foram pelo contrário diminuindo, subindo muito as receitas.

Se os maus tempos não tinham pois por motivo a falta de excessiva proteção aduaneira, deviam ter por causa, no entender dos democratas radicais, a ab-rogação da lei Sherman relativa à compra da prata, trazendo como conseqüências a contração da circulação, o maior valor do ouro, a carestia da vida e a diminuição dos preços das manufaturas: estamos vendo que a baixa não menos que a alta dos produtos industriais serve para ilustrar a necessidade do bimetalismo. O falecido economista David Wells, num excelente estudo publicado na *Tribune* de Nova York, então examinava essas variadas alegações, opinando que a baixa das manufaturas – ainda assim considerada alta pelos consumidores – é um fenômeno geral e progressivo nos últimos 25 anos, atingindo 30 a 40 %. Desde 1891 o algodão, o trigo, o ferro, o cobre, a lã, as peles, o couro e o petróleo têm descido aos seus preços ínfimos neste século. O fato tanto se não explica pelo aumento do valor do ouro, pois neste caso o ouro poderia com a mesma quantidade pagar maior porção de trabalho, que pelo contrário

os salários têm subido e não decrescido, alcançando os preços máximos da história. Com relação ao trabalho, a proporção da diminuição do valor do ouro foi de 100 em 1873 para 83 em 1893. Com relação ao juro, tomando como base os consolidados ingleses, a proporção baixou de 100 em 1873 para 75 em 1896. Os transportes de mercadorias por vias férreas e por mar baixaram mais de 75% nos últimos vinte anos.

É outra a razão da diminuição do preço dos produtos manufaturados: reside no maior aproveitamento das forças da natureza, geradoras do trabalho e no conseqüente considerável aumento da produção, subindo em alguns ramos da indústria a economia do trabalho a 70 e 80%, e sendo em média de 40%. Esta razão é infelizmente num dado sentido permanente e progressiva. Se os preços não têm baixado ainda mais, encontra-se o motivo no aumento da procura e consumo determinado justamente pela vantagem de preço.

Nos produtos agrícolas o aumento da produção também tem sido importante, causado pelos processos mais adiantados de cultivo. De 1869 a 1872, a produção do trigo nos Estados Unidos era em média de pouco mais de 244 milhões de *bushels*. Desde 1890, porém, a colheita anual tem sido de cerca de 570 milhões de *bushels*. A Índia, que dantes não exportava trigo, exportou em 1892 56 milhões e meio de *bushels*. Em 1894 a República Argentina, a qual em 1889 não era considerada fornecedora de trigo, exportou 60 milhões de *bushels*. A produção russa subiu de 168 milhões e meio em 1891 a 300 milhões em 1894. A produção também subiu na Áustria, Hungria e Espanha. O excesso da produção agrícola da Austrália, pronto para exportação, é superior às necessidades do consumo do povo do Reino Unido. Quanto ao algodão, a produção nos Estados Unidos foi em 1890 de mais do dobro do que era em 1871, e nesse período a população apenas aumentou em 56%. O resultado é que a libra de algodão vendia-se em 1880 por 11.5 centavos e vende-se hoje por 7.^{1/8} centavos.

A prata seguiu a lei de todas as mercadorias, para cujo excesso de produção se procura uma saída no comércio externo. A produção total daquele metal, que era em 1873 de 61 milhões de onças, subiu em 1895 a 165 milhões de onças, descendo o seu valor por onça, calculado em ouro,

\$1.04 a 50^{7/10} centavos. Não é, portanto à desmonetização que, segundo o Sr. Wells, se deve atribuir a baixa do valor da prata, mas ao excesso da sua produção. A livre cunhagem não aumentaria o valor real do metal no mercado e somente provocaria as mais sérias desordens financeiras. O descontentamento econômico não raciocina, todavia, fria e cientificamente sobre os fatos.

Não admira que Bryan e o programa bimetalista de Chicago recebessem tão grande votação no Oeste quando os agricultores destas regiões gemem pela falta de facilidades de crédito, as quais segundo um artigo de Maurício Mutleman, o autor do conhecido livro *Sistemas Monetários do Mundo*, estão na razão de \$252 por habitante na Nova Inglaterra, \$129 em Nova Iorque e na Pensilvânia, e apenas \$36.57 no Oeste e \$18.70 no Sul dos Estados Unidos. Há dez anos passados o valor das hipotecas em todo o país era de 13 bilhões de francos. Diz o citado economista que o pequeno agricultor americano (é sabido quão incerto são os lucros da lavoura) hipoteca muitas vezes a sua herdade com juro de 15% e ainda se vê na necessidade de pedir emprestado, hipotecando a colheita vindoura. O fornecedor a quem ele dirigiu-se para obter as provisões de que carece, carrega-lhe primeiro o juro do empréstimo, vende-lhe mais caro os artigos pedidos e recebe por valores menores os produtos dados em pagamento. Tudo isto somado freqüentemente excede de 20% e por vezes aproxima-se de 30% de juros realmente pagos sobre o capital emprestado. Eis a razão por que o agricultor imagina especialmente que o aumento do dinheiro em circulação lhe será vantajoso e que a prata, metal barato, não poderá deixar de trazer-lhe a abundância, além de reduzir-lhe praticamente as dívidas de metade pela diferença entre o valor dos dois metais.

A agricultura não luta, todavia, só com a dificuldade do crédito; luta com as dificuldades que poderemos chamar naturais, comuns a todos os países quando se dá excesso da produção sobre a procura, e que mais sensíveis são numa terra de grande fertilidade, a qual estimula o próprio excesso da produção e ao mesmo tempo sofre uma depreciação mercê da baixa de preços resultante; luta também com as dificuldades oriundas da carestia dos transportes, imposta pelos sistemas ou aglome-

rações de vias férreas nas mãos de alguns argentários, que ditam suas tarifas móveis, especulando com a alta e a baixa dos gêneros agrícolas, e contra cuja tirania hão sido impotentes as associações e cooperativas dos agricultores. Além disso, vão-se fundando constantemente grandes propriedades, o que significa facilidades para aquisição e emprego dos maquinismos mais aperfeiçoados, mas significa igualmente o abafamento das pequenas herdades debaixo da sua produção colossal. E se tantas e tais dificuldades grassam num país onde é característica a policultura, o que não deve sofrer a lavoura de um país como o nosso, atreito desde século a duas ou três culturas absorventes, país sem crédito agrícola, sem inteligência e independência suficientes entre a classe dos produtores, que não têm uma verdadeira compreensão dos seus interesses nem espírito algum de solidariedade, sem as qualidades enfim no seu povo, desta raça nascida para a luta.

A alteração das circunstâncias que atualmente predominam na economia americana não é possível enquanto permanecer ativa o que a história mostra ter sempre sido predominante nas sociedades civilizadas – a influência da acumulação de riquezas. É natural que o capital influa bastante na marcha do Estado, já que ele representa, e o juízo popular aqui o discrimina assaz, o resultado do esforço e da capacidade, além do melhor fundamento da prosperidade nacional. É com efeito preciso conservar presente quão poderosamente hão contribuído as corporações e sindicatos para a grandeza material de um país como este, país novo e cujo desenvolvimento requeria a utilização de grandes capitais. Como ter rapidamente povoado o Oeste sem os caminhos de ferro transcontinentais construídos depois da guerra, os quais edificaram o formidável comércio interestadual que ainda há pouco constituía 93 e 94% do comércio americano? Como pensar agora no aproveitamento de boa parte das regiões de além Mississípi, destinadas a um futuro admirável se algum dia deixarem de ser áridas, sem irrigação artificial, abertura de grandes canais, desvios de cursos de água, trabalhos de fertilização todos de mui dispendiosa execução? Somente o comunismo ou o capitalismo pode operar milagres desta natureza, e como o primeiro não constitui um sistema de aplicação imediata, é mister recorrer ao segundo. Ora como animar o capital sem concessões de terras

ou outras, sem garantias indiretas de juro, numa palavra, sem favor oficial? Para obter a proteção legislativa carece, porém, o capital de solicitá-la, e isto é o que se chama agir sobre a vida política da nação. A princípio essa ordem de coisas não sofreu oposição, que só nasceu quando os abusos se foram originando em agregações mais poderosas de capital e lucros mais desproporcionados com o esforço.

Nem por ser contrabalançada pela independência popular é semelhante influência menos forte neste país. Entretanto “uma fiel descrição da situação da classe rica na América de hoje diria provavelmente que a acumulação de riqueza pelo próprio esforço de um homem é admirada pelo público e grandemente respeitada, se ele a consagra inteiramente a objetos de utilidade pública, mas que sua tentativa de participar na direção do governo é vista com certo ciúme, ao passo que as contribuições para fins partidários são avidamente recebidas pelos mandões e que cargos públicos são ocasionalmente oferecidos por elas numa regular permuta”.* Constitui isso de resto um meio de defesa da classe opulenta diante da marcha ascensional das camadas pobres para o governo do Estado, a saber, para o poder de taxar a propriedade, cuja faculdade em mãos dos politiquinhos ignorantes e eivados de prejuízos é o recurso mais prático que até agora o socialismo bem encontrado para abrir seu caminho. O governo dos pobres numa comunidade rica serve assim para favorecer a corrupção política, esperando os pobres dos ricos que paguem seus serviços ou desmanchem suas oposições. Notemos de passagem que nada tem contribuído mais nos Estados Unidos para semelhante resultado do que a questão da tarifa ultraprotetionista, criando no país indústrias que vivem exclusivamente do favor legislativo e outras cujos enormes lucros estão dependentes do arbítrio do Congresso na redação da pauta aduaneira.

Não creio que haja sido inútil para o fim especial deste livro a digressão feita para examinar alguns aspectos atuais da política interna americana. Estamos todos de acordo em que a Constituição brasileira – a

* Godkin, *ob. cit.*

aplicada, embora não a teórica – deve ser um produto próprio e até se assevera que em parte já o é, mas como por outro lado ninguém põe em dúvida que a nossa lei orgânica não é original como a inglesa e, antes, foram os Estados Unidos o nosso único e exclusivo modelo, a comparação era de rigor. É claro que por ser uma república federativa o Brasil não tem que copiar servilmente a república federativa dos Estados Unidos, como com razão pretende o Sr. Assis Brasil*: sendo porém os Estados Unidos a república federativa por excelência e o figurino que nós escolhemos, o estudo dos precedentes, a teoria do sistema e ao mesmo tempo a explicação dos usos e costumes políticos que o transformaram, não são para desprezar. Pelo contrário, impõem-se, devem ser objetos de estudos especiais e meditados, apesar das condições diversas em que se acham modelo e cópia, as quais são flagrantes.

Nós estamos ainda na fase política, isto é, no período de adaptação das instituições ao povo entre o qual elas foram implantadas. Os Estados Unidos já estão de há muito na fase social, isto é, na fase em que se discute a divisão e governo do edifício levantado sobre a base das instituições aceitas sem discrepância e funcionando sem atritos. Para a fase social ainda nos falta nada menos do que os dois termos da equação: não possuímos nem capital nem trabalho que possa entrar em conflito. O capital das nossas empresas industriais é na maior parte estrangeiro, como o é o das nossas instituições bancárias e até o do nosso comércio a retalho. Capital genuinamente nosso podemos dizer que só o é o representado pela agricultura, as terras do açúcar e do café, e esse sabemos como anda onerado pela depreciação dos produtos, pelos encargos da manutenção das propriedades, pela feição de descuido que nos deixou a organização do trabalho escravo, por tudo quanto torna a classe agrícola a mais sobrecarregada de despesas e a menos acumuladora dela. O trabalho é deficiente em quantidade e no geral inferior como tipo, sendo constituído pelos ex-escravos e seus descendentes e pelos povos de ordinário menos aptos da Europa para uma atividade regrada e constante, sem a

* *Do Governo Presidencial na República Brasileira*, 1896.

qual não pode existir estímulo e coletivo de progresso e apenas tentativas anárquicas de reforma social.

Há quem diga que os erros ou desvios até aqui verificados na nossa marcha política não são mais do que as dificuldades da adaptação, as claudicações da incerteza: convém no entanto não deixar prolongarem-se demasiado aquelas dificuldades ou perpetuar-se esta incerteza. Acusarmos divergências do modelo, alterá-lo, modificar o regime, conservando-lhe porém a essência e respeitando-lhe a alma, nada é de errôneo, porque o regime, podemos nós ajeitá-lo sem perigo às nossas condições; o pior é que, se uma vez, não alterado mas desnaturado o sistema, obliquada a sua diretriz, podem cometer-se faltas gravíssimas, atentados irremediáveis contra a liberdade, erros capitais envolvendo sua destruição. É neste sentido que a observação do modo de funcionar da máquina política americana e o estudo da prática do presidencialismo nos Estados Unidos, descontadas as diferenças de meio, podem fornecer-nos uma comparação proveitosa.

O povo deve habituar-se a conhecer perfeitamente a legislação sob que é governado, como bem diz o ex-Presidente Harrison no prefácio do seu interessante volume de vulgarização.* Deve não só conhecê-la, como respeitá-la. Que melhor exemplo deu o povo americano do seu firme respeito à lei do que a calma com que foi recebida a decisão da Corte Suprema anulando, primeiro as disposições mais graves e depois toda a lei do Congresso estabelecendo o *income tax*? Os que mais haviam reclamado este imposto foram dos mais pressurosos em acatar a interpretação constitucional do alto tribunal, que ninguém pensou em discutir senão debaixo do ponto de vista jurídico. A impopularidade desse aresto entre os elementos radicais da política traduziu-se pouco tempo depois na frase da *platform* lida e votada na Convenção democrática de Chicago condenando *in totum* os empregos vitalícios. Esta referência foi contudo tão mal recebida pelo geral da opinião que ocasionou um engraçado episódio. A redação oficial da *platform* publicada dias depois inseria a

* *This Country of Ours*, 1898.

frase aludida com as seguintes palavras restritivas: “exceto os cargos mencionados na Constituição”, ou por outras palavras, os cargos de juízes da Corte Suprema que se havia justamente pretendido ferir. Com a restrição o sentido ficou plenamente invertido e o alcance do tópico do programa democrata-populista inteiramente invalidado. O *comitê* das resoluções explicou pouco engenhosamente a diferença dizendo que o original da *platform* já continha a restrição, mas que estava escrita em um pedaço de papel separado, que se perdeu e do qual não chegou a ter conhecimento o estenógrafo oficial.

Infelizmente estamos por ora bem longe do ideal de educação constitucional que este e outros fatos indicam. O nosso povo não conhece nossas leis e menos se importa com elas: ao que mais visa é a evadi-las. Tal predisposição numa comunidade é fundamente corrosiva, já que a obediência consciente à lei é o sinal mais seguro de um alto grau de civilização e a condição necessária da verdade de qualquer regime representativo. Obediência consciente supõe conhecimento, e como sem conhecimento das leis é possível de verdade confiar a representantes o direito de mudá-las e a funcionários executivos o dever de aplicá-las? Se, como vários pretendem, a tendência das democracias é para cercearem cada vez mais as ilimitadas atribuições dos corpos legislativos e consultarem mais freqüente e mais diretamente a vontade popular, da qual são mandatários os funcionários executivos, como pode aquela tendência exercer-se beneficentemente se à vontade popular faltar esclarecimento, portanto independência? O problema inicial para nós reside, pois, na educação popular; esta porém deve mirar mais alto em alguns pontos do que o modelo oferecido pelos Estados Unidos pelo que toca aos característicos da sua política interna.

À educação compete inculcar no ânimo do povo que a política não deve ser um ganha-pão e muito menos um modo de granjear riqueza, como é bastante corrente nos Estados Unidos, mas um serviço desinteressado à nação; que acima dos partidos está a pátria, e por isso os cargos públicos devem ser reservados para os competentes e não rebaixados a pura recompensa de serviços partidários ou, o que é ainda mais desmoralizador por quebrar todo estímulo, a graças derivadas do nepotismo; que o pensa-

mento e a ação devem combinar-se e não viver segregados, como aqui ainda acontece e acontecerá enquanto a classe dos *politicians* não for elevada ao que deve ser, ao agrupamento superior dos homens mais limpos, mais capazes, mais merecedores. O programa é belo, posto que o seu cumprimento seja difícil; a condição ou sinal de progresso é, porém, a contínua aproximação do ideal traçado à alma nacional, e as nações que não progredem não merecem viver.

Nos Estados Unidos os apelos de reforma daqueles que estigmatizam a corrupção do atual estado político, comparando-o com o que a Inglaterra apresentava no século XVIII – o século de Walpole –, quando a imoralidade parlamentar, o poder pessoal do soberano e a influência corruptora da aristocracia combinavam-se para enodoar a gestão dos negócios públicos, podem dirigir-se ao povo, porque este existe e os compreende. A opinião está à altura de condenar os abusos dos partidos, e a força das nações livres e educadas reside no poderem censurar e corrigir as instituições que dentro delas venham a contaminar-se. A liberdade cura os males da própria liberdade. Nada mais frisante do que o salutar efeito exercido pela New York Bar Association, a saber, pela livre crítica dos jurisperitos da Empire City sobre a tendência dos juízes eleitos do Estado em mostrarem-se servis perante as organizações políticas que os elegeram. Sem as indicações inteligentes e precisas da opinião, como poderia o Congresso proceder acertadamente por si? Não existindo por um lado a idéia de direção e por outro lado despindo-o o regime presidencial de responsabilidade efetiva na administração pela separação do ramo executivo, muito fácil ser-lhe-ia, malgrado todos os empecilhos do seu regimento, descambar nos exageros e crimes das assembléias anárquicas e irresponsáveis.

Nós não temos povo que possa sequer ouvir e ajudar os zeladores da honestidade pública, os que buscam despertar correntes de opinião. Os reformadores, se é que merecem este pomposo nome os que apenas buscam encaminhar o país para o bem, têm de dirigir-se aos homens honrados, pela maior parte ainda que nominalmente dentro da política, para que antes de mais nada se esforcem por que seja o Brasil dotado de um povo. Um povo educado e culto só pode assustar os que

no seio dos partidos puxam os cordéis em seu benefício e formam a lepra dessas organizações destinadas a prestar altos serviços coordenando e sistematizando os cambiantes de opinião, e destarte exercendo uma ação conciliadora e unificadora. Assim como o *boss* tornou-se uma necessidade nos estados, cuja autoridade executiva enfraqueceu-se com o grande número de empregos eletivos, portanto subtraídos à mercê oficial, a fim de imprimir à máquina partidária uma força diretriz e um movimento centrípeto, da mesma forma as agremiações nacionais são indispensáveis para congregar e congraçar dentro da União as aspirações e interesses seccionais. A abafada tendência separatista só foi eliminada do organismo monárquico brasileiro quando se formaram os dois partidos tradicionais – conservador e liberal – que, apesar de sua organização defeituosa, converteram as questões em pleitos gerais e imprimiram à marcha dos negócios públicos um cunho nacional. Como sem a irmandade de esforços do partido liberal ter dado impulso uniforme à propaganda abolicionista em províncias cuja organização de trabalho era tão dessemelhante em importância? As organizações políticas da União Norte-Americana aproximam as classes fornecendo-lhes alguns intuítos comuns, agregam as populações alienígenas e as fundem na indígena, e ligam entre si os estados, moderando a violência partidária pelo ajustamento das concessões, tornando geral a amenidade que nos Estados Unidos tanto caracteriza as expressões da opinião.

O defeito da maravilhosa organização dos partidos nos Estados Unidos está em que escraviza os políticos, despojando os menos resistentes da sua independência. Procurando há poucos dias por uma influente delegação dos seus eleitores de Manchester para ser censurado por favorecer o estabelecimento de uma Universidade Católica na Irlanda, respondia o Sr. Balfour, *leader* da Câmara dos Comuns e apontado herdeiro da herança política de Lord Salisbury, seu tio: “É-me indiferente permanecer na vida pública. O que me não é indiferente é ser-me vedado exprimir, mesmo em prejuízo de meus interesses, as vistas e opiniões que em consciência adoto.” Um político americano não falaria, é quase certo, deste modo, não porque seja um homem particularmente de menos caráter que o Sr. Balfour, mas porque não é esse o costume nas relações entre mandantes e mandatá-

rio. O político americano obedeceria antes cegamente à indicação dos seus eleitores porque esta equivale à vontade do partido, que é superior à sua, indiscutível como um cânon.

Sem tal espírito de renúncia seria por certo impossível manter em um país tão imenso a unidade partidária, mas ele é também uma das causas de arredarem-se da vida pública muitos homens de mérito, pouco inclinados a imolar suas idéias às de uma maioria que sabem não valê-los. Igualmente é fora de dúvida, por um lado, que tal disciplina dá maior razão à asseveração de Bagehot, de que os americanos são mais respeitadores da lei que os ingleses; por outro lado, porém, desacredita ainda mais a classe dos políticos, que não são afinal piores nem melhores que os dos outros países, tendo as mesmas artimanhas, as mesmas invejas, as mesmas ambições, com a mesma solidariedade e uma tolerância rara. O espetáculo da política feita por multidões mais do que por indivíduos é natural que coloque na penumbra as boas qualidades deles, e que insinue que a sua subserviência para com o partido é sempre fartamente compensada pelos lucros diretos e sobretudo indiretos que lhes permite o manejo dos negócios do Estado. Não há dúvida que a união da política e do ganho é uma *mésalliance*, de que resulta desdouro para a primeira, mas ao lado do espírito mercantil que tanto anima toda a comunidade americana, há outro, convém não esquecer, que agita senão o numerosíssimo pessoal que vive pelos partidos, pelo menos muitos dos que sustentam e dedicam-se a essas agremiações: é o espírito público, o amor em si dos assuntos concernentes à coletividade, o qual só é dado pela consciência da dignidade de cidadão que o americano possui em toda sua plenitude graças à raça e à educação.

O nosso país numa população, segundo o último recenseamento de 1891, de 14.333.915 habitantes apresenta o tristíssimo número de 12.213.356 analfabetos. Os Estados Unidos vão penetrar no século XX com escolas públicas freqüentadas por mais de 15 1/2 milhões de alunos, regidas por quase meio milhão de mestres e subvencionadas pela República com 212 milhões de dólares, sendo até em alguns estados fornecidos grátis os livros de texto para as aulas. “Nenhuma nação do passado ou do presente iguala os Estados Unidos na magnitude do seu

orçamento de educação; nenhum povo nos iguala na produção de livros escolares, ao mesmo tempo que muito do melhor pensamento estrangeiro, particularmente alemão, vai sendo nacionalizado em boas traduções inglesas.”* Quando o benemérito Horácio Mann lutava para disseminar a instrução elementar e simultaneamente abolir as escolas para pobres, determinando os abastados a também mandarem seus filhos às escolas públicas, ele bem compreendia que estava realizando uma ingente obra civilizadora e democrática, da qual dependia a vitalidade da república, porquanto aquelas escolas, freqüentadas por crianças de todas as condições e oriundas de todos os países, tornavam-se os laboratórios da vida nacional e da igualdade social.

* B. A. Hinsale, *Horace Mann and The Common School Revival in the United States*, 1898.

.....

Capítulo VII

CATOLICISMO E EDUCAÇÃO

NINGUÉM ignora que os Estados Unidos representam, dentro da relatividade da tolerância humana, o mais completo domínio da liberdade de consciência, o único cenário que até hoje foi possível oferecer a um Congresso das Religiões como aquele da Exposição de Chicago, no qual fraternizaram ou antes acotovelaram-se sem retaliações nem animosidades o catolicismo, o budismo, o maometanismo e as menos importantes seitas religiosas. O espetáculo é consolador em face da selvajaria com que na França, o país dos direitos do homem, acabam de renascer as contendas religiosas, recordando as que entre católicos e huguenotes ali ensangüentaram os séculos XVI e XVII. Nem sempre porém a consciência aqui gozou da mesma liberdade, nem é esta radical, tão absoluta, que haja conseguido suprimir até as desconfianças e os preconceitos. Os puritanos, por exemplo, não vieram de modo algum estabelecer na América a franquia de cultos, apenas a do seu próprio culto, fundar uma comunidade *on their own model*. Praticavam eles pelo contrário uma tolerância escassa, desembaraçando-se por vezes cruelmente das seitas e agitadores que pretendiam perturbar a sua teocracia voluntária e consciente, e pregar a emancipação do espírito religioso. Rhode Island e não Massachusetts, sede aliás do puritanismo e da democracia, é que foi o berço reformista da liberdade religiosa na América, que primeiro raiara na colônia católica de Maryland

e que, devo repetir, sendo presentemente latíssima, não o é tanto que os católicos tenham deixado de constituir o objeto de uma evidente suspeição entre os protestantes.

Os Estados Unidos, com oito a dez milhões de católicos, ainda não contaram um Presidente católico, e uma das mais fortes objeções à candidatura do finado Sr. Bland (*Silver Dick*), *leader* do partido democrata na Casa dos Representantes, para a nomeação presidencial na última Convenção nacional de Chicago, foi o fato de ser católica sua mulher. Pouco depois referia a imprensa – a razão verdadeira pode ter sido outra, mas basta que a mencionada seja plausível – que o Sr. McKenna, o qual depois passou de *Attorney General* a ministro da Corte Suprema, vira-se obrigado a emigrar do Departamento do Interior, que primitivamente andava lhe destinado nas combinações do Presidente eleito pelo fato de seguir a religião católica romana vir a gozar, naquele departamento, de certa influência sobre o exercício dos cultos e de certos direitos sobre a instrução, especialmente dos índios.

O certo é que quando tratou-se da confirmação da sua segunda nomeação no Senado, a American Protective Association empregou grandes esforços para anulá-la pelo único e declarado motivo de ser católico o nomeado, e como tal réu de prestar fidelidade a um soberano estrangeiro, o Papa. O velho ódio dos reformistas britânicos contra os papistas subsiste numa herança instintiva dos sentimentos da antiga metrópole, pois é mister não esquecer que os Estados Unidos são no fundo, ou antes, eram uma nação protestante.

O passado, todavia, interessa-nos pouco neste momento. A realidade é que atualmente prosperam nos Estados Unidos dezenas de religiões, e mais que todas floresce a católica. Das 145 seitas enumeradas nas estatísticas americanas, seis apenas não são cristãs e muitas não contam senão um limitado grêmio de adeptos. As grandes confissões são 27 e tendem ainda a decrescer em número, pois existe um pronunciado movimento de concentração ou centralização entre os vários credos, determinado por motivos econômicos, isto é, impossibilidade para todos de bem sustentarem o culto, relativo amortecimento de ódios de raça, fraqueza de doutrinas independentes, reconhecimento da sem-razão das divergências, e sobretudo a sugestão do que constitui a grande força do catolicismo, a indiscutível

doutrina, pela carência de uma autoridade suprema que ponha cobro à anarquia das interpretações. Nenhuma seita contudo tem, tanto como a católica, lucrado com a liberdade e podido desenvolver sua essência, oferecendo o espetáculo de uma inimitável expansão.

É ela hoje a mais numerosa de todas. De 1890 a 1895 aumentou em cerca de 4 milhões o número dos fiéis americanos de todas as religiões, em mais de 22.000 o número de igrejas e em mais de 17.000 o número de missionários. A proporção dos novos fiéis é ainda assim superior ao aumento de população, o que prova o desenvolvimento do espírito religioso, sobretudo entre o sexo feminino, que conta pelo dobro com relação ao masculino. As mulheres têm, outrossim, sido entusiásticas e preciosas agentes da propaganda religiosa. Nalgumas religiões já elas recebem ordens de ministro e numa já podem chegar à dignidade episcopal. O fervor religioso indica mais uma vez a feição idealista da alma nacional, sem deixar de servir o traço prático, porquanto a construção de igrejas, com todos os seus pertences, redundava num forte emprego de operários e, portanto, num bom negócio para a comunidade americana. O valor total das igrejas com os terrenos e alfaías já anda por 800 milhões de dólares.

O catolicismo que, juntamente com os Discípulos de Cristo (os quais já somam perto de um milhão), recebeu o dobro do número de fiéis do que qualquer outra religião, acusava no ano de 1895 mais de 8 milhões de adeptos, com 10.382 sacerdotes e 14.931 igrejas. São 800.000 (um terço da população) no Massachusetts, pátria adotiva do puritanismo. Estes algarismos, é de ver, não dependem só do recrutamento pela imigração, mas também do aumento natural da população e das conversões, ou do apostolado. Aos católicos seguiam-se naquele ano os metodistas, com todas suas subdivisões, somando mais de 5 milhões, com 34.121 ministros e 52.550 igrejas. Os batistas contavam mais de 4 milhões; os presbiterianos e os luteranos perto de 1 milhão e meio cada seita.

O catolicismo americano é sem sombra de dúvida o catolicismo do futuro. Não que hajam sido abalados os dogmas ou alterados os artigos de fé, mesmo porque a existência de uma regra, a presença de um juiz que decide sem apelação sobre o dogma e a moral, é o que fornece à Igreja Romana o prestígio da unidade contra o fracionamento do protestantismo e torna sem perigos a expansão do individualismo. Os Estados Unidos são,

porém o ponto onde a doutrina romana, dezenove vezes secular e essencialmente progressiva na sua imutabilidade, apresenta-se neste momento menos eivada de reacionarismo, mais liberal, mais evangélica, numa palavra, mais *cristã*. O verdadeiro catolicismo deve naturalmente progredir nas democracias porque é a religião dos humildes e dos pobres, e felizmente para ele, o clero desta parte do Novo Mundo podia pôr em prática a letra e o espírito das admiráveis encíclicas de Leão XIII sem ter quase a lutar com os obstáculos da tradição, da educação, do fanatismo, do obscurantismo, da política doméstica e da internacional, que na Europa e, sobretudo na sede mesmo do Papado, comprimem e sufocam as louváveis intenções do Pontífice, e de que Emílio Zola nos ofereceu há pouco tempo sob a forma de um romance meio melodramático, meio psicológico, uma pintura sugestiva e com aparências de verdadeira.

Não pesando sobre o país o passado, podia a Igreja Católica abraçar o modernismo, estar em dia com tudo: a tradição lho não vedava, e uma das forças do catolicismo americano tem justamente consistido na simpatia pelos progressos do espírito humano que nem sempre, ou por outra, que o clero protestante tem revelado em menor escala, segundo depoimentos insuspeitos. O Sr. Andrew White refere numa obra recente* a campanha movida pelos ministros reformistas, por boa parte pelo menos, contra as doutrinas científicas ensinadas na Universidade de Cornell, por ele instalada em Ítaca com fundos fornecidos por um argenteiro de Nova York. A ciência, entretanto, recebe honroso e indisputado cultivo na Universidade Católica de Washington, o mais importante dos estabelecimentos de instrução que possui a religião romana nos Estados Unidos, importante não somente pela arrogância dos seus edifícios escolares como pela sua significação pedagógica. A Universidade é exclusivamente destinada aos graduados dos colégios, ou faculdades superiores, à instrução profissional e às pesquisas científicas, abraçando padres e leigos, católicos e acatólicos brancos e negros, e formando mestres engenheiros e homens de ciência. A expressão *católica* toma-se pois aí na sua legítima acepção de universalista.

* *Warfare of Science with Theology*, 1896.

A Universidade abrange quatro grandes divisões: teologia, filosofia, ciências sociais e tecnologia. Subdivide-se a primeira em quatro seções – ciências bíblicas, dogmáticas, morais e históricas. Na primeira seção estudam-se as línguas semíticas, tais como hebreu, siríaco e árabe, a arqueologia bíblica, a exegese, numa palavra tudo quanto se reporta às Sagradas Escrituras. A segunda seção constitui o campo da teologia propriamente dita, com a refutação do materialismo e do agnosticismo. Na terceira compreendem-se a ética, a psicologia e o direito eclesiástico, o qual liga-se intimamente com a moral teológica. Da quarta são objeto a história da Igreja e suas instituições e a literatura cristã.

A faculdade de filosofia encerra seis seções – filosofia propriamente dita, letras, matemáticas, física, química e biologia. Na primeira estabelecem-se as relações das generalizações científicas com os princípios metafísicos sobre a base da fisiopsicologia, e estudam-se a lógica, a ética, a teodicéia, a história da filosofia e a filosofia da religião. A segunda representa a seção puramente filológica, reunindo o sânscrito, o persa, o grego, o egípcio, as línguas semíticas e o inglês, sob o ponto de vista glotológico, gramatical, literário, métrico, e juntando-lhes as partes histórica, artística, arqueológica, epigráfica, numismática e cerâmica. No curso de literatura inglesa, regido por dois professores, são assunto de especial estudo os grandes poetas e prosadores da língua, Chaucer, Shakespeare, Dryden, Pope, os modernos, até os jornalistas de nomeada. Aproveita-se o ensejo para fazer literatura comparada, examinando, por exemplo, a literatura francesa até Malherbe e sua conexão com a literatura inglesa, a literatura italiana e sua influência sobre a literatura inglesa até a morte de Milton, o romantismo de Goethe e seu especial influxo. Destrinça-se o elemento céltico na literatura anglo-saxônica. Observam-se em separado o drama e o romance, lança-se e põe-se em prática a teoria da crítica. Examinam-se a técnica do estilo inglês e a teoria da versificação inglesa.

A secção de matemática inclui naturalmente a geometria, a álgebra, o calculo diferencial e integral, e mais a astronomia. Aparelhos para observações astronômicas existem no observatório; experiências físicas e preparações químicas fazem-se nos museus e laboratórios, permitindo, ao lado do teórico, o estudo prático. Aquele é facilitado pelas bibliotecas especiais, que cada dia aumentam de importância, coleções de fotografias, etc.

A seção de química compreende química inorgânica, orgânica e legal, cristalografia, mineralogia, história da química. A seção de biologia é que, por ocasião da minha visita, achava-se ainda limitada a um curso de botânica, aliás, muito desenvolvido, incluindo até a botânica médica e econômica, isto é, o estudo das plantas empregadas na medicina, das venenosas, das que possuem valor comercial e das que são daninhas à agricultura.

A faculdade de ciências sociais subdivide-se em três seções – sociologia, economia e ciência política, e direito. Os programas são muito extensos e excelentemente elaborados, de uma extrema clareza e de um espírito largo. O instituto de tecnologia abrange quatro seções – matemáticas aplicadas, engenharia civil, elétrica e mecânica.

O anuário de 1896-97 faz menção de 110 estudantes, dos quais 55 de teologia, 22 de filosofia, 21 de direito, dois de economia, um de sociologia, um de ciência política e oito de cursos técnicos. O corpo docente conta 22 professores, cinco instrutores, dois conferentes (*lecturers*) e três agregados ou repetidores (*fellows*). A Universidade, da qual é chanceler o cardeal Gibbons, arcebispo de Baltimore, confere graus de bacharel, *master* e doutor.

A história deste estabelecimento é a história de todas as fundações de ensino ou de caridade americanas: deriva da simples iniciativa particular. Miss Caldwell (hoje marquesa de Moustiers-Mérinville), com um donativo de 300.000 dólares, lançou as bases da faculdade de teologia, e o reverendo MacMahon com outro donativo de 400.000 dólares as da faculdade de filosofia e ciências sociais. Para sustentar a ação desses dois grandes benfeitores da instrução e erguer o nível da instituição, teve a Universidade a fortuna de encontrar a inexcelsável atividade e preclara inteligência de monsenhor Keane, seu primeiro reitor, a quem sucedeu não há muito o reverendo Conaty, por longos anos cura de Worcester, no Massachusetts, presidente de uma *summer school* e diretor de um jornal de educação, pessoa de todo familiar com os assuntos pedagógicos e que me fez o favor de ser meu guia na demorada visita que fiz à Universidade. Monsenhor Keane foi com efeito um administrador incomparável, conseguindo, com o senso prático que tanto distingue os americanos, levantar os vários edifícios que formam o esplêndido estabelecimento em magníficos terrenos num subúrbio ao norte de Washington, donde a vista estende-se desafogada por

campos e matas que o inverno despe e torna tristes sem desmanchar-lhes a beleza, e distribuindo as várias cadeiras por homens de reconhecida capacidade, alguns deles, como o professor Hyvernnat, de línguas semíticas, e o professor Greene, de botânica, gozando de grande reputação nas suas especialidades científicas.

Muitos dos professores são seculares, mas entre o clero americano abundam, como é corrente, os talentos e as aptidões. Todos os que acompanham as modulações do pensamento contemporâneo e têm tentado aprofundar as tão visíveis tendências idealistas da nossa geração conhecem os nomes dos ilustre preladados cardeal Gibbons, monsenhor Beland, arcebispo de S. Paulo, e monsenhor Keane, a quem Leão XIII chamou para Roma confiando-lhe um cargo importante na *Propaganda Fide*, após enchê-lo de honrarias, e ultimamente projetou nomear delegado apostólico nas Filipinas, onde são enormes os interesses da Igreja Católica. São nomes esses de sacerdotes que não mais combatem com a couraça e a espada, como o nosso D. Marcos Teixeira, mas que combatem constantemente com a palavra e com o livro, ensinando a moral cristã e definindo o papel da Igreja Católica na evolução moderna, por ela perfilhada. Não querem impor-se, porém, querem convencer. Suas lições saem do coração, não partem da autoridade. Tem a indulgência das de um pai, a serenidade das de um pastor, a elevação das de um pensador interessado nos problemas do seu século.

Monsenhor Ireland, cuja carreira eclesiástica tem sido toda feita na arquidiocese de S. Paulo (Minnesota), é honrosamente conceituado pela sua infatigável atividade nas obras de temperança e educação, sendo o autor de um plano, que malogrou-se, de fusão das escolas públicas e paróquias, empregando-se nelas igualmente mestres católicos e protestantes e distribuindo-se indiscriminadamente as somas votadas e as arrecadadas para subvenção daqueles estabelecimentos de ensino. Não falhou porém a criação do grande Hill Seminary, em Macalester, para o qual um magnata de vias férreas fez uma primeira doação de 500.000 dólares e que o arcebispo presenteou com a sua rica biblioteca. Monsenhor Ireland foi também o fundador de uma colônia católica, em terras compradas a uma companhia de estrada de ferro – a St. Paul and Pacific Railway Co. – e que foram revendidas aos ocupadores pelo quántuplo e sêxtuplo do preço de aquisição,

oferecendo assim ao arcebispo, cuja habilidade financeira tem sido bem recompensada em outras especulações de terras, os meios de prover à sua grande caridade, que dizem não fazer distinções de credos.

Ao primaz da Igreja Católica americana foi-me dado ver oficiando nas galas das suas vestes cardinalícias e conversando no remanso da sua singela habitação. O cardeal Gibbons parece ter uma particular vaidade do brilho das missas cantadas na sua catedral de Baltimore. Ferdinand Brunetière, que, em 1897, veio aos Estados Unidos fazer uma série de conferências, terminava o primeiro artigo de suas impressões de viagem, publicado na *Revue de Deux Mondes*, dizendo que regressara mais depressa de Boston à capital do Maryland para, acedendo ao convite do ilustre prelado, assistir no Domingo de Páscoa aquela cerimônia religiosa. Fui honrado no Natal com igual convite, a que pressuroso acudi.

As cerimônias do culto católico neste país não possuem a pompa hierática das sés e basílicas do velho mundo romano: têm, porém, a par da rigorosa conformidade do ritual, idêntica à da doutrina, um certo ar de familiaridade, de intimidade, que só me lembro de haver observado nas igrejas da Alemanha meridional. Tampouco oferece a catedral de Baltimore a penumbra misteriosa, o místico encanto das antigas catedrais européias. É um templo alegre, dominado por uma larga cúpula que lhe fornece ampla luz, e muito simplesmente decorado, posto que arranjado com decência e maior conforto que muitas igrejas reputadas na história da arquitetura. A missa de Natal, celebrada pelo arcebispo em pessoa, foi executada por uma boa orquestra e excelentes vozes, respondendo ao celebrante e entoando as antífonas um coro de 300 seminaristas dispostos em volta do altar-mor. Pela tarde estive no palácio arquiiepiscopal, que é uma modesta casa de dois andares situada por traz da catedral, agradecendo ao cardeal Gibbons a sua extrema amabilidade.

O cardeal Gibbons é sem dúvida alguma o homem mais popular de Baltimore. Católicos e protestantes igualmente o respeitam e estimam, com um misto de deferência pessoal para com o seu valor moral, e de satisfação bairrista por estar à frente da arquidiocese um homem universalmente reputado pela sua ilustração e piedade. No casamento de um nosso compatriota, a que assistira em Baltimore poucas semanas antes e que foi celebrado pelo cardeal, tivera pela primeira vez ensejo de julgar

a grande popularidade do prelado católico. Formava-se em roda dele um verdadeiro cerco de homens e senhoras, todos aspirando à honra de beijar o seu anel de ametista, e, uma por uma, as pessoas com quem falei durante a noite perguntaram-me invariavelmente se eu ainda não lhe havia sido apresentado. *Is n't he lovely?* Acrescentavam sem discrepância. Conquanto não convenha exagerar o valor do termo *lovely*, que se aplica tanto a um belo soneto como a uma costeleta bem panada ou a uma mulher encantadora, a unanimidade do julgamento dá a medida da sua exatidão.

A figura do cardeal Gibbons não corresponde, todavia, ao nosso ideal físico de santidade, nem mesmo dá a sua aparência a idéia de um asceta erudito. É antes a de um intelectual completado por um homem de ação.

Os prelados americanos têm forçosamente de ser todos homens de negócio. Nos sermões costuma aqui ferir com insistência o nosso ouvido latino, mais habituado à explanação da doutrina, a questão do dinheiro. Os predicantes pedem-no abertamente dos púlpitos, estimulando quanto e como podem a generosidade pública. Precisamos contudo não perder de vista, não só que a vida é caríssima nos Estados Unidos e demanda enorme despesa o sustentar igrejas e a decência do culto, hospitais e o agasalho dos doentes, escolas e o nível do ensino ministrado, como que o Estado em nada contribua para tudo isso e a única fonte de receita da Igreja é a devoção dos crentes. O sistema da separação é, aliás, muito preferível, na opinião do cardeal, já porque a Igreja possua assim outra independência, livre de vexames e humilhações, já porque em proporção com o aumento do patronato do Estado dá-se fatalmente a diminuição da simpatia e do auxílio dos fiéis.

O cardeal Gibbons, além de pastor de almas tem, pois, de ser um hábil financeiro, de uma comunidade que não tem margem para déficits. Por isso nos seus pequenos olhos azuis não brilha apenas a chama da sabedoria: lampeja também a agudeza temporal. Por isso a sua fisionomia respira, afora a gravidade do cargo, a decisão do caráter. No sólio arqui-episcopal, em vez de conservar-se de olhos baixos, a imagem da humildade cristã, senta-se de cabeça erguida, percorrendo com a vista os assistentes, discriminando-os, reconhecendo-os. No seu trato transparece junto com o ardor proselítico, que é a força das religiões, a vivacidade do administrador e a habilidade do diplomata. Referindo-se a qualquer pessoa fora da comunhão católica, o cardeal não diz meramente que ela é protestante ou

hebraica: diz que *ainda* não pertence à Igreja Romana. A vocação apostolizadora estende-se das páginas de dialética das suas obras de vulgarização e educação às frases triviais de uma conversação mundana, mas exerce-se por uma forma tão benigna, tão desapaixonada, tão evangélica, que nunca choca o diverso sentimento religioso ou a indiferença agnóstica do seu interlocutor. É sempre um missionário que fala para convencer pessoas ilustradas e não para intimidar gente inculta.

Nem o proselitismo lhe empana a apreciação dos problemas políticos e sociais do dia. Interrogados por um repórter do *Baltimore Sun* (a 25 de novembro de 1898) sobre distúrbios no Sul ocasionados por disparidades de raças, isto é, sobre uma das questões mais agudas deste país, respondia sagazmente o cardeal: “Tem-se observado na história da humanidade que quando duas raças distintas coabitam o mesmo território, uma delas exerce sempre certa supremacia sobre a outra. Admitindo-se, entretanto, tal princípio, é manifesto dever de todo estadista patriota e cristão ver que as relações entre as raças sejam amigáveis, harmônicas e mutuamente benéficas.” E acrescentava com desassombro, como quem não se arreceia de que acusem o seu americanismo de distinguir sobre a sua compreensão das puras máximas evangélicas: “Os conflitos e antagonismos de raça e o derramamento de sangue recentemente ocorrido em vários estados da União podem ser em grande parte atribuídos a duas causas capitais: o parcial e mal dirigido sistema de educação dos negros e o indiscriminado exercício e conseqüente abuso da urna eleitoral. Os negros são por natureza dóceis e bons, afetuosos e agradecidos, com emoções religiosas facilmente despertadas. A educação, porém, que estão geralmente recebendo, é destinada a aguçar suas faculdades mentais às custas do seu senso religioso e moral. Estimula-lhes a ambição sem fornecer os meios de satisfazê-la. Alimenta a cabeça ao passo que deixa morrer de inanição o coração. Nenhuma educação é completa que não ensine a ciência do domínio sobre si próprio; a qual só se acha no Decálogo e nos evangelhos... O abuso da urna eleitoral é mais culpa dos demagogos brancos que mesmo dos negros. Os políticos servem-se do voto dos negros para seus próprios fins egoístas. Estou persuadido de que uma restrição do sufrágio, requerendo-se um título de propriedade como base da qualificação eleitoral, seria uma medida avisada. Constituiria um incentivo à atividade, e como os homens são por instinto

inclinados a proteger seus bens, votariam naturalmente nos governantes e funcionários públicos que, a seu ver, fossem mais aptos para defender a propriedade da taxaço injusta e exorbitante e promover a prosperidade material da Republica.”

O ilustre prelado não trepida, portanto, em acompanhar os que pretendem – e estão neste número todos os americanos brancos – que os negros devem ser mantidos numa meia subordinação, fornecendo-se-lhes educação mecânica mais do que educação com vista a profissões liberais, e sobretudo nunca despertando nos seus ânímos instintos de dominação que nunca poderão ser realizados.

Para gozarem efetivamente da parte de governo que constitucionalmente lhes foi assegurado, deverão os negros habilitar-se pela instrução, pela moralidade e pela aquisição da propriedade – tal foi também o fundamento dos discursos que o Presidente McKinley fez às populações de cor na sua recente e triunfal visita ao Sul, por ocasião da qual o primeiro magistrado da União teve a habilidade de sanar as últimas feridas da guerra da Separação com a sua já famosa frase: “Creio haver chegado o tempo de competir à União cuidar dos túmulos dos soldados confederados como zela os dos soldados da União.”

O domínio da gente de cor, e para mais de gente ignorante e por isso corrupta e malvada, é certamente uma idéia intolerável nos Estados Unidos, especialmente nos do Sul, e o cardeal Gibbons, se por extrema lenidade cristã a perfilhasse, renegaria para assim dizer sua nacionalidade, que ele tem pelo contrário tanto a peito afirmar, mesmo porque os católicos americanos sofrem freqüentemente a acusação reformista de receberem inspirações de Roma, em vez de recebê-las do seu patriotismo. O fato de a Igreja americana não haver invocado independência, como a sonhou a galicana, e não se ter subdividido em igrejas nativistas, como pretenderam os alemães, porventura lembrados do desapego de Döllinger ao Papado, serviu mesmo os interesses nacionais de assimilação das populações estrangeiras; fez obra de patriotismo, e do melhor, quando antigamente lhe era contestada sombra dele.* Não se estabeleceu absolutamente a fórmula – América contra Roma –, nem a inversa, mas sim América com Roma

* F. Brunetière, “*Le Catholicisme aux États-Unis*”, na *Revue des Deux Mondes*, 1898.

contra o estrangeirismo que, no dizer de Monsenhor Ireland, seria a morte da Igreja Católica nos Estados Unidos.

O talento literário do cardeal Gibbons parece-me mais feito de clareza e persuasão que de elegância e esmero. Li entre outras produções suas o livro *The Faith of our Pathers*, que no próprio dizer do autor é o mais próprio para dar uma idéia das suas idéias, e que conta desde 1876, data da aparição, 47 edições, mais de 270.000 exemplares vendidos e traduções na maior parte das línguas da Europa, motivando o justo desvanecimento expresso nos sucessivos prefácios. Esse livro encerra a exposição da religião católica e a discussão dos dogmas da Igreja Romana combatidos pelo protestantismo, obedecendo àqueles intuítos de propaganda que especialmente estimulam o fervor e preservam o nervo do clero católico neste país.

O cardeal Gibbons como seus companheiros não fazem, entretanto, menção de amaldiçoar nem votos de exterminar os que pensam diversamente deles: desculpam-nos, acham-lhes mesmo razão porquanto foram criados no erro, e buscam atraí-los docemente à verdade. A tolerância do proceder desprende-se de todas as páginas daquele formoso livro, mostrando que não é incompatível com a intransigência da doutrina, assim como vimos que patriotismo caloroso, o americanismo de Gibbons não é incompatível com o espírito essencialmente cosmopolita da Igreja. Patriotismo não significa, porém, partidarismo. O cardeal Gibbons compreende de um modo tão elevado a dignidade do sacerdócio que repugna-lhe por completo ver um ministro da religião envolto em lutas políticas. A propósito de Henrique VIII, escreve: “Um governante civil que se entremete na religião é tão digno de censura como um clérigo que se entremete na política. Ambos tornam-se tão odiosos como ridículos.”

Se não existe incompatibilidade entre o amor da pátria americana e o amor da Igreja Universal, tampouco existe entre o espírito de atualidade do cardeal Gibbons e a sua admiração pela longa tradição católica, entre a sua concepção liberal dos deveres do clero e a inalterabilidade da interpretação romana do Verbo divino. Não há, diz ele, nem pode haver novidade na religião. É o mesmo pensamento de Macaulay, quando escreve no célebre ensaio sobre a *História dos Papas*, de Ranke, que não logra perceber em que possa o progresso prejudicar o catolicismo, porquanto a teologia não é uma ciência progressiva e a revelação diz respeito ao incog-

noscível, isto é, ao super-humano, sabendo nós hoje tanto do metafísico como há oitocentos anos passados. A religião católica é sempre a mesma, sempre uma, abrangendo 225 milhões de crentes numa fé idêntica, ao passo que o protestantismo subdivide-se em uma infinidade de seitas que lhe têm minado a robustez.

A Igreja romana constitui na frase do mencionado grande escritor inglês a instituição mais antiga e mais poderosa, o monumento da política humana mais digno de sério estudo que tem existido sobre a Terra. Nos tempos modernos, ela tem reconquistado o perdido, ao passo que a Reforma tem retrogradado. O credo romano nunca sacrificou, todavia, uma linha das suas afirmações. As palavras do Evangelho e os ditames da Igreja é que hão sido mais ou menos rigorosamente aplicados, como no caso da Inquisição, cujos tribunais o cardeal sustenta com bastante razão terem sido muito mais realengos que pontificais, mais instrumentos de predomínio político do que de coação religiosa, mais ao serviço dos monarcas do que de Roma.

Além de patentear a sublimidade da doutrina católica, o cardeal Gibbons tenta com felicidade no seu livro adaptar as vantagens dela às necessidades sociais do seu país; por exemplo, citando que em Ohio em 1874 formularam-se 1.742 pedidos de divórcio, e que no pequeno Estado de Connecticut deram-se, de 1860 a 1875 (a 1ª edição do livro é, como disse, de 1876), 5.391 divórcios, ele invoca e defende a indissolubilidade do matrimônio religioso perante a facilidade dos divórcios civis, que desmancham os laços da família e promovem a libertinagem legalizada. De fato a proclamação da indissolubilidade do matrimônio representa uma das superioridades do catolicismo, sendo outras o poder de atração exercido pela densidade da sua doutrina e o efeito produzido pelo fausto do culto sob as imaginações em busca de sugestão idealista.

Para conseguir os seus fins, Gibbons faz o mais hábil ao mesmo tempo que o mais impressivo apelo ao passado, que ele não ignora perturbar tão profundamente a alma desta nação nova e como que envergonhada da sua falta de passado. *A Fé dos nossos Pais* é o título da obra a que me tenho referido; a saber, a fé dos antigos saxões convertidos por Santo Agostinho e sujeitos à Igreja de Roma até as imprecações de Lutero e as extorsões de Henrique VIII. É a semelhante fé tradicional que faz-se mister voltarem

os dissidentes, e o cardeal Gibbons propôs-se sobretudo provar-lhes por um exame imparcial, sempre sincero, dos dogmas católicos, a injustiça da separação. Do resultado destes e quejandos esforços dão testemunho os conhecidos progressos do catolicismo nos Estados Unidos, e é realmente preciso que tal doutrina possua uma força congênita, justamente fortalecida pela sua antiguidade, para lograr assim expandir-se no século por excelência da crítica e no país clássico da liberdade espiritual e temporal, quando nada a impunha e muita coisa a contrariava.

A Universidade de Washington tornou-se o centro a um tempo para que convergem e donde recebem impulsão os esforços para a disseminação na grande terra americana da revelação divina e da investigação científica, termos que se não excluem, abstrações e fórmulas concretas que não brigam, segundo explica o cardeal Gibbons, porque o Deus da revelação é o Deus da ciência. “A religião e a ciência são irmãs, como Maria e Marta: ambas servem ao Senhor. A ciência, como Marta, ocupa-se com assuntos exteriores e transitórios; a religião, como Maria, senta-se aos pés do Senhor.” A Universidade de Washington completa essa sistemática e poderosa construção pedagógica e coroa a obra das três mil e tantas escolas paroquiais e dos seiscentos e cinqüenta colégios e academias do catolicismo americano. Entretanto data apenas de 1884 o donativo de *Miss Caldwell*, de 1889, a abertura do estabelecimento, e de 1895 a inauguração da faculdade de Filosofia e Ciências Sociais. Este país, que não pode atrair pela sedução do passado, perturba-nos pela velocidade do presente. Cada dia marca um adiantamento, cada hora uma melhoria alcançada pela atividade, a qual encontra em volta de si estímulo e recompensa.

Diz um escritor francês que ter boas universidades é o sinal de ser-se um povo grande e forte, e tal reflexão é verdadeira desde os tempos medievais: as universidades são a pátria do pensamento livre, que faz a força moral. Não valem ainda assim tanto pelo grau de ciência que representam, quanto pela comunidade dos esforços da mocidade encaminhados para um fim, como os americanos sabem propor-se a si próprios e, o que é melhor, sabem realizar. Num país, além disso, de pujante desenvolvimento industrial e de absorventes preocupações materiais, as universidades, terreno superior das especulações mentais, constituem o refúgio do pensamento, o lugar “onde se codifica a moral do país”, onde se cristaliza o sentimento de

predestinação da raça que é tão vigoroso aqui e que tanto tem operado na história do mundo. O ideal messiânico dos judeus é que tem logrado manter através dos séculos a sua unidade de nação e de psicologia; contudo, o povo de Israel formava um grupo pequeno, oriundo de um país longínquo, sem as condições e o valor dos anglo-saxões. As universidades americanas merecem ser como são rodeadas de consideração, de respeito, do amor derivado do culto da tradição, porque “centralizaram o movimento filantrópico e de aspirações elevadas que surgiu após a destruição da escravidão e a colonização do Oeste, quando a extensão da *instituição particular* e a rudez da conquista das terras de além-Mississípi tinham desenvolvido o egoísmo pelo aumento da luta pela vida; são elas que unificam, moralizam e disciplinam”.* E realizando esta obra de educação não deixaram de servir poderosamente a causa da instrução. Não só fabricam bacharéis, como geram sábios.

A universidade de que tenho estado tratando, por exemplo, visa muito mais do que a conferir títulos a desenvolver as inteligências, a produzir especialistas nos vários ramos dos conhecimentos, permitindo aos alunos aprofundarem sua instrução num dado domínio intelectual sem com isso estreitarem o seu horizonte mental ou limitarem o seu espírito, antes adquirindo uma cultural geral, a um tempo relacionando as várias ciências com a filosofia, que as apóia e dá-lhes destino, e oferecendo a essa uma base científica sobre a qual firmar-se para não degenerar numa mera divagação palavrosa. O método dos estudos explica o caráter da universidade. Os alunos podem escolher, com poucas restrições, o curso que preferem e dentro dele combinar as cadeiras que melhor correspondam às suas inclinações intelectuais. O trabalho é em parte feito nas aulas e mais ainda por cada aluno, verificando-se o resultado nas dissertações, debates e outros processos que emprestam às universidades do país ares de academias, no sentido clássico da palavra. A tradição de individualismo que jaz no fundo do caráter nacional põe-se aqui uma vez mais em evidência. O aluno deve especialmente ilustrar-se, ganhar amor ao estudo, *fare da se*. O que a universidade pretende facilitar é a *original research*, a pesquisa original,

* Baron Pierre de Coubertin, “L’Amérique Universitaire”, na *Cosmopolis* de março, 1897.

dando pasto ao gosto do novo, do inédito, do não visto, do adiantado, que requer a idiossincrasia americana. “Espera-se que o estudante não somente aprenderá o que já foi descoberto ou verificado pelo trabalho dos outros, mas também, e principalmente, contribuirá por sua parte, pelo seu trabalho pessoal para o progresso da ciência... Deve preparar-se solidamente para escolher um problema e buscar-lhe a solução mediante a sua própria observação, reflexão, experiência e exame crítico.”

A independência é o alicerce da educação americana, como a sujeição o é da educação latina. O terceiro Concílio plenário de Baltimore estabeleceu as seguintes regras, que tanto dizem na sua singeleza: “A disciplina que tem de presidir a vida no seminário deverá ser entendida de forma a não mostrar excessivo rigor, tampouco caindo em pernicioso relaxamento. A vigilância dos superiores deverá ser temperada e moderada no exercer-se, de modo a não embaraçar-se com excessivos detalhes, nem acorrenar os espíritos da mocidade, impedindo a expansão normal das suas energias.”

Comentando-as, ensinava o cardeal Gibbons em um artigo intitulado “Dever do mestre para com o discípulo”^{*} algumas máximas de educação na verdade primorosas. A vigilância, aconselha ele, deve exercer-se livre do espírito de espionagem e desconfiança, que faz hipócritas e provoca a violação clandestina das leis. Os estudantes suspeitados e fiscalizados tomam um prazer mórbido em comer do fruto proibido. Todos os homens de espírito justo concordarão em que é muito preferível que a mocidade seja religiosamente impressionada pelo sentimento da presença de Deus, que uma consciência esclarecida a dirija, e que os seus educadores apelem para a sua retidão moral e a sua honra em vez de ferirem o sentimento do medo.

Tal confiança generosa na honra do estudante tem por fito o desenvolvimento de um tipo mais levantado e mais nobre da humanidade, além de preparar os mancebos para os conflitos do mundo, no qual eles não encontrarão mais preceptores para admoestá-los, tendo de fazer da consciência o seu principal e freqüentemente o seu único guia. O cardeal

^{*} *North American Review*, 1897.

Gibbons recomenda com empenho o exemplo aliado à doutrina e, num espírito contrário ao nivelamento jesuítico, tanto o ensinamento como o castigo de acordo com a índole do discípulo. O mestre que, segundo ele, visar a modelar o caráter de todos os seus discípulos consoante um ideal uniforme, tentará um impossível porque tentará aquilo que está em contradição com as leis da natureza e do próprio Deus, porquanto em todas as obras do Criador depara-se-nos encantadora variedade.

Sendo muito independentes, o anglo-saxão e seus descendentes são todavia muito obedientes. Entendem e praticam esta virtude como uma disciplina voluntária e espontânea, partindo de dentro para fora e não imposta de fora: como a sua religião e a sua compreensão da liberdade, a sua obediência é, podemos dizer, subjetiva, não objetiva. Tampouco entendem a obediência mística, inquebrantável, eterna. “Se se contentam com um estado social inferior, é porque sabem que podem e hão de subir: se obedecem é porque estão convencidos de que podem, querendo, sacudir a obediência. É uma obediência em que entra fatalismo inconsciente e sobretudo uma alta dose de espírito de responsabilidade.”* Lembremo-nos por exemplo da severa disciplina que reinou durante a anarquia civil e de como, uma vez ganha a contenda, essa disciplina puramente militar pode ser anulada sem quebra da disciplina social restabelecida.

É assim que num momento dado todos os americanos são soldados; não, como outros povos, por puro amor da glória, mas por amor e sentimento do dever. A fortíssima imigração alemã só poderá ter fortalecido, mercê da característica deferência germânica, esse sentimento de disciplina, que também recebe animação das organizações coletivas tão prezadas neste país. Parece que o americano, apesar de tão individualista, não gosta de agir isoladamente, e só por grupos: grupos para dominar certos artigos da produção, grupos para levar a cabo determinadas empresas, grupos para impor a nomeação de dados candidatos a cargos públicos. E o triunfo do número facilita e alimenta o espírito de disciplina. Tais são as qualidades de raça que se encontram espalhadas em todas as categorias da vida nacional, tornando-a tão ordeira ao mesmo tempo em que tão progressiva.

* Baron Pierre de Coubertin, *art. cit.*

A educação simultânea da inteligência e do caráter constitui aliás, na opinião dos pedagogos, a força e o fraco do sistema americano, porque com semelhante intenção o lado especulativo é bastante sacrificado ao prático, sob pretexto de que o puro desenvolvimento intelectual não é o requisito mais indispensável para a contenda social. Entre nós, peca-se exatamente pelo inverso: a inteligência, tentam cultivá-la tão intensivamente que fica esquecido o caráter, entrando nós na liça com o cérebro congestionado e a vontade paralisada. Os defeitos do sistema de educação norteamericano são de remoção fácil, visto serem ocasionais e não da estrutura ou do fundamento. Reduzem-se a importância concedida ao detalhe real trazendo a demasiada especialização, e a abstenção voluntária de divagações filosóficas. Um e outro são entretanto amplamente compensados pela referida consideração prestada à cultura moral.

Correlativa com a especialização dá-se a já citada liberdade facultada ao aluno, e às vezes contraproducente, de escolher ele mesmo seus cursos, de sistematizar seus estudos, e contrapondo-se à ausência das abstrações, que são a honra do pensamento, existe o abuso do *physical training* ou desenvolvimento atlético. Este é contudo mais o defeito que uma qualidade, e em todo caso mais vale seu exagero do que sua ausência.

Também deve dizer-se que a educação superior, ainda melhor aparelhada que a primária, está muitíssimo acima da secundária. Falta portanto à educação universitária a sólida base de uma boa educação de ginásio. Semelhante defeito não é de difícil correção; provém sobretudo da mencionada negação revelada pelos Estados Unidos a constituírem um país de pedagogos e de sábios, preferindo sê-lo de negociantes e de industriais: por isto dispõem suas *high schools* de modo a serem antes escolas finais para muitos do que escolas preparatórias para poucos. Provém igualmente da carência de uma superintendência-geral e da forçosa desigualdade que se dá no desenvolvimento dos Estados, aos quais cabe a inteira direção do ensino, não passando a Repartição de Educação de Washington de um centro de propaganda, informação e estatística, obra da previdência federal. Esta deficiência é de algum modo corrigida pelas associações como a National Educational Association, que há 38 anos celebra sua reunião anual e estende-se por toda a União, dando um impulso geral às mesmas questões pedagógicas.

Outros defeitos há, apontados pelos especialistas, que são porém muito mais técnicos, ou de organização, que de essência: a falta de verdadeira ou íntima ligação entre as escolas de um grau e as de outro, a lentidão dos métodos de ensino, a exigência na exatidão dos nomes e datas de preferência à intenção, ao suco ou substrato da matéria. Ao amor da exatidão sob outro aspecto, deve-se contudo a excelente instalação do ensino propriamente científico e de aplicação industrial – escolas de física, química, engenharia, etc. Graças aos esforços principalmente derivados da iniciativa de Horacio Mann, a educação elementar é também ampla e quase perfeita, o contrário do que se dá no Brasil, onde a educação superior, que é no geral muito recomendável, mal pode equilibrar-se sobre a restrita instrução primária, fazendo o efeito de uma pirâmide invertida, descansando sobre o topo em vez de fazê-lo sobre a base. O nosso sistema de educação é de resto em extremo defeituoso e não são poucos os absurdos que encerra. Como texto de tradução para alunos de francês de onze e doze anos já vi escolher-se *Cinna*, talvez a mais bela, mas certamente a mais difícil das produções de Corneille, a tragédia do despotismo que Napoleão meditava largamente e que a percepção daquelas crianças, apesar de toda a vivacidade da nossa inteligência, não pode absolutamente atingir.

Nos Estados Unidos, não se pretende caminhar tão depressa. Os primeiros anos de estudos em Yale ou Harvard correspondem às classes de retórica superior e filosofia nos liceus franceses, e a razão é o achar-se aqui a educação superior reservada só para os que querem, *sponte sua*, dedicar-se às carreiras liberais ou cultivar a ciência, abordando destarte o trabalho com energia e perseverança, portanto em condições muito favoráveis de êxito, não apenas para satisfazer as exigências dos exames e alcançar uma carta. Os colégios do tipo Yale ou Harvard destinam-se mais a cozinhar fornadas de médicos, legistas e engenheiros que realmente pretendem viver das suas respectivas profissões, ao passo que as Universidades como a de John Hopkins, em Baltimore, e a Católica de Washington visam mais a preparar mestres e *scholars*. Os mancebos que contam dedicar-se à lavoura, ao comércio ou à indústria não carecem absolutamente de aprender matérias que o professor, o jurisperito ou o estudioso precisa saber. Aqueles carecem de adquirir conhecimentos mais práticos, as línguas vivas em vez

das mortas, o inglês e o alemão e não o latim e o grego, princípios de economia e de ciências naturais em vez de dissertações literárias.

O caráter escolástico da velha educação tem sido sucessivamente eliminado também debaixo da preocupação de que o humanismo, produto da época e seleção da Renascença, é por natureza aristocrático, ao passo que o realismo, baseado na intuição dos sentidos, é o ensino das massas, o ensino democrático. Nas universidades, especialmente as que abrigam puros estudos exaustivos, são porém acolhidas as matérias menos práticas, as mais abstratas, de maiores requisitos científicos e maiores exigências de erudição, favorecendo-se assim a constituição de uma aristocracia do pensamento ao lado de uma aristocracia da riqueza, para que esta, que é o defeito, não seja o escolho da civilização material pela qual se caracterizam os Estados Unidos. Não deixa entretanto de ser curiosa em face da marcha geral do mundo culto para a democracia, a tendência desta democracia para aristocratizar-se, convindo todavia notar pelo que diz respeito à seleção intelectual que a história prova que as letras e as artes nunca brigaram com os regimes democráticos, registrando-se épocas de brilhantíssima florescência do espírito humano em repúblicas e tempos de predomínio popular.

Quando a organização das Universidades não deriva do esforço estadual para permitir e ajudar a cultura mental dos cidadãos, deriva de preocupações religiosas que não são menos estimulantes. A Universidade de Chicago foi erguida como um centro de propaganda batista, a de Princeton é presbiteriana, outras são episcopais ou metodistas. O ensino religioso não atemoriza os governantes: as próprias ordens monásticas vivem em paz e expandem-se em liberdade. Nas imediações e dependência da Universidade Católica vai agora ser erigido pelas irmãs de Notre Dame, ordem que dedica-se exclusivamente à educação e cuja casa-mãe fica em Namur, na Bélgica, um colégio para instrução feminina de grau superior, e projetam-se mais escolas técnicas, uma escola de arte e um conservatório de música. A admissão à matrícula só será facultada às meninas de mais de 18 anos e que tiverem feito seus preparatórios; o curso regular de estudos na seção clássica, na científica ou na literária durará quatro anos, sendo os programas, ao que se assevera, mais compreensivos e mais elevados que em qualquer outro colégio feminino dos Estados Unidos.

Em todos os institutos fundados sob os auspícios do romanismo neste país, a observação científica serve sempre a doutrina moral que, quer aplicada à pedagogia, quer às questões sociais, constitui a feição mais valiosa do catolicismo americano, sendo aliás em larga escala uma questão de raça e de meio. As máximas de educação que vimos formuladas pelo Concílio plenário de Baltimore e pelo primaz dos Estados Unidos traduzem perfeitamente a concepção anglo-saxônica da vida e a fervente convicção da raça nos altos destinos que lhe estão preparados. Também nesta terra sem passado e sem história, sem aristocracia dominante e sem religião de Estado, mas de uma moral geralmente sã e de um robusto sentimento democrático, a velha crença católica estava destinada a, conservando-se na essência a mesma, envigorar-se entre o povo e envigorar-lhe a alma, a ganhar mais fiéis, sem arremedos de cruzadas, pela simples persuasão dos espíritos, pela aliança íntima com o século e pelo amplo contato com os obreiros e com os pobres.

A fusão da teologia e da ciência experimental da fé e da razão pode dar resultados perigosos para a primeira, salvando-se ela apenas pela sofisticada: não trato aqui de fazer semelhantes divagações filosóficas e aponto ao leitor curioso um interessante diálogo do Padre Lantaigne e do Professor Bergeret num dos últimos romances de Anatole France*, recheado de toda aquela deliciosa ironia e doce indulgência que o inteligente acadêmico parece ter bebido em Renan. O que não pode dar senão resultados benéficos é a disseminação dos princípios da caridade cristã, do amor do próximo; é a compreensão lúcida e sadia dos meios de dirigir a mocidade, de amenizar as relações entre operários e patrões, de secundar a realização desse plano que as universidades americanas se propuseram – modelar a alma nacional e constituir a expressão mais alta e mais genuína das suas tendências; pelas palavras de Coubertin, erguer o nível intelectual mantendo a base do caráter formado pelo trabalho, pelo esforço, pela iniciativa, e orientar a evolução do país.

Se a uniformidade do *espírito novo* tem deixado de prevalecer nos Estados Unidos, isto é, se entre o alto clero católico alguns entendem

* *L'orme du Mail*, 1897.

que o afastamento moral de Roma se vai tornando demasiado, o fermento da desunião foi trazido de fora e é representado pelo que chamam *foreign party*, o partido estrangeiro, dos delegados papais e dos padres irlandeses, como monsenhor Corrigan, hoje arcebispo de Nova York. A destituição de monsenhor Keane, reitor da Universidade Católica de Washington, apesar de mascarada com outras dignidades e públicas demonstrações de apreço, foi o primeiro significativo sintoma da rivalidade entre o partido estrangeiro e o partido nacional e a prova evidente de que o Papado, com toda a doçura diplomática do seu atual representante, não cede uma polegada da sua absoluta supremacia, não só sobre a consciência dos seus fiéis como sobre a vontade dos seus ministros.

Numa carta dirigida ao cardeal Gibbons, que foi há dias publicada pelo *Osservatore Romano* e a qual monsenhor Ireland, que achava-se em Roma, prestou imediatamente o mais humilde tributo de obediência, diz o Pontífice que não objeta ao americanismo nas leis, costumes, governo político ou característicos pessoais, mas que condena formalmente as opiniões eclesiásticas chamadas no seu sentido coletivo americanismo. Este americanismo foi principalmente denunciado ao mundo romano pelos ataques do P^c Meignan, de St. Sulpice em Paris, a obra do P^c. Elliott intitulada *Vida do P^c Hecker*, santo varão que fundou a congregação dos padres Paulistas ou missionários católicos americanos, os quais em vez de fazerem votos formais, obrigam-se voluntária e perpetuamente a observar castidade, obediência e pobreza, colocando acima de tudo a obra da propaganda religiosa. Dizem nos Estados Unidos que o livro, originariamente aprovado e recomendado pelo arcebispo de S. Paulo e pelo próprio cardeal arcebispo de Nova York, foi mal ou maliciosamente traduzido para francês e de fato não encerra o mínimo desvio da doutrina católica. Da tradução parece, por exemplo, derivar-se que o P^c. Hecker punha em dúvida a eficiência atual dos votos monásticos, o que é de todo ponto falso, mostrando ele apenas preferir como meio mais eficaz para o trabalho apostolizador o sistema adaptado para a sua congregação, análogo ao dos padres do Oratório ou dos padres Lazaristas arregimentados por S. Philippe Nery e S. Vicente de Paula. Leão XIII em teoria concede, contudo sem vacilar a primazia as ordens religiosas regulares. A sua mencionada carta reza textualmente: “Se, porém alguns a que preferem formar uma comunidade sem

obrigação de votos, que o façam; não é coisa nova na Igreja nem de modo algum censurável. Tenham, todavia, cuidado de não colocar semelhante organização acima das ordens religiosas. Bem ao contrário, já que a humanidade revela presentemente maior disposição a entregar-se aos prazeres, devem ser tidos em maior estima os que, tendo renunciado a tudo, seguiram Cristo”. Os amigos e discípulos do P^c Hecker protestam nunca haver pensado diversamente.

O americanismo do P^c Hecker consistia, no dizer dos padres Paulistas, em achar que existia alguma coisa de peculiarmente apropriado à América republicana na pompa litúrgica da Igreja Católica, na sua democracia ordeira pregando a igualdade dos ricos e dos pobres, dos poderosos e humildes perante o Altíssimo, sem deixar de reconhecer a necessidade mundana das distinções artificiais de posição para mútuo benefício de todos; fazendo dos diretores na hierarquia espiritual os servos e não os senhores dos dirigidos, e possuindo uma combinação de suave doutrina e regras severas, aumentando antes do que afrouxando o rigor de acordo com a situação mundana e intelectual do indivíduo. Os protestantes observavam o P^c Hecker, asseveram no templo que o homem é de todo depravado e asseguram nos seus comícios que ele é capaz de *self government*. No espírito católico não existe tal contradição. O que o católico crê como católico crê também como cidadão, e uma proposição que é verdadeira na estrada de um comício não pode ser falsa no púlpito. “Foi somente depois que fiz-me católico [o P^c Hecker era um convertido] que tornei-me um crente decidido e inteligente na forma republicana de governo.”

E tão crente era ele na verdade divina da doutrina católica, a qual não escraviza, mas eleva a razão, que pretendeu por meio dela levantar o nível moral da sua pátria e, para bem disseminá-la, fundou a sua congregação de homens esclarecidos, capazes de opor-se ao erro com argumentos intelectuais, usando tanto da palavra como da imprensa, sem com isso descuidar as obrigações do seu ministério, que são o exercício do culto e a prática da caridade. O americanismo assim concebido reduz-se ao emprego dos métodos democráticos, que devem ser essencialmente os católicos, e ao exame da concordância, baseada numa conformidade de princípios fundamentais, entre as necessidades nacionais e os ensinamen-

tos da Igreja. Em tais condições a heresia está longe de anunciar-se e nada há que possa despertar a suspeição de um cisma.

Verdade é que a infiltração do *espírito tradicional* para combater as possíveis demasias do *espírito novo*, sobretudo marcada pelo estabelecimento de uma delegação papal na América do Norte, foi de reconhecida vantagem para manter a unidade da disciplina, impedindo, por exemplo, os exageros de severidade e intransigência de opinião religiosa de um clero, que a ausência de grandes lutas tem acostumado pouco às transações, na questão das escolas públicas leigas, cuja perfeita legitimidade o enviado da Santa Sé estabeleceu em nome da ortodoxia católica. Roma também contribuiu poderosamente com a sua autoridade soberana e seu caráter internacional para encaminhar a Igreja americana numa vereda em que ela tem revelado entre as suas excelências em contraposições ao protestantismo, uma abstenção sistemática do faciosismo e até do partidarismo político, com o qual nada devem ter de comum os negócios espirituais. Auxiliando sempre a obra da unificação da pátria, buscando fundir no corpo nacional as colônias estrangeiras, e para este fim não se esquecendo até de recomendar o uso da língua inglesa nas práticas religiosas, Roma tem habilmente posto o seu natural cosmopolitismo ao serviço da preocupação particular que domina o povo americano. Por seu lado catolicismo americano abstém-se, como religião de irritantes discussões temporais, apenas esposando, num sentido geral, os princípios de ordem, que não excluem a liberdade, e de conservação, que não excluem no progresso. Desta forma a Igreja paira, na frase do cardeal Satolli, por largos anos delegados papal nos Estados Unidos, num plano superior, que deve pertencer-lhe: olha somente para o bem comum, aspira ao reinado da verdade, da justiça e da paz.

.....

Capítulo VIII

ESCRITORES AMERICANOS

ESCREVI no capítulo sobre *Sociedade* que não é pobre a produção intelectual deste país. À literatura norte-americana da atualidade não escasseia com efeito representantes distintos além dos mencionados e citados no decorrer deste volume. As letras nos Estados Unidos são tão extensivamente cultivadas que em todas as categorias ou profissões se encontram seus cultores. O presidente McKinley tem presentemente como secretário de Estado um escritor sem jaça que fez sua brilhante carreira muito mais como literato do que como político ou diplomata. O Sr. John Hay é não só o autor, em colaboração com o Sr. Nicolay, de uma história em dez volumes, naturalmente muito documentada, do Presidente Lincoln, de quem foi secretário particular, como é sobretudo o autor desse famoso e excelente livrinho de impressões – *Castilian Days* – escrito em 1870, em plena mocidade, e contudo repleto de observações agudas, frases de espírito, idéias justas e interpretações engenhosas, num estilo a um tempo simples e elegante, fluente e castigado. Tantas qualidades tornam-no talvez o livro moderno mais literário com que travei conhecimento nos Estados Unidos fora dos romances de Henry James, cheios de sutil análise psicológica dos caracteres e das situações, e das novelas de Willian Dean Howells, de um discreto tom naturalista, uma observação quase fatigante a força de detalhada e uma sincera piedade para os sofrimentos humanos.

No atual gabinete contam-se ainda o secretário da Marinha Long, que é um feliz tradutor de Virgílio, e o secretário dos Correios Emory Smith, que é um reputado jornalista. As nomeações diplomáticas da atual administração recaíram em boa parte sobre homens que têm-se salientado nas letras, posto que também em outros campos. O embaixador em Paris, general Porter, há pouco publicou suas recordações de campanha como ajudante de Grant. O embaixador em S. Petersburgo, Charlemagne Tower, conta ao seu ativo vários ensaios históricos. O embaixador em Londres, Joseph Choate, é não só um dos mais afamados advogados do país, como um orador de grande ilustração e ativismo. O embaixador em Berlim, Andrew White, antigo presidente da Universidade de Cornell (Ithaca) é autor de vários trabalhos de valor, entre outros uma obra sobre os conflitos da ciência com a religião. O primeiro ministro nomeado para a Turquia foi o Sr. James B. Angell, presidente da Universidade de Michigan e escritor conceituado. A administração faz apelo às luzes de outros presidentes de Universidades: por exemplo, do Presidente Gilman, de John Hopkins, autor de um livro sobre educação, convidado para servir na comissão de inquérito ao modo por que foi conduzida a guerra, e do presidente Schurman, de Cornell, que aceitou a presidência da comissão que foi estudar o problema filipino.

Que as letras não brigam com a política provam-no muitos exemplos. Henry Cabot Lodge, o conhecido senador do Massachusetts, é um historiador consciencioso e animado, tendo-se principalmente devotado ao estudo da época da independência, e escrito, além das vidas do avô, George Cabot, e de Alexander Hamilton (as letras americanas encerram nos últimos tempos um avultado número de excelentes biografias e monografias), uma pequena *history* das colônias inglesas e uma interessante *story* da Revolução em dois volumes magnificamente editados. Blaine escreveu suas recordações de vinte anos de Congresso; Sherman as de quarenta anos de vida pública; Cox as de trinta anos de legislação federal. Já referi-me ao útil volumezinho do ex-presidente Harrison. O general Grant, alguns anos, enriqueceu a família empobrecida em especulações infelizes com a publicação das suas *Memórias*, cujo último capítulo foi escrito no leito de morte porque o cancro da língua já lhe não permitia ditar, e que renderam mais de 500.000 dólares para a viúva.

Na história mais geral que as memórias e autobiografias não perdeu-se a tradição brilhante de Bancroft, Prescott e Motley. Parkman, de Boston, revelou sua erudição e sua arte de composição nos interessantes volumes relativos ao Canadá e suas guerras entre franceses e ingleses, ao descobrimento do Oeste americano e primeiras explorações francesas, aos esforços civilizadores dos jesuítas e a exploração do Noroeste. Henry Adams escreveu um magnífico estudo sobre as presidências de Jefferson e Madison. John Bach McCaster deu-nos uma excelente história do povo americano. Justin Winsor, bibliotecário de Harvard, organizou uma obra digna no seu gênero de emparelhar com as produções das mais cultas sociedades européias: a soberba *Narrative and Critical History of America*, em oito grandes volumes repletos de informações exaustivas e de fascinantes gravuras e mapas antigos. *A history of the Pacific States*, sob a direção de Hubert H. Bancroft, contém nos seus trinta e nove volumes uma soma prodigiosa de documentos originais. As coletâneas e enciclopédias são muito do gosto do público americano e as admiráveis, como a *Library of American Literature*, editada em onze fortes volumes por Edward Clarence Stedman e Ellen Mackay Hutchinson. A história da literatura americana foi, outrossim, muito detalhadamente estudada nos trabalhos de M. Coit Tyler e Charles F. Richardson. Análogas àquela coletânea existem a *Cyclopedia of American Literature*, de Duyckinck, a antologia de Griswold e a *Cyclopedia of American Biography*, de Appleton. Séries biográficas têm sido dedicadas aos estadistas americanos, aos homens de letras americanos, aos grandes educadores europeus e americanos. As casas editoras não recuam diante das empresas monumentais: uma, do Oeste, planou a reedição de todas as relações e cartas jesuítas, que tem-se executado sem interrupção. Dicionários históricos e geográficos nacionais formigam nas livrarias e gozam de grande aceitação, assim como as compilações relativas ao país. Destas citarei especialmente a editada pelo Sr. Nathaniel S. Shaler, da Universidade de Harvard, sob o nome *The United States of América*, abrangendo um estudo da república americana, seus recursos naturais, população, indústrias, manufaturas, comércio, literatura, ciência, educação e governo (Appleton, 1897).

É conhecida a cópia e não insistirei sobre o valor das publicações oficiais nos Estados Unidos. De todos os departamentos e repartições

chovem as obras descritivas, estatísticas, de informação, de divulgação, compreensivamente ilustradas e abrangendo todos os assuntos, econômicos, agrícolas, manufatureiros, financeiros, militares, navais, diplomáticos, judiciais, de engenharia, etc. Peculiarmente tudo quanto se refere à organização do trabalho e distribuição da riqueza é objeto da mais escrupulosa confecção e do mais apurado cuidado. É um verdadeiro prazer percorrer-se um desses relatórios com o seu enorme aglomerado de fatos, seus montes de algarismos, numa disposição metódica e inteligente.

A recente guerra com a Espanha deu origem a um verdadeiro extravasamento literário, produções de ocasião das quais terão de ficar as conclusões na sua recíproca identidade. Os correspondentes de jornais, como Richard Harding Davis, Hemment e outros, publicaram cada um seu volume de impressões muito pessoais; os principais chefes militares e navais, exceção feita do Almirante Dewey que há de ser o *last but not the least*, já deram parte ao público das suas sensações e observações; políticos como Cabot Lodge estão escrevendo a história diplomática do conflito; finalmente as repartições competentes editaram os relatórios recebidos e até traduções de cartas e relatórios espanhóis que acidentalmente lhes vieram às mãos. Sobre a importância, recursos e futuro das novas possessões já estão publicados numerosos volumes de jornalistas e especialistas que têm ido estudar *sur place* a geologia, o clima, as produções, as condições econômicas de cada colônia. O *Harper's Weekly* conta quatro correspondentes especiais, um em cada possessão, e o de Porto Rico, por nome Dwindle, tem praticamente esgotado o assunto, tratando-o admiravelmente do seu ponto de vista utilitário.

Nem faltaram ao acontecimento as galas da celebração poética. Neste particular, porém, concordam os americanos que não têm sido extraordinariamente felizes os resultados. Nenhuma ode, poemeto ou elegia é deveras digno de sobreviver ao entusiasmo do momento, se bem que vários revelem sensibilidade e correção de fatura. Também os Estados Unidos não produziram ainda um poeta universal como Goethe ou um lírico profundo como Victor Hugo, havendo, aliás, possuído diversos bons poetas. A conhecida plêiade lírica da Nova Inglaterra teve seguidores locais, vários deles parnasianos, mas em geral não abandonando o elemento espiritual, quero dizer metafísico, que distingue e anima aquele grupo. Citam-se entre ou-

tros os nomes de Woodberry, Parsons, Emily Dickinson. A poesia do Sul que, na frase de K. Lee Bates tende a acentuar os elementos da música e da emoção, tampouco cifrou-se em Edgar Poe: tornando-se mais melancólico o seu lirismo fundamental pelas tristes recordações da guerra, a qual acordou no Norte estros vibrantes, ela contou outros distintos representantes como Sidney Lanier, que Th. Bentson há pouco estudou amorosamente na *Revue des Deux Mondes*. A essas duas escolas, se é que lhes cabe este nome que indica íntimo parentesco de visão intelectual e de sensibilidade, veio juntar-se a poesia mais rude, mais nova, mais colorida do Oeste, tornada por assim dizer viável ou literária pelo realismo inoculado no lirismo por Walt Whitman, o reputado autor dos *Drum-Taps* e poeta por excelência da guerra civil. Entre os poetas do Oeste devem designar-se John Hay, que nas *Pike County Ballads* celebrou a vida do Mississípi, a qual o humorista Mark Twain também consagrou alguns volumes de prosa; Joaquin Miller, o cantor das *Sierras*, e Bret Harte, que com acentos verdadeiros e sugestivos descreveu a vida dos aventureiros da Califórnia.

Num país democrático e de tão desenvolvido senso político como este, é evidente que não podiam escassear os tratadistas de direito público, os expositores e comentadores da doutrina constitucional, os escritores sobre lei e praxes forenses: eles são bastante conhecidos entre nós. Em nenhum campo talvez é mais rica e variada a literatura norte-americana mercê da preparação com que já procedem os autores aos seus estudos e dissertações, e foi talvez o primeiro em que essa literatura deixou de ser provincial, no sentido que dá-lhe o humorista Charles Dudley Warner, compilador da *American Men of Letters Series*, isto é, da reflexão ou imitação destituída de originalidade vital. A literatura econômica e a sociológica são igualmente muito copiosas, e bem assim as de novelas e viagens.

Se os métodos científicos puderam ser tão felizmente aplicados à crítica e à história, e começaram a sê-lo com Bancroft e Ticknor, logicamente supõe-se que o desenvolvimento científico favorecia essa aplicação. É um fato incontestável que as contribuições norte-americanas no domínio da filologia, especificadas em Whitney, da etnografia, de que dá testemunho a obra do Bureau of Ethnology da Smithsonian Institution, seguindo nas pegadas de Schoolcraft, da ciência em geral, têm sido das mais valiosas para o progresso da inteligência humana. Basta citar o nome

do fundador do *Peabody Museum*, o ilustre professor Othniel C. Marsh, que acaba de falecer e cujas contribuições para o estudo da paleontologia foram das mais notáveis, com elas tendo consumido sua existência e gasto o melhor dos seus haveres. Sem receber retribuição alguma pelos serviços de lente na Universidade de Yale, a cujo desenvolvimento dedicou-se de coração, ainda pagava do seu bolso o trabalho dos seus auxiliares e às suas custas realizou expedições científicas às Montanhas Rochosas, de que resultaram descobertas valiosíssimas para o estudo dos fósseis, devendo-se-lhe a classificação de centenaes de espécies de extintos vertebrados, desconhecidos de todo ou pelo menos na América, entre eles a ave dentada e o cavalo primitivo. Darwin considerou a série de monografias pelo professor Marsh editadas às próprias custas e enriquecidas com magníficas ilustrações, como o melhor subsídio para a teoria da evolução que havia aparecido nos últimos tempos. A coleção de fósseis organizada por Marsh e legada à Universidade de Yale é não só magnífica como única, no dizer de sábios europeus, especialmente no tocante a reptis.

É sabido quão estreitamente acham-se agora ligadas a ciência e a literatura, e como sem aquela não passa esta de estéril palavrório. Uma literatura portanto sem base científica própria não pode aspirar ao esplendor e à duração. Os americanos, considerando sobretudo o seu adiantamento científico, pensam até que a literatura anglo-saxônica há de no futuro tornar-se americana, a saber, que as letras americanas, as quais estiveram por tanto tempo sob a tutela das britânicas, custando mesmo a emancipar-se e ganhar sabor nacional, hão de tornar-se as representativas do gênio da raça.

Diz um crítico que desse novo composto, cuja completa diferenciação não pode por enquanto ser caracterizada, não ficará por certo excluído, ainda que fique atenuado, o espontâneo *humour* nacional, que desbancou o sentimentalismo artificial de cinqüenta anos passados, e que desde então tem sido expressão mais direta da juvenildade do povo americano. Isto parece dever ser tanto mais exato quanto o *humour* é uma feição peculiar à raça, não só traço derivado das circunstâncias do desenvolvimento nacional e revelador do atual otimismo.

O representante mais reputado, mais genuíno e mais brilhante do *humour* americano é sem dúvida alguma o escritor cujo pseudônimo

de Mark Twain (o verdadeiro nome é Samuel L. Clemens) tornou-se universalmente conhecido. Qualquer dos seus livros – tomemos por exemplos *Innocents Abroad* e *A Connecticut Yankee in King Arthur's Court*, impressões de viagem ou fantasia histórica – é todo polvilhado de observações humorísticas impossíveis de confundir com as de outro, porque o *humour* de Mark Twain é, além de muito nacional, pessoal. Nas suas linhas gerais consiste em reflexões sensatas que contrastam com o patético ou o sublime de uma situação, ou que se exercem sobre coisas correntes desvendando seu lado ridículo, não tanto pela agudeza da intuição e sarcasmo da alusão – assim procede o espírito francês, que mais ou menos sempre tem afetação e sabor literário – como pela jovial simplicidade e fina bonomia dos comentários. Um exemplo do primeiro caso: descrevem-se com ênfase as colunas de Hércules consideradas pelos escritores clássicos como a baliza da navegação marítima e o término do mundo habitável, e pondera Mark Twain: A ciência que os antigos não possuíam era muito avultada. Exemplo do segundo caso: fala-se de um dos passageiros de bordo, que não era inteligente nem instruído. Sê-lo-á algum dia, ajunta Mark Twain, se se recordar das respostas a todas as suas perguntas.

A natureza humorística dos comentários não exclui a ilustração do autor, da mesma forma que não exclui a sua sensibilidade. Muito pelo contrário, ela dá realce à boa têmpera das suas informações e acentua a emoção causada por alguns episódios da sua narração. É neste ponto o mesmo que dá-se no teatro. Uma tragédia com o seu jogo de paixões nobres e infames, o empolado do seu estilo e o morticínio obrigado dos seus personagens, deixa-nos comumente frios mercê da persistência da nota dramática, que não corresponde à realidade da vida. Inversamente numa comédia, a meio do muito riso provocado pela representação dos incidentes alegres da existência, fere-se uma nota tocante, cuja ação é muito mais poderosa sobre o nosso sistema nervoso e produz uma forte reação sentimental pela contraposição à jovialidade reinante, pela nossa percepção mais direta e portanto mais rápida dos fatos comuns que dos extraordinários.

As qualidades propriamente literárias de Mark Twain são muitas. O seu vocabulário é muito rico, sua forma fácil e graciosa, e quando necessário vibrante e eloqüente, as suas descrições concisas no geral mas excelentemente traçadas, algumas até primorosas, a sua erudição histórica

substancial. Para comprová-lo não escasseiam os exemplos, e lembrarei no *Innocents Abroad* a descrição de Atenas e sua paisagem de ruínas, vistas ao luar do alto do Parthenon.

Innocents Abroad aliás, devemos ter presente, foi seu primeiro livro, publicado há trinta anos. Depois é que o humorista, entre outras aplicações intelectuais, fez da literatura anglo-saxônica nos séculos XI a XV o tema especial dos seus estudos, absorvendo o espírito dessa época, fato que valeu à literatura norte-americana, além do notável livro sobre a Inglaterra do tempo dos romances da Távola Redonda, as reminiscências pessoais de Joana d'Arc pelo Sr. Luis de Conte, seu pajem e secretário. Este volume alega ser traduzido de um velho manuscrito francês e com efeito possui todo o sabor, todo o colorido de uma crônica medieval, como as escreviam em francês Froissart e em português Fernão Lopes. O mais entranhado amor à terra gaulesa duramente calcada pelo estrangeiro palpita em todas as suas páginas repassadas da meiguice, da castidade, da fé da heroína, cuja figura sobre-humana de inocência, de bravura e de sacrifício Mark Twain esculpiu em puro mármore com o cinzel da sua devoção.

Pela combinação com um tal agregado de predicados literários é que maior efeito ainda geram os seus numerosos *jokes* – para usar da expressão original –, os quais são tanto mais irresistíveis quanto muito mais freqüentemente os sugerem as situações do que as coisas ou os seres em si, isto é, derivam sobretudo das circunstâncias em que debatem-se os personagens e que os antecedentes tornam necessárias, em vez de provirem da notação dos burlescos do seu aspecto. Não são menos copiosas as frases de espírito, a saber, a maneira engraçada de considerar e referir-se a qualquer objeto, o prisma cômico através do qual fazem-se a sua representação e a sua apresentação figurada. Trata-se, por exemplo, de Veneza, e escreve Mark Twain com a doce gravidade que dizem ser-lhe peculiar, mesmo nas relações privadas: excelente cidade para os entrevados, pois aí não têm aplicação as pernas: o mínimo percurso há que ser feito em gôndola. A propósito das fumigações a que os sujeitaram ao desembarcarem na Itália e que contrastavam vivamente com a imundície circunvizinha, faz a seguinte observação: a fumigação custa mais barato que o sabão, e de resto é só para os estrangeiros, porque os nacionais já estão fumigados por natureza: o cheiro o indica.

O gasto de graça é as mãos cheias e apesar de ser *Innocents Abroad* um volume em 8º de 650 páginas – já disse que os americanos são raramente concisos – a torneira do humor nunca se fecha, e o que melhor é, o jorro nunca fatiga o leitor.

Por vezes o gracejo atinge o sarcasmo, quero dizer, trai a sua ponta de dor. Referindo-se a algumas cortesãs de notável fealdade, escreve ele: seria baixa lisonja chamá-las imorais. Pela continuação a sua ironia, a princípio acidentalmente um tanto grossa, ir-se-ia desbastando, afinando-a gradualmente a cultura literária. No *Yankee in King Arthur's Court* são mui poucos os *jokes* algo pesados: o livro, todo ele saturado de espírito intransigentemente democrático, é antes repleto de subentendidos, de alusões, de comparações fortuitas, perceptíveis muito embora mesmo para os de uma cultura mediana.

A ironia de Mark Twain, que ali baseia-se especialmente na contraposição do pensar moderno com o meio antigo em que desenrola-se a ação, faz-me na sua recente maneira frequentemente lembrar a de Machado de Assis, despreziosa, delicada e contudo irresistível. Continuando a ser otimista, porque o seu último volume é de fato como o primeiro um hino ao progresso – sabemos ser o otimismo uma das mais interessantes feições do povo americano – ele está ao mesmo tempo traindo um ligeiro sabor melancólico, um certo amargor provocado pela imagem dos sofrimentos humanos, aos quais se não esquiva a feliz América.

Poucos livros julgo haver tão interessantes como os de Mark Twain no sentido de atraentes, de deleitáveis, de bem corresponderem a todos os gostos. Em plena odisséia cômica de um *yankee* (como também poderia denominar-se o *Innocents Abroad*), páginas há, por exemplo, as sobre Napoleão III e o sultão da Turquia, que qualquer pensador subscreveria sem hesitar.

Depois nada encontra-se nesses livros de desconcertado ou que desaponte. Os paradoxos, que sempre representam um esforço senão uma tortura mental, são substituídos pelas considerações do senso comum: aquilo mesmo que se assemelha a um paradoxo, se de perto o escrutarmos, reduz-se à linguagem, muitas vezes refreada e que por isso parece estranha, quando ouvida, do são juízo. Tampouco costuma o autor recorrer a exageros, sendo os efeitos hilariantes atingidos unicamente com a hábil

exposição da verdade. O americano só tende a exagerar quando se ocupa de coisas da sua terra: nas apreciações do passado ou do estrangeiro eles são comumente no mais alto grau fidedignos.

A ausência de esnobismo é um traço notável em Mark Twain e que contribui não pouco para tornar seus livros simpáticos e, quase diria, hoje em dia nada vulgares. No *Innocents Abroad* encontram-se umas páginas sobre arte e os esforços de certos pseudo-entendedores para descobrir nos personagens representados nas telas pelos artistas as expressões definidas pelos críticos, que são tão exatas quão divertidas. Por esse lado do seu talento é o autor não só humorista como moralista, e moralista do melhor quilate revela-se Mark Twain em todos os seus trabalhos posteriores desde que, longe de considerar os períodos sumidos como a idade de ouro da humanidade, ele entende que a humanidade está sempre caminhando para um melhor futuro. Os tempos medievais foram tempos de barbárie, de cruzeza e de tristeza. Se hoje as condições sociais não são uniformemente risonhas, ao menos verifica-se um geral enorme progresso no bem-estar dos habitantes do Planeta, tudo devido à ação da civilização moderna.

Tal otimismo está bem fora de moda nas letras europeias, mas Mark Twain é um moralista tanto mais suscetível de exercer influência sobre seus leitores quanto acha-se em íntima comunhão de caráter e de orientação com a grande maioria dos seus compatriotas. Considerando agora o reverso da análise, direi que o seu ponto de vista é mais do que pessoal, porque é nacional. Eis a razão de serem tão populares nos Estados Unidos as obras de Mark Twain. De dez americanos que vão em digressão à Europa, oito com certeza experimentam as mesmas impressões do *Pilgrim do Quakers' City*, e dos dois restantes, um as experimenta idênticas também, mas julga de bom tom disfarçá-las.

Se as impressões traduzidas pelo escritor não fossem reais e apenas aparentassem sê-lo, não seria menor o seu engenho em saber tão fielmente simulá-las do que em saber traduzi-las. Elas, porém, são sinceras. O escritor está aí como em toda sua obra identificado com o público que o lê: o que ele sabe é dar expressão literária às impressões comuns e, graças a essa comunhão, consegue fazer aceitar pelo espírito geral as observações que os acontecimentos possam sugerir ao seu espírito mais esclarecido.

Semelhante identificação particular ou nacional não exclui entretanto a possível identificação com o sentimento geral ou universal, pois é evidente que cada povo, além dos seus característicos próprios, prende-se à humanidade por muitos lados e traços comuns, cuja tradução literária só um escritor de altos dotes logra efetuar, visto ter de corresponder à vastidão do assunto a universalidade do seu gênio. Nos escritores mais universalistas, contudo, reside sensível e à flor da pele o ponto da nacionalidade, o prurido do patriotismo.

Mark Twain é, neste sentido, pura, autêntica, indubitavelmente americano. Sempre o é de resto, porém nunca como nos admiráveis livros – *Tom Saweyr*, *Huckleberry Finn*, *Pudd'nhead Wilson* – em que descreve o viver do Mississípi e das regiões mineiras de além, onde galhofeou e labutou, pois Mark Twain, cujo pai morreu quando ele era criança, é um puro autodidata e nos começos da sua vida exerceu vários misteres, sendo tipógrafo ambulante, piloto no grande rio, mineiro em Nevada, antes de tentar fortuna como repórter e humorista nos jornais de Virginia City e San Francisco. Em nenhuma das suas outras obras existe, como nas referentes à sua mocidade passada no Sudoeste no vale do Mississípi, tanta intimidade com o assunto, tanto sentimento, portanto, tanta vida, tanta verdade. O jocoso aí reveste uma observação aguda e palpitante que exerce-se sobre coisas familiares e queridas, as quais, pelas impressões deixadas, fazem parte inseparável da alma do autor.

Contudo, nota com razão o romancista Howells, o sentido é nele extensivamente nacional, e ajunta o crítico Brander Matthews no prefácio, que acaba de ser publicado, de uma edição completa em 22 volumes, prestes a aparecer, das obras de Mark Twain, que este lhe parece a personificação do americanismo, pela *self education* rasgando-lhe novos horizontes; pelo patriotismo que a admiração do estrangeiro não logra abafar; pela simpatia humana que aponta através da independência para com as pessoas e do desrespeito para com as superstições; pela impaciência de aprofundar o conhecimento de qualquer objeto ou problema; pelo ódio à baixeza e à vileza; pela altivez do eu combinada com a doçura do trato.

Marion Crawford, por contra, que é um literato de grande talento, um romancista dotado do senso da análise e um narrador dotado do senso do pitoresco, não se contenta com assimilar facilmente os carac-

terísticos de outras nacionalidades: sente pulsar em si incomparavelmente mais do que a alma americana, a alma italiana. Os Estados Unidos são sua pátria política e literária, a Itália a pátria do seu coração. No formoso livro que acaba justamente de publicar como complemento a um bom número de romances de assuntos italianos e que tem por título *Ave Roma Immortalis*, não é o estrangeiro quem descreve, é o filho dessa Roma velha de vinte e sete séculos, a cidade essencialmente augusta e soberana que outrora dominou o mundo pelas armas e depois os espíritos pela fé.

Falam nele tão-somente o espírito da antiguidade, a tradição, o respeito das coisas idas. Marion Crawford ama Roma porque esta tem rugas, porque tem ruínas, porque tem passado, porque no seu seio gerações sem par viveram, morreram, conspiraram, gozaram, revoltaram-se, combateram. Eis o trecho final, impregnado de reverência e de saudade, da sua recente obra: “Aquele pois que preza Roma e a deixa, lembra-se dela distintamente e por longo tempo, dizendo a si próprio que saberia reconhecer cada pedra dos seus muros e das suas ruas; mas quando por fim regressa e de novo a contempla, fica atônito diante da grandeza do que já foi e impressionado profundamente pela beleza melancólica do que é. Afluem a um tempo em palavras os pensamentos de amor e veneração, e com estes a imensa admiração por alguma coisa de muito grande e muito elevada. Ele próprio encaneceu e ficou alquebrado na luta de uns poucos anos, ao passo que durante 25 séculos Roma arrostando a guerra e o mundo; por isso, gladiador da vida, ele inclina sua frente perante ela, perguntando a si mesmo como terminará sua pugna e murmurando a submissão da sua mortalidade aquela perpétua resistência – *Ave Roma immortalis, moriturus te salutant.*”

A Mark Twain, entretanto, pouco lhe importa Roma e pela mesma razão que tanto comove o outro, porque ali nada há de novo, não existe margem “para o que confere o mais nobre prazer faz arfar o peito humano de orgulho superior a qualquer outro” – a descoberta, a novidade. Caminhar onde outros nunca penetraram, respirar uma atmosfera virgem – eis para ele o grande encanto, o supremo deleite. O seu capítulo sobre Roma no *Innocents Abroad* é a página mais sinceramente americana que imaginar-se pode.

“Descobrir um novo planeta, inventar uma nova mola, achar o meio de obrigar os relâmpagos a transmitirem vossos pensamentos. Ser o primeiro – eis a questão. Realizar alguma coisa, dizer alguma coisa, ver alguma coisa antes de qualquer outro – eis os fatos que produzem um prazer junto ao qual são outros prazeres insípidos e comuns, outros êxtases baratos e triviais... O que há em Roma para eu ver que outros já não hajam visto? O que há ali para se tocar que outros já não hajam tocado? O que há ali para eu sentir, aprender, ouvir, conhecer, que provoque em mim um estremecimento antes que eu o comunique aos outros?” E a esta *boutade* seguem-se as páginas da mais deliciosa ironia sobre o que um romano dos fins da época da dominação papal descobriria nos Estados Unidos se aqui viesse viajar, a saber, as coisas mais corriqueiras numa civilização progressiva e, contudo, para ele, absolutamente desconhecidas. Estas páginas seriam suficientes para consagrar a reputação de um escritor.

Como todavia não se descende impunemente dos antigos, como não é de balde que o espírito se ilustrou com as lições do passado, este exerce sua sedução sobre Mark Twain como sobre qualquer outro homem de inteligência e conhecimentos. As páginas dedicadas ao Coliseu e ao panorama que desenrola-se do alto da cúpula de S. Pedro de Roma são, através de todos os *jokes* e irreverências dignas de um *westerner*, repletas de admiração e de emoção. Neste particular ainda identifica-se Mark Twain com a porção cultivada dos seus concidadãos, cuja sede de tradição é notória. Como acontece na alma americana, nele equilibram-se ou combinam-se o idealismo e o positivismo: predominando este muito embora, o eflúvio do primeiro é na sua mais limitada proporção bastante para perfumar todo o composto.

Em Marion Crawford, porém, vimos como leva vantagem o idealismo. Um é o europeu saturado de respeito pela antiguidade que evoca; o outro o *yankee* em busca da sensação da cultura própria e tradicional. Tal sensação é sabido que só o estudo apaixonado da sua história lhe pode fornecer, e por isso são beneméritos os escritores que, como o professor John Fiske, reúnem à preocupação universal da origem e destinos do homem o labor especial aplicado à mais ampla e mais vívida ressurreição do passado nacional. Não erro seguramente dizendo que John Fiske é presentemente o representante mais acabado da cultura americana. O lembrar seu nome e

esboçar sua personalidade dispensariam em rigor tudo quanto escrevi para indicar a abundância da literatura deste país.

Filósofo, foi ele o grande divulgador nos Estados Unidos das teorias darwinianas, e à doutrina do mestre juntou importantes contribuições originais que o tornaram um evolucionista de reputação européia. A sua *Filosofia Cósmica* é uma obra de grande pensador, e são digno complemento dela os quatro livros: *Myths and Myth-Makers* (contos e superstições interpretadas pela mitologia comparada), *The Unseen World, Excursions of an Evolutionist* e *Darwinism and Other Essays*. As idéias fundamentais do seu sistema filosófico encontram-se porém lucidamente exaradas em pequenos trabalhos mais acessíveis ao leitor que não tiver um preparo especial para essa ordem de estudos. Historiador, seu campo abrange toda a história e pré-história americana. Armado com o seu formidável cabedal filosófico e com o mais bem apetrechado arsenal de erudição, está ainda descrevendo essa evolução que vai, graças à colonização européia, da barbárie indígena à florescência da mais completa civilização do mundo, numa série de volumes, da qual deve ser proximamente publicado o relativo às colônias holandesas e *quakers* das terras depois chamadas Estados Unidos.

Este homem verdadeiramente notável não tem ainda 60 anos, pois que nasceu em Hartford (Connecticut) em 1842, oriundo de uma família fixada na Nova Inglaterra desde o século XVII. Aos 18 anos entrou para o Colégio de Harvard, mas a sua preparação escolar pode dizer-se que principiou aos seis anos de idade. Transcrevo textualmente uma página da sua biografia, como a publicaram seus editores, a fim de dar uma idéia da capacidade de trabalho e curiosidade enciclopédica de saber reveladas desde os mais tenros anos pelo eminente homem de letras. “Aos sete anos lia César e havia lido Roliin, Josepho e a Grécia de Goldsmith. Antes dos dez lera todo Shakespeare e muito de Milton, Bunyan e Pope. Começou grego aos nove. Aos 11 já tinha lido Gibbon, Robertson e Prescott e quase todo Froissart, e escrito de memória um quadro cronológico desde o ano 1000 a.C. até o ano do Senhor 1820, perfazendo a matéria para um livro em branco de 60 paginas *in 4º*. Aos 12 havia lido, com auxílio de um dicionário greco-latino, a maior parte da *Coletânea Grega Majora*, e aos 13 todo Virgílio, Horácio, Salústio e Suetônio e muito de Tito Lívio, Cícero, Ovídio, Catulo e Juvenal. Além disso, estudara Euclides, trigonometria plana e

esférica, agrimensura e navegação, geometria analítica, e sabia bem cálculo diferencial. Aos 15 anos lia à primeira vista Platão e Heródoto e começava o estudo do alemão. No ano seguinte redigia seu diário em espanhol e lia francês, italiano e português. Começou hebreu aos 17 anos, e aos 18 sânscrito. Entretanto este leitor onívoro mergulhava-se na ciência, bebendo seus conhecimentos nos livros e não no laboratório ou no campo. Antes dos 16 anos estudava em média por dia, durante todo o ano, 12 horas, e mais tarde trabalhava com persistente energia quase 15 horas por dia. Sua robusta saúde resistiu perfeitamente a essa *surmenage* e foi com entusiasmo que dedicou-se aos exercícios físicos, para os quais ainda achava tempo.”

A vida universitária foi para ele o mero prolongamento de tão estudiosa adolescência. Formando-se em Direito, entregou-se por algum tempo à advocacia, acabando por devotar-se completamente à cultura das letras, de onde derivava seu principal ganha-pão. Em 1869, encetou na Universidade de Harvard suas conferências sobre positivismo, a que se seguiram em 1871 as célebres conferências sobre evolucionismo. Em Harvard ocupou temporariamente uma cadeira de História e exerceu o lugar de subbibliotecário, sendo o bibliotecário Justin Winsor. Desde 1879, porém, desligou-se de todo cargo efetivo na referida universidade no intuito de entregar-se exclusivamente à profissão de escritor e preletor, realizando suas conferências em todos os Estados Unidos e na Inglaterra. Continuava entretanto a residir em Cambridge, a ideal cidade universitária dos Estados Unidos, onde Agassiz, Longfellow e Lowell cerraram para sempre os olhos, e em cujo ambiente se respira o amor desinteressado das causas da inteligência.

Os historiadores e publicistas americanos costumam geralmente considerar os assuntos que escolhem de um ponto de vista exclusivamente nacional, e já notei que é este um defeito comum à mentalidade americana. Verdade é que esta nacionalidade há pouco atravessou seu período de formação: era, contudo, tempo de ir-se tornando neste sentido muito mais cosmopolita. O homem verdadeiramente erudito, universalmente ilustrado, de uma educação intelectual completa ou superior procede diversamente do escritor estreitamente patriota: procede como o professor John Fiske ao tratar de relacionar as idéias fundamentais da política dos Estados Unidos com a história geral da humanidade. Para decidi-lo a seguir esta

orientação serviram-lhe decerto os amplos conhecimentos lingüísticos que o distinguem e também o aturado preparo filosófico, alargando-lhe os horizontes espirituais, determinando-o a procurar sob os efeitos as causas, habituando-o a submeter o ponto de vista particular ao geral, a acompanhar a análise com a síntese.

A história política do povo americano, escreve ele*, só poderá ser bem compreendida quando for estudada em conexão com o processo geral de evolução política que de todo o sempre se tem ido desenvolvendo. Prossegue explicando que os *town-meetings* (assembléias municipais ou comícios urbanos) da Nova Inglaterra descendem das assembléias aldeãs dos primitivos árias, assim como o grande laço federal foi primeiramente esboçado nas pequenas ligas das cidades gregas e cantões suíços. À Liga Acaica, que foi a mais eficiente organização federal da velha Grécia, faltou, contudo, a instituição representativa, que igualmente faltou à conquista por incorporação posta em prática pela antiga Roma. O próprio ingente problema político do povo americano não passa do problema comum a todos os povos civilizados – apenas melhor ou pior resolvido – que é assegurar a pacífica ação combinada de toda a comunidade sem ofender a liberdade local e individual das unidades. A história americana para John Fiske não começa, pois, com os estabelecimentos de Jamestown e Plymouth, cujo crescimento ele, aliás, descreveu com minudência e arte nos seus livros – *Old Virginia and Her Neighbours* e *The Beginnings of New England or The Puritan Theocracy in its Relations to Civil and Religious Liberty*: data dos tempos em que nas florestas germânicas Armínio desafiava o poder da Roma Imperial.

Tanto equivale a afirmar a solidariedade da história dos Estados Unidos com a da mãe pátria e a homogeneidade ou irmandade dos seus intuitos de cultura, do seu *destino manifesto*, que é mostrar às demais nações e raças como o princípio do *self government* encontra sua expressão mais exata e mais eficaz no sistema federal que a Inglaterra pôs em prática numa vasta escala no seu Império colonial, de que os Estados Unidos constituem o mais grandioso exemplo, e que em sua fórmula encerra o futuro do mun-

* *American Political Ideas viewed from the standpoint of universal history.*

do se neste tiverem de predominar, como a evolução o ensina, a paz e o progresso, isto é, a civilização.

Ninguém suspeitaria, se o prefácio o não dissesse, que o mencionado livrinho é a reunião de três conferências primeiro realizadas na Inglaterra, a saber, que como muitos outros trabalhos do autor foi originariamente elaborado para ser ouvido e não para ser lido. A forma se não recente desta circunstância. Em outros trabalhos intencionalmente destinados à leitura, será ela mais assente, porque cuidada sempre o é, mas isto não impede que aquele ensaio de pura história filosófica, e da boa, seja composto com a mais serena independência de um perfeito sociólogo e também com o estilo fácil, transparente e sóbrio de um historiador que é um estilista primoroso. Não vejo na América do Norte quem redija melhor do que John Fiske, num inglês mais clássico, numa linguagem mais pura e mais direta, sem prolixidades, possuindo a ciência de não dizer mais que o necessário, avesso a toda palhada erudita ou filosófica, descrevendo viva e pitorescamente, encontrando expressões felizes, impressionando, comovendo e persuadindo. Ele é de fato um grande e verdadeiro escritor, no mais largo sentido da palavra.

Nas *American Political Ideas* não encontram-se propriamente contribuições pessoais. John Fiske é um poderoso assimilador de idéias, mas a parte original da sua obra filosófica e histórica nem por isso é menos extensa e menos notável. Diz o ilustre professor, por exemplo, que o seu pequeno volume *The Destiny of Man viewed in the light of his Origin* contém um resumo das suas contribuições originais para a doutrina da evolução. Esse livro, que é, com efeito, um epítome, faz repetidas referências e autentica seus dizeres com a notação de passagens mais desenvolvidas das obras filosóficas maiores do autor, principalmente dos *Traços de Filosofia Cósmica*, que Darwin chamou a mais clara exposição por ele lida e que o periódico *Academy*, de Londres, disse ser a contribuição mais importante que os Estados Unidos têm feito para a literatura filosófica.

Começa John Fiske por explicar o que no seu entender é o homem, depois de afastar a velha doutrina teológica e teleológica que o colocava no centro de um Universo criado para ele, e de adotar a doutrina evolucionista que o coloca no cume de uma longa sucessão de seres constantemente aperfeiçoados pelo processo da seleção natural e sobrevivência

dos mais aptos para a luta. O homem, porém, como animal não é susceptível de mais aperfeiçoamento, ou por outra, não pode conceber-se uma criatura superior a ele, como parecia dever ser a conseqüência lógica da teoria da Evolução. Na progressão animal um momento houve em que as variações psíquicas entraram a ser de maior importância do que as variações físicas para o bruto antecessor do homem, isto é, em que o processo de variação zoológica chegou a termo e foi substituído pelo processo de variação psicológica. Pela acumulação das variações psíquicas é que a espécie humana entrou no caminho da perfeição indefinida e distanciou-se por inteiro de tudo quanto havia até então encerrado manifestação de vida. O aperfeiçoamento espiritual da Humanidade converte-se, assim, na frase do autor, no glorioso remate da longa e tediosa obra da Natureza.

Nada prova melhor a complexidade psíquica do homem do que a infância. O animal de classe inferior, cujos atos são apenas instintivos, já nasce com a tendência para praticá-los todos. O seu sistema nervoso completa-se durante a gestação; ele nada tem que aprender na vida: a hereditariedade é tudo para ele. Pelo contrário, para os animais superiores e muito particularmente para o homem a vida consiste no aumento do cérebro, a saber, numa série de atos de crescente variedade e complicação que para serem realizados requerem o desenvolvimento de capacidades latentes, cuja evolução depende da experiência individual depois do nascimento. Eis o que para John Fiske é *the meaning of infancy* (a significação da infância) no progresso psíquico da Humanidade, pois que, não esqueçamos, o fim da Evolução torna-se cada vez mais espiritual. Mesmo quando a felicidade material estiver algum dia assegurada para todos, a evolução continuará porque no campo moral haverá ainda perspectivas infinitas diante da alma.

Não somente para o progresso da inteligência individual e coletiva como para o progresso propriamente social contribuiu aquele período de infância desamparada (*helpless childhood*) pelo fato de naturalmente estreitar os laços entre pais e filhos, em vigorar as relações de família, com o conseqüente altruísmo, que gera na consciência a idéia do dever ou da moral. O crescimento da simpatia humana não tem estado a par do crescimento do entendimento humano porque a evolução geral tem tido por base a luta. A evolução do homem assinala contudo debaixo de

muitos pontos de vista um novo capítulo na história do universo: “quando a seleção natural por meio do prolongamento da infância assegurou um determinado desenvolvimento para as emoções altruísticas, deu origem a um poder que apenas lograria operar pela eliminação da pugna”. A história de fato demonstra esta asserção, conquanto o processo dela haja sido vagarosíssimo.

Por este estudo da origem do homem é possível descortinar seu destino. A eliminação da guerra não se fará porém diretamente, como puro efeito de repulsão moral. A guerra tem ido diminuindo gradualmente desde os tempos em que a estimulava a fome, sendo a primeira causa desta melhora o aumento da alimentação mercê da produção pastoril e agrícola, fornecendo base ao intercâmbio comercial. Foram as exigências destes primórdios da civilização industrial que deram origem às artes e às ciências, as quais tornaram a vida moderna interessante e valiosa, e foi também aquela civilização que alargou o campo ético, erguendo seu fundamento da ligação de sangue para a solidariedade humana. A guerra só conseguirá todavia ser conscientemente eliminada quando a sociedade chegar à federação, isto é, à incorporação voluntária e digna de pequenos núcleos num grande sistema, método pacífico até na sua concepção, porque pressupõe o ajuste legal das diferenças entre Estados como já acontece com as diferenças entre indivíduos.

Terminará destarte para o homem a luta pela vida, alicerce do darwinismo, depois de ter feito brotar esse produto consumado da energia criadora, a alma humana; mesmo porque o processo da seleção natural, pelo qual agia a luta, de há muito tem-se ido anulando graças ao exercício das condições sociais. A superioridade ou melhor preparo para a contenda passou de fisiológica a intelectual, e a incapacidade originária deixou de traduzir fatalmente a destruição, se outros predicados vinham em socorro da criatura e a ajudavam na luta a preservar sua existência e a adaptar-se ao meio. O homem civilizado possui assim sobre o homem selvagem a vantagem de poder imaginar, ou da representação ideal, base da ciência e da arte e segredo da fortaleza de ânimo e da simpatia social.

A barbárie das lutas primitivas sobrevive de certo modo nas lutas sociais e econômicas, que são cruéis posto que incruentas. O homem prossegue entretanto continuamente lançando fora de si a besta fera, ou por

outras palavras, o pecado original, e evoluindo para a verdadeira salvação, tendo sido para semelhante resultado o principal fator o Cristianismo, a doutrina dos fracos e dos humildes, o evangelho da paz e da fraternidade.

Vista pelo prisma por que a encara John Fiske, a doutrina da evolução está portanto muito longe de degradar a humanidade, exaltando pelo contrário a criatura, com fazê-la o objeto primordial e capital do cuidado divino. Evolucionista convicto e entusiasta como é, observador atento e fiel respeitador das verdades científicas, Fiske nem por sombras desce ao ateísmo, que repudia com grande força. Em seus escritos filosóficos nenhum nome acode-lhe ao bico da pena mais freqüentemente que o de Deus. Acusam-no mesmo alguns de não ser bastante ousado para excluir essa hipótese metafísica e reconhecer o simples predomínio das forças naturais. O Deus do filósofo americano não é, já se vê, o *Deos ex-machina* das tragédias gregas, nem a Providência milagrosa do monoteísmo semítico propagado pelo Cristianismo – é a “energia onipresente, diria a força se não fosse por causa das nações panteísticas de cega necessidade”. Para ele Deus é espírito, advertindo no entanto que a expressão deve somente ser empregada simbolicamente.

O meu amigo Sr. M., que é um distinto estudioso de filosofia, dava-me a este respeito sua opinião numa carta que dirigiu-me relativa ao professor Fiske, e aqui transcrevo suas palavras para dar a conhecer outro aspecto do pensamento americano, cujo teísmo é incontestavelmente predominante, mas não unânime:

“A mim parece-me tudo isso uma luta curiosa para evitar o Cila do antropomorfismo e o Caribdis das conclusões de cega necessidade das leis da força, causa e efeito, etc. Se eu ousasse cunhar um novo termo, que reconheço não ser bom porque envolve um absurdo, diria que o professor Fiske nos apresenta uma teórica psicomórfica de Deus, que é pouco melhor do que as que ele rejeita. Gostaria de encontrar um filósofo bastante afoito para tentar provar a perfeição da força e ao mesmo tempo negar a divindade da perfeição. Um simples profano ou diletante não satisfaria esta necessidade: seria mister um verdadeiro filósofo, que pudesse reconhecer as leis da natureza como puramente impessoal e o conseqüente absurdo de procurar achar neles qualquer atributo inspirando reverência, a qual só

pode ser sentida ou testemunhada para com uma dada personalidade de qualquer espécie.

“Quero todavia limitar-me a fazer crítica tão-somente objetiva, e do espiritualismo de John Fiske não podemos absolutamente duvidar porque ele não dá margem a ambigüidades. No seu entender a consciência – ao que prova o que sabemos da correlação das forças físicas – não pode ser o produto de uma hábil disposição de partículas materiais. A opinião de Platão sobre a alma, considerada como uma substância espiritual, um eflúvio da Divindade, encarnada debaixo de dadas condições em formas materiais perecíveis, parece-lhe indubitavelmente o ponto de vista mais consoante com o atual estado dos nossos conhecimentos. A imortalidade da alma será todavia sempre uma questão mais de religião que de ciência. A única coisa que a fisiologia cerebral nos ensina, quando estudado com o auxílio da física molecular, é até aqui adversa ao materialismo: não existe a mínima possibilidade de serem o pensamento e o sentimento produtos da matéria, isto é, do cérebro, cuja série maravilhosamente complexa de movimentos moleculares é concomitante com aqueles fenômenos espirituais.”

Nada existe aliás de mais destituído de fundamento do que a asseveração materialista de que a vida da alma acaba com a do corpo: a experiência não autoriza a avançar-se essa asserção, porque tal domínio acha-se além da demonstração científica, devendo ser somente considerado pelo lado moral. O modo pelo qual o professor John Fiske examina o homem, não mais como um mero incidente na série ilimitada e indefinida das mudanças cósmicas, mas, repito, como o fruto consumado da energia criadora, só pode conduzir à crença na imortalidade da alma, sob pena de privar todo o processo da evolução não só da sua consistência como do seu alcance, de despojar a obra divina de toda a racionalidade. E a teoria mesmo de Herbert Spencer explicada pelo darwinismo, da fé distinta da verdade científica porém repousando sobre ela.

O teísmo é objeto particular da análise de Fiske noutro trabalho que serve de complemento ao que descrevemos e que intitula-se – *The Idea of God as Affected by Modern Knowledge*. Nele acham-se também resumidos capítulos da “Filosofia Cósmica” e de outras suas exposições filosóficas. É notável a lucidez com que o autor explica a sua idéia de Deus, perfeitamente compatível com o progresso científico da nossa era porque “o próprio

processo da Evolução é a operação de uma poderosa Teleologia, da qual nosso entendimento finito apenas pode sondar os mais parcos rudimentos”. Sabemos que para Fiske Deus é a Energia Onipresente: desta idéia é entretanto impossível eliminar por completo o antropomorfismo. “Ao passo que no sentido mais profundo a natureza da divindade é incognoscível para o homem finito, contudo as exigências do nosso pensar obrigam-nos a simbolizar àquela natureza por uma forma que tenha para nós uma real significação e que, não podendo ser de qualquer modo física, tem de ser do algum modo física.”

Com mão segura John Fiske traça os lineamentos do desenvolvimento da idéia teística, primitivamente originada no instinto de dependência que à humanidade inculcavam as forças naturais e na extensão a estas da concepção da ação individual produzindo fenômenos pela volição, de harmonia com a crença geral nos espíritos ou porção imorredoura das cousas e dos seres.

A compreensão da unidade da natureza abriu mais tarde caminho ao monoteísmo ou crença numa só Divindade, facilitada também pela fusão das tribos em nações implicando a generalização de uma das divindades tutelares em detrimento das demais. Não foi de outro modo que surgiu com a Vitória de Jeová o edifício do monoteísmo semítico, o qual propagou-se no mundo romano, onde o politeísmo clássico já descera a ter valor meramente literário. Jesus e Paulo transformaram Jeová em “Esteio do Universo”, isto é, estabeleceram pelos Evangelhos e Epístolas a teoria da ação divina libertada das circunstâncias restritivas que apeavam entre as religiões étnicas da Antiguidade, e Jesus revestiu-a além disso da mais bela roupagem moral, cuja pureza o politeísmo ambiente poluiu sem conseguir destruir.

Expõe e critica o autor em seguida o que ele chama a concepção grega, dos padres da Igreja grega, Santo Atanásio por exemplo, de Deus iminente no mundo, constituindo a vida sempre presente do Universo, e a concepção latina ou teoria de Santo Agostinho, do Deus remoto, ser agindo intermitentemente pela suspensão das chamadas leis naturais, a qual involuntária mas logicamente conduziu ao agnosticismo e ao ateísmo. A primeira concepção, por Fiske denominada teísmo cósmico, “deriva-se do culto da natureza com sua noção de vasta espiritualidade elementar ima-

nente nos fenômenos físicos”. A segunda, ou teísmo antropomórfico, “provém da noção de divindades tutelares que fazia parte do primitivo culto dos antepassados”. A generalização física bastava para atingir-se aquela; nesta, entravam considerações políticas.

A completa demolição do antropomorfismo envolveria porém a demolição do teísmo. A doutrina da Evolução destruiu a teoria da Criação e demonstrou que o Universo é, não uma máquina disposta por um Artífice Supremo, mas um organismo que cresce, com um princípio inerente de vida, e que a própria absorvente harmonia da Natureza é um produto natural. A idéia de Deus há contudo que ser simbolizada, porque é impossível de outro modo fabricar mentalmente a imagem das concepções mais complexas, e é uma idéia que baseia-se sobretudo na perfeita unidade da Natureza, comprovada pelas ciências cósmicas e até pela sociologia. A matéria é não só uma como indestrutível e contínuo o movimento, e debaixo destas duas verdades universais jaz a verdade fundamental que a força é persistente: como conseqüência necessária proclamou Herbert Spencer a Lei da Evolução universal. O Universo é pois todo ele a manifestação de um único princípio animador, infinito e eterno, que é o Deus vivo. Conclui John Fiske com a seguinte página: “Podemos esgotar os recursos da metafísica discutindo até que ponto sua natureza pode ser apropriadamente expressa em termos aplicáveis à natureza física do homem; semelhantes vãs tentativas servirão apenas para mostrar como se trata de um tema que sempre transcenderá nossos poderes finitos de concepção. De alguma coisa porém podemos estar certos. A humanidade não é um mero incidente local numa série indefinida e sem destino de mudanças cósmicas. Os acontecimentos do Universo não são obra do acaso nem o resultado de cega necessidade. Praticamente existe um intuito no mundo, do qual é nosso mais alto dever tomar conhecimento, por melhor ou pior que possamos exprimi-lo cientificamente. Quando desde a aurora da vida vemos todas as cousas encaminhando-se juntas para a evolução dos mais altos atributos espirituais do homem, ficamos sabendo que, por mais que as palavras nos embarquem ao formularmos a idéia, Deus é no mais profundo sentido um ser moral. A origem sempiterna dos fenômenos não é outra senão o Poder Infinito que tende para a justiça.”

Estendi-me propositalmente sobre este assunto. Procurei fornecer uma clara noção da concepção que da alma e de Deus forma o maior filósofo dos Estados Unidos, a qual se não é a exclusiva é pelo menos a dominante entre as camadas mais educadas, projetando de si viva luz sobre o caráter americano. Em sua ardente vanglória do sucesso que coroou os tentames da sua atividade e perseverança, não perdeu o americano de vista a perfectibilidade que deve representar o fato supremo da espécie, nem achou motivo para repelir por atrasada a idéia, bem metafísica na verdade, de um ente superior a ele, que simboliza a energia e a harmonia e é a fonte da verdade e do bem. Tal idéia eleva extraordinariamente a significação do mundo em que vivemos e do papel que dentro dele cabe à humanidade, e é interessante notar que o povo que mais tem trabalhado para o progresso desse mundo é, justamente aquele entre o qual prevalece com mais robustez e com mais respeito a crença na realidade de Deus e na sobrevivência do espírito. O orgulho de raça suporta assim um freio que o impede de soçobrar na alucinação e na ruína moral, confirmando-se o velho aforismo grego expresso na forma latina: *Quos vult perdere Jupiter, dementat prius*.

As generalizações filosóficas não inabilitaram o espírito de John Fiske para a apurada investigação dos fatos. Ele mesmo diz que as generalizações são boas cenas, mas ruins senhoras, e de certo em reação contra tal tendência é que nele desenvolveu-se o erudito correndo parelhas com o pensador. A sua obra histórica capital é a clássica *Discovery of America, with some account of Ancient America and the Spanish Conquest*. Como todas as contribuições do autor neste campo literário, esta não é uma pura história narrativa: estudando os primitivos habitantes do Novo Mundo, busca também um objeto de comparação para o melhor conhecimento das rudimentares sociedades arianas; na realeza menos desenvolvida de Montezuma, o chefe militar da confederação asteca, ele procura o paralelo da de Agamêmnon; evocando a época das descobertas, examina-a como o seguimento do contato a que chegaram ao Mediterrâneo o mundo ariano e semítico, e também como a expressão mais romântica da Renascença.

Não se sabe o que admirar mais nos dois compactos volumes deste trabalho, se a elegância da forma, sempre fácil, se a riqueza dos conhecimentos, sempre pasmosa, sendo aproveitadas as fontes e não dependendo somente o escritor das notícias em segunda mão. Todavia John Fiske

respiga amplamente nas searas alheias e nenhuma literatura há escapado ao seu espírito singularmente instruído. Com a máxima lealdade, porém, ele cita, sabendo localizar as citações, o que dá testemunho da originalidade da sua investigação, os trabalhos menos importantes de que utilizou-se e, traço valioso pois denota a grande superioridade do seu espírito, tem a admiração fácil, elogiando a cada passo a aplicação dos estudiosos que o precederam na explanação de qualquer tema. Para que a sua obra não pudesse jamais ser uma compilação do que estaria, aliás, bem livre pela parte avultada de pesquisa original que encerra servem-lhe de fundamento umas tantas idéias gerais que aparecem em todos os seus livros, que formam o arcabouço da sua construção intelectual, a trama da sua elaboração mental, as esclarecem e animam, e fornecem o mais palpitante interesse à sua narração histórica e explicação filosófica.

Citar de preferência um dos capítulos do *Discovery of América* é fazer injustiça aos outros: o que versa sobre as navegações escandinavas além da Groenlândia e fundação no continente mais tarde chamado América de uma colônia secular em tempos pré-colombianos, é o intitulado *Mundus Nows* e dá conta das explorações subseqüentes a Colombo que foram determinando a extensão e forma do continente; o que se chama *Europe and Cathay* e traça o quadro da ciência geográfica anterior às descobertas ibéricas do século XV são dignas de um Gervinus ou de um Curtius, de qualquer dos mais notáveis mestres alemães, pela ciência universal e pela exposição transparente e singela como a simpática fisionomia de sábio germânico do autor; a história de Colombo é primorosa de gravidade científica; os quadros das conquistas mexicanas e peruana borbulham de pitoresco e de intensidade dramática, sem que a dignidade da narração seja jamais imolada ao patético da novela, que não há mais comovente nem mais bela do que a colonização do Novo Mundo.

A história propriamente dos Estados Unidos é igualmente tratada por John Fiske de um ponto de vista elevado nas duas obras já mencionadas atrás e nas *American Revolution* e *The Critical Period of American History, 1783-1789*. Ele próprio escreve “que não pretende tanto contribuir com novos fatos como modelar a narração de forma a fazer realçar as relações de causa e efeito freqüentemente sepultadas debaixo da massa dos pormenores”.

De fato evita tanto as declamações enfadonhas como os detalhes ociosos, senão ridículos, que tanto costumam aqui macular a história nacional, e dar-nos nas suas várias subdivisões uma obra imparcial, uma história como ela deve ser, serena e nobre, na qual as precisas descrições das operações militares e dos debates políticos alternam com os breves, mas firmes desenhos de caracteres, que são frutos de uma intencional psicologia objetiva.

Para ter todas as qualidades do historiador, John Fiske possui até a maior tolerância. No seu espírito libérrimo não existem resquícios de superstições, quer religiosas, quer científicas que não são menos tirânicas, e o otimismo da sua raça e da sua natureza trasborda no preito que, como disse timbra em prestar a todos os trabalhos, cujo esforço ninguém pode melhor compreender do que este espantoso trabalhador. De tal preito recebeu seu quinhão o nosso Varnhagen, *great scholar* como ele o denomina, confirmando as suas indagações sobre Vespúcio.

Esta feição de grandeza da alma em nenhum dos seus livros, porém se acha no volume dedicado à memória do seu amigo Youmans, a quem chama “intérprete de ciência para o povo” e que foi o grande editor e propugnador nos Estados Unidos dos mais modernos trabalhos científicos, cuja divulgação reformou no país a educação filosófica. É de ver o carinho com que John Fiske aborda o seu tema: “Tão genuinamente modesto, tão destituído de impulsos egoístas era o meu amigo que, estou certo, não deixaria de repreender-me por assim apresentar, com o que ele julgaria demasiada ênfase, seus direitos à comemoração pública. É, porém, justo não levar em conta tão brando reproche, pois a memória de uma vida tão bela e útil é uma posse preciosa da qual a humanidade não deve ser privada”. É com pesar que separo-me agora deste assunto, ao qual espero envolver, e para não alongar demasiado esta apreciação de John Fiske deixo de dar alguns traços da formosíssima existência do seu amigo, exclusivamente dedicada ao estudo. O livro, que é um grosso volume de 600 páginas, está recheado de cartas de Hebert Spencer, Tyndall, Huxley, os grandes amigos ingleses de Fiske e Youmans, e é um verdadeiro consolo verificar que há espíritos neste mundo cujas preocupações únicas são tão elevadas como as que agitam essas cinco almas de eleição, que nas duas grandes nações anglo-saxônicas remodelaram o ensino científico e disseminaram com as

suas descobertas especiais e as suas sínteses brilhantes uma concepção mais razoável, mais firme e mais nobre do universo e da vida.

A observação cresce de valor e duplica de sugestão quando pensamos que o meditar sobre os eternos problemas não afastou aquelas almas das preocupações patrióticas, tal é a força que exerce a consciência da superioridade da raça à qual pertencem e dos meios em que vivem. Em John Fiske não poderia o patriotismo inteligente melhor revelar-se do que na confecção dos seus livros de educação – *A History of the United States for Schools* e *Civil Government in the United States*, o primeiro dos quais está no 150º milheiro e o segundo, no 118º. Recomendam-se ambos altamente pelo completo e pela clareza, e no *Civil Government* especialmente por John Fiske tanto do seu zelo pelas coisas espirituais que tal obra conta entre os seus trabalhos mais lúcidos, mais proveitosos e mais originais, se é que entre eles pode haver escolha.

.....

Capítulo IX

A POLÍTICA EXTERNA

O

ESBOÇO da política externa dos Estados Unidos faz-se principalmente com dois traços que sempre escassearam à nossa – continuidade e energia. Desde Washington os estadistas americanos sabem o que querem e querem-no a valer. A nossa diplomacia, ao inverso, tem apenas recebido impulso e orientação de esforços isolados, avisados e poderosos por vezes, porém sem persistência, não raro contrariando-se e infalivelmente cessando com a retirada do teatro político ou de teatro da vida do representante que os encarnou. O papel de D. Pedro II na política externa foi sem dúvida mais infeliz do que na interna. Da guerra contra Rosas o proveito para o Brasil ainda foi palpável, mas da guerra contra López as conseqüências foram nulas, se abstrairmos da manutenção da dignidade brasileira.

O ânimo timorato do Imperador não ousou retirar os possíveis resultados materiais das duas campanhas estrangeiras que empreendeu. Contudo, a preponderância então indisputada do Império nas regiões platinas poderia perfeitamente ter disposto a terminação de problemas internacionais que ainda estão parcialmente em aberto, e cuja solução completa tornou-se hoje senão impossível, pelo menos cem vezes mais difícil e perigosa.

A política externa dos Estados Unidos resumiu-se toda até há pouco em dois princípios: neutralidade nas questões européias e prepon-

derância nas questões americanas, precisado o primeiro por Washington, o segundo formulado por Monroe. Este se converteu – ninguém o ignora – na pedra angular da diplomacia da república, e o outro ainda não há muito que recebeu a confirmação do Secretário de Estado Olney quando destruiu *in ovo* a agitação armeniófila, a qual ameaçava emparelhar com a agitação em favor dos cubanos, com a declaração de que a segurança dos missionários americanos na Turquia não seria consolidada por meio das manifestações destemperadas da opinião pública, excitada por apelos sentimentais que desconhecem ou não cuidam dos fatos reais.

Na sua bela mensagem de despedida, após recusar a proposta de um terceiro termo presidencial, Washington exortou os seus concidadãos à união e ao patriotismo, a evitar os males do facciosismo e a não ingerir-se na política européia, afixando ódio a umas nações e entusiasmo por outras, em palavras mais precisas, afetando execrar a Inglaterra e amar delirantemente a França revolucionária. E se assim pensava, assim procedera o primeiro presidente dos Estados Unidos. Sem desconhecer nem esquecer o auxílio decisivo prestado por terra e por mar pela monarquia dos Bourbons à causa da emancipação do seu país, procurou viver em bons termos com a antiga metrópole e defendeu com êxito a neutralidade americana contra os abusos do enviado da Convenção, em demasia inclinado a contar com a cega gratidão da república aliada de poucos anos antes e, aliás, acalentado na sua confiança pelas ardentes demonstrações populares. Nem a intimidade da França jacobina e regicida poderia jamais sorrir ao fidalgo de fino jaez que era Washington, se bem que convicto republicano. Genet aprestou algumas embarcações que deram caça a navios ingleses, porém não logrou transformar a Nova Inglaterra num ninho formidável de corsários que destruíssem a marinha da Velha Albion. As façanhas marítimas da jovem nação estavam reservadas para melhor ocasião e fim mais nacional, para defender, em 1812, os direitos dos neutros. Foi nesta segunda campanha, empenhada pelos Estados Unidos em condições de desigualdade flagrante, que os ingleses formaram idéia da vitalidade do seu rebento americano. A guerra de 1775-81 não passara de uma longa campanha de escaramuças, surpresas e encontros pouco decisivos. Em 1812-14, entretanto, não só brigues americanos apoderaram-se afoitamente de fragatas

britânicas, como os regulares europeus tiveram de recuar diante de Nova Orleans defendida pelo general Andrew Jackson.

A calculada abstenção nas controvérsias cisatlânticas, política encampada por Jefferson, o chefe da democracia americana, quando em seu discurso inaugural recomendou *honest friendship with all nations, entangling alliances with none*, correspondia muito naturalmente a vigilante defesa da autonomia do novo continente. Nem foi outro o fundamento da famosa doutrina exposta por Monroe de acordo com a Inglaterra parlamentar de Canning – a mesma Inglaterra que em tempo de Salisbury e do conflito venezuelano a teria de consagrar – quando a Santa Aliança procurou estender às possessões espanholas na América o plano de reação que o Congresso de Viena favorecera e que Chateaubriand começara a aplicar em Cadiz, no intuito, assevera ele, de restituir à França a glória militar e libertá-la dos tratados de 1815.* Os Estados Unidos não eram naquele momento a única nação independente do Novo Mundo, mas eram a única dotada de condições de educação cívica e de capacidade de administração, além de recursos materiais: é ocioso repetir que de então para cá a desproporção entre essas várias Repúblicas só tem feito acentuar-se. Não existe na América o que na Europa é tradicional sob o nome de equilíbrio, e que traduz a correlação de forças existente entre três ou quatro das suas principais divisões, como resultado dos conflitos pelo predomínio.

No século XVII a Espanha e a França lutaram pela supremacia. No século XVIII lutou a França contra a Grã-Bretanha, revivendo o duelo continental dos séculos XIII e XIV, após terem ambas derrocadas a monarquia universal de Carlos V, no mar dissolvendo mais pela audácia dos marinheiros do que mesmo pelo auxílio dos elementos a Invencível Armada, em terra esmagando em Rocroi os terços da infantaria castelhana. No começo do século XIX Bonaparte substituiu-se momentaneamente a Carlos V, mas as nações coligadas derrubaram-no em Waterloo. Inglaterra, França, Áustria, Rússia, Prússia tornaram-se quantidades quase equivalentes. O *equilíbrio* foi mais do que nunca uma realidade. Com a realização da unidade germânica, depois das humilhações de Sadowa e Sedan e da enorme expansão colonial que converteu a Grã-Bretanha em uma potência cos-

* *Mémoire d'Outre-Tombe e Congrès de Vérone.*

mopolita, o eixo da supremacia européia transferiu-se do terreno ocidental para Berlim necessitando, contudo, de alianças públicas e secretas para aí manter-se. Hoje entretanto promete a Rússia desmanchar o equilíbrio e, apoiando-se num gigantesco poderio asiático, exercer no Velho Mundo um ascendente que nem a Casa d'Áustria nem Napoleão conseguira jamais firmar.

Na América, depois de apagado o rastilho emancipador, tivemos o espetáculo de uma única nação organizada, os Estados Unidos; um grande corpo amorfo, *a vast, feeble and torpid body*,* o Brasil; uma dúzia de estilhaços dos vice-reinados espanhóis, cuja história é monotonamente agitada, e nos quais generais, padres, aventureiros e mestiços dançavam uma sarabanda doida e sangrenta em redor do altar do bezerro de ouro coberto com o barrete frígido da Liberdade. A situação tem-se certamente modificado. Neste fim de século encontramos um Chile cheio de vitalidade e uma Nação Argentina rica de futuro: nenhuma República latino-americana pode, contudo, mesmo imperfeitamente ombrear com os Estados Unidos na colonização integrada, desenvolvimento industrial, adiantamento intelectual, não meramente literário, vigor, opulência, esplendor. A preponderância, pois da nação norte-americana no continente é mais do que uma intenção manifesta, é uma condição necessária, um resultado fatal, a que não há de fugir.

Para termos a explicação de tal grandeza, recordemo-nos, entre outras coisas, de que a política dos Estados Unidos há sido em todas as ocasiões uma política prática, como em todos os tempos o foi a da mãe pátria. As guerras inglesas encerram sempre mais ou menos como objetivo o engrandecimento territorial e o progresso do comércio nacional, como dizia com despeito a Canning e a lord Liverpool Mr. de Marcellus, o amigo de Chateaubriand.* Os Estados Unidos sem interrupção trataram igualmente de recuar suas fronteiras e prover à segurança delas, dilatando materialmente o seu território e reservando novos campos à futura emigração, quando nós, desprezando a política de D. João VI, já compelido a deixar

* E. J. Payne, *European Colonies*.

* *Souvenirs Diplomatiques, Correspondance intime de Mr. le Vicomte de Chateaubriand* Paris, 1852.

escapular-se a Guiana, demos não de barato mas sem saudades a Cisplatina, contentamo-nos após cinco anos de guerra com alforriar os escravos do Paraguai, e somente nos exaltamos com as Missões porque essa discordância tradicional de fronteiras transmudara-se numa arma partidária e a proclamação da República estimulara felizmente, posto que morbidamente os arroubos patrióticos.

A República Americana mostrava-se ainda ontem satisfeita: rejeitava ou pelo menos não revelava o menor entusiasmo pela anexação do Havaí, e estava longe de denunciar unânime entusiasmo pela de Cuba, que todavia queria ver independente; assim como fizera antes cara feia à incorporação de San Domingo, projetada por Grant. O imperialismo que se desenvolveu com a recente guerra contra a Espanha já mudou, porém, em apetite de muitos a prévia indiferença, e até constituir-se em um corpo possante, cheio de seiva, e iniciar a digestão das suas aquisições *ante bellum*, pensara a República diversamente. Em 1803 aplaudira a compra da Louisiana, isto é, o domínio completo do Mississippi, efetuada por Jefferson sem dispor de autorização constitucional para a aquisição de territórios estrangeiros. Mais tarde também diplomaticamente, posto que as negociações frisassem pelo rompimento, absorvera boa parte do atual Estado do Maine e o território que posteriormente dividiu-se nos Estados de Oregon e Washington. Finalmente apoderara-se do Texas, Novo México, Arizona e Califórnia, em seguida a uma guerra injusta, violência comum do forte contra o fraco, efeito particular do período de rudeza democrática e desenfreadas paixões políticas que Tocqueville tão profundamente observou. O duelo entre liberdade e escravidão, adiado de começo pela Constituição, entrara a ensaiar os primeiros golpes depois da campanha de 1812, quando a União sentira-se fortalecida. O chamado compromisso do Missouri, em 1820, novamente adiará o duelo por lustros, mas a questão jazia irritante e urgente no fundo das organizações partidárias, da crescente febre eleitoral, das rivalidades pela Presidência, do debate entre livre-câmbio e protecionismo, o grande debate nacional que então principiava e no qual degladiavam-se os intelectuais, aquele que, gradualmente desaparecida a geração da Independência, emprestaram durante a primeira metade deste século brilho sem igual à política e á oratória nacionais, a saber, os Webster, os Clay e os Calhoun.

A escravidão, pela manutenção da qual ainda votavam em 1852 dezenove vigésimos da população, atuava no sentido da extensão territorial e a conseqüente extensão do trabalho servil. O espírito militar, fruto da guerra estrangeira e que o desforço contra as correrias dos índios concorria, para alimentar, foi outro dos motivos determinante da guerra do México. Chegara esse espírito, pela América espanhola, a galgar o poder nos Estados Unidos, encarnando-se, muito palidamente é verdade, ao lado de um Francia ou de um Rosas, na presidência autocrática de Jackson, com o seu fundamento demagógico, a aplicação do *spoils system*, a corrupção da imprensa, o açulamento do trabalho contra o capital.* A aristocracia tornara-se suspeita, embora, mesmo na Virgínia, ela em nada se parecesse com uma casta privilegiada e se contentasse com ser uma fidalguia de bom sangue e boas maneiras, ocupando sua posição mundana. O sentimento de igualdade, que em país algum do mundo é tão natural e enraizado como na América do Norte, dera contudo para exigir afetações de modéstia, exageros de catonismo. A eleição de Harrison, em 1840, foi uma crise de loucura plebéia. O orgulho nacional, sempre predominante mas então revestindo uma tosca roupagem que o ingente desenvolvimento da educação tem posteriormente modificado, depurando-o e afinando-o, derivava intratável de tudo isso, do sestro militar, do nivelamento social, da consciência grosseiramente democrática.

A guerra do México não é, contudo, espetáculo a que a nossa geração corra grave risco de assistir. O sentimento de justiça internacional tem cavado mais fundo desde então. Nas relações com os outros países o espírito americano manifesta-se antes leal e franco. Engana-se muito quem o lobrigar sempre à espreita das ocasiões de aumentar o seu já tão considerável território. As conquistas ultimamente realizadas, exceção feita de Porto Rico que representa uma necessidade da defesa e uma condição da supremacia no mar das Antilhas, foram mais impostas pelas circunstâncias do que intencionais. A política de extensão territorial, hoje que as fronteiras se acham consolidadas, está longe de encontrar unânimes defensores, principalmente entre as classes cultivadas e diretivas – se assim as pode-

* Goldwin Smith, *The United States (An outline of political history)*. New York, 1898, pgs. 194 a 205.

mos qualificar nesta vigorosa e ciosa Democracia. O entusiasmo pela causa cubana não escondia nem esconde gerais desejos de incorporação: foi em grande parte uma característica expansão de americanismo, a florescência das sementes de amor da liberdade humana que a guerra gloriosa da Independência e o desenvolvimento muito mais glorioso da União numa atmosfera de paz depositaram na alma nacional.

O abandono da política de abstenção dos primeiros tempos de existência independente, da tradição de Washington escrupulosamente seguida durante um século, não envolve, aliás, um repúdio do passado: sob um certo ponto de vista é apenas uma transformação sem solução de continuidade; obedece no fundo aos mesmos impulsos práticos que têm sempre ditado a ação externa dos Estados Unidos. *American Diplomacy and the Furtherance of Commerce* intitula-se o trabalho no qual um provector diplomata americano reuniu algumas conferências e que serve de livro de classe à maior parte da mocidade universitária. A extensão territorial, a política colonial corresponde nas atuais circunstâncias aos mesmos motivos que fizeram os Estados Unidos combater o direito de busca em tempo de paz arrogado pela Inglaterra para chamar a si a polícia dos mares; pugnar pela franca navegação dos grandes rios como o Mississípi, quando ainda não corria todo em território americano, o São Lourenço, dando em troca à Grã-Bretanha a livre navegação dos rios nascidos na Colômbia Britânica e que atravessam o Alasca para desaguardem no Pacífico, o Prata e o Amazonas; finalmente rejeitar a famosa Declaração de Paris de 1856 relativa aos direitos dos neutros, se a proteção não abrangesse também a propriedade particular inimiga na forma da resposta do Secretário de Estado Marcy.

A diplomacia mais ativa de antes da guerra foi seguida por aparente indiferença quando a concentrou suas energias no desenvolvimento do comércio interno e exploração do Oeste, mas volta à tona agora que o comércio externo passou a ser o objeto das maiores preocupações e que a marinha mercante está para renascer mais forte do nunca, determinando os Estados Unidos a procederem como as grandes nações da Europa – a Inglaterra, a França, a Alemanha ou a Rússia – caminhando, anexando, absorvendo, para criar mercados e estabelecer relações mercantis. Além da aplicação de certas conquistas da civilização, como o arbitramento, o tratamento generoso do inimigo vencido e outras, a obra da diplomacia ame-

ricana tem tendido toda para a liberdade da navegação e o fomento do comércio, envidando seus esforços para a proteção das patentes de invenção e marcas de fábrica, dos cabos submarinos, até da propriedade literária, não menos sagrada que outra qualquer, etc. Foi também naquele intuito que o *comodore* Perry realizou em 1853 a sua celebre viagem ao Japão de que data a acessão deste Império à civilização ocidental, e que muito antes, no começo do século atual, a jovem Confederação mandara ao Mediterrâneo navios de guerra a amedrontarem os estados infiéis da costa africana que, quando lhes não era pago certo tributo, soíam apresar os navios mercantes e reduzir ao cativoiro os tripulantes cristãos, exercendo tão interessante indústria com grande *gáudio* da Inglaterra, a qual lucrava com os embaraços postos ao comércio das outras nações.

Sem esse fim econômico a diplomacia hodierna, libertada de servir os interesses dinásticos para servir os nacionais, converte-se em sinecura odiosa. Se por inclinação natural da raça e por disposição do desenvolvimento nacional a política americana pende para essencialmente prática, quiçá nesta orientação há tido algumas vezes de ser brutal. Aquela feição preponderante é que lhes fornece justamente porém, a ela e à britânica, o seu real valor, de forma alguma implicando o sacrifício do idealismo, que já vimos formar o reverso do caráter nacional, tendo até sido uma das causas mais decisivas – a razão imediata foi tão-somente a explosão do *Maine* – da guerra contra a Espanha.

Um panfletário de grande talento, o Senhor Eduardo Prado, escreveu um volume em que condena *in limine* toda a história, instituições, política e costumes dos Estados Unidos, atirando-o no nosso mercado literário num momento em que alguns dos admiradores brasileiros da América do Norte estavam com efeito levando demasiado longe as suas demonstrações de fraternidade e ameaçavam marear os brios da nação. Não recebi procuração para defender das agressões do incisivo escritor paulista a República anglo-saxônica, mas como justificação, se preciso fosse, dos meus sentimentos de simpatia, recordaria o que não há muito dizia na reunião em Saratoga da American Bar Association o Chief Justice da Inglaterra, Lorde Russell de Killowen. O assunto da alocução era o direito internacional, isto é, a soma das regras estabelecidas pela humanidade civilizada para ligar entre si os estados e determinar suas mútuas relações. Não existe,

nas palavras do orador, um código internacional. Essas regras acham-se nos longos *Anais* do direito consuetudinário; nos precedentes; nos tratados afirmativos de princípios; e nos documentos oficiais; nas declarações das nações reunidas em congresso, que arrastam a adesão de outras nações; nas declarações de escritores de autoridade geralmente reconhecida, e finalmente, com a máxima precisão, nas decisões das cortes arbitrais. Nem convém, ajuntou Lorde Russell, codificar o direito internacional, porque devemos lembrar-nos que se o direito no seu sentido mais lato é tão antigo quanto a sociedade (*ubi societas ubi jus est*), o direito internacional é uma invenção moderna. Está em um período de crescimento e transição. Codificá-lo seria cristalizá-lo; permanecendo sem codificação é ele mais flexível e mais facilmente assimila novas regras.

Nenhuma nação mais do que os Estados Unidos tem contribuído para modelar as tendências contemporâneas do direito internacional. “Não é exagerado afirmar que a manifesta corrente existente no moderno direito internacional para minorar os horrores da guerra, humanizar ou tornar menos desumanos os seus processos e cercear a área dos males dela conseqüentes, é em grande parte devida à política dos estadistas americanos e à influência moral dos juriconsultos americanos.” O orador passou então a explicar como, pelo afastamento dos Estados Unidos dos conflitos europeus e prudência dos seus governantes aplicando até agora suas energias à consolidação e desenvolvimento internos, coube ao povo americano um belo quinhão na confecção do direito internacional, peculiarmente a parte que se refere aos interesses, direitos e obrigações dos neutros. “É substancialmente verdadeiro que ao passo que deve-se a escritores anteriores a formulação das regras referentes ao estado de guerra, aos Estados Unidos, a seus juízes, autores e estadistas, devemos em alta escala as regras existentes relativas ao estado de paz e que afetam os direitos e obrigações das potências que, durante um estado de guerra, conservam-se em paz.” Aludindo especialmente ao arbitramento, lembrava Lorde Russell que dos 60 casos em que desde 1815 o arbitramento tem sido eficazmente aplicado, os Estados Unidos foram parte em 32 e a Inglaterra em 20.* Na conferência da Haia foi decisiva a sua atitude nesta questão.

* “*International Law and Arbitration*”, no *Forum* de outubro de 1896.

Não se passou muito tempo sem confirmarem-se as palavras do *Chief Justice* de Inglaterra sobre a influência exercida pelos Estados Unidos na maneira de conduzir operações de guerra. Conta o Major alemão von Sonenburg que em Manilha o Almirante Dewey permitiu às famílias estrangeiras retirarem-se para bordo, não de navios de suas respectivas nacionalidades, que os não havia, mas de embarcações espanholas da “Companhia Marítima”, alugadas e arvorando para este fim bandeira neutra, as quais foram mandadas ancorar em águas neutras. Nas imediações do bombardeio o Almirante também deixou as mulheres e crianças espanholas tomarem refúgio nos navios sob pavilhão neutro. Na opinião daquele militar, que foi o portador das comunicações entre o Almirante alemão e o americano, os Estados Unidos fizeram guerra do modo mais prudente e mais leal.

Agora mesmo acaba a Casa dos Representantes de abolir por voto unânime e sem debate o sistema de partilha pelos oficiais e tripulações do valor das presas marítimas, reclamada pela opinião por ser uma imoralidade e uma pirataria legal. Pouco antes de adoecer da enfermidade que precocemente e levou ao túmulo, o Senhor Nelson Dingley apresentara na Casa um projeto de lei isentando a propriedade privada, que não contrabando de guerra, de captura no mar, o que não passa da aplicação do que em 1856 propunha o Secretário de Estado Marcy e os plenipotenciários americanos reclamaram na Conferência de Haia, obtendo a promessa de outra conferência especial. Uma nação de tão poderosos recursos e cujo papel tem sido tão conspícuo no progresso moral da sociedade humana, *certamente* há de predominar, senão materialmente, pelo menos espiritualmente, em todo caso politicamente, sobre nações cujo papel é menos de secundário.

Quando porém escrevi que a doutrina de Monroe significava a preponderância dos Estados Unidos nas questões americanas, não tinha em mente a letra, mas segundo alguns o espírito e especialmente a conseqüência da doutrina contida na mensagem presidencial de 2 de dezembro de 1823 e cuja fórmula exata nos seus dois parágrafos é a seguinte:

1º) o continente americano, pela condição livre independente que assumiu e mantém, não deve ser mais considerado como campo de futura colonização por parte de qualquer Estado europeu;

2º) qualquer tentativa por parte das potências aliadas* para estenderem o seu sistema de governo a qualquer porção do hemisfério americano seria considerada pelos Estados Unidos como perigosa para sua paz e segurança. Os Estados Unidos se não entremeteriam com as colônias ou dependência então existentes; quanto porém aos governos que se haviam declarado independentes e cuja independência os Estados Unidos, após madura reflexão e baseados em justos princípios, tenha reconhecido, qualquer intervenção européia no sentido de oprimi-los ou dirigir por qualquer outro modo o seu destino, seria tomada como uma manifestação hostil.

Queria isto, pois, primitivamente dizer que os Estados Unidos se oporiam a qualquer tentativa das nações da Santa Aliança para novamente colocarem debaixo da tutela da Península as possessões recentemente emancipadas (no Brasil ainda em 1824 se receava uma expedição portuguesa) e bem assim a qualquer tentativa européia para ensaiar novas colônias nos imensos territórios desocupados do continente. No tocante às nações independentes, mas fracas da América, a doutrina tinha logo uma interpretação que sobreviveria ao seu primeiro alcance, à sua realidade histórica, transformando-se num dos fundamentos das relações internacionais do Novo Continente, sem faltar positivamente ao pensamento do apresentante. O espírito conservador da mensagem relativamente às possessões ainda sujeitas as metrópoles européias, como Canadá, Cuba, Jamaica ou as Guianas, é que pelo tempo adiante tenderia a ser substituído por uma orientação larga e por momentos até agressiva, desnaturando-se a doutrina, cuja fórmula comporta aliás elasticidade bastante para variadas interpretações.

Assim asseverou-se ser a transferência da soberania sobre qualquer possessão americana contrária ao primeiro parágrafo da doutrina, quando este apenas alude às novas aquisições territoriais e, na intenção do Presidente Monroe, referia-se talvez meramente às pretensões russas na

* A Santa Aliança.

costa noroeste do continente*. É positivo que os Estados Unidos, posto que definindo a miúdo sua neutralidade e recusando sempre reconhecer aos revoltosos de Cuba a qualidade de beligerantes, nunca teriam consentido na venda da ilha pela Espanha, à Inglaterra por exemplo**. O enorme poder naval da Grã-Bretanha com uma base de operações tão próxima das costas americanas comportaria uma gravíssima e constante ameaça que nenhuma nação altiva e cônica das suas forças suportaria silenciosamente. De resto em 1845, no auge da política de conquista nos Estados Unidos *ante bellum*, nas vésperas da espoliação do México, já o Presidente Polk encerrara uma frase geral a recusa eventual da nação americana de reconhecer novas soberanias, mesmo por transferência, na América Setentrional. Que os Estados Unidos – pelo menos até os arrancos venezuelanos dos Srs. Cleveland e Olney, que pareciam querer recuperar com eles o que em popularidade havia perdido a administração com o restabelecimento pelas armas americanas da realeza indígena do Havai – não pretenderam, porém, mediante a doutrina de Monroe arvorar-se em protetores natos de toda a América, nem ingerir-se em sua marcha doméstica ou negócios externos sem pedido de auxílio de qualquer dos países então organizados, ou sem um perigo vital para os interesses nacionais, provam-no aquela restrição do Presidente Polk e a mensagem do Presidente Adams de 26 de dezembro de 1825, recomendando às nações reunidas no Congresso de Panamá que conviessem em defender-se, *each of them by its own means*, contra o estabelecimento de colônias européias dentro das suas fronteiras. E deve também dizer-se quanto ao recente caso de Venezuela, tão mal iniciado e tão felizmente concluído graças ao bom senso da raça, que foi a desejo da República Sul-Americana que os Estados Unidos encamparam a controvérsia e afinal interpretaram da maneira menos egoísta a famosa doutrina, conduzindo a seu termo as negociações com a Grã-Bretanha e eclipsando-se no último momento para permitir a Venezuela assinar a convenção que esta nunca lograria alcançar.

Em 1823 os Estados Unidos teriam porventura agido *motu proprio*, sem esperar a reclamação de alguma das demais nações do continente:

* Prof. Basset Moore, *The Monroe Doctrine, its origin and meaning*, Nova York, 1895.

** Mensagem do Presidente Cleveland de 7 de dezembro de 1896.

mas então, quando as nações latino-americanas estavam sem forma cristalina, e saídas de um estado mais degradante que a escravidão na expressão de Bolívar numa de suas cartas, o seu papel de paladino *ex-officio* estava traçado e só envolvia benefício e proveito sem humilhação nem rebaixamento. A República anglo-saxônica havia efetivamente chamado a si a defesa da Democracia, regime que hoje ainda é ela a única na América a compreender e praticar na sua plenitude. *A priori* contudo, antes de haver fatos consumados, recusavam os Estados Unidos intervir, como o demonstra a não anuência ao convite ou pedido de intervenção feito pelo Brasil em 1825. Igualmente proclamavam eles repelir de seu propósito toda idéia de interposição em desinteligências entre a colônia emancipada e a antiga metrópole*.

Nem se pode em verdade afirmar que os Estados Unidos têm-se servido da doutrina de Monroe como um argumento irritante e constante ou de uma arma para todas as suas questões diplomáticas, assumindo por este lado ainda um protetorado virtual sobre o continente e perfilhando disputas para as quais não contribuíram e quiçá desconhecem. A doutrina de Monroe serviu – e a aplicação aí era perfeita – para expelir os franceses do México, onde contra a maioria do sentimento nacional haviam estabelecido um imperante austríaco, cuja missão era de opor um dique à expansão dos Estados Unidos. Aquela doutrina não tem, no entanto, impedido várias nações européias de liquidarem, em alguns casos violentamente, as suas polêmicas financeiras ou políticas com Repúblicas americanas, procedendo da mesma forma que os Estados Unidos em casos análogos e com análogos países. O professor Bassett Moore no seu citado opúsculo lembra a este respeito com verdade histórica a intervenção franco-hispano-inglesa no México em 1861, antes da tentativa de Império; as repetidas demonstrações navais da Inglaterra na América Central; o bloqueio de Buenos Aires em 1845 pelas esquadras francesa e britânica; o bombardeamento de Valparaíso pelos espanhóis; o *ultimatum* americano ao Chile em 1892, bem como a expedição ao Paraguai em 1859.

A recente desavença entre a Alemanha e o Haiti por motivo da indenização de 20.000 dólares reclamada em favor do súbdito alemão

* Vide nota B no Apêndice.

Lueders, preso e condenado a algum tempo de cadeia por ter espancado um cocheiro haitiano, concluiu pela entrada em Port-au-Prince de dois cruzadores alemães, que intimaram o governo a ceder dentro de 8 horas à exigência de Berlim, cuja eqüidade o Haiti contestava, sob pena de empregarem violência. Os Estados Unidos aconselharam o Haiti que pagasse, para evitar um desacato, mas ao mesmo tempo fizeram sentir ao governo alemão, por intermédio do embaixador White, que em face da doutrina de Monroe nunca permitiriam a ocupação permanente de qualquer ponto do Haiti, a exemplo do que a Alemanha praticou com a China. Este caso de ontem fornece uma prova cabal da eficiência assim como do espírito contemporizador que coexistem na famosa doutrina.

No caso de Venezuela, passada a primeira excitação patriótica, foi vivamente criticada a desnecessária atitude belicosa do Presidente Cleveland, sendo a opinião de muitos, entre outros professores americanos de direito internacional, que se não poderia qualificar a usurpação de território venezuelano pela Inglaterra sob pretexto de retificar a fronteira da sua Guiana, de extensão do sistema político europeu perigosa para a paz e segurança dos Estados Unidos. Segundo já o dizia o grande constitucionalista Calhoun, que fez parte do gabinete do Presidente Monroe, as declarações de 1823 são tão vagas que a elas pode ser ligado qualquer sentido, mas o fato é que encerram uma política para ser somente aplicada em casos de interesse e defesa própria. O Congresso dos Estados Unidos não sancionou, formulando-a por conta própria, a famosa doutrina, apesar do pedido do Secretário de Estado Henry Clay durante a administração de John Quincy Adams, e se o fizesse “apenas introduziria em benefício do republicanismo o mesmo princípio de intervenção que fora tentado no estrangeiro em benefício do despotismo”.*

O que os Estados Unidos têm sobretudo dado mostras de desejar é uma mútua confiança que dê origem à ligação das nações americanas, num intuito de expansão comercial bem natural e que a todas deverá aproveitar, e num fito de impressiva solidariedade política. A idéia contudo lhes não pertence originária nem exclusivamente. Acariciou-a primeiro que nenhum outro o ânimo generoso de Bolívar, num congresso olhado

* Comentários de Dana aos *Elements of International Law* de Wheaton.

com mais desconfiança do que simpatia pelos Estados Unidos, porque o Libertador apresentava como um dos ideais americanos a abolição da escravatura, a que o Sul só anuiu após a mais terrível das guerras contemporâneas. Outros governos americanos, em diferentes ocasiões, têm buscado estabelecer em firmes bases a solidariedade do continente, mas até agora as tentativas não, pode dizer-se, inteiramente gorado, já pelo receio de subalternação entre as nações menores e mais fracas, já pelos ciúmes entre latinos e anglo-saxões, já pelo próprio fato do ideal perseguido ser em demasia elevado para poder ser alcançado sem prolongados esforços. O mais recente destes esforços, o mais preparado e o mais veemente, sem que possa dizer-se muito mais feliz que os anteriores, foi a conferência pan-americana de Washington em 1889-90, convocada sob os auspícios do então Secretário de Estado James G. Blaine.

Ainda há pouco tempo pelejou-se muito os Estados Unidos para emprestar realidade, posto que sob aspecto diverso e sendo parte uma nação européia, a um dos tópicos da famosa conferência que era a constituição de uma corte americana, de arbitramento, a qual Bolívar em 1825 tão progressivamente tentara organizar.

É de resto um fato que arbitramento tende a tornar-se freqüente, senão comum, entre as nações civilizadas. Sem constituir uma panacéia universal nem encerrar uma aplicação que deva ser obrigatória para questões podendo afetar de perto o pundonor nacional, representa o arbitramento uma valiosa conquista da civilização que a cultura mais espalhada, o custo dos armamentos e a ação democrática mais eficaz vão impondo.* A América não se tem mostrado refratária a esse recurso de paz. Já citei o papel proeminente dos Estados Unidos em tal senda. O Brasil liquidou por forma de arbitramento a sua questão secular de fronteiras com a nação argentina e vai liquidar outras com a França e Grã Bretanha, e se o recusou à Grã-Bretanha, no negócio da Trindade foi porque a ocupação sub-reptícia da ilha melindrara profundamente os brios brasileiros. Chile e República Argentina, em vésperas de uma guerra, concordaram em submeter a terceiro o seu litígio de fronteiras; a Colômbia e Venezuela há pouco assim procederam.

* Lord Russell, de Killowen, *disc. cit.*

Os fins para que foi convocada a conferência pan-americana de 1889-90 malograram-se no sentido de sua realização imediata, mas certo efeito moral originou-se dessa reunião que ainda não produziu todo seu fruto. Ficou sem resolução a questão de um padrão monetário uniforme e de uma moeda comum. Os Estados Unidos possuem de fato uma circulação metálica de base ouro (não falando da fiduciária por ser resgatável em ouro) com a prata como auxiliar, que foi definida e defendida no último pleito presidencial, no qual a maioria da população pronunciou-se contra a livre cunhagem da prata, metal dito essencialmente nacional. No México, pelo contrário, a prata constitui o padrão legal. Em quase todos os outros países americanos o excesso das emissões fiduciárias expulsou todo o metal da circulação e produziu o desequilíbrio do câmbio. Em tais condições tornava-se difícil a harmonia financeira, embora teórica, entre as potências do continente.

O grande caminho de ferro intercontinental jaz ainda em projeto. A sua comissão acaba de dissolver-se após oito anos de trabalho, deixando como rastro estudos valiosos reunidos numa obra que faz honra à engenharia americana. Quando porém se tornará realidade esse plano, é impossível de precisar. Da Secretaria das Repúblicas Americanas algum benefício tem derivado para o comércio dos dois continentes, ainda que não todo quanto podia esperar-se, pelo que se lhe deu posteriormente uma organização mais prática que está produzindo bons resultados. A união aduaneira foi de começo impugnada e julgada impraticável. Os convênios de reciprocidade apenas parcialmente foram negociados e, mesmo os realizados, denunciados após um curto período de vigência pela mudança nas condições políticas internas dos Estados Unidos, a saber, a confecção de uma pauta pelo Partido Democrata. O arbitramento não logrando tornar-se geral nem de certo modo, ou melhor, em determinados casos, obrigatório, ficava sendo uma ilusão, um platonismo.

Existem de resto objeções práticas e teóricas ou de princípios ao funcionamento de uma corte ou um sistema permanente de arbitramento, sendo uma das principais que acabaria quase com as negociações diplomáticas diretas, recurso superior arbitramento quando pode chegar a um resultado satisfatório, pois que não implica contenda como o recurso a terceiro. “O sentimento de responsabilidade da repartição diplomática

ficaria inevitavelmente mingüado, pois a responsabilidade é proporcionada à posse do poder e às conseqüências da inação.” Depois, nas condições presentes o receio de guerra evita a aparição de pretensões destituídas de fundamento sério que surgiriam se existisse uma corte internacional para a qual fosse possível apelar com pouco gasto e nenhum risco. Isto sem falar no eventual desrespeito dos estados poderosos para com as obrigações da boa fé da Justiça, a menos que as grandes potências se unam e se obriguem a compelir o membro recalcitrante da liga a respeitar a sentença, recaindo-se assim no recurso à guerra; na parcialidade, ou decisão consoante os interesses do seu país dada por cada juiz, que predomina fatalmente numa corte arbitral; na falta de codificação do direito internacional, privando muitas vezes as decisões para assim dizer de validade legal; finalmente na renúncia de soberania que implica para uma nação o fato de resignar por completo o direito de guerra, isto é, o direito sagrado da defesa própria, mesmo se a questão afeta a sua integridade ou a sua honra, casos em que, na frase de um professor americano de direito internacional, a guerra é um grande mal, mas não o maior dos males.”*

O sonho de Blaine, sonho de estadista ou sonho de *politician*, como quiserem denominá-lo – e nele coexistiam as duas entidades com todo o gênio do primeiro e toda a argúcia do segundo –, desmanchou-se então debaixo da dupla ação de incompatibilidades econômicas e de atritos políticos. A Conferência de Washington, malgrado a sua vã pompa acadêmica e a sua nulidade de resultados práticos, serviu entretanto para alguma coisa: para evidenciar entre as nações latino-americanas um prurido salutar de soberania que poderá porventura num dado momento obscurecer-lhes até a visão das próprias conveniências, mas que provocará do outro lado, do lado do mais forte, o sentimento de consideração sem o qual é impossível qualquer acordo eficaz; e serviu ainda para revelar a correção e lealdade diplomáticas do mais forte, com o qual tanto é do nosso interesse como da nossa vantagem viver em paz, amizade e solidariedade.

Percorrendo a curta história internacional dos Estado Unidos não são certamente as manchas de lodo e de sangue que o Sr. Eduardo Prado lá quis enxergar as que sobressaem. Enxergam, sobretudo, um seguimento e

* Theodore S. Woolsey, *America's Foreign Policy*, e Lord Russell, de Killowen, *disc. cit.*

uma lisura nas normas de proceder com as outras nações que são absolutamente recomendáveis. Sob o ponto de vista patriótico, necessariamente egoísta, pode-se na verdade censurar a abstenção sistemática da república de Washington das lutas travadas pelas colônias latinas da América em prol da sua emancipação. O reconhecimento da independência das novas nações do continente só foi efetuado quando essa independência estava conquistada. É mister contudo, num espírito de justiça, não esquecer que não somente os interesses mercantis da jovem república anglo-saxônica tinham voz no capítulo* como abundavam as desconfianças, as malquerenças, que cercavam o rebento democrático do velho carvalho britânico que lhe entorpeciam a ação, que lhe sugeriam a máxima prudência nas suas relações internacionais, que lhe aconselhavam a calculada abstenção da qual Monroe pode alforriar-se em 1823, formulando o princípio que já tem feito suas provas.

É instrutiva a tal respeito a correspondência do enviado americano junto à corte brasileira de D. João VI, que tive ensejo de folhear no Departamento de Estado em Washington. O Sr. Thomas Sumter, nomeado ministro no Rio de Janeiro em abril de 1809, por mais arras que os Estados Unidos tivessem fornecido, desde a presidência de Jorge Washington, de não pactuar com as idéias jacobinas e proseliticas da França, foi sempre olhado como um espião a soldo de Napoleão, um pedreiro-livre eivado do vírus demagógico. O Conde de Linhares chegou, sob color de visitas quarentenárias comuns a todas as embarcações, a dar caça a bordo dos navios americanos a supostos emissários franceses, que se iam ter ao Novo Mundo; não era por certo com a conivência das autoridades dos Estados Unidos. Os ministros de Espanha e de Inglaterra eram de resto os primeiros a entreter Linhares em tais suspeitas, aquele por instintiva antipatia ao representante de uma colônia emancipada, este porque a demora das visitas representava embaraço para o comércio norte-americano, do qual já se arreceiavam os ingleses posto que ainda fosse limitado.**

* “There was no commercial advantage to be derived from the measure that could at all repay the risk of undertaking it.” (Theodore Lyman, *The Diplomacy of the United States*, Boston, 1828).

** Ofícios da Legação Americana no Rio de Janeiro em 1810 (Ms. do Departamento de Estado).

O Sr. Theodore Lyman, na parte da sua citada obra em que historia as primeiras relações políticas dos Estados Unidos com os estados sul-americanos, assim se exprime corroborando meus dizeres: "Este governo, diferente na sua forma e origem e aplicação de poder de todos os outros, nunca desempenhou o papel de apóstolo e político; nem temos conhecimento de que qualquer semelhança, possivelmente existente entre nossas instituições e as dos estados da América do Sul, possa em qualquer caso haver abreviado de algum modo o reconhecimento da sua soberania... Os Estados Unidos logo no começo da sua existência política foram convidados a reconhecer comunidades que haviam antes sido colônias ao mesmo tempo que eles. Mas nem a vizinhança de algumas partes dos seus respectivos territórios, nem a circunstância de serem membros do mesmo continente, nem os benefícios a serem eventualmente derivados de relações comerciais, nem a semelhança das suas lutas pela independência, nenhum destes argumentos parece haver influenciado no mínimo as disposições definitivas deste governo. Pelo contrário, o negócio foi conduzido com o máximo cuidado e circunspeção e nada se fez que pudesse dar ofensa à Espanha ou despertar em outras nações a mais leve suspeição da lealdade com a qual este país estava determinado a aderir ao seu sistema de neutralidade."

Os Estados Unidos reconheciam não terem então interesses comerciais bastantes para ditarem-lhe proceder diferente. O inverso dava-se com a Inglaterra por efeito da abertura dos portos coloniais ao seu crescente tráfico marítimo. Por isso desde 1790 que se prova historicamente ter a Inglaterra planejado fomentar e auxiliar materialmente a emancipação das colônias hispano-americanas. Wellington quando foi mandado para Portugal por causa do aspecto aí assumido pelos acontecimentos perante a transferência da coroa de Espanha dos Bourbons para os Bonapartes, a deserção dos Braganças e os levantamentos populares na Península, estava de partida para a América a dar um golpe decisivo no domínio colonial espanhol, cuja cessação estava prevista, apenas existindo a suposição de que, graças à letargia em que as mergulhara o sistema de administração da metrópole, aquelas possessões fossem incapazes de libertarem-se por si como os Estados Unidos. Verdade é que, no dizer de um autor americano o qual repele toda analogia entre a emancipação do seu país e a da América

Latina, os Estados Unidos nunca foram colônias, e quando a Grã-Bretanha mostrou intenção de reduzi-lo a essa condição empreenderam uma guerra pela liberdade comercial. O seu exemplo não determinou necessariamente nem muito menos exclusivamente, porém estimulou a libertação do continente, trazida mais pelas circunstâncias do que mesmo pela consciência da opressão e degradação mental a que o despotismo o reduzira.

Com Cuba os Estados Unidos não procederam diversamente do que com as repúblicas constituídas no primeiro quartel do século. A simpatia do povo americano estava quase toda com os revolucionários. Em ambas as casas do Congresso manifestou-se ela pela maneira mais eloquente e mais direta. Entretanto o Executivo resistiu a todas as pressões para reconhecimento dos insurgentes como beligerantes ou da ilha como independente, o que só foi incluído na declaração de guerra, e aplicou as leis de neutralidade com uma sinceridade da qual não é lícito duvidar. No tocante às expedições de flibusteiros, cuja suposta proteção era o principal ponto de acusação espanhola à parcialidade americana, o governo de Washington, pela boca do Secretário da Marinha Long, protestou ter feito tudo quanto era humanamente possível para desempenhar os compromissos que lhe impunham as leis da neutralidade. Não existindo declaração de estado de guerra na ilha, o comércio de armas era legítimo e às autoridades espanholas cumpria impedir a entrada em Cuba do que consideravam contrabando. As expedições armadas porém, que essas violavam a neutralidade, foram inquestionavelmente reprimidas, sendo algumas detidas e seus organizadores condenados a penas severas.

A simpatia pela causa cubana era tão viva que de quando em vez deram-se abusos que não afetam a imparcialidade assumida pelo governo americano. Assim numa ocasião os empregados da alfândega incumbidos da vigilância especial sobre as referidas expedições revistaram o rebocador *Dauntless*, justamente suspeito de transporte, mas *esqueceram-se* de revistar a escuna rebocada por ele e onde se achavam as armas e os homens. O fato todavia é que os Estados Unidos, com uma linha de costa extensíssima, apresaram várias expedições saídas dos seus portos, ao passo que a Espanha, principal interessada, tendo apenas a vigiar as costas de uma ilha, só alcançou aprisionar os tripulantes da escuna *Competitor*, cuja execução só foi sustada em maio de 1896 perante a ameaça de rompimento. O Secre-

tário Long precisou que os gastos feitos pelos Estados Unidos para impedir a saída de flibusteiros tinham chegado em outubro de 1897 a dois milhões de dólares, dos quais um despendido pelo Departamento da Marinha com os navios de guerra destacados para esse serviço, particularmente para as águas da Flórida, e outro pelo Departamento do Tesouro com os chamados *revenue cutters* ou pequenos barcos a vapor do serviço das alfândegas, e pelo Departamento da Justiça com os seus funcionários empregados em tais emergências. Um flibusteiro irlandês, chamado Johnnie O'Brien, apoiando as declarações do secretário da Marinha, disse não arrear-se absolutamente dos 60 navios da esquadra espanhola, mas sim das embarcações de guerra e alfândega americanas. Se não fossem estas, ajuntou ele, eu punha anúncio de viagem regular entre Flórida e Cuba.

Quase dois anos depois de rebentada a revolta é que o Presidente Cleveland achou oportuno aconselhar à metrópole européia a concessão do *home rule* cubano, oferecendo-se os Estados Unidos como garantia para com os insurgentes do cumprimento das reformas prometidas; só então julgou lícito referir-se oficial e publicamente aos grandes interesses americanos empenhados em Cuba e ameaçados de total ruína, para dar a entender à Espanha que a paciência tinha limites e que a sua incapacidade para debelar a revolta de um povo que pelejava pela sua libertação, transformando a pugna num morticínio inútil, poderia acarretar afinal a intervenção até aquele momento sustida.* E nisto lhe assistia razão de sobra, pois é indiscutível que os interesses americanos em Cuba, materiais e morais, eram apenas inferiores aos da Espanha: ora na frase do tratadista Woolsey, o objeto da existência de um Estado é assegurar a maior soma bem possível aos seus próprios cidadãos e não cidadãos de outro Estado.

* “Não achei impróprio lembrar ao Congresso que pode chegar o tempo em que uma política cuidadosa, o zelo dos nossos interesses e dos interesses de outras nações e seus súditos, e bem assim considerações de humanidade e o desejo de ver um país rico e fértil, intimamente ligado ao nosso, salvo de uma completa devastação, obriguem nosso Governo a proceder de forma a servir os aludidos interesses, e ao mesmo tempo prometer a Cuba e seus habitantes uma oportunidade de gozarem das bênçãos da paz.” (Mensagem de 7 de dezembro de 1896.)

O oferecimento dos bons ofícios dos Estados Unidos, feito pelo Secretário de Estado Olney em abril de 1896, havia sido rechaçado pela Espanha, à qual cumpria, na opinião de Canovas del Castillo, opor-se à rebelião até o último soldado, até o último real. O ministro americano Woodford, nomeado para Madri pela administração republicana e que entregou suas credenciais em setembro de 1897, levava por missão obter do gabinete espanhol que fizesse cessar a guerra, ao que este respondeu com razão ser-lhe impossível fixar uma data para tal cessação, que mais dependia dos rebeldes, e que concedesse a Cuba uma larga e verdadeira autonomia como a do Canadá. O General Azcarraga, sucessor de Canovas na presidência do Ministério conservador, resistiria provavelmente bem ao segundo ponto; mas tendo, entretantes, subido o partido liberal, o gabinete Sagasta garantiu a realização da autonomia desejada pelos Estados Unidos e despachou para Cuba a fim de aplicar o novo regime o General Blanco, aceitando a demissão do General Weyler que os americanos acusavam de ser, na expressão do Sr. Hannis Taylor, ministro em Madri durante a administração Cleveland, o soldado mais desapiedado que tem cavalgado à frente das hostes espanholas desde os dias sombrios em que o Duque D'Alba procurou com mãos tintas de sangue estrangular a Holanda.

A dificuldade principal para a solução da questão da autonomia estava porém com os insurgentes recordando a forma por que foram ludibriados depois da paz de Zanjón em 1878, resistiam a tudo quanto não fosse o pleno reconhecimento da independência. Os bons ofícios dos Estados Unidos para obter dos insurgentes uma manifestação de melhor vontade, nova e simultaneamente oferecidos, não foram aceitos pelo governo espanhol, se bem que não fossem expressamente recusados. Muitos reclamaram então a imediata intervenção anunciada nas mensagens presidenciais, mas tal empenho baldado posto que estivessem quase esgotados os meios suasórios e, na opinião do famoso estadista Daniel Webster quando secretário de Estado, seja razoável esperar que a metrópole reconheça a independência da sua possessão ou colônia para então agirem as potências neutras. A administração McKinley queria dar ao Ministério liberal tempo suficiente para ensaiar a eficácia do seu plano de autonomia, mostrando assim a devida consideração com as medidas contemporizadoras do Sr.

Sagasta, tão próprias do seu caráter político, e para com a administração misericordiosa e progressiva do general Blanco, seu emissário em Cuba.

O presidente assim se exprimiu na sua mensagem de 6 de dezembro de 1897: “Aos Estados Unidos compete aguardar os resultados do novo plano da metrópole com relação à sua colônia cubana, sem embaraçar a sua execução por impaciências que contrastem com as repetidas provas de boa vontade na manutenção das relações cordiais entre os países, dadas pelo gabinete Sagasta. Este demitiu o capitão-general cujas ordens brutais excitaram o espírito americano e horrorizaram o mundo civilizado, acabando *ipso facto* com o plano de concentração, e libertou os prisioneiros do *Competitor* sentenciados à morte. Não se acha mais americano algum preso em Cuba. Esperar deve pois ser a norma da política americana, sem com isto hipotecar-se o futuro. Uma vez chegada a ocasião de agir, o Governo o faria sem hesitação. Certo do direito, longe de toda injúria, somente procedendo por considerações honestas e patrióticas e não pela paixão ou pelo egoísmo, o Governo continuará a vigiar cuidadosamente os direitos e a propriedade cidadãos americanos e envidará todos os seus esforços para produzir por meios pacíficos uma paz honrosa e duradoura. Se mais tarde lhe parecer um dever ditado pelas suas obrigações para consigo, para com a civilização e para com a humanidade intervir pela força, ele o fará, sem para concorrer e somente porque a necessidade da conduta será tão manifesta que acarretará o auxílio e a aprovação do mundo civilizado.”

A política do Presidente McKinley era tanto mais sinceramente inclinada de preferência a uma solução pacífica do imbróglio cubano – sendo mui pouco verossímil que, como alguns pretendem, ele visasse antes à guerra para angariar fácil popularidade e assegurar sua reeleição em 1900 – quanto o plano predileto da gente de negócio que favoreceu a sua eleição em 1896 parecia ser o reconhecimento da independência da ilha pela Espanha mediante encampação pela nova República de parte da dívida cubana, cuja importância seria adiantada pelos aludidos banqueiros. O preço em que falava-se para esta operação político-financeira variava entre 100 e 200 milhões de dólares. Além disso o Presidente via no proceder dos jingoístas do Senado a maturação de um plano argentista. Com os preparativos da guerra, quando mesmo esta pode ser evitada à última hora, julgava-se que escoar-se-ia facilmente o ouro, que os conflitos europeus no

Oriente e outros motivos tinham então feito emigrar dos Estados Unidos em não pequena escala para fins de especulação e outros, e nos momentos de apuro nada mais restaria fazer do que sujeitar o país à base prata na circulação.

O desfecho violento da já quase secular questão da libertação de Cuba do domínio espanhol caminhava porém a passos largos. Os sofrimentos dos reconcentrados provocavam em todos os Estados Unidos um profundo sentimento de comiseração de envolta com um sentimento de horror. Esses desgraçados, compelidos pelo general Weyler, a fim de não oferecer aos insurgentes o mínimo ensejo de encontrarem alimento nos campos e assim reduzi-los pela fome, a abandonarem suas plantações e encurralarem-se nas vilas cubanas, sem trabalho e sem pão, foram vitimados pelas doenças e pelas necessidades, ao ponto da sua mortalidade atingir, segundo alguns cálculos, o número espantoso de 200.000 ou, pelo menos, contar-se por dezenas de milhares. A concessão de zonas de cultivo em volta das cidades, feita pelo general Blanco, veio demasiado tarde para fazer cessar tanta miséria e tanta dor. O governo americano para que se não acentuasse a indignação humanitária que lavrava ardente no país, não anuiu ao pedido pelo Congresso da publicação dos relatórios dos seus cônsules, mas não pude impedir que se tornassem públicas em todos os pormenores as *atrocidades cubanas*. Os oficiais do *Montgomery*, que esteve fundeado em Matanzas em começos de 1898, referiram que 14.000 pessoas encontravam-se sem pão nem roupa dentro dos limites da cidade, e dessas, 11.000 nem tinham abrigo em cabanas de folhas de palmeira. Vagueavam pelas ruas como cães, e na maioria eram mulheres e crianças; lívidas, esqueléticas, expiravam de fome e falta de tratamento sobre as pedras das calçadas. Na província de Matanzas, cuja população era de 253.000 almas, já tinham morrido de fome 59.000 pessoas e estavam prestes a morrer, à míngua de alimentos, 98.000. A caridade particular fazia quanto podia, mas era mui pouco para quanto havia mister. As rações distribuídas em três postos de socorro estabelecidos pelos residentes de Matanzas não chegavam para sustentar uma vigésima parte dos que padeciam de fome.

O Congresso favorecia altamente tudo quanto pudesse contribuir para determinar o rompimento e os esforços conservadores da sua minoria tornavam-se impotentes para conter a onda. Nestas disposições

do espírito público – tão absorvente que pode dizer-se resvalou sobre elas a notícia do bárbaro assassinato do coronel Ruiz, ajudante-de-ordens do general Blanco, o qual ia a tratar com os insurgentes da paz sobre a base da autonomia* – sobreveio a catástrofe do *Maine*, que voou pelos ares no porto da Havana na noite de 15 de fevereiro de 1898.

A ida desse navio de guerra havia sido ordenada a instâncias do Congresso e dos representantes consulares dos Estados Unidos na ilha para oferecer proteção às vidas dos americanos ameaçadas na Havana pela exacerbação dos voluntários espanhóis, que já se tinham manifestado num levantamento, e, também, na linguagem diplomática do Departamento da Marinha, para mostrar que as relações entre os dois governos eram tão pacíficas que os navios de guerra americanos podiam, sem receio de incidentes, recomeçar suas visitas usuais aos portos cubanos. O governo espanhol anuiu sem relutância à ida do *Maine* a conselho de seu ministro Sr. Dupuy de Lôme, que conhecia perfeitamente a situação e estava então prestando em Washington ao seu país incomparáveis serviços. O diplomata espanhol asseverou ao Departamento de Estado que o seu governo nunca mostrara

* A imprensa contudo denunciou unanimemente o atentado e por causa dele alguns jornais atacaram rispidamente a revolução. A Junta Cubana argumentou e Aranguren, o cabecilha que ordenou a execução, afirmou que Ruiz não arvorara a bandeira branca de parlamentar e introduzira-se no acampamento mais como um espião, sem mesmo um salvo-conduto. Tal pretexto é, todavia fraco demais, escreveu o *Evening Post* de Nova York, para desculpar semelhante ato de selvajaria. E o conhecido órgão prosseguia no seu indignado editorial apontando para a razão que assistia ao Presidente McKinley quando na sua mensagem dizia que tudo levava a crer que a guerra cubana era caracterizada de ambos os lados por uma crueldade feroz. O *New York Herald* assim se exprimiu a este respeito no seu artigo de fundo: “Se depois do assassinato do emissário de paz do general Blanco os jingos, e outros idiotas fanáticos que vivem a clamar por liberdade, simpatizarem ainda com a vermelha rebelião socialista de Cuba, cumpre ao senso comum dos americanos erguer o seu protesto e denunciar a palavrosa ignorância daquela grei. A *Star Spangled Banner* não pode ser desfraldada para proteger o pavilhão negro dos piratas e, perante o seu último feito, Gómez e seus sequazes não são mais do que piratas, que não podem nem devem esperar simpatia dos Estados Unidos ou misericórdia da Espanha.” Não data, portanto, de depois da guerra a pouca consideração de muitos americanos pela massa dos rebeldes.

pouco desejo de que os navios de guerra americanos visitassem Cuba durante a revolução, na antiga e costumada forma, e quanto a ele só antevia, na ordem das possibilidades, algum incidente no gênero do de Valparaíso com a tripulação do *Baltimore*, que pudesse ser provocado pelos insurgentes para determinar um rompimento entre a Espanha e os Estados Unidos. É curioso aproximar deste receio do Sr. Dupuy de Lôme a opinião nutrida por algumas pessoas e da qual acaba de fazer-se eco no Senado o Senador Sewell, de Nova Jersey, de que a culpabilidade da explosão do *Maine* cabe aos insurgentes e não aos legalistas. O Departamento da Marinha, para obviar ao único perigo que então era dado prever ao ministro de Espanha, resolveu que a tripulação do vaso de guerra ficasse permanentemente a bordo, quando fundeado no porto da Havana, sob pretexto de existir febre amarela na cidade.

Infelizmente para a Espanha era o Sr. Dupuy de Lôme obrigado por esse tempo a renunciar à sua utilidade e deixar o seu posto por haver sido publicada nos jornais americanos uma carta particular por ele dirigida ao Sr. Canalejas, importante membro do partido liberal mandado pelo Sr. Sagasta aos Estados Unidos e a Cuba no sentido de bem estudar a situação. Nessa carta o ministro espanhol servia-se com relação ao Presidente McKinley das expressões pouco amáveis de *populachero* e *politicastró*, das quais a tradução da Junta Cubana fez *catering to the rabble* (desejoso de adular a canalha) e *low politician* (baixo politíqueiro); e, o que era pior, desvendava uma irônica descrença na eficiência das negociações para um convênio de reciprocidade, que a administração recebera com imenso agrado, planeando combinar o estabelecimento do regime autônomo de Cuba com a sua conquista comercial em proveito dos Estados Unidos, na forma do pensamento do Sr. Olney quando secretário de Estado. A carta do Sr. Dupuy de Lôme continha sobre esse ponto o parágrafo seguinte:

“Seria da máxima importância que V. agitasse a questão das relações comerciais, ainda que somente para produzir efeito, e eu me mandasse para aqui [o Sr. Canalejas achava-se em Cuba] um homem proeminente para eu poder fazer uso dele em propaganda entre os senadores e outros e oposição à Junta, e para aplicar os exilados.”

Verdade é que a Espanha, chamada a contas deu todas as explicações pela voz do Ministro de Estado Gullón: subsistiu porém sempre a

desconfiança da falta de sinceridade espanhola no negócio do acordo comercial, ajuntando-se essa às demais causas de irritação. Nada contudo pode comparar-se à impressão produzida na alma nacional pela explosão do *Maine*. Não que a opinião se erguesse enfurecida à chegada das primeiras notícias e, sem raciocinar, se declarasse pela culpabilidade da Espanha. Pelo contrário, nunca povo algum deu maior prova de sangue-frio e de prudência do que este, aguardando paciente e dignamente o resultado da côrte de inquérito logo nomeada pelo Presidente e que, depois de algumas semanas de investigações e exames no próprio local, decidiu que o sinistro fora, não acidental, mas devido a causa externa, a saber, a explosão de uma mina submarina a qual provocou a explosão parcial de um ou dois dos armazéns de pólvora da proa, sem ser porém possível fixar a responsabilidade do atentado ou designar seus autores.

O comandante do *Maine*, capitão Sigsbee, não se esquecera de, ao telegrama oficial dando conta do sinistro, acrescentar para tranqüilidade do espírito público ser impossível naquele momento atribuí-lo com fundamento a causa alguma definida: a discussão das várias hipóteses possíveis começara entretanto desde logo e prosseguira, graças aos poderosos meios de indagação dos jornais ao mesmo tempo que o inquérito do governo, de modo que quando foi anunciada a decisão dos oficiais o juízo do público, verdadeiro ou errado, estava formado e concordava com o da junta de inquérito. Não houve contudo manifestação alguma de hostilidade contra Espanha. O ministro e o pessoal da Legação continuaram a passear pelas ruas de Washington tão descansados como na Castelhana ou na Rambla, e o cruzador espanhol *Vizcaya* mandado a retribuir a visita do *Maine*, tomada pelo governo de Madri como um ato de deferência internacional e que chegou a Nova York depois da explosão ter tido lugar, foi recebido com cortesia da qual apenas destoou pela frieza do acolhimento ao comandante o *mayor* da cidade, merecendo que lhe dissesse o *Evening Post* que o seu procedimento daria uma impressão tal no estrangeiro da hospitalidade americana, que seria preciso dentro em pouco para afrontar as autoridades da *Empire City* a mesma coragem de Stanley indo encontrar-se com os bárbaros do interior da África. A polícia exerceu a mais severa fiscalização em volta do navio, que em Nova York tomou carvão e água, para evitar que algum alucinado tentasse vingar o crime, do qual ninguém atribuía a res-

ponsabilidade ao gabinete espanhol nem ao general Blanco, mas a algum subordinado destituído de escrúpulos e cego pela paixão.

Porque a convicção pública do atentado era para assim dizer unânime. Aconteceu que por esse tempo fui ao Sul dos Estados Unidos e demorei-me uma semana no Estado de Alabama. Todas as pessoas com quem ali conversei, longe da atmosfera política da capital, exprimiam serenamente aquela persuasão e desejavam a guerra, não com intentos de conquista, mas como desafronta nacional. Os preparativos militares e navais dos Estados Unidos ativaram-se logo com uma sofreguidão que tornava mais que provável o rompimento. O Presidente não quis contudo declarar a guerra só por um motivo de algum modo egoísta, como seria o da recusa de satisfação pelo sinistro do *Maine*, e preferiu tentar o último recurso pacífico, jogar a última carta diplomática, exigindo da Espanha perante o manifesto malogro da autonomia, hostilizada por legalistas ou conservadores afetos à Espanha e revolucionários em armas, a independência de Cuba mascarada com a decretação de um armistício de seis meses e a acceitação dos bons ofícios dos Estados Unidos para a negociação da paz com os revoltosos. Recusada esta mediação imposta, a política de intervenção triunfava finalmente após três quartos de século de hesitações e contemporizações que se deram até o último momento, pois a administração julgava ainda possível comprar Cuba a sua libertação levantando para este fim, sob os auspícios de um grande sindicato internacional, um empréstimo garantido pelo rendimento das alfândegas insulanas.

A mensagem presidencial de 11 de abril de 1898 recomendava a intervenção neutral baseada nas razões já conhecidas e, declarando que a guerra em Cuba devia cessar pois eram tais os elementos de perigo e desordem que o governo da Espanha nem podia oferecer segurança em um porto seu a um navio de guerra de uma potência amiga em uma missão de paz, pedia o Presidente faculdade para agir. Respondeu-lhe o Congresso que agisse sem demora, fechando a porta a todas negociações diplomáticas. Estas aliás já não eram mais possíveis. A Espanha recuara até e mesmo além do que permitia a sua tradicional altivez, sacrificando todas as vantagens positivas para conservar uma soberania nominal sobre a pérola das Antilhas: libertara os reconcentrados, empregando-os em obras públicas e provendo-os dos meios de restabelecerem suas plantações; concedera o

armistício não solicitado pelos revoltosos e prometera a máxima e mais efetiva autonomia a Cuba. A guerra tinha porém de vir, como veio, guerra desigual, na qual a exausta Espanha entrou sem esperanças, mas convencida de que satisfazia a sua dignidade, e da qual os Estados Unidos saíram com merecida glória, que sobretudo refletiu-se sobre a sua marinha de guerra, mas certos de que se haviam medido com uma potência que lhes era militar e economicamente inferior.

Todos conhecem a história dos preparativos militares e navais nos dois países, do rompimento das hostilidades, dos sucessos bélicos dessa campanha de cem dias. Os seus resultados foram a inteira destruição de duas esquadras espanholas, a cessão aos Estados Unidos de quase todo o domínio colonial espanhol e a inauguração do imperialismo norte-americano, que é a última conseqüência da constante expansão territorial do país, da sua magnífica civilização industrial e da necessidade em que se encontra de dar razão ao excesso da sua produção agrícola e fabril, para a qual já não vai sendo bastante o mercado nacional e que nos mercados europeus tem que lutar com a concorrência doméstica das respectivas nações, defendida pelo protecionismo de que os Estados Unidos foram os primeiros a exagerar os rigores. Não procedem noutra intenção as grandes nações da Europa disseminando seus agentes comerciais pelo mundo inteiro e manifestando pela aquisição de colônias uma tão cínica cobiça. A Birmânia, o Tonquim, Madagascar, o Egito, Zanzibar, o Congo, aí estão para testemunhar essa sede de conquista, cuja ardência mais natural deve parecer numa nação nova e possante, sem o complicado aparelho moral da cultura tradicional.

Num livro notável há pouco publicado*, o sr. Paul Groussac, ilustre homem de letras franco-argentino, caracterizou a civilização dos Estados Unidos pelo termo mamute, nome vulgar do gigantesco fóssil que a paleontologia chama *elephas primigenius*; e isto não só pelo que aquela civilização oferece de enorme como de disforme, ou melhor de informe. A civilização americana seria pois primitiva tanto quanto desmarcada. Efetivamente em certo sentido assim é. O desenvolvimento material sabemos todos que é extraordinário: em parte alguma se apresenta no mesmo grau.

* *Del Plata al Niagara*, Buenos Aires, 1898.

Tudo é colossal. Inútil repetir que algumas casas têm vinte e mais andares, que há edifícios, com meio quilômetro de fachada, em que dão-se recepções para que se convidam milhares de pessoas, com a mesma simplicidade com que uma dona de casa europeia convidaria 50 amigos e não correndo as coisas de modo mais confuso. O esplendor de certos hotéis é perfeitamente fantástico: maravilhado, dizia o príncipe Alberto da Bélgica aos seus companheiros de viagem que estava mais suntuosa e confortavelmente alojado no Waldorf-Astoria de Nova York do que em qualquer dos palácios de seu tio, o rei Leopoldo.

Igualmente sabemos que o desenvolvimento mental não corresponde precisamente à opulência do cenário. Os Estados Unidos – nação tão grande – não possuem uma grande literatura nem uma grande arte. Em ambos os campos falta-lhes a originalidade poderosa, e a própria imitação, nas letras pelo menos, não sobe hoje ao que subiu em tempo de Prescott e Longfellow. Então a Nova Inglaterra refletia cuidadosamente as correntes intelectuais europeias e cultivava intensivamente o espírito em reação à política utilitária do Sul, empenhado como já vimos na preservação da escravidão e no alargamento da esfera de influência dela, promovendo com este fito guerras e anexações.

Os puritanos austeros e tacanhos tinham possuído escravos até o momento ou pouco depois da Independência; o próprio clima da região em que se haviam fixado e o gênero dos trabalhos locais não eram porém favoráveis ao desenvolvimento da instituição servil. Por uma das ironias de que faz costumeira a História, a vitória do Norte marcou, ao invés do que podia esperar-se dos antecedentes, o início de uma era total e quase exclusivamente utilitária, em que as preocupações espirituais deixaram de ter o mesmo lugar, devendo porém esta democracia vir afinal a assemelhar-se neste como em outros pontos à antiga Roma, cuja política prática buscou por contrapeso uma cópia da arte e das letras gregas, tão perfeita que faz corpo com o modelo, e atingiu uma expansão própria e gloriosa no terreno da jurisprudência.

A guerra da Separação tudo encaminhou para o despotismo do milhão. Durante ela fez-se a centralização financeira pela encampação das emissões dos bancos regionais, depois substituídos pelos bancos nacionais com depósitos de garantia em títulos do Governo, e deu-se o apelo às

reservas metálicas daqueles estabelecimentos, submergidas no vórtice da luta, para dar mais tarde, quando restabelecidos os pagamentos em espécie, origem ao duelo do ouro e da prata, a que estamos assistindo. Em seguida à guerra povoou-se e civilizou-se o Oeste com maior afã e com o conhecido êxito, além de cercar-se outra vez o país da muralha do proteccionismo aduaneiro, que estimulou a produção a um ponto tal que hoje o mal reside na plethora industrial. Foi James G. Blaine quem primeiro teve a intuição mais larga desta situação e procurou dar-lhe remédio, inaugurando o regime do pan-americanismo baseado na reciprocidade comercial, isto é, na conquista pacífica do hemisfério em proveito da produção americana. É esta a política chamada patriótica quando em sua forma benigna, e jingoísta na sua forma exaltada.

Os Estados Unidos porém de há tempos que davam mostras de sufocar mesmo dentro da couraça, agora apertada, forjada pelo Presidente Monroe e seu Secretário de Estado John Quincy Adams com uma audácia que o mundo levou três quartos de século a admitir. Que o primitivo ou melhor o verdadeiro monroísmo deixaria de vigorar na sua acepção limitada antes de surgir o século XX, tornara-se palpável: nem o continente americano se submeteria docilmente à tutela dos Estados Unidos, o que também obrigava estes a procurarem além o desafogo. Muito antes de aparecer a questão venezuelana, em que aquele princípio foi em suma rigorosamente aplicado, crescera o interesse desta república por outros lugares do mundo que não o continente americano.

Conta John Russell Young, há pouco falecido e que antes de ser ministro em Pequim acompanhara na sua viagem ao redor do globo o ex-Presidente Grant, que durante a simpática convivência do vencedor da guerra da Separação com o famoso Li Hung Chang, ministro onipotente do Celeste Império, houve ensejo de por mais de uma vez discutir-se o futuro das duas nações, Estados Unidos e China. Grant recomendava instantemente a Li Hung Chang a construção de linhas férreas, como uma necessidade estratégica e administrativa e o meio de obviar às fomes horrosas que por vezes têm devastado províncias da China, e a manutenção de estreitas relações com o Japão, no intento de fomentar um progresso comum e de evitar com um conflito, a intervenção, como veio a dar-se, das nações da Europa em proveito próprio. Respondia-lhe o chanceler estar de

acordo com tais idéias, mas que o problema da civilização na China não era idêntico ao dos Estados Unidos. A China é o país mais populoso do mundo; conta mais e 400 milhões de habitantes tendo a mesma fé, costumes, língua e literatura, que vivem *au jour le jour* e do modo mais sóbrio: alimentam-se de um punhado de arroz e um naco de peixe, ganhos por meio de um salário miserável em indústrias rudimentares. Perturbar estas indústrias seculares, substituir de repente o trabalho manual pelo trabalho da máquina, privar nove décimos dos trabalhadores daqueles salários mesquinhos mas para eles suficientes, numa palavra destruir num momento uma civilização de seis mil anos, era uma perspectiva que demandava reflexão e inspirava justos receios.

Pelo que diz respeito à migração, aconselhava Grant a Li Hung Chang que procurasse baseá-la nos princípios que haviam servido ao povoamento dos Estados Unidos, isto é, espalhando-se a população chinesa pelas regiões mais vizinhas e pelas inabitadas, e citava Bornéu, Nova Guiné, Congo (*sic*). Replicava a isto o chim que os seus compatriotas não eram colonizadores, que não tinham bossa para *pioneers* como os americanos, que viviam da civilização usufruindo-a e acompanhando-a, não estabelecendo-a. Pela cabeça de Grant, que era um *jingo*, passaria de certo imitar com Li Hung Chang, em Tientsin, as entrevistas de Napoleão e Alexandre da Rússia em Tilsitt. Estes tinham dividido em projeto o império do mundo, ficando a Europa para o primeiro e a Ásia para o segundo. Grant reservava para os Estados Unidos o continente americano e cedia à expansão chinesa a Ásia, a África e a Oceania. Os Estados Unidos porém garantiriam e protegeriam a autonomia oriental, obtendo as vantagens do seu tráfico. Era já um esboço da doutrina de Monroe aplicada ao Extremo Oriente, um mundo americano, ou debaixo do protetorado americano, em frente do continente europeu.

Tão vastos e ambiciosos desígnios como os afagados pelo ânimo do taciturno soldado que agora repousa no soberbo mausoléu de Riverside Park, erguido por uma grandiosa subscrição pública, não são de costume obra para uma geração, mas os fatos entraram a realizá-los numa rápida sucessão. Em 1884 tomaram os Estados Unidos parte muito ativa na conferência de Berlim que deu foros de nação ao Estado Livre do Congo, cuja organização primordial pela Associação Internacional fora em

boa parte devida à ação americana, sendo também os Estados Unidos o primeiro país a reconhecer essa nova bandeira. A opinião não se inclinava porém muito em favor de uma política agressiva, que envolvesse a quebra da neutralidade tradicional. Uma das causas da derrota de Blaine na campanha presidencial de 1884 foi a impressão acre que causara a sua curta passagem pelo Departamento de Estado durante os meses de governo de Garfield, mercê de uma política violenta que se estendera do Canadá ao Chile, que fora desde a coerção desta República sul-americana até a tentativa da modificação do tratado Clayton-Boulwer. Na ab-rogação deste a Inglaterra de hoje porventura consentirá para dar mais seguras arras da sua amizade, permitindo aos Estados Unidos dominarem exclusivamente o canal de Nicarágua, cuja neutralidade deveria nos interesses da civilização ser de preferência assegurada pela garantia conjunta das grandes potências comerciais. A Blaine teria sido muito mais propícia a quadra que precedeu e a que seguiu imediatamente a guerra contra a Espanha, quando a política de expansão parecia querer levar completamente a melhor sem encontrar a oposição que mais tarde manifestou-se contra os seus exageros.

Não podia de resto a política externa americana tomar rumo diferente do da expansão quando os interesses dos seus nacionais entraram, especialmente no último decênio, a prender-se fora dos Estados Unidos. Já dissemos que o que produziu a contínua excitação cubana, antes que a explosão do *Maine* tornasse a pressão irresistível, foram não só as considerações humanitárias provocadas pela desasada e cruel administração dos capitães-generais espanhóis, como o sacrifício e abandono a que estavam expostos aos interesses americanos na ilha, onde eram apenas inferiores aos da metrópole. Em Cuba, antes da guerra, achavam-se colocados em plantações vias férreas, minas e outras empresas, sem falar dos empregados em hipotecas, entre 30 e 50 milhões de dólares de capital americano, e o total do comércio com os Estados Unidos chegou a subir em 1893, durante a vigência do convênio de reciprocidade, a 105 milhões de dólares. Ora as importações de Cuba nos Estados Unidos, que eram então de 75 milhões, abaixaram com a revolução para 30 milhões, e as exportações americanas para Cuba, que eram de 30 milhões, baixaram para 7: o prejuízo total do comércio foi pois de cerca de 70 milhões anuais. Demais, as duas grandes indústrias cubanas, o açúcar e o tabaco, arruinaram-se muitíssimo, subindo apenas, dois anos depois de esta-

lada a revolta, ao quarto da produção costumada. A produção do açúcar em 1895 foi de um milhão de toneladas e em 1896-97 somente de 200.000. O seu valor baixou de 70 para 14 milhões. A do tabaco, que era anualmente de 15 milhões em valor, desceu a menos de 4 milhões em 1896.

Blaine costumava dizer que a anexação do Canadá, se algum dia tivesse de efetuar-se, mais depressa se faria por meio dos embarços postos ao comércio do *Dominion*, o qual carece absolutamente do mercado dos Estados Unidos. Na mesma ordem de idéias não falta quem atribua a última revolta cubana à cessação do regime de reciprocidade comercial com este país. De fato são os aludidos enormes interesses, a necessidade que Cuba experimenta do mercado norte-americano como fonte de capital para suas indústrias e melhoramentos e como saída para seus produtos, que hão de promover mais dia menos dia a incorporação da formosa ilha no sistema político, americano, por anexação ou protetorado, quando mesmo a ditadura do general Brooke dê lugar ao leal ensaio de governo civil, independente e ilustrado, previsto na resolução de guerra do Congresso e durante o qual, se deixado a si, o elemento progressivo, da inteligência e da propriedade, não tardaria mui provavelmente em ser abafado pelos guerrilheiros ambiciosos que se acostumaram às depredações e à indolência, e cujas desavenças eram patentes no mais aceso da luta contra a metrópole.

Quando o general Blanco incumbiu pessoa de sua confiança de ganhar a favor da autonomia os caudilhos rebeldes, membros da Junta Cubana de Nova York entraram logo a duvidar da resistência que ofereceria a essa tentativa a fidelidade de Máximo Gómez, tratando-o um deles, em uma entrevista, de mercenário avarento, que só entrara em campanha depois de haver recebido uma larga quantia e só se movia quando da Junta lhe remetiam subsídios. O pesar causado pela morte do filho, caído ao lado do heróico Antonio Maceo, contribuiu, todavia, mais poderosamente do que o dinheiro para dispor o seu espírito à continuação da guerra, cujo cansaço já se estava fazendo sentir, sendo provável que as defecções crescessem se não fosse o bárbaro costume adotado pelos chefes da revolução de exterminar os emissários de paz, e a ignorância em que conservavam seus guerrilheiros das sucessivas concessões políticas feitas pela Espanha. O general Gómez deu tão boa prova das suas inclinações belicosas, postas em dúvida por alguns cubanos, que depôs o Presidente Capote, eleito na vaga

do Marquês de Santa Lúcia, substituindo-o após três meses de governo por um irreconciliável, o general Masso, que na última guerra pelejara até depois do tratado de Zanjón.

Por ocasião da escolha de Capote não estava iminente a concessão da autonomia e sendo ele um jurista muito relacionado com os principais negociantes espanhóis de Havana e aliado a algumas das primeiras famílias de Cuba, o seu nome trazia prestígio e simpatia à revolução e poderia mesmo angariar-lhe o apoio efetivo de residentes e proprietários até então afastados da discórdia. Com a chegada do general Blanco, porém, o qual tão ansioso vinha pela conciliação ao que mostrou logo vivos desejos de obter o concurso do Presidente Capote por meio de sua esposa, domiciliada em Havana, fato que determinou esta senhora a partir para a Flórida, a pessoa de Masso inspirava maiores seguranças de intransigência e a troca fez-se com aparências de legalidade, por meio da desistência de Capote em favor do seu sucessor. Por motivo desta e quejandas ocorrências escrevia o correspondente de Washington para o *Evening Post* de Nova York: “As causas verdadeiras da proeminência da questão cubana em nossa história por mais de setenta anos são sem dúvida a grande riqueza da ilha, a sua proximidade da costa meridional dos Estados Unidos e o fato do domínio espanhol ali ter ares de anacronismo. Se os atuais bandos de insurgentes conseguissem expulsar a Espanha da ilha e fazer reconhecer a independência desta não é nada provável que terminasse a questão cubana. O governo e o povo dos Estados Unidos, por causa de suas íntimas relações comerciais com Cuba, sentiriam grande insatisfação com o constante torvelinho de revoluções, ditaduras e assassinatos que caracterizariam o governo da ilha. Na realidade as probabilidades de pôr um remate à história da nossa questão cubana não são absolutamente lisonjeiras, por qualquer forma que a encaremos.”

Os Estados Unidos bem sabem quanto é fatal a gravitação da pérola das Antilhas para a grande União, e a sua anexação é um velho desejo norte-americano. Nas instruções dadas pelo Secretário de Estado Quincy Adams em 1823 ao ministro Nelson, nomeado para Madri nas vésperas de estalar entre a Espanha e a França a guerra movida por Chateaubriand, dizia-se que em consequência de tal acontecimento era natural que viesse a cessar todo o domínio espanhol na América: os Estados Unidos não permitirem porém a nação ali apoderar-se ou adquirir qualquer

das Antilhas, pois eram prolongamentos naturais do continente, uma delas (Cuba) quase às vistas das praias americanas. A importante posição geográfica da ilha, dominando o golfo do México e o mar das Antilhas, a natureza dos seus produtos, as perspectivas brilhantes do seu tráfico mercantil, eram outras razões que favoreciam a sua obtenção, por parte Estados Unidos. “A anexação de Cuba à República Federal será indispensável à continuação da integridade da própria União.”

A anexação do arquipélago de Havaí custou pelo contrário um tanto a calar no espírito público, mesmo por que não apareceu acompanhada pelo estreito das armas e envolta no entusiasmo de uma vitória. Apesar de toda a pressão exercida pela administração, o tratado Sherman-Hatch não teria muito provavelmente sido ratificado – e devemos lembrar-nos que a anexação apenas foi levada a efeito por uma resolução conjunta – se não houvesse sobrevindo a guerra com a Espanha com a tomada da baía de Manilha pelo almirante Dewey, tornando o Havaí escala obrigatória para as expedições com destino ao Extremo Oriente. Uma primeira tentativa feita pelo Secretário de Estado Foster, em tempo do Presidente Harrison, malograra-se e entrada da administração Cleveland, e a anexação dos domínios da rainha Liliuokalani estava destinada em outras circunstâncias, que não as atuais, a fazer parelha com a de S. Domingos, plano pessoal do Presidente Grant, que nem consultou a respeito o seu gabinete por sabê-lo infenso à idéia. Também o Presidente Grant, imbuído da sua glória militar, conversado em teorias políticas, não entendia que um presidente representasse um partido, mas sim uma personalidade, e freqüentemente esquecia-se de que os chefes dos departamentos não devem ser meros subordinados do Presidente, pois que lhe são atribuídos por lei deveres específicos e independentes.* O tratado celebrado com S. Domingos, combatido com violência pelo Senador Sumner, presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, e por outros senadores republicanos, não pode, há trinta anos, reunir os dois terços necessários para sua aprovação malgrado toda a cabala exercida pelo Presidente Grant, o qual chegou a comprar o voto favorável dos chamados *carpet-bag Senator* ou senadores dos estados sulistas ainda que entregues ao governo militar, ou ao desgoverno da reconstrução.

*John Sherman, *Recollections*.

A aquisição do Havai, aconselhada por grandes autoridades militares e políticas, era demais necessária se os Estados Unidos não quisessem ver o arquipélago cair cedo ou mais tarde em mãos dos japoneses, que para ali têm afluído aos cardumes e deram não fracos indícios de ambicioná-lo. Nos últimos meses de vida independente da república surgira um conflito entre o governo do Presidente Dole e o governo de Tóquio relativamente à proibição de desembarque de certos imigrantes japoneses, e as desinteligências quase frisaram pelas hostilidades, que porventura teriam feito despertar ambições de terceiros. Aos Estados Unidos não podia convir naquela valiosa posição comercial e estratégica outro predomínio que não o seu e o do Micado, sobretudo lhes era antipático pela grande proximidade a que ficariam os japoneses do próprio continente americano e pela tremenda concorrência que esses filhos da Ásia estão ameaçando fazer, já não ao trabalho, mas à indústria americana.

Basta citar alguns Algarismos para mostrar como são justificados tais receios entre os países que dantes apenas consideravam o Japão como um freguês, nunca como um êmulo. O comércio total do Japão, exportação e importação, que em 1885 era de 97.300.000 dólares, em 1895 foi de 296.000.000 de dólares. A exportação dos fósforos, por exemplo, subiu de \$60.565 a \$4.672.861! As esteiras, de \$935 a \$3.461.369! A seda crua, de \$14.473.396 a \$50.928.440! No mercado americano encontram-se numerosas mercadorias japonesas que pela excelência e barateza desafiam a concorrência: crepes, mantas, sedas, chapéus de chuva, escovas, lenços, porcelanas, etc. Em poucos anos o Japão exportou cem milhões de lenços de seda. No Império existe agora mais de um milhão de tecelões dos dois sexos. Os tecidos de algodão estão suprimindo grande parte das necessidades domésticas, além de serem exportados no valor de cinco milhões de dólares. Em 1895 a produção junta da seda e algodão foi de 71 milhões, empregando nas fábricas o segundo produto mais de 30.000 mulheres e de 10.000 homens. De futuro a China e o Japão produzirão certamente o algodão necessário para o tráfico asiático. Até nas indústrias de luxo é pasmoso o desenvolvimento do Japão. Em Quioto têm reproduzido com êxito o *moiré antique* francês e a seda para cobrir móveis é da mais sólida e de gosto aprimorado.

O autor do artigo*, do qual extraio os presentes dados, ajunta que o Japão não só provocará o despertar da China, Coréia e Formosa, mas depois de concluído o grande caminho de ferro transiberiano, inundará a Europa com seus produtos bem acabados e baratos. Os adultos ganham nas fábricas 10 centavos; as crianças 1 centavo, às vezes 3. Para os Estados Unidos estava o Império exportando, em 1896, 54 milhões e apenas importando 1 milhão. A projetada criação de duas linhas de vapores entre a costa do Pacífico e o Japão pode seguramente fazer crescer o tráfico, porém acentuará a referida desproporção. Depois da guerra com a China, o desenvolvimento japonês tem assumido uma feição inquietadora para os demais países produtores. Existiam, autorizadas pelo governo, 80 companhias de estradas de ferro; estão projetadas 125, fora 34 de *tramways* elétricos e de tração animal. Estabeleceram-se agora 132 bancos, existindo primeiramente 46. A indústria está representada por 187 estabelecimentos, sendo 49 fábricas de algodão, 24 de seda, 22 companhias mineiras e metalúrgicas, 15 de eletricidade, etc. Companhias de comércio existem 126, sendo 14 de seguros e 28 de navegação e construção de navios.

O governo japonês mostrou-se magoado pela anexação do Haváí, quando esta foi resolvida pela administração republicana, e sobretudo ressentido por não ter sido avisado de tais desígnios sobre uma terra que ele já se acostumara um pouco a considerar como uma dependência do Império para colocação do excesso da sua população trabalhadora, e campo aberto às produções da sua indústria. Entre as chancelarias de Tóquio e Washington trocaram-se notas agrídoces e por parte da primeira discutiu-se a validade ou oportunidade da incorporação, além do direito do Japão a fazer valer sua reclamação pendente junto ao governo de Honolulu. A controvérsia apenas serenou com a promessa de pagamento pelo Haváí de uma indenização pecuniária e a segurança dada pelos Estados Unidos de que, no caso da anexação tornar-se fato consumado, seriam os nacionais

* “Is Japanese competition a myth?” – na *North American Review*, 1896. O autor, Sr. Robert Porter, viajou muito no Extremo Oriente e é um economista distinto. Foi ele o comissário encarregado pelo Presidente McKinley de obter do general Gómez o licenciamento do exército cubano, mediante a distribuição pelos soldados de três milhões de dólares.

japoneses, fixados no arquipélago, tratados de acordo com o convênio ultimamente celebrado entre a potência americana e a potência asiática para substituir o antigo ajuste.

Vemos do exposto que por mais moderada que em sinceridade buscasse revelar-se sua política de expansão comercial, tinham os Estados Unidos forçosamente que proceder a algumas anexações e, a fim de afirmar aquela política numa maneira incontestável, de condescender com a idéia de um exército muito mais numeroso e especialmente organizar uma forte marinha de guerra. O aumento do poder militar desperta suscetibilidade e provoca certos temores de esquecimento dos seus princípios democráticos. O projeto de lei elevando o exército regular americano, que era de 25.000 homens antes da guerra, a 100.000 homens, requeridos pela guarnição provisória de Cuba e permanente de Porto Rico, Havaí e Filipinas, não logrou ser aprovado pelo Congresso apesar do presidente ameaçar vetar qualquer projeto diverso e convocar uma sessão extraordinária do novo Congresso. A minoria democrática conseguiu impor suas idéias, fazendo aprovar por ambas as câmaras a extensão somente até 1901 do atual pé de guerra, determinado pela ocupação que diz-se temporária de Cuba e campanha contra os Tagalos e outros indígenas filipinos. Pelo que toca à Marinha contudo, estão todos concordes agora em que o seu aumento é absolutamente indispensável à expansão colonial dos Estados Unidos, proteção do seu comércio, necessidades da sua defesa e exigências da sua situação de potência de primeira ordem ou mais propriamente, na expressão inglesa, de *world power*.

Não é outra coisa o que, entre muitos, vivia pregando o afamado capitão Mahan, o escritor americano contemporâneo cuja influência tem sido mais incisiva no pensamento europeu. Todos no Brasil o conhecem, mesmo fora do círculo dos profissionais e dos homens de letras. Numa de suas admiráveis *Cartas de Inglaterra* – “A Lição do Extremo Oriente” – citou-o Sr. Rui Barbosa extensamente, apontando para o papel decisivo representado pela armada na guerra da Separação americana. A sua célebre obra – *Influence of Sea Power in History* – está traduzida na maior parte das línguas européias e não faz muito tempo que li ter a Repartição da Marinha alemã ordenado que a respectiva tradução fosse fornecida a todas as livrarias públicas, escolas e institutos oficiais ou estabelecimentos do Governo.

O capitão Mahan publicou antes da guerra um novo livro – *The Interest of America in Sea Power* – reunindo em volume vários estudos dispersos nos últimos anos em revistas e magazines americanos.

O fundo da sua argumentação é simples e racional: qualquer ataque contra ou invasão dos Estados Unidos só se poderia logicamente efetuar por mar; por isso cumpre aos poderes públicos estarem preparados para rebater um ou obstar à outra no dito elemento, assim como para proteger uma outra invasão inadiável, a das manufaturas americanas nos países estrangeiros. A extensão do comércio nacional às mais remotas paragens é o pensamento dominante que nos Estados Unidos o século a expirar lega ao século XX, pensamento já corporizado na tomada das Filipinas, que traduz a deliberação americana de recolher o seu quinhão na partida do continente asiático. Por outro lado cometimentos há de uma natureza revolucionária na expansão mercantil, como a abertura do canal de Nicarágua, que a nação americana só poderia empreender quando tivesse ao seu dispor uma marinha de guerra respeitável e possessões no mar das Antilhas, que lhe permitissem dominar essa passagem internacional como a Inglaterra no Egito domina o canal de Suez.

A fraqueza relativa da marinha de guerra e a hesitação no alargamento territorial ao sul do golfo do México obstaram até agora à construção do canal de Nicarágua, mais do que a hostilidade das companhias de caminhos de ferro transcontinentais ou a pouca inclinação dos capitais a colocarem-se em empresas fora do país, quando no interior se oferece um campo remunerador ao seu emprego. O Congresso acaba, porém, de dissolver-se sem ter ainda aprovado o crédito necessário para dar começo aos trabalhos, proposto e defendido com ardor nas duas casas pelos partidários mais entusiastas do canal, votando apenas a soma de um milhão de dólares para continuação dos estudos preparatórios que devem igualmente versar sobre o projetado canal de Panamá.

A guerra há pouco concluída veio pois determinar impulso na direção imperialista ou absorvente. O seu primeiro e palpável resultado vai ser a transformação dos Estados Unidos numa grande potência naval, urgida pelo alastramento colonizador. A doutrina de Monroe, até agora realmente mais apregoada que aplicada, vai, como disse, adquirir consistência e mesmo uma significação nova, embora acredite sinceramente que

sem espírito de agressão para com as outras nacionalidades americanas. É difícil às democracias, na essência variáveis as mais conservadoras, obedecerem em sua evolução a planos fixos, como pode acontecer num império autocrático, a Rússia por exemplo, incomparavelmente mais estável; mas a política nacional vai-se naquelas definindo e tornando consciente com os arrancos de um sentimento latente e os sobressaltos de um orgulho instintivo.

A questão venezuelana foi um destes arrancos ou sobressaltos, mal dirigido, porém, porque a união das duas grandes nações saxônicas está muito mais na ordem das coisas do que a sua inimizade. Os interesses de comércio franco e os ideais de liberdade e de civilização cristã são por demais comuns à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos para que entre os dois países se não venha a estabelecer uma amizade duradoura – que mais vale do que uma aliança de momento –, preparada pela recente benevolência inglesa para com todas as ambições americanas. Da ocupação das Filipinas, que deriva em grande parte sua explicação do fato do tráfico anual dos Estados Unidos com a Ásia e a Oceania ter atingido 62 milhões de dólares anuais, haverem triplicado desde 1890 as exportações para a China, e ser presentemente o comércio total desta república com esse Império igual ao de toda a Europa continental, com exceção da Rússia; do papel importantíssimo assumido pelos Estados Unidos no Pacífico, que até fará com que o povo do grande Oeste, possuindo suas cidades marítimas e sua parte direta no comércio internacional se sinta muito mais em simpatia com os seus compatriotas do Leste; da construção, enfim, do canal que há de constituir o caminho rápido entre o Atlântico coalhado de vapores mercantes e aquele oceano até aqui meio arredado da navegação internacional, resultará o fortalecimento de semelhante união, com a qual lucrará sem dúvida o progresso tanto material como moral do mundo, e particularmente o derramamento mais pronto da civilização ocidental naquelas velhas paragens. “O Extremo Oriente tornou-se a terra de promessa do negociante, e a civilização em sua plena florescência, após ter feito circuito do globo, regressa com inestimáveis tesouros ao seu berço primitivo, para depositá-los no lugar do seu nascimento.”*

* *Greater America*, Address by Hon. David J. Hill, 1898.

A Inglaterra de há muito que é a primeira das potências marítimas, ao que a compele não só a sua natureza geográfica como a extraordinária expansão do seu poderio colonial. Os Estados Unidos constituem hoje uma nação de magnitude tal e encerrando tão poderosos interesses, que é apenas lógico vê-los chegar a cogitar seriamente dos meios de realçar a primeira e de zelar os segundos. Uma nação de mais de setenta milhões de habitantes, a mais rica do mundo, tendo triplicado seu primitivo território e alcançado posição preponderante num continente em que se agrupam dezoito nações, não poderia confinar-se ao ideal de uma colônia emancipada de fresco, com quatro milhões de habitantes somente, fronteiras abertas e mal definidas, e privada de comunicações fáceis com o resto do mundo, condição esta que o vapor e a eletricidade modificaram profundamente.

As presentes aspirações nacionais dos Estados Unidos não podem, portanto, ser idênticas às que faziam palpitar há um século o coração da independência. Jefferson acreditava que os Estados Unidos permaneceriam essencialmente agrícolas e chegava mesmo a condenar todo progresso industrial, sendo Hamilton acusado de corromper a comunidade e o governo somente porque queria desenvolver os interesses bancários, comerciais e manufatureiros. Também Jefferson pensava que o território de Louisiana, de novo transferido à França pela Espanha em 1800 e comprado a Napoleão em 1803 por 15 milhões de dólares, diante da oposição dos federalistas que achavam o preço alto, o ato inconstitucional, o precedente arriscado, exatamente pelas mesmas razões que aventam os anti-expansionistas de hoje — diversa natureza da população, guerras com os indígenas, impropriedade do clima, etc. — não seria povoado nos mil anos mais chegados: ele só promovia a anexação por considerações de grandeza nacional e necessidade da posse do porto de Nova Orleans para a franca navegação do Mississípi. Entretanto que pasmosas diferenças se não vieram a estabelecer! O mesmo Jefferson disse uma vez que a ambição nacional dos Estados Unidos devia confinar-se a possessões que não demandassem uma marinha de guerra para defendê-las. As possessões, porém, vieram e a marinha de guerra, sobretudo contribuiu para obtê-las.

O ideal de um povo, é bem de ver, não pode ser o mesmo para seus diferentes estádios de cultura. A tradição de abstenção derivada de Washington pode refrear e, sobretudo moralizar o transbordamento, mas

já não poderá impedi-lo. A marcha dos acontecimentos e o próprio desenvolvimento do país impõe outra orientação na qual os ensinamentos e conselhos do *Father of his country* atuarão, todavia, no sentido da moderação e da justiça, porquanto a sua influência continua a ser o mais forte incentivo no povo americano. A tradição washingtoniana será também o grande refúgio moral e o principal motivo de reação quando o militarismo, mal da Europa e flagelo da América do Sul, tornar-se igualmente um mal dos Estados Unidos, no mesmíssimo intuito de defender o prestígio nacional que além o justifica quase sempre e aquém não raro o disfarça. As circunstâncias, sendo iguais, não podem gerar frutos diferentes, ainda que avessa ao militarismo, à inclinação mercantil e que seja o espírito prático de transigência que caracterize a raça saxônica fora do campo dos interesses vitais e não a disposição bulhenta dos que inventam pontos de honra.

Nesse dia é que terá ampla razão de surgir e há de necessariamente surgir a corrente intelectual – não só dos intelectuais – que se está presentemente elaborando entre o trabalho que arqueja e o capital que sorri um tanto às ocultas, como durante a Meia Idade preparou-se o alvor da Renascença, e que, substituindo a antiga e desvanecida influência européia, da qual a Nova Inglaterra em tempo ofereceu a melhor amostra, por alguma cousa de pátrio, tentará não só corrigir o excessivo caráter material da civilização americana como dirigir a evolução política do país. Esta corrente, ligando o futuro ao passado, imprimindo uma feição acentuada a elementos indistintos e um perigo de serem abafados, reatando a tradição ou antes adaptando-a ao novo meio, não logrará certamente que um país manufatureiro e comercial se converta num país de letras e artes, que Cartago se metamorfoseie em Atenas, nem conseguirá contrabalançar completamente os efeitos egoístas da riqueza interna. Conseguirá, porém, quando não embaraçar — que nem a isto deve abalançar-se — pelo menos morigerar a expansão externa, fazendo com que se não repitam aventuras odiosas como a mutilação do México, e guiar a força bruta, que para ser realmente eficaz carece de inspiração, fornecendo às anexações uma cor justificada de esforço civilizador e não de uma mera ostentação de poder.

A anexação de Havái já aparentou de conchavo internacional e não revestiu o aspecto de uma conquista, se bem que a revolução que desonrou a realeza indígena e instalou a república dos filhos dos missionários americanos

tivesse sido planejada na tola de um couraçado dos Estados Unidos. As de Porto Rico e Filipinas foram despojos de guerra, mas de uma guerra que se ufana de ter sido empreendida em bem da liberdade e da civilização, e a primeira recebeu a inequívoca adesão da população local. A de Cuba finalmente, se de futuro vier a dar-se, terá igualmente sido fruto de uma invasão militar, havendo, porém, aguardado durante muitos anos a solução diplomática, isto é, da dilação, da expectativa, e tendo por fim assumido caráter de manutenção da ordem pública, desagravo patriótico e sugestão humanitária.

O que vemos já representa o resultado, ainda que pálido; os frutos, posto que escassos, do desenvolvimento mental, da gestação espiritual que podemos concretizar nas universidades e que iluminará as armas com a consciência de enristarem-se por considerações superiores da defesa e propagação da civilização ocidental, herdada do mundo clássico e levada para além do Atlântico. Não sendo exequível conservar-se o isolamento ativo e virtuoso, aliás, combinado com um profundo sentimento da dignidade nacional, que acariciavam Washington e Hamilton mesmo porque o destino das nações que se isolam é o de imobilizarem-se, o característico da nova era será a expansão tumultuada contida em embrião na democracia de Jefferson, apesar do horror por este professado pela força militar e pelas complicações internacionais. Terá, porém, a expansão despido o feito agressivo dos presidentes *ante bellum*, aguilhoados pelo móvel escravocrata e cujo espírito, orientado por outros ideais, reencarnou-se em Blaine, respeitando no entanto as convenções senão as conveniências, e dispensando quanto possível as anexações, que são de certo modo ainda uma forma de protecionismo, sempre que tais anexações não representarem, como o Havai, uma necessidade da defesa da costa do Pacífico, uma facilidade para o comércio marítimo no extremo Oriente e a consagração de um antigo estado de cousas; ou como Cuba, uma consequência da evolução nacional, da tradição histórica, do desafogo econômico, da segurança estratégica, poderíamos até dizer da carência física da incorporação de novos campos de atividade, e moral da extensão dos princípios de ordem e progresso.

A influência sem par de Washington, cuja grande sombra projeta-se do modesto túmulo de Mount Vernon sobre todo o país guiando-o na sua marcha surpreendente, servirá justamente para despir esta política da imoralidade em que facilmente poderia descambar, impelida apenas por

apetites grosseiros, e para impedir que ela deixe de ser justiceira como tem o orgulho de haver sempre sido na sua direção geral. A corrente intelectual acolher-se-á à grande sombra e, ajudada pela religião, servirá para recordar e, mais do que isto, para estabelecer que, na frase de Paul Groussac, a civilização é uma superioridade moral, a saber, em que os fatores morais desempenham um papel muito mais importante que os fatores materiais, em que a organização da família, a boa fé comercial, o respeito dos direitos de outrem, a concepção da solidariedade humana valem muito mais do que as invenções e as opulências.

Os Estados Unidos não estão tão longe deste alvo como muitos pensam ou pretendem pensar. É tão errado julgar a nação americana, como organismo político, por alguns politikeiros que executam suas habilidades na arena do Congresso e por alguns trampolineiros que enredam por trás da cortina, como julgar a sociedade americana como um todo moral simples, honesta, laboriosa, altamente simpática, pela chamada *society people* que adaja em redor do corpo diplomático, em parte importando da sociedade européia os defeitos sem conservar-lhe as qualidades. Escrevia em 1851 Philarète Chasles*, que por andar um tanto esquecido nem por isso deixa de ter sido um dos grandes críticos literários da França neste século, que a grandeza dos Estados Unidos há sido produzida, não pelo mecanismo político das instituições, mas pela simpatia, pela razão e pela energia; não pela cólera contra o passado, mas pelo desenvolvimento da tradição; não pela abolição do espírito cristão, mas pelo cristianismo; não pelas leis, mas pelos costumes; não por teorias, mas por fatos; não pelas revoluções, mas pela evolução.

Podemos acrescentar que o ideal do povo americano, quando estiver plenamente definido pelo concurso de todos os elementos agora em fusão, completará aquela síntese e dará a medida do seu destino, para realizar o qual possui ele uma imensa reserva de vigor e de confiança e os mais fartos recursos materiais. Do sedimento religioso está à vista na alma nacional, vestígio do motivo moral que impeliu a maior parte dos primitivos emigrantes para o território da América do Norte e que tem sido amorosamente cultivado a ponto deles desabrocharem garridas flores,

* *Études sur l'Amérique au XIX^e siècle.*

resultará que a solução do conflito entre a fé e a natureza não será, nos Estados Unidos, o descuidado ateísmo que Zola preconizou no seu último romance *Paris*, solução que nada solve, que justifica o anarquismo sem o nobilitar pelo desespero, e que é tão ambígua, tão vaporosa, tão visionária como a solução mística proposta por Huysmans na *Cathédrale*. Valem-se ambas pela deficiência e pela inconsistência – uma apelidando-se de justiça, palavra sonora e vã invocada por Zola após verificar a inutilidade da caridade cristã, a inanidade do zelo evangélico e a contradição dos vários ideais socialistas, coletivistas, etc.; outra vangloriando-se de ser absorção da alma no Criador, forma de simbolismo religioso que já não corresponde ao nosso meio, que é o repúdio do trabalho físico, e que tem de enclausurar-se nos raros conventos, campo para poucos espíritos contemplativos e não asilo total da humanidade.

O romance que nos últimos tempos maior impressão há produzido nos Estados Unidos é o *Quo vadis?*, do romancista polaco Sienkiewicz, subindo a sua venda aqui e na Inglaterra a mais de 400.000 exemplares. O fundo desta novela é a superioridade da doutrina cristã sobre o mundo pagão, e a aceitação imensa que ela tem tido entre todas as classes e não é produzida por artifícios de enredo ou outras qualidades inferiores, provém sem dúvida do fato de corresponder a um estado d'alma. O mero requinte do espírito, o simbolismo intelectual ou o esteticismo simbolizado no *Quo Vadis?* em Petrônio, o ideal de Roma numa palavra, não basta ao ideal americano porque lhe falece a base moral que trouxeram ao mundo as lições de Jesus, abrangendo a caridade e tantas outras virtudes alheias à concepção naturalista da Antiguidade. A América do Norte será assim maior do que Roma, porque, ao senso prático e ao instinto de mando que as distingue a ambas, juntará o idealismo cristão com o exercício da sua disciplina moral.

Do misticismo doentio, visto envolver a inação, que poderia acarretar o excesso do idealismo, será salva a alma americana pelo movimento geral do trabalho, cujo fragor repercute festivo em pontos do país e a cujo demasiado materialismo, que hoje sobrepuja a especulação mental, procura-se dar o corretivo sem anular a energia adquirida. A guerra civil, por um lado dissipando ilusões e desvendando a realidade, contribui para aproximar os espíritos da solução justa e verdadeira. Até então o orgulho

pátrio oferecia uma feição que não era consciente confiança de hoje, mas uma cega exaltação de que era conveniente despertá-lo. Se relermos, por exemplo, a introdução à *História dos Estados Unidos* de Bancroft, escrita há mais de cinqüenta anos, avaliaremos por este idílio político-social aquela orientação coletiva. Não só transparecem ali receios pelo futuro, o que seria concebível, como respira-se tão-somente uma ilimitada segurança, a mais fanática admiração pelos resultados imutáveis obtidos pela civilização norte-americana. Entretanto a guerra estava no ar, prenhe de transformações. Hoje que o problema social se antolha ao observador, invadindo todas as relações civis e tentando remodelar o mundo, a alma americana já perdeu com a experiência a crença estreita na infabilidade da homogeneidade nacional e nos destinos uniformemente brilhantes, perenemente calmos, da desenvolvimento pátria, e não deixa de cuidar por motivo de desconfiança ou de ameaça, de atender aquele ponto de mal-estar na incontestável e pasmosa exuberância do comércio e das indústrias, numa palavra, da prosperidade nacional, o qual será sanado muito pela maior distribuição da riqueza, pela ausência dos atritos de classe, pela cordialidade das relações sociais derivada da remuneração do trabalho.

Esse período de maturidade prudente e viril será, contudo, o prolongamento da juventude entusiasta e afoita. Em seu progredir apresentam os Estados Unidos aspectos variados, mutações rápidas, sem desmancharem o firme arcabouço da sua nacionalidade, ou melhor, sem perderem os distintivos principais da sua idiossincrasia. A intransigência ou severidade pode haver dado lugar a um maior relaxamento entre os profissionais da política; o aglomerado pode ter-se tornado mais cosmopolita; a nação, todavia, preserva, combinado com e robusto individualismo da raça, a base de conservantismo, de amor à Constituição por ela traçada e à terra por ela habitada, que faz a grandeza do povo americano, garantindo-lhe a estabilidade das instituições ao mesmo tempo em que a facilidade para os indivíduos de deslocarem-se, porque com o seu *home* transportam sua individualidade e a esta amolda o meio em que se encontram. Por isso achou com razão Brunetièrre que se move o americano com tão pouca dificuldade, sentindo-se bem em toda a parte sem nunca lutar com esse *dépaysement*, vulgar entre os seus compatriotas, e que é um dos maiores obstáculos à eficácia da colonização francesa. A ligação nos Estados Unidos

permanece, porém íntima no desenvolvimento pessoal como no desenvolvimento geral.

O inverso é um dos nossos defeitos, conforme notou, com a perspicácia do sociólogo desiludido da política militante e com a delicadeza do artista refugiado da vulgaridade do protesto no culto das letras, o Sr. Joaquim Nabuco no discurso remetido para Pernambuco para ser lido por ocasião da comemoração do democrata Nunes Machado. É uma triste verdade que a gloriosa terra pernambucana, em vez de progredir, tem decaído e decaído não materialmente, o que seria desculpável, mas, o que é cem vezes pior, moralmente, porquanto existe uma solução de continuidade na sua marcha coletiva. A desagregação social e a emigração das melhores capacidades quebraram a tradição e borraram os nobres característicos do passado.

Nos Estados Unidos, pelo contrário, é a tradição nacional alimentada como um fogo sagrado e os princípios que a compõem inculcados nos que chegam de fora, nos que imigram para a comunidade. As deficiências de educação são imediatamente alvo de ensaios de correção. Pelo livro, pelas conferências nas respectivas línguas ilustradas pelo estereoscópio, incutem-se no espírito dos forasteiros algumas noções da história do país que os acolheu, dos recursos que nele há a explorar e do governo que os vai reger. Seus filhos, principalmente, recebem logo a instrução elementar que tem quase todo o americano, para que se tornem, quando adultos, cidadãos prestantes e capazes, e possam conscientemente reagir sobre a ignorância dos pais. É neste sentido que o espírito de Washington continua e ser o farol da racionalidade americana, tanto pelo culto objetivo, externo, que inspira, sendo o de uma esplêndida figura de virtude, como pela resolução que desperta de nele conservarem-se fitos os olhos, pelo culto para assim dizer subjetivo, interno, que desfruta, unificando-se com as gerações que vão chegando à vida e as populações que vão chegando ao país, e cimentando entre si as várias fases e origens do desenvolvimento nacional.

O Sr. Nabuco indicou com sagacidade o mal de Pernambuco: é o mal de todo o Brasil, é o repúdio que devemos qualificar de criminoso do passado, é o amor exagerado e inconsciente da novidade, é a presunção não sei se mais imbecil ou ingrata do que amamos nossa terra como a não amaram os outros, por serem diferentes os pontos de vista ou opostos os ideais.

O exemplo dos Estados Unidos é decisivo neste ponto. Ele ensina a reunir a reverência do que já foi à consciência do que é e a esperança no que há de vir. No eclipse da aristocracia colonial de que Washington foi um exemplar perfeito, herdou a democracia americana muitas das qualidades que a ornavam – a bravura serena, a *self possession*, para a qual a língua portuguesa parece não ter tradução precisa, a generosidade, altaneria, o espírito de mando. A nossa democracia parte dela pelo menos, felizmente não toda timbra, porém, em passar uma esponja sobre o cavalheirismo, a bizarria, a abnegação dessa fidalguia territorial arruinada, mas não envilecida, que se está esfacelando e cuja fórmula, entretanto, dizia com melancolia o Sr. Nabuco, tanto merecia ser conservada porque era uma cristalização perfeita – para arvorar em distintivos do novo regímen a falta de maneiras e a intolerância, comuns ao que nada tem que perder, nem mesmo o respeito de si próprios.

.....

Capítulo X

RELAÇÕES DO BRASIL COM OS ESTADOS UNIDOS

AS RELAÇÕES entre as duas maiores potências do continente americano foram sempre amigáveis e são hoje cordiais. Se não possuímos nem a população nem a riqueza desenvolvida dos Estados Unidos, temos igual extensão e as mais abundantes riquezas inexploradas, o que nos impõe logo à consideração do americano, que se deixa sobretudo impressionar pelo grande. Já o fato de possuímos em quase todo o seu percurso o mais considerável rio do mundo é uma condição de superioridade de que se não esquecem, desde que aprendem elementos de geografia, os filhos do Mississípi. Depois, por mais que nos tenhamos esforçado por estragar uma reputação adquirida em muitos anos de paz interna, somos tidos na conta de gente de mais juízo do que o comum dos hispano-americanos: as nossas revoluções são em média decenais e as deles anuais. Dá-se também o fato de havermos ininterruptamente manifestado geral simpatia pela república anglo-saxônica, apesar da nossa prévia organização monárquica, ao passo que no México, sob os protestos de estima, os Estados Unidos só encontravam justificada desconfiança, no Chile e na Argentina ciúme e mesmo má vontade alimentada por vários incidentes. Por ocasião da declaração de guerra à Espanha alguns jornais norte-americanos deram notícia de estar essa nação procurando concitar contra os Estados Unidos os países da

América Central e Meridional: a esse propósito comentava o *Washington Post*, o qual passa por órgão oficioso da administração, que somente treze nações latino-americanas podiam ser contadas seguramente como afeiçoadas aos Estados Unidos, e eram o México, por interesse; Venezuela, por gratidão; o Brasil, por desinteressada amizade.

A visita do Imperador D. Pedro II à Exposição de Filadélfia em 1876, o seu giro pela União, as suas maneiras despreziosas e afáveis, a sua inteligência viva e curiosa, produziram maior efeito do que cem volumes de propaganda, a ponto de fazer receber com desconfiança a notícia da Proclamação da República, que trazia a integralização política do continente. Quando se tratou do reconhecimento em Washington do Governo Provisório, o Senador Sherman, o Senador Edmunds, outros mais de alta influência entre seus colegas, referiram-se em termos do máximo louvor ao imperante deposto e tiveram palavras de reserva, senão de pouco apreço, para com o novo regime.

A indiferença contudo cedo daria lugar à efusão, mas para isso seria preciso um concurso de circunstâncias: o conhecimento do crescente entusiasmo revelado no Brasil pelos Estados Unidos; o sincero apoio prestado na conferência pan-americana pela nossa delegação à delegação norte-americana; a co-participação no tratado geral de arbitramento; a boa vontade internacional expressa na confecção de um convênio de reciprocidade; finalmente o auxílio moral prestado aos intentos americanos nas diferentes fases da questão cubana e, malgrado a neutralidade declarada e oficial, a simpatia demonstrada durante o conflito, da qual o *Herald* dava a súmula no seu cabeçalho – *Brazil neutral but a firm friend*. A Inglaterra e o Brasil foram com efeito os únicos países que não puseram em injuriosa dúvida as alegações americanas de generosidade e espírito de humanidade.

Tampouco devemos esquecer os inteligentes esforços empregados durante esses anos subseqüentes à mudança de regime pelo representante brasileiro em Washington, Sr. Salvador de Mendonça, cujo superior talento, perfeito conhecimento da língua inglesa e das coisas americanas, longa convivência com os homens públicos deste país e tato consumado o tornavam singularmente apto para a missão que com tanto brilho e êxito desempenhou. Por nosso lado temos tido durante os últimos anos da nossa vida política indícios inequívocos da benevolência dos Estados Unidos.

As questões que não foram ventiladas neste século entre Brasil e Estados Unidos foram todas amigavelmente ajustadas, e nem podiam deixar de sê-las, porque não passaram de incidentes triviais na vida das nações, cuja regulação é a moeda corrente da diplomacia e apenas requer um pouco de sangue-frio e ausência de prevenção. Logo depois da Independência é que os ares mais se entroviscaram. “Mercê da condição de perturbação do governo, de uma deplorável ignorância dos mais comuns princípios comerciais ou de uma disposição cúpida e arbitraria da parte dos governantes, o comércio americano não gozou sequer da segurança ou não possuiu a vantagem dos mesmos canais regulares que usufruiu debaixo do sistema colonial (já se sabe, depois de abertos os portos ao comércio estrangeiro). De fato o teatro das maiores injúrias e das mais grosseiras violações dos direitos dos neutros tem sido a costa oriental do continente meridional desde que começou a guerra entre Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. O bloqueio de todos os portos destas províncias por uma esquadra brasileira foi notificado ao Sr. Raguét (encarregado de negócios dos Estados Unidos) pelo Visconde de Santo Amaro, ministro dos Negócios Estrangeiros, e foi origem de extrema inquietação e também irritação, produzindo alguma azeda correspondência.”* A pintura está decerto carregada, havendo exagero evidente do autor, contemporâneo e portanto narrador apaixonado dos acontecimentos de que se ocupa.

A liberdade do tráfico comercial foi sempre, eles o confessam, o ponto sensível dos homens de Estado americanos, e por causa dessa liberdade insistiram longamente os Estados Unidos pela abertura do Amazonas e tributários à navegação mercante estrangeira. O ato brasileiro de 1866 foi a confirmação da justiça das suas reclamações, pois que ninguém diz dele que foi arrancado pelas ameaças, mas antes ditado por uma sã apreciação dos deveres internacionais e de civilização. O Sr. Barão de Cotegipe declarou no Relatório de Estrangeiros de 1869 que o Governo Imperial sempre tivera em mente promulgar aquele ato, reservando-se apenas o direito de decidir da sua oportunidade.

No mesmo ano em que a Legação Americana no Rio de Janeiro insistia para que fosse concedida ao vapor *Water Witch*, em viagem cientí-

* Th. Lyman, *ob. cit.*

fica, permissão para livremente explorar com sua embarcação e examinar os diversos rios que afluem para o rio da Prata – permissão que o nosso Governo a princípio negou além do porto de Albuquerque, aberto o comércio estrangeiro no rio Paraguai, e finalmente outorgou –, reclamava a Legação da Grã-Bretanha em termos secos e descorteses, porque punham em dúvida o bom fundamento das pretensões brasileiras sobre a soberania de ambas as margens do rio Paraguai, a livre navegação pela sua bandeira das águas superiores do mesmo rio.* Com as reclamações americanas para a livre navegação do Amazonas eram também simultâneas mais fortes menos cortesias instâncias do governo da Grã-Bretanha por intermédio do seu Ministro Howard.**

Os interesses do comércio livre já então eram comuns às duas grandes nações saxônicas, com a diferença de que usavam de linguagem diplomática diversa. Os pedidos de uma, baseados nas considerações mercantis e de civilização, transformam-se com a outra em quase intimações exprimidadas com um ar de maldisfarçada proteção. O zelo por aqueles interesses do comércio, a par de motivos de humanidade, ditaram outrossim aos Estados Unidos durante a Guerra do Paraguai o oferecimento, feito por duas vezes, dos seus bons ofícios para terminação do conflito, declinando-o nosso Governo, posto que agradecendo-o, por julgar com razão que as operações militares não haviam sido por ele provocadas e que a vitória das armas brasileiras seria benéfica não só para o Paraguai como para os próprios Estados neutrais.

A Guerra da Separação americana deu nascimento a numerosos incidentes internacionais pelo modo diferente que tinham a União e os países estrangeiros de encarar politicamente a Confederação: a eles não escapou o Brasil. O nosso Governo, quaisquer que fossem suas simpatias, manteve entre Norte e Sul uma rigorosa neutralidade, e o modo como a defendeu diplomaticamente faz honra à serenidade, perspicácia e ciência jurídica dos nossos estadistas de então. A beligerância dos confederados fora reconhecida, porém a União e mais ainda seus agentes – porque tri-

* Relatório do Ministro de Estrangeiros Limpo de Abreu, 1854, Anexo E.

** Relatório do Ministro de Estrangeiros Visconde de Abaeté, 1855, Anexo F.

bunais americanos do Norte reconheceram depressa ao Sul a qualidade de beligerante – não deixavam de tomar como ofensa tudo quanto não fosse considerá-los como rebeldes e piratas. O ardor da luta fratricida estendera-se dos campos de batalha às conferências e comunicações diplomáticas.

A estada por exemplo do navio de guerra confederado *Sumter* no Maranhão, onde tomou carvão mas não recebeu as cortesias de que foi alvo a fragata da União *Powhatan*, que se lhe seguiu no porto, foi objeto de prolixas e irritadas notas do Ministro J. Watson Webb, com as quais contrastam vivamente as respostas corretas, firmes e lúcidas do Ministro dos Negócios Estrangeiros Conselheiro Magalhães Taques,* convindo observar que, malgrado sua exacerbação, o Ministro norte-americano manifesta na Nota de 21 de fevereiro o seu sincero pesar por haver ofendido o melindre do Governo Imperial. É uma correspondência essa que honra a nossa repartição e não devia ter contribuído pouco para a deferência especial que na América merecemos dos Estados Unidos, e que pouco depois tomou corpo na escolha do Imperador D. Pedro II para nomear um dos árbitros do Tribunal que devia decidir sobre as “reclamações Alabama”, um dos julgamentos internacionais mais famosos deste século.

Tendo havido posteriormente motivo para nova correspondência sobre o assunto pela aparição nos portos de Pernambuco e Bahia dos navios confederados *Alabama*, *Geórgia* e *Flórida*, o Governo Central julgou dever expedir a 23 de junho de 1863 outras instruções aos presidentes de províncias, “regulando definitivamente os casos em que se deve julgar violada a neutralidade e os meios de a fazer efetiva no Império.”** O bloqueio fluvial no tempo da Guerra do Paraguai igualmente foi origem de vários incidentes diplomáticos provocados pelo trânsito dos navios de guerra neutrais através das linhas do bloqueio e pela retirada e entrada dos ministros norte-americanos Washburn e MacMahon, incidentes que foram porém todos resolvidos satisfatoriamente, sem quebra de dignidade para o Brasil nem abuso de força pelos Estados Unidos. Há casos e sobretudo nações com que não se entende o dito do escritor argentino Alberdi,

* Relatório de 1862, Anexo nº I.

* Relatório do Ministro de Estrangeiros Marquês de Abrantes, 1863.

de que o direito sem a força é quase um perigo para uma nação, é como um diamante sem a riqueza que dá direito a usá-lo.

De reclamações de prejuízos e indenizações a particulares existem diversos exemplos na história das relações diplomáticas dos dois países, mas de idênticas reclamações por parte de outras nações estão pejados nossos relatórios de estrangeiros, e sua justiça nuns e outros casos nem sempre ficou líquida. É mister contudo recordar que a reclamação concernente à galera *Canadá*, naufragada na altura do Rio Grande do Norte e de que tratam extensamente os relatórios de 1869 e 1870, firmados pelo Sr. Barão de Cotegipe, foi decidida por arbitramento do Ministro inglês em Washington, Sr. Edward Thornton.

O Sr. Eduardo Prado faz da sua má vontade aos Estados Unidos um dos artigos da profissão de fé monárquica no Brasil. Discordando antecipadamente deste modo de ver, um dos maiores estadistas do Império, o Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai, ao dar na Nota de 22 de abril de 1851 ao ministro americano David Tod as razões por que o Governo brasileiro julgava desnecessária a celebração de um tratado proposto por esse diplomata para regular as relações mercantis e outras entre os dois países, referia-se à República como “a mais poderosa nação americana, da qual tem o Brasil recebido não equívocas provas de consideração e simpatia, e com a qual tem cultivado relações de subida importância para ambos os países.”* Outro eminente estadista, o Sr. Marquês de Abrantes, narrando no seu Relatório de 1863 um caso ocorrido em Aracaju com o navio americano *Palmeto* e em relação ao qual a Legação dos Estados Unidos deu como provada a intervenção indébita das autoridades locais, pelo que reclamava a punição delas e uma indenização, acrescenta depois de explicar que o Governo Imperial restabelecera a verdade dos fatos: “O representante dos Estados Unidos, reconhecendo à vista das explicações que lhe foram ministradas pelo ministério a meu cargo, a regularidade do procedimento das autoridades brasileiras, retirou imediatamente a sua reclamação, dando assim mais uma prova do seu espírito de justiça, e dos sentimentos benévolos do seu Governo para com o de S. M. o Imperador.”

* Relatório de 1851.

Abundam os incidentes diplomáticos justificando tais palavras. No ano de 1846 começou uma troca de notas entre o nosso Ministério de Estrangeiros, então a cargo do Barão de Cairu, e a Legação Americana, regida pelo Sr. H. A. Wise, sobre a prisão de um tenente da Marinha de Guerra americana por nome Davis, o qual atacara a patrulha de polícia para tirar-lhe os marinheiros do seu navio que haviam sido presos por estarem brigando com facas, e praticara outros desacatos contra as autoridades. Como de costume em semelhantes ocorrências, divergia a versão apresentada pelo comodoro, chefe da esquadra americana, da participação das autoridades brasileiras, e o Governo Imperial consentira em mandar entregar ao comodoro Rousseau o Tenente Davis, “certo de que lhe seria aplicado o castigo a que desse lugar o processo em andamento”, conservando todavia presos os marinheiros delinqüentes.

A legação americana julgou dever recusar esta solução, e a correspondência prosseguiu complicando-se com novos incidentes que tornaram o Ministro Wise *persona non grata* ao nosso Governo, não lhe sendo concedida audiência para entregar a carta do Presidente dos Estados Unidos felicitando o Imperador pelo nascimento da Princesa D. Isabel, nem dada resposta à nota de pêsames pelo falecimento do Príncipe Imperial, depois que aquele ministro deixou de comparecer *por acinte* ao batizado da Princesa. O Sr. Wise deu mais tarde todas as satisfações e protestou nunca ter tido em mente ser incivil, mas apenas mostrar seu ressentimento pela injúria *sofrida*. De nada valeu-lhe porém este arrependimento; falharam outros projetos de composição, e o Governo dos Estados Unidos acabou por aquiescer aos desejos do Governo Imperial, retirando o Sr. Wise da sua missão, tendo entretentes o Ministério de Estrangeiros desaprovado o ato do Ministro brasileiro em Washington de pôr cobro aos incidentes cuja resolução ficava pendente.

Parte desta correspondência foi publicada na *Revista Trimensal* do Instituto Histórico a pedido do Sr. Barão de Cairu, para limpar-se da acusação de fraco que por motivo dela lhe havia sido assacada. Com efeito a sua leitura demonstra a dignidade do nosso Ministério de Estrangeiros, mas também as disposições conciliadoras do Governo dos Estados Unidos para com o Brasil.

É verdade que o Sr. Eduardo Prado, levado pela cegueira partidária, desvirtua no seu livro de combate vários destes fatos tão pacífica e honrosamente resolvidos pela diplomacia, e chega a encontrar palavras de censura para a atitude, que ele aliás confessa ao mesmo tempo correta, do Governo americano no incidente do Ministro Webb, o qual recebeu e embolsou quantia superior ao montante de uma reclamação sem fundamento sério, a do brigade *Caroline* – dinheiro que o Tesouro de Washington restituiu religiosamente, tanto o excedente como o valor real da reclamação* –, e no caso do *Flórida*, em que o nosso Governo obteve, a própria expressão do Sr. Prado, todas as satisfações possíveis dos Estados Unidos.

Com efeito à chegada da primeira notícia de que o comandante do vapor de guerra federal *Wachusets*, violando a neutralidade das águas em que se achava, abordara de assalto no porto da Bahia, a horas mortas, e se apoderara do vapor confederado *Flórida*, o ministro americano procurou o nosso ministro de Estrangeiros para espontaneamente manifestar ao Governo Imperial todo o seu pesar por tão deplorável sucesso, e para assegurar-lhe que o da União, reprovando o procedimento do comandante do *Wachusets*, não hesitar em oferecer ao Governo brasileiro uma reparação condigna. Realmente, em nota de 26 de dezembro de 1864, declarou o Secretário de Estado Seward ao encarregado de negócios do Brasil em Washington:

Que o Governo da União desaprovava o procedimento do Comandante Collins, lamentando que se tivesse dado semelhante ocorrência;

Que, em conseqüência, esse oficial seria suspenso e submetido a um conselho de guerra;

* “Tenho a honra de comunicar-vos que o Presidente, depois de atento exame do caso, concluiu que em justiça o Brasil não é responsável pelos prejuízos... Em tais circunstâncias entende o Presidente que os Estados Unidos devem restituir ao Brasil a quantia assim recebida pelo ministro dos mesmos Estados no Rio, com os juros de 6% ao ano, que foi a taxa estabelecida entre os dois Governos no caso do *Canadá* (Nota de 26 de junho de 1874 do Secretário de Estado Hamilton Fish ao Ministro do Brasil em Washington, Sr. Carvalho Borges).

Que o Cônsul Wilson, sobre quem pesava grande responsabilidade por ter induzido o comandante do *Wachusetts* a efetuar a captura do *Flórida*, seria demitido;

Que a Bandeira brasileira receberia as honras convenientes; e que a guarnição do *Flórida* seria posta em liberdade, acrescentando que, tendo esse vapor ido a pique em consequência de um choque casual com um transporte de guerra, o governo dos Estados Unidos não se considerava responsável pela sua perda, a respeito da qual contudo mandara instaurar um inquérito.

O ministro de Estrangeiros comentava com as seguintes palavras este desfecho do incidente: “É sem dúvida para mim sobremaneira lisonjeiro comunicar-vos a solução satisfatória que teve uma questão tão desagradável em que se achavam comprometidas a soberania e a dignidade nacional.” A nímia correção do governo de Washington igualmente testemunhou-se na demissão do Almirante Stanton, bem presente na memória de todos, pois que deu-se o incidente que a motivou durante a revolta da Armada.

Não há coisa alguma que hoje divida o Brasil e os Estados Unidos. Os seus interesses podem não ser todos os mesmos, mas não os há que sejam opostos ou hostis. As duas nações dispensariam perfeitamente como entrada de boas relações a negociação de um convênio de arbitramento, como o que torna-se quase necessário celebrar para preceder o estabelecimento das relações cordiais da Inglaterra com a república oriunda do seu tronco. É infinitamente menos provável que entre o Brasil e os Estados Unidos surjam jamais verdadeiros conflitos. Na própria diferença das respectivas condições econômicas encontra-se uma das razões de tal situação. O Brasil é um país que procura consumidores para a sua produção natural e agrícola; os Estados Unidos um país que procura sobretudo colocar o excesso da sua produção industrial. A maior parte do nosso café e da nossa borracha, um pouco do nosso açúcar, um nada do nosso tabaco para aqui vêm: para lá buscam eles mandar em maior escala o que nos fornecem os países manufatureiros europeus, a Inglaterra, a França, a Alemanha, e com que não podem competir nossas poucas indústrias.

Num relatório que ficou célebre, escreveu em 1897 o atual Ministro da Fazenda do Brasil, Dr. Murinho, que é um sonho cogitar agora de um

Brasil industrial. Há coisas que sem artifícios podemos e devemos produzir, mas pretender um imediato e completo desenvolvimento fabril é manifesta loucura. E se temos de importar, o que aliás acontece aos países de mais acabada expansão industrial, é natural fazê-lo de onde encontramos os melhores produtos, por preços mais vantajosos, e onde nos compram em maior quantidade e com menos embaraços os nossos produtos. Ora é bem sabido que os Estados Unidos são os fregueses por excelência do nosso café, e que mesmo a importação deste gênero que faz subir a importação norte-americana de produtos sul-americanos a pouco menos de um quarto da exportação total do continente meridional. Os Estados Unidos compram à América do Sul mais de 100 milhões de dólares (somente de café 70 milhões, dos quais 60 em 1894-95 e 55 em 1895-96 de café brasileiro) e para lá exportam pouco mais de $32^{1/2}$ milhões, ao passo que a Inglaterra exporta mais de 97 milhões contra $83^{1/2}$ que importa, e a Itália vende mais de $9^{1/2}$ milhões contra $5^{1/2}$ que compra.* As outras nações européias são também desfavorecidas na balança, mas nenhuma na proporção dos Estados Unidos. Apenas a Inglaterra e a Alemanha vendem à América do Norte mais do que o Brasil, o qual tem chegado até a ocupar segundo lugar na tabela, representando cerca de um décimo nas importações americanas, contra menos de um quinquagésimo das suas exportações. E note-se, como comentário geral, que desde 1890, as exportações sul-americanas para os Estados Unidos e para o Reino Unido têm subido, e decrescido as importações de produtos destes países, um quarto no que diz respeito a produtos ingleses, um sexto no tocante a produtos americanos.

Sob o regimento de reciprocidade estabelecido pelo convênio de 1890, a exportação de farinha de trigo americana para o Brasil aumentou, é fato, de 705.000 barricas em média para 892.000, mas sob idêntico regime a exportação de farinha americana para a Alemanha subiu de 8.864 barricas em 1891 para 200.719 em 1893 e 286.229 em 1894, e para Cuba subiu de 114.000 barricas em 1891 a 662.000 em 1894.**

Sendo perfeitamente justo e razoável que uma nação busque expandir o seu tráfico internacional, deve-se, entretanto reconhecer que os

* Cálculos e tabela referentes ao ano de 1894 no artigo de Theodore C. Search, "Our Trade with South American" na *North American Review* de dezembro de 1896.

** Theodore Search, art. cit.

Estados Unidos não têm até aqui abusado por meio de retaliações da sua excelente posição de compradores poderosos, não constituindo nós, aliás, o país que oferece maiores facilidades à inundação dos seus produtos e aparecendo em outros mais prontas e consideráveis as vantagens do comércio norte-americano. Por ocasião de denunciar em 1894 o convênio de reciprocidade de 1891, celebrado para obviar à cláusula da retaliação obrigatória da lei McKinley e que tão eficazmente protegeu o nosso açúcar – único produto de exportação de uma zona cuja influência política baixou tanto que já não logram fazer-se ouvir com êxito as reclamações dos seus filhos –, o Secretário de Estado Gresham dizia na sua nota à legação brasileira que, em virtude de tal convênio e durante os três anos e oito meses da sua vigência, a exportação do Brasil para a União crescera em 18 milhões de dólares e a exportação da União para o Brasil crescera apenas de 1.400.000 dólares.*

Na permuta de gêneros e artigos que não se fazem concorrência, isto é, na boa inteligência comercial, para a qual existe margem, reside a base da inteligência política, que também recebe forte estímulo da simpatia instintiva, tradicional, já enraizada que as duas nações sentem uma pela outra. O idealismo e o senso prático do povo americano dali derivam pois ambos incitamento. A simpatia não deve ser, todavia, meramente instintiva, deve basear-se numa mútua compreensão redundando numa estima mútua. É por isso que devem ser bem escolhidos quaisquer esforços para tornar um povo bem conhecido do outro, para fazer apreciar por umas qualidades do outro, para que, ao darem-se as mãos, um saiba o que o outro vale. *À ilusão americana é conveniente contrapor a realidade americana.*

A boa amizade, a união, não significa subalternação, embora uma das nações seja muito mais populosa, muito mais rica, muito mais forte que a outra. Não somos uma *quantité négligeable*. Somos a primeira potência da América do Sul pelas dimensões do nosso território e número dos seus habitantes, pela glória da nossa história, pelo brilho das nossas

* Salvador de Mendonça, “Ajuste de Contas”, art. VIII (*Jornal do Comércio*, de 13 de dezembro de 1898), em que vêm publicados outros dados relativos à exportação do nosso açúcar para os Estados Unidos, extraídos da publicação oficial do Tesouro de Washington. Essa exportação triplicou então, sendo de 80.000 toneladas em 1890 e 240.000 em 1894.

letras, pela importância do nosso comércio, pelas reservas da nossa riqueza. Aos Estados Unidos convém a nossa simpatia, que já lhes tem sido útil e sem a qual eles correriam muito o risco de isolamento no continente meridional. A nós convém-nos não menos a simpatia da grande república, cujo proceder tem sempre sido tão liso e correto para conosco. A época é pouco para isolamentos. O triste fado da Espanha é próprio para inspirar meditações e destruir ilusões. A Inglaterra mesmo sentia necessidade de cultivar, de zelar as suas boas relações com os Estados Unidos, e estes se deram bem com terem um amigo no concerto de malquerença, já desmanchado pelo sucesso da vitória, que o conflito espanhol e a expansão colonial americana provocaram na Europa.

O isolamento hoje em dia significa a morte. A contenda pelas terras férteis, pelos mercados remuneradores é desapiedada, e o que faremos sem amigos, nós que em nosso seio temos uma massa de estrangeiros ainda não assimilados, de elementos estranhos que chegam a repelir nossa absorção? Nos Estados Unidos acabamos de ver, por ocasião dos atritos ocorridos na Bahia de Manilha e em Samoa entre alemães e norte-americanos, estarem os imigrantes teutônicos todos ao lado do país que habitam e cuja nacionalidade adotaram, prestando-lhe seu apoio moral, e material se preciso fosse. Entre nós, pelo contrário, não escasseiam estrangeiros que em nada contribuem para o adiantamento brasileiro, até exigindo o desassossego em meio de vida. O Brasil de resto está tirando a grande maioria da sua imigração dos países mais ignorantes e atrasados da Europa. No ano financeiro de 1895-96 a proporção dos analfabetos acima de 14 anos na imigração nos Estados Unidos foi de 28,63 por cento, sendo a dos portugueses de 77,69 por cento e a dos italianos de 54,59 por cento, quando a dos alemães foi apenas de 2,96 e a dos suecos de 1,16! Outros estrangeiros contamos, também em número avultado, que não escondem sua pouca simpatia pela mudança de regime político que teve lugar há dez anos.

Com relação a estes convém ter presente que a ameaça de substituição de governos republicanos por monárquicos foi a causa; a determinante da doutrina de Monroe, que não é uma lei obrigatória, mas que não poderia faltar à sua primeira razão de ser sem deixar de justificar sua existência. A doutrina de Monroe, porém, deve ter a sua responsabilidade distribuída por todas as repúblicas americanas, conforme é devido ao seu

caráter soberano, na forma do desejo expresso pelo Sr. Salvador de Mendonça no primoroso discurso com que entregou ao Presidente McKinley sua carta revocatória, discurso que tão grande êxito teve neste país e que era uma resposta indireta ao célebre *fiat* do Secretário de Estado Olney. Não que os Estados Unidos tenham tenção formada de anexar as demais nações do continente. Destas, aliás, depende principalmente o não se tornarem suas vítimas, nem mesmo suas humildes satélites, mas ao prurido de soberania é mister que aliem o espírito de trabalho, de paz interna e de tolerância. Vale mais do que imaginar quimeras pavorosas, tratar da prosperidade nacional. Preferível a nutrir receios infundados é cogitar dos meios de engrandecer a pátria, desonerando-lhe as finanças, sustentando-lhe o crédito, explorando-lhe as fontes de riqueza. É verdade o que muitos aventam que um país com uma extensa costa como o nosso encerra em si uma condição de fraqueza, está à mercê de desacatos: isto, entretanto, apenas acontecerá se não tiver à sua disposição os meios de defesa, que só podem fornecer-lhe o espírito patriótico dos seus filhos e, sobretudo os abundantes recursos financeiros.

As anexações espreitam sempre os países fracos, gastos e corrompidos como a Polônia, a Turquia e a China: não se afoitam a ameaçar os países ordeiros, laboriosos e progressivos. A desagregação só dá-se nos organismos sociais decrépitos ou incapazes de prosperar, nunca nos organismos sadios e florescentes. Proclamar receios de absorção é dar testemunho da própria impotência para os conflitos da civilização. Quando o Brasil atingiu durante o Império o zênite do seu acanhado desenvolvimento monárquico, isto é, quando a pacificação tornou-se consistente, a riqueza entrou a criar-se e a inteligência a revelar-se amplamente, os outros povos do continente meridional emprestaram-lhe logo desígnios de mando, veleidades de absorção: é a eterna condição das nações fortes fazerem-se conquistadoras. O nosso inteligente inimigo Alberdi escreveu com verdade que as fronteiras de um país são como os tecidos do corpo humano: distendem-se ou contraem-se de acordo com a robustez ou fraqueza do organismo, e por isso o mais seguro meio de fortalecê-las, é fortalecer internamente o país.

De acordo com a expressão recente de um escritor venezuelano, Sr. Cesar Zúmeta, o homem enfermo de Constantinopla e o homem enfermo de Pequim não oferecem a gravidade do continente enfermo da Améri-

ca do Sul. De fato em uma pequena obra publicada no ano findo assevera um escritor inglês* que, dadas a total ocupação das regiões temperadas e a constante expansão do industrialismo, é impossível para a raça anglo-saxônica conservar-se fora dos trópicos, cuja riqueza natural é imensa, cujas matérias-primas são necessárias às suas manufaturas e indispensáveis ao seu consumo os artigos peculiares, e cujo tráfico já representa atualmente uma parcela avultada do seu comércio geral.

Segundo as estatísticas americanas**, as importações nos Estados Unidos das classes de artigos produzidos nas terras que por efeito da guerra espanhola caíram sob a alçada da república, têm regulado anualmente nos últimos tempos 250 milhões de dólares, dos quais 100 milhões de café, outros 100 de açúcar e 50 de fumo, frutos, cânhamo, etc. Dia virá, acrescenta a referida publicação oficial, em que as ilhas de Cuba, Porto Rico, Havaí e Filipinas fornecerão toda essa exportação, tanto mais quanto a não gravarão direitos de saída e ficará em condições mais vantajosas de concorrer com as de outros países. As possessões representam também para os produtos norte-americanos um mercado presente de 110 milhões (figurando Porto Rico com 16, as Filipinas com 22, Havaí com 7 e Cuba com 65), sendo porém suscetível de aumentar consideravelmente no futuro pela criação de novas necessidades entre as populações locais, simultânea com o desenvolvimento da civilização.

A civilização nos trópicos há, contudo, que ser continuamente imposta, dirigida ou fiscalizada pela raça européia: uma vez abandonada a si própria, mesmo quando exercida pela raça branca, à distância, porém do seu tronco, tende a abismar-se na degradação ambiente, como o provam até as colônias britânicas das Antilhas, e o demonstram exuberantemente quase todas as nações latinas do continente. O homem branco não pode exercer nos trópicos sua plena atividade, e depois da abolição da escravidão deixou de poder apoiá-la sobre as massas escravas. Também não seria justo governar essas regiões consoantes a velha idéia de *plantação*, que ainda predomina, sob a forma de protecionismo colonial, entre as nações do

* Benjamin Kidd, *The Control of the Tropics*.

** *The Foreign Commerce and Navigation of the United States*, 1899.

continente europeu, mas da qual tende a emancipar-se toda a raça anglo-saxônica no seu respeito ingênito ao *self government*.

A civilização demanda, todavia que a porção mais apetecível do globo não permaneça fechada a novos progressos ou mesmo deslizando para o retrocesso. Vejamos a opinião que aquele escritor inglês forma do Brasil: “O Brasil oferece-nos um espetáculo desolador. Este país abrange um território consideravelmente maior que o dos Estados Unidos e constitui a região mais ricamente brindada pela natureza que existe sobre a superfície da Terra – região possuindo capacidades de produção provavelmente superiores a quantas hão sido imaginadas. Atualmente dizem que sustenta uma população de uns 15 milhões de habitantes, dos quais apenas uma minoria relativamente diminuta é de descendência européia e acha-se concentrada principalmente nos portos marítimos. Os imensos territórios do interior encontram-se pela maior parte inexplorados, quase fora do alcance da civilização, habitados em grande maioria por aborígenes, negros importados e mestiços. Durante uma parte considerável do século XIX temos assistido ao desenvolvimento naquele país de uma das mais forçadas e infelizes experiências do nosso tempo, em quase todos os seus meios – o esforço para povoar o Brasil com imigrantes de raça européia. Numerosos alemães, austríacos, italianos, suíços, irlandeses e outros imigrantes; necessariamente saídos das classes mais destituídas e mais desamparadas, têm sido induzidos a deixar seus lares para fixarem-se num país tropical nas mais estranhas e mais insalubres condições físicas e morais, como se esse país fosse simplesmente uma região como os Estados Unidos.”

A injustiça que nos é feita é flagrante, ao ponto de dispensar contestação. Não se pode por certo comparar as vantagens, ou melhor, as possibilidades oferecidas pelos dois países, mas daí até tachar a colonização européia no Brasil de absoluto malogro, a distância é grande: os fatos respondem por si. O autor ajunta em forma de comentário geral:

“Tem-se generalizado entre nós o hábito de considerar esses países [tropicais] como habitados pelas raças européias e como devendo ser incluídos na nossa civilização ocidental – hábito sem dúvida alguma devido à tendência para julgá-los como colônias de potências européias, tornadas independentes da mesma forma que os Estados Unidos. De fato existe fraca justificação para semelhante opinião. Nas repúblicas cobrindo

o território em questão, isto é, na América Central e América do Sul tropical, muito mais de três quartos do total da população são descendentes dos indígenas, ou negros, ou mestiços. A população branca pura parece não poder manter-se por mais tempo do que um número limitado de gerações, sem aliar-se com elementos de fora. Representa um elemento gradualmente decrescente e que tende a misturar-se cada vez mais com o elemento de cor. Tanto por motivos climatéricos como por obediência à já mencionada lei geral de população, pela qual as camadas superiores da sociedade (às quais pertence quase toda a população branca) não podem manter-se isoladas por um período considerável, nós devemos verossimilmente prever o tempo em que esses territórios serão quase exclusivamente povoados pelas raças negra e índia.”

Cairão assim quase todos os nossos países latino-americanos, se os não salvarem a sã imigração européia, com todas as conseqüências morais que comporta, e a prática das virtudes que explicam o poderio da raça saxônica, dentro da categoria geral das terras tropicais habitadas pelas raças inferiores, e para as quais está-se tornando preciso aviar a receita humanitária da dominação do povo mais apto para a colonização e o progresso. Do sucesso da imigração e da nossa própria previdência e siso depende o podermos lutar contra as circunstâncias antagônicas e fazer vingar a supremacia da nossa tradição histórica que, na verdade, é composta muito mais de adiantamento intelectual e social que de atraso, como pretende o mencionado escritor, mas que por certo não possui presentemente nem a extensão nem a rijeza precisa para poder sofrer incólume o embate das de outras nações representativas da civilização, chamadas, no seu dizer contra vontade, a pôr ordem e fomentar riqueza na casa alheia no interesse de todos. “Tornar-se-á provavelmente evidente, e isto num tempo não distante, que a última coisa que a nossa civilização está disposta a tolerar permanentemente é o desperdício dos recursos das regiões mais ricas da terra por falta das qualidades elementares de eficiência social por parte das raças que as detêm. O direito destas raças a conservarem sua posse será reconhecido, porém, não entrará nas condições futuras de tal reconhecimento que lhes será permitido impedir a utilização das imensas riquezas naturais que lhes estão a cargo.”

O exame, o estudo dos Estados Unidos como comunidade laboriosa, ordeira e progressiva, ser-nos-á mais proveitoso ainda do que sua amizade para habilitar-nos a realizar por nós mesmos aquela evolução, para a qual nos negam competência, e cumprir nosso destino, que é árduo pela imensidade da perspectiva, mas poderá ser por isso tanto mais glorioso. Nem obedeco, é de ver, a outro intuito apontando suas qualidades e verberando nossas faltas.

.....

Capítulo XI

POLÍTICA COLONIAL

O

MUNDO inteiro já está convencido de que os Estados Unidos vão tornar-se uma grande potencia colonial, e os recentes acontecimentos apenas confirmaram a observação histórica longamente esplanada pelo Professor Seeley na sua clássica obra – *Desenvolvimento da Política Britânica* –, a saber, que desde o reinado de Isabel e passando pelo protetorado de Cromwell, o poderio naval e colonial da gente anglo-saxônica tem sido principalmente levantado às custas e depois de guerras com a Espanha. A civilização inglesa é assim a herdeira da civilização ibérica, retendo muitas das qualidades que a distinguiam e acrescentando outras que lhe faltavam. Porto Rico e o arquipélago das Filipinas foram anexados como o foram as ilhas Havaí, pacificamente esta nação soberana, como despojos de guerra aquelas possessões. Cuba acabará igualmente por ser anexada, quando a maioria dos cubanos tiverem amplamente revelado sua incapacidade para a manutenção de um governo autônomo e digno, ou antes, quando a administração de Washington julgar chegado o momento oportuno de colher o melhor fruto da curta campanha em que os descendentes de Sir Francis Drake deram um novo lustre às glórias de Gravelines, destroçando em dois continentes, com perda de um só marinheiro americano, as armadas que já não arvoravam o epíteto de invencíveis, mas encerravam o orgulho e as esperanças da Espanha.

O futuro das Filipinas passou da discussão entre os plenipotenciários dos governos dos dois países, o vencedor e o vencido, para a exclusiva consideração do Executivo e Legislativo americanos. Não se sabe exatamente qual vai ser o porvir político desse arquipélago, mas o sangue que ali está sendo derramado é a mais segura garantia de que o pavilhão norte-americano nunca mais será arreado dos bastiões onde a poucos meses tremulava velha bandeira que, com Fernão de Magalhães, foi a primeira a dar a volta ao mundo. Não é com certeza uma terra ensopada pelo sangue de seus filhos que os Estados Unidos desertarão, mesmo quando não tivesse existido antes uma forte corrente popular em favor da sua ocupação permanente, movidos uns pelo interesse comercial; outros pelo orgulho patriótico, julgando a posse uma afirmação necessária da esplêndida vitória do almirante Dewey; levados ainda outros pelo sentimento superior da obrigação moral de civilizar os naturais, deixados pela Espanha na ignorância e no atraso da dominação fradesca, ou mesmo pela hipocrisia, de que tanto culpam a raça saxônia, da responsabilidade assumida perante o mundo com tal promessa feita antes da guerra em referência aos súditos transoceânicos da monarquia européia.

O Presidente McKinley parece não haver-se decidido de chofre nesta questão e ter-se gradualmente deixado persuadir da conveniência da anexação. Falara-se de começo em uma estação naval e depósito de carvão com uma faixa de território adjacente, numa espécie de feitoria como os portugueses primeiro fundaram na Índia. Depois na retenção de toda a ilha de Luzon, a mais importante do grupo e onde fica situada Manilha, em cujas águas fundearam numa nuvem de fumo os navios do almirante Dewey, e em cujas praias acamparam animosos e açodados os soldados do general Merritt. Com o arquipélago de Havaí, a ilha de Guam, uma do arquipélago dos Ladrões também cedida pela Espanha, e a de Luzon, teriam os Estados Unidos formado através o Oceano Pacífico até o Extremo Oriente, objeto das mais ardentes cobiças européias na atualidade, uma cadeia parecida com a que a Inglaterra possui no Mediterrâneo e mar Vermelho, caminho da Índia, com Gibraltar, Malta e Aden.

Haveria este sido o mais modesto resultado da conferência de Paris no caso de terem prevalecido na Casa Branca e, sobretudo, no Senado (que mais do que aquela imprime o cunho à política externa os Esta-

dos Unidos), depois de atentamente auscultado o sentimento público, os apelos à tradição nacional, à honra e ao bom senso do povo americano, que foram formulados, particularmente na imprensa de Boston, a cidade literária, e em parte dos arraiais do partido democrata, para manter o país fora da esfera da exagerada expansão territorial. Os partidários desta expansão queriam, porém, acabar de vez com o domínio colonial espanhol, absorvendo todas as Filipinas, todas as Marianas (ou ilhas dos Ladrões) e até as Carolinas, que com tão soberbo arreganho o espanhol disputou não há muitos anos ao germano e agora lhe cedeu.

“Se os Estados Unidos”, escrevia uma folha democrática de Kansas City, o *Times*, “são o guia do mundo na obra do levantamento do nível da civilização, não deveriam ensinar que a constante centralização de poder político no país e a aquisição de território estrangeiro pela força das armas conduzem à disseminação e acréscimo da liberdade humana.” O espírito imperialista caminhara, no entanto, com uma velocidade de vendaval e com ele sempre esteve de preferência em todos os tempos o favor popular. Por haver-se oposto à anexação do Texas, Henry Clay, o mais ilustre estadista americano do seu tempo, foi arredado da Presidência pelo voto dos seus concidadãos. Por contra, mesmo nos Estados Unidos, os generais vitoriosos galgaram sem estorvos a suprema magistratura: assim Taylor depois da campanha do México, Grant após a guerra civil, porventura Dewey depois de McKinley, se o ilustre marinheiro não se esquivasse tão decididamente à honra que o general Miles tanto mostra ambicionar.

Se o Havaí, Porto Rico e Cuba, protegida ou anexada, houvesse-se juntado somente Luzon, teria sido mais que tudo porque a ocupação permanente de todo o arquipélago das Filipinas oferece desvantagens de um carácter mais positivo que aquelas considerações sociológicas. Tal ocupação agrava as circunstâncias que exigem nas Antilhas o estacionamento de um exército superior a todo o pé de paz nos Estados Unidos; acarreta lutas cruentas com os numerosos mestiços e indígenas, e provocará possivelmente complicações com potências da Europa, interessadas na partilha da Ásia e ciosas de uma tão rápida e completa conquista como a efetuada pela república anglo-saxônica, além de envolver um gasto enorme, de uns 100 milhões de dólares pelo menos enquanto durarem as hostilidades, e de uns 20 milhões em plena paz, despesa em absoluta desproporção, segundo

dizem os adversários da anexação, com os proventos, quer diretos, por taxação, quer indiretos, por tráfico, a retirar da posse de mais essa colônia.

Nem sequer se justifica a ocupação das Filipinas por poderosas razões militares, como acontece com a de Havaí, ilhas como já disse essenciais à defesa da costa americana do Pacífico, e também à livre comunicação dos Estados com o enorme Território de Alasca, separado pelas grandes extensões do Canadá. Sem o Havaí, escreve o comodoro Melville, um forte inimigo não logrará atravessar o Pacífico e chegar ao litoral americano, por falta de um ponto onde abastecer-se de carvão e provisões, tendo demais que contar com a perspectiva de um regresso forçado. O Pacífico que o hábil Secretário de Estado Seward, quando negociou a compra de Alasca, dizia dever ser o teatro dos grandes acontecimentos e do grande intercuro comercial do futuro é um mar tão amplo como relativamente desguarnecido de regiões, não flutuando outra terra nessa extensão de 2.100 milhas que separam o continente americano do arquipélago de Havaí, primeira linha, portanto, da defesa nacional naquele oceano.

Era contudo difícil fazer escutar conselhos de moderação, mais do que isto, de abnegação, após o período de excitação que uma guerra sempre produz nos povos de natureza mesmo a mais fleugmática. O juiz Day, chefe da comissão americana que foi a Paris negociar com os comissários espanhóis as condições definitivas da paz, é conhecido por ser um homem de muito poucas palavras, mas as que por acaso pronuncia não são de esquecer-se facilmente. Conta-se que a algumas observações mais patéticas do Sr. Montero Rios sobre a impropriedade de inserir-se no tratado não sei mais que artigo, o ex-Secretário de Estado respondera fria, seca e terminantemente, como Bismarck responderia a Julio Favre: “Um tratado de paz pode encerrar tudo quanto apraz ao vencedor.” E assim aconteceu. Os Estados Unidos não só despojaram a Espanha de quase todas suas colônias como repudiaram qualquer assunção das dívidas cubana e filipina, e apenas, com ares de suma generosidade, concederam 20 milhões de dólares de indenização pelas obras públicas realizadas pelos espanhóis nas Filipinas, terras que não haviam ainda conquistado e cuja posse só entrou a custar vidas americanas depois que ali cessou a soberania espanhola.

O tratado de paz foi recebido nos Estados Unidos com geral satisfação pelo fato de pôr decidido cobro ao conflito, mas sem vivo entusias-

mo, que já tivera tempo de esfriar. O custo da vitória não fora proporcionado aos despojos opimos que oferecia, e entre o povo americano, sensível como todos à glória militar, existe uma clara percepção deste fato e, apesar do seu feitio prático, um como acanhamento de haver obtido tanto tão barato. O Presidente McKinley, que regressara da sua excursão ao Oeste no outono de 1898 mais imperialista ainda do que partira e que, como é natural, em todas as suas deliberações de estadista deixa-se influenciar pela preocupação da reeleição, tomou o piso à opinião e bem verificou o decréscimo do ardor nacional. Demais, uma fração, se bem que numericamente a menos importante do seu partido, associara-se com o grosso do partido democrata nos clamores antiexpansionistas, mas *alea jacta erat!* a decisão estava tomada, era demasiado tarde para recuar.

De encontro à administração imperialista, firme como uma rocha, veio esfrangalhar-se a onda dos defensores da abstenção colonial, que não tinha a avolumá-la a massa dos cidadãos, os quais teoricamente hesitam ainda na maior parte entre o desejo bem humano de conservar tudo quanto a guerra trouxe ao país, não importa se com muito ou pouco esforço, e a docilidade aos conselhos dos que se pavoneiam de sensatos e previdentes patriotas. Fora e dentro do Congresso a discussão do tratado, se bem que calma, foi animada, renhida, exaustiva, os argumentos esgotaram-se em ambos os campos e a sorte do documento esteve indecisa no Senado até o momento mesmo da votação, quando foi adotado pelo voto de dois membros duvidosos, sob promessa feita a um deles, o Sr. McEnery, senador democrata da Louisiana, de que o tratado teria como complemento – o que veio a acontecer – a resolução por ele apresentada. Tal resolução, que foi, todavia, julgada geralmente mais do que anódina, uma burla, estatua a relutância dos Estados Unidos a fazerem das Filipinas parte integrante do seu domínio político, e a intenção de assegurar-lhes no momento oportuno um governo próprio e autônomo.

O debate no Senado prolongou-se por algumas semanas e assumiu por vezes grande elevação, conservando sempre particular importância. A defesa da política da administração denunciou fraqueza porque se resumiu sobretudo na impossibilidade de ser outra. Os azares da guerra dotaram o país com a possessão de Porto Rico, desejável e até indispensável, no caso mais que provável de construir-se afinal o canal de Nicarágua,

para o imediato interesse senão predomínio dos Estados Unidos no mar das Antilhas, e também com a possessão muito menos desejável e muito mais dispensável das Filipinas. Como, porém renunciar à sua posse?

Retroceder as ilhas à Espanha, seria faltar aos princípios de humanidade em nome dos quais foi intentada a guerra, permitindo a continuação de um estado social desonroso para a civilização e de há longo tempo denunciado por viajantes o publicistas imparciais. Entregar por completo o governo aos naturais, seria erro consumado: no todo não passam por enquanto de hordas semibárbaras, que o catolicismo espanhol mal continha pela superstição e pelo terror e que, entregues a si, recairiam na mais completa barbárie. Nem mesmo poderiam sustentar sua independência contra as cobiças das potências coloniais que rondam pelo mundo à espreita das presas menos difíceis. A Alemanha especialmente não faz mistério da sua formidável ambição, que por ser a última despertada encontra menos pasto para satisfazê-la. Ceder o arquipélago a qualquer uma das nações européias seria levantar protestos, suscitar hostilidades, quase certamente provocar a luta medonha que todos temem de atear.

O único recurso, recurso há um tempo prático e filantrópico, é, pois guardar o “elefante branco” com que a audácia de Dewey presenteou à União arquipélago que soma 114.000 milhas quadradas e que no dizer de um viajante ofusca qualquer outro em riqueza de minerais, solo, florestas e pescarias, ficando junto dele a perder de vista em formosura de vegetação e encanto de paisagem as Cícladas gregas ou o Mediterrâneo japonês. Lenhos preciosos, fibras, gomas, óleos, frutos deliciosos, guta-percha, açúcar, café, algodão, cânhamo, arroz, fumo, milho, feijão, batatas, mandioca, sagu, cacau, anil, cauda, noz-moscada, de tudo produz em abundância e relativamente com pouco trabalho essa terra feracíssima, de formação vulcânica, fertilizada pelos detritos vegetais e umedecida pelas chuvas; sem falar no carvão, petróleo, chumbo, cobre, ferro, mármore, prata, platina, ouro: naquelas paragens até o mar fornece as mais lindas pérolas.

Para dominar região tão portentosa é mister todavia avassalar os naturais, e muitos opinam com o professor John Fiske que nada há de mais perigoso para um povo livre do que tentar governar despoticamente um povo vassalo, porque o mau governo infalivelmente asfixia o bom governo. Poderiam os outros responder-lhes que é questionável se o domínio de

povos longínquos logrará jamais desnaturar uma Democracia que se baseia como a americana na raça e nas tradições, que é por assim dizer fundamental. O exemplo da Inglaterra seria fortíssimo em abono desta asserção, e o de Roma contraproducente, visto nunca ter passado esta República de uma aristocracia cujos excessos eram corrigidos pelos desmandos de uma plebe corrupta, que ameaçava galgar o poder sem elevar a própria moral e que somente o cristianismo veio depurar.

A tarefa da discussão era na verdade cem vezes mais fácil para os adversários do tratado. Em primeiro lugar a expansão colonial acha-se virtualmente vedada pela Constituição desde o momento em que esta só reconhece cidadãos e não vassalos, e errôneo seria admitir ao pleno gozo dos direitos políticos americanos populações semi-selvagens ou de civilização inferior – negros e mestiços de Porto Rico, canacas, chins e japoneses do Havaí, especialmente os oito milhões de filipinos, abrangendo debaixo desta denominação a extraordinária mistura de povos e raças, malaios, chins, japoneses, aborígenes, de línguas e religiões diferentes, que se encontra nas muitas subdivisões do arquipélago asiático. Basta recordar que os dialetos ali usados são em número de oitenta e que as religiões percorrem toda a escala, desde o maometanismo até o paganismo rudimentar.

Uma vez reconhecidos como cidadãos todos aqueles indivíduos de origens ínfimas e cruzamentos bastardos, força seria abolir as leis de trabalho e imigração atualmente existentes, e as sórdidas atividades dos mongóis, malaios e guinés destruiria implacavelmente a organização do trabalho americano. E como não reconhecê-los sem mentir à Declaração da Independência, que proclamam iguais todos os homens; e a Constituição, que os declara todos livres e com direitos políticos, mas que foi elaborada para os Estados Unidos da América e não da América e da Ásia, segundo aponta o protesto firmado entre outros pelo ex-Presidente Grover Cleveland?

Assim falavam os antagonistas do tratado. Não há, contudo, publicista nacional ou estrangeiro que não admita quanto é elástica a Constituição americana, a quanto, bem diverso do primitivamente ideado, ela se há adaptado; já vimos neste livro mesmo como ao projeto inicial de “freios e contrapesos” se substituíram a tendência presidencial para a ditadura plebiscitária e a ambição congressional para a onipotência política. A ação do

Congresso interferindo por vezes em detalhes mínimos da administração não raro embaraça a ação do Executivo, e o resultado destas inclinações opostas se não é, como me assegurava um advogado que muito honra o fórum americano, o possuírem os Estados Unidos a par do melhor povo o pior governo da Terra, torna-se na verdade freqüentemente incongruente.

Na organização administrativa americana dão-se verdadeiras anomalias. Por ocasião da recente campanha foram públicas e tiveram até grande repercussão as desinteligências entre o secretário da Guerra e o general comandante-em-chefe do Exército. Os titulares dos cargos não se gostavam, mas também o último cargo, delegação de uma atribuição presidencial, não se acha definido na lei com precisão: basta dizer que o seu titular quase sempre dá ordens, porém praticamente as recebe noutros casos de um seu inferior, o ajudante-general do Exército, que é o braço direito e funcionário adjunto ao secretário da Guerra. No Departamento de Estado passa-se coisa mais singular. De princípio fora determinado que e *chief clerk* ou oficial maior substituiria o secretário nos seus impedimentos e exerceria certas funções que foram, todavia, tacitamente usurpadas pelos subsecretários posteriormente criados, sem que lei alguma prescrevesse essa mudança de atribuições. Estes fatos provam que as leis e regulamentos americanos são em certo sentido muito maleáveis, e sabemos não o ser menos a Constituição Federal.

Os mesmos argumentos constitucionais agora apresentados já foram usados contra as anexações da Louisiana, Flórida, Texas, etc., que a lei orgânica não previa nem sancionava expressamente, contudo ninguém mais as discute. É verdade que atualmente não se trata mais de territórios contíguos, cuja absorção era recomendada por considerações de defesa nacional. O caso muda assim de figura.

Além disso aquelas regiões, ninguém as disputava pelas armas a não ser uma população indígena dispersa, em completa desproporção com a grandeza do território, e já muito enfraquecida pelo contato e encontros seculares com os ocupadores de proveniência européia.

Nas Filipinas pelo contrário formigam as tribos selvagens conduzidas por cabecilhas educados cuja compostura na assembléia parlamentar de Malolos impressionou alguns espectadores americanos e que, apesar da valente ofensiva tomada pelo General Otis, saberão bem dirigir uma

mortífera campanha defensiva de guerrilhas, na qual os ajudarão as doenças peculiares à zona tropical e ao continente asiático, achando para desenvolverem-se o terreno mais favorável entre os soldados enervados pelo clima e abatidos pela fadiga dos constantes alertas e escaramuças. Tantos e tão dolorosos sacrifícios pela posse de um arquipélago cujo valor econômico será nulo enquanto na terra não existirem estradas, vias férreas e a segurança indispensável aos que se propõem desbravá-la, crescendo que os cálculos de riquezas inestimáveis não passam de suposições que se não baseiam em explorações!

Campo para colonização não existe: abundam os braços para o trabalho, e os empregos civis não serão muitos onde a administração tem de, por longo tempo, senão para sempre, ficar militar. As facilidades para profissões liberais e empresas industriais são incomparavelmente menores do que as oferecidas nos Estados Unidos. As colônias são, porém, outros tantos mercados para os produtos da indústria nacional, dizem os amigos da anexação; ao que replicam os inimigos que de duas uma: ou se adotará a política da *open door*, da franca concorrência, e neste caso as vantagens serão muito mais para a Inglaterra, melhor aparelhada, e para a Alemanha, mais buliçosa, ou se prolongará além-mar o protecionismo doméstico, sem as razões que aquém o determinaram e explicam. Estas razões são a grande diversidade dos artigos manufaturados afastando as opiniões do livre comércio pelo fato de encontrarem os compradores no país tudo quanto necessitam; o pasmoso desenvolvimento do comércio interno pela abolição dos direitos interestaduais e expansão colonizadora para o Oeste; a criação de novos mercados nos territórios ocupados e estados constituídos, arredando os espíritos do estrangeiro e concentrando em casa as energias; finalmente a onda da imigração trazendo milhões de consumidores para uma produção que, sempre crescente, ia entretanto excedendo o consumo.*

O abandono do protecionismo no continente, que seria a justa consequência do tráfico protegido com as possessões, determinaria uma invasão tão formidável de produtos tropicais, que faria a mais grave concorrência de preços a indústrias nacionais como a da cana-de-açúcar no Sul

* Godkin, *ob. cit.*

e a do fabrico de charutos e cigarros. O efeito tanto mais seria este quanto, como é sabido, não existem neste país os impostos de exportação que no Brasil tanto oneram os produtos naturais e agrícolas, e aos quais acabam de juntar-se, depois que à sombra de uma pauta ultraprotecionista, justificada pelas necessidades financeiras da União, desenvolveram-se certas indústrias como as da cerveja, tecidos de algodão, calçado, fósforos, etc., pesados impostos de consumo.

O proteccionismo nos Estados Unidos já entrou demasiado na estrutura nacional para poder ser de todo eliminado sem a maior dificuldade, pelo menos nos tempos mais próximos. Os exageros atuais hão de porventura ser breve sanados, especialmente se os aumentos de despesa causados pela política colonial obrigarem os poderes públicos a recorrer a uma tarifa mais baixa e portanto mais produtiva; os próprios democratas porém já abandonaram o ideal do livre câmbio. Por ocasião de discutir-se e votar-se a última tarifa Dingley, pela primeira vez na história econômica dos Estados Unidos foi tributado em 20% *ad valorem* o algodão bruto, e isto por iniciativa do senador democrata-argentista Bacon e com apoio das delegações da Geórgia, Carolina do Sul e outros estados não menos democratas. O Senador Tillman reclamou mais, o que foi rejeitado, o restabelecimento dos prêmios de exportação, que é uma forma igualmente de proteccionismo, quando a velha doutrina do partido era a da tarifa somente de receita.

Explica-se muito esta mudança e comum orientação pela já mencionada ação exercida pelos sindicatos sobre a representação nacional, tão poderosa que as duas últimas tarifas foram praticamente ditadas na sua feição mais importante pelo *sugar trust*. No dia da votação da tarifa Dingley no Senado as ações deste *trust* subiram imediatamente, porque os seus ganhos, que já eram de 12 milhões anuais, foram logo calculados em mais milhão e meio pelo aumento de lucro de 7 ½ centavos em cada 100 libras; e a intenção dos relatores do projeto nas duas casas, Srs. Dingley e Aldrich, ainda ia bastante além de tal resultado. Avaliando-se em 4 milhares de milhões de libras o consumo anual de açúcar nos Estados Unidos, a proteção dispensada ao *trust* pela Casa dos Representantes foi orçada em perto de 21 milhões de dólares, a dispensada pelo Senado em perto de 24 milhões, e a definitiva em pouco mais de 22 milhões. A própria vanta-

gem da nova pauta em fazer depender a classificação dos açúcares do grau testemunhado no polariscópio, mantendo assim as naturais diferenças de qualidade e permitindo ao açúcar mais ordinário, de coloração leve, entrar na circulação muito mais barato do que as qualidades superiores, redonda afinal em benefício do *trust*, que tira seus proventos da refinação e portanto importa essencialmente os açúcares baixos.

Se não fossem os esforços do *sugar trust*, a anexação de Havaí ter-se-ia feito independentemente da guerra cubana. O empenho do Presidente em favor do tratado Sherman-Hatch quase angariou os dois terços necessários à sua aprovação, porém a oposição do sindicato pôde mais do que as exigências do patronato e as instigações do patriotismo. O tratado entrou a ser discutido com êxito duvidoso sobre a base das razões comerciais. O Presidente Dole, que viera a Washington trabalhar em pessoa pela anexação, sob o pretexto de que, repudiado o tratado, a pequena república não teria força para defender sozinha sua independência contra agressões estranhas, ajuntava para amaciar aquela oposição que as ilhas de Havaí oferecem terrenos admiráveis para a cultura do café, ao passo que já atingiram quase o limite da produção do açúcar, o que queria dizer que tanto o *sugar trust* como os cultivadores da beterraba não deviam mostrar-se receosos da anunciada concorrência.

Depois, ajuntam os protecionistas, os Estados Unidos não ficam obrigados a sacrificar seus interesses continentais aos das colônias que anexaram para melhor remuneração desses interesses. Foi mesmo a perspectiva de que a cana-de-açúcar da Louisiana seria oportunamente defendida contra a produção colonial que sobretudo serviu para arrancar o voto favorável do Senador Mcenery, e a mesma perspectiva decidiu à aprovação do tratado o Senador Jones, de Nevada, interessado na produção do açúcar de beterraba na Califórnia do Sul.

A estes ajustes de interesses locais e particulares devemos reunir, no estudo das causas a que se deve atribuir a adoção do Tratado de Paris, o efeito produzido pelo rompimento das hostilidades nos arredores de Manila, cuja notícia chegou na véspera mesmo da votação. Os insurgentes estão se afoitando com a nossa indecisão, gritaram logo os partidários do tratado, sustentando os adversários que o combate do dia 4 de fevereiro era apenas de molde a reforçar sua argumentação de que os Estados Unidos,

renegando a própria origem política, dispunham-se a dominar pelas armas um povo disposto a não deixar-se governar por estranhos, preferindo lutar denodadamente pela sua liberdade. A política de anexação estava pois representando em última instância a imolação dos princípios de *self government*. A administração McKinley com quase unânime aplauso do país intentara uma guerra para dar a independência ao povo cubano e, por uma suprema ironia, iniciava na mesma ocasião outra a guerra para escravizar o povo filipino, igualmente apto ou inapto para a autonomia e igualmente rebelado contra o jugo espanhol, sem disposição alguma de trocá-lo por outro.

Para sustentar essa guerra de conquista, essa guerra de extermínio, avessa à índole e à história nacional, os cidadãos da república livre por excelência terão além disso de sofrer os inconvenientes de uma pesada taxação, pois que, afirmou-o na Casa dos Representantes o Sr. Cannon, presidente da Comissão de Orçamento, o déficit deste ano, malgrado os exageros da tarifa Dingley e a manutenção do *war revenue bill*, será fabuloso, alcançando o algarismo imprevisito de 159 milhões de dólares! Isto além dos 20 milhões pagos à Espanha e de qualquer quantia destinada ao canal interoceânico e à satisfação de reclamações americanas por prejuízos sofridos em Cuba, cuja responsabilidade os Estados Unidos assumiram.

O canal interoceânico tem de ser feito e sê-lo-á, muito provavelmente não por uma companhia particular embora protegida pelo governo, mas pelo próprio governo americano, que destarte imporá sua orientação atual de exclusivismo comercial e político. Em Nicarágua, ao que parece, existe um forte partido em favor da anexação aos Estados Unidos, e as expedições de flibusteiros para a América Central recomeçaram ultimamente. Numa, com destino a Honduras, que foi impedida de partir pelas autoridades americanas a pedido da Legação de Guatemala em Washington, iam – fato que bem mostra o caráter aventureiro do povo americano – médicos, advogados e empregados públicos do Estado de Kansas, que haviam interrompido suas carreiras e sacrificado seus lugares para responderem ao apelo do organizador do bando, um desses generais de ópera bufa que têm sido a ruína de muitos países hispano-americanos. De qualquer forma que se realize, o canal ligando o Atlântico ao Pacífico será dominado

pelos Estados Unidos, posto que dando a república penhor, senão de sua neutralização, pelo menos da proteção devida aos interesses dos neutros.

Abstraindo porém desta despesa, que não é imediata, ficam o indispensável aumento da Marinha de Guerra e a ocupação militar das colônias, a qual dizem requerer um exército de 75.000 homens pelo menos enquanto não estiver assegurada a paz, e arrasta um cortejo de despesas difficilimo de suportar. É evidente que quando mesmo exato, o déficit anunciado pelo Sr. Cannon não é de natureza a inspirar receios de insolvência por parte da grande nação americana, cujos recursos são enormes; já seria contudo suficiente para despertar desconfiança de uma progressiva ou contínua prosperidade financeira, mormente sendo inevitável que, perante as absorventes questões coloniais, continuarão de lado as questões domésticas das quais depende em boa parte o futuro econômico dos Estados Unidos, como a organização de uma circulação estável, baseada no valor comercial dos metais, e de uma tarifa razoável. Devemos aliás ponderar que os cálculos do Departamento do Tesouro tanto oferecem de otimistas quanto aqueles outros de pessimistas. Para o Secretário Gage dentro em pouco não haverá déficit graças ao aumento das importações e crescimento das receitas, produzidos pela maré de prosperidade comercial. Na proporção atual, as receitas de 1898-1899 serão de 547 milhões e as despesas civis do Governo não passarão de 375 milhões, podendo calcular-se as militares ocasionadas pelo estado de guerra em 12 milhões mensais, o que dá um total de 519 milhões.

Os partidários do imperialismo exultam com semelhante otimismo oficial e proclamam que as colônias retribuirão perfeitamente a metrópole pelos gastos realizados, e que terão mesmo rendimento bastante para suas despesas e os benefícios a empreender em cada uma, os quais é força levar a cabo para bem extremar-se o domínio americano do espanhol. A Inglaterra governa a Índia com um punhado de soldados: em idêntica proporção o exército americano de ocupação das Filipinas seria de 2.100 homens.

As civilizações são contudo diferentes na península e no arquipélago: o grosso dos hindus representava uma cultura talvez estacionária mas integrada, ao passo que do grosso dos filipinos mais verdadeiro é dizer-se que estão aquém de toda civilização. Demais a Inglaterra já implantou ali

seu poder, enquanto que os Estados Unidos ainda têm de fazê-lo, lutando contra a rancorosa disposição de ex-aliados que dizem-se atraídos, pois é fora de dúvida que não só os americanos ajudaram materialmente a revolução local como dela receberam precioso auxílio. Aguinaldo foi levado de Hong Kong a bordo de um transporte de guerra americano, os seus sequazes armados com fuzis americanos, e sem o concurso dos insurgentes a tomada de Manilha teria custado muito mais sangue que a de Santiago, na fé dos documentos oficiais e opinião das autoridades militares do corpo expedicionário.

Um artigo do vice-cônsul americano em Manilha presta o mais insuspeito tributo à retidão, espírito de disciplina e moralidade do General Aguinaldo, usando das seguintes expressões: “No século XIX não tem havido entre as raças não cultas da Terra uma figura mais singular que a deste patriota tagalo, astuto, bravo, imperturbável, honesto e justo, que impõe-se à consideração e respeito de todos.” O correspondente do *Harper's Weekly*, John Bass, que assistiu à rendição de Ilo Ilo pelos espanhóis aos insurgentes, escreveu que tropas algumas se teriam comportado melhor do que as indígenas: não houve nem um distúrbio nem um excesso. Para uma parte dos americanos o reconhecimento prévio da independência filipina teria portanto sido um ato de equidade além de uma dívida de gratidão, e em face das publicações do governo americano e dos testemunhos dos cônsules americanos no Extremo Oriente não resta dúvida que certas promessas foram feitas a Aguinaldo e alguns acordos estipulados com ele cujo espírito não foi cumprido.

Como perante tal violação de compromissos dará o povo cubano crédito aos Generais Brooke e Lee ao exclamarem, à sobremesa de um banquete no teatro Tacon, que os Estados Unidos respeitarão a independência da ilha e dela se retirarão após haver-lhe assegurado um governo estável? Por seu lado o Congresso Federal, que o Presidente McKinley há poucos dias chamava a voz, a consciência, o discernimento do povo americano, encerrou sua 55ª legislatura sem dar absolutamente mostras de querer apressar o cumprimento da cláusula contida na resolução de guerra, e sem mesmo ocupar-se no mínimo da forma de governo que competirá às possessões, que continuam debaixo de um governo militar, representante

da autocracia presidencial, o qual tem-se de resto revelado perfeitamente à altura da sua missão civilizadora.

Por motivo mesmo dessa indiferença à solução do mais importante dos atuais problemas nacionais acusa um respeitado seminário americano o último Congresso de haver excedido os demais em malfetorias, geral incompetência, inconsciente prodigalidade, negligência dos mais óbvios deveres e perfeita incapacidade de defrontar com suas responsabilidades. E que resultado, comentam os antiexpansionistas, retirarão finalmente os Estados Unidos de atropelo das suas tradições e daquele desrespeito das garantias constitucionais e da liberdade humana? Os resultados morais serão desastrosos e os econômicos são aleatórios. O mercado das Filipinas está em embrião; Porto Rico, com sua pequena área, sua densa população, seus recursos explorados, oferece menos campo de empreendimento do que qualquer Estado do Oeste; em Cuba o capital tem receios de arriscar-se com a perspectiva da constante ebulição dos espíritos e crônico estado de rebelião; em Havaí, por último, a situação não poderá ser modificada, pois nove décimos das exportações já eram para os Estados Unidos e oito décimos das importações iam dos Estados Unidos.

O futuro é a grande palavra com que respondem os esperançosos. O Presidente da República assim exclamava num discurso em Boston no dia 16 de fevereiro de 1899: “Não tenho luzes nem conhecimentos diferentes dos de meus compatriotas. Não posso profetizar. O presente absorve-me por completo, mas minha visão não pode ser limitada a sangrentas trincheiras em redor de Manilha, onde cada gota vermelha que corre das veias de um soldado americano ou de um mal guiado filipino é uma angústia para meu coração. Numa larga sucessão de anos, quando o referido grupo de ilhas, debaixo do impulso dado no ano que acaba de decorrer, converter-se nas jóias e glórias daqueles mares tropicais, ver-se-ia uma terra de abundância e de crescente prosperidade, ver-se-ia um povo resgatado da indolência e hábitos selvagens, ligado com o comércio e tráfico de todas as nações, gozando das bênçãos da paz, da liberdade civil e religiosa, da educação e do lar, e cujos filhos e descendentes abençoarão pelos séculos a vir à república americana, porque emancipou e redimiu sua pátria e colocou-a no trilho da melhor civilização do mundo.”

A civilização industrial dos Estados Unidos operará esses milagres. Os esperançosos asseveram que o capital americano está mais do que desejando, carecendo colocar-se fora do país. Já não será bastante propagar as mercadorias fabricadas em casa; torna-se preciso ir fabricá-las e iniciar outras indústrias nos lugares mesmo onde se encontram as matérias-primas, desoneradas dos fretes de transporte. Ora os Estados Unidos estão começando a sofrer de novo de pleora de riqueza; desta vez, porém, não é constituída pelas sobras dos seus orçamentos, mas, o que mais vale, pelos excedentes da sua economia. De há tempos começou-se a dar um fato novo nos anais econômicos do mundo, a saber, a Europa está ficando devedora da América.

Há nove anos passados os americanos importavam constantemente dinheiro europeu para suas empresas industriais, elevando, portanto os juros do capital; mas o pânico provocado pela quebra da casa Baring Brothers e as perdas experimentadas pelos capitalistas europeus na Argentina, no canal de Panamá e na Austrália determinaram a retirada de muito capital estrangeiro da América, agravando-se muito este movimento pelo receio da agitação argentista e suas conseqüências no pagamento dos dividendos em ouro. A depreciação de 1893 foi provocada por tal emigração do capital empregado nas indústrias, e aumentada pela baixa dos cereais perante a espantosa produção Argentina e outras pela inflação da circulação fiduciária doméstica.

Esta própria inflação, junto com a da prata, e o retraimento dos capitais nacionais causaram, quando desapareceu o pânico, uma acumulação nos grandes centros de dinheiro desempregado e uma baixa sensível dos juros. O capital americano começou a sair e procurar colocação em valores europeus, o que teria determinado um desequilíbrio se não sobrevivesse a grande subida de preço dos cereais, que trouxe muito ouro para o país, apesar da avultada importação de manufaturas realizadas antes de posta em vigor a tarifa Dingley. As saídas de trigo deixaram um saldo largo sobre o pagamento das encomendas industriais e a aquisição de valores de bolsa.

Desde o princípio do ano corrente de 1899, no trimestre apenas decorrido, os capitalistas americanos têm resgatado ações de caminhos de ferro e outras empresas no valor de 75 milhões de dólares, dinheiro que

representa o pagamento dos produtos americanos, agrícolas e fabris, vendidos fora. A dívida dos Estados Unidos à Europa vai-se assim rapidamente amortizando, e os juros que vão deixando de serem pagos significam capital que fica no país. A riqueza nacional aumenta, portanto, debaixo de todos os pontos de vista, e a sua solidez evidencia-se do fato daquele grande ingresso de capital em tão curto período não haver alterado o preço dos valores nem mesmo contrariado sua tendência para a alta.

A este capital disponível, acumulado pelos ganhos industriais da nação e isento das suas obrigações internacionais, não lhe bastando dentro em pouco o campo continental, força será emigrar: é riqueza que irá toda fatalmente promover o adiantamento das colônias, contanto que nestas se encontrem garantias de paz e promessas de remuneração.

Têm pois perfeita razão os que em seus planos partem da base de estar para todo sempre fixada a política de absorção colonial nos Estados Unidos. É até opinião do distinto publicista democrata Henry Watterson que a livre cunhagem da prata e a expansão territorial são assuntos ajustados, os quais não devem figurar no próximo pleito presidencial. Bryan pode ainda estar fazendo da questão argentista a questão capital do país: em 1900, se os agricultores continuarem em maré de lucros, o partido democrata impor-lhe-á ou a outro candidato que for escolhido um programa diverso. Watterson proclama como tópicos principais da futura *platform* a guerra aos sindicatos em nome da liberdade industrial e comercial, uma tarifa moderada, e um imposto sobre a renda, gradual e razoável, que não envolva vexações de classe.

Dado em toda sua plenitude e conseqüência o fato da expansão territorial já realizada, admitido o início da política imperialista, imposta aos Estados Unidos pelas circunstâncias ou por eles voluntariamente adotada, todavia como que antevista nos versos de Whittier:

*Everywhere is the grasping hand
And eager adding of land to land*

— acabamos de ver que surge outra questão conexa e não menos interessante. Refiro-me ao modo por que se sairão os Estados Unidos da sua experiência como potência colonial, período em que o país entra muito antes de possuir excedente de população para a emigração, havendo, contudo, anexado territórios que estão longe de ser despovoados e somente

esperam poder ser devidamente explorados, e ver desenvolvidos os seus recursos. Ninguém de boa fé contesta, penso, que os Estados Unidos saberão colonizar melhor do que a Espanha, isto é, que saberão dotar as ex-colônias espanholas com condições de progresso material diferentes das que atualmente possuem. Havaí, que é de fato há mais de meio século uma colônia americana, de um lado, e do outro Cuba e Porto Rico, ali estão para serem cotejadas e responderem por si à interrogação, se fosse preciso formulá-la. Comparem-se as ruas asseadas de Honolulu, os seus vistosos edifícios, a sua salubridade, o seu ar de prosperidade e riqueza, com a imundice em que se achava Santiago ou a Havana, as suas casas leprosas, as suas epidemias, o seu ar de abandono e de pobreza, numa terra que Colombo pintava como a mais bela daquelas sobre que podiam descansar olhos humanos.

Para dar uma idéia do que é a incúria administrativa espanhola basta relembrar um fato recente. O transporte de guerra americano *Charleston*, em caminho de Manilha, tomou as ilhas dos Ladrões, levando prisioneiros o comandante, outros oficiais e 54 soldados, que compunham a guarnição. Passou-se isto a 21 de junho do ano findo e esses desgraçados ainda ignoravam que a guerra houvesse sido declarada dois meses antes entre a sua pátria e os Estados Unidos. Quando o *Charleston* começou a bombardear as fortificações de Guam, o governador mandou a bordo um escaler, a pedir desculpa de não responder à saudação *por não ter pólvora*. Tal confissão é realmente tocante, se é que esse governador não é um parente próximo do ilustre Quevedo e quis responder com uma tão soberba ironia à provocação do general Anderson.

Olhemos para o reverso da medalha. A ocupação da cidade da Havana pelas forças militares dos Estados Unidos e a aproximação da estação doentia chamaram imediatamente para o problema do saneamento da capital cubana a atenção dos higienistas americanos. O coronel Waring, que foi chefe do serviço de limpeza municipal na cidade de Nova York e ali faleceu ao regressar da Havana de um ataque de febre amarela, justamente contraído durante sua permanência de estudos em Cuba, deixou preciosas notas a esse respeito, que foram postas em ordem e publicadas no *Forum* pelo seu secretário. Era opinião do mal logrado funcionário – por outros achada um tanto exagerada – que a febre amarela na Havana deriva seu principal estímulo da acumulação de impurezas nas águas estagnadas

do porto, cujo fundo é presentemente um tremedal hediondo, viveiro de micróbios pestilenciais. A dragagem da bacia e uma corrente artificial que, revolvendo as águas mortas, carregasse os restos dos depósitos seculares, e bem assim um bom sistema de esgotos como falece atualmente a cidade e que levasse os detritos para o alto-mar, em vez de despejá-los no porto, extinguiriam no seu entender, o terrível flagelo. Estes trabalhos ele os avaliavam em 10 milhões de dólares.

Alem disso seria necessário inculcar na população hábitos de asseio, imitar o proceder do general Wood, o qual em Santiago, onde, aliás, é popularíssimo, obrigava as pessoas mais conceituadas da cidade, que houvessem infringido os seus regulamentos sanitários e convertido as ruas em vazadouro público, a limparem-na por suas próprias mãos. Santiago está atualmente um modelo de asseio municipal, como o está Havana depois de *três meses* de ditadura do general Brooke e superintendência do general Ludlow. Três quartos de milhão de dólares já foram despendidos para tal fim, mas também as ruas andam perfeitamente livres de animais mortos e outras porcarias, muito nossas conhecidas, que anteriormente as infectavam.

Não é este o único benefício palpável até agora derivado da ocupação americana de Cuba e pasmosa atividade dos delegados militares da administração de Washington. Muitas taxas impopulares e opressivas foram abolidas, por exemplo a que recaía sobre gêneros de consumo de primeira necessidade, e diminuídas outras, como a taxa sobre bens imóveis. Uma Corte Suprema foi estabelecida para julgar em última instância os processos que iam antes a Madri, Havana e Santiago já estão ligadas por uma linha telegráficas terrestre, custando 10 centavos um despacho de 20 palavras, quando previamente custavam 36 centavos a palavra pelo cabo submarino. Dessa linha terrestre mais de 200 milhas foram construídas de novo em menos de 90 dias. O despacho das mercadorias nas alfândegas está-se fazendo com rapideze honestidade, e o comércio até propõe ao governo americano pagar uma taxa suplementar de 1^{1/2} por cento sobre todos os direitos de importação para edificar-se na Havana uma nova Alfândega pelo custo de 1 milhão de dólares. O comércio está igualmente exultante com a idéia de ter dentro em algum tempo docas onde atracarem e descarregarem os navios, sem ser preciso recorrer ao custoso processo das

alvarengas e rebocadores. O atrasado, corrupto e indecoroso serviço do correio foi reformado em 60 dias pelo Sr. Rathbone, antigo subsecretário dos Correios na administração Harrison, de forma a oferecer facilidades na entrega das cartas e exatidão na arrecadação das receitas, o que, na frase de um correspondente*, basta para encarecer a tutela americana, pois o serviço dos correios é o barômetro do progresso de um país.

É claro que tudo não pode ser transformado em poucas semanas. As ruas andam limpas como as da Nova York, dizem os correspondentes, que pela comparação mesmo que empregam mostram não exagerar: o interior das casas, porém deixa ainda muito a desejar, sem despejos apropriados e com os hábitos aferrados de pouco asseio da população. As visitas domiciliares com intuídos higiênicos foram contudo iniciadas e já sido removidas muitas toneladas de imundícies acumuladas. A construção de um sistema de canos de esgoto levará, segundo cálculos dos engenheiros americanos, dois anos. A sua principal dificuldade reside talvez na estreiteza das ruas, tendo de proceder-se parcialmente às escavações para não interromper o tráfego da cidade.

Por mais dispendiosa e difícil que resulte, a obra do saneamento da Havana está bem longe de ser superior à capacidade de execução de um povo que em pouco tempo reergueu Chicago das cinzas do terrível incêndio de 1871, o qual destruiu mais de três milhas da cidade com 17.450 edifícios, causando perdas no valor de 290 milhões de dólares, e que em meses reconstruiu St. Louis, apagando todos os vestígios dos estragos do medonho *tornado* de 1896, que vitimou 1.000 pessoas e produziu extraordinários prejuízos.

Governo e povo compreendem que a prosperidade material é hoje a condição da grandeza cultural, e têm bastante e suficientemente sadio orgulho nacional para não permitir que permaneçam atestados vivos de incúria vergonhosa e criminosa negligência. Se a capital dos Estados Unidos fosse, como a do Brasil, um ninho de febre amarela, uma das mais insalubres cidades do mundo, e se tivesse sido possível conservar-se esse estado de coisas durante meio século, de longa data, estou certo, teria tal

* Franklin Matthews, *The Reconstruction of Cuba*.

assunto sido objeto de declarações de *platform*, comuns aos partidos, e haveria algum Presidente tomado a peito executar e conseguido realizar o saneamento da cidade.

O saneamento de Cuba tem-se mesmo estendido do campo físico ao moral. Por ordem ao general Brooke foram queimados 60.000 volumes indecentes (o número é simpático) encontrados nas livrarias da Havana. Sentinelas postadas na embocadura de certas ruas, análogas à do Senhor dos Passos no nosso Rio de Janeiro, vedam a passagem aos americanos e mantêm um bairro proibido como um gueto medieval. Por que não posso passar?, interrogava Franklin Matthews, o correspondente especial do *Harper's Weekly*. Receio de febre amarela? – Não, Senhor, respondeu a sentinela. Ordens estritas do comandante. É porque aqui é o único lugar onde um americano não tem negócios a tratar (*there is no business for him*).

Mais difícil do que as condições materiais é, já se sabe, mudar a natureza do povo cubano, o seu espírito volátil como o qualifica um escritor, leviano e irrequieto. O espetáculo da Assembléia Cubana depondo o general Gómez e, malgrado a reorganização norte-americana da polícia local, os assassinatos cometidos em plena cidade da Havana por ex-soldados rebeldes, e de que têm sido vítimas inermes cidadãos de nacionalidade espanhola, demonstram que muito resta por fazer e quão precisa é uma mão de ferro que saiba ao mesmo tempo respeitar as liberdades essenciais, as quais os americanos estão absolutamente dispostos a não isolar. O sistema de detenção incomunicável vai ser abolido e defeso o julgamento sem júri e a prisão das testemunhas, atos corriqueiros na prévia administração da justiça. O correspondente do *Washington Post*, ao dar todos estes pormenores, escreve um comentário que encerra a chave do porvir: “A obra da regeneração levará talvez anos para completar-se. Durante esse tempo a bandeira dos Estados Unidos não será arreada, e quando ela estiver concluída, ninguém, em meu juízo, desejará que os Estados Unidos retirem sua mão benfazeja.”

Da realidade do progresso material debaixo do domínio americano seria impossível duvidar. O que resta saber é se os Estados Unidos lograrem em outros pontos imitar a Inglaterra, não a Inglaterra do século XVIII expulsando os acadianos fiéis à França, cujas desventuras Longfellow cantou

no seu poema *Evangelina*, e pretendendo taxar as colônias americanas contra a sua anuência, mas a Inglaterra do século XIX sujeitando as próprias manufaturas ao pagamento de direitos no Canadá e na Austrália, e aspirando tão-somente a bem assentar o laço federal do Império Britânico sobre a base da mais ampla autonomia de certas colônias e do adiantamento e liberdade de todas. Os dois povos possuem uma concepção idêntica dos direitos do indivíduo e da liberdade civil, porém as duas nações possuem políticas comerciais diametralmente opostas. A Grã-Bretanha, é bem sabido, funda a sua no livre câmbio, os Estados Unidos no ultraprotecionismo, se bem que esteja ligeiramente anunciando o desaparecimento, por desnecessária, era da proteção exagerada às indústrias nacionais, e que a substituição do melhor das taxas aduaneiras pela taxação direta constitua até, como disse, um dos artigos do credo do partido radical, com o qual se está identificando o partido democrata americano.

Demais, o composto aristocrático-burguês-popular da Grã-Bretanha usa de processos de governo bastante diversos neste ponto dos que estão agora ao alcance da democracia americana. O Império Colonial Britânico é, de fato, uma federação em que a algumas das partes componentes é concedido o máximo de independência sob a jurisdição quase nominal da Coroa, e em que noutras os representantes mais efetivos da autoridade central revelam uma notável capacidade e um excelente traquejo administrativo, quer se trate de possessões gozando de autonomia menos folgada, como a Jamaica* ou a Guiana, quer se trate de terras de velhas civilizações, como a Índia e o Egito, cujas grandes massas indígenas, presentemente tuteladas mas não oprimidas, não são no entanto destinadas a completa emancipação. Todos estes elementos dessemelhantes movem-se dentro da mesma órbita por que cada um descreve sua evolução particular dentro do mesmo sistema geral de gravitação. Vemos assim aproximar-se mais o Canadá do individualismo, que é a base da estrutura americana, e predominar

* Ainda assim na Jamaica o conflito que se levantara entre o governador Sr. Augustus Hemming e o conselho legislativo acaba de resolver-se pela rendição absoluta e incondicional do representante da Coroa, que restabeleceu o *status quo* constitucional anterior à desavença, cuja composição solicitou, retirando por seu lado o conselho o voto de censura apresentado.

na Austrália o socialismo de Estado, que num país novo e chamado de repente a preencher seus destinos atrai a imigração, permitindo a rápida execução das obras precisas para mais fácil aquisição da riqueza, e que em outros lugares são concluídas por particulares favorecidos, como por exemplo nos Estados Unidos as companhias de caminhos de ferro, dispondo de grandes concessões de terras.

As novas colônias americanas correm porém o risco de ser, nos primeiros tempos pelo menos depois do governo militar, e a prognosticar pelos precedentes, entregues como foram os Estados subjugados do Sul, à rapacidade dos politiquieiros do partido dominante; posto que a triste recordação do passado e o exemplo da Espanha hajam provavelmente de atuar no sentido da moderação, e que as recentes conquistas não tenham sido, como as outras, o resultado de quatro anos da luta mais sanguinolenta de que reza a História. O futuro dirá se finalmente a influência das colônias não exercerá tanto sob o ponto de vista comercial como administrativo de maneira a alterar as condições agora existentes – *primo*, fazendo a metrópole, em vez de estabelecer uma liga de exclusivismo mercantil com as suas colônias, renunciar a um ultraproteccionismo que já cumpriu sua melhor missão, e recorrer, no próprio interesse do seu comércio externo, que vai caminho de ombrear com o interno, as mais francas relações internacionais; *secundo*, fazendo-a por conveniência corrigir a instabilidade do funcionalismo, repudiar esse sistema de despojos, que tem sido de certo jeito benéfico ao adiantamento nacional impedindo a formação da apatia burocrática, mas que, levado ao excesso, ameaçaria desequilibrar o organismo social e corromper todos os ensaios de administração proveitosa.

Já vimos que para muitos a *porta aberta* nas colônias é incompatível com a *porta fechada* em casa. Fala-se muito em reconstituir a marinha mercante, animando-a até com prêmios pagos pelo governo. Não pode porém abrir-se comércio eficaz para as colônias sem cargas de regresso, e como existirem estas com o proteccionismo doméstico, que significa sua exclusão? Por outro lado, se inaugurar-se nas colônias a política da *porta fechada*, dirá a opinião com razão que a aquisição das possessões não consumou-se para benefício do comércio em geral, mas sim para o de alguns fabricantes e syndicateiros, isto é, que apenas tratou-se de atender às colô-

nias o sistema capitalista predominante no continente. A luta econômica nacional passaria assim para um campo mais largo e redobraría de ardor.

O *sugar trust*, ao combater a anexação de Havaí, sabia porém o que estava fazendo e porque o estava fazendo: sabia que a criação de um poderio colonial encerra hoje de preferência e no futuro encerrará certamente franco intercurso comercial, o qual não poderá mais ser mantido exclusivo entre a metrópole e as possessões, como nos séculos XVI e XVII, mas terá de ser patente a todos de acordo com a concepção inglesa desperpada e cimentada pela própria separação dos Estados Unidos. Do contrário teríamos de convir, com um hebdomadário americano, que os Estados Unidos estão tratando de dar nova vida à velha e desacreditada política colonial, não com o fim de alargar e enobrecer a vida nacional, mas para fins puramente comerciais, para traficar, e toda a corrupção que se implica na íntima associação do tráfico e da administração, o que quer dizer, em proveito de poucos, com exclusão da massa, porque fins comerciais são aqueles a que obedece toda e qualquer expansão colonial, quando mesmo se acoberte, como a antiga expansão peninsular, sob a capa da religião e do amor do próximo.

Por enquanto os planos brilham pela ausência. “Iniciamos nossa carreira colonial”, escreve o mesmo hebdomadário, “absolutamente sem experiência, sem sistema, sem o mecanismo necessário para o governo colonial, e com um Congresso e condições políticas que sugerem graves dúvidas sobre nossa competência para administrar sabiamente.” De fato a sujeição das colônias, como Territórios, à vontade discricionária de um Congresso renovado cada dois anos e que está longe de grupar no seu seio a flor da intelectualidade e mesmo da honestidade nacional, seria perfeitamente vergonhosa. Compreende-se que dadas as diferenças não tanto de raça como de educação e costumes, os Estados Unidos hesitem em recebê-las como partes fundamentais da União, concedendo-lhes admissão no Senado, que representa a soberania dos Estados.

A unanimidade da população católica destas colônias, exceção feita de Havaí, aterraria a America Protective Association; a enorme população de cor de Cuba e Porto Rico irritaria os sulistas, que mal podem com a submissão forçada dos negros que já têm em casa; os baixos processos administrativos espanhóis, a que estão afeitos cubanos,

porto-riquenhos e filipinos, não agiriam como corretivo da corrupção política atribuída à nação americana. O respeito das liberdades locais impõe-se contudo aos conquistadores, com a garantia da dose de governo próprio para as possessões que respectivamente couber à sua atual condição social. Se às Filipinas, com seus oito a dez milhões de população aborígine ou mestiça, só conviria o regime da Índia, Havai e Porto Rico podem e devem gozar da autonomia da Jamaica, Cuba porventura da do Canadá.

Não se pode contudo afirmar que os Estados Unidos não contem experiência alguma de governo colonial. Este há praticamente sido ensaiado nas porções do continente sucessivamente anexadas, abrangendo aplicação e ausência de *self government*. Na galeria de modelos domésticos encontramos hoje Alasca, sem partícula de autonomia, como encontramos no alvor da história americana a ordenança de 1787 para o governo do Território dos Estados Unidos ao noroeste do rio Ohio, sob um administrador autocrático enquanto não tivesse certa soma de população. Igual ordenança regeu o território comprado à França em 1803. Todas essas terras, exceção feita de Alasca, porque aí mantêm-se as primitivas circunstâncias, aclimataram-se gradualmente à condição de soberania estadual, ascendendo até semelhante ponto desde uma dependência verdadeiramente colonial. As primeiras legislaturas do Distrito de Orleans (Louisiana) e da Flórida eram de nomeação presidencial. O governador do Novo México, quando este território foi organizado, possuía poder de veto absoluto sobre as deliberações da legislatura. Na Califórnia, imediatamente depois da conquista, o governo foi militar. Parece, portanto, fora de toda a verdade dizer que os Estados Unidos não acham em suas tradições exemplos de administração colonial, e que o governo despótico de possessões é destruidor do espírito da Constituição.

A crescente amizade entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha poderia aliás contribuir melhor do que qualquer doutrina para experimentalmente ensinar àqueles o melhor modo de governar colônias com mútua prosperidade, delas e da metrópole. Os políticos britânicos hão de necessariamente lembrar aos Washington que mais avisadamente andariam destinando ao melhoramento das terras de que se apossaram as sobras vindouras dos seus orçamentos, do que aplicando-as, com outrora, a aumentar

escandalosamente as pensões até o algarismo de 150 milhões,* a fim de não diminuir mediante a redução da tarifa aduaneira os proventos das indústrias organizadas em poderosos sindicatos.

O *free trade*, para o qual as colônias terão de influir e cuja introdução no sistema econômico americano deveria ser gradual e paulatina para não destruir bruscamente as condições existentes, só faria afinal sosso-brar as indústrias exóticas, sem base ou probabilidade de vida independente. As indústrias com elementos próprios inquestionavelmente vingariam. Não só o trabalho bem retribuído está provado ser mais efetivo – fornece-nos um exemplo a Austrália, onde os salários regulam cento por cento mais que na Inglaterra, trabalhando os operários vinte por cento menos do tempo e custando em média os produtos manufaturados vinte por cento mais; e se na América a vida é muito mais cara, também os salários são mais altos – como a perfeição das máximas trazendo a economia de braços com a excelência do artigo, e outras circunstâncias estão barateando o produto americano, permitindo-lhe concorrer com os europeus nos mercados estrangeiros e nos próprios mercados domésticos das outras nações produtoras. O *free trade*, se por um lado envolve a diminuição dos salários pela concorrência feita a certas indústrias, auxilia por outro a extensão do comércio e anima portanto as manufaturas, barateando aliás a vida nos Estados Unidos com o aumento das permutas.

O momento, devemos reconhecê-lo, não é favorável para livre câmbio. Na Casa Branca de Washington reside o estadista americano cujo nome identificou-se com a política de proteção aduaneira. Conta-se que, quando McKinley começou há vinte anos sua vida política como representante do Ohio, o Presidente Hayes, seu coestadano e antigo superior

* O sistema americano das pensões, que muito curiosamente aumentam à medida que se distancia o período da guerra civil, é um ninho de abusos e malversações. As pensões têm sido uma arma política de primeira ordem, pois que representantes ao Congresso costumam pagar serviços eleitorais com a obtenção de pensões em muitos casos imerecidas. De uma vez que se quis levantar o véu que encobre aquela arca de escândalos, a comissão de inquérito achou, somente em Maryland, 700 a 800 indivíduos que figuravam indevidamente na lista, sem nunca haverem estado na guerra, e outros que tomaram o nome de soldados falecidos ou ausentes do país.

na Guerra da Separação, lhe dera de conselho que escolhesse uma especialidade na qual se tornasse proficiente e pela qual se fizesse conhecido. O jovem político escolheu o proteccionismo, de que tornou-se o mais destemido e convencido campeão. O pleito presidencial de 1896 travou-se sobre a questão da livre cunhagem da prata, mas o primeiro cuidado do novo presidente foi convocar em sessão extraordinária o Congresso para fazê-lo votar a tarifa Dingley, que deixou a perder de vista a McKinley, de 1890. Logo depois de anexado Porto Rico foram-lhe estendidas as leis americanas de navegação para lucro da navegação nacional de cabotagem, fazendo-se todavia mais tarde, perante reclamação dos naturais, a concessão de permitir as cargas de Porto Rico para os Estados Unidos em vapores que não somente os americanos. Escusado é relembrar outras manifestações do ultraproteccionismo predominante, com o qual parece impossível coexistir verdadeira reciprocidade comercial.

Por ocasião da inauguração do Museu Comercial de Filadélfia o então ministro do Brasil em Washington, delegado pelos seus colegas para responder ao brinde à América Latina, pronunciou perante o Presidente e um auditório de mais de mil pessoas, que tantas foram as que tomaram parte no banquete, um habilíssimo discurso, extensamente citado e comentado pela imprensa, no qual premuniu os Estados Unidos contra os perigos do exagerado proteccionismo. Nesse famoso discurso o Sr. Salvador de Mendonça imaginou, por uma fina ironia, que os comissários dos manufatureiros e comerciantes americanos, que estavam urgindo a redação mais desmedida da pauta Dingley, tinham ido a Washington em missão totalmente oposta, e fez a pintura mais sugestiva da sem-razão da taxação das matérias-primas e gêneros de primeira necessidade, bem como dos efeitos deploráveis de qualquer coerção mercantil exercida sobre os outros países do continente americano. “Tudo isto vossos manufatureiros e comerciantes devem ter dito e eu lho agradeço em nome dos meus colegas. Se minha conjectura não é exata, então o vosso cálculo está errado, e a abertura, hoje, do vosso templo à indústria será equivalente à abertura do templo de Jano, o deus romano de duas caras, cujas portas conservavam-se fechadas no tempo de paz e só se abriam como sinal de guerra.”

As colônias agora adquiridas não estão por enquanto aptas a dificultar a solução da questão de política aduaneira ou de suas próprias

relações econômicas com a metrópole. É sabido que o embaraço vital à formação de uma Federação Imperial Britânica é, muito mais do que um sentimento exagerado de autonomia, a impossibilidade de fazer chegar a um justo acordo a Inglaterra livre cambista, o Canadá e a Austrália protecionistas não só para com as nações estranhas como e sobretudo para com a mãe pátria, e a Índia opulenta de trabalho barato e de futuro industrial. Pelo contrário, de qualquer maneira que venha a estabelecer-se a futura política aduaneira dos Estados Unidos, seja exclusivista ou liberal, o intercurso comercial será tanto mais fácil entre metrópole e colônias quanto estas só exportarão para aquela, por muito tempo pelo menos, produtos agrícolas da zona tropical, possuindo duas únicas indústrias absorventes, a do tabaco e a do açúcar, recebendo em troca da metrópole cereais e os muitos produtos da sua variadíssima indústria.

Os homens públicos da Inglaterra recordarão especialmente aos dos Estados Unidos quanto seria inútil recorrer, no caso de resistência, aos processos violentos da Espanha, e que mais consegue a brandura inteligente do que força bruta. A própria Grã-Bretanha só se tornou neste ponto liberal depois de convencida da inutilidade do contrário. No Canadá e no Cabo pretendeu ela de começo avassalar a religião das populações anexadas e ditar-lhes seus costumes e idéias. Diante da viva oposição dos franceses e dos holandeses tiveram entretanto os ingleses o grande talento de contemporizar, de ceder, de praticar o oportunismo no sentido mais largo da palavra, e agora aquelas populações anexadas e leais podem fazer uso da sua língua nos Parlamentos locais e nos documentos oficiais e dar expansão aos seus platônicos sentimentos de reverência ancestral, contando com o absoluto respeito dos dominadores. As leis da ilha Maurícia (antiga ilha de França) são uma adaptação do código Napoleão e as da Guiana Britânica e de Ceilão fundam-se na jurisprudência romano-holandesa.

Se os americanos não evidenciassem desde logo uma tão extensa tolerância, seria força lembrarmo-nos que não se sobe de repente a semelhante concepção, a qual a Inglaterra só gradualmente alcançou, chegando à plena consciência dela há menos de meio século, ou melhor depois que o temperamento imaginativo de Beaconsfield, há menos de 25 anos, estabeleceu teatralmente o imperialismo, que é hoje a feição política comum e predominante na Grã-Bretanha.

O Império britânico é um modelo deveras para recomendar-se porquanto abrange formas variadas de governo colonial. Não podendo razoavelmente ficar aquém da autonomia Moret, tratando-se idéia aliás de uma causa pela qual foram sacrificados milhares de mártires, terão os Estados Unidos, se converterem em anexação o seu protetorado, de conceder a Cuba as franquias políticas quase soberanas de uma vitória ou de uma Nova Gales do Sul; ao passo que manterão justamente Porto Rico e Havaí na situação de algumas dessas Crown Collonies, não das que estão inteiramente sujeitas, legislativa e administrativamente ao Colonial Office, nem mesmo das que, como Ceilão e Maurícia, têm suas leis feitas pelo governador com o auxílio de um conselho nomeado, mas das que, como as Índias Ocidentais, gozam de instituições representativas posto que não de governo responsável, dependendo seus funcionários da citada Repartição Colonial.

É ocioso dizer que a administração deverá ser necessariamente amoldada à índole da colônia. Em Havaí, pelo constante desaparecimento e natural passividade da população indígena e pela docilidade da imigração estrangeira, mongólica e portuguesa no maior número, será possível confiar sem perigo a direção local à minoria americana ou pelo menos branca. Por mais inteiramente contrário, escreve Bryce*, que seja a toda doutrina democrática o fato de 5.000 americanos e europeus, porventura com uma pequena infusão de outras raças, legislarem para 100.000 asiáticos, havaianos e portugueses, é menor mal do que conceder a estes 100.000 habitantes o poder de fazerem dano a si mesmos, aos americanos e ao governo em geral. Para assegurar justiça a todas as raças o ilustre escritor aconselha entretanto o reconhecimento de todos os habitantes como cidadãos americanos, com acesso livre a todos os tribunais, destituídos porém de direitos políticos; representação parcial das populações inferiores no conselho consultivo do governador e nomeação de funcionários especiais para zelar seus interesses; elevação constante do nível social daquelas raças; dependência do Executivo de preferência à do Legislativo, corpo flutuante que opera por meio de disposições gerais, e finalmente escolha de um governador com preparo administrativo, espírito liberal e inteligência superior.

* "Problems of Hawai", art. no *Washington Post*.

Será porém possível em Cuba ou Porto Rico entregar a direção dos negócios à parte educada da população espanhola e excluir dela os negros, que são muitos, que compunham em grande parte as forças dos insurgentes, e que a própria Constituição americana considera cidadãos e eleitores, proibindo formalmente sua exclusão do governo da república? Seria praticável tratá-los como na Carolina do Norte, onde acaba de passar uma emenda constitucional limitando de fato o sufrágio negro, sem levantar maior resistência por parte dos ofendidos? Não se repetiria antes o caso das Índias Ocidentais Britânicas onde houve que ser diminuída a autonomia de que gozava a raça branca, modificada a constituição local e fortalecido o poder central ou da Coroa para proteção da gente de cor?*

E fazendo coro com Sir Charles Dilke, não se pode dizer que o resultado haja sido desastroso. Apesar da grande crise do açúcar os rendimentos públicos na Jamaica aumentaram mercê da disseminação da pequena propriedade, em que a gente de cor entrega-se à fácil cultura dos frutos tropicais, com um interesse tanto maior quanto antevê na possessão britânica um melhor futuro político para a sua raça. A pequena propriedade negra, isto é, o fracionamento das grandes plantações de outrora, está-se tornando tão característica da Jamaica como já o é das Antilhas francesas, onde a população de cor tem praticamente assoberbado a branca tomando a maior parte no governo e exercendo-o com sucesso, diz o mesmo escritor, esquecido de que os negros da Martinica e de Guadalupe não se acham entregues a si, como os de Haiti e São Domingos, mas de fato subordinados a funcionários franceses e regidos por leis francesas.

Um dos efeitos não menos curiosos da recente campanha dos Estados Unidos contra a Espanha foi um certo acréscimo de consideração para com a raça negra que dela resultou entre a maioria dos americanos. Os regimentos negros salientaram-se pela sua valentia, e a resistência ao clima e às privações determinou no seu seio uma escassa mortalidade, que contrastou com a devastação produzida nas fileiras dos brancos pelas doenças e pelas provações, pois, ao passo que nos combates pela posse de Santiago registraram-se pouco mais de 200 mortes, nos hospitais improvisados

* Sir Charles Dilke, *Problems of Greater Britain*, vol. II.

contaram-se umas 1.500. Escrevia um correspondente naqueles dias que os regimentos de pretos eram a única nota jovial do sinistro acampamento de Siboney assolado pela febre amarela, e que o soldado de cor era “olhado pelo soldado branco com positiva afeição e orgulho”.

Esta confraternização das raças no campo de batalha traria resultados deveras importantes e desanuviaria o futuro de tão grave problema, se a questão das relações entre brancos e negros não fosse, antes do que uma questão nacional, uma questão irritantemente seccional. O Norte e o Oeste estão dispostos a concessões no terreno público a que o Sul nunca chegará, porque lhe toca de perto o mal. Mesmo aqueles que, como o romancista da Louisiana George W. Cable, autor do *Negro Question*, pretendem que o negro tenha plena igualdade civil e perfeita liberdade política, cavam entre as duas raças uma funda separação sob o ponto de vista social ou das relações privadas, o que equivale a preservar o regime de castas contra que dizem insurgir-se.

Escutando as lições de uma potência, cuja primitiva história colonial foi corrupta e ineficaz, como reconhecem seus pensadores modernos, é de crer que os Estados Unidos prestem mais atenção ao período subsequente, de força e honestidade, mas para reear que se sintam tomados da vontade de retroceder em seu progresso cívico. Escreve Bryce um artigo sobre o problema colonial americano, e confirmam-no autoridades britânicas e holandesas, que quanto mais liberal e democrático for o sistema de governo aplicado às raças inferiores – e entre estas enumera novamente os portugueses de envolta com os índios da Polinésia, os chineses de Havaí e os negros das Antilhas, tanto maiores serão as perturbações, ao menos por diversas gerações. “A experiência tem ensinado à Inglaterra que, tanto nas Índias Ocidentais como em suas possessões orientais, o melhor meio de garantir o bem-estar e a paz entre povos atrasados é revestir de poderes despóticos um governador-geral, embora sua política seja depois sindicada e seus atos examinados pela Repartição Colonial e sancionados pelo Gabinete ou pelo Parlamento da Metrópole. As corporações legislativas eletivas hão provado mal onde predominam as raças de cor.”

O próprio Bryce reconhece, contudo, que o governo americano é baseado em princípios de soberania popular e completa autonomia, tanto local como nacional, e que nos Estados Unidos cada habitante é um

cidadão na completa acepção da palavra. A anexação das Antilhas espanholas e das Filipinas ajuntará, pergunta ele, aos 70 milhões de cidadãos alguns milhões de indivíduos pouco desejáveis em tal categoria, ou estabelecerá uma nova classe de americanos que não serão perfeitos cidadãos e aos quais não terão aplicação os princípios fundamentais do governo? E a repetição da principal objeção teórica dos adversários do tratado, a que se reúne o temor mais peculiar ao Sul de ver entrar no grêmio nacional outro e poderoso afluxo de população de cor. Como esperar sentimento diverso de gente que trata o negro individualmente com caridade e doçura, quando este reconhece sua inferioridade, mas que pune com um ano de galés um mulato claro por casar com uma branca e, ao ouvir a história unânime da bravura heróica com que os regimentos pretos subiram ao assalto de San Juan, responde resmungando que assim se portaram, porque eram comandados por oficiais brancos: sozinhos ou comandados pelos da sua raça é difícil dizer exatamente como se portariam?*

Na organização de um exército colonial ou constituído pelas raças de cor reside todavia a solução de um dos problemas originados pela política de expansão territorial nos trópicos. O clima aí é debilitante, mais do que isto, mortífero para a população branca, especialmente para as raças do Norte, menos resistentes ao calor. E um fato histórico corrente que os ostrogodos em poucos séculos desapareceram da Lombardia, e na Jamaica (pela qual, ou por Bermudas, ou pelas Bahamas alguns americanos trocariam de bom grado as Filipinas) vemos diminuir a população branca, apesar de reinarem na ilha a ordem e a lei. O clima é de todo impróprio para sua expansão: pelo contrário os povos da zona quente prosperam quando fixados nas regiões frias. À medida que a civilização caminhou dos trópicos para o pólo foi ganhando em incremento, e na zona fria tem realizado sua maior florescência, estando os povos que deixou atrás de si em relação aos povos mais cultos na situação de crianças para adultos.

Os americanos possuem entretanto uma qualidade, entre outras, superior aos ingleses para resistirem aos efeitos do clima tropical e esforçarem-se por vingar num meio hostil: são incontestavelmente mais

* Vide Nota C no Apêndice.

temperantes. O alcoolismo é a grande peste do inglês, a tara hereditária que por toda a parte o acompanha e em muitos casos lhe embarga o perfeito desenvolvimento moral. Na América, ao em vez, este vício excita geralmente repulsão, é por assim dizer exceção entre as classes educadas, e entre as menos cultas há sido muito mais eficaz a propaganda em favor da temperança.

Fiado porventura na faculdade de adaptação da raça americana, é que o Presidente McKinley não quis ainda aproveitar-se da autorização da lei de fixação de forças para o alistamento nas possessões de um exército de 35.000 homens, achando preferível servir-se dos 65.000 regulares e voluntários americanos; também porque a organização de forças coloniais lhe parece inerente aos processos europeus de conquista, lembrando muito ao vivo o imperialismo, que se quer praticar sem mencionar o nome. Difícil lhe será, no entanto, manter sem grande sacrifício de vidas um exército todo transplantado para Cuba ou Luzon, sem ter atravessado a fase da aclimação. Em Cuba, aliás, a experiência contrária já de algum modo foi tentada sem sucesso. Além de o general Brooke chamar muitos cubanos para os cargos civis, mesmo os mais elevados, o general Ludlow, governador do distrito da Havana, confiou a polícia da capital a nativos e também a espanhóis, comandados por oficiais cubanos, muitos dos quais serviram no exército revolucionário, permanecendo toda a força debaixo da direção de John McCullagh, antigo chefe de polícia da cidade de Nova Iork. Este funcionário não obteve por certo uma sinecura, pois, e isto dá nova idéia do desmazelo administrativo espanhol nem existia um mapa preciso das distâncias na Havana e subúrbios. A medição fez-se agora porque tornou-se precisa para a distribuição dos postos de polícia.

O Sr. Porter, emissário do Presidente, recomendou muito que esse sistema fosse o adaptado, entregando-se toda a polícia da ilha à soldadesca nacional, fiscalizado por superiores norte-americanos. Os naturais oferecem, a par da vantagem da aclimação, a de estarem aguerridos pelas sucessivas rebeliões que caracterizaram o domínio espanhol. Para bem

• Benjamin Kidd, *The Control of the Tropics*.

discipliná-lo torna-se, entretanto, necessário escolher escrupulosamente os oficiais instrutores, que devem ser graduados de West Point, sendo assim mister alargar os quadros da oficialidade regular nos Estados Unidos. A campanha cubana revelou à sociedade a freqüente incapacidade dos oficiais voluntários, comissionados pelo presidente a pedido de senadores e representantes influentes. Eles foram uma das causas da má organização e serviço insuficiente dos acampamentos, que redundaram no sacrifício de tantas vidas ceifadas pelo tifo e outras febres.*

Do quanto podem conseguir os oficiais saídos da célebre dura escola militar, que é um dos justos desvanecimentos da nação americana, dão testemunho os brilhantes feitos em Santiago dos regimentos de cor, cuja natural valentia não pode por certo ser levada em dúvida, mas que é de fato problemático se exibiriam disciplina e coragem coletiva independente do comando que tinham. Do quanto podem em geral realizar as forças tiradas das raças inferiores, quando manobrando às ordens de oficiais europeus, deu há muito revelação o domínio colonial inglês. A expedição do Sudão pelo *sirdar* Kitchener é um exemplo de ontem. Antes disso, observa um famoso historiador, a conquista da Índia fizera descobrir duas coisas: primeiro a fraqueza dos exércitos indígenas ante a disciplina européia, posta em evidência pelos portugueses na sua aventureira invasão do século XVI; segundo a facilidade de transmitir essa disciplina aos naturais no serviço europeu, estabelecida pelos franceses, que no século XVIII os ingleses despojaram da supremacia colonial que exerciam. A fraqueza indígena deriva-se comumente de circunstâncias alheias à falta de bravura individual: no caso citado provinha essencialmente do fato de ser a indução uma mera expressão geográfica, sem a coesão oferecida por uma nacionalidade resultante da unidade de raça, língua ou religião, ou cujos elementos diferentes foram poderosamente unificados pela ação do mais forte.

Não são poucos nem de fácil decisão os problemas políticos e sociais com que os americanos *teens* ainda hão de defrontar. Parece ao Sr. Godkin, o ilustre redator do *Evening Post*, que nenhuma comunidade civi-

* J. C. Hemment, *Cannon and Camera*, 1898.

lizada os possuía tão numerosos sem solução, citando – a taxaço, o Judiciário, a divisáo de cor, o serviço civil, a circulaço, a educaço. Ajuntem-se agora os coloniais, que são diversos e poderosos. Não sei como serão eles afinal encarados e resolvidos, mas para tentar sua solução possuía o povo americano incontestável vantagens.

Começa porque a história política dos Estados Unidos mostra que, quer se enxergue como o destino desta democracia a ditadura presidencial, quer se anteveja como pensam alguns*, a primazia congressional, a tendência é toda para a centralizaço, para a supremacia nacional. O Governo Federal anexa cada dia maior campo de ação, com tanto mais proveito quanto à independência virtual dos estados produziria infalivelmente efeitos desconcertados e estéreis. O Governo Federal tinha de resto, em si, sobretudo o princípio dinâmico, ao passo que os Estados por sua própria natureza possuíam mais do elemento estático: é por isso natural ver Congresso e Presidente, não refreados pela Corte Suprema, abafarem a autonomia estadual debaixo das prerrogativas assumidas e do predomínio estabelecido.

Estas orientações são contudo transitórias: no fundo devemos ir investigar as muitas qualidades que são patrimônio do povo americano, qualidades excepcionais se as considerarmos com relação às de outras raças, comuns a outras coletividades se apenas olharmos para a gente saxônia, e que contam especialmente para a feliz solução de todos seus problemas, inclusive os últimos, trazidos pela expansão colonial. São os predicados que tenho procurado fixar nesta série de capítulos.

Em primeiro lugar a energia, não a energia turbulenta e inconstante dos conquistadores do México e do Peru, mas a energia fria e perseverante dos pioneiros do Oeste americano, que pode por vezes assumir cruel e indevidamente as funções da Justiça, havendo porém em planícies percorridas por índios selvagens e montanhas habitadas por animais bravios implantado uma civilização verdadeiramente cristã e incomparavelmente mais completa, mesmo nos seus rudimentos, do que a destruída sem som-

* Woodrow Wilson, *Congressional Government*.

bra de piedade por aqueles invasores nas regiões mais risonhas que lhes couberam em partilha, e onde nada edificaram de grande.

Em seguida a jovialidade, que ressalta do gênio nacional, fazendo-o, sobretudo, agradar-se dos temperamentos desanuviados e comunicativos; que faz parecer sempre suportável a vida, arrastar os perigos com serenidade e as dificuldades com bravura, e a qual nas colônias ibéricas os rigores da Inquisição, o despotismo político, as severidades administrativas, o jesuitismo na sua frase quer de grandeza quer de corrupção e especialmente sob o seu aspecto de educação, finalmente a disparidade das ambições e dos resultados obtidos, deram um golpe tremendo.

Depois o senso prático, que determina talvez muita da corrupção legislativa ou administrativa, e certamente toda a trivialidade do pensamento e da expressão que Bryce observou e encontra-se muito mais na vida política que na vida intelectual americana; porém, que representa uma condição indispensável para o êxito de qualquer tentativa de governo progressivo e, apesar de uma tendência fácil para vangloriarem-se dos efeitos adquiridos, impele os americanos a melhorarem quanto os cerca.

Mais o sentimento de justiça, natural a uma raça de preferência afeita a pensar e a decidir por si que a deixar-se guiar por sugestões alheias; contudo, obediente à lei, deferente para com os homens dirigentes, até respeitosa da riqueza particular, porque, bem longe de melindrar o seu amor da propriedade individual, esta representa um fruto do trabalho, da inteligência e da felicidade, um exemplo a imitar e uma condição mais do progresso geral.

Ainda o idealismo religioso, tanto mais enraizado quanto é subjetivo, nasce do íntimo da alma e não provém de fórmulas externas, influindo numa mais sólida moralidade e para uma concepção mais elevada da vida, e talvez explicando em boa parte o carinho pelo passado.

Por último, o verdadeiro espírito democrático, que provoca o fervor pela liberdade; afasta as hipóteses extremas de cesarismo, as quais possam originar-se no desenvolvimento das instituições militares; incute a veneração das maiorias; desfaz os atritos de classes; fomenta o bem-estar de todos e orienta, instintivamente, os espíritos para procurarem

uma solução pacífica e equitativa das inevitáveis diferenças de condição e de fortuna, a solução desse grande problema das relações entre o capital e o trabalho, que é o enigma do futuro e que, se em alguma parte tiver de ser resolvido, será nos Estados Unidos, país onde a igualdade se sente menos estranha.

.....

Apêndice

Nota A (pág. 87).

OS ESTADOS UNIDOS costumam proceder diversamente nesta ordem de questões. Quando deu-se o linchamento dos onze italianos em Nova Orleans e as relações diplomáticas com a Itália estiveram prestes a romper-se, o Secretário de Estado Blaine decidiu pagar uma pequeníssima quantia às famílias dos vitimados, protestando fazê-lo em atenção às reclamações de um Governo amigo, embora recusando aderir em princípio ao direito de indenização no caso em questão. No caso do morticínio dos chineses em Wyoming, o Governo americano declinou sua responsabilidade pelos atos de uma multidão enfurecida, quando as autoridades haviam empregado os meios ao seu alcance para contê-la e reprimir seus excessos. A Turquia usou deste mesmo argumento numa controvérsia diplomática ainda pendente com os Estados Unidos, levantada pela destruição de missões americanas na Armênia, mas o caso aí era diferente visto terem os desacatos sido praticados por soldados turcos, a saber, representantes da autoridade.

Em setembro de 1897 deu-se em Hazleton, no Estado da Pensilvânia, uma parede de mineiros, cujo desfecho foi sangrento, disparando a polícia sobre os grevistas e fazendo perto de 30 mortos e 70 feridos. As opiniões divergiram quanto à responsabilidade do triste acontecimento.

Disseram alguns que os grevistas, cansados da longa inação, davam mostras de quererem iniciar a pilhagem. Disseram outros que o comandante da polícia perdera inteiramente a cabeça, mandando atirar sobre gente desarmada, que estava congregada sem fim hostil, e parara pensando ir ouvir a leitura de um edital: como prova, alegavam estes que os ferimentos que vitimaram os grevistas (na maior parte polacos e húngaros) eram quase todos pelas costas. O comandante da polícia afirmou, pelo contrário, que ele e sua gente teriam sido trucidados pelos grevistas enfurecidos, se não tivessem defendido tão prontamente as suas vidas. Procedeu-se a um inquérito oficial, sendo alguns dos policiais provisoriamente detidos, não deixando, entretanto, o governador do Estado de mobilizar as milícias para assegurar a ordem, ameaçada pela profunda irritação que o fato produzia entre a população mineira, um momento disposta a rebelar-se. O sossego, todavia, prevaleceu perante a energia das autoridades.

A Justiça absolveu mais tarde os policiais e o Departamento de Estado assim respondeu à reclamação da Legação Austro-Húngara com o parecer do Procurador W. L. Penfield, que cobre todo o campo de responsabilidade nacional em casos de violência de população ou motim, e constituirá provavelmente o fundamento para futuras decisões deste gênero:

“Nenhum governo garante a absoluta segurança de todos os estrangeiros que habitam dentro dos seus confins. Os estrangeiros assim como os nacionais devem respeitar as leis, as instituições e as autoridades constituídas do estado onde residem. São tratados da mesma forma que os nacionais, e como estes processados e unidos no caso de infringirem a lei penal. Designadamente, se tornam parte numa insurreição ou guerra civil, o tratamento a que se expõem pelo seu proceder ilegal não oferece base legítima para intervenção diplomática.

“Responsabilidade dos governos.

“A responsabilidade dos governos para com os estrangeiros não é mais lata do que a do soberano estrangeiro para com seus próprios súditos. Os deveres da hospitalidade não impedem o inteiro exercício do direito que pertence à soberania de empregar os meios legais para prover à manutenção do estado; nem têm os estrangeiros jus a uma situação privilegiada; nem estão isentos das conseqüências do procedimento criminoso tentado

ou realizado; nem devem ser indenizados por prejuízos resultantes de semelhante procedimento e da necessidade imperiosa de fiscalizar a segurança da República.

“Este governo reconhece a obrigação internacional de dispensar Justiça, porém, não pode admitir que no caso atual se haja cometido injustiça. Mesmo que se admitisse que o *sheriff* e seus adjuntos houberam injusta e ilegalmente o recurso à intervenção diplomática não poderia ser empregado senão depois de esgotarem-se todos os recursos perante os tribunais judiciários ordinários.

“No caso atual oferecem-se abundantes recursos para reparação, se foi cometida alguma injustiça merecedora de ação judicial; mas a solução desta reclamação pode seguramente ser fundamentada em meios mais altos – na base de que os estrangeiros estão sujeitos às mesmas regras de lei e ordem, de paz e justiça, que regem os cidadãos dos Estados Unidos. Este Governo não pode tolerar um estado de anarquia, quer ameaçado quer inaugurado, em comunidades compostas seja de seus próprios cidadãos, seja de estrangeiros que se hajam empenhado em tarefas industriais ou outras dentro dos seus confins.

“Não houve denegação de justiça.

.....

“Não houve neste caso denegação de justiça, condição necessária para justificar a intervenção diplomática: uma cuidadosa investigação no andamento do processo na corte e das informações prestadas ao júri mostra que o julgamento foi caracterizado por competência, conhecimento, integridade e imparcialidade. E se algum sentimento prevalecia na comunidade em que deuse a parede, era antes em honra do julgamento do que em seu desabono. Não está provado que o julgamento não foi reto, nem que o *sheriff* e seus adjuntos praticaram uma injustiça perante a lei, porque houve copioso testemunho em juízo, justificando a sentença, de que os súditos austro-húngaros, mortos ou feridos, a agrediram e violaram a lei quando recusaram obedecer à ordem de dispersão do *sheriff*.

“A ordem foi dada oportuna e legalmente; mas quando mesmo fosse julgada desnecessária, o respeito devido ao *sheriff* como preservador da paz no condado, e o desejo de evitar desordens com a possível consequente efusão de sangue mandavam que ela fosse acatada por cidadãos respeitadores da lei.

“Precedentes da decisão.

“Os precedentes do direito internacional, que sustentam estas conclusões dos fatos estabelecidos, concordam com o proceder uniforme e precedentes deste Governo, não somente em controvérsias sobre reclamações de prejuízos apresentadas por cidadãos ou súditos de nações estrangeiras contra este Governo, mas também em controvérsias sobre reclamações apresentadas por cidadãos dos Estados Unidos, invocando em seu favor a intervenção diplomática do Governo perante nações estrangeiras.

“Em conclusão os grevistas de Lattimer foram perturbadores da paz pública e transgressores da lei. Estavam caminhando rapidamente para um estado de anarquia. Era dever do *sheriff* tomar medidas para impedir e reprimir os tumultos e motins civis. Em ocasiões anteriores ele lhes havia ordenado de dispersarem-se e fora obedecido. Os grevistas estavam perfeitamente ao fato da sua posição oficial e da natureza da autoridade por ele exercida. Se sua ordem legal tivesse sido acatada, nenhum sangue se haveria derramado. Pela sua conduta ilegal e agressiva, desafiando a força arrematada do estado, os grevistas colocaram-se fora da proteção da lei.

“Nestas circunstâncias recompensar os feridos vivos e os herdeiros dos mortos seria oferecer um prêmio à ilegalidade e animar novas rebeliões e motins. Este governo não pode, portanto, admitir a justiça da reclamação.”

Nota B (pág. 312).

Do arquivo do Departamento de Estado em Washington extraí a seguinte cópia da nota com que respondeu ao Encarregado de negócios do Império, José Silvestre Rebelo, o ilustre estadista americano Henry Clay pouco depois de tomar conta do cargo, debaixo da Presidência de John Quincy Adams, de quem fora concorrente eleitoral. Esta correspondência

teve lugar pouco mais de um ano depois de formulada a famosa doutrina de Monroe, de quem o mesmo Quincy Adams era Secretário de Estado:

“Mr. José Silvestre Rebelo, Chargé d’Affaires from Brasil, Washington.

Department of State, Washington, 13th abril 1825.

I have the honor to acknowledge the receipt at this Department of your two notes, the note under date the 28th january, and the other the 6th day of abril, 1825. The delay in transmitting an answer to the former, has arisen from arrangements incident to the formation of a new Administration, and not from any insensibility to the important propositions which it announces, or disrespect to the Government of Brazil, or its respectable Representative here. To those propositions, the President has given the most attentive consideration – they are first that the United States shall enter into a Convention with your Government to maintain its independence, in the event of Portugal being assisted by any foreign power to reestablish its former sway; and secondly that a Treaty of Alliance and defence be formed between the United States and the Government of Brazil to expel the arms of Portugal from any portion of the Brazilian territory of which they might happen, in the progress of the war, to take possession.

The President of the United States adheres to the principles of his Predecessor, as set forth in his Message of the 2nd December 1823 to the American Congress. But with respect to your first proposition as there does not appear, at present, any likelihood of Portugal being able to draw to her aid other powers to assist her in re-subjugating the Brazils, there would not seem to be any occasion for a convention founded upon that improbable contingency. The President, on the contrary, sees with satisfaction that there is a reasonable probability of a speedy peace between Portugal and the Government of Brazil, founded upon that independence of it, Which the United States were the first to acknowledge. In declining, therefore, to enter into the proposed convention, you will be pleased to assure your Government that the determination of the President does not proceed from any abatement of the interest which the United States have constantly felt in the establishment of the independence of Brazil, but is dictated solely by the want of those circumstances

which would appear to be necessary to justify the formation of such a Convention. If in the progress of events there should be a renewal of demonstrations on the part of the European allies to attack the Independence of the American States, the President will give to that new state of things, should it arise, every consideration, which its importance would undoubtedly demand.

With respect to your second proposition of a treaty of alliance offensive and defensive to repel any invasion of the Brazilian Territories by the forces of Portugal, if the expected Peace should take place, that also would be unnecessary. But such a Treaty would be inconsistent with the Policy which the United States have heretofore prescribed to themselves. That policy is, that whilst the War is confined to the parent Country and its former colony, the United States remain neutral, extending their friendship and doing equal justice to both parties. From that policy they did not deviate during the whole of the long contest between Spain and the several Independent Governments which have been erected on her former American Territories. If an exception to it were now for the first time made, the justice of your Sovereign will admit that the other new Governments might have some cause to complain of the United States.

Whilst I regret that these considerations of policy which the United States felt themselves bound to respect, will not allow them to enter at this time into either of the two compacts suggested by you, I have much satisfaction in concurring with you in the expediency of permanently uniting our two nations in the ties of Friendship, Peace and Commerce. With that view I am instructed to say to you, that the United States are disposed to conclude a Treaty

Of Peace, Amity, Navigation and Commerce with the Government of Brazil, and that they are willing to adopt, as the basis of the mutual regulations of the Commerce and Navigation of the two countries, a principle of equity and perfect reciprocity. If you should be empowered to negotiate such a Treaty, I shall take great pleasure in entering upon the discussion and consideration of its terms at such time as may be mutually convenient.

I pray you, Sir, to accept the assurance of my distinguished consideration. – (a) H. Clay.”

Nota C (pag. 397).

Nos últimos tempos tem havido nos Estados Unidos como que uma recrudescência dos linchamentos e hão sido pavorosas as circunstâncias de alguns. O linchamento de Sam Hose por exemplo, atado a uma árvore num condado da Geórgia e queimado vivo depois de sofrer outras torturas, fez estremecer de horror as classes educadas nas outras secções do país e chamou mais de perto sobre a freqüência desses trágicos espetáculos a geral atenção pública. Trata-se evidentemente de um estado social patológico provocado por mútuo receio e recíproco sentimento de malevolência. Os brancos sulistas temem os negros como raça e estes por seu lado odeiam a raça branca, que os despreza e repele, sendo o resultado a ilegalidade triunfante. Entretanto o Norte reconhece o seu quinhão de culpa no fato de ter concedido direitos políticos, equiparando-a à população de origem européia, a uma população de todo inapta para assumir os atributos de cidadãos e cuja possível ascendência local os americanos-do-sul estão firmemente resolvidos a não tolerar na mínima parcela.

A maior parte dos linchamentos filia-se, como é sabido, em crimes praticados pelos negros incitados pela lascívia combinada com o desejo de vingança. O receio destes crimes é tamanho nos Estados do Sul que, no campo, as meninas brancas costumam ir para a escola aos magotes, escoltadas, para serem defendidas se preciso, pelos rapazes da sua casta. Os autores dos linchamentos desculpam-nos, entre outras razões, porque só o seu método bárbaro é suscetível de amedrontar criaturas boçais e inferiores como são os negros; também porque, recusando-se por pudor as mulheres brancas, vítimas das brutalidades negras, a depor nos tribunais, são os acusados freqüentemente absolvidos em juízo por falta de provas; finalmente porque aquilo que o negro mais receia é não ter tempo de arrepende-se, de *get religion* como eles dizem na sua maneira estupidamente fanática, da qual são amostras os conhecidos *revivals*. Quando condenado à forca, sobra-lhes o tempo para tais desfastios d’alma que, segundo supõem, os afastarão das penas eternas e não se importam tanto com a sentença à pena capital.

Os Estados Unidos estão sofrendo em guisa de expiação das consequências da instituição servil que por tanto tempo conservaram e que até o ano de 1861 poluiu sua atmosfera política, falando, como é natural, ao interesse mais sórdido e emprestando às discussões um tom baixo e rude de que ainda levarão algum tempo para forrar-se por completo. Era então tão desoladora a selvajaria dos ataques pessoais dentro do Congresso como o é hoje a repetição dos atos de justiça anárquica. Será bastante lembrar a guerra movida durante muitos anos ao valente campeão liberal que, foi o velho John Quincy Adams e contra o direito de petição adversa à escravidão.

As atuais condições político-sociais do Sul prolongar-se-ão enquanto os brancos não sentirem absoluta sua supremacia e completa sua segurança, e os negros, como disse no Capítulo I, não dispuserem de mais educação moral e profissional, e sobretudo se não se capacitarem de que não há lugar conspirou para eles no Governo nacional e é mister resignarem-se à inferioridade social que na opinião americana lhes acarreta o estigma da raça. Os dois elementos não podem coexistir aqui com atribuições e destinos iguais: um há de manter o outro em dependência e o vencedor tem de inquestionavelmente ser o elemento branco, dispondo de mais inteligência, mais experiência, mais decisão e mais recursos. Nesse dia desapareceria por desnecessárias as atrocidades dos linchamentos, produzidos pela incerteza no futuro e, em última análise, pelo temor do sacrifício dos interesses da civilização de origem européia.

Neste volume foram aproveitados os artigos publicados na *Revista Brasileira* sobre os Estados Unidos, durante os anos de 1896, 1897, 1898 e 1899, e bem assim trechos das correspondências escritas para o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, nos anos de 1886, 1897 e 1898.

Washington, 11 de maio de 1899.

.....

Índice Onomástico

A

ABRANTES (marquês de, homem de estado) – 354
ADAMS, Henry – 275
ADAMS, John Quincy (presidente) – 180, 225, 313, 330, 334, 406, 407, 410
AFONSO, d. (rei) – 93
AGAMÊMNON (rei de Micenas) – 296
AGASSIZ – 287
AGOSTINHO (santo, filósofo) – 261, 294
AGUINALDO (general) – 379
ALBERDI (escritor argentino) – 353, 361
ALBERTO (príncipe de Bélgica) – 329
ALDRICH (senador) – 375
ALDRICH, Th. Bailey (escritor) – 174
ALDUBON (cientista) – 174
ALEXANDRE [II] (czar russo) – 331
ALFIERI (escritor) – 176
ALFREDO o Grande (imperador) – 195
ALLEN, James Land (escritor) – 144
ALTGELD – 206
ANA (rainha) – 191
ANCHIETA, José de (padre) – 135
ANDERSON (general) – 383
ANGELL, James B. (diplomata) – 274
APPLETON – 275
APPOMATOX – 214
ARBUCKLE (líder do sindicato do café) – 233
ARMOUR, Phil (empresário) – 125
ARNOLD, Benedict – 54

ASSIS, Francisco de (são) – 84
ASTOR (empresário) – 123, 189
ASTORS (os) – 126
ATKINSON (senador) – 86
AZCARRAGA (general) – 321

B

B. [?] – 148
BACAIÚVA, Quintino – 220
BACON (senador) – 86, 87, 375
BACON, Francis (filósofo) – 128
BAGEHOT – 247
BALFOUR (chefe da Câmara dos Comuns) – 246
BALZAC, Honoré de (escritor) – 168, 176
BANCROFT, Hubert H. (escritor) – 128, 275, 277, 346
BARBOSA, Rui (homem de estado, jurista) – 203, 208, 220, 338
BARTON, Clara (filantropa) – 146
BASS, John (jornalista) – 379
BATES, Katherine Lee (escritora) – 122, 277
BEACONSFIELD (lorde) – 393
BEAUMARCHAIS – 217
BEECHER-STOWE (escritora) – 143-144, 169
BELAND (monsenhor) – 255
BELL, Graham (inventor) – 120
BELLAMY, Edward – 230
BENTSON, Thomas – 277
BENTZON, Th. (escritor) – 181
BISMARCK – 191, 369
BLACKSTONE – 201

- BLAINE, James G. (homem de estado) – 71, 131, 222, 274, 314, 316, 330, 332, 333, 343, 403
- BLANCO (general) – 321, 322, 323, 324, 327, 334
- BLAND (líder do partido democrata) – 250
- BOAVISTA (conde da) – 195
- BOLÍVAR, Simón (revolucionário) – 312, 313, 314
- BONAPARTE, Napoleão (imperador) – 56, 180, 267, 302, 303, 317, 331, 341
- BONAPARTES (os) – 318
- BONHEUR, Rosa (pintora) – 106
- BONNAT – 172
- BOURBONS (os) – 318
- BOURGET, Paul (escritor) – 52, 174, 176, 181
- BRAGANÇAS (os) – 318
- BRASIL, Assis – 202, 242
- BROOKE (general) – 379, 384, 386, 398
- BRUNETIÈRE, Ferdinand – 256, 346
- BRYAN – 61, 106, 128, 129, 161 207, 208, 217, 239, 382
- BRYAN (Miss) – 162
- BRYANT – 221
- BRYCE (escritor) – 70, 87, 174, 211, 218, 394, 396, 401
- BULL, Ole (escritora) – 144
- BUNYAN – 286
- BURKE (escritor) – 128
- BURNE-JONES (pintor) – 128
- BUTLER (senador) – 83
- BYRD (comissário) – 134
- C**
- C. (Mrs.) – 179
- CABANEL, (pintor) – 188
- CABLE, George W. (escritor) – 133, 169, 174, 176, 396
- CABOT LODGE (senador) – 100
- CABOT, George – 274
- CAIRU (barão de) – 355
- CALABAR – 54
- CALDWELL – Ver MOUSTIERS-MÉ-RINVILLE (marquesa de)
- CALHOUN (constitucionalista) – 304, 313
- CAMARAGIBE (visconde de) – 195
- CANALEJAS – 325
- CANNING – 302, 303
- CANNON (deputado) – 377, 378
- CANNON, Martha (senadora) – 156
- CANOVAS DE CASTILHO – 321
- CANRONBERT (militar) – 58
- CAPOTE (presidente de Cuba) – 333, 334
- CARLISTE (secretário do Tesouro) – 106, 237
- CARLOS MAGNO (imperador) – 195
- CARLOS V (imperador) – 102, 302
- CASTELANI (conde de) – 147
- CAXIAS (duque de) – 59
- CECIL – 197
- CERVERA (almirante) – 132
- CÉSAR – 286
- CHASLES, Philarète (escritor) – 180, 344
- CHATEUBRIAND, François-René de (escritor francês, homem de estado) – 302, 303, 334
- CHAUCER – 253
- CHAVANNES, Puvis de (pintor) – 172
- CHEATHAM (representante) – 77
- CHOATE, Joseph (diplomata) – 274
- CÍCERO (filósofo romano) – 286
- CISNEROS (Srta.) – 126

- CLAY, Henry (homem de estado) – 71, 304, 313, 368, 406, 409
CLEMENS, Samuel L. – Ver TWAIN, Mark
CLEVELAND, Stephen Grover (presidente dos Estados Unidos) – 72, 100, 195
206, 207, 215, 221, 224, 225, 228, 237, 311, 313, 320, 321, 335, 372
COELHO NETO (escritor) – 182
COLLINS (comandante) – 356
COLOMBO, Cristóvão (navegador) – 126, 297, 383
CONATY (reverendo) – 254
CONINE, Martha (representante) – 156
CONSTANT, Benjamin – 106
CONTE, Luis de – 280
COOK, Belle (filantropa) 151
COOKE, Jay (financista) 125
COOLEY – 201
COOPER, James Fenimore (escritor) – 128, 143, 174, 187
CORNEILLE – 267
COTEGIPE (barão de) – 351, 354
COUBERTIN – 269
COUSIN, Victor (pensador) 145
COX – 274
CRAWFORD, Marion (escritor) – 174, 198, 283, 284, 285
CRESO (imperador) – 191
CROMWELL (homem de estado) – 93, 366
CURTIUS – 297
CURZON (lorde) – 192
CZAR REED (pseud., porta-voz) – 227

D

- D. [?] (senador) – 106
D'ALBA (duque) – 321

- D'ARC, Joana (mística) – 44, 280
D'UZÉS (duquesa) – 160
DANIEL (senador) – 228
DANTE-ROSSETTI (pintor) – 12
DARWIN, Charles (cientista) – 127, 278, 289
DAVIS (tenente) – 355
DAVIS, Frank – 159
DAVIS, Richard Harding (jornalista) – 276
DAY (juiz) – 369
DEMPSEY, Lavínia – 196
DENBY (diplomata) – 225
DERAISMES (feminista) – 159
DEWEY (almirante) – 214, 276, 309, 335, 367, 368, 371
DICKENS, Charles (escritor) – 174
DICKINSON, Emily – 277
DILKE, Charles – 395
DINGLEY, Nelson (congressista) – 309, 334, 375, 392
DOLE (presidente do Havai) – 336, 376
DÖLLINGER – 259
DRAKE, Francis – 366
DRYDEN – 253
DUYCKINCK – 275
DWINDE (jornalista) – 276
DYER, Anne Jurd (escritora) – 144

E

- EDISON, Thomas (inventor) – 120
EDMUNDS (senador) – 350
ELLIOTT (padre) – 270
EMERSON, Ralph Aldo (escritor) 144
EUCLIDES (matemático grego) – 286

F

- FAVRE, Julio – 369
FERREIRA DE ARAÚJO – 220

FIELD, Cyrus (empresário) – 125
 FIFE (duque de) – 197
 FIGHTING BOB (marinheiro) – 132
 FISKE (jornalista) – 159
 FISKE, John (historiador, filósofo) – 285, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 371
 FLOWER (Mr.) – 197
 FORAKER (senador) – 232
 FOSTER (secretário de Estado) – 335
 FRANCE, Anatole (romancista) – 269
 FRANKLIN, Benjamin (pensador) – 179
 FREEMAN – 201
 FROISSART – 286
 FURNES (editor) – 128

G

GAGE (secretário) – 378
 GAINSBOROUGH (pintor) – 172
 GALES (príncipe de) – 179, 197
 GALLAUDET (médico) – 137
 GARCÍA MÉROU (ministro) – 171
 GARFIELD, James Abram (presidente) – 175, 221, 332
 GARIBALDI, Giuseppe – 59
 GARRISON – 144
 GENET – 301
 GEORGE, Henry – 230
 GERVINUS – 297
 GIBBON – 286
 GIBBONS (cardeal) – 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 262, 264, 265, 270
 GILMAN – 274
 GODKIN (escritor) – 194, 223, 399
 GOELET (empresário) – 189
 GOETHE (pensador alemão) – 253, 276

GOLDONI, Carlo (teatrólogo) – 176
 GOLDSMITH – 286
 GORMAN, Wilson (senador) – 215, 237
 GOULD, Helen (filantropa) – 146, 147, 155
 GOULD, Jay (empresário) – 123, 127, 146, 168
 GRAAFF, van de (escritor) – 74, 89
 GRANT, Ulysses Simpson (presidente) – 175, 176, 214, 221, 274, 304, 330, 331, 335, 368
 GRAVELINES – 366
 GREELEY, Horacio (jornalista) – 220
 GREENE (professor de botânica) – 255
 GRISWOLD – 275
 GROSVENOR (general) – 226
 GROUSSAC, Paul – 328, 344
 GUILHERME o Conquistador (rei) – 195
 GUIZOT (homem público) – 200
 GULLÓN (ministro de Estado Espanhol) – 325

H

H. [?] – 71
 HALS, Franz (pintor) – 106
 HAMILTON – 85
 HAMILTON, Alexander (presidente) – 57, 201, 234, 274, 341, 343
 HANNA – 215
 HARMON (procurador-geral) – 207
 HARRISON (presidente) – 215, 221, 225, 237, 243, 274, 305, 335, 385
 HARTE, Bret – 277
 HASKELL, Ella Knoles (política) – 157
 HAVERMAYERS (os) – 233
 HAWTHORNE, Natanael (escritor) – 144
 HAY, John – 273, 277

- HAYES, Rutherford. B (presidente) – 221, 391
HEARST (senador) – 126
HECKER (padre) – 270, 271
HEMMENT (jornalista) – 276
HENRIQUE VIII (rei da Inglaterra) – 260, 261
HENRIQUE, Afonso (infante) – 93
HERALD – 350
HERÓDOTO (filósofo) – 287
HERVAL (marquês do) – 59
HODGSON, Frances (escritora) – 144
HOLMES – 221
HOPKENS, John (empresário) – 124
HOPKINS, John – 274
HORÁCIO (escritor romano) – 286
HOSE, Sam – 409
HOWARD (ministro) – 352
HOWARD, Marion (jornalista) – 158
HOWE (inventor) – 120
HOWELLS, Willian Dean (romancista) – 87, 273, 283
I
INGALLS (senador) – 84
IRELAND (monsenhor) – 255, 260
IRVING, Washington (escritor) – 128, 174
ISABEL (princesa do Brasil) – 355, 366
J
JACKSON, Andrew (presidente) – 70, 224, 225, 302, 305
JACKSON, Helen Hunt (escritora) – 143
JAMES, Henry (escritor) – 198, 273
JEFFERSON, Thomas (presidente) – 57, 64, 180, 225, 275, 304, 341, 343
JOÃO VI (rei de Portugal) – 303, 317
JOHNSTON, J. H. (Mrs.) – 150
JONES (senador) – 376
JOSÉ BONIFÁCIO (homem de estado) – 55
JOSEPHO – 286
JUVENAL – 286
K
KEANE (monsenhor) – 254, 255, 270
KELLER, Helen – 157
KILLOWEN, Russel de (presidente da Suprema Corte da Inglaterra) – 307, 308
KITCHENER, Horatio Herbert (general, governador-geral do Sudão) – 399
L
LABOULAYE (escritor) – 180
LAFAIETE (homem de estado) – 99
LAFARGE – 172
LANIER, Sidney – 277
LANTAIGNE (padre) – 269
LAS CASAS (padre, historiador) – 135
LASSALLE, Ferdinand (filósofo do direito alemão) – 229
LAURIER, Wilfried (primeiro ministro do Canadá) – 216
LE BON, Gustave (escritor) – 103
LEÃO XIII (papa) – 252, 255, 270
LEE (general) – 379
LEIGHTON (pintor) – 128
LEITER, Levi Z. (comerciante) – 125, 192
LEOPOLDO (rei da Bélgica) – 329

LES – 70
 LESLIE, Frank (jornalista) – 158
 LESTIMIA (Mrs., costureira) – 159
 LEXOW (senador) – 233, 234
 LI HUNG CHANG (ministro Chinês) – 330, 331
 LILIUOKALANI (rainha do Havai) – 335
 LINCOLN, Abraham (presidente) – 62, 63, 64, 71, 175, 176, 221, 273
 LINHARES (conde de) – 317
 LODGE, Henry Cabot (senador) – 274, 276
 LÔME, Dupuy de (diplomata) – 324, 325
 LONG (secretário de Marinha) – 319, 320
 LONGELLOW (escritor) 176, 221, 287, 329, 386
 LOPES, Fernão – 280
 LÓPEZ – 300
 LORNE (marquês de) – 197
 LOWELL – 221, 287
 LUDLOW (general) – 384, 398
 LUEDERS – 313
 LUÍS XIII (rei) – 192
 LUÍSA (princesa) – 197
 LUTERO, Martim (teólogo, líder protestante) – 261
 LYMAN, Theodore – 318

M

M. [?]- 292
 MACAULAY – 201, 260
 MACEO, Antonio – 333
 MACHADO DE ASSIS (escritor) – 281
 MACMAHON (ministro) – 353
 MACMAHON (reverendo) – 254
 MADISON, Willian (secretário de estado) – 234, 275

MAGALHÃES TAQUES (Ministro dos Negócios Estrangeiros) – 353
 MAGALHÃES, Fernão – 367
 MAHAN (capitão) – 339
 MALHERBE – 253
 MANN, Horácio – 248, 267
 MARCELLUS (lorde) – 303
 MARCY (secretário de Estado) – 306, 309
 MARSH, Othniel C. (professor) – 278
 MARSHALL, John (presidente da Suprema Corte) – 201, 225
 MARX, Karl (pensador alemão) – 229
 MASSO – 334
 MATTHEWS, Brander (crítico) – 283
 MATTHEWS, Franklin – 386
 MÁXIMO GÓMEZ (general) – 333, 386
 MCCAISTER, John Bach – 275
 MCCULLAGH, John (chefe de polícia de Nova York) – 398
 MCENERY (senador) – 370, 376
 MCKENNA (procurador-geral) – 250
 MCKINLEY, William (presidente) – 215, 221, 224, 225, 226, 237, 259, 273, 321, 322, 325, 361, 367, 368, 370, 377, 379, 391, 392, 398
 MEDEIROS E ALBUQUERQUE – 202
 MEIGNAN (padre) – 270
 MELVILLE (comodoro) – 369
 MERRITT (general) – 367
 MILLER, Joaquin – 277
 MILTON – 253, 286
 MONROE, James (presidente) – 209, 228, 301, 302, 309, 310, 311, 312, 313, 317, 330, 331, 339, 360
 MONTEIRO RIOS – 369
 MONTEZUMA (Imperador Asteca) – 296

MOORE, Bassett – 312
MORTON, Levi (governador de Nova York) – 224
MOTLEY – 275
MOUSTIERS-MÉRINVILLE (marquessa de) – 254, 262
MURTINHO (Ministro da Fazenda) – 357
MUTLEMAN, Maurício – 239

N

NABUCO, Joaquim (jurista) – 347, 348
NAPOLEÃO III (imperador francês) – 281
NICOLAY – 273
NUNES MACHADO – 347

O

O'BRIEN, Johnnie (corsário irlandês) – 320
OLNEY, Richard (secretário de estado) – 208, 209, 228, 301, 311, 321, 325, 361
OTIS (general) – 373
OVÍDIO (poeta romano) – 286

P

PALMER-BUCKNER – 215
PARKMAN – 275
PARSONS – 277
PAUNCEFOTE, Julian (diplomata inglês) – 208
PEDRO II (imperador do Brasil) – 300, 350, 353
PENFIELD, W. L. (procurador) – 404
PERRY (comodoro) – 307
PHILIPPE NERY – 270
PLATÃO (filósofo) – 287, 293
POE, Edgar (escritor) – 277

POLK, James Knox (presidente) – 311
POPE – 253, 286
PORTER (emissário da presidência) – 398
PORTER (general) – 274
PRADO, Eduardo – 307, 316, 356
PRESCOTT – 275, 286, 329

Q

QUAY (senador) – 215, 220, 222
QUEVEDO – 383

R

RAGUET – 351
RANKE – 260
RATHBONE (subsecretário dos Correios) – 385
REBELO, José Silvestre (Negociador do Império) – 406, 407
REID, Whittellaw – 220
RENAN, Ernest (historiador, crítico) – 269
RICHARDSON, Charles F. – 275
ROBERTS (recebedor) – 233
ROBERTSON – 286
ROCKHILL (secretário de legação) – 225
ROLIIN – 286
ROSAS, Juan Manuel de (homem de estado argentino) – 300, 305
ROUSSEAU (comodoro) – 355
RUIZ (coronel) – 324

S

SAGASTA – 322, 325
SALISBURY (lorde) – 246, 302
SALÚSTIO (escritor romano) – 286
SALVADOR DE MENDONÇA – 350, 361, 392

SANTA LÚCIA (marquês de) – 334
 SANTO AMARO (visconde de, Ministro dos Negócios Estrangeiros) – 351
 SCHURMAN – 274
 SCHUYLER – 209, 225
 SEELEY (professor) – 366
 SEWARD (secretário de Estado) – 369
 SEWELL (senador) – 325
 SHAKESPEARE, William (teatrólogo) – 253, 286
 SHALER, Nathaniel S. – 275
 SHERMAN (senador) – 274, 350
 SIENKIEWICZ (romancista Polonês) – 345
 SIGSBEE (comandante) – 326
 SMITH, Emory (secretário dos correios) – 274
 SOUSA, Paulino José Soares de – Ver URUGUAI (visconde do)
 SPENCER, Herbert (filósofo inglês) – 293, 295, 298
 STANLEY – 326
 STANTON (almirante) – 357
 STEDMAN, Edward Clarence – 275
 STORY – 201
 STUDER (major) – 225
 SUETÔNIO (escritor romano) – 286
 SUMNER (senador) – 335
 SUMTER, Thomas (diplomata) – 317

T

TÁCITO (historiador romano) – 226
 TAYLOR, Hannis (diplomata) – 321
 THORNTON, Edward (diplomata) – 354
 TICKNOR – 277
 TILLMAN (senador) – 375
 TITO LÍVIO (escritor romano) – 286
 TOCQUEVILLE – 304

TOD, David (ministro) – 354
 TOWER, Charlemagne (diplomata) – 274
 TWAIN, Mark (pseud.) – 277, 279, 280, 281, 282, 283, 284
 TYLER, M. Coit – 275
 TYNDALL – 298

U

URUGUAI (visconde do, conselheiro do Império) – 354

V

VARNHAGEN (historiador, engenheiro) – 298
 VÉSPÚCIO, Américo (navegador) – 298
 VICENTE DE PAULA – 270
 VICTOR HUGO (poeta francês) – 276
 VIRGÍLIO (poeta romano) – 274, 286
 VON SONENBURG (major alemão) – 309

W

WALPOLE, Horace (aristocrata inglês) – 245
 WARING (coronel) – 383
 WARNER, Charles Dudley (humorista) – 277
 WASHBURN (ministro) – 353
 WASHINGTON (presidente) – 234, 300, 301, 306, 317, 341, 343, 347, 348, 385
 WATTERSON, Henry (publicista) – 382
 WEBB, J. Watson (ministro) – 353, 356
 WEBSTER, Daniel (estadista) – 304, 321
 WELLINGTON – 318
 WELLS, David (economista) – 237, 239

WEST, Julian – 230

WEYLER (general) – 321, 323

WHITE, Andrew (diplomata) – 225,
252, 274, 313

WHITMAN, Walt – 277

WHITNEY (secretário da Marinha) –
215, 277

WHITTIER – 221, 382

WILSON (cônsul) – 357

WINSOR, Justin (bibliotecário) – 275,
287

WISE, H. A – 355

WOOD (general) – 384

WOODBERRY – 277

WOODFORD (diplomata) – 321

WOOLSEY – 320

Y

YOUMANS – 298

YOUNG, John Russell – 330

Z

ZANJÓN – 321, 334

ZOLA, Emílio – 252, 345

ZÚMERA, Cesar (escritor venezuelano)
– 361

Nos Estados Unidos - Impressões Políticas e Sociais, de Oliveira Lima, foi composto em Garamond, corpo 12/14, e impresso em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em setembro de 2009, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.

“Este livro contém cenas explícitas de racismo, registra manifestações de apoio ao colonialismo europeu e demonstra simpatia, quando não conivência, com o imperialismo americano.

“O livro apresenta conceitos ‘chocantes’ a propósito dos negros americanos, ao mesmo tempo que o autor se mostra complacente em relação à crescente projeção imperial dos EUA.

“Este livro, que aproveita escritos de 1896 a 1899, publicados originalmente na *Revista Brasileira* e no *Jornal do Comércio* (e que vem datado de Washington, em 11 de maio de 1899, embora impresso originalmente nesse mesmo ano, em Leipzig), constitui um apanhado de comentários sociológicos (alguns deles impressionistas) sobre as razões do progresso americano, no confronto com o atraso brasileiro.”

DO PREFÁCIO, DE PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

“[...] A questão do negro é a primeira a merecer sua atenção.

“Oliveira Lima destaca as qualidades do povo que, além de primar pela energia, sabe como ninguém transformar a filantropia interna em agente de progresso.

“Não menos digno de nota é Oliveira Lima distinguir a mulher como agente de progresso e de cultura no final do século XIX quando os chamados ‘estudos de gênero’ não estavam em voga, e o século XX não escrevera ainda o capítulo histórico da emancipação feminina.

“‘Nas letras contemporâneas’, segue Oliveira Lima, ‘continua a distinguir-se o elemento feminino, como desde o período revolucionário, contando-se os seus representantes entre os autores mais atrativos, senão mais profundos.’ Segundo nos informa o autor, muitas são as americanas que à época viviam exclusivamente da pena.”

DE MARGARIDA PATRIOTA,
NO ESTUDO SOBRE A PRESENÇA E AÇÃO DA MULHER NOS ESTADOS UNIDOS